

**Desigualdades de género nos cargos políticos em Portugal:
do poder central ao poder local**

Ana Lúcia Albano Teixeira

Tese de Doutoramento em Sociologia

Outubro, 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do
grau de Doutor em Sociologia, realizada sob a orientação científica do
Prof. Doutor Manuel Gaspar da Silva Lisboa

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho representa um momento particular de um longo percurso, do qual fizeram parte muitas pessoas às quais quero deixar uma palavra de agradecimento.

Em primeiro lugar, quero agradecer à actual Divisão Jurídica e de Estudos Eleitorais da Direção de Serviços de Apoio Técnico e Estudos Eleitorais Administração Eleitoral da Secretaria-Geral da Administração Interna, em particular, à Dra. Maria João Rodrigues e à Dra. Sónia Tavares. Sem os dados que me cederam e sem a disponibilidade que sempre demonstraram, este trabalho não seria possível nos moldes idealizados.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas pelos 18 anos de vivências tão diversas. Ao SociNova, ao CESNOVA e agora ao CICS.NOVA pelo acolhimento deste trabalho e por me terem proporcionado tantas discussões, partilhas e descompressões.

Ao professor Manuel Lisboa, pelos desafios, pela confiança e pela amizade de tantos anos.

A todos os amigos que aturaram os encontros declinados e a monotonia temática das minhas conversas, à Sofia, à Inês, à Edalina, à Rita, ao Jorge. E às companheiras de trabalho e de ócio, Ana Roque, Ana Ferreira e Dalila, pelo afecto, pela dedicação e pela aprendizagem.

Nuno. Joana. Pedro Nuno. Pessoas com quem, mais do que partilhar algumas linhas de texto aqui, prefiro simplesmente continuar a partilhar a vida.

E quero deixar um abraço apertado, mais do que um agradecimento, à minha família. Ao tio Zé, à Anna Maria, ao Pedro, à Cláudia, ao Matthew e à Isabel. E à Otília e ao Manel, que são e serão sempre família.

Agradeço aos meus pais. À minha mãe e ao meu pai, presentes, sempre, ainda que agora de maneiras diferentes. Por tudo o que me deram e que construímos juntos, pelas possibilidades, pelas oportunidades, pela confiança, pelos risos e pelos amos. Mas sobretudo pelo amor, com o qual nunca me faltaram.

**DESIGUALDADES DE GÉNERO NOS CARGOS POLÍTICOS EM PORTUGAL:
DO PODER CENTRAL AO PODER LOCAL**

ANA LÚCIA ALBANO TEIXEIRA

RESUMO

O contexto actual português tem sido caracterizado por uma preocupação com uma efectiva igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, patente nomeadamente nas políticas públicas desenvolvidas e implementadas visando o equilíbrio dos desajustes existentes. Mas há desigualdades, neste caso de género, que persistem, particularmente no trabalho e no emprego e, de forma ainda mais vinculada, nos lugares de topo e de tomada de decisão.

Entendemos as elites políticas como o elo de ligação privilegiado entre a sociedade civil e a acção política e como agentes fundamentais no impulsionamento da mudança social, pelo que a forma como elas próprias se estruturam e reproduzem é essencial não apenas para a compreensão dos mecanismos de uma desigualdade que é estrutural e que perpassa os diferentes sectores da sociedade, como para o seu equilíbrio.

O presente trabalho pretendeu, por um lado, caracterizar aprofundadamente a participação das mulheres nas elites políticas portuguesas (em cargos de eleição a nível nacional e local) e, por outro, identificar bloqueios e potenciais de mudança neste domínio.

Nesse sentido, definimos como questão orientadora da investigação a possível mimetização da hierarquia das relações sociais de género (onde a masculinidade goza de mais poder e valorização social relativamente à feminilidade) por parte do poder político. Concretamente, e considerando que existe também uma hierarquia nos poderes políticos, procurámos perceber se encontraríamos ou não uma maior proporção de homens em instâncias políticas mais valorizadas e com maior poder, nomeadamente executivo.

Em torno desta interrogação inicial, colocámos cinco questões adicionais que nos ajudaram a desenhar o quadro das desigualdades de género no domínio político que se centram: (i) nos processos de transformação política e social na sociedade portuguesa no último século, que condicionaram ou potenciaram a participação das mulheres na actividade política; (ii) nos elementos bloqueadores e potenciadores da participação das mulheres nas elites políticas, tanto centrais como locais; (iii) na configuração da participação das mulheres nos órgãos de poder central e local de eleição no Portugal democrático; (iv) nos atributos sociodemográficos que marcam as disparidades numéricas da presença de homens e mulheres nas elites políticas; e (v) na eficácia dos actuais mecanismos de promoção de uma participação paritária na política.

Apesar da sua elevada participação no mercado de trabalho e a detenção de um elevado capital escolar, as mulheres permanecem, enfrentando tectos e paredes de vidro, numa posição de maior fragilidade no tecido laboral.

Neste contexto, e respondendo às questões inicialmente colocadas, encontrámos um elevado potencial de mudança dos paradigmas tradicionais de género, potencial esse que assenta nas transformações significativas que se operaram transversalmente à sociedade portuguesa e também no domínio político. Não obstante, continuam a verificar-se imobilismos que colocam homens e mulheres em posições assimétricas no tecido social, particularmente no que diz respeito à representação política. Esta arena, tradicionalmente masculinizada, constitui-se como local privilegiado para a discussão e combate das desigualdades sociais, no reconhecimento do papel central que desempenha na regulação das relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Género, desigualdades, política, poder central, poder local, Portugal

ABSTRACT

Concern for an actual equality between women and men has shaped the current Portuguese social and political context, as seen in recent public policies, developed and implemented to balance existing disparities. Notwithstanding, many inequalities persist, namely gender inequalities, particularly in the labour market, and these are even more resilient in decision-making positions.

We believe that political elites are a privileged link between civil society and political action, as well as being key players in encouraging social change. As such, studying the way these elites are structured and reproduce themselves is critical not only for understanding the mechanisms of a structural inequality that pervades different sectors of society, but also for taking balancing action.

On one hand, this study seeks to thoroughly characterize the participation of women in the Portuguese political elites (in elected positions at national and local levels), and, on the other hand, to identify the blockages and drivers for change in this area.

Consequently, our guiding research question was centred on the possible mimicry of the hierarchy of gender relations by political context in Portugal (where masculinity enjoys more power and is more socially valued than femininity). Specifically, and considering that there is also a hierarchy among political actors, we tried to determine whether we would find a higher proportion of men in the most powerful and valued political bodies.

In addition to this main interrogation, we raised five additional questions that help us draw the portrait of gender inequalities in the political domain. These focus on: (i) the political and social transformation processes in the Portuguese society of the last century, which both restricted and encouraged the participation of women in politics; (ii) the drivers and blockers of the advancement of women's participation in political elites, both in legislative and local governments; (iii) the layout of women's participation in the legislative and local government elections of the democratic period; (iv) the socio-demographic features that characterize the numerical disparities of men and women's presence in the political elites; and (v) the effectiveness of the current mechanisms for promoting equal participation in politics.

Despite their high participation in the labour market and educational credentials, women still face glass walls and ceilings, remaining in fragile labour market position.

Therefore, having answered our initial questions, we found a high potential for change in the traditional gender paradigm, which is grounded on the significant transformations that have taken place across Portuguese society, particularly in the political domain. Nevertheless, there is still some immobility that keeps men and women in asymmetrical societal positions, especially in regard to political representation. This traditionally masculine field constitutes a privileged medium for discussing and combating social inequalities, as we recognize its central role in the regulation of social relations.

KEYWORDS: Gender, inequalities, politics, parliamentary representation, local government, Portugal

Índice

INTRODUÇÃO	1
1. O ESTUDO DAS ELITES POLÍTICAS E A PERSPECTIVA DE GÉNERO	15
1.1. Feminismo(s), sexo e género	16
1.2. As teorias das elites	34
1.3. O género na teoria das elites	43
1.3.1. Particularidades das elites políticas locais	63
1.4. As desigualdades de género na política: da teoria à aplicação	75
2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: DA CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE OBSERVAÇÃO À ANÁLISE DOS RESULTADOS	80
3. O CONTEXTO SOCIAL PORTUGUÊS: A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E MAIS IGUALITÁRIA ENTRE HOMENS E MULHERES	98
3.1. Os movimentos de mulheres portuguesas: da I República à democracia	99
3.2. A evolução dos direitos públicos e privados	115
4. AS DESIGUALDADES DE GÉNERO NA SOCIEDADE PORTUGUESA	128
4.1. Trabalho e emprego	129
4.2. Lideranças e tomada de decisão	143
4.3. Conciliação entre a vida profissional e pessoal e familiar	152
4.4. Educação	159
5. A SUBREPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO POLÍTICO: DO RECRUTAMENTO À ELEIÇÃO	168
5.1. Acção afirmativa	177
5.2. As mulheres nos partidos políticos portugueses	190
5.3. Atitudes políticas e valores de género	202
6. OS NÚMEROS DO PODER CENTRAL ELEITO EM PORTUGAL	220
6.1. Composição das listas eleitorais concorrentes às eleições legislativas	222
6.2. Deputados/as eleitos/as para a Assembleia da República	239
7. A DESIGUALDADE DE GÉNERO NA POLÍTICA LOCAL PORTUGUESA EM DISCURSO INDIRECTO: QUE “HISTÓRIAS” CONTAM OS NÚMEROS	256
7.1. Os/as eleitos/as para os órgãos autárquicos: uma análise longitudinal	261
7.2. Caracterização dos/as eleitos/as locais: uma análise seccional das eleições autárquicas de 2009	289
7.3. Condicionantes da participação das mulheres no poder local: um modelo preditivo	306
CONCLUSÃO	316

BIBLIOGRAFIA	341
Legislação e documentos institucionais	375
LISTA DE FIGURAS	382
LISTA DE QUADROS	385
ANEXO I. CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL E FAMILIAR	386
ANEXO II. AS MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS PORTUGUESES	390
ANEXO III. ATITUDES POLÍTICAS E VALORES DE GÉNERO	392
ANEXO IV. COMPOSIÇÃO DAS LISTAS ELEITORAIS CONCORRENTES ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS	420
ANEXO V. DEPUTADOS/AS ELEITOS/AS PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	425
ANEXO VI. A DESIGUALDADE DE GÉNERO NA POLÍTICA LOCAL PORTUGUESA	428
ANEXO VII. CARACTERIZAÇÃO DOS/AS ELEITOS/AS LOCAIS: UMA ANÁLISE SECCIONAL DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2009	433
ANEXO VIII. MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS COMO PREDITORAS DA PROBABILIDADE DAS PESSOAS ELEITAS SEREM MULHERES (ELEIÇÃO DE 2009)	469
ANEXO IX. MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS COMO PREDITORAS DA PROBABILIDADE DAS PESSOAS ELEITAS SEREM HOMENS	487
ANEXO X. MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS COMO PREDITORAS DA PROBABILIDADE DAS PESSOAS ELEITAS SEREM MULHERES (2005)	488

LISTA DE ABREVIATURAS

M – Mulheres

H – Homens

HM – Homens e mulheres

SGMAI – Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

CNE – Comissão Nacional de Eleições

STAPE – Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

INE – Instituto Nacional de Estatística

FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos

ESS – European Social Survey

EVS – European Values Survey

UE – União Europeia

IPU – Inter-Parliamentary Union

UN – United Nations

EIGE – European Institute for Gender Equality

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

CA – Conselho de Administração

BE – Bloco de Esquerda

PCP – Partido Comunista Português

PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”

CDU – Coligação Democrática Unitária

PS – Partido Socialista

PPD/PSD – Partido Social Democrata

CDS-PP – Partido Popular

PàF – Coligação Portugal à Frente

GCE – Grupos de Cidadãos Eleitores

Introdução

Nas últimas décadas, a sociedade portuguesa sofreu profundas transformações, tanto a nível político como social, económico e cultural. Sob o signo da democracia, conquistada em Abril de 1974, o processo de modernização e de abertura sociais foi impulsionado de forma significativa e sem precedentes no último século, também no que diz respeito à promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. O combate às desigualdades sociais (que passam, de forma entrecruzada, pela pobreza e exclusão social, pelas desigualdades no mercado de trabalho, no acesso à saúde e à educação), constituiu-se, desde então, como um dos temas centrais da realização democrática.

Também as desigualdades de género, objecto do presente trabalho, têm constituído um campo alargado de debate e de acção, tanto a nível político como da sociedade civil. No entanto, sem prejuízo de todos os avanços registados, as desigualdades, enquanto norma e prática sociais, sobreviveram ao extenso lastro legislativo de promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens dos últimos 40 anos.

Neste trabalho estudaremos o campo das elites políticas, arena particularmente masculinizada, onde a resistência à mudança dos papéis tradicionais de género associados a mulheres e a homens tem sido particularmente arraigada.

Elegemos o campo político como observatório das desigualdades de género uma vez que este se constitui como local privilegiado para a discussão e combate das desigualdades sociais, reconhecendo o papel central que tem na regulação das relações sociais. Entendemos, portanto, as elites políticas como o elo de ligação privilegiado entre a sociedade civil e a acção política e como agentes fundamentais no impulsionamento da mudança social, pelo que a forma como elas próprias se estruturam e reproduzem é essencial não apenas para a compreensão dos mecanismos de uma desigualdade que é estrutural e que perpassa os diferentes sectores da sociedade, como para o seu equilíbrio.

O trabalho que aqui se apresenta resulta, em primeiro lugar, de uma preocupação e de um questionamento pessoais acerca das desigualdades de género. Numa dimensão ligada à cidadania, este tema tem vindo a constituir-se como uma questão central de reflexão e de discussão em círculos mais pessoais. Estes questionamentos, associados a um longo percurso académico que implicou um grande envolvimento na investigação na área dos estudos de género, foram-se tornando cada vez mais presentes e transversais ao percurso pessoal e académico.

O interesse particular na esfera política reflectiu-se também ele na vertente académica. Por um lado, consideramos que a dimensão política ocupa um lugar fundamental na vida social e que condiciona fortemente as relações sociais, nomeadamente de género. Por outro lado, os trabalhos desenvolvidos no âmbito da equipa de investigação da FCSH-UNL, que integrámos desde 2003 (inicialmente no SociNova, actualmente no CICS-NOVA, concretamente no Observatório Nacional de Violência e Género), foram alimentando o interesse na área, particularmente o trabalho coordenado pelo Prof. Manuel Lisboa relativo à participação das mulheres nas elites políticas e económicas (concluído em 2005). Desde logo reconhecemos o potencial de desenvolvimento daquele trabalho, nomeadamente no que diz respeito à relevância de manter actualizados os dados recolhidos, bem como ao alargamento da análise a outras dimensões, como o poder político eleito (parlamento e autarquias). Adicionalmente, tivemos oportunidade de explorar um pouco mais esta área em projectos de investigação posteriores, sempre na perspectiva de que a temática mereceria uma elaboração de maior fôlego, constituindo-se, portanto, o presente trabalho como a concretização dessas ambições.

A assimétrica participação de mulheres e homens na vida política activa (Espada, Vasconcellos, & Coucello, 2002; Martins & Teixeira, 2005; Viegas & Faria, 1999a), situação que não é exclusiva do contexto português (EIGE, 2015; IPU, 2015), constitui-se como um problema social, já que o acesso a esta esfera é limitado a uma parte significativa da população, não por critérios de competências necessárias, mas por motivos que se prendem com a construção social das relações entre os sexos. De facto, não podemos esperar que todas as pessoas tenham um interesse igual nas diferentes actividades; contudo, quando as segmentações coincidem tão

nitidamente com divisões de género (ou de classe e pertença étnica), não é possível ignorar a existência de um problema social de desigualdades (Phillips, 1998a).

Partimos, então, para o desenvolvimento deste trabalho, desta desigualdade social, de uma assimetria de poder entre sexos, penalizadora das mulheres, para perceber se e como configura uma desigualdade de género. Se o acesso à esfera política for, de facto, democratizado, o que explica a larga predominância de homens neste domínio?

É, portanto, objectivo desta investigação compreender como se definem e se reproduzem lógicas de poder exclusivistas, nomeadamente através da avaliação dos bloqueios e potenciais de abertura ao acesso das mulheres ao campo político, que configuram, como defendemos, desigualdades baseadas no género.

Apesar das desigualdades de género no campo político mimetizarem as já amplamente estudadas noutros domínios da sociedade, como nas actividades económicas (*e.g.*, Walby, 2009), no mercado de trabalho (*e.g.*, V. Ferreira, 2010b), na tomada de decisão (*e.g.*, Lisboa, Frias, Roque, & Cerejo, 2006) ou na conciliação entre vida profissional e pessoal e familiar (*e.g.*, Wall & Escobedo, 2013), nesta arena ganham ainda maior visibilidade. De facto, como diversos estudos têm categoricamente apontado, verifica-se ainda uma fraca permeabilidade dos círculos de maior autoridade e poder relativamente às mulheres (*e.g.*, Lisboa *et al.*, 2006; Viegas & Faria, 1999a).

É a partir dos pilares teóricos da sociologia política, em particular das teorias das elites, e dos estudos de género que chegamos à problemática sociológica que se situa ao nível das desigualdades sociais; no caso concreto, as desigualdades de género. Por um lado, sabemos que as relações sociais são genderizadas e que, no contexto de uma sociedade patriarcal, a masculinidade se sobrepõe à feminilidade. Por outro lado, as instituições do poder político são também elas hierarquizadas, com a dimensão dos órgãos e o nível de poder executivo a estabelecerem uma relação positiva com a valorização social de que gozam. Partindo daquele quadro teórico, dos estudos de género, das teorias das elites e do entrecruzamento das duas áreas do conhecimento, concretizaremos a nossa problematização, que se irá

constituir em torno de uma questão central: mimetizará a hierarquia do poder político as relações sociais de género, também elas hierarquizadas?

O presente trabalho, desenvolvido em torno desta questão e do conjunto de outras que dela decorrem, situa-se na exploração e na compreensão das desigualdades de género no poder político e dos factores que para elas concorrem, procurando constituir-se como um contributo significativo para a investigação fundamental e para a sua futura aplicação no quadro do desenvolvimento de intervenções sustentadas que promovam a igualdade de género, na construção de uma democracia plena.

Analisaremos, então, as elites políticas portuguesas, numa perspectiva de género, no espectro que vai desde o poder central legislativo, espaço que tem merecido mais atenção ao nível da investigação (Arceneaux, 2001; Lovenduski & Norris, 2003; Matland, 2005; Niven, 1998; Norris, 1997; Paxton, 1997; Reynolds, 1999; Rule, 2000; Siaroff, 2000; Wangnerud, 2009), até ao poder local. Elegemos estas dimensões para o estudo das desigualdades de género por diferentes motivos. Reconhecendo que este problema social assenta em assimetrias estruturais, e considerando que o Estado desempenha um papel fundamental na correcção dessas mesmas assimetrias¹ (R. Inglehart & Norris, 2003; Loutfi, 2001; Shvedova, 2005; Stetson & Mazur, 1995; Walby, 1999; Yuval-Davis & Anthias, 1989), vemos as elites políticas como o elo de ligação privilegiado entre a acção política e a sociedade civil. Começamos no poder central (Assembleia da República), na medida em que é a partir dele que emanam as principais políticas públicas de combate às desigualdades e porque se constitui como um dos pólos privilegiados de discussão e de visibilidade dos problemas sociais. Avançaremos, de seguida, para a análise do poder autárquico que, nesta ligação entre a política e a sociedade civil, se constitui como um *locus* de análise de particular singularidade, por representar uma forma de democracia mais próxima das populações. Apesar da sua centralidade, este domínio permanece amplamente por estudar, sobretudo no que diz respeito às assimetrias de género dos/as seus/uas representantes eleitos/as.

¹ Aliás, a promoção da igualdade entre homens e mulheres ficou definida na lei geral da República, aquando da revisão constitucional de 20 de Setembro de 1997, como tarefa fundamental do Estado.

Procuraremos, com este trabalho, analisar teórica e empiricamente os processos de transformação da sociedade portuguesa ocorrida no período democrático e que passam por múltiplas interrogações, nomeadamente: pelo modo como os processos de transformação política e social se operaram na sociedade portuguesa e de que forma moldaram a participação das mulheres na actividade política; pelos elementos bloqueadores e/ou potenciadores da participação das mulheres nas elites políticas; pela forma como se configura a participação das mulheres na vida política activa (central e local) e em que medida revela uma desigualdade de género; pelas diferenças sociodemográficas que marcam as disparidades numéricas da presença de homens e mulheres nas elites políticas; e pela eficácia dos actuais mecanismos de promoção da igualdade de género, particularmente ao nível da participação paritária na política.

Por forma a cumprir os nossos objectivos e responder a estas questões, analisaremos um conjunto alargado de dimensões, que passam tanto pela construção de um enquadramento teórico como pela análise dos dados disponíveis, por um lado, para as eleições, legislativas e autárquicas, do período democrático português e, por outro lado, para todos os outros aspectos que consideramos essenciais para a compreensão da fraca participação das mulheres nas elites políticas, e que incluem as áreas do trabalho e do emprego, da educação ou da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar. Em linha com a conceptualização de Walby (1999), o exercício de uma cidadania plena implica não apenas que estejam garantidos os direitos civis e políticos, mas também os direitos sociais e económicos, salvaguardas de uma efectiva inclusão social.

Nesse sentido, começaremos por definir o quadro teórico que servirá de guia para a investigação a desenvolver (secção 1.). Este constituir-se-á como um momento privilegiado de reflexão teórica (ainda que alguns pontos particulares possam ser aprofundados em momentos específicos da análise empírica), onde desenvolveremos os pilares teóricos que o sustentam e que serão capacitadores da discussão das dimensões centrais à análise das desigualdades de género, em particular, no que diz respeito às elites políticas.

O quadro teórico geral mobilizado implica uma aproximação multidimensional. Por um lado, exploraremos a forma como a luta pela igualdade de direitos das mulheres se foi configurando a nível internacional, da qual a realidade portuguesa é subsidiária (secção 1.1.). Para tal, analisaremos o desenvolvimento do feminismo e das teorias feministas, no sentido de percebermos como se enquadrou teoricamente a reivindicação pelos direitos (sociais, económicos, políticos, cívicos, educacionais, sexuais e reprodutivos) das mulheres. Num contexto em que se identificam as desigualdades entre homens e mulheres como antecâmara das desigualdades de género, importa perceber de que forma estes dois conceitos, o de “sexo” e o de “género”, foram sendo pensados, desconstruídos e reconstruídos ao longo do tempo e que impacto essas diferentes abordagens tiveram na configuração da luta social.

Por outro lado, daremos atenção ao conceito de elite, explorando a forma como este instrumento descritivo se foi transformando para acomodar as diferentes abordagens teóricas (secção 1.2.). Exploraremos, então, os principais contributos da área da teoria das elites, tentando perceber como a questão do acesso aos cargos de poder e à tomada de decisão foi sendo teorizada e sob que lógicas exclusivistas as elites se foram formando e foram sendo (re)conceptualizadas.

A partir destas discussões teóricas, conjugaremos as abordagens feitas tanto pela via dos estudos de género como das teorias das elites, no sentido de perceber que papel desempenha o “género” na formação das elites e na sua conceptualização (secção 1.3.). Procuraremos, assim, compreender de que forma se operacionaliza o acesso às elites políticas e quais os mecanismos e recursos mobilizados nesse processo. Nesta sequência, passaremos de seguida à reflexão sobre os factores que condicionam a entrada e permanência das mulheres nos cargos de decisão política e que podem ser agrupados em três grandes ordens de factores (*e.g.*, Matland, 1998): cultural e histórica; demográfica e socioeconómica; e política. Ainda, procuraremos perceber o posicionamento da realidade portuguesa face a estas dimensões.

A fechar este ciclo de carácter predominantemente teórico, centrar-nos-emos nas características específicas do poder local (secção 1.3.1.). Considerando que a nossa análise se centra também nas elites autárquicas, quisemos perceber que

bloqueios particulares esta realidade apresenta à participação das mulheres. O poder local, apesar de partilhar muitas características com o poder central, goza de alguma autonomia e especificidades próprias (Mozzicafreddo, Guerra, Fernandes, & Quintela, 1989), o que também se revela ao nível das desigualdades de género no acesso aos seus cargos de decisão. Nesse sentido, e partindo da tipologia de Jordão (2000) para os obstáculos à entrada e permanência de mulheres na política local, retomamos algumas dimensões comuns ao poder central, procurando aplicá-los à realidade autárquica sem perder de vista as suas particularidades, como são a resistência à incorporação de novos valores e atitudes em meios mais pequenos e conservadores (Jordão, 2000) e os elevados número de reeleições, limitativos da renovação das elites (E. Silva, 2002), que não só constituem um quadro geral de desigualdades sociais como acentuam as assimetrias de género.

Definido o quadro teórico, concretizaremos, na secção 1.4., as questões que guiam o trabalho empírico e que decorrem da reflexão teórica anterior. Na secção seguinte (secção 2.), definiremos a estratégia metodológica a seguir e que inclui a exploração mais aprofundada das questões às quais pretendemos dar resposta. No sentido de caracterizar a participação das mulheres nas elites políticas portuguesas e de identificar os bloqueios que se lhes colocam, bem como os factores potenciadores da mudança, no sentido da construção de uma política paritária, procederemos a uma análise alargada.

Em primeiro lugar, analisaremos, numa perspectiva histórica, a evolução do contexto social português no que diz respeito às transformações sociais e políticas que se operaram na sociedade portuguesa desde a I República, um período contemporâneo dos movimentos feministas de primeira vaga, e que ficou fortemente associado à luta pelo sufrágio das mulheres. Assim, numa primeira etapa (secção 3.1.), faremos uma resenha dos principais momentos pelos quais passou a luta das mulheres em Portugal pela igualdade de direitos entre os sexos, desde o final do século XIX até aos dias de hoje. Pretende-se com isto compreender como se configurou a luta pela igualdade, nomeadamente ao apurar quais os factores que se constituíram como condicionadores da mobilização em torno destes valores e que moldaram o debate e a acção de forma continuada. No contexto da importância que

consideramos que o Estado tem nesta matéria, enquanto regulador privilegiado das relações sociais, daremos igualmente conta das políticas públicas que foram enquadrando o esforço de construção de uma sociedade mais igualitária (secção 3.2.). Seja reflectindo as preocupações da sociedade civil, seja motivando a alteração dos paradigmas sociais, a acção e o debate políticos são centrais para a compreensão das dinâmicas sociais.

Porque consideramos que o domínio político se constitui como nódulo central no mapa das desigualdades de género, perante a impossibilidade de análise isolada e estanque relativamente a outras várias instâncias da vida social (pública e privada), faremos um esforço de contextualização da realidade social portuguesa através do estudo de alguns indicadores que nos auxiliarão na compreensão da conjuntura que molda a participação de homens e mulheres nas estruturas políticas nacionais. Para esse fim, daremos conta da evolução de vários indicadores relativos às áreas do trabalho e do emprego (secção 4.1.), das lideranças e tomada de decisão (secção 4.2.), da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar (secção 4.3.) e da educação (secção 4.4.). Esta avaliação permitir-nos-á identificar os constrangimentos mas também as oportunidades de mudança da realidade de uma fraca participação das mulheres nos cargos de liderança política.

Ainda no contexto dos factores potenciadores ou bloqueadores da participação das mulheres na vida política activa, procuraremos explorar três dimensões adicionais: a acção afirmativa; a participação das mulheres nos partidos políticos; e as atitudes políticas e valores de género.

Começaremos por fornecer um panorama geral das assimetrias na participação de mulheres e homens na política enquadradas nas desigualdades de género em outros sectores, recorrendo a dados internacionais da União Interparlamentar e do Fórum Económico Mundial relativos a 2015 (secção 5.). Neste contexto, apresentaremos a nossa avaliação do sistema político português (que inclui a antiguidade da democracia, o sistema eleitoral e a existência de medidas de acção positiva, entre outros) à luz dos factores bloqueadores ou potenciadores da participação das mulheres nas suas estruturas, uma dimensão que é, aliás, considerada por alguns autores de relevo nesta área, como Pippa Norris e Wilma

Rule, como o preditor mais significativo do recrutamento das mulheres para as elites políticas.

No que diz respeito às três dimensões referidas anteriormente, procederemos, em primeiro lugar, à abordagem de um dos mecanismos de promoção da paridade mais frequentemente utilizados e debatidos, ainda que também um dos mais controversos: a acção afirmativa (secção 5.1.). No contexto de crise social e política, onde, pela violação do contrato eleitoral (que decorre, neste momento, e em larga medida, da dependência nacional face ao capital internacional e às instituições europeias), se observa um esvaziamento da democracia (Freire, 2014), importa perceber como o sistema político, enquanto bastião da legitimidade democrática, gere internamente o problema estrutural das desigualdades de género. É também importante ter este aspecto em linha de conta, mesmo na relação das instituições com a sociedade civil, dado o importante papel que o Estado desempenha enquanto regulador das relações sociais. Nesse sentido, analisaremos as medidas de acção afirmativa mais comuns e, especificamente, a Lei da Paridade implementada em Portugal em 2006, um instrumento legislativo cujo impacto será aprofundado mais adiante, aquando da análise dos dados relativos aos/às eleitos/as à Assembleia da República e às autarquias locais. Mobilizaremos ainda um outro documento legislativo, a Lei de Limitação de Mandatos, de 2005, que, não se constituindo como um diploma que visa a paridade de género, poderá ter algum impacto nesse sentido, dado o efeito que projecta ao nível da renovação das elites.

Em segundo lugar, abordaremos as estruturas partidárias, tanto na sua ideologia como na sua composição, em termos de participação de mulheres e de homens (secção 5.2.). Constituindo-se como instituições dominantes do sistema político e os seus principais *gatekeepers* (Freire, 2001; Kenny & Verge, 2013; Kunovich & Paxton, 2005; Lawless & Fox, 2010; Norris & Lovenduski, 1995), os partidos políticos são um elemento fundamental para a compreensão das dinâmicas que subjazem à participação das mulheres nas elites políticas. Para a análise desta dimensão, e partindo do estudo de Martins e Teixeira (2005) sobre o funcionamento dos partidos e a participação das mulheres nas suas estruturas, recolhemos e analisamos a informação disponível (no final de 2015) nos *sites* dos cinco partidos

considerados (Bloco de Esquerda (BE); Partido Comunista Português (PCP); Partido Socialista (PS); Partido Social Democrata (PPD/PSD); e Partido Popular (CDS-PP)), relativos à composição de cada um dos seus órgãos de abrangência nacional. Complementamos esta abordagem quantitativa com uma análise dos estatutos de cada um desses mesmos partidos, de maneira a compreender a forma como, no documento estruturador do seu funcionamento, abordam a paridade e a igualdade de género. Uma vez que os partidos políticos se constituem como a instância central no recrutamento político, o número de mulheres que incluem nas suas estruturas e a posição ideológica que assumem em relação a este domínio são elementos chave no número de mulheres que elegem, logo na forma como contribuem para uma sociedade mais igualitária.

Finalmente, e num quadro de elites pluralistas cujo acesso está aberto à população em geral, pretendemos encontrar indícios de receptividade da população à participação e à acção políticas bem como dos valores de género presentes na população portuguesa, importantes potenciadores (ou condicionadores) da participação na esfera política, sobretudo no caso das mulheres. Esta avaliação será realizada na secção 5.3. através da análise de indicadores de valores e atitudes (da população em geral e de homens e mulheres em particular) disponíveis em dois inquéritos europeus, representativos da população, às atitudes sociais (*European Social Survey* e *European Values Survey*). Estes instrumentos, com informação recolhida em 2012 no primeiro caso e em 2008 no segundo, fornecem indicadores relativos à participação e ao interesse pela política, às atitudes e percepções face aos/às agentes e instituições políticas e ainda às percepções relativas aos papéis de género. A análise destes indicadores permitir-nos-á avaliar, por um lado, como a arena política é percepcionada pelas pessoas e, por outro lado, a persistência de modelos e valores tradicionais de género que tendem a afastar as mulheres da esfera pública e da decisão (Reynolds, 1999; Shvedova, 2005).

Passaremos, de seguida, nas secções 6. e 7., à análise dos dados relativos aos resultados eleitorais dos sufrágios legislativos e autárquicos portugueses, abarcando genericamente o arco temporal de 1976 a 2015, com uma metodologia marcadamente quantitativa. Entraremos, portanto, concretamente na análise do

número e da proporção de mulheres nos cargos políticos de maior relevância, a nível nacional e local, e cuja ocupação resulta do escrutínio eleitoral, o que nos permitirá compreender as dinâmicas de mudança e os imobilismos que têm caracterizado a vida política no que diz respeito ao género.

Em primeiro lugar, focar-nos-emos no poder central (secção 6.), concretamente nas dinâmicas subjacentes à composição das listas eleitorais apresentadas à Assembleia da República e aos/eleitos/as para esse órgão. Seguindo o defendido por diversos autores, de que não há evidência empírica de que os votantes penalizem as mulheres nas votações (Rallings, Thrasher, Borisjuk, & Shears, 2010, entre outros; Seltzer, Newman, & Leighton, 1997), o momento a montante da eleição, ou seja, o momento do recrutamento, adquire uma centralidade incontornável nas possibilidades de eleição das mulheres. Analisaremos, assim, a composição das listas eleitorais apresentadas às eleições legislativas realizadas entre 1976 e 2015 (secção 6.1.) recorrendo a dados compilados por nós e por outros a partir da informação disponibilizada pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Esta análise contará com uma desagregação por partido político e por círculo eleitoral e constituir-se-á como uma oportunidade privilegiada para a avaliação do impacto da implementação da Lei da Paridade, dado que é justamente sobre este momento do processo eleitoral que a lei se efectiva.

Prosseguiremos, então, para a análise dos dados relativos aos/às deputados/as eleitos/as para a Assembleia da República (secção 6.2.) no mesmo período (1976-2015). A leitura longitudinal destes dados será desagregada por força política e por círculo eleitoral. Também aqui teremos oportunidade para a discussão da efectividade da Lei da Paridade, através da avaliação dos efeitos que produziu, em termos numéricos.

Chegaremos, de seguida, à participação das mulheres no poder político local (secção 7.). Os poderes locais, possuindo características de governação e de recrutamento particulares, representam o *locus* de realização das exigências das populações e de descentralização do poder (Mozzicafreddo *et al.*, 1989), mas de que forma estas elites espelham ou contrariam as lógicas de reprodução das elites parlamentares? A nível internacional, a desigualdade de género tem sido menos

escrutinada na política local comparativamente aos órgãos políticos nacionais (Rao, 2005; Rodríguez-Garcia, 2015; Sundström, 2013), e Portugal não se constitui como uma excepção. De facto, os estudos disponíveis para a realidade portuguesa têm sido eminentemente descritivos e geográfica, institucional e temporalmente parcelares (como é o caso de STAPE, 1986; G. Archer, Costa, & Rosário, 1993; G. Archer, Costa, & Tavares, 1997; G. Archer & Tavares, 2005, 2009; G. Archer, Tavares, & Piteira, 2001a; Jordão, 2000; A.M. Lopes, 2009; Maciel, 2008; P. Nunes, 2008; S. Tavares, Rodrigues, & Silva, 2013). Esta etapa da investigação terá igualmente um carácter marcadamente quantitativo e tem como objectivo dar resposta a estas lacunas. Serão, para tal, analisados os dados dos/as eleitos/as locais do período decorrido entre 1976 e 2013 (ainda que com algumas limitações, que serão descritas em pormenor), recolhidos, através de questionários, pela Administração Eleitoral da actual Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI).

Começaremos por proceder a uma análise longitudinal dos/as eleitos/as para órgãos autárquicos nas suas várias dimensões (secção 7.1.): órgão autárquico (câmara e assembleia municipais e junta e assembleia de freguesia); tipo de órgão (deliberativos e executivos); nível administrativo (órgãos de concelho e freguesia); nível hierárquico (presidentes e outros membros); círculo eleitoral; e partido político (incluindo coligações). Teremos ainda oportunidade para avaliar, agora a nível das autarquias locais, o impacto da implementação da Lei da Paridade nos números das eleitas.

Num segundo momento (secção 7.2.), centrar-nos-emos nas últimas eleições autárquicas para os quais temos dados completos (2009), procurando efectuar uma análise mais pormenorizada dos/as seus/uas eleitos/as. Aqui, pretendemos apreciar as relações que se estabelecem entre o sexo dos/as eleitos/as e, por um lado, as várias dimensões políticas e geográficas referidas anteriormente e, por outro, as características sociodemográficas disponíveis e que incluem a idade, o nível de instrução, a actividade profissional, o estado civil, a naturalidade e o local de residência.

Por último, de modo a ter uma visão de conjunto destes indicadores e de perceber quais são os factores que mais influenciam a probabilidade de dos/as

eleitos/as serem homens ou mulheres, recorremos a uma metodologia de análise de dados multivariada (secção 7.3.). Tendo já estudado o contexto português no que diz respeito ao seu sistema político e social, importa agora compreender como se configura o campo da política autárquica relativamente às características sociodemográficas dos/as seus/uas eleitos/as e determinar se homens e mulheres precisam (ou, na melhor das hipóteses, beneficiam) de *backgrounds* sociais diferenciados, como sugerem Aberbach, Putnam e Rockman (1981), Matthews (1984), Fernandes (1993), Norris e Lovenduski (1995), Best e Cotta (2000), ou Vianello (2004).

Ao realizar um diálogo estreito entre uma ambição teórica e uma vital componente empírica, espera-se que este trabalho represente um contributo significativo para a investigação fundamental e para a sua futura aplicação no quadro do desenvolvimento de intervenções sustentadas que promovam a igualdade de género, na construção de uma democracia plena.

Apenas uma nota final para referir que, neste trabalho, utilizaremos uma linguagem inclusiva. Apesar de reconhecermos as limitações inerentes à abordagem binária de sexo e de género (questão que será abordada na secção 1.1.), não podemos deixar de procurar dar visibilidade linguística a esta questão. A linguagem, enquanto meio de ordenação, classificação e manipulação da realidade (Spender, 1985), surge como parte integrante de um processo social que, como afirma Ridgeway (2011), produz e reproduz a desigualdade de género, consolidando os lugares sociais binariamente diferenciados e assimétricos. Os pronomes pessoais, à semelhança de outras marcas discursivas pessoalizadas, carregam uma representação simbólica e constituem-se como um dos aspectos da linguagem mais socialmente vinculados (Bodine, 1975). De facto, a construção da língua no que diz respeito ao género, comumente discutida em termos meramente de normas gramaticais, assenta no pressuposto do género neutro que é, na verdade, um “falso neutro”, nas palavras de Maria Isabel Barreno (1985). De facto, a linguagem é construída com base em determinados pressupostos, nomeadamente no que diz respeito aos papéis sociais hierarquizados de homens e mulheres na sociedade, onde o masculino se sobrepõe ao feminino (Bodine, 1975).

Visto que este trabalho se pretende focar na desconstrução das dinâmicas de poder hierarquizadas entre os sexos, não faria sentido não ter esta questão em conta e assumir que o “masculino específico [...], num mundo de “diferentes”, tem o poder, tem a capacidade, de representação geral” (Abranches, 2011, p. 35). Nesse sentido, considerando que “as práticas linguísticas [...] devem ser congruentes com as práticas sociais, reflectindo-as, dando delas testemunho e promovendo o seu desenvolvimento” (Abranches, 2009, p. 13), e não havendo, na língua portuguesa, uma neutralidade de género em termos que abarquem toda a diferença, optámos pela inclusão possível².

² Estamos, porém, conscientes de que a mera adopção de uma linguagem inclusiva não é condição suficiente para o questionamento das dinâmicas de género em sociedades que foram construídas em lógicas genderizadas de uma distribuição assimétrica de poderes, podendo incorrer-se no que Okin (1998) designa de “falsa neutralidade de género”.

1. O estudo das elites políticas e a perspectiva de género

Nesta secção serão desenvolvidos alguns dos conceitos-chave que guiarão o trabalho, de acordo com a linha interpretativa que seleccionámos e que assenta em dois pilares teóricos fundamentais, o dos estudos de género e o dos estudos das elites políticas. Mais especificamente, focar-nos-emos, por um lado, nos conceitos de sexo e de género e no seu enquadramento nas teorias feministas. Por outro lado, analisaremos a conceptualização das elites por via da sociologia política e a forma como aquele conceito foi sendo pensado e se foi transformando ao longo do tempo.

Abordaremos então a conjugação destas duas ideias, naquilo que poderíamos chamar de uma terceira dimensão estruturadora do trabalho, debruçando-nos sobre a forma como as questões de género foram sendo incorporadas nas teorias das elites. Na medida em que encaramos a diferenciada participação de mulheres e de homens na esfera política como resultante não apenas da forma como o campo político se foi construindo, mas também de desigualdades de género estruturais, transversais à sociedade portuguesa, este entrecruzamento parece-nos ser essencial à compreensão dos mecanismos que subjazem ao sistemático afastamento das mulheres desta arena.

Nesse sentido, os estudos de género e os estudos sobre as elites constituir-se-ão como os referenciais do trabalho empírico a desenvolver mais adiante, fornecendo a grelha para a leitura e a interpretação da informação relativa não apenas à presença de mulheres nas instâncias do poder central e local (em cargos de eleição), como também noutras dimensões do tecido social que, como defendemos, condicionam o acesso das mulheres a cargos de decisão política.

1.1. Feminismo(s), sexo e género

Na presente secção debateremos os conceitos de sexo e de género enquadrados nos diferentes movimentos feministas. Dada a vasta literatura em torno da definição e apropriação dos conceitos de sexo e de género já produzida, considerámos que a incorporação da discussão desses mesmos conceitos deveria ser feita, neste trabalho, enquanto integradas nos movimentos sociais de luta pela igualdade entre homens e mulheres e igualdade de género. Nesse sentido, estruturaremos esta secção não em torno dos conceitos de sexo e de género mas nos movimentos sociais e na forma como estes os foram apropriando e (re)conceptualizando.

A nossa tarefa aqui é a da sistematização das abordagens às desigualdades de género (desigualdades entre mulheres e homens numa primeira fase), de modo a que, enquanto enquadramento teórico do nosso trabalho, possamos de forma sustentada, construir o desenho desta investigação.

Não pretendemos aqui fazer a história dos feminismos nem apresentar de forma exaustiva as discussões em torno dos movimentos que se foram sucedendo. O nosso objectivo aqui é o de apresentar os principais debates e, sobretudo, a evolução histórica da forma como as questões das desigualdades entre homens e mulheres (e de género) têm sido abordadas. De facto, muitas têm sido as teorias feministas desenvolvidas que, ainda que se sobreponham em muitos aspectos, assentam de grelhas teóricas diferenciadas (Shanley & Narayan, 1997).

O termo feminismo enquanto movimento intelectual, social, político e cultural não é de todo simples de definir já que “resists boundaries [...]; *feminism* allows a range of possible relations between belief and action, a range of possible denotations of ideology or movement” (Cott, 1987, p. 4). De facto, não podemos dizer que exista uma definição universal do conceito (Beasley, 1999; Boles & Hoeveler, 2004; Walby, 2011), devendo, por isso, falar-se em feminismos. Nesse sentido, e porque é necessário estabelecer um ponto de partida, adoptamos a abordagem de Sylvia Walby (2011) quando considera, genericamente, como

feministas as pessoas ou os projectos que procuram a redução das desigualdades de género.

O percurso destes movimentos é comumente delimitado em três grandes fases. O feminismo de primeira vaga, que se situa entre meados no século XIX e início do século XX, teve como principais reivindicações as alterações aos direitos das mulheres, podendo dizer-se que a questão do sufrágio foi a sua grande bandeira. De entre os direitos que eram negados às mulheres, o acesso ao voto foi um dos mais marcantes, acabando os movimentos de mulheres de primeira vaga por se confundir com os movimentos sufragistas. O feminismo de segunda vaga, que se localiza genericamente no tempo entre os anos 60 e 80 do século XX, alargou o debate às desigualdades culturais, às normas de género e ao papel das mulheres na sociedade, onde os direitos sexuais e reprodutivos ganharam particular relevância. A terceira vaga do feminismo, identificada a partir dos anos 90, caracteriza-se sobretudo por uma rejeição de grandes narrativas e pela dimensão da abrangência da diversidade dos discursos, experiências e práticas, relativamente ao feminismo de segunda vaga.

Mas começaremos pelo início, recuando ainda ao séc. XVIII. Um dos escritos considerados como percursos do pensamento feminista, e um dos mais significativos, intitula-se *A Vindication of the Rights of Woman* e foi escrito, em 1792, por Mary Wollstonecraft, sendo considerado como o primeiro tratado feminista e precursor do feminismo moderno (Corrin, 1999; Duman, 2012; Monroe, 1987; Sanders, 2006). Escrita no contexto do pensamento iluminista e dos ideais republicanos, esta obra “urges that women be educated so that they too can become fully rational and self-responsible citizens, moral agents, and family members” (Johnson, 1995, p. 24), defendendo que só através da elisão da hereditariedade e das estruturas patriarcais se conseguiria estabelecer uma república democrática. Dirigindo-se sobretudo às mulheres de classe média, as suas preocupações recaíam sobre a forma como a feminilidade era construída pela sociedade, sobretudo por via da educação e defendia que homens e mulheres eram igualmente racionais devendo, portanto, beneficiar dos mesmos direitos e oportunidades (Corrin, 1999). Wollstonecraft não questionava o confinamento das mulheres à esfera doméstica nem reclamava o direito ao voto; focava-se sobretudo

numa revolução dos costumes que passaria por preparar as raparigas para a possibilidade da independência económica e para que fossem mulheres livres e dignas, mesmo que viessem a casar e a ficar em casa (o que provavelmente aconteceria) (Sanders, 2006). Outra publicação também ela relevante é *La Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (de 1791), da escritora francesa Olympe de Gouges, defensora dos direitos das mulheres e da abolição da escravatura. Esta declaração, baseada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, saída da Revolução Francesa, exigia que às mulheres fossem concedidos os mesmos direitos de que gozavam os homens. Wollstonecraft e Gouges, duas mulheres que, pela primeira vez, defendiam aberta e publicamente a emancipação das mulheres, tanto a nível jurídico, como político, económico e intelectual (Péningault-Duhet, 1980).

Apesar de não ser possível localizar a origem do feminismo, ou mesmo do termo³, podemos identificar alguns momentos marcantes. No século XIX não se falava ainda em feminismo mas em movimentos de mulheres, em progresso das mulheres, direitos das mulheres ou sufrágio das mulheres; de facto, o termo só entrou no vocabulário de forma mais expressiva (ainda que enquanto equivalente a emancipação das mulheres) no início da última década do séc. XIX em França, estendendo-se a outros países europeus ainda antes da viragem do século (Offen, 1988) e, tendo atravessado o Atlântico, se disseminou largamente na segunda década do séc. XX (Cott, 1987).

A convenção de Seneca Falls (em 1848) marcou o início da luta pela igualdade das mulheres, em geral, e pelos do sufrágio, em particular, nos Estados Unidos (Abreu, 2002; McMillen, 2008), podendo constituir-se como o momento que deu início à primeira vaga do feminismo (Walby, 1997). O documento aí assinado, a Declaração de Sentimentos, apontava uma série de diferentes tipos de opressão dos homens em relação às mulheres e reclamava para elas todos os direitos e privilégios que lhes eram devidos enquanto cidadãs dos Estados Unidos. Na Europa, é marcante a criação da *National Union of Women's Suffrage Societies* (NUWSS), fundada em

³ Ainda que seja comum atribuir o cunho do termo ao filósofo (pensador utópico) francês Charles Fourier (Offen, 1988).

1897, sob a liderança de Millicent Fawcett, e a subsequente criação da *Women's Social and Political Union*, em 1903, por Emmeline Pankhurst, após uma cisão com o NUWSS devido a discordâncias relativamente aos seus meios de actuação, reclamando uma acção mais radical. É ainda de referir o papel de alguns/umas agentes sociais como Hubertine Auclert, uma militante anticlerical francesa e a primeira autoproclamada feminista, que, em 1876, fundou a sociedade *Le Droit des Femmes* (que viria, sete anos mais tarde, a mudar a sua designação para *Le Suffrage des Femmes*). Com uma visão progressista, ainda no final do séc. XIX Auclert defendia, para além de uma igualdade entre homens e mulheres relativamente à possibilidade de voto e de eleição, a ideia da paridade, ou seja, de uma partilha do poder político entre os sexos. Para além de procurar pôr termo ao monopólio do poder masculino, é por ela introduzida a ideia inovadora (à época) de que o poder deveria ser partilhado entre homens e mulheres, num quadro de participação equilibrada de ambos nas instâncias dirigentes (Agacinski, 1999).

Também John Stuart Mill, com a sua actividade parlamentar (entre 1865 e 1868) marcada pela perseverante defesa do sufrágio feminino e do reconhecimento da igualdade das mulheres na vida pública. O seu pensamento, consubstanciado na publicação de *The Subjection of Women*, em 1869, foi amplamente influenciado pela sua mulher, Harriet Taylor Mill, que publicou, entre outros, *The Enfranchisement of Women* em 1852 (Caine, 1978). Stuart Mill defendia que a subordinação legal das mulheres aos homens se devia à assunção de que os homens eram fisicamente mais fortes que as mulheres, adiantando ainda que aquilo que se designava como a “natureza das mulheres” se constituía como algo de eminentemente artificial (Sanders, 2006), indiciando já alguma distinção entre os conceitos de sexo e de género.

Em todo o caso, no pensamento feminista de primeira vaga não estava ainda em causa uma mudança radical de paradigma já que, tanto em Wollstonecraft como, mais tarde, em Stuart Mill, se mantinha a assunção de que a maioria das mulheres iria casar, pelo que se parecia procurar melhorar o estado das coisas e não propriamente questionar e modificar o ponto de partida (Corrin, 1999; Sanders, 2006).

Esta primeira fase do feminismo, que, em Portugal teve também particular expressividade como veremos mais adiante (ver secção 3.1.), ficou profundamente marcada por um conjunto alargado de reivindicações abarcando direitos civis e jurídicos das mulheres (nomeadamente os direitos de propriedade, divórcio, educação, serviços de saúde, autonomia relativamente ao marido), tendo encontrado ficado, no entanto, o sufrágio como o seu foco de reivindicação mais célebre (Walby, 1997). De facto, a questão dos direitos políticos e o alargamento da participação das mulheres na política formal constituem-se como uma das tendências mais significativas da política internacional nos últimos 100 anos, onde se destacam alguns momentos significativos: em 1893, a Nova Zelândia é o primeiro país a alargar o direito de voto às mulheres; em 1907, a Finlândia torna-se o primeiro país a incluir mulheres no seu parlamento; em 1946 é atingido o limiar de 10% de participação de mulheres numa legislatura, mais concretamente, na União Soviética; e, em 1967, a República Democrática Alemã atinge o limiar de 30% (Paxton, Hughes, & Painter, 2010).

Como resume Sanders (2006), a primeira vaga do feminismo, ainda que tenha conhecido um início irregular em termos de activismo, foi ganhando ritmo através da acção de indivíduos específicos com objectivos específicos, até ganhar finalmente uma proeminência no interesse público, o que, dado o contexto histórico, representou uma conquista importante. O alargado espectro de acção dos movimentos feministas de primeira vaga tem sido negligenciado e aquilo a que os associamos hoje em dia, simplesmente o direito ao voto, não representa a multiplicidade de reivindicações que passam inclusivamente por um tema que habitualmente se associa aos movimentos de segunda vaga e que tem a ver com a esfera da sexualidade e com o duplo padrão aplicado a homens e a mulheres (Walby, 1997). Também no domínio do mercado de trabalho as reivindicações foram significativas e envolveram questões como as desigualdades salariais ou as condições de trabalho. De facto, as mulheres enfrentavam não apenas o patronato como ainda os seus pares (homens) que viam nas mulheres (mão-de-obra mais barata) uma ameaça às suas próprias reivindicações e inclusivamente aos seus postos de trabalho

(Walby, 1986), o que limitou, nomeadamente, o acesso das mulheres aos sindicatos (Riley, 1990; Walby, 1997).

Apesar de não se problematizar ainda a ideia de género, enquanto construção social que deriva de uma assimétrica atribuição de funções e de poderes entre mulheres e homens, o feminismo de primeira vaga enquadrou um vasto conjunto de reivindicações que configuram, de facto, desigualdades de género, como é o caso do papel das mulheres nas esferas privada (ainda que de forma relativamente limitada) e pública. Apesar desta primeira fase ter ficado, injustamente, para a história como ligada à luta pelo direito ao sufrágio das mulheres, é importante ter em consideração o impacto que esta conquista tem na transformação das relações sociais de género. Mais do que representar a obtenção de um direito, relevante por si só, o acesso à cidadania política constitui-se como um momento decisivo, por um lado, na entrada das mulheres na esfera pública e, por outro lado, da quebra das amarras que as prendem à esfera privada. Esta transformação, operada ao nível do Estado, permitiu, portanto, a deslegitimação das estratégias de exclusão das mulheres em áreas como o mercado de trabalho (Walby, 1986), lógica extensível a outros domínios.

O desvanecimento dos movimentos feministas de primeira vaga, por volta da terceira década do séc. XX, tem sido explicado por diferentes vias: pelo sucesso da sua luta, com o ganho dos direitos básicos de cidadania (o que implica assumir que os objectivos se resumiam ao sufrágio); por estratégias internas deficientes, como a concentração na luta pelo direito ao voto, divisões internas (nomeadamente no que diz respeito ao apoio ou oposição à Grande Guerra) ou o “vender-se” a interesses institucionalizados (como a sindicatos que se abriram, entretanto, à participação de mulheres); ou ainda por ter sucumbido sob os ataques ferozes que fez despontar e que incluem o poder repressivo do Estado, bem como um ataque ao estilo de vida das mulheres que não se regiam pelos padrões sexuais e familiares tradicionais (Walby, 1997).

Apesar do seu esmorecimento, a primeira vaga no feminismo possibilitou, onde bem sucedida, a transição de um regime doméstico de género para um regime

público⁴ através, não apenas do direito ao voto, como também do acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho qualificado (Walby, 2011). Isto não significa, contudo, que os movimentos no sentido da procura de uma igualdade de direitos entre homens e mulheres tenha cessado (Boles & Hoeveler, 2004). De facto, as cerca de quatro décadas que separam a primeira da segunda vaga do feminismo contaram com alguma actividade política por parte das mulheres, mesmo que estas não se reclamassem feministas (Walby, 1997).

Como identifica Betty Friedan (1963), para as mulheres nascidas depois de 1920 o feminismo era algo de distante já que, conquistado o direito ao voto, ele entrou num período de adormecimento. O activismo continuava mas não de forma tão expressiva relativamente aos direitos das mulheres. De facto, o período do pós II Guerra Mundial parece ter operado no sentido de um retorno das mulheres à domesticidade, após a sua entrada em massa no mercado de trabalho, fruto da falta de mão-de-obra masculina decorrente do esforço de guerra. As mulheres (em grande medida, fala-se das de classe média) eram agora encorajadas a abraçarem as suas identidades enquanto esposas e mães (Boles & Hoeveler, 2004). Esta ideia de que as mulheres se sentiriam realizadas no seu papel de mães donas-de-casa é designada de *feminine mystique* por Betty Friedan na sua obra de 1963 com o mesmo nome. A autora, considerada como uma das precursoras do feminismo de segunda vaga (F. Davis, 1999; Henderson, 2007), identifica um mal-estar nas mulheres norte-americanas, ao qual chama “the problem that has no name” (Friedan, 1963). Num contexto social (na sociedade norte-americana) de diminuição da idade do casamento, de aumento da natalidade e de diminuição dos níveis de instrução das mulheres, a autora observou que o ideal da dona-de-casa americana dos anos 50, um ideal de feminilidade, que vinculava a auto-realização das mulheres aos papéis sociais de mães e esposas, provocava nelas um sentimento difuso de frustração e de infelicidade.

⁴ Um regime doméstico de género (ou sistema patriarcal privado) diz respeito a um sistema de estruturas genderizadas e que se baseia no afastamento das mulheres da esfera pública, fazendo da casa e do agregado familiar a principal estrutura (exploradora) das suas actividades de trabalho e da sua sexualidade; o regime público de género (ou sistema patriarcal público) não implica a exclusão das mulheres do domínio público mas sim a sua segregação e subordinação nas diferentes esferas sociais, como o trabalho, cultura, sexualidade ou violência (Walby, 1990, 1997).

A segunda vaga do feminismo, que pode ser situada nas três décadas de 1960, 70 e 80 (Beasley, 2005), foca-se mais nas experiências pessoais (Walby, 2011) e, mais do que alterações na legislação, este também designado como movimento de libertação das mulheres procurava mudanças no sistema económico e social que libertasse as mulheres das concepções de feminilidade de então, que as mantinham em posições asfixiantes, frustrantes e vulneráveis perante os homens (Kent, 2004): “Whilst ‘old feminism’ [de primeira vaga] was individualist and reformist, [...] ‘women’s liberation’ was collective and revolutionary” (Thornham, 2006, p. 25).

Este recrudescimento dos movimentos feministas foi altamente influenciado pelos escritos de Simone de Beauvoir, nomeadamente *Le Deuxième Sexe*. Numa linha teórica de feminismo existencialista, a autora defende que o social se sobrepõe ao natural. Nas suas próprias palavras: “On ne naît pas femme: on le devient. Aucun destin biologique, psychique, économique ne définit la figure que revêt au sein de la société la femelle humaine” (Beauvoir, 1949, p. 15). Beauvoir identifica as mulheres como seres castrados, socialmente subalternizados enquanto um “outro” numa sociedade patriarcal definida em torno do homem e construída por referência a ele. De facto, o modelo teórico que propôs, em torno da construção social da mulher enquanto um “outro”, por relação à noção de *self* e de sujeito reclamada para os homens, serviu de base a muito do trabalho teórico produzido na década de 1970 (Thornham, 2006). Esta perspectiva anti-essencialista, através da crítica às abordagens biológicas, psicanalíticas e marxistas (Thornham, 2006), permitiu definir as relações sociais de género como resultantes dos papéis socialmente atribuídos às mulheres e não da sua natureza inata, abrindo, assim, um novo campo de possibilidades para a transformação da posição das mulheres na sociedade.

O texto de Carol Hanisch, publicado em 1969, *The personal is political*, (inicialmente intitulado *Some Thoughts in Response to Dottie’s Thoughts on a Women’s Liberation Movement*), tornou-se, em grande medida, o *slogan* do feminismo de segunda vaga (Coltheart, 1986). Enfatizando a relação entre a experiência pessoal e a estrutura social e política, as questões ligadas ao corpo (tanto à sexualidade como ao aborto e aos referenciais de beleza), à partilha de tarefas domésticas e de cuidados aos dependentes e à posição no mercado de

trabalho são reconhecidas como não sendo pessoais. Esta expressão resume e representa o deslocamento destas questões, associadas à esfera privada, para o domínio público: “sex, family life, household chores, and, indeed, everyday interactions between men and women were not simply private matters of individual choice but involved the exercise of institutional power” (Siegel, 2007, p. 32). Assiste-se a um reconhecimento da necessidade da luta contra a supremacia masculina ao invés de encarar as mulheres como responsáveis pela sua opressão (Hanisch, 2006), já que o poder masculino é, identifica-se, exercido através de instituições antes consideradas como do domínio do pessoal, como seja o casamento, a educação dos filhos ou a sexualidade (Thornham, 2006).

De facto, a segunda vaga do feminismo caracteriza-se tanto pelo activismo como pela produção teórica, campo onde se destacam ainda Kate Millett, com *Sexual Politics*, ou Shulamith Firestone, com *The Dialectic of Sex*. Uma das importantes contribuições para a teoria feminista assenta no reconhecimento da importância da linguagem e no significado das palavras: “the language of theory [...] only expresses a reality experienced by the oppressors. [...] We can’t just occupy existing words. We have to change the meanings of words even before we take them over” (Rowbotham, 1973, pp. 32-33). Exemplo disto é a contribuição de Millett na redefinição dos conceitos de sexo e de patriarcado, no sentido de passarem a acomodar esta nova perspectiva sobre o problema da opressão das mulheres: o sexo deixa de ser visto apenas como uma mera característica biológica, mas também como uma condição com implicações políticas; o patriarcado passa a designar uma instituição política de opressão institucionalizada de todos os homens sobre todas as mulheres, deixando para trás o seu significado de uma estrutura de parentesco tradicional dominada por um homem mais velho (Thornham, 2006).

Já Firestone encontra na função reprodutiva das mulheres a principal fonte da sua opressão, defendendo que, a partir do momento em que a família biológica, enquanto unidade reprodutiva, for destruída, as mulheres serão libertadas da tirania da divisão sexual. Através do uso de tecnologia reprodutiva, as estruturas sociais e culturais que servem de base a essa divisão sexual, como a família, o casamento ou a

maternidade, falirão permitindo às mulheres escaparem à opressão do mito da feminilidade (Boles & Hoeveler, 2004; Firestone, 1970; Thornham, 2006).

Longe de ser um período coeso em termos de abordagens e reivindicações, também ao nível geográfico (com experiências diferenciadas nos Estados Unidos e no Reino Unido, por exemplo), a segunda vaga do feminismo teve claramente dois focos de acção diferenciados: por um lado, com as questões ligadas à opressão das mulheres enquanto grupo social, que incluíam a igualdade salarial, de acesso à educação e ao mercado de trabalho; e, por outro lado, as questões associadas ao corpo e que se consubstanciam nas reivindicações de autonomia sexual, da contracepção e aborto (Thornham, 2006).

O feminismo de segunda vaga constitui-se, pois, como um espaço de reconceptualização da posição das mulheres na sociedade e que assentou, apesar das divergências relativamente às causas e aos meios para a alterar, num profundo processo de consciencialização do peso da dimensão cultural das estruturas de género, que, compostas por representações e significados construídos, são também políticas e operam no sentido de uma opressão das mulheres.

As abordagens do feminismo de segunda vaga foram, no entanto, alvo de muitas críticas por representarem predominantemente as mulheres brancas, de classe média e heterossexuais, deixando de fora as experiências e contribuições das mulheres negras, de classe operária e classes baixas e das mulheres não heterossexuais.

E é neste contexto, de resposta às falhas identificadas na segunda vaga, que surge uma abordagem diferente, designada, ainda que não consensualmente, de feminismo de terceira vaga⁵. A “mulher” deixa de ser abordada como uma categoria monolítica e deixa também de ser suficiente, enquanto conceito, para abarcar a multiplicidade de experiências e de contextos (a propósito desta diversidade, ver, *e.g.*, Gillis, Howie, & Munford, 2007), passando a ideia de identidade a desempenhar um papel fundamental.

⁵ O termo “feminismo de terceira vaga” terá sido cunhado por Rebecca Walker num texto (originalmente publicado em 1992 na revista *Ms.*) onde afirmava “I am not a postfeminism feminist. I am the Third Wave” (Walker, 2001, p. 80).

As reivindicações nesta nova fase não são propriamente diferentes, a grande alteração situa-se ao nível da abordagem: por um lado, as narrativas individuais e diversas passam a ser centrais em resposta ao “feminismo hegemónico” das mulheres brancas, heterossexuais, ocidentais de classe média; por outro lado, é dada prioridade à multiplicidade de experiências (face à síntese) e à acção (face à justificação teórica); e ainda, é defendida uma posição inclusiva relativamente a assuntos fracturantes dentro dos movimentos feministas anteriores, como a prostituição, a pornografia ou as práticas sexuais (as designadas *sex wars*), afastando juízos de valor relativamente a eles (Snyder, 2008). De facto, a dimensão da abrangência da diversidade constitui-se como o traço mais marcante do feminismo de terceira vaga, como fica bem patente no discurso de Heywood e Drake:

“We know that what oppresses me may not oppress you, that what oppresses you may be something I participate in, and that what oppresses me may be something you participate in. Even as different strands of feminism and activism sometimes directly contradict each other, they are all part of our third wave lives, our thinking, and our praxes: we are products of all the contradictory definitions of and differences within feminism” (1997, p. 3).

O feminismo de terceira vaga alargou bastante o espectro de reflexão e acção (com produção teórica, activismo e produção cultural⁶). Esse alargamento é, muitas vezes, apontado como a sua fraqueza por ter privilegiado a diversidade em prejuízo de políticas e objectivos definidos, como aconteceu com os movimentos de primeira e de segunda vagas (Dicker & Piepmeier, 2003).

Partindo dos estudos *gay* e lésbicos, que, na afirmação de identidades e comunidades específicas, acabam por se fechar sobre si mesmos (Hall, 2003;

⁶ No campo da produção teórica encontramos, por exemplo, as contribuições de Rebecca Walker (1995), de Barbara Findlen (2001), de Leslie Heywood e Jennifer Drake (1997), entre outras; no campo do activismo, temos o exemplo da fundação, em 1992, da *Third Wave Direct Action Corporation* ou a SlutWalk que teve lugar, pela primeira, vez em Toronto, em 2011, tendo-se espalhado depois ao mundo inteiro; no domínio cultural não podemos deixar de referir o movimento Riot Grrrl que, congregando feminismo, política e *punk*, chamava a atenção e discutia, recorrendo a uma variedade de meios (mas com a música e as *fanzines* a desempenharem um papel fundamental), para o preconceito baseado na idade, a homofobia, o racismo, o sexismo e a violência física, psicológica e sexual contra as mulheres e raparigas.

Seidman, 1993, 1997), encontramos as teorias *queer*. O termo foi cunhado por Teresa de Laurentis em 1990 com a intenção de desafiar os discursos monolíticos e homogeneizantes produzidos sobre a diferença, em particular no que dizia respeito as estudos *gay* e lésbicos, entretanto já instituídos no panorama teórico (Halperin, 2003).

Mas mais do que remeter para uma identidade específica, a ideia de *queer* traduz sobretudo uma crítica à identidade⁷ e pode ser genericamente definido como “those gestures or analytical models which dramatise incoherencies in the allegedly stable relations between chromosomal sex, gender and sexual desire” (Jagose, 1996, p. 1). E mais do que uma definição fechada e estanque, porque isso seria contraditório com a própria natureza do conceito, a ideia de *queer* remete sobretudo para uma zona de possibilidades (Edelman, 1994; Sedgwick, 1993). Como refere Jagose, “It is not simply that queer has yet to solidify and take on a more consistent profile, but rather that its definitional indeterminacy, its elasticity, is one of its constituent characteristics” (1996, p. 1).

A ideia de *queerness* remete para a resistência ao normal (Jagose, 1996; Parker, 1994; Warner, 1993) e para o entrecruzamento do sexo, género e sexualidade⁸ (Butler, 1990; Jagose, 1996), misturando as assunções relativamente à tradicional combinação de cada um destes atributos (por exemplo, homem – masculino – desejo por mulheres e pelo género feminino) (Beasley, 2005). As teorias *queer* representam, portanto, uma abertura relativamente às formulações teóricas anteriores sobre a diferença; não se trata de trazer a diferença para o *mainstream* (como acontecia com as identidades *gay* e lésbica), mas de propor “o descentramento das identidades, antes defendendo a fluidez (não só, sublinho, sexual) e o conhecimento como força social” (Amaral, 2001, p. 79). Nesse sentido, o feminismo de terceira vaga passa então a problematizar a posição dos indivíduos na sociedade a partir de um entrecruzamento de múltiplos aspectos identitários (que incluem, entre outros, a nacionalidade, a etnicidade, a idade, a classe e a orientação

⁷ Isto não significa que se defenda um abandono das categorias (das identidades enquanto categorias. Como refere Butler, as categorias são necessárias à acção política; contudo, há que perceber o risco que isso mesmo comporta, já que categorizar implica excluir (Butler, 1997).

⁸ A estas linhas de identificação podem ainda juntar-se outras como a raça (Sedgwick, 1985).

sexual), numa abordagem que, contrariamente ao feminismo de segunda vaga, não compartimenta as identidades e privilegia a singularidade da posição social que resulta do cruzamento das diferentes dimensões identitárias (Furtado, 2014).

Fizemos, nesta inevitavelmente incompleta exposição, uma descrição dos momentos e das contribuições teóricas mais marcantes do percurso dos feminismos desde o século XIX, percurso esse que não é, de todo, linear e compartimentável em períodos estanques, não obstante o esforço de sistematização. O nosso propósito foi sobretudo o de contextualizar historicamente as principais reivindicações dos movimentos sociais ligados à luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de género e localizar, no plano teórico, a discussão que aqui nos ocupa.

Resta, porém, sistematizar dois dos conceitos que estiveram omnipresentes nesta secção, os de “sexo” e de “género”. Os discursos ligados ao feminismo e aos movimentos de mulheres nem sempre os consideraram a ambos.

De facto, numa primeira fase, a teorização e a acção centraram-se especificamente nos problemas que afectavam as mulheres, como é evidente pelos próprios títulos das obras mais significativas para a primeira vaga do feminismo (como *A Vindication of the Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft, *La Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* Olympe de Gouges, *The Subjection of Women* de John Stuart Mill ou *The Enfranchisement of Women* de Harriet Taylor Mill). Focando-se nas desigualdades entre homens e mulheres ao nível dos direitos civis e políticos, a problematização e a actividade centram-se na emancipação das mulheres sem se questionar ainda o seu papel enquanto construção subjectiva centrada em poderes assimétricos.

O conceito de “género” começou por ser adoptado no discurso das feministas dos anos 70 para permitir a diferenciação entre a dimensão socialmente construída e as características determinadas biologicamente (Haig, 2004), associadas ao conceito de “sexo”. Esta separação entre o sexo biológico (visto como fixo e imutável) e o género (produzido e reproduzido socialmente) foi aquilo que permitiu, numa primeira fase, contestar “as racionalizações biológicas deterministas da dominação masculina” (Lovell, 2002, p. 320). As desigualdades entre homens e mulheres não decorriam, pois, das diferenças biológicas, mas de uma valorização

diferenciada das funções e dos papéis sociais associados a cada um dos sexos (J. Archer & Lloyd, 2002; Soper, 1995), abrindo então espaço à mudança e à quebra da ideia da biologia enquanto destino (Fausto-Sterling, 2003; McLaren, 2012).

Mas se, por um lado, associar o “sexo” à natureza e o “género” à sociedade permitiu às feministas começarem a pensar a questão da construção cultural da feminilidade, por outro lado, esta estratégia, como observa Zerilli numa análise dos trabalhos de Monique Wittig, “allowed dominant discourses to acknowledge the distinction without rethinking the foundations of their diverse theoretical enterprises and their concepts of subjectivity” (Zerilli, 1993, p. 154). Nesse sentido, muitas têm sido as críticas a este seccionamento, tanto pela via das ciências sociais como da própria biologia, crítica essa apontada não apenas à indiscutibilidade do sexo enquanto aspecto puramente biológico com categorias naturais e imutáveis, mas também à binariedade com a qual o “sexo” tem sido abordado.

Como defende Butler (1990, 1993), o “género”, enquanto categoria social construída, faz com que o sexo pareça natural e politicamente neutro. Na medida em que não existe um corpo natural que pré-exista à inscrição cultural, todos os corpos são genderizados. Na visão de Butler, a dimensão performativa do género, enquanto uma repetição de actos ritualizados que resulta da acção humana, é o que fornece aos corpos a sua aparência natural. Não se tratar de negar o natural mas sim de reconhecer que o próprio corpo transporta uma inscrição cultural (McLaren, 2012), representando um campo de inscrição de códigos sócio-simbólicos (Braidotti, 2011). Esta ideia decorre, aliás, do já sugerido por Foucault (1978), de que a construção do sexo enquanto categoria natural serve o propósito de mascarar a produção de poder relativamente ao controlo da sexualidade.

Também a bióloga e especialista em estudos de género Anne Fausto-Sterling (1992, 2000, 2003) rejeita o sexo enquanto categoria puramente biológica⁹. Por um

⁹ A autora, no seu livro *Sexing the body*, mostra como, do ponto de vista biológico, a divisão da humanidade em duas categorias sexuais estanques é profundamente redutora: “Knowledge about the embryology and endocrinology of sexual development [...] enables us to understand that human males and females all begin life with the same structures; complete maleness and complete femaleness represent the extreme ends of a spectrum of possible body types. That these extreme ends are the most frequent has lent credence to the idea that they are not only natural (that is,

lado, afirma, a actividade genética não está pré-programada mas desenvolve-se em resposta a estímulos externos; por outro lado, aponta ainda o facto de, como no caso das pessoas intersexo, haver uma decisão social sobre qual o sexo que a pessoa deve ter: o corpo é sexuado e esta sexualização é definida a partir da forma como a sociedade considera que homens e mulheres devem ser e parecer – e essa definição é sobretudo cultural, não natural. Nesse sentido, a categorização das pessoas como homens ou como mulheres constitui-se como uma decisão social: as crenças sobre o género condicionam não só a forma como definimos o sexo mas também o modo como o conhecimento é produzido pelos/as cientistas (Fausto-Sterling, 2000).

Ainda uma outra crítica ao feminismo de segunda vaga assenta no facto de, em grande medida, se ter desenvolvido numa oposição entre homens e mulheres, numa dicotomia entre opressores e oprimidos, ou melhor, entre opressores e oprimidas. Um modelo teórico que assenta nestes pressupostos, de que aos homens pertence o poder e de que as mulheres são destituídas dele (Furtado, 2014), não permitia a incorporação de todo um outro conjunto de posições nas estruturas de poder. Para além das já referidas anteriormente, que decorrem do facto da “mulher” não se constituir como uma categoria monolítica e homogénea, impossibilita, por um lado, a consideração dos homens enquanto categoria também ela heterogénea. A teorização neste sistema binário de oposição exclui todos aqueles que não contribuem para a reprodução das estruturas desiguais de poder e que por elas são oprimidos, nomeadamente através da imposição de modelos de masculinidade que constroem os homens a condutas e papéis específicos, e todos os homens que, em função de categorias identitárias (como a classe, a raça ou a orientação sexual), não beneficiam da posição hegemónica da masculinidade. Por outro lado, ao assumir que as mulheres apenas, e as únicas, vítimas do sistema patriarcal, não são consideradas todas aquelas que contribuíam para a reificação destas posições assimétricas através da participação e alimentação de práticas associadas aos estereótipos femininos (Furtado, 2014). Estas ideias viriam, aliás, por ser trabalhadas teoricamente mais tarde por diferentes autores/as, nomeadamente através da introdução do conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1991; Hancock, 2007; McCall, 2005) que Walby

produced by nature) but normal (that is, they represent both a statistical and a social ideal)” (Fausto-Sterling, 2000, p. 76).

desenvolveria de forma aprofundada (Walby, 2007, 2009; Walby, Armstrong, & Strid, 2012). Ainda, e no contexto da relação entre a teoria social e a política de género, a mesma autora, a partir de uma análise do feminismo de primeira vaga, considera como fundamental a ponderação de elementos, recorrentemente ignorados. Por exemplo, o facto das políticas de género incluírem tanto homens como mulheres nos seus diferentes posicionamentos. Por um lado, nem todos os homens são antifeministas e nem todas as mulheres assumem posições feministas. Por outro lado, as acções tanto dos homens como das mulheres, sejam elas no sentido do combate às desigualdades de género ou de resistência à mudança, têm consequências, pelo que não é possível compreender a política de género sem perceber todas as suas dimensões e que incluem não apenas os movimentos feministas como também as reacções de oposição que desencadearam (Walby, 1997).

Assim, e no que diz respeito às diferentes contribuições teóricas aqui introduzidas, tomaremos como referenciais alguns aspectos de diversas abordagens, provenientes dos três grandes períodos do pensamento feminista.

Em primeiro lugar, é de destacar a contribuição de Wollstonecraft que, em finais do séc. XVIII, ainda antes de podermos falar em feminismo, defendia pública e abertamente a emancipação das mulheres a diferentes níveis no reconhecimento de que eram os homens os detentores do poder e de que faziam uso dele com consequências na determinação da realidade das mulheres. E é esta noção, de uma distribuição assimétrica do poder, que nos importa aqui reter para recuperar a contribuição de Millett (1970). A autora reconceptualiza a noção de sociedade patriarcal, passando esta a designar uma instituição política de opressão institucionalizada de todos os homens sobre todas as mulheres. A esta ideia, e distanciando-nos desta generalização característica da segunda vaga do feminismo, que considera todos os homens como inimigos, e apenas opressores, e todas as mulheres, constituindo um grupo homogéneo, como vítimas (Furtado, 2014), adicionamos a formulação de Walby (1997), já num contexto de feminismo de terceira vaga, ao considerar que as posições feministas não são necessariamente assumidas por todas as mulheres (como veremos mais adiante) e que a oposição à

igualdade não é, nem foi historicamente, professada exclusivamente por homens (como vimos no caso de Stuart Mill).

Ainda do pensamento feminista de segunda vaga, retemos a ideia de que “o pessoal é político”, de Carol Hanisch, e que remete para o reconhecimento de que as esferas pública e privada não podem ser consideradas e interpretadas isoladamente e que vem contrariar a assunção de que a vida pessoal, e em particular a relação entre os sexos, está imune às dinâmicas de poder, dinâmicas essas que eram vistas como marca distintiva do domínio político (Okin, 1998).

Não obstante as reconceptualizações que os conceitos de sexo e de género foram sofrendo, pensaremos, nesta investigação, a questão do género, e das desigualdades de género, enquanto construção social assente na diferença de sexo, no reconhecimento de que, não obstante as multiplicidades de experiências e o carácter exclusivo da categorização (Butler, 1997), subsiste uma dualidade nos modelos culturais convencionais baseados na distinção biológica entre homens e mulheres que têm, tal como o masculino e o feminino, valorações diferenciadas, sendo os primeiros vistos como superiores às segundas, podendo falar, pois, de sistemas androcêntricos, que colocam os homens no seu centro ou no topo da hierarquia (Agacinski, 1999).

Nesse sentido, a categoria “sexo” (operacionalizada enquanto variável dicotómica), na sua formulação convencional, categoria inata, e binária, que compreende homens e mulheres, vai desempenhar um papel central no presente trabalho, ainda que reconheçamos, em consonância com a linha teórica desenvolvida no âmbito das teorias *queer*, que a “arrumação” das pessoas nesta binariedade pré-determinada e determinística (em categorias exaustivas e mutuamente exclusivas de “homem” e “mulher”), nos pareça restritiva e reprodutora da exclusão.

Conscientes dessa limitação, não nos é, contudo, possível, para já, explorar as desigualdades de género por um prisma diferente, face ao tipo de abordagem que pretendemos ter e que se centrará, em grande medida, numa perspectiva quantitativa. Consideramos que seria interessante, por exemplo, perceber até que ponto a expressão das diversas identidades (de género, de classe, étnica, sexual), e

das suas diferentes combinações, influencia, por um lado, a probabilidade de recrutamento por parte do *gatekeepers* políticos (conceito que desenvolveremos mais adiante) e, por outro lado, a reacção do eleitorado. Seria importante, porque a categoria de “mulher” não é monolítica, ir além desta distinção binária; seria importante alargar a análise à participação política da diferença, de pessoas que não se enquadram na norma, que não traduzem uma correspondência (sobretudo) entre o sexo, o género e o desejo, numa abordagem mais próxima das linhas teóricas de Judith Butler que referimos anteriormente. Se a orientação sexual começa a já não ser notícia, o mesmo não se passa com a identidade de género, por exemplo¹⁰. Mas, para tal, necessitaríamos de dispor de um conjunto de outros indicadores que não estão presentes nas estatísticas produzidas actualmente e que apenas poderiam ser obtidos através de instrumentos de carácter qualitativo, nomeadamente entrevistas em profundidade. Não tendo sido essa a abordagem metodológica pensada para este trabalho, partiremos das categorias convencionais do sexo (homens e mulheres) para abordar as desigualdades de género no campo do poder político.

Pensamos, portanto, as desigualdades de género na linha teórica de Walby (1997), ao considerar que existem relações estruturais de poder assimétricas entre homens e mulheres transversais à sociedade, que incluem as arenas políticas formais, principal objecto de estudo do presente trabalho.

A análise desenvolveremos situa-se na confluência de dois campos teóricos específicos, o dos estudos de género, que agora abordámos, e o da ciência política, em particular, as teorias das elites. Importa, nesse sentido, olhar agora para a forma como as elites, nomeadamente as políticas, foram sendo estudadas e interpretadas pelos estudos políticos para que possamos, mais adiante, fazer a ponte entre as duas áreas de conhecimento. Assim, começaremos por perceber como se foi desenvolvendo a teorização sobre as elites políticas, passando depois à incorporação da dimensão do género nesta área.

¹⁰ Relembramos, a título de exemplo, a candidatura de Júlia Mendes Pereira (activista trans candidata do Bloco de Esquerda pelo círculo de Setúbal) à Assembleia da República em 2015 (ver, *e.g.*, Ropio, 2015; Soares, 2015).

1.2. As teorias das elites

Historicamente, a questão da composição, reprodução e papel das elites, genericamente definidas como posições de liderança na sociedade, foi sendo conceptualizada de forma diferente. Se no séc. XVIII foi desenvolvida pela burguesia francesa reivindicando que o sucesso pessoal se deveria sobrepor à hegemonia do clero e da aristocracia (que se reproduzia apenas pela linhagem), no séc. XIX dá-se uma profunda alteração com a introdução da ideia de classe. O conceito de elite passa a opor-se ao de massas (na sequência dos processos de industrialização que levaram a uma explosão da classe trabalhadora e ao fenómeno de urbanização), contexto no qual se enquadra a teoria clássica das elites, com Gaetano Mosca, Robert Michels e Vilfredo Pareto a serem os seus principais percursores (Hartmann, 2007).

Mosca, o primeiro a aprofundar uma sociologia das elites, defende a existência de duas classes – a governante (ou classe política, como também a designa) e a governada:

“The first class, always the less numerous, performs all political functions, monopolizes power and enjoys the advantages that power brings, whereas the second, the more numerous class, is directed and controlled by the first; in a manner that is now more or less legal, now more or less arbitrary and violent, and supplies the first, in appearance at least, with material means of subsistence and with the instrumentalities that are essential to the vitality of the political organism” (Mosca, trad. 1939 [1896], p. 50).

A elite de Mosca é composta por indivíduos que são material e intelectualmente superiores à massa dos governados e que beneficiam ainda de prestígio moral. A fortuna material¹¹ é, aliás, para o autor, considerada como o elemento chave do poder político (Hartmann, 2007).

¹¹ A riqueza passa de ser avaliada em termos de propriedade de terras para ser avaliada em termos de dinheiro com a passagem para sociedades industriais e mercantis (Hartmann, 2007).

Pareto, à semelhança de Mosca, faz remeter a ideia de elite para características pessoais: “I use the word elite [...] in its etimological sense, meaning the strongest, the most energetic, and most capable – for good as well as evil” (Pareto, trad. 2008 [1901], p. 36). Apesar do espectro ser mais alargado, não se cingindo ao campo político mas abrangendo qualquer campo de actividade, foi à elite dos governantes que Pareto dedicou a maior parte do seu trabalho, tendo, para isto, feito a divisão conceptual entre a elite governante, que, directa ou indirectamente, desempenha um papel de destaque nos níveis mais elevados de poder, e a elite não governante (A. Bianchi & Aliaga, 2012).

Mas a principal, e mais reconhecida, contribuição de Pareto para o estudo das elites centra-se na análise da circulação das elites, defendendo que, em qualquer sociedade, as pessoas são sempre governadas por uma elite que se reproduz num processo contínuo de substituição: sempre que uma emerge, a existente decai. Enquadrando-se nas teorias do consenso, a teoria da circulação das elites postula que, para haver estabilidade e continuidade sociais, a elite governante deve ter a capacidade de ir integrando, num movimento ascendente, novos elementos pertencentes às massas, acompanhado por um movimento descendente dos membros da elite para a massa dos governados (A. Bianchi & Aliaga, 2012; Hartmann, 2007).

Já Michels (1915), centra a sua análise das elites no estudo dos partidos políticos modernos, sem, ao contrário de Mosca e Pareto, pretender formular uma teoria geral da sociologia política. Para Michels, o princípio da organização é fulcral: só através dela a democracia é possível. Mas se, por um lado, a organização é a única forma de resistência do proletariado face ao poder económico que não detém, por outro lado, a organização conduz, inevitavelmente, a oligarquias. E isto acontece por três ordens de razão, naquilo que designa como lei de ferro da oligarquia: em primeiro lugar porque a auto-representação é impossível dado o elevadíssimo número de pessoas envolvidas, o que implica que haja sempre um grupo escolhido para representar a vontade dos restantes, grupo esse que é impossível de submeter a um controlo democrático absoluto; em segundo lugar, o autor remete para a ideia de que as massas não querem lidar com a maior parte dos assuntos relacionados

com a organização pelo que se afastam da decisão delegando essas tarefas numa liderança; por último, a tendência oligárquica das democracias é ainda explicada pela especialização profissional destas lideranças, vistas como intelectualmente superiores (A. Araújo, 2003; Hartmann, 2007).

Ao longo da sua obra, Michels aprofunda as causas e os mecanismos da tendência da formação de oligarquias nas organizações políticas democráticas mas, no que concerne ao tema aqui em estudo, importa sobretudo reter que, para o autor, “the incompetence of the masses is almost universal throughout the domains of political life, and this constitutes the most solid foundation of the power of the leaders” (Michels, 1915, p. 86). Observa-se, neste ponto em particular, a proximidade a Mosca e Pareto, relativamente à ideia de que as elites são constituídas por pessoas com características pessoais particulares e diferenciadas das das massas.

Estes três autores, clássicos no contexto do estudos das elites, apresentam uma abordagem semelhante no que diz respeito à divisão que fazem da sociedade em elite e massas e ainda no recurso à ideia de circulação das elites, ainda que seja possível encontrar diferenças importantes entre os três, nomeadamente no que diz respeito aos mecanismos de renovação/reprodução das elites e ao esforço de conceptualização da elite (Hartmann, 2007).

Esta visão de elite como um escol, um grupo superior de pessoas mais capazes, mais talentosas, mais virtuosas, mais competentes, ganha uma forte oposição com o apogeu dos regimes fascistas na Europa e no pós II Guerra Mundial, por ter sido usada para justificar a ideologia fascista de superioridade de uma minoria mais valorosa.

A reconceptualização das elites passou então por focar a atenção não nas pessoas mas na função que elas desempenham, passando-se então para uma abordagem pluralista e funcionalista das elites. Esta teoria, que se tornou dominante na década de 1950, teve como precursores Karl Mannheim, que introduz o princípio da meritocracia como elemento chave na constituição das elites, assente no pressuposto de que é a partir da sociedade em geral, aberta e democrática, que se fez o alargamento das elites, tornando-as progressivamente menos exclusivistas.

Contudo, o autor aproxima-se dos teóricos clássicos das elites na medida em que considera que esta abertura das elites às massas irá resultar naquilo que designa como a proletarianização da “intelligentsia”, ou seja, à medida que o espaço ganho e ocupado pelas pessoas “médias”, com uma inteligência mais limitada, aumenta, o trabalho intelectual e cultural vai-se desvalorizando (Hartmann, 2007).

Mas o principal representante desta nova linha de abordagem das elites é Robert Dahl (1961) que, através do seu estudo das estruturas de poder em New Haven, EUA, identifica desigualdades nos recursos políticos mas com uma configuração diferente: ao passo que nos cem anos anteriores se assistia a um fenómeno de desigualdades cumulativas (a detenção de um determinado recurso estava, por norma, associado à posse dos restantes), na sociedade americana de meados do séc. XX, Dahl encontra um pluralismo nas elites, ou seja, o poder já não está concentrado num único grupo mas sim disperso por vários, de composição diversa, tanto social como étnica. Para o autor, a questão das elites acaba por se focar no aspecto do acesso ao poder, defendendo que todos os cidadãos deverão ser iguais em oportunidade de acesso à decisão política, independentemente da classe social, raça ou género. Aliás, refere ainda que, para que isto possa verdadeiramente acontecer, o recrutamento para os lugares de decisão política deve ser feito de forma proporcional à dimensão desses grupos na sociedade (Hartmann, 2007).

Também Suzanne Keller foi responsável por consideráveis desenvolvimentos na área da teoria das elites, centrando o seu trabalho naquilo que designa como elites estratégicas. Num contexto social e histórico em que, observa, pela crescente especialização e diversidade funcionais, as elites modernas se formam predominantemente através de critérios meritocráticos, independentemente do sexo, raça, classe, religião ou idade; já não existe uma única elite que governa mas sim múltiplas elites especializadas em funções específicas. Nesta pluralidade, nem todas têm uma importância significativa para a sociedade como um todo – “some elites are more elites than others” (Keller, 1991 [1963], p. 20) – e a autora centra-se nas elites estratégicas. A existência destas, “whose judgements, decisions, and actions have important and determinable consequences for many members of society” (Keller, 1991 [1963], p. 20), resulta de quatro “forças” na sociedade:

aumento da sua dimensão, divisão do trabalho, organização formal e diversidade moral, que tornam impossível a existência de apenas uma única elite. Ainda que a origem social continue a estar relacionada com a pertença a elites (grupos privilegiados continuam a constituir a maior parte de algumas elites), a autora defende que a igualdade de oportunidades no acesso às elites tende a aumentar com a necessidade de competências e conhecimentos mais especializados, que obriga a um recrutamento nos vários estratos e classes da sociedade (Hartmann, 2007).

Claramente influenciado pelos teóricos clássicos das elites, C. Wright Mills parece situar-se num espaço de transição para a teoria pluralista das elites. Definindo-a, de uma forma muito sucinta, como “as pessoas de carácter e energia superiores”¹² (Wright Mills, 2000 [1956], p. 13), o autor expande, contudo, esta definição ao não circunscrever a pertença à elite ao “ser”, situando-a, sobretudo, numa combinação entre o “ter” e o “estar”. Baseando-se na análise da sociedade norte-americana de meados do séc. XX, C. Wright Mills defende que o poder está nas instituições política, económica e militar que, altamente centralizadas, se interligam num triângulo de poder.

A elite é composta por “those who have the most of what there is to have, which is generally held to include money, power, and prestige” (Wright Mills, 2000 [1956], p. 9). Contudo, não é possível ter “tudo o que há para ter” sem se ocupar uma posição na estrutura que permita obter e manter estes atributos. É nas, e através das, instituições que a elite se forma; são as pessoas (os homens) nos círculos de topo destas instituições que constituem as elites de poder e cujas acções e atitudes resultam em “grandes mudanças” para a sociedade (Wright Mills, 2000 [1956]).

Assim sendo, e dadas as interligações e interdependências entre aqueles centros de poder (político, económico e militar), é inevitável, para C. Wright Mills, que estas esferas de todo acabem por se sobrepor, formando-se então aquilo que o

¹² Tradução da autora.

autor designa de elite do poder, numa combinação, nem sempre equilibrada¹³, destes três grupos.

Esta elite de poder, ainda que composta sobretudo por pessoas dos estratos sociais mais elevados (com uma forte componente de berço e de acesso ao ensino superior), não se caracteriza somente pela origem social, como no caso da aristocracia. Há que ter em atenção a forma como é levado a cabo o recrutamento e em que valores e princípios se baseia, onde o capital económico desempenha um papel fundamental.

C. Wright Mills, numa análise que se centra sobretudo no desenvolvimento de uma teoria das elites por via da sua relação com as classes sociais, aproxima-se de Bourdieu não só no foco de análise (elites e classes) como também na perspectiva que apresenta relativamente à estrutura das elites: não só reconhece a existência de uma única elite de poder como o seu elevado grau de coesão interna. Coincidem ainda na crítica ao pressuposto meritocrático postulado pela perspectiva pluralista das elites, já que não observam uma verdadeira abertura do acesso a todos os grupos sociais. Diferem, contudo, na abordagem à questão central: se Wright Mills está sobretudo preocupado em perceber como e por quem são tomadas as decisões que afectam a sociedade como um todo, para Bourdieu o foco situa-se ao nível dos mecanismos de reprodução da classe dominante e do seu poder (Hartmann, 2007).

Reconhecendo a influência da elite económica e empresarial, quando comparada com as restantes, e o capital económico como raiz de todos os outros capitais, Bourdieu não deixa de apontar duas outras dimensões marcantes, como são o grau académico (ao qual está longe de ser alheia a importância da instituição que o confere) e o *habitus*, especificamente, neste caso, o *habitus* de classe, “princípio unificador e gerador de práticas [...] como forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe” (Bourdieu, 2006 [1979], p. 97).

Nas sociedades modernas, com a abertura das elites, potenciada em grande medida pela democratização do acesso à educação, Bourdieu argumenta que as próprias instituições de ensino superior, para além do seu papel na reprodução da

¹³ O autor acaba por dedicar boa parte da sua atenção à influência que a elite empresarial tem na política.

classe governante garantindo acesso privilegiado a posições de liderança aos filhos dessa mesma classe, elas se constituem sobretudo como um mecanismo de reprodução de uma determinada estrutura, de um sistema de diferenças e distâncias (Bourdieu, 1996).

Numa tentativa de ruptura com as anteriores teorias sobre as elites, Bourdieu altera a terminologia empregue – classe governante, ou classe dominante, para campo de poder. Definindo-o como “the system of positions occupied by the holders of the diverse forms of capital which circulate in the relatively autonomous fields which make up an advanced society” (Bourdieu, 1993, p. 20), move o foco de análise das pessoas que ocupam posições de poder para as estruturas (Bourdieu, 1993). É aqui que se vai centrar a sua análise. Numa entrevista dada a Loïc Wacquant a propósito da sua obra *La noblesse d’État*, o autor sistematiza a sua abordagem reconhecendo a existência de um espaço de posições ocupadas por aqueles/as que detêm um elevado nível de algum dos diversos capitais e que só pode ser entendido nas relações estabelecidas entre eles. Por outro lado, esse espaço divide-se em sub-espacos (em cada um dos campos, como o intelectual, o poder económico, etc.) sendo aqui que se deve centrar a observação:

“The proper object of analysis is the objective relations that obtain between these various sub-spaces, and the mechanisms which tend to reproduce these relations by continually redistributing the agents who will occupy their positions, in such a way as to perpetuate the structures, and especially by inculcating the properties and dispositions appropriate to that end. In other words, by granting some not only the *right* of entry but also the *desire* to do so” (Bourdieu, 1993, p. 21).

Se o capital económico é importante nas sociedades capitalistas¹⁴, até porque pode ser convertido em capital cultural institucionalizado, a detenção de credenciais educacionais é cada vez mais condição para a transmissão de poder. Mas para além das competências técnicas das quais dotam os seus alunos, as universidades,

¹⁴ A relação que se estabelece entre o poder económico e a composição das elites governativas portuguesas foi recentemente estudada, apontando para uma estreita relação entre estas duas dimensões (Campos, Costa, Lopes, Louçã, & Moniz, 2015).

sobretudo as de elite, desempenham também um papel crucial na reprodução das elites, alimentando a homogeneidade social da classe dominante através da sua selectividade social. O estudo levado a cabo por Pierre Bourdieu (1996) sobre o *background* dos estudantes e diplomados mostra essa mesma homogeneidade social, em que a grande maioria dos alunos das universidades de elite francesas são descendentes da classe dominante (Bourdieu, 1993; Hartmann, 2007). Mais especificamente, a crescente profissionalização da política, patente na construção/autonomização do campo das ciências políticas, está correlacionada com o afastamento da maioria da população da política já que gera nestas um desapossamento dos discursos e das práticas entretanto especializados no campo político (Bourdieu, 1989).

A reprodução da classe dominante é apenas possível pelo *habitus* que, enquanto “a principle of coherence, [...] tends to reproduce the conditions of its own production by producing, in each of these realms, the objectively coherent and systematic lines of action that characterize a mode of reproduction” (Bourdieu, 1993, p. 31).

Numa revisão aprofundada sobre as teorias das elites, Tom Bottomore (1993 [1964]) conclui que os teóricos das elites desenvolveram o seu pensamento em torno de uma compatibilização dos ideais de igualdade num contexto de sociedades historicamente desiguais, assente numa distinção entre governantes e governados. Tentando introduzir o princípio da meritocracia, aceitam e justificam a divisão da sociedade em classes sugerindo que as elites são compostas pelos indivíduos mais capazes, independentemente da sua origem social.

E é nesta passagem que se introduz a ideia de igualdade de oportunidades como substituta da de igualdade por si só. Contudo, para Bottomore, aquele conceito, de igualdade de oportunidades, é em si mesmo paradoxal. Por um lado, remete para a ideia de igualdade, uma igualdade pela qual se tem de pugnar dada a conhecida influência das enraizadas distinções de classe nas oportunidades individuais. Mas, por outro lado, pressupõe desigualdade, na medida em que se trata de uma oportunidade de acesso a um nível mais elevado numa sociedade estratificada, logo desigual. Assim,

“equality of opportunity would only become a reality only in a society without classes or élites, and the notion itself would then be otiose, for the equal life-chances of individuals in each new generation would be matters of fact, and the idea of opportunity would signify, not the struggle to rise into a higher social class, but the possibility for each individual to develop fully those qualities and intellect and sensibility which he or she has as a person, in an unconstrained association with others” (Bottomore, 1993 [1964], p. 117).

Em suma, na passagem da teoria clássica para a teoria pluralista das elites, estas passam a ser vistas como um instrumento descritivo usado para identificar posições de topo, lugares estratégicos, de influência ou de poder na hierarquia. Deste modo, os membros das elites passam a ser reconhecidos como alguém que ocupa determinada posição e não exclusivamente por estarem investidos de características específicas.

Contudo, se uma elite não é definida por “quem é”, a questão que se coloca é, no âmbito da reflexão que propomos, qual o papel que o género desempenha neste contexto? Se as características pessoais deixam de ter um papel central na definição da elite, como se explica e justifica a exclusão sistemática de um conjunto de pessoas das posições de poder, pessoas essas que partilham uma característica comum? Importa, neste sentido, mais do que perceber quem são as elites, ou quais as características daqueles que ocupam cargos de topo, entender de que forma é operacionalizado o acesso a esses cargos e que mecanismos são mobilizados durante o processo. As conclusões retiradas por Vianello (2004) revelam que mulheres e homens não diferem em termos de percepção do impacto que tem o exercício do poder. Contudo, para aceder à elite, as pessoas precisam de (ou o acesso à elite é beneficiado por) um *background* mais vantajoso, nomeadamente no que diz respeito a características dos seus pais (sobretudo, nível de instrução e desempenho de funções de supervisão nas suas profissões).

Mas mesmo com a abertura das bases de recrutamento, numa fase em que os recursos educativos deixam de estar dependentes do capital económico, a questão das mulheres continuava a ser desconsiderada no estudo das elites, nomeadamente políticas, tópico que abordaremos de seguida.

1.3. O género na teoria das elites

A inclusão da questão do género no estudo das elites é bastante recente (Lovenduski, 1992). De facto, “even leaving aside Machiavelli’s patent masculinism, not Pareto, or Mosca, or Michels, or Sartori, or Bobbio [...] paid attention to the fact that a half of the population in every society has been excluded from power in the public sphere” (Vianello & Moore, 2004, pp. 1-2).

A ausência das questões de género enquanto elemento de exclusão de uma parte significativa da população da participação nos centros de decisão política não pode ser explicada pela inexistência de uma consciência social relativamente à posição das mulheres na sociedade. Como vimos, os movimentos sociais relativos aos direitos das mulheres tinham já, em meados do séc. XX, um longo percurso percorrido, nomeadamente no que diz respeito à participação política. Tão-pouco podemos assumir que a questão nunca tivesse sido sequer ponderada no âmbito das teorizações sobre as elites, mesmo antes da passagem das teorias clássicas para as pluralistas e funcionalistas, dominantes a partir da década de 1950.

Já em 1936, Karl Mannheim incluía ambos os sexos na sua conceptualização das elites: “seen as a whole, modern democracy is a selective machinery combining all three principles [blood, property, achievement]. Its élites are a medley of successful men and women who have attained their positions by means of one or more of the three principles” (2013 [1936], pp. 89-91). Não se situando o autor ainda na ideia puramente meritocrática, faz uma referência explícita a uma igualdade de acesso às elites de homens e de mulheres.

Mas esta não parece ser uma preocupação da generalidade dos autores que se debruçaram sobre o estudo teórico ou empírico das elites. Continua a assistir-se, em plena passagem para a teoria pluralista das elites, a uma exclusão das mulheres dos centros de poder, não apenas na prática como também conceptualmente. A definição de elite do poder de Wright Mills é um reflexo claro disso mesmo: “the power elite is composed of men whose positions enable them to transcend the

ordinary environments of ordinary men and women” (Wright Mills, 2000 [1956], pp. 3-4).

Nesse sentido, não podemos deixar de, pelo menos, questionar a existência de alguma intencionalidade implícita na teorização das elites, que, não resistindo a uma inevitável e importante abertura a outros sectores da sociedade, continua a reger-se por uma lógica de auto-preservação, dificultando um acesso verdadeiramente igualitário em oportunidades. Qualquer que fosse o foco de análise – composição, reprodução, circulação das elites; poder, dominação, violência – sempre se assumiu que as elites eram masculinas. Baseando-se na ideia de que os homens têm um desejo inato pelo poder, todas as organizações de poder são vistas como oligarquias masculinas, sem que este facto tenha alguma vez sido questionado (Vianello & Moore, 2004).

Estudos como o de Dahl (1961) ou o de Higley, Hoffmann-Lange, Kadushin e Moore (1991) vêm mostrar que, apesar de poderem existir sectores de recrutamento predominantes, todas as pessoas estão (potencialmente, acrescentamos nós) representadas. Neste último estudo é reconhecida, na composição das elites políticas, a existência de heterogeneidade social, em termos de classe e de enquadramento religioso, com proveniências dos seus membros muito variadas no que diz respeito a sectores organizacionais e grupos de interesse. Mas continua a não ser dada relevância à ausência evidente de um largo segmento da população, como são as mulheres. Mesmo em estudos mais recentes, nomeadamente relativos à transformação das elites políticas portuguesas (Magone, 2000), não é contemplada a questão do género. As mulheres são apenas referidas a propósito das questões do sufrágio e da sua fraca presença no Parlamento.

A própria concepção de elite deveria, nesse sentido, ser alvo de uma releitura, considerando que “the theory of elite was, in fact, formulated and elaborated in a world where women were excluded from power in the public domain and where men celebrated their deeds drawing support and inspiration from the myth of the ‘Great Man’” (Vianello & Moore, 2004, p. 187). Tendo em conta que a tradicional associação entre “homem” e “esfera pública” foi já amplamente desconstruída, a base conceptual de elite deve ser repensada e deve ter em linha de

conta o papel das mulheres na sua composição e reprodução, ainda que a actual definição das elites, genericamente consensual, seja gramaticalmente neutra em termos de género: “Political elites are persons whose strategic positions in large and powerful organizations and movements enable them to influence political decision-making directly, substantially, and regularly” (Higley & Moore, 2001, p. 176).

A sucessiva queda de barreiras formais à entrada das mulheres em diferentes esferas sociais, nomeadamente as elites, vai revelando a existência de outros bloqueios, informais, que são de mais difícil identificação e mudança. A entrada das mulheres no mercado de trabalho e no meio académico ou a alteração do seu papel na esfera pública são exemplos de rápidas mudanças possibilitadas por uma regulamentação oficial, como veremos mais adiante. Já a participação das mulheres nas esferas de topo (política, empresarial) não acompanhou aquele crescimento, ainda que não existam barreiras regulamentares (V. Ferreira, 1999; Oliveira, Batel, & Amâncio, 2010; Phillips, 1998b; Viegas & Faria, 1999a).

Os primeiros estudos na área das elites focaram-se sobretudo na forma como elas se constituem e como se reproduzem. A relação entre género e elites políticas é relativamente recente na literatura (R.H. Davis, 1997; Lovenduski, 1992; Sapiro, 1998) e a convicção tradicional de que as mulheres têm uma aversão “natural” a determinados assuntos pode ter tido aqui, como em tantas outras esferas, o efeito de travão no desenvolvimento de um *corpus* teórico em torno da questão.

O próprio Estado, que desempenha um papel importante no processo de regulação das relações sociais, nomeadamente entre esfera privada e esfera pública (R. Inglehart & Norris, 2003; Loutfi, 2001; Shvedova, 2005; Stetson & Mazur, 1995; Walby, 1997; Yuval-Davis & Anthias, 1989), só tardiamente foi convocado para o debate, e também para a investigação empírica, já que os movimentos feministas das décadas de 1960-70 assentavam numa profunda desconfiança relativamente a ele, na medida em que era tido como um instrumento patriarcal de institucionalização e reprodução da dominação masculina (Christmas-Best & Kjær, 2007; Mottier, 2004). Só quando o Estado passa a ser encarado como uma entidade heterogénea com uma posição mais neutral é que o género começa a ser visto como uma questão de cidadania. O próprio discurso político passa a fazer parte do debate

em torno da (des)igualdade de género quando se percebe que essas desigualdades derivam de uma distribuição desequilibrada do poder entre homens e mulheres, que genderiza as esferas pública e privada. Desafiar, e desconstruir objectivamente, estas concepções passa por democratizar não só a esfera pública como também a privada, fazendo descolar o “público” do “masculino” e o “privado” do “feminino”.

Walby (1997) sistematiza a forma como estudos políticos têm tratado e integrado (ou não) as questões de género em quatro grandes abordagens. A primeira simplesmente ignora as mulheres e pode ser ilustrada pelo trabalho de Seymour Lipset sobre as bases da democracia, de 1960, ao considerar como democráticas sociedades em que as mulheres não tinham o direito ao voto. Numa segunda fase, identificada pela autora como uma fase de crítica, são apresentadas as falhas relativas aos estudos que ignoram as mulheres e que passam, por exemplo, pela assunção acrítica do domínio masculino e da masculinidade enquanto comportamento político ideal. Num momento seguinte, surge uma terceira fase que passa a dar atenção às mulheres, passando a integrar um assunto anteriormente negligenciado, focando-se, contudo, apenas no estudo das mulheres que entram na política enquanto casos excepcionais. Por último, é possível encontrar uma quarta fase onde a dimensão teórica do género é completamente integrada nos estudos políticos, o que implica, por exemplo, uma análise do papel que os homens desempenham na tentativa de manutenção de um campo político genderizado.

Não tendo a paridade sucedido ao sufrágio universal, como inicialmente se pensou que pudesse acontecer, têm sido várias as tentativas de explicação da disparidade numérica entre homens e mulheres neste contexto. Genericamente, essas barreiras podem ser agregadas em diferentes tipologias, que reflectem formas diferenciadas de análise, mas que remetem, na prática, para os mesmos problemas substantivos.

Jordão (2000) centra a sua atenção nos contextos, inventariando os obstáculos da participação feminina nos órgãos autárquicos, dividindo-os em factores endógenos e exógenos ao campo político.

Por outro lado, O’Leary (1974) propôs, para explicar a falta de mulheres em lugares de poder e de tomada de decisão (em particular nas empresas), um modelo

que distingue factores internos e externos às próprias mulheres (e que incluem as atitudes e comportamentos das mulheres e face às mulheres, respectivamente). Este modelo foi posteriormente actualizado por O’Leary e Flanagan (2001), que passou a descrever os factores limitadores da participação das mulheres em posições de liderança em duas ordens: factores culturais e factores que são influenciados tanto por diferenças individuais como pela cultura, cuja relação é moderada pela composição de género do meio envolvente. Este modelo evoluiu, portanto, de uma visão centrada nas mulheres (nos factores internos e nos que lhes são externos) para um outro que tem por base a cultura.

Outra linha de investigação analisa a questão a partir da perspectiva da oferta (relacionada com as circunstâncias e atitudes das próprias mulheres) e da procura (referente ao meio envolvente e às particularidades do campo, neste caso, político) (Arceneaux, 2001; Ecklund, Lincoln, & Tansey, 2012; Norris, 1997; Norris & Lovenduski, 1995; Paxton & Kunovich, 2003; Paxton, Kunovich, & Hughes, 2007; Rao, 2005).

Por fim, um outro conjunto de autores/as (Christmas-Best & Kjær, 2007; Kenworthy & Malami, 1999; Matland, 1998; Paxton, 1997; Reynolds, 1999; Shvedova, 2005; Zimmerman, 1994) considera o agrupamento dos constrangimentos à participação das mulheres na política segundo a substância, propondo três grandes ordens de factores: culturais e históricos; demográficos e socioeconómicos; e políticos.

Esta última abordagem parece-nos ser a que melhor reflecte as opções definidas pelo presente trabalho.

Em primeiro lugar, a perspectiva de Jordão (2000), ainda que eficaz, parece-nos relativamente redutora, ao centrar a discussão no domínio da política quando existem outros factores, como defendemos, com igual ou até superior centralidade na explicação dos bloqueios à participação das mulheres na política. Consideramos, portanto, que essas dimensões não devem ser retiradas da definição da tipologia, ainda que a possamos recuperar pontualmente, a propósito da análise do poder autárquico.

Em segundo lugar, a perspectiva de O’Leary (1974), actualizada por O’Leary e Flanagan (2001), não nos parece suficientemente descritiva e abrangente. No caso do primeiro modelo, a tipologia é feita a partir das mulheres e não dos constrangimentos em si; já no segundo, apesar de conseguir agrupar várias dimensões importantes, não é suficientemente descritivo, pelo que a sua operacionalização é dificultada.

Já a terceira abordagem que referimos, baseada nos modelos económicos da oferta e da procura, pressupõe um hipotético estado de equilíbrio. Não contempla o facto de o mercado, neste caso político, não ser perfeito, além de também desvalorizar as desigualdades na competição e a truncagem da informação disponível, assumindo que os mercados são entidades abstractas e não compostas por pessoas que tomam decisões subjectivas, guiadas nomeadamente por ideologias de género (Krook, 2010). Parece-nos, assim, que não se trata da abordagem mais adequada para este trabalho.

Por conseguinte, seleccionámos como abordagem preferencial a tipologia que agrupa em três grandes ordens de factores os constrangimentos a uma participação igualitária entre mulheres e homens na política: factores de ordem cultural e histórica; demográfica e socioeconómica; e política (sistema político e instituições eleitorais), esta última também explorada por outros/as autores/as (*e.g.*, Norris, 1985; Norris & Lovenduski, 2005; Rule, 1981, 1987). Esta abordagem parece-nos, no contexto deste trabalho, a mais adequada, já que permite uma melhor operacionalização dos conceitos, aplicados em indicadores concretos, e apresenta um nível descritivo exaustivo e simultaneamente agregador das diferentes dimensões que foram sendo consideradas na literatura dedicada. Seguimos, portanto, esta tipologia e enquadraremos nela todos os factores que considerámos relevantes.

Especificamente, as questões de ordem cultural e histórica remetem sobretudo para a ideia de sociedade patriarcal, onde os papéis sociais de género, assentes nas funções de homens e mulheres na sociedade, assimétricas em termos de poder, determinam as expectativas de todos/as (Paxton, Hughes, & Green, 2006): “men, across virtually all cultures, are socialized to see politics as a legitimate sphere

for them to act in. This leads to men having a greater knowledge of and interest in politics, and greater political ambition” (Matland, 2005, p. 94).

A construção assimétrica dos papéis sociais de género, que tendem a afastar as mulheres da esfera pública e da decisão (Reynolds, 1999; Shvedova, 2005) tem implicações e diferentes níveis. Uma desigual distribuição das tarefas e dos papéis no contexto familiar implicam, por um lado, a limitação das escolhas, oportunidades e da participação das mulheres (Moghadam, 2003; Norris & Lovenduski, 1995), gerando processos de auto-exclusão onde as mulheres se consideram menos competentes, menos capazes e menos confiantes para a actividade política (Fox & Lawless, 2004; Rao, 2005; Shvedova, 2005). Ou seja, perante estas crenças e valores sociais, apenas uma pequena parcela de mulheres se disponibiliza para entrar no sistema de recrutamento: “women’s lesser political engagement may constitute a «constructed preference» – not a freely chosen taste but a reflection of the fact that politics has been traditionally, and continues to be, dominated by men” (Verba, Burns, & Schlozman, 1997, p. 1053).

Por outro lado, esta “dupla jornada” da actividade profissional e das responsabilidades domésticas (Shvedova, 2005) retira à mulheres o tempo necessário para um maior investimento (Corrin, 1992); como observam Martins e Teixeira (2005), as mulheres que despendem mais tempo nas actividades partidárias são aquelas que se encontram mais favoravelmente posicionadas nas listas eleitorais (em lugares elegíveis ou potencialmente elegíveis). Mais, esta desigual distribuição das tarefas domésticas perpetua estereótipos sobre a capacidade das mulheres na esfera do trabalho, assumindo que as mulheres com filhos dedicarão menos tempo ao trabalho, o que lhes limita a possibilidade de progressão na carreira e promoção a lugares de decisão. Neste âmbito, encontramos também a associação das mulheres a áreas que representam uma extensão dos papéis sociais femininos, tanto a nível do poder central (Reynolds, 1999) como do local (Bochel & Bochel, 2004; Linsley, Marie, Martin, & Stacey, 2006).

Outra dimensão associada às barreiras culturais à participação das mulheres nas elites prende-se com o menor interesse das mulheres na política. Distanciamos das perspectivas individualistas que tendem a valorizar as preferências e o

empenho das mulheres como determinantes das decisões relativamente ao mercado de trabalho (Hakim, 1992), advogando que as estruturas sociais e os contextos institucionais condicionam em larga medida as suas opções e motivações (Arber & Ginn, 1995; Carrilho, 2000; Gash, 2008; Stromquist, 1995; Yerkes, 2013).

Outro factor que se enquadra no conjunto das barreiras culturais prende-se com a existência de uma cultura de igualdade na sociedade e nas instituições de um país (Bystydzienski, 1995; Norris, 1985, 1993, 1996; Paxton & Kunovich, 2003). O modelo de Estado-Providência vigente representa um bom indicador: políticas sociais que têm subjacentes pressupostos de igualdade entre os sexos (de promoção da conciliação entre a vida familiar e pessoal e profissional ou da igualdade de direitos no mercado de trabalho, por exemplo), fornecem um esteio para uma maior cultura de igualdade (Viegas & Faria, 1999a).

Os condicionalismos culturais e históricos estão igualmente ligados ao papel desempenhado pelo contexto religioso. A religião predominante num país é também considerada como factor limitador ou potenciador da participação das mulheres na política. Países predominantemente católicos (com mais de 70% da população¹⁵) tendem a estar negativamente correlacionados com o sucesso eleitoral das mulheres, já que acentuam os papéis tradicionais que lhes são atribuídos (Kenworthy & Malami, 1999; Norris, 1997; Paxton, 1997; Paxton & Hughes, 2007; Rule, 1987), apesar de alguns estudos terem encontrado evidências de uma relação em sentido contrário (Reynolds, 1999; Tripp & Kang, 2008). Ainda que o debate relativo à participação das mulheres em contextos sociais católicos e protestantes (sendo este último comumente considerado como mais propício à presença de mulheres no Parlamento) não tenha tido ainda um resultado conclusivo, “the enduring effect of culturally embedded social values based on former higher levels of religiosity” (Christmas-Best & Kjær, 2007, p. 81) não deve ser subestimado. De facto, a religiosidade exerce ainda uma grande influência nas normas e nos papéis sociais relativos à divisão sexual e de género, não apenas na esfera pública como também na privada (R. Inglehart & Norris, 2003).

¹⁵ Ver Reynolds (1999) e Tripp e Kang (2008).

O papel das influências internacionais representa igualmente um factor que pode potenciar os direitos políticos e a participação das mulheres nas instâncias políticas (Gray, Kittilson, & Sandholtz, 2006; Krook, 2004; Paxton *et al.*, 2006; Ramirez, Soysal, & Shanahan, 1997; True & Mintrom, 2001). Como defende Halliday (1988), a transformação da posição das mulheres na sociedade, tanto na esfera pública como na esfera privada, é amplamente tributária das tendências internacionais e transnacionais. Esta linha de debate assenta na ideia que os diversos países tendem a reagir às pressões globais para a mudança de paradigmas de género impulsionadas pelos movimentos internacionais de mulheres.

Por último, no que diz respeito aos factores culturais potenciadores ou bloqueadores da participação das mulheres nesta esfera, encontramos as atitudes acerca das mulheres na política, também indicativas da ideologia de género predominante num país. Paxton e Kunovich (2003) e Norris e Lovenduski (2005) sugerem a integração nos modelos explicativos da proporção de mulheres nos parlamentos de variáveis do *World Values Survey* relativas a atitudes sobre o papel das mulheres no trabalho, na educação e na política¹⁶. Alguns estudos revelam que o comportamento do eleitorado tende a ser neutro em termos de género (Darcy, Welch, & Clark, 1994; Dolan, 2006; Rallings *et al.*, 2010; Seltzer *et al.*, 1997). Não obstante, outras investigações têm obtido resultados diferentes. Por um lado, já se observou, no contexto norte-americano, uma preferência das eleitoras pelas candidatas mulheres (não se tendo encontrado uma relação significativa entre os votantes homens e o sexo dos/as candidatos/as escolhidos por eles) (Smith & Fox, 2001); por outro lado, Kunovitch e Paxton (2005) fizeram notar, numa análise transnacional que contemplou 76 países de cinco continentes, que o sucesso das mulheres não é igual ao dos homens (o aumento de 1% no número de candidatas gera apenas um aumento de 0,67% no número de eleitas).

Passando aos factores de ordem socioeconómica, estes relacionam-se sobretudo com a detenção dos capitais económico, educacional e social.

¹⁶ Arceneaux (2001) apresenta uma proposta semelhante recorrendo a questões do *General Social Survey*, aplicado nos Estados Unidos da América, como “Women should take care of running their homes and leave running the country to men” e “Most men are better suited emotionally for politics than are women”.

Historicamente, as elites eram formadas pelos que tinham acesso a mais elevados níveis educacionais e poder económico, o que excluía as mulheres. Apesar das alterações verificadas a este nível, a composição actual das elites é ainda tributária deste modelo – o *background* social e educacional dos detentores de cargos políticos é ainda relevante nos dias de hoje (Aberbach *et al.*, 1981; Best & Cotta, 2000; A. Fernandes, 1993; Matthews, 1984; Norris & Lovenduski, 1995).

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido apontada como um factor potenciador da sua participação na esfera política (Matland, 1998; Rule, 1981, 1987). Sociedades com uma maior presença feminina no mercado de trabalho (a tempo inteiro e em lugares de elevado estatuto social) terão um maior número de mulheres em cargos de decisão política (Kunovich & Paxton, 2005; Welch & Studlar, 1996). Como referem Kenworthy e Malami (1999), uma carreira profissional fora de casa gera um sentimento acrescido de confiança e de independência e, em sequência, um maior sentido de eficácia política; ainda, elevadas taxas de participação no mercado de trabalho podem gerar, por um lado, um maior número de potenciais candidatas mais motivadas e com melhores redes de conhecimentos e, por outro lado, taxas de participação eleitoral mais elevadas entre as mulheres. Para além da simples participação na força laboral, outros autores apontam para o facto de haver profissões e posições específicas no mercado de trabalho que potenciam a participação das mulheres nos cargos de decisão política. Diversos estudos têm revelado que mulheres com actividades intelectuais e científicas e ao nível da administração e da gestão (advogadas, professoras, jornalistas, empresárias, entre outras) tendem a estar sobrerrepresentadas nos cargos políticos (Darcy *et al.*, 1994; Lovenduski & Norris, 1993; Norris, 1996) por diversos motivos: têm níveis de instrução mais elevados; têm experiência ao nível da exposição pública; estão familiarizadas com as dinâmicas do sistema político; dispõem de mais recursos financeiros; e possuem redes sociais de conhecimentos que facilitam, como vimos, o acesso ao campo político (Kenworthy & Malami, 1999; Norris & Lovenduski, 2005).

Contudo, o mercado de trabalho é genderizado e parece, em larga medida, reflectir o papel social tradicional feminino. E isto é importante quando olhamos

para as bases de recrutamento das elites. Dependendo de quais elas são, o cenário pode ser favorável ou desfavorável às mulheres: se o recrutamento for feito em sectores como as forças armadas ou a direcção de empresas, dificilmente as mulheres terão acesso à elite, já que são áreas muito masculinizadas; se o recrutamento se efectuar na função pública ou na área da educação, este pode ser mais favorável às mulheres, já que representam sectores mais paritários/feminizados (Christmas-Best & Kjær, 2007). Em todo o caso, verificámos também a existência de estudos transnacionais que não conseguiram estabelecer uma ligação directa entre o aumento tanto dos níveis educacionais como da presença do mercado de trabalho e a representação política feminina (o que se poderá dever a opções metodológicas específicas como o uso de indicadores genéricos e não de medidas desagregadas, como a educação por área de formação, por exemplo) (Kenworthy & Malami, 1999; Paxton & Kunovich, 2003; Rule, 1987).

Ainda no que diz respeito ao mercado de trabalho, as questões do desemprego e do emprego precário têm também sido apontadas como potenciais limitadoras da participação das mulheres na esfera política (Reynolds, 1999; Rule, 1994a; Shvedova, 2005). Na sequência do que foi apontado para a participação no mercado de trabalho, as condições socioeconómicas neste âmbito limitam as oportunidades das mulheres no acesso às elites políticas.

Ainda no âmbito das limitações (ou elementos facilitadores) da participação das mulheres na esfera política encontramos a detenção de capital escolar. Por um lado, os níveis de literacia das mulheres potenciam a sua participação política (Pintor & Gratschew, 2002; Shvedova, 2005) e, por outro lado, sendo que as elites emergem sobretudo de segmentos da população com níveis de instrução elevados, o capital escolar também desempenha um papel importante (Burns, Schlozman, & Verba, 2001; Kenworthy & Malami, 1999; Paxton, 1997; Rule, 1981, 1987).

No mesmo sentido, o capital social desempenha um papel importante no acesso ao poder político (Burns *et al.*, 2001; Kirkpatrick, 1974; Matland, 2005; Shvedova, 2005). Este capital, acumulado através de actividades não directamente ligadas ao trabalho, fornece competências específicas e, sobretudo, consubstancia-

se no estabelecimento de redes sociais, fundamentais na prossecução dos percursos políticos (Ruivo, 2000).

Numa perspectiva mais global, encontramos a dimensão e força dos movimentos de mulheres como um dos potenciadores ou bloqueadores de uma maior participação das mulheres na esfera política (Bystydzienski, 1995; Rule, 1994a; Sainsbury, 1993; Shvedova, 2005); o seu papel de pressão para uma igualdade social, económica e política tende a estar efectivamente associado a mudanças efectivas.

Por último, no que diz respeito à dimensão socioeconómica, o nível de desenvolvimento económico tem sido considerado como um dos elementos importantes na explicação do número de mulheres nas elites políticas. Como defende Matland (1998), o desenvolvimento social e económico tende a estar associado ao enfraquecimento dos valores tradicionais, ao aumento dos níveis de urbanização, a uma maior participação das mulheres na educação e no mercado de trabalho e a mudanças nas percepções acerca do papel das mulheres na sociedade. Ainda, considerando que o desenvolvimento económico está fortemente correlacionado com a formação da democracia, e também que a representação política das mulheres se constitui como um dos aspectos de uma democracia plena, espera-se que o desenvolvimento económico impacte positivamente também na representação das mulheres (Paxton, 1997).

Por último, destaca-se, como grande conjunto de factores potencialmente bloqueadores da participação das mulheres nas elites políticas, o próprio domínio político. Este conjunto de condicionantes é, aliás, considerado por diversos/as autores/as como o preditor mais significativo do recrutamento das mulheres para as elites políticas (*e.g.*, Norris, 1985; Rule, 1994b). Apesar de, em regimes democráticos, como é o caso do português e dos restantes países europeus, não existirem barreiras formais (todos os/as cidadãos/ãs nacionais são potenciais eleitores e elegíveis), outras dimensões informais podem funcionar como barreiras à entrada das mulheres nos lugares políticos de topo e ajudar a explicar a ausência de paridade entre homens e mulheres.

O grau de democracia de um país tem sido considerado como factor potenciador da participação das mulheres pois fornece o contexto mais geral dos

seus direitos políticos e das suas liberdades civis e diminui a probabilidade de imposição de barreiras arbitrárias e artificiais (Beer, 2009; Kunovich & Paxton, 2005; Norris & Lovenduski, 2005; Paxton, 1997).

Ainda no que diz respeito aos factores de ordem política, encontramos dois elementos que se relacionam com o contexto histórico da democracia do país e que influenciam as possibilidades de uma maior participação feminina na política. Por um lado, encontra-se uma relação positiva entre o tempo decorrido desde a extensão do sufrágio às mulheres e a proporção de eleitas (Christmas-Best & Kjær, 2007; Ramirez *et al.*, 1997; Rule, 1987; Siaroff, 2000; Tripp & Kang, 2008). Por outro lado, o número de eleições livres multipartidárias parece aumentar a quantidade de pontos de entrada das candidatas (Caul, 1999; Lovenduski & Norris, 1993; Norris & Lovenduski, 2005), verificando-se que as mulheres têm desempenhado um papel importante em eleições multipartidárias consecutivas (Reynolds, 1999).

Ainda no que diz respeito ao domínio institucional, é consensual na literatura a importância do sistema eleitoral enquanto preditor do recrutamento de mulheres para o parlamento (*e.g.*, Duverger, 1955; Norris, 2006; Rule, 1981; Rule, 2000).

O sistema proporcional¹⁷ (concebido de modo a que o número de assentos obtidos seja proporcional ao número de votos conquistados) revela-se mais favorável à eleição de mulheres, por oposição ao sistema de pluralidade/maioria¹⁸ (onde os/as vencedores/as são os/as candidatos/as ou partidos que obtiveram maior votação)¹⁹ (Duverger, 1955; Kenworthy & Malami, 1999; Kunovich & Paxton, 2005; Matland, 1998, 2005; McAllister & Studlar, 2002; Norris, 1985, 2006; Paxton, 1997; Paxton *et al.*, 2006; Reynolds, 1999; Rule, 1981; Siaroff, 2000; Tripp & Kang, 2008).

¹⁷ “Sob um sistema de lista de representação proporcional, cada partido ou grupo apresenta uma lista de candidatos para um círculo eleitoral plurinominal, os eleitores votam em um partido, e os partidos obtêm assentos na proporção da sua fracção geral da votação. Em sistemas de “lista fechada”, os candidatos vencedores são seleccionados na ordem da sua posição nas listas. Em sistemas de lista aberta, os eleitores podem influenciar a ordem dos candidatos ao marcar as suas preferências individuais” (Reynolds, Reilly, & Ellis, 2005a, p. 12).

¹⁸ “O princípio dos sistemas de pluralidade/maioria é simples. Depois de a votação ter sido realizada e os votos contados, os candidatos ou partidos com mais votos são declarados os vencedores (podem também haver condições adicionais). No entanto, o modo como isto é alcançado na prática tem amplas variações” (Reynolds *et al.*, 2005a, p. 11).

¹⁹ Para uma avaliação sintética dos diversos tipos de sistemas eleitorais – proporcional, pluralidade/maioria, misto – ver, *e.g.*, Reynolds, Reilly, & Ellis (2005b).

Por um lado, o facto de existirem círculos eleitorais plurinominais (listas eleitorais com a possibilidade de múltiplos/as eleitos/as) potencia a inclusão de candidatos/as de ambos os sexos, ao contrário do que acontece nos sistemas de pluralidade/maioria, onde é escolhido/a apenas um/a único/a candidato/a, como acontece no caso dos sistemas de pluralidade/maioria (Arceneaux, 2001; Moncrief & Thompson, 1992; Paxton *et al.*, 2006; Sanbonmatsu, 2002). Este sistema é ainda mais eficaz na eleição de mulheres se vigorar um sistema de listas fechadas (onde os/as eleitores/as votam numa lista pré-definida) que, no caso de estarem implementadas quotas, favorecem a representação de mulheres (P.T. Almeida & Pinto, 2003; Matland, 2005; Siaroff, 2000). Quando existe a possibilidade de eleger apenas um/a candidato/a, os partidos políticos, enquanto *gatekeepers*, tendem a escolher um elemento que apele a uma vasta franja de eleitores/as, o que não opera a favor das mulheres já que, muitas vezes, há a dificuldade de afrontar poderes (masculinos) instituídos; no caso dos sistemas onde existe a possibilidade de uma pluralidade de eleitos/as, a selecção dos/as candidatos/as é feita de modo a incluir diferentes interesses. Há então um esforço para que as listas sejam elaboradas de forma mais equilibrada, servindo diferentes propósitos: apelar a diferentes subgrupos de votantes; representatividade de diferentes facções dentro dos partidos; e a manutenção da paz e o apoio das diferentes facções dentro do partido (Matland, 2005).

Por outro lado, ao existir uma lista de candidatos/as (e não um/a candidato/a único/a), os partidos sentem-se pressionados a que a sua composição seja equilibrada relativamente ao número de homens e de mulheres (não falamos ainda da existência de um sistema de quotas) (Matland, 2005; Paxton *et al.*, 2006).

A este aspecto liga-se a magnitude dos círculos eleitorais (número de pessoas eleitas no círculo); tal como já foi amplamente observado, quanto maior o número de lugares disponíveis, maior facilidade os partidos têm na composição e na gestão dos diferentes interesses, aumentando a possibilidade de compor as listas de forma mais equilibrada (Matland, 1993, 2005; Norris, 1996, 2006; Paxton *et al.*, 2006; Rule, 1981, 1987; Taagepera, 1994). Semelhante comportamento é observado acontece consoante a magnitude do partido, ou seja, o número eleitos/as por um partido num

determinado círculo. Tal como acontece com a magnitude dos círculos eleitorais, um partido que eleja um maior número de candidatos/as terá maior margem de manobra na composição das suas listas, já que consegue integrar interesses diversos (Darcy *et al.*, 1994).

Os dados compilados por Richard Matland (2005), para o período de 1945 a 2004, são reveladores disto mesmo, do facto de que, à excepção de 1945, a existência de um sistema eleitoral proporcional ou misto, onde são eleitos/as mais do que um/a candidato/a por círculo eleitoral, funciona a favor da proporção de mulheres nos parlamentos. O número relativo de deputadas é, ao longo do período considerado, consistentemente superior nos países com um sistema proporcional ou misto (Quadro 1).

Quadro 1. Deputadas ao Parlamento de 24 países²⁰, 1945-2004 (%)

Sistema	Ano	1945	1950	1960	1970	1980	1990	1997	2004
Pluralidade/maioria		3,05	2,13	2,51	2,23	3,37	8,16	15,42	18,24
Proporcional/misto		2,93	4,73	5,47	5,86	11,89	18,13	21,93	27,49

Fonte dos dados: Matland (2005).

Dados de 2005, relativos a 175 países, mostram que a proporção de mulheres nos parlamentos em países com sistemas eleitorais proporcionais é, em média, de 19,6% e nos mistos de 13,6%, ao passo que nos de pluralidade/maioria é de 10,5% (Norris, 2006). Estes dados não são comparáveis com os anteriores, compilados por Matland, uma vez que os países considerados não são os mesmos nem a segmentação por sistema eleitoral é a mesma.

Também a ideologia predominante parece ser um factor de constrangimento do número de mulheres em cargos de decisão política, sendo que são

²⁰ Pluralidade/maioria (apenas um/a eleito/a em cada círculo): Austrália, Canadá, França (a partir de 1960), Japão (até 1990), Nova Zelândia (até 1990), Reino Unido, Estados Unidos da América; Proporcional/misto (mais de um/a eleito/a em cada círculo): Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França (1945 e 1950), Grécia, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão (após 1993), Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia (após 1996), Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Alemanha (República Federal da Alemanha até 1990). Ainda de referir que: os dados de 1945 não incluem Israel (por não existir ainda) e a RFA (que não teve eleições nesse ano); Portugal, Grécia e Espanha apenas entram nos valores de 1980 em diante dado terem transitado para a democracia apenas na década de 1970.

tradicionalmente os partidos que se posicionam ideologicamente mais à esquerda aqueles que mais as favorecem (Caul, 1999, 2001; Duverger, 1955; R. Inglehart & Norris, 2003; Kenworthy & Malami, 1999; Matland, 1993; Reynolds, 1999; Rule, 1987; Siaroff, 2000). Isto pode ser explicado pelo facto daqueles abraçarem ideologias mais igualitárias (Duverger, 1955), de haver uma maior convergência com as questões defendidas pelas mulheres, como as relacionadas com os direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo (Christmas-Best & Kjær, 2007), e ainda pelos movimentos de mulheres estarem historicamente ligados aos partidos de esquerda (Jenson, 1982). Não obstante, esta dimensão parecer estar a perder importância num contexto da procura de integração das mulheres ao longo de todo o espectro ideológico (Lovenduski, 1993), sobretudo na presença de sistemas de quotas (Tripp & Kang, 2008).

Os partidos políticos constituem-se como os principais *gatekeepers* do sistema político (Freire, 2001; Kenny & Verge, 2013; Kunovich & Paxton, 2005; Lawless & Fox, 2010; Norris & Lovenduski, 1995) e têm, por isso, uma considerável influência na configuração do recrutamento dos/as candidatos/as já que são eles que os/as seleccionam e apoiam (Caul, 1999; Kunovich, 2003; Kunovich & Paxton, 2005; Lovenduski & Norris, 1993; Sanbonmatsu, 2002). Neste aspecto, um dos indicadores importantes, para além da questão ideológica que já discutimos, prende-se com a composição das lideranças dos partidos: mais mulheres nas elites partidárias podem promover o aumento do número de mulheres nas listas eleitorais e fornecer-lhes maior apoio nas suas candidaturas (Caul, 1999; Kunovich & Paxton, 2005).

Mas mesmo uma elevada proporção de mulheres nos partidos não significa automaticamente um maior número de eleitas (Christmas-Best & Kjær, 2007), visível também no caso português (Martins & Teixeira, 2005), dados que serão analisados mais adiante.

Ainda um outro factor que ajuda a explicar a reduzida presença de mulheres nas elites políticas é a baixa rotatividade nos cargos políticos (Norris, 1993; Schwindt-Bayer, 2005; Welch & Studlar, 1996). As sucessivas reeleições prejudicam a eleição de mulheres na medida em que, ao limitar a entrada de novos membros e

tendo em conta que os detentores dos cargos tendem a ser homens com acesso a mais recursos, colocam as mulheres numa situação em que têm de desafiar, com menores redes de suporte, o poder instituído (E. Silva, 2002). Como refere David Niven, “the single most daunting obstacle to the election of women is simply the inertia built into the system which we call incumbency advantage” (1998, p. 22).

Por outro lado, a baixa rotatividade dos ocupantes de cargos políticos desacelera as possíveis mudanças ao nível do recrutamento, havendo lugar a uma reprodução das lógicas tradicionais de selecção dos/as candidatos/as (Christmas-Best & Kjær, 2007).

O carácter penalizador da baixa rotatividade é tão evidente que, mesmo em contextos favoráveis (com elevados níveis sociais de igualdade entre homens e mulheres e um sistema eleitoral proporcional), o seu impacto é significativo. O estudo transnacional levado a cabo por Schwindt-Bayer (2005) revela que a não limitação de mandatos se constitui como um factor decisivo para a fraca eleição de mulheres em todos os tipos de sistemas políticos. E a rotatividade das elites é importante não apenas no caso particular das mulheres mas também para o próprio funcionamento da democracia: “without circulation of elites, new ideas would be fewer and legitimacy would suffer [...]. Some turnover is necessary in periods of relative quiescence to maintain social stability by incorporating discontented groups and ambitious individuals” (Matland & Studlar, 2004, pp. 87-88).

No caso português, as dinâmicas de modernização social, política e económica que caracterizaram parte significativa da Europa ocidental do pós-guerra são contidas em virtude do isolamento político que se estendeu pelas quase cinco décadas da ditadura. Todavia, ao entrar mais tardiamente no processo de gradual aumento da proporção de mulheres na representação política, Portugal pode ter beneficiado do efeito de contágio (Ramirez *et al.*, 1997) de outros países que já se encontravam em fases mais avançadas de desenvolvimento democrático, fazendo com que o processo nacional fosse mais acelerado.

Por último, resta-nos destacar as quotas enquanto instrumento potenciador da participação das mulheres nas instâncias de decisão política. A ausência de barreiras formais revela, dada a manutenção de um padrão de discriminação, que as

barreiras de acesso colocadas às mulheres neste domínio são latentes. Nesse sentido, as quotas devem ser encaradas como medidas compensatórias de desajuste social, por forma a alcançar, mais do que uma igualdade de oportunidades, uma igualdade de resultados (Dahlerup, 2005; Phillips, 2004). Ainda que não se constituam como medidas suficientes para o aumento significativo da participação das mulheres nas instâncias de decisão política (Dahlerup, 2005; Verge & Fuente, 2014), diversos estudos têm revelado o efeito expressivo do estabelecimento de quotas obrigatórias de género no aumento do número de mulheres eleitas (Dahlerup & Freidenvall, 2005; Matland & Studlar, 1996; Tripp & Kang, 2008; Vianello & Moore, 2004). Contudo, algumas especificidades podem tornar os sistemas de quotas mais eficazes, como a escolha do limiar mínimo (Paxton *et al.*, 2010), a definição de regras de colocação dos/as candidatos/as nas listas (Jones, 2004), a previsão de sanções para os casos de incumprimento (Dahlerup, 2006), ou a existência de quotas voluntárias nos partidos (Tripp & Kang, 2008).

Ainda que as mulheres tenham entrado de forma maciça no mercado de trabalho na década de 1960 e tenham tido um acesso sem precedentes ao sistema educativo e à esfera pública em geral, observou-se aquilo que Viegas e Faria descrevem como “um claro fechamento dos círculos de maior concentração de autoridade e poder em relação às mulheres” (1999a, p. 41): encontramos mais mulheres na administração pública central e local mas verifica-se um afastamento relativamente ao topo das hierarquias, acontecendo o mesmo em profissões ligadas à docência e à saúde e, de forma ainda mais expressiva, em actividades claramente associadas à masculinidade (como as forças armadas, magistratura ou diplomacia).

O número de mulheres em posições de tomada de decisão não é apenas uma questão formal. A teoria da massa crítica, aplicada às ciências sociais sugere que “there will be a qualitative change in the nature of group interactions, as the minority starts to assert itself and thereby transform the institutional culture, norms and values” (Norris & Lovenduski, 2001, pp. 2-3). Assim, quanto mais mulheres encontrarmos em lugares de topo na política, mais socialmente aceite será a sua presença em lugares de elite, facilitando o seu recrutamento e eleição (Christmas-Best & Kjær, 2007; Dahlerup, 1988; Lovenduski, 2005).

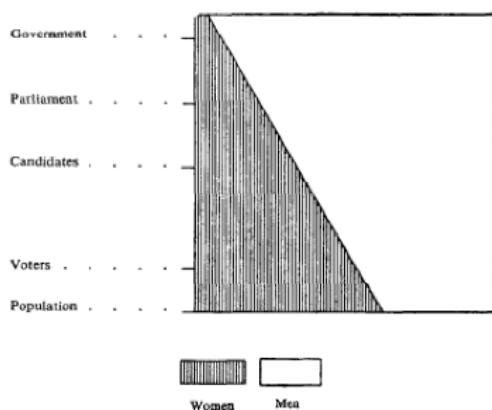
Apesar da disparidade numérica entre homens e mulheres na política dominar a investigação no âmbito das desigualdades de género na política, também a natureza do contributo das mulheres para a arena política tem sido alvo de aturado estudo. Algumas teses têm debatido o aumento do número de mulheres e o seu efeito na agenda política. Mas alterações qualitativas na cultura e na agenda políticas só terão lugar se efectivamente homens e mulheres tiverem atitudes diferentes relativamente às prioridades no investimento público em áreas como a educação e a defesa, sobre questões como a importância de medidas de conciliação da vida pessoal e familiar e profissional ou na valorização do serviço ao eleitorado face ao debate parlamentar. Não querendo cair em argumentos essencialistas, a investigação acerca das atitudes e valores de detentores/as de cargos políticos de topo revelam que homens e mulheres diferem em questões que afectam directamente a autonomia das mulheres, nomeadamente as relacionadas com a acção positiva e as políticas liberais de igualdade sexual (Lovenduski & Norris, 2003). Neste mesmo estudo, sobre a realidade política britânica, não são encontradas diferenças relevantes entre deputados e deputadas, para além das associadas ao posicionamento ideológico dos partidos, no que diz respeito a temas como o papel do país face à União Europeia ou ao papel do Estado na economia, o que é ainda mais visível quando existe uma disciplina partidária forte.

Aliás, esta pressão pode levar a constrangimentos da própria acção das mulheres. Como refere Jiménez (2009) no seu estudo sobre as realidades portuguesa e espanhola, as mulheres podem sentir-se pressionadas a impor os seus valores de forma a não por em risco a sua carreira política. Também Espada, Vasconcellos e Coucello (2002) identificam este como um factor concorrente para a explicação do desinteresse das mulheres pela política, a existência de um sistema político que prevê a disciplina partidária e que limita a expressão das posições individuais.

Em tom de conclusão, é ainda importante recuperar a análise e o modelo de Maurice Duverger a propósito dos papéis políticos de homens e mulheres. Apesar de todas as mudanças que se têm operado na sociedade portuguesa, é interessante verificar como o modelo de não proporcionalidade de Duverger (1955) (Figura 1), cujo trabalho é considerado como seminal relativamente ao estudo do papel das

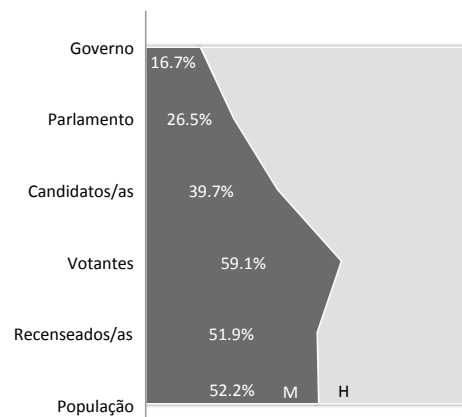
mulheres na política (Christmas-Best & Kjær, 2007), pode ser validado com dados empíricos mais de meio século depois da sua publicação (Figura 2).

Figura 1. Papéis políticos de homens e mulheres (modelo de 1955)



Fonte: Duverger (1955).

Figura 2. Papéis políticos de homens e mulheres em Portugal na actualidade²¹



Fontes dos dados: Governo 2011 (Governo de Portugal, 2011); Eleitos/as para o Parlamento 2011 (SGMAI, 2011); Candidatos/as às eleições legislativas 2011 (Dias, 2011a); Votantes 2012 (ESS, 2012)²²; Recenseados/as eleitorais 2011 (SGMAI, 2015a); População residente 2011 (INE, 2012e).

De facto, os dados recolhidos para Portugal relativos às categorias usadas por Duverger revelam um afastamento das mulheres, em termos proporcionais, das várias instâncias de participação política, tanto maior quanto mais elevado o grau de poder de decisão. Assim, apesar do número de mulheres ser relativamente equilibrado com o de homens em termos de população residente e de participação eleitoral, esta proporcionalidade é abandonada quando olhamos para os/as

²¹ Optou-se por ter 2011 como o ano de referência de modo a manter, da forma mais próxima possível, o nível de comparabilidade com o modelo de Duverger. No momento da redacção deste capítulo encontrávamo-nos num período de transição entre legislaturas, não estando ainda formado um novo governo. Assim, sendo o governo constituído em 2011 o mais recente para o qual dispomos de dados, optámos por ter esse como o ano de referência dos restantes indicadores, de modo a não enviesar a comparação.

²² É de referir que estes dados devem ser lidos como uma aproximação à situação real uma vez que não correspondem a dados administrativos, mas sim às respostas à pergunta “Votou nas últimas eleições”.

candidatos/as às eleições legislativas e ainda mais quanto aos/às eleitos/as para o Parlamento, sendo, por fim, o número de nomeados/as para o governo aquele que é mais desequilibrado em desfavor das mulheres. Se, como referem Almeida e Pinto, “as in other European democracies, ‘specialist recruitment patterns’ appear to have been the most important factors enabling women to enter government” (P.T. Almeida & Pinto, 2003, p. 26), podemos, no mínimo, questionar o porquê das sucessivas reduzidas proporções de mulheres nos governos. Tendo em conta que Portugal tem uma elevada taxa de emprego feminino e que as credenciais escolares das mulheres têm vindo a aumentar constantemente ao longo dos anos (como veremos mais adiante), não é suficiente pensar na meritocracia como o principal motor de recrutamento das elites ministeriais.

Abordámos nesta secção os principais constrangimentos à participação das mulheres nas elites políticas. Tendo o presente trabalho um foco na política central mas também nas autarquias locais, importa perceber que particularidades apresenta o poder local relativamente ao central e que podem funcionar como barreiras adicionais, dimensão que abordaremos de seguida.

1.3.1. PARTICULARIDADES DAS ELITES POLÍTICAS LOCAIS

O poder local, gozando de alguma autonomia e especificidades próprias, integra-se no poder central a vários níveis (Mozzicafreddo *et al.*, 1989), partilhando com este algumas características também no que diz respeito aos factores limitadores da participação das mulheres.

Num estudo sobre protagonistas do poder local na região da Grande Lisboa, Albertina Jordão (2000) identifica uma série de obstáculos à entrada e permanência de mulheres na política local, alguns deles comuns à política nacional, e que organiza em factores endógenos e exógenos.

No primeiro conjunto de obstáculos, a autora inclui: factores de ordem socioeconómica (maior taxa de desemprego, maior dificuldade de inserção

profissional, etc.); dificuldade na conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar, já que continuam a ser as mulheres as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de apoio à família; factores culturais que remetem para os papéis sociais de género (onde as mulheres são socializadas para a ocupação do espaço privado e os homens do público); factores históricos que limitaram, durante muito tempo, a autonomia e identidade civis das mulheres que tiveram, durante um longo período, os homens – maridos, pais, irmãos – a representá-las publicamente; processos de auto-selecção das mulheres, decorrentes de uma menor autoconfiança em situações de exposição pública, produto de desvalorização histórica do seu trabalho, tanto do pago (como vimos, as mulheres recebem, em média, menos que os homens para trabalho semelhante), como do não pago (desvalorização social e financeira do trabalho doméstico); e pouco experiência política.

Relativamente aos factores exógenos, Jordão (2000) identifica: uma estreita base de recrutamento no que diz respeito ao número de mulheres disponíveis para concorrer; a falta de dados estatísticos que sirvam de base a uma reivindicação fundamentada; o preconceito em apontar mulheres para lugares elegíveis; a ideia de que as mulheres terão uma apetência particular para determinados pelouros; as características das actividades político-partidárias; o facto dos cargos de presidência de Junta de Freguesia serem remunerados; e as características do território por onde os/as candidatos/as se apresentam.

Ao passo que os diferentes obstáculos de ordem endógena não se podem considerar exclusivos dos entraves à participação das mulheres no poder local, quando pensamos nos de ordem exógena, há questões que se colocam sobretudo a este nível.

Em primeiro lugar, a base de recrutamento é composta, a nível local, pelos partidos, pelos sindicatos e associações locais (A. Fernandes, 1992), domínios predominantemente masculinizados.

Os partidos políticos continuam a ter uma proporção de mulheres relativamente baixa. Os dados coligidos por Martins e Teixeira (2005) revelam uma baixa proporção de mulheres filiadas, sendo ainda mais baixa quando se observa a sua presença nos órgãos nacionais dos partidos. Por um lado, no que diz respeito às

filiadas, com uma média dos diversos partidos de 32% (tendo 2003 como ano de referência), os valores vão desde os 29% no PCP aos 37% no PPD-PSD (passando por 30% no CDS-PP e 33% no PS, não existindo informação para o BE).

Já no que diz respeito à composição dos órgãos nacionais dos partidos (dados para 2002), onde encontramos menos mulheres é no CDS-PP (14,9%), seguido do PCP e do PPD-PSD (16,7% e 17,1%, respectivamente). Os partidos que apresentam mais elevada proporção de mulheres nos seus órgãos nacionais são o PS (25,6%) e o BE (33,6%)²³.

No que diz respeito aos sindicatos, segundo os dados relativos ao ano de 2001, a proporção de mulheres dirigentes sindicais é de 38%, o que corresponde a 5110 mulheres em 13433 dirigentes, variando, contudo, consoante a actividade económica (Santana, 2009).

As associações locais, sejam elas económicas, culturais, desportivas ou recreativas, são consideradas como uma importante via de acesso ao poder local por razão da sua notabilidade e enraizamento locais (A. Fernandes, 1992; M. Mendes, 1993). Como veremos mais adiante, aquando da análise dos dados do *European Social Survey* estes são contextos onde principalmente os homens se movem.

Relativamente à falta de dados sobre a situação das mulheres no poder político local, muito se avançou desde a análise referenciada. Esta questão é colocada por Jordão (2000) a dois níveis: por um lado, é difícil ter acesso ao número de mulheres que fazem parte das estruturas dos partidos e, por outro lado, os dados relativos aos/as eleitos/as locais são disponibilizados com um grande atraso por parte da autoridade competente. Se esta última questão é explicável pela quantidade de informação a recolher (a Administração Eleitoral da SGMAI recolhe a informação dos/as eleitos/as locais através de um inquérito nacional *online* de preenchimento obrigatório), no que diz respeito à composição das estruturas partidárias, a falta de informação parece não ser, na nossa opinião, tão facilmente justificável. A informação relativa à composição das estruturas locais não é de fácil acesso e sistematização. De facto, a informação disponível nos *sites* dos seis partidos

²³ Faremos a actualização destes dados mais adiante.

com assento parlamentar é muito díspar. No caso do Bloco de Esquerda²⁴, do Partido Comunista Português²⁵ e do Partido Ecologista Os Verdes²⁶ não é possível aceder à composição das estruturas locais. No caso do Partido Socialista²⁷, do Partido Social Democrata²⁸ e do Partido Popular²⁹, a informação é disponibilizada mas de forma parcelar impossibilitando uma visão de conjunto simples e imediata. Tendo em conta que os partidos políticos são a principal fonte de recrutamento de representantes dos/as cidadãos/ãs, parece-nos importante, em prol de uma maior transparência, que esta informação esteja (mais) acessível.

Ainda no que diz respeito aos factores exógenos enunciados por Jordão, a questão da nomeação de mulheres para cargos elegíveis nas listas eleitorais foi, em certa medida, corrigida pela entrada em vigor da Lei da Paridade. Isto porque a lei estabelece não apenas uma proporção mínima de pessoas de cada um dos sexos mas também qual a lógica de posicionamento que deve ser seguida³⁰.

Já a associação das mulheres a determinadas áreas, áreas essas que representam, *grosso modo*, uma extensão dos seus tradicionais papéis sociais ligados às funções do cuidar³¹ (Bochel & Bochel, 2004; Jordão, 2000; Linsley *et al.*, 2006; A.M. Lopes, 2009), continua a observar-se. A título meramente exemplificativo, e tendo em conta que estamos a focar-nos no poder local, podemos olhar para os executivos dos maiores municípios portugueses³², Amadora, Odivelas, Porto e Lisboa. Em cada um deles, os pelouros atribuídos a mulheres são os seguintes:

²⁴ Em <http://www.bloco.org> e <http://autarquias.bloco.org>.

²⁵ Em <http://www.pcp.pt>.

²⁶ Em <http://www.osverdes.pt>.

²⁷ Em <http://www.ps.pt/contactos/ps-por-portugal>.

²⁸ Em http://www.psd.pt/distritais_seccoes.php.

²⁹ Em http://web.cds.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=115&Itemid=126.

³⁰ Veremos mais adiante de que forma esta questão não foi completamente colmatada pela Lei da Paridade.

³¹ Esta associação é também verificada nas nomeações para cargos governamentais, observando-se “a worldwide tendency to place women in the softer sociocultural ministerial positions rather than in the harder and politically more prestigious positions of economic planning, national security, and foreign affairs, which are often seen as stepping-stones to national leadership” (Reynolds, 1999, p. 564).

³² O critério usado para a definição de maiores municípios foi o da densidade populacional em 2014: Amadora – 7397,7 hab./km²; Odivelas – 5758,1 hab./km²; Porto – 5268,7 hab./km²; Lisboa – 5090,4 hab./km² (INE, 2015a).

Quadro 2. Pelouros atribuídos a mulheres nos quatro maiores municípios portugueses, 2015

Amadora (presidente e duas vereadoras com pelouros atribuídos):
<ul style="list-style-type: none"> Planeamento Estratégico, Inovação e Empreendedorismo, Gestão Financeira e Patrimonial, Planeamento Urbanístico, Sistema de Informação Municipal, Gabinete de Imprensa e Relações Públicas, Modernização Administrativa, Relações Internacionais; Administração Geral, Gestão de Recursos Humanos e Formação, Habitação e Reabilitação Urbana, Polícia Municipal, Comissão de Protecção de Menores; Educação e Formação, Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude, Saúde, Movimento Associativo, Gestão de Processos Co-Financiados.
Odivelas (três vereadoras com pelouros atribuídos):
<ul style="list-style-type: none"> Inovação Social, Planeamento, Intervenção e Desenvolvimento Socioeducativos; Licenciamentos, Actividades Económicas e Projectos Participativos, Juventude, Turismo; Habitação, Gestão Patrimonial e Administração Geral.
Porto (duas vereadoras com pelouros atribuídos):
<ul style="list-style-type: none"> Educação, Organização e Planeamento; Mobilidade.
Lisboa (três vereadoras com pelouros atribuídos)
<ul style="list-style-type: none"> Habitação, Desenvolvimento Local; Cultura; Economia, Educação, Inovação, Relação com o Município.

Fonte dos dados: Sites das Câmaras Municipais da Amadora, de Odivelas, do Porto e de Lisboa³³.

Podemos encontrar algumas constantes, como a habitação e a educação e outras áreas sociais e de relações humanas, recursos humanos e relação com o município, nunca se encontrando pelouros ligados às obras, transportes, protecção civil ou finanças, esses atribuídos a vereadores.

Ainda no âmbito dos entraves exógenos à participação das mulheres nas actividades político-partidárias, que condicionam, inevitavelmente, a sua participação nas esferas políticas de topo, encontramos limitações de ordem organizativa. O trabalho nas autarquias locais faz-se, muitas vezes, nos tempos livres (Linsley *et al.*, 2006; Martins & Teixeira, 2005), o que resulta num condicionamento sobretudo para as mulheres, remetendo para as questões já discutidas das dificuldades de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e pessoal, particularmente penalizadora para as mulheres (Linsley *et al.*, 2006; Maciel, 2008).

³³ Disponíveis em <http://www.cm-amadora.pt/camara-municipal/917-eleitos2013>; <http://www.cm-odivelas.pt/index.php/camara-municipal/80-executivo>; <http://www.cm-porto.pt/executivo>; e <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/camara-municipal/executivo>.

De facto, se no caso das pessoas que vivem sozinhas o tempo de lazer e cuidado pessoal médio é semelhante entre homens e mulheres, em todas as outras tipologias de agregados domésticos, são sempre os homens quem mais dispõem destes tempos (que podem ir até quase mais 8 horas semanais, como no caso dos casais com filhos) (Torres, Silva, Monteiro, & Cabrita, 2005). Aliás, um inquérito de âmbito nacional realizado no Reino Unido a mulheres detentoras de cargos autárquicos revelou que a principal barreira à progressão das mulheres na política local era a dificuldade de conciliação entre as responsabilidades autárquicas e a vida familiar (Rao, 2005).

Um outro obstáculo exógeno à participação na vida política, e nas elites políticas locais em particular, diz respeito à dimensão e à estrutura das freguesias. Ainda que venhamos, mais adiante, a explorar esta dimensão com os dados disponíveis mais recentes dos/as eleitos/as locais, podemos avançar já que as investigações levadas a cabo revelam que as freguesias mais pequenas, mais rurais e menos densamente populadas são mais conservadoras e mais resistentes à incorporação de novos valores e atitudes (Espada *et al.*, 2002; Jordão, 2000), mais impermeáveis, portanto, ao efeito de contágio que descrevemos anteriormente.

Os poderes locais possuem características particulares de governação e de recrutamento: de governação porque envolvem um conhecimento e relacionamento mais próximos e mais directos com as populações, representando o *locus* de realização das suas exigências e de descentralização do poder (Mozzicafreddo *et al.*, 1989); e de recrutamento já que os contextos fornecedores de potenciais candidatos/as incluem não só os partidos, como também os sindicatos e as associações locais (A. Fernandes, 1993; Jordão, 2000; Norris, 1999), ao passo que “as carreiras políticas dos deputados portugueses têm sido controladas quase exclusivamente por eles [partidos políticos]. São e têm sido estes, portanto, os principais ‘gatekeepers’ no recrutamento parlamentar em Portugal” (Freire, 2001, pp. 29-30).

Face ao poder central, o poder local apresenta, como temos vindo a desenvolver, características particulares, nomeadamente de maior proximidade com as populações, que se reflectem em bloqueios adicionais relativamente às elites

parlamentares ou ministeriais. O poder local é um mercado político simbolicamente hierarquizado, sendo a câmara municipal a instituição mais valorizada (M. Mendes, 1993), valorização essa patente na pessoalização do poder na figura do presidente da Câmara (Mozzicafreddo *et al.*, 1989). Este é o cargo que exige a mobilização de mais recursos, como um forte enraizamento local (aquilo que associamos ao designado por Bourdieu (1989) como capital pessoal de notoriedade e de popularidade), um certo grau de profissionalismo e uma trajectória política eminentemente local (M. Mendes, 1993).

O poder local constitui-se como uma das principais realizações do 25 de Abril de 1974 tendo passado por diferentes fases: de um intervencionismo imediato para uma preocupação, menos vincada ideologicamente, com o desenvolvimento, com a resolução de problemas estruturais e com a dinamização dos vários agentes sociais e recursos disponíveis, até à fase actual, onde as competências, com um carácter técnico-pragmático, se encontram legisladas ³⁴. Estas mudanças foram acompanhadas por uma alteração do perfil do/a presidente de Câmara, que passou de um agente predominantemente político para um outro com mais características de gestor que, consoante a concepção funcional do poder local, coloca a tónica mais no crescimento económico ou mais no desenvolvimento social (A. Fernandes, 1992, 1993; Mozzicafreddo *et al.*, 1989). Estes novos perfis, que contemplam mais elevados capitais social, económico, escolar e profissional (A. Fernandes, 1993), contrastam com o período que antecedeu o 25 de Abril de 1974, onde os actores que predominavam eram os chamados notáveis (M. Mendes, 1993), elite cuja composição assentava na propriedade e no poder eclesiástico (Cardoso & Silva, 2011). Apesar desta profissionalização da política (Szücs & Strömberg, 2009), a importância e a estabilidade das notabilidades tradicionais não é contrariada (A. Fernandes, 1993), sobretudo nos meios rurais (A. Fernandes, 1992), ainda que vá assumindo diferentes configurações ao longo do tempo (Cardoso & Silva, 2011). Este

³⁴ Actualmente vigora a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, posteriormente alterada e rectificada por diversos diplomas (Retificação n.º 46-C/2013, de 01/11; Retificação n.º 50-A/2013, de 11/11; Lei n.º 25/2015, de 30/03; e Lei n.º 69/2015, de 16/07), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

quadro parece representar uma certa continuidade das lógicas de acesso às elites locais já observadas no período liberal português, onde as reformas administrativas permitiram a entrada no poder local de indivíduos provenientes de diferentes estratos sociais e sectores de actividade mas não conseguiram fazer com que as oligarquias locais perdessem relevância (P. Fernandes, 2006).

Um último elemento que é particularmente importante na composição e reprodução das elites políticas locais relaciona-se com a incumbência, ou seja, com a acumulação de mandatos. Em parte comum ao poder central, a questão da não renovação das elites coloca-se com particular expressão no poder local. Note-se, aliás, que a lei de 2005 que estabelece um limite ao número de mandatos consecutivos visa a renovação das presidências dos órgãos executivos das autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia).

Em contextos de fraca informação e de poucos incentivos para que os/as eleitores/as se informem, também porque o voto individual é desvalorizado pelos/as próprios/as eleitores/as no conjunto alargado das votações, o conhecimento prévio de um/a candidato/a pode colocá-lo em grande vantagem perante o eleitorado. A simpatia por ele/a gerada ou o seu carisma podem beneficiá-lo/a, sobrepondo-se a um cálculo mais rigoroso do desempenho das suas funções e até mesmo a preferências ideológicas: “a familiaridade pode sobrepor-se a factores mais próximos de uma avaliação fundamentada do eleitor” (E. Silva, 2002, p. 153).

Por outro lado, os incumbentes beneficiam, pelo reconhecimento que granjeiam, pela experiência e pelos conhecimentos institucionais acumulados, de uma situação privilegiada na captação e gestão de recursos e de uma capacidade negocial com grupos de interesses. Evidentemente que, apesar de haver um claro benefício pessoal, estes mecanismos resultam em consequências negativas para a democracia, com o aumento do clientelismo e com a diminuição da participação política não só do eleitorado (os contactos individualizados sobrepõem-se à participação destes) como também de outros/as agentes políticos/as (A. Fernandes, 1993; E. Silva, 2002).

Este fenómeno, designado de *incumbency bias* ou *incumbency effect* (Ansolabehere, Snyder Jr, & Stewart III, 2000; Cover, 1977; Cox & Morgenstern,

1995; Darcy *et al.*, 1994; de la Calle, Martínez, & Orriols, 2010; Gaines, 1998; Norris, 2006; Seltzer *et al.*, 1997), que “reflete a tendência sistemática para o favorecimento eleitoral de quem se encontra no poder, em detrimento dos restantes candidatos” (E. Silva, 2002, p. 145), resulta numa baixa circulação das elites locais. Esta situação é bem visível no caso português, patente no elevado número de mandatos consecutivos, mesmo que em partidos diferentes.

Se a Lei da Paridade se constitui como uma medida de acção afirmativa desenhada especificamente para compensar os desajustes ao nível da estrutura de oportunidades entre homens e mulheres no que diz respeito ao seu acesso a cargos de liderança política, a Lei n.º 46/2005³⁵, de 29 de Agosto, que estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais, pode acabar por desempenhar um papel importante na questão do enviesamento em favor dos incumbentes.

A Lei de Limitação de Mandatos, ainda que construída com um objectivo de renovação política³⁶, pode ter um efeito positivo na entrada das mulheres nesta esfera, já que a renovação das elites representa um importante factor de quebra dos processos tradicionais de reprodução do poder político. A proposta de lei foi apresentada pelo governo, a 22 de Abril de 2005, tendo, três dias antes, sido apresentadas pelo Bloco de Esquerda, duas propostas de Lei no mesmo sentido, sendo que o assunto tinha sido alvo de várias propostas nas duas anteriores legislaturas (ver Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, 2005).

A lei, aprovada então em 2005, e em vigor desde 1 de Janeiro de 2006, não teve, todavia, uma existência pacífica. Se, no momento eleitoral que sucedeu à entrada em vigor desta lei (2009), a questão não levantou grande celeuma (o que

³⁵ O n.º 1 do Artigo 1.º da referida lei estabelece que “o presidente de câmara municipal e o presidente de junta de freguesia só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos, salvo se no momento da entrada em vigor da presente lei tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o 3.º mandato consecutivo, circunstância em que poderão ser eleitos para mais um mandato consecutivo”.

³⁶ Dando seguimento ao princípio constitucional de não vitaliciedade dos cargos políticos, pretende-se que a limitação de mandatos sucessivos possa “fomentar a renovação dos titulares dos órgãos, visando-se o reforço das garantias de independência dos mesmos, e prevenindo-se excessos induzidos pela perpetuação no poder” (Proposta de Lei 4/X, 2005).

pode ser explicado pelo facto da lei permitir mais um mandato consecutivo àqueles/as que já tinham exercido três ou mais consecutivos), em 2013 o caso foi diferente. Na iminência da impossibilidade, agora real e incontornável, de não renovação dos mandatos dos incumbentes, foi questionado o sentido da sua redacção. No texto do Artigo 1.º, a formulação “o presidente **de** câmara municipal e o presidente **de** junta de freguesia” (realces da autora) levantou dúvidas quanto ao âmbito da sua aplicação. Para uns, era evidente que nenhum incumbente (com três ou mais mandatos acumulados consecutivamente até então) poderia voltar a exercer o cargo de presidência de qualquer executivo autárquico. Para outros, a lei foi interpretada como inibidora da ocupação do cargo na mesma autarquia onde o/a incumbente o tinha já desempenhado (em mandatos consecutivos).

A polémica da preposição (*de* câmara/junta de freguesia – significando de qualquer autarquia – e *da* câmara/junta de freguesia – significando a autarquia onde se exerceram funções) gerou inúmeras argumentações que foram alimentadas ao longo de meses nos meios de comunicação social (veja-se, por exemplo, a sucessão de notícias e artigos de opinião sobre o tema no jornal Público³⁷ ou no semanário Expresso³⁸, por exemplo). Independentemente do espírito no qual a lei foi pensada e redigida, é por demais evidente a enorme resistência a uma circulação das elites, o que acaba por prejudicar, como vimos, a entrada de novos/as agentes políticos/as num sistema tão fechado sobre si mesmo e tão altamente masculinizado (Charles, 2014; Klenke, 2011).

Apesar das sucessivas aclarações emitidas pela Comissão Nacional de Eleições a este propósito³⁹, e que sempre esclareceram que a limitação era de âmbito territorial, só em 2013 o debate se vê abrandado com o acórdão do Tribunal Constitucional (n.º 480/2013), deliberando pela permissão de candidatura a um quarto mandato consecutivo se em autarquia diferente, fundamentando que não se

³⁷ Disponível em <http://www.publico.pt/limitacao-de-mandatos>.

³⁸ Disponível, por exemplo, em <http://expresso.sapo.pt/politica/cavaco-deteta-erro-na-lei-de-limitacao-de-mandatos=f789165>; <http://expresso.sapo.pt/politica/provedor-de-justica-pede-clarificacao-sobre-limitacao-de-mandatos=f789680>; ou <http://expresso.sapo.pt/actualidade/jaime-soares-limitacao-de-mandatos-e-antidemocratica=f702852>.

³⁹ Disponíveis em http://www.cne.pt/news/deliberacoes-da-cne-sobre-limitacao-de-mandatos-nas-eleicoes-autarquicas_3948.

encontra dúvida interpretativa devidamente fundamentada para uma aplicação mais restritiva da lei. Não obstante a leitura jurídica legítima, parece-nos que este momento representa um revés (ainda que parcial) no movimento de renovação das elites políticas locais, fundamental ao funcionamento da democracia.

O contexto da administração política local tem, de facto, características particulares, não só, como vimos, no que diz respeito às lógicas de recrutamento e de funcionamento, como também no que concerne às próprias atitudes dos/as eleitores/as.

Como se observa no quadro seguinte (Quadro 3), uma análise comparativa das taxas de abstenção nas eleições de âmbito nacional no período democrático português revela que, aparte as eleições europeias, é nas eleições para as autarquias locais que se registam consistentemente mais elevadas taxas de abstenção, fenómeno também observado por Espírito Santo (2007). Excepções a esta regra são algumas eleições presidenciais (1991, 2001 e 2011), o que poderá, no entanto, ser explicado pelo facto destes momentos eleitorais corresponderem a reeleições dos presidentes em funções (respectivamente, Mário Soares, Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva).

Este comportamento, de maior desinteresse pela política local, pode ser explicado pela percepção, por parte do eleitorado, de que os organismos de poder central se constituem como os verdadeiros focos de poder, entendimento que não se estende ao poder local (Dearlove, 1979; Espírito Santo, 2007), o que decorre do próprio funcionamento destes organismos. Mozzicafreddo *et al.* (1989) destacam, por um lado, que o facto dos municípios guiarem a sua actuação pela resolução *ad hoc* dos problemas, e não por estratégias a longo prazo, transmite uma ideia de incapacidade em enfrentar os problemas mais estruturais das comunidades locais, decorrendo daqui a ideia de uma carência de poder. Por outro lado, os/as autores/as referem ainda o fechamento do poder autárquico em torno das questões político-partidárias e dos grupos de interesse como factores de alienação do interesse por parte da população.

Quadro 3. Taxa de abstenção nas eleições com participação de âmbito nacional, 1975-2016 (%)

Ano	Assembleia da República	Autarquias Locais	Presidência da República	Parlamento Europeu
1975	8,5			
1976	16,7	35,4	24,6	
1979	12,9	26,2		
1980	15,2		15,8	
1982		28,6		
1983	22,2			
1985	25,7	36,1		
1986			21,8	
1987	28,5			27,8
1989		39,1		48,8
1991	32,6		38	
1993		36,6		
1994				64,5
1995	33,8			
1996			33,6	
1997		39,9		
1999	39			60
2001		39,9	50,0	
2002	38,4			
2004				61,3
2005	35,6	39		
2006			38,5	
2009	40,3	41		63,2
2011	41,9		53,5	
2013		47,4		
2014				66,2
2015	44,1			
2016			51,3	

Fonte: SGMAI (2015b, 2015c, 2015d, 2016c).

A abstenção pode ser analisada por diferentes ângulos: pela via das características individuais dos/as eleitores/as (que incluem o rendimento, a idade, o estado civil, a profissão e sobretudo o nível de instrução) (Leighley & Nagler, 1992) e pela dimensão institucional e contextual (que inclui o voto obrigatório, o sistema eleitoral ou a existência de uma eleição competitiva) (Perea, 2002). Os resultados de diversos estudos apontam uma combinação da dimensão individual e factores como o comprometimento político, os esforços de mobilização por parte dos partidos e as condições socioeconómicas como preditora da participação eleitoral (Egmond, De

Graaf, & Eijk, 1998; Franklin, 2001; Pattie & Johnston, 1998; Perea, 2002). Já Bourdieu tinha apontado nesta mesma direcção quando referia as “condições que colocam os cidadãos – e de modo tanto mais brutal quanto mais desfavorecidos são económica e culturalmente – perante a alternativa de demissão pela abstenção” (Bourdieu, 1989, p. 163). Num campo tão específico e codificado simbolicamente como é o político, a não detenção daqueles tipos de capital, económico e cultural, enforma o afastamento das populações relativamente à participação eleitoral. O nível de interesse pela política, estimulado por uma educação para a cidadania, parece aqui ter um papel importante já que a participação eleitoral é ainda muito influenciada por uma avaliação racional: quando não importa ao/à eleitor/a quem será o/a vencedor/a, o benefício associado à participação não compensa o custo de formar uma opinião e da acção de votar (Leighley & Nagler, 1992).

Desenvolvidas as diferentes linhas de orientação teóricas que mobilizaremos no presente trabalho, exploraremos agora de que forma estas contribuições servirão de base à definição da estratégia metodológica da nossa investigação e de que modo enformam a abordagem ao problema social das desigualdades de género nos lugares de tomada de decisão, particularmente no que concerne ao domínio político. Nesse sentido, concretizaremos, de seguida, a nossa questão de partida, já informada pelos debates teóricos que têm tido lugar e nos ajudarão a definir mais concretamente não apenas os objectivos deste trabalho como também a forma de os alcançar.

1.4. As desigualdades de género na política: da teoria à aplicação

A discussão das questões de género no âmbito das teorias das elites é, como vimos, tardia e reveladora de um alheamento generalizado do debate relativamente ao sistemático afastamento das mulheres desta esfera. Nem num contexto de reconceptualização das elites (que ganharam terreno em meados do século XX), onde a abordagem passa a focar-se ao nível da pluralidade por oposição às lógicas tradicionais de reprodução, o tema ganha automaticamente relevância, mesmo

considerando todas as lutas e conquistas que se vinham operando no âmbito dos movimentos feministas de primeira vaga, que haveriam de ficar para a história como íntima e preponderantemente ligados à conquista de direitos políticos. E este afastamento das mulheres relativamente às elites políticas, espelhada na sua ausência das conceptualizações teóricas, é observada na prática. De facto, a participação das mulheres nas esferas de topo, tanto políticas como empresariais, não acompanhou o crescimento que se verificou noutras dimensões, como são o da educação ou do mercado de trabalho (V. Ferreira, 1999; Oliveira *et al.*, 2010; Viegas & Faria, 1999a).

O enquadramento teórico que agora apresentámos permitiu-nos perceber que o campo político se constitui, à semelhança de outras esferas sociais, como uma realidade heterogénea não apenas no que diz respeito à hierarquia de poderes como também na projecção e visibilidade sociais que lhes está associada. Nesse sentido, esta área, que não é uniforme, pode ser vista como um campo hierarquizado, onde o poder central ocupa uma posição superior face ao poder autárquico. Ainda, mesmo dentro do poder central, parece existir uma hierarquia, com o poder executivo (governo) a constituir-se como o topo do processo representativo (Cotta, 1991; Miliband, 1999), por relação ao parlamento. No caso do poder local, ao mesmo tempo que se encontra numa posição inferior nesta hierarquia de poderes, ele apresenta-se como uma arena onde a participação das mulheres pode ser potenciada dada a grande quantidade de lugares disponíveis e a possibilidade de funcionar como uma alavanca para a ascensão a cargos mais elevados (Jordão, 2000; Linsley *et al.*, 2006).

Por outro lado, como também destacámos na nossa exploração teórica, as mulheres têm, ao longo do tempo, ocupado uma posição mais frágil na estrutura social, tanto na dimensão pública como também na privada. Podemos pensar na sociedade como um espaço vincadamente hierarquizado em termos de género, onde, por via da estereotipação dos papéis sociais de mulheres e de homens, se associa o feminino a uma subalternidade face ao masculino e, no contexto do binarismo que discutimos anteriormente, a uma desvalorização das mulheres face aos homens. Depreciação essa que foi, em larga medida, legitimada e reproduzida

pelo próprio Estado que foi negando às mulheres o acesso a um amplo conjunto de direitos, tanto civis como políticos.

Assim, tendo em conta que os círculos de maior autoridade e poder têm revelado um maior fechamento relativamente às mulheres (*e.g.*, Viegas & Faria, 1999b), e considerando, por um lado, a esfera política como um campo hierarquizado em termos de poder (poder central face ao poder local) e, por outro lado, as relações sociais de género como também elas hierarquizadas (homens e o masculino face às mulheres e ao feminino), chegamos à questão central orientadora deste trabalho: mimetizará o poder político as desigualdades de género na sociedade em geral? Mais concretamente, encontraremos uma participação das mulheres mais expressiva nos órgãos de poder político menos valorizados socialmente e aos quais estão associados menores níveis de poder, como é o caso das autarquias relativamente ao poder central, ou serão estas desigualdades estruturais transversais a todos os níveis políticos?

Para responder a esta questão, surgem-nos ainda interrogações adicionais que nos permitirão não apenas explorar de forma mais aprofundada o ponto central deste trabalho como perceber sob uma perspectiva compreensiva a configuração das dinâmicas de género na sociedade portuguesa no seu conjunto, e mais especificamente na esfera política, em linha com o sugerido por Walby (1997), não deixando de fora as dinâmicas económicas, políticas e socioculturais, relativas à luta pela igualdade de género presentes no processo de "modernização tardia" da sociedade portuguesa ao longo do último século (Lisboa, 2016); nesse processo, tiveram um papel fundamental os movimentos de mulheres e os agentes activos de resistência nas estruturas genderizadas, sobretudo homens.

Em primeiro lugar, importa perceber que processos de transformação política e social se operaram na sociedade portuguesa e de que forma eles moldaram a participação das mulheres na actividade política. Porque as estruturas sociais se vão criando e transformando pela acção social daqueles/as que as compõem (Walby, 1997), compreender o contexto no qual as desigualdades se vão aprofundando ou esbatendo afigura-se-nos como uma tarefa essencial na compreensão das desigualdades de género na política, nomeadamente através da observação crítica

das lutas pela conquista de direitos e do papel que o Estado, enquanto regulador das relações sociais, desempenhou nesse processo.

Em segundo lugar, consideramos igualmente importante perceber quais são os elementos bloqueadores e/ou potenciadores da participação das mulheres nas elites políticas. Num campo altamente masculinizado como é o político (Aberbach *et al.*, 1981; Broussine & Fox, 2002; Charles, 2014; Klenke, 2011; Sapiro, 1998; Shvedova, 2005), e perante a questão central que é a da eventual mimetização das relações assimétricas de género nas estruturas hierarquizadas de poder, é fundamental perceber quais são as dinâmicas que sustentam a manutenção, por um lado, dessas desigualdades de género e, por outro lado, das lógicas de poder exclusivistas. E é na confluência destas duas ideias que poderemos perceber de forma mais aprofundada como se configura o espaço político por relação às estruturas sociais que o enquadram, tanto no que diz respeito à posição social das mulheres em áreas centrais da vida pública e privada (como são a educação, o mercado de trabalho ou a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar), como no que se relaciona com o contexto social mais abrangente e que inclui dimensões como o sistema político, o nível socioeconómico do país ou as representações de género predominantes na população.

Saindo da dimensão mais contextual das desigualdades de género na política, é fundamental perceber, em concreto, como se configura a participação das mulheres nos órgãos de poder central e local. Na sequência das respostas obtidas à questão anterior, onde se dará conta das posições sociais assimétricas de homens e mulheres, impõe-se perceber a composição dos órgãos de poder político no que diz respeito ao sexo dos/as seus/uas ocupantes e em que medida os eventuais diferenciais encontrados se constituem como desigualdades de género, passíveis de serem comparados aos verificados nas restantes estruturas sociais.

Ainda no sentido de tentar compreender as relações desiguais de poder que se estabelecem entre os sexos e em que medida elas são transponíveis para a hierarquia do poder político, surge-nos uma outra questão que se relaciona com os atributos sociodemográficos dos/as ocupantes dos cargos políticos. Que diferenças a este nível marcam as disparidades numéricas da presença de homens e mulheres

nas elites políticas? Estaremos perante estruturas de oportunidades diferenciadas? E, se sim, qual a sua configuração social? Como vimos, a posição social de homens e de mulheres foi sendo construída e reproduzida de forma assimétrica. E, como supomos, como hipótese, num círculo de grande poder, essas mesmas assimetrias ganham uma particular expressividade. Nesse sentido, as características sociodemográficas das pessoas eleitas poderão constituir-se como um indicador importante das desigualdades de género transversais à sociedade portuguesa e que se plasmarão de forma mais vincada na esfera política.

Uma última questão que levantamos prende-se com o papel do Estado enquanto regulador das relações sociais e responsável privilegiado pela construção de uma sociedade igualitária. Sabendo, à partida, que, não obstante o aumento da participação das mulheres nas elites políticas nas últimas décadas, nos encontramos ainda aquém de uma representação paritária, colocamos a questão de qual a eficácia dos actuais mecanismos de promoção de uma participação paritária na política. No contexto de uma promoção transversal da igualdade de género, patente nas estratégias nacionais para a igualdade (RCM n.º 49/97; RCM n.º 184/2003; RCM n.º 82/2007; RCM n.º 5/2011; RCM n.º 103/2013), questionamo-nos acerca da necessidade e do impacto de medidas tão específicas, e ainda polémicas e não consensuais (Dahlerup, 2006; Lovenduski, 1993; Teigen, 2000), como são as medidas de acção afirmativa.

No capítulo seguinte explicitaremos a estratégia metodológica seguida, tendo em vista a problemática central equacionada, e procurando responder a questões mais específicas do objecto de estudo.

2. Estratégia metodológica: da construção do campo de observação à análise dos resultados

Pensamos que a análise das particularidades e individualidades sociais relativas ganha uma outra amplitude compreensiva, quanto se relaciona um uma visão mais ampla do ponto de vista espacial e temporal.

Assim, no âmbito deste estudo, definiu-se que o campo de observação teria uma delimitação espacial relativa ao território português (Continente e Regiões Autónomas) e que abrangeria um período de cerca de 40 anos.

Optou-se, igualmente, por seguir uma estratégia de investigação essencialmente de cariz quantitativo. De facto, falta uma visão de conjunto sobre as desigualdades de género na participação política, em Portugal, nas últimas quatro décadas. Os trabalhos já efectuados, ou privilegiam aspectos particulares do campo político, ou centram-se em actores sociais individuais, onde as abordagens qualitativas são mais frequentes.

Do ponto de vista operacional ao nível empírico, optou-se por construir o campo de observação a partir de dados estatísticos, cujas fontes serão assinaladas caso a caso. Dependendo das questões em análise, assim se utilizarão instrumentos de tratamento e análise de dados estatísticos diferenciados, univariados, bivariados e multivariados, que serão explicitados sempre que necessário⁴⁰.

Tendo definido como objectivo geral deste trabalho a identificação de uma possível mimetização das relações assimétricas de género nas estruturas hierarquizadas do poder político, cabe-nos agora apresentar a estratégia metodológica a seguir.

Nesse sentido, a interrogação geral que percorre toda a investigação, será desdobrada em várias questões específicas, relativas ao poder central e local.

⁴⁰ Uma vez que os dados mobilizados são provenientes de fontes diversas, que implicam cuidados e estratégias metodológicas diferenciados e ainda que diferentes objectivos requererão técnicas de análise específicas, optámos por não constituir um capítulo autónomo para apresentação e discussão desta informação. Assim, recorreremos a pequenas notas metodológicas ao longo do texto, remetendo os desenvolvimentos mais alargados para anexo.

Considerando o enquadramento teórico anteriormente formulado e as questões (principal e adicionais) que formulámos, optámos por uma estratégia de investigação que abarcasse diferentes níveis de análise, que vão desde uma abordagem macro, de contextualização da problemática em termos sócio-históricos, passando por um nível mais meso, ao nível de estruturas sociais específicas, até uma abordagem de carácter micro, com a análise das características e contextos das pessoas eleitas.

Assim, e no sentido de dar resposta às questões formuladas e que aprofundaremos mais adiante, começaremos por perceber o caminho percorrido na sociedade portuguesa em termos das transformações que se foram operando e que se constituíram como condicionantes da construção de uma sociedade inclusiva e igualitária em termos de género, transformações essas que se situam não apenas ao nível dos dispositivos legais como também das lutas pela conquista de direitos que se foram travando ao nível da sociedade civil e dos seus resultados. Avançaremos depois para a análise das estruturas sociais mais concretas que enquadram e condicionam a participação das mulheres na política, nomeadamente no que diz respeito às dimensões socioeconómica, cultural e do sistema político, como sejam: a participação das mulheres no mercado de trabalho e nos lugares de liderança e de tomada de decisão; o capital escolar; a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar; as atitudes políticas e os valores de género da população; a participação nos partidos políticos; ou as políticas de acção afirmativa. Por fim, chegaremos concretamente à análise dos dados relativos à participação de homens e de mulheres na política central e autárquica, nas suas várias dimensões, que especificaremos mais adiante. Este percurso metodológico permitir-nos-á não apenas dar resposta à questão central deste trabalho como ainda fazê-lo abarcando um conjunto extensivo de níveis de abordagem e de dimensões adjacentes, indispensáveis à compreensão das dinâmicas sociais que sustentam as desigualdades de género.

Retomamos então as questões levantadas na secção anterior, apresentando e fundamentando, para dar resposta a cada uma delas, a abordagem seleccionada, os dados a trabalhar, as fontes e a forma de chegar a elas e ainda a metodologia de

análise mais adequada, sem prejuízo, como referimos, de as aprofundar de forma mais específica aquando da sua abordagem nas secções posteriores.

Porque consideramos que a assimétrica participação das mulheres na actividade política é espelho das desigualdades de género transversais à sociedade portuguesa, potenciada pelos mais elevados níveis de poder e de exposição pública associados, optámos por uma estratégia de investigação que permitisse uma perspetivação deste problema social nas suas múltiplas dimensões e condicionantes. Com efeito, e para dar resposta à questão central deste trabalho (mimetizará o poder político as relações sociais de género? Concretamente, encontraremos mais mulheres nos órgãos do poder autárquico, menos valorizados socialmente e aos quais estão associados menores níveis de poder?), procuraremos responder a um conjunto mais alargado de questões que decomporomos de seguida.

Q1. Que processos de transformação política e social se operaram na sociedade portuguesa no último século que condicionaram ou potenciaram a participação das mulheres na actividade política?

Porque as normas e as práticas sociais se vão (re)produzindo e (re)negociando ao longo do tempo, procuraremos contextualizar as desigualdades de género, em particular na política, do ponto de vista histórico, ou seja, do percurso percorrido na construção de uma sociedade democrática e mais igualitária entre homens e mulheres.

Para dar resposta a esta questão (**Q1**) faremos uma análise da configuração dos movimentos sociais que foram, sensivelmente no último século em Portugal, procurando agir sobre as desigualdades entre homens e mulheres, ao nível dos direitos civis e políticos. Por um lado (secção 3.1.), partindo da I República, tentaremos perceber como se foram definindo e reproduzindo as relações sociais de género, também através do Estado, passando depois para a fase do Estado Novo, período longo da história portuguesa que, assente numa matriz repressiva e conservadora, condicionou amplamente a construção de uma sociedade igualitária. Terminado este percurso chegaremos ao advento da democracia e a todas as transformações sociais e políticas que ela trouxe consigo. Por outro lado (secção 3.2.), e considerando que essas transformações foram asseguradas por um lastro

legislativo que foi procurando garantir às mulheres uma melhoria da sua condição social, económica e pessoal, procuraremos elencar e interpretar a sucessão de mecanismos legais e de políticas públicas que permitiram um enquadramento institucional igualitário dos/as cidadãos/ãs.

Para explorar esta questão (**Q1**) recorreremos sobretudo a uma revisão bibliográfica bem como à análise dos documentos oficiais e legislativos relativos ao intervalo de tempo entre a I República e a estabilização do período democrático.

Q2. Quais são os elementos bloqueadores e potenciadores da participação das mulheres nas elites políticas, tanto centrais como locais?

Ainda na perspectiva da transversalidade das desigualdades de género enquanto moldura da assimétrica participação das mulheres nas elites políticas, consideramos essencial a abordagem um conjunto de indicadores que forneçam o seu enquadramento num contexto de desigualdades mais geral. Como vimos nas secções 1.3. e 1.3.1., muitos são os constrangimentos e os contextos potenciadores de mudança da participação das mulheres na esfera política.

Num contexto de pluralidade (Dahl, 1961) e de profissionalização das elites políticas (Szücs & Strömberg, 2009), seria expectável que o acesso a esta esfera fosse facilitado com a crescente escolarização e com a (virtual) abertura das actividades profissionais especializadas a todos os segmentos da população, independentemente do sexo das pessoas.

Nesse sentido, analisaremos (secção 4.1.) a evolução da participação das mulheres no mercado de trabalho, potenciadora da sua participação na política (Kenworthy & Malami, 1999; Matland, 1998; Rule, 1981, 1987). Ainda, procuraremos identificar assimetrias entre os sexos nesta esfera que configurem desigualdades de género, nomeadamente ao nível da configuração da participação das mulheres na estrutura laboral (desemprego, tipo de contrato de trabalho e regime de duração do trabalho), também ela constrangedora da participação das mulheres na esfera política (Reynolds, 1999; Rule, 1994a; Shvedova, 2005).

Ao nível do acesso às elites (não só políticas mas também noutras esferas), procuraremos identificar elementos indiciadores da persistência de *glass ceilings* e

de *glass walls*, ou seja, de barreiras no acesso a lugares de topo na hierarquia e a áreas específicas do mercado de trabalho. Para tal, analisaremos a presença de mulheres em diferentes esferas da sociedade portuguesa, desde a carreira docente à administração pública (secção 4.2.).

Paralelamente, o capital escolar constitui-se como um importante factor de potenciação da participação das mulheres nas elites políticas já que elas emergem sobretudo de segmentos da população com níveis de instrução elevados (Burns *et al.*, 2001; Kenworthy & Malami, 1999; Paxton, 1997; Rule, 1981, 1987). Nesse sentido, analisaremos a evolução dos níveis de escolaridade da população, de homens e de mulheres, procurando também aqui perceber se as desvantagens das mulheres na entrada no mercado político se poderão ficar a dever a um défice no capital escolar. Adicionalmente, procuraremos perceber se, à semelhança do mercado de trabalho, permanecem *glass walls* no acesso a determinadas áreas de formação (secção 4.4.).

Ainda no contexto da avaliação das potenciais condicionantes da participação das mulheres na política, é necessário considerar um outro elemento que, ligando-se à persistência de estereótipos de género, se concretiza nas dificuldades de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal, particularmente penalizadora para as mulheres (Linsley *et al.*, 2006; Maciel, 2008). Considerando que o trabalho nas autarquias locais se faz, muitas vezes, nos tempos livres (Linsley *et al.*, 2006; Martins & Teixeira, 2005), aquelas dificuldades constituem-se como um condicionamento adicional, que afecta desproporcionalmente as mulheres. Como tal, exploraremos a persistência de papéis de género assimétricos no que diz respeito à partilha das responsabilidades domésticas e familiares bem como a forma como as mulheres são penalizadas relativamente aos usos do tempo (secção 4.3.).

Considerando a multiplicidade de campos e de dimensões de análise descritos até aqui, sistematizamo-los de seguida, identificando ainda quais serão as variáveis a mobilizar e a fonte onde serão consultadas (Quadro 4).

Quadro 4. Condicionantes da participação das mulheres na política: dimensões de análise, variáveis a mobilizar e fontes dos dados

Área	Dimensões de análise	Variáveis a analisar	Fontes
Trabalho e emprego	a) Crescente participação das mulheres no mercado de trabalho; b) Presença de assimetrias entre os sexos que configuram desigualdades de género.	Taxa de desemprego (por idade e por escolaridade); Taxa de emprego; População empregada por profissão; Contratos a termo; Trabalho a tempo parcial; Ganho médio mensal; Remuneração média mensal; Risco de pobreza após transferências sociais.	FFMS; INE; Inquérito ao Emprego; Eurostat; ISS.
Liderança e tomada de decisão	c) Persistência de <i>glass ceilings</i> ; d) Persistência de <i>glass walls</i> .	Pessoal docente por nível de ensino; Mandatos para a Assembleia da República; Dirigentes no sector das administrações públicas por cargo (e por subsector de administração e cargo); Membros do conselho de administração das empresas do PSI-20.	FFMS; INE.
Conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar	e) Persistência de papéis de género assimétricos; f) Penalização das mulheres no uso do tempo.	Duração média semanal das diferentes formas de trabalho; Divisão das tarefas domésticas pelos agregados domésticos privados; Cuidado regular de crianças até aos 15 anos e/ou de outras pessoas dependentes com mais de 15 anos; Necessidade de não trabalhar ou de trabalhar a tempo parcial por motivos de conciliação; Redução do horário de trabalho para cuidar do filho mais novo; Deixar de trabalhar para cuidar do filho mais novo.	European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions; Inquérito aos usos do tempo; Inquérito ao Emprego.
Educação	g) Formação da população – capital escolar; h) Presença de assimetrias entre os sexos que configuram desigualdades de género	Taxa de analfabetismo; Nível de escolaridade da população com 15 e mais anos; Nível de escolaridade da população com 15 a 64 anos; Diplomados/as por áreas de educação e formação; Doutoramentos.	INE; FFMS.

A este nível, privilegiaremos uma abordagem eminentemente quantitativa no tratamento dos dados. O arco temporal considerado é condicionado, em larga medida, pela disponibilidade dos dados nas respectivas fontes, abarcando, na maior parte dos casos, as três últimas décadas. A análise dos dados terá um carácter maioritariamente descritivo, sendo que se procederá a uma abordagem inferencial sempre que a natureza dos dados o justifique e permita (exemplo disso são o inquérito ao emprego e o inquérito aos usos do tempo, que são representativos da população).

Ainda no que diz respeito às condicionantes da participação das mulheres na esfera política, e para continuar a elaborar sobre a **Questão 2**, consideraremos igualmente, por um lado, a proximidade da população à política e, por outro lado, a persistência de valores de género penalizadoras das mulheres (secção 5.3.). No primeiro caso, e porque a decisão de entrada num determinado campo é influenciada pela relação que é estabelecida pelas pessoas com ele, interessa-nos analisar os níveis de interesse das mulheres na política e ainda a forma como se posicionam relativamente às diferentes dimensões que dizem respeito a esta esfera. Com efeito, avaliaremos um conjunto de dados que se relacionam com a participação política e cívica, com o interesse na política, com o posicionamento ideológico, com a confiança em agentes e instituições políticas e com a apreciação feita pela população acerca do funcionamento do sistema democrático.

Adicionalmente, e porque nos distanciamos das perspectivas individualistas que tendem a valorizar as preferências e empenho das mulheres como determinantes das decisões relativamente ao mercado de trabalho (Hakim, 1992), consideramos, em alternativa, que as opções e motivações são condicionadas, em larga medida, pelas estruturas sociais e pelos contextos institucionais (Arber & Ginn, 1995; Carrilho, 2000; Gash, 2008; Stromquist, 1995; Yerkes, 2013). Nesse sentido, analisaremos também a persistência de valores de género que penalizam as mulheres ao remetê-las para a esfera privada, moldando assim o seu interesse pelas actividades mais públicas e de maior exposição, como é o caso do domínio político. Paxton e Kunovich (2003) e Norris e Lovenduski (2005) sugerem a integração de

variáveis relativas a atitudes sobre o papel das mulheres no trabalho, na educação e na política nos modelos explicativos da proporção de mulheres nos parlamentos. Os inquéritos sobre valores e atitudes que contemplam Portugal não incluem nenhuma variável relativamente às atitudes acerca do papel mulheres na política e na educação; estas variáveis podem ser encontradas no *World Values Survey* (EVS), inquérito que não abrange os países participantes no *European Values Survey* (ESS)⁴¹, como é o caso de Portugal. Perante esta limitação, analisaremos as atitudes da população portuguesa face o papel das mulheres na esfera do trabalho, acrescentando-lhe ainda questões relativamente aos papéis no âmbito da vida familiar. Para tal, recorreremos aos dados disponíveis mais recentes (2008 no caso do EVS e 2012 no caso do ESS) e a métodos de análise descritivos, tanto bivariados como multivariados, e inferenciais.

Por último, no que diz respeito aos factores condicionadores da participação das mulheres nas elites políticas, consideraremos ainda duas outras dimensões de análise: a composição das estruturas nacionais dos partidos políticos e a sua atitude interna perante a questão da paridade (secção 5.2.).

Por um lado, os partidos políticos constituem-se como as instituições dominantes do recrutamento político (Freire, 2001; Kenny & Verge, 2013; Kunovich & Paxton, 2005; Lawless & Fox, 2010; Maestas, Maisel, & Stone, 2005; M. Mendes, 1993; Norris, 1997; Norris & Lovenduski, 1995), pelo que são eles os principais responsáveis pela selecção das pessoas que se apresentam a escrutínio eleitoral. Por outro lado, um maior número de mulheres nas elites partidárias pode promover o aumento da sua presença nas listas eleitorais e dar-lhes um maior apoio nas suas candidaturas (Caul, 1999; Kunovich & Paxton, 2005).

Nesse sentido, propomo-nos actualizar os dados coligidos por Martins e Teixeira (2005) relativos à composição dos partidos políticos em 2002 e perceber, através da informação disponível (no final de 2015) nos *sites* dos partidos com

⁴¹ Conforme a informação dada pela fonte (disponível em <http://www.worldvaluessurvey.org>), os dados para os países que participam no *European Values Survey* (EVS) não são contemplados no *World Values Survey*, devendo aquele inquérito constituir-se como alternativa no caso dos países europeus. Contudo, os questionários não são coincidentes e muitas das variáveis de interesse para o presente estudo não são contempladas no EVS.

assento parlamentar, relativa aos/às ocupantes dos órgãos nacionais das estruturas partidárias, que transformações se operaram a este nível desde então. E porque a atitude dos partidos perante a questão da paridade na política se constitui como um indicador do empenhamento numa mudança do paradigma de género vigente, analisaremos ainda os estatutos dos diversos partidos. Com esta análise pretendemos perceber, por um lado, que medidas de promoção de igualdade de género cada partido definiu para si, nomeadamente no que diz respeito a sistemas de quotas, e, por outro lado, a relevância que é dada à questão, designadamente através da utilização de uma linguagem inclusiva.

Sistematizamos no quadro seguinte (Quadro 5) as dimensões de análise a considerar nas duas áreas descritas anteriormente, bem como as variáveis a mobilizar e as fontes de informação a consultar.

Quadro 5. Condicionantes da participação das mulheres na política (cont.): dimensões de análise, variáveis a mobilizar e fontes dos dados

Área	Dimensões de análise	Variáveis a analisar	Fontes
Partidos políticos	i) Constituição de uma <i>pool</i> de potenciais candidatos/as; j) Influência da ideologia.	Proporção de mulheres nos órgãos nacionais dos partidos; Proporção de mulheres nos órgãos nacionais dos partidos por Órgão. Linguagem inclusiva; Presença de elementos de promoção de igualdade de género.	<i>Sites</i> dos partidos; Martins & Teixeira (2005). Estatutos dos partidos (BE, 2016; CDS-PP, 2016; PCP, 2016; PPD/PSD2016; PS, 2016).
Atitudes políticas e valores de género	k) Proximidade da população à política l) Persistência de valores de género penalizadores das mulheres	Participação política/cívica; Interesse na política; Proximidade a partido; Posicionamento ideológico; Confiança em agentes e instituições políticas; Confiança noutras instituições; Funcionamento da democracia (várias questões). Diversas variáveis acerca dos valores de género relativamente às dimensões do trabalho e da vida familiar.	<i>European Social Survey</i> ; <i>European Values Survey</i> . <i>European Values Survey</i> .

Por último, focando-nos agora especificamente na esfera política, e por forma a dar resposta às interrogações que se relacionam especificamente com a observação dos/as participantes mais directos neste domínio, definimos a ocupação (efectiva ou potencial) dos cargos do poder político central e local entre 1976 e 2015 como o nosso campo de observação central, o que nos merece, antes da concretização dos instrumentos metodológicos a mobilizar, algumas considerações adicionais.

Observaremos, nesta análise, as pessoas eleitas para as autarquias (poder central) e as pessoas eleitas e candidatas para a Assembleia da República (poder central). Estamos, portanto, a limitar o campo de observação, deixando de fora uma classe de elevado poder político executivo que são as elites ministeriais.

De facto, se nos cargos de eleição a proporção de mulheres é reduzida, no caso dos de nomeação (como são as posições de ministro/a ou secretário/a de Estado), o sucesso das mulheres é ainda menor (R.H. Davis, 1997; EC, 2015c; Putnam, 1976; Siaroff, 2000). Isto, a juntar ao facto de estas serem algumas das posições de maior poder político no mundo (R.H. Davis, 1997), justificaria a sua inclusão no âmbito de uma investigação em torno das desigualdades de género. Ainda, tratando daquilo que Cotta (1991) designa como o topo do processo representativo, ou a elite da elite na formulação de R.H. Davis (1997), as elites ministeriais enquadrar-se-iam na escala de hierarquia de poder que considerámos na questão central definida para este trabalho.

Esta opção de não incluir o poder executivo central na análise deveu-se sobretudo ao facto de considerarmos que o processo de constituição desta elite envolve lógicas de reprodução particulares (R.H. Davis, 1997), que não seriam passíveis de ser captadas através da metodologia quantitativa privilegiada neste trabalho. Ainda que partilhem com os cargos de eleição alguns dos constrangimentos à entrada das mulheres (vantagem da incumbência, competição pelo eleitorado feminino, ausência de massa crítica, participação nos partidos políticos e em organizações da sociedade civil) (R.H. Davis, 1997), os cargos de nomeação, nomeadamente os ministeriais, apresentam particularidades que se situam fora do quadro de barreiras e potencialidades que vimos anteriormente (ver

secções 1.3. e 1.3.1.). É o caso: do momento da constituição do executivo (no momento a seguir às eleições ou em momentos de remodelação governamental) (R.H. Davis, 1997); das normas de recrutamento das elites ministeriais (sistema generalista ou especialista⁴²) (Bermeo, 2003; R.H. Davis, 1997; Siaroff, 2000); ou ainda do factor “sorte” (estar no sítio certo no momento certo) (Blondel, 1985; Theakston, 1987).

Assim, e considerando que o processo de selecção das elites ministeriais apresenta características específicas e diferenciadas das identificadas no caso dos cargos de eleição, optámos por não as considerar na presente análise. O mesmo não se passa com os/as eleitos/as para o poder central e para o poder local já que estas duas elites partilham, como vimos na secção 1.3., um conjunto alargado de características, ainda que as locais possam apresentar algumas especificidades (que explorámos na secção 1.3.1.).

Q3. Como se configura a participação das mulheres nos órgãos de poder central e local de eleição no Portugal democrático?

Tanto quanto nos foi possível observar, o período decorrido entre as eleições de 1976 e 2015 não foi ainda analisado. O estudo de Dias (2011a) contemplou o período democrático mas não incluiu as últimas eleições legislativas (de 2015) e teve uma ambição eminentemente descritiva, visando sobretudo o impacto da aplicação da Lei da Paridade. Relativamente a essa investigação, adicionamos as mais recentes eleições (tanto a nível dos/as candidatos/as como dos/as eleitos/as) e uma dimensão interpretativa fundamental à compreensão das mudanças e dos elementos de resistência no contexto da participação das mulheres nestas esferas.

No que diz respeito às desigualdades de género nas elites políticas locais, globalmente menos estudadas comparativamente aos órgãos políticos nacionais (Rao, 2005; Rodríguez-Garcia, 2015; Sundström, 2013), os estudos disponíveis em Portugal, para além de escassos, têm tido um carácter eminentemente descritivo e de âmbitos institucional, geográfico e temporal parcelares (G. Archer *et al.*, 1993; G.

⁴² Num sistema de carácter mais generalista a ênfase é colocada na função representativa dos cargos ministeriais, ou seja, os/as seus/uas detentores/as apresentam-se sobretudo como políticos/as; num sistema predominantemente especialista, a tónica coloca-se ao nível da função associada ao cargo, apresentando os/as seus/uas detentores/as um perfil mais técnico (Bermeo, 2003; R.H. Davis, 1997).

Archer *et al.*, 1997; G. Archer & Tavares, 2005, 2009; G. Archer *et al.*, 2001a; Dias, 2011a; Jordão, 2000; A.M. Lopes, 2009; Maciel, 2008; P. Nunes, 2008; STAPE, 1986; S. Tavares *et al.*, 2013).

Por estes motivos, consideramos que a análise da configuração da participação das mulheres nos órgãos de poder central e local de eleição no Portugal democrático (entre 1976 e 2015) se constitui como um elemento inovador no contexto da investigação sobre as desigualdades de género nas elites políticas eleitas portuguesas e como um contributo relevante para o aprofundamento do conhecimento nesta área, pela conjugação entre o amplo e actualizado período em análise e a dimensão interpretativa que lhe associámos. Definimos este período uma vez que apenas em 1976 foi aprovada a Constituição e o sistema político se viu estabilizado. Estendemos a análise até à actualidade.

Para explorar esta questão, faremos uma análise longitudinal a dois níveis – central e local. No caso das eleições legislativas, contemplaremos, por um lado, a evolução das listas eleitorais na sua composição por sexo e, por outro lado, os/as eleitos/as em cada um dos momentos eleitorais do período considerado. No caso das eleições autárquicas analisaremos somente os/as eleitos/as já que não se considerou viável o estudo das listas apresentadas pelas diferentes forças políticas já que a exploração desse universo se afigurou demasiado ambiciosa para os recursos disponíveis para este trabalho. Em ambos os casos, faremos igualmente uma análise por partido político (ou coligação) procurando perceber, por um lado, de verifica serem os partidos de esquerda aqueles que tendem a favorecer a participação das mulheres, como já amplamente discutido na literatura sobre o tema (Caul, 1999, 2001; Duverger, 1955; R. Inglehart & Norris, 2003; Kenworthy & Malami, 1999; Matland, 1993; Reynolds, 1999; Rule, 1987; Siaroff, 2000) e, por outro lado, caso a resposta seja afirmativa, se se assiste ou não a uma tendência de integração das mulheres ao longo de todo o espectro ideológico (Lovenduski, 1993; Tripp & Kang, 2008), ou seja, se aquela associação se tem ou não vindo a esbater.

As dimensões de análise e as variáveis a mobilizar (bem como as fontes dos dados) para responder a esta questão (**Q3**) estão sistematizadas no Quadro 6.

Q4. Que atributos sociodemográficos marcam as disparidades numéricas da presença de homens e mulheres nas elites políticas? Estaremos perante estruturas de oportunidades diferenciadas?

Como observámos na secção 1.3., as condicionantes à participação das mulheres na actividade política são múltiplas e podem incluir não apenas factores culturais e ligados ao próprio sistema político como também de ordem socioeconómica. Para além das assimetrias numéricas globais na participação de homens e mulheres nas elites políticas, pretendemos perceber quais são as características biográficas associadas aos/às eleitos/as de cada um dos sexos no sentido de verificar se esta disparidade numérica configura, ou não, uma desigualdade de género. Se homens e mulheres apresentarem características diferenciadas, podemos pensar na dificuldade de acesso a lugares de decisão política por parte das mulheres como reflexo da persistência de estereótipos de género e de lógicas de recrutamento tradicionais que continuam a preterir as mulheres em favor dos homens. Caso contrário, se mulheres e homens apresentarem características sociodemográficas semelhantes, teremos de considerar que outros factores poderão estar em jogo, já não ao nível dos processos genderizados de recrutamento mas apenas de processos de socialização que, ao afastarem as mulheres da esfera pública e da decisão, geram processos de auto-exclusão onde as mulheres se consideram menos competentes, menos capazes e menos confiantes para a actividade política (Blickenstaff, 2005; Fox & Lawless, 2004; Rao, 2005; Shvedova, 2005; Van Anders, 2004).

Esta dimensão poderá apenas ser aferida para os/as eleitos/as para as autarquias locais já que é a única esfera para a qual temos dados relativos às características sociodemográficas do/as ocupantes dos cargos. Faremos, por um lado, uma primeira análise (bivariada) dos dados onde procuraremos encontrar relações significativas entre as várias características sociodemográficas (idade, actividade profissional, nível de instrução, estado civil e residência e naturalidade coincidentes ou não com o local para o qual foram eleitos/as) e a proporção de eleitos/as de cada um dos sexos para as autarquias e por órgão autárquico (secção 7.2.). Adicionalmente procederemos a uma análise multivariada (regressão logística) que nos permitirá perceber se homens e mulheres precisam (ou beneficiam que

tiverem), para serem eleitos/as, de *backgrounds* sociais diferenciados (secção 7.3.).

As dimensões de análise e as variáveis a mobilizar (bem como as fontes dos dados) para responder a esta questão (Q4) encontram-se organizadas no Quadro 6.

Q5. Qual a eficácia dos actuais mecanismos de promoção de uma participação paritária na política?

A acção afirmativa constitui-se actualmente como um dos principais mecanismos de correcção de desigualdades, nomeadamente no que diz respeito às observadas no domínio político, sendo considerado como uma forma eficaz de compensar desigualdades que não são fruto de barreiras formais (Dahlerup, 2005). A política de quotas legislativas (percentagem mínima de pessoas de cada um dos sexos nas listas eleitorais) constitui-se como um mecanismo eficaz no aumento do número de mulheres eleitas (*e.g.*, Dahlerup & Freidenvall, 2005; Matland & Studlar, 1996; Tripp & Kang, 2008). Nesse sentido, e considerando que a Lei da Paridade entrou em vigor em 2006, encontramos-nos num momento propício para a avaliação do seu impacto na paridade nos cargos políticos de eleição.

Por um lado, consideramos essencial dedicar-lhe algum espaço pelo que exploraremos as potencialidades e debilidades dos sistemas de quotas em geral num ponto autónomo (secção 5.1.). Para além de tentar perceber quais os mecanismos disponíveis, o impacto que têm tido a nível internacional e quais os principais debates em torno desta questão, analisaremos ainda, mesmo que brevemente, o processo legislativo conducente à aprovação da lei em Portugal, já que consideramos que é ilustrativo das resistências a este nível. Igualmente, faremos uma avaliação do texto da lei de modo a perceber que este mecanismo contém acautela as principais fragilidades que são comumente apontadas como debilitadoras do seu potencial de mudança, que incluem serem considerados como instrumentos discriminatórios, que não garantem um efectivo aumento da proporção de eleitas ou que são meramente simbólicos (Dahlerup, 2005, 2006; Dahlerup & Freidenvall, 2005).

Do ponto de vista empírico, o nosso interesse foca-se, por um lado, no impacto que a implementação da Lei da Paridade teve na proporção de mulheres nas listas eleitorais e na forma como isso se reflectiu na proporção de eleitas. Por

outro lado, importa perceber que resistências à mudança perduram, não obstante o cumprimento da lei. E, neste ponto, importa ter em conta o posicionamento de homens e mulheres nas listas eleitorais já que, não se aplicando a regra de fecho *éclair* (regra de posicionamento que implica que não podem existir duas pessoas do mesmo sexo consecutivamente posicionadas na lista), é possível que as lógicas masculinizadas de recrutamento se mantenham. Esta questão é passível de ser abordada através da posição que candidatos e candidatas ocupam nas listas eleitorais, procurando perceber se homens e mulheres estão associados a posições específicas. Neste caso, se existe uma maior probabilidade de serem os homens a ocuparem o primeiro lugar na lista e as mulheres o terceiro (a Lei da Paridade obriga a que não haja mais de dois/uas candidatos/as do mesmo sexo posicionados de forma consecutiva). Assim, se observarmos uma associação entre as mulheres e o último lugar “permitido” por lei (terceiro, sexto, nono, etc.), podemos encará-la como um mero cumprimento da norma e não como uma procura efectiva de paridade, revelando-se, assim, como um indicador de resistência.

Esta questão será abordada nas secções (secções 6.1., 6.2. e 7.1.), aquando da análise dos dados relativos aos/às eleitos/as para a Assembleia da República e para as autarquias locais e ainda aos/às candidatos/as às eleições legislativas, segundo as dimensões de análise e variáveis descritas no Quadro 6. Adicionalmente, e porque a vantagem da incumbência se constitui como um importante factor de bloqueio à renovação das elites, nomeadamente na sua componente de género (Cover, 1977; Cox & Morgenstern, 1995; Darcy *et al.*, 1994; Norris, 2006), analisaremos ainda (apenas para o caso dos/as eleitos/as para as autarquias) o número de mandatos consecutivos dos/as eleitos/as para tentar perceber um eventual efeito positivo da Lei de Limitação de Mandatos, entrada em vigor em 2005 (dimensão contemplada igualmente no Quadro 6).

Quadro 6. Participação das mulheres na esfera política: dimensões de análise, variáveis a mobilizar e fontes dos dados

Eleições	População	Dimensões de análise	Variáveis a analisar
Legislativas 1976-2015	Candidatos/as	a) Evolução da presença das mulheres – ritmo de mudança b) Assimetrias geográficas c) Influência da ideologia d) Estratégias de resistência à entrada das mulheres e) Impacto da Lei da Paridade na proporção de candidatas	Ano; Círculo eleitoral; Partido/coligação; Posição na lista
	Fontes: 1976 a 2011: dados compilados por Dias (2011a) a partir da informação fornecida pela CNE e SGMAI; 2015: dados compilados pela autora a partir da informação disponibilizada CNE (2015a).		
	Eleitos/as	a) Evolução da presença das mulheres – ritmo de mudança b) Assimetrias geográficas c) Influência da ideologia e comportamento individual dos partidos d) Estratégias de resistência à entrada das mulheres via sistema político (efeito da Lei da Paridade; magnitude do círculo eleitoral)	Ano; Candidatos/as; Círculo eleitoral; Partido/coligação; Magnitude do círculo eleitoral
	Fontes: 1976 a 2011: dados compilados por Dias (2011a) a partir da informação fornecida pela SGMAI*; 2015: dados compilados pela autora a partir da informação disponibilizada pela SGMAI (2016a).		
Autárquicas 1976-2013	Eleitos/as	Análise descritiva a) Evolução da presença das mulheres – ritmo de mudança b) Assimetrias geográficas c) Desigualdade de género – hierarquia dos papéis sociais espelhada na hierarquia dos órgãos e dos cargos d) Desigualdade de género – hierarquia dos papéis sociais espelhada na hierarquia poder central/poder local e) Influência da ideologia f) Estratégias de resistência à entrada das mulheres via renovação das elites Análise inferencial (bivariada) g) Condicionantes do sistema político à participação h) Condicionantes sociodemográficas à participação Análise preditiva (multivariada) i) Necessidade da existência de <i>backgrounds</i> sociais diferenciados para homens e mulheres	Órgão autárquico; Nível administrativo; Tipo de órgão; Nível hierárquico; Partido; Cargo; Distrito; Município; Freguesia; Grau de urbanização; Tipologia de áreas urbanas; Magnitude dos órgãos; Nº de mandatos consecutivos; Idade; Actividade profissional; Nível de instrução; Estado civil; Residência; Naturalidade.
	Fontes: SGMAI (ver Quadro 16); Tipologias: INE.		

* Todos os dados analisados compilados por outrem foram objecto de operações de confirmação (através do confronto com informação publicada e de diversos cruzamentos estatísticos).

Como apontámos anteriormente, pensando o sistema político como uma estrutura hierarquizada (M.A.P. Almeida, 2007), tanto em termos de poder político como de visibilidade pública, pelo que consideramos o poder local como estando num patamar hierárquico inferior ao do poder central. De facto, os organismos do poder central são vistos como os verdadeiros focos de poder, por relação aos do poder autárquico (Dearlove, 1979; Espírito Santo, 2007).

Sendo que os estereótipos de género secundarizam as mulheres, atribuindo-lhes papéis sociais que são socialmente menos valorizados, e as remetem, no mercado de trabalho, para posições de menor poder e responsabilidade, aventámos a hipótese desta estrutura ser reflectida também na hierarquia de poder dos cargos políticos. E esta constitui-se, como vimos, a questão central desta investigação. Não obstante as questões adicionais formuladas, e aqui exploradas em pormenor, permitirem dar resposta àquela interrogação inicial, parece-nos relevante adicionar-lhe uma hipótese suplementar e que decorre dela.

Da mesma forma que esperamos encontrar uma maior proporção de mulheres nos órgãos de poder autárquico do que no poder central eleito, esperamos igualmente encontrar uma transposição deste padrão hierarquizado no interior das autarquias locais. Com efeito, prevemos que, no conjunto dos órgãos locais, se verifique uma menor participação das mulheres não apenas nos órgãos de maior poder e visibilidade (órgãos executivos por oposição aos deliberativos e órgãos municipais por oposição aos de freguesia) como também nos cargos mais elevados ao nível das hierarquias locais (presidências por oposição a outros cargos, independentemente do órgão autárquico).

Traçámos aqui as linhas orientadoras deste trabalho, ainda que aprofundamentos teóricos e metodológicos adicionais sejam feitos em cada uma das secções seguintes. Entraremos de seguida na exploração da problemática desenhada, começando pelo enquadramento das desigualdades de género na política pela sua contextualização no âmbito da observadas noutros sectores da sociedade (secção 4.), passando depois, num estreitamento em direcção ao campo político, para as políticas de acção afirmativa, a participação das mulheres nos partidos políticos e as atitudes políticas (secção 5.) para chegarmos à análise dos

dados relativos à participação das mulheres nas elites legislativas eleitas (secção 6.) e nas elites locais (secção 7.).

3. O contexto social português: a construção de uma sociedade democrática e mais igualitária entre homens e mulheres

É no contexto das mudanças que se operaram depois de 1974, algumas vindas da sociedade civil desde os anos 60, mas que se institucionalizaram com aquela data, que deve ser entendido o objecto deste trabalho. De algum modo, tais mudanças constituíram o pano de fundo das alterações que se foram dando na construção de instituições políticas mais democráticas em termos de género, o que se traduziu numa maior participação das mulheres.

A implementação de um sistema democrático em Portugal, com o 25 de Abril de 1974, que pôs fim a um regime ditatorial de quase cinco décadas, veio introduzir profundas alterações não só na estrutura política e económica como também no tecido social, mudanças essas suportadas por um extenso lastro legislativo. Uma das grandes mudanças ocorreu na posição social das mulheres, não apenas na esfera pública como também na esfera privada. A Constituição de 1976 vem, relativamente a este aspecto, estabelecer o princípio da igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios, ou seja, vem “ilegalizar” a desigualdade baseada exclusivamente no sexo. Contudo, como refere Maria do Céu da Cunha Rêgo, “essa normatividade social, embora atenuada e menos óbvia, resiste, e persiste” (2010, p. 59).

Ainda que a passagem para um regime democrático e a aprovação da Constituição de 1976 tenham representado um marco significativo no estreitamento formal do fosso existente entre homens e mulheres no que diz respeito aos seus direitos, alguns esforços tinham já vindo a ser realizados, ainda que enquadrados numa matriz social conservadora.

Se recuarmos até aos finais do séc. XIX, em Portugal, vemos o despontar de consciências que hoje diríamos feministas. Quando um dos principais motores dos movimentos de mulheres desta época (mais tarde identificada como primeira vaga do feminismo) é a luta pelo direito à participação na política, como elegíveis, mas

sobretudo como eleitoras, não se pode pensar a questão das desigualdades de género na esfera política sem ter todo este percurso em consideração.

No sentido de dar resposta à questão específica que colocámos anteriormente (**Q1**) e que se prende com a forma como os processos de transformação política e social, que se operaram na sociedade portuguesa no último século, enformaram as desigualdades de género na esfera política, exploraremos de seguida os principais momentos da história portuguesa recente (desde a I República) que nos permitirão perceber o contexto de formação das estruturas sociais actuais (secção 3.1.) e que, em conjunto com a evolução dos direitos públicos e privados (secção 3.2.), fornecem uma perspectiva abrangente acerca dos avanços e retrocessos que foram configurando o quadro das desigualdades de género em Portugal.

3.1. Os movimentos de mulheres portuguesas: da I República à democracia

O foco central deste trabalho situa-se no estudo das elites pelo que é dado maior relevo, nesta sumária resenha histórica, ao papel das mulheres que se destacaram na sua luta pelos direitos sociais, económicos e políticos e que pertenciam aos estratos sociais mais elevados. Contudo, não poderemos deixar de referir o papel de todas as outras mulheres, trabalhadoras, que, não tendo a mesma capacidade organizativa dos seus congéneres de classe, homens, foram estruturando associações profissionais com o objectivo de defender direitos laborais.

O presente subcapítulo pretende dar conta do longo percurso percorrido pelas mulheres, desde o liberalismo até à democracia, passando pela I República e pelo período ditatorial, relativamente à luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Com o intuito de perceber o contexto de produção e reprodução dos papéis sociais das mulheres em Portugal, analisaremos alguns dos acontecimentos e personagens mais significativos destes períodos.

Sob a herança dos ideais iluministas, que revolucionaram o paradigma de organização do Estado e das relações sociais, foi encetado, em Portugal, um movimento de emancipação feminina. Organizado em múltiplas associações com diferentes cambiantes ideológicas e encabeçadas por mulheres cultas e instruídas da burguesia, começaram por ter a sua maior expressão ao nível da literatura e do ensino, num esforço de divulgação e debate do direitos das mulheres. Os movimentos feministas tiveram início em Portugal, ainda que timidamente, na segunda década do séc. XIX. Começaram por combater a menorigação das mulheres (defesa da igualdade de direitos educacionais, sociais e laborais), passando depois por se centrar na luta pelos direitos políticos e acabando por ter a sua maior expressão na questão do sufrágio (Esteves, 2011; Esteves & Monteiro, 2011).

Um dos primeiros marcos do movimento feminista português encontra-se na fundação da Federação Socialista do Sexo Feminino, em 1897, na qual participaram também mulheres da classe operária (Aldeia, 2013). Ao longo de todo o século XIX multiplicam-se manifestações emancipatórias, que passam de participações mais anónimas para outras mais publicamente assumidas, como a publicação do jornal *A Assembleia Literária* (1849-1851), o primeiro fundado e dirigido por uma mulher e que se destinava à instrução do sexo feminino. Até ao final do século surgem outros periódicos que se centravam na defesa dos direitos das mulheres e que pretendiam contribuir para a mudança das mentalidades neste campo, como é o caso de *A Voz Feminina* (1868), *O Progresso* (1869), *O Almanaque das Senhoras* (1870), *A Mulher* (1883) e *A Ave Azul* (1898). Não nos podemos esquecer, no entanto, que estas publicações surgem entre muitas outras também dirigidas a mulheres mas escritas por homens. Nestas últimas veicula-se uma mentalidade conservadora que alimenta a ideia da mulher enquanto ser não político, doméstico, casto, recatado e submisso. Alguns exemplos são *O Toucador* (1822, com Almeida Garrett como fundador e redactor), *O Beija-Flor* (1838-1839) ou *O Correio das Damas* (1836-1841; 1842-1852) (Leal, 1992).

O período da Regeneração (1851-1868), pelos ideais políticos, económicos e sociais que veiculava, constituiu-se pois como um momento de relativa abertura em que o próprio Estado se empenhou numa maior valorização das mulheres, tanto ao

nível do seu enquadramento legal como da instrução feminina, num quadro de esforço de modernização do país e de desenvolvimento económico. Não obstante, os modelos tradicionais do papel das mulheres manter-se-ão, reproduzidos pela principal instância de socialização que é a família (Vaquinhas, 2002).

Mas foi na viragem do século que a consciência da insustentabilidade dos papéis sociais de “esposas”, “mães” ou “filhas”, sem direitos políticos e reduzidas à esfera doméstica e privada, levou a uma mobilização mais efectiva de grupos de mulheres que constituíam, ainda assim, uma pequena elite. Num contexto do feminismo de primeira vaga (que exploraremos mais adiante), reivindicavam-se a igualdade de direitos jurídicos, económicos, civis e políticos entre os sexos. Esteves (2011) organiza as três primeiras décadas do séc. XX em três frentes reivindicativas: a primeira década apontando para a denúncia das condições legais, sociais, económicas, políticas, educativas e morais; a segunda centrando-se no feminismo republicano e sufragista; e a década de 20 reflectindo um feminismo apolítico e apartidário de carácter internacionalista.

De facto, seria redutor falar de feminismo, no singular, em Portugal tendo em conta a diversidade de organizações e orientações existentes. Encontramos, até ao início da Ditadura Militar (1926), uma multiplicidade de movimentações, vertentes reivindicativas e orientações ideológicas que fazem com que se possam encontrar diferentes feminismos: pacifista⁴³, visando a defesa da paz e oposição a uma orientação belicista; maçónico⁴⁴, que enquadrava mulheres com variadas militâncias; republicano⁴⁵, que, mantendo a luta pela alteração do papel da mulheres na sociedade, pretendia apoiar o movimento republicano no combate à Monarquia; anticlerical⁴⁶, com o combate ao fanatismo religioso que mantinha as mulheres, nas palavras de Maria Veleda, presas num quadro de obscurantismo e de submissão

⁴³ Secção feminista da Liga Portuguesa da Paz (1906); Comité português da *La Paix et le Désarmement par les Femmes* (1906); Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952).

⁴⁴ Por exemplo, em 1907, Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório e Carolina Beatriz Ângelo entram para a Loja Humanidade do Grande Oriente Lusitano Unido.

⁴⁵ Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909); Associação Feminina de Propaganda Democrática (1915).

⁴⁶ Grupo das Treze (1911), liderado por Maria Veleda.

secular; sufragista⁴⁷, centrando-se na pretensão das mulheres poderem ser eleitoras e eleitas, questão fracturante dentro das próprias organizações de mulheres, como veremos; internacionalista⁴⁸, que incluiu a afiliação a federações estrangeiras permitindo um diálogo internacional onde Portugal não só teve um papel de receptor como também teve uma capacidade de influência além fronteiras; nacionalista⁴⁹, sobretudo na sequência da I Guerra Mundial, acabou por colocar os ideais de defesa da pátria à frente da luta feminista ainda que tenha tido um impacto na visibilidade das mulheres enquanto importantes actrizes em contexto de crise; e uma corrente estritamente feminista⁵⁰, defendendo os direitos das mulheres sem se co-associar a outra causa. Ainda que os possamos distinguir, os vários movimentos feministas entrecruzavam-se e muitas das suas participantes eram afiliadas de diversos organismos. Contudo, todos eles tinham em comum o facto de terem por base uma atitude moderada e, mais importante ainda, de realçarem excessivamente o papel tradicional da mulher enquanto mães e esposas (Esteves, 2011).

Mas vejamos alguns dos momentos mais significativos deste percurso.

Nas vésperas da revolução republicana de 1910, as mulheres republicanas fundam o Grupo de Estudos Feministas (1907), liderado por Ana de Castro Osório, antecessor da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1909-1919). Esta liga teve uma existência prolongada mas não conseguiu fazer ver cumprido um dos seus principais objectivos, o direito ao voto. Para muitos republicanos, este grupo era visto como uma extensão do partido a partir de uma perspectiva sobretudo instrumental, já que, sendo composto por escritoras e admiráveis oradoras, funcionava como um órgão adicional de propaganda, alargando a base de apoio a uma grande franja da população. Embora pequeno, com cerca de mil associadas

⁴⁷ União das Mulheres Socialistas (1912) que defendia o sufrágio universal; diferentes propostas de sufrágio feminino condicional apresentadas pela Liga Republicana de Mulheres Portuguesas (1908) e pela Associação de Propaganda Feminista (1911), tendo continuado depois o esforço através do Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas (1914-1947).

⁴⁸ Participação na *International Women Suffrage Alliance* (1911); Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas como ramificação do *International Council of Women* (1914).

⁴⁹ Comissão Feminina pela Pátria (1914); Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916).

⁵⁰ Grupo Português de Estudos Feministas (1907), liderado por Ana de Castro Osório; Grupo Feminista Português (1914-1915).

(pertencentes a diversos sectores profissionais como domésticas, empregadas do comércio, operárias, médicas, proprietárias, professoras, jornalistas, escritoras, etc.), este grupo representou um importante bastião de defesa da liberdade e da democracia, tendo como principais objectivos a luta pela instrução, protecção e educação cívica das crianças e das mulheres.

Mas foi o direito ao voto (e também a posição relativamente à religião) que introduziu uma cisão dentro da Liga. Por questões de lealdade política, para não afrontar o novo governo instituído, a Liga apresentou, logo após a implantação da República, uma proposta de revisão da lei do sufrágio, em que se propunha que as mulheres da elite intelectual ou que pagassem impostos pudessem votar, o que produziu discórdia dentro do grupo. As mulheres mais próximas a esta visão, que a defendiam sob o argumento de que a maioria das mulheres era analfabeta e altamente influenciada pelo clero, acabaram por sair da Liga, entre as quais se encontravam Ana de Castro Osório que, com Carolina Beatriz Ângelo, entre outras, funda, em 1911, a Associação de Propaganda Feminista (Esteves, 2001; Souza, 2006). A Liga passa então a ser liderada por Maria Veleda, mais radical, que defende que a concessão de voto apenas a uma elite de mulheres constitui uma clara reprodução do paradigma de desigualdade, já que aos homens não eram exigidas nenhuma destas condições. Assim, conceder o direito de voto apenas àquelas seria legitimar as desigualdades de acesso aos recursos educacionais, laborais e patrimoniais (N. Monteiro, 2013b)⁵¹. Em 1911 é ainda criado, por Maria Veleda e outras, o Grupo das Treze que tinha como principal objectivo o combate às superstições e ao fanatismo (Samara, 2007) e exaltando o livre pensamento, na senda dos ideais iluministas. A questão das crenças religiosas constituiu, aliás, outro dos motivos daquela cisão na Liga: ao passo que Ana de Castro Osório defendia que a religião não era incompatível com os ideários republicanos (Souza, 2006), Maria Veleda considerava que o obscurantismo e o fanatismo religioso agrilhoavam os indivíduos, sobretudo as mulheres (N. Monteiro, 2013a).

⁵¹ Esta questão colocou-se em termos semelhantes a nível internacional com as feministas socialistas e radicais a defenderem o voto para todas as mulheres (ou nas mesmas condições que os homens) em oposição à concessão do direito ao voto somente para mulheres instruídas ou da elite, designando-o como “lady’s suffrage” (Hackett, 1976; Rupp & Taylor, 1999).

Aquando das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1911, dá-se o sobejamente conhecido, e histórico, episódio protagonizado por Carolina Beatriz Ângelo que, permitindo a lei eleitoral que votassem cidadãos maiores de 21 anos, que soubessem ler e escrever e que fossem chefes de família, requereu a sua inscrição nos cadernos eleitorais. Cumprindo todos os requisitos (era médica, viúva e mãe), a sua pretensão acabou por ser deferida, já em tribunal, e Carolina Beatriz Ângelo tornou-se na primeira mulher a votar em Portugal e a primeira no conjunto dos 12 países que viriam a constituir a Comunidade Económica Europeia. A omissão da referência ao sexo dos eleitores foi, então, rapidamente corrigida e, em 1913 (Lei n.º 3 de 3 de Julho), o texto da lei eleitoral passa a incluir a expressão “do sexo masculino” (M.R.T. Silva, 2013).

Os movimentos feministas não esmoreceram, não obstante o revés numa das suas principais reivindicações, o sufrágio. Em 1914 forma-se o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), liderado por Adelaide Cabete que, tendo sido a mais duradoura organização de mulheres no séc. XX (extinta em 1947), procurava, num quadro de neutralidade política, contribuir para o desenvolvimento da humanidade, lutando pelos direitos civis de mulheres e crianças (nas áreas da saúde, maus-tratos, prostituição e direitos privados) (Correia, 2013; Esteves, 2006).

Em 1915 surge a Associação Feminina de Propaganda Democrática, liderada por Maria Veleda, que tinha então deixado a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas na sequência da sua actividade política (N. Monteiro, 2013b), e, em 1916, a Cruzada das Mulheres Portuguesas que desenvolveu actividade em várias áreas sobretudo no assistencialismo e na propaganda, orientada por princípios humanitários e patrióticos, num contexto de guerra (Lousada, 2011).

Mas também as mulheres das classes sociais mais baixas, trabalhadoras, foram tendo, ao longo do tempo, um papel activo, muitas vezes mesmo combativo, na luta pelos seus direitos, sobretudo laborais.

As referências à entrada das mulheres no mercado de trabalho, que ganhou particular expressividade na década de 60 do séc. XX, focam-se, na maioria das vezes, nas carreiras profissionais liberais e qualificadas. No entanto, as mulheres das classes populares sempre trabalharam, de forma remunerada ou não. Apesar da

invisibilidade e do desprestígio, o mercado de trabalho contou sempre, em larga medida, com muitas mulheres no seu efectivo, nomeadamente ao nível do trabalho agrícola e industrial (Lamas, 2002 [1948]; Pereira, 2013; Samara, 2013). Aliás, no período que estamos a analisar, as mulheres representavam a maior parte dos trabalhadores industriais: 53% em 1890, 57% em 1905 e 47% em 1911 (Valente, 1981).

Estas mulheres não tinham, todavia, uma capacidade organizativa semelhante à dos homens nem faziam parte das associações de trabalhadores e sindicatos, maioritariamente compostos por homens (Samara, 2013), sendo inclusivamente por eles hostilizadas (Riley, 1990). Em todo o caso, elas foram-se estruturando em associações profissionais que, muito embora se focassem na defesa dos direitos laborais, acabavam por reflectir preocupações ligadas aos direitos das mulheres de forma mais transversal. Alguns exemplos das associações de classe exclusivamente femininas, constituídas entre 1891 (ano da publicação da lei que legalizou as associações de classe) até 1910, são as Costureiras de Lisboa, as Operárias Tecelãs (Porto), ou as Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe (Olhão) (Samara, 2013).

De facto, ao observarmos estes dois grupos sociais, ainda que as diferenças de classe sejam significativas ao nível do teor das reivindicações (o direito ao voto por parte das burguesas e os horários de trabalho para as operárias como apenas dois exemplos), o manifesto de fundo parece ser comum. Tendo em conta que as trabalhadoras portuguesas sentiam dificuldades acrescidas em relação aos homens nas mesmas profissões (salários mais baixos, desprotecção na gravidez), a sua luta não se pode circunscrever a uma mera luta de classe; é também uma luta pelos direitos das mulheres⁵². Aliás, esta ideia está também presente no próprio pensamento das mulheres das elites sobre a causa feminista, bem plasmado nos estatutos do CNMP, que tinha como um dos seus objectivos o de “«defender tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais da mulher,

⁵² Globalmente, os baixos salários e a desprotecção no trabalho são questões de classe. Mas, para as mulheres, não se pode assumir que homens e mulheres estivessem juntos nesta luta já que elas eram consideradas como rivais no mercado de trabalho: constituírem-se como mão-de-obra mais barata fazia não só com que as reivindicações dos operários homens não fossem atendidas como perigava os seus postos de trabalho (Samara, 2013).

especialmente da proletária» e a remuneração equitativa do trabalho” (Cova & Pinto, 1997). Como defendeu Maria Veleda, as questões das mulheres operárias fazem parte da luta feminista (Samara, 2013), “não se identifica[ndo] com o que chama o feminismo de convenção e deseja[ndo] conquista para a causa a mulher do povo, sobretudo a «desditosa» empregada das fábricas” (Samara, 2007, p. 146).

Ainda que se possam reconhecer princípios gerais comuns, não se pode falar nem de um movimento concertado nem de uma causa partilhada. A greve das mulheres das Fábricas de Conservas de Setúbal, em 1911, acontecimento marcante da luta operária portuguesa, é disso mesmo sintomática. Esta greve, violentamente reprimida pela Guarda Nacional Republicana⁵³, levou Ana de Castro Osório a publicar um comentário em que se manifesta contra as reclamações destas mulheres, sobretudo por contribuírem para a fragilização do muito recente regime político, ainda em fase de estabilização (Cruz, 2010; Samara, 2013). Mais uma vez (relembremos a posição de Ana de Castro Osório acerca do sufrágio) fica patente que, neste período, não existe uma luta das mulheres, mas lutas de mulheres.

Apesar de logradas as várias tentativas de concessão do direito ao voto às mulheres portuguesas, a I República trouxe mudanças que, no quadro social, político, económico e jurídico de então, representaram conquistas muito importantes. A Lei do Divórcio (de 1910), aprovada ainda antes da Constituição de 1911, legalizou a dissolução do contrato do casamento, até então de carácter perpétuo. Esta lei previa ainda a igualdade de tratamento dos cônjuges relativamente aos motivos do divórcio, às responsabilidades parentais e à divisão e administração dos bens (Ferreira, 1993). Foram também promulgadas, no mesmo ano, as Leis da Família que definiam o casamento como um contrato puramente civil baseado na liberdade e na igualdade. Mantiveram-se, no entanto, enormes incongruências pois a aparente igualdade esbarrava nas restrições ainda constantes do Código Civil. A título de exemplo, destacamos o facto da mulher casada poder publicar os seus escritos sem ser necessária a autorização do marido, mas os rendimentos que daí adviessem seriam administrados por ele (Guimarães, 1986). A

⁵³ A repressão da GNR culminou no assassinato de dois operários, Mariana Torres e António Mendes, num episódio que ficou conhecido como “Os Fuzilamentos de Setúbal”.

análise das alterações legislativas referentes a este período serão aprofundadas mais adiante.

O período que se seguiu, composto pela Ditadura Militar (1926-1928), a Ditadura Nacional (1928-1933) e, subsequentemente, o Estado Novo (cujo documento fundador foi a Constituição de 1933), correspondeu, no que diz respeito à esfera social, a uma época de retorno a um conservadorismo católico muito assente na noção de família; uma família designada como legítima, baseada no casamento católico orientado para a procriação. Esta matriz conservadora materializava-se numa ideologia assente no enaltecimento da maternidade e do lar e na divisão social entre homens e mulheres justificada pela sua natureza distinta. Homens e mulheres, defendia-se, são “naturalmente” diferentes, pelo que com disposições e papéis sociais diferenciados. Mas não é apenas ideologicamente que esta mensagem é veiculada. A Constituição de 1933 vem reiterar o princípio de igualdade entre os sexos, introduzido pela Constituição de 1911, acrescentando-lhe, porém, uma ressalva que é por demais significativa da institucionalização da diferença: adiciona-se à “negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social” a expressão “salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (Constituição Política da República Portuguesa, 1933). Apesar de à mulher pertencer o governo doméstico, era o homem quem, por lei e de facto, detinha a autoridade, plasmada na figura do “chefe de família”, consagrada no Código Civil de 1966.

Uma das grandes diferenças entre o período ditatorial e o que lhe precedeu foi a instituição do direito ao voto para as mulheres, que foi sendo alargado até ao advento da democracia, com o estabelecimento definitivo do sufrágio universal, através da Constituição de 1976. De facto, apesar de ter sido o Estado Novo que atribuiu às mulheres o direito a votarem e a serem eleitas, fê-lo num quadro antidemocrático e antifeminista, contribuindo para a formação de uma elite feminina que reproduzia os papéis sociais desejados pelo regime para as mulheres, ao reforçar as suas funções nas áreas da assistência e da educação (Pimentel, 2000).

Em 1931 permitiu-se o voto (para eleição de membros do poder legislativo) a mulheres maiores de 21 anos com instrução secundária ou superior⁵⁴; em 1946 o voto foi alargado às mulheres casadas que soubessem ler e escrever e que fossem contribuintes e aos/às chefes de família (neste caso, homens e mulheres estavam sujeitos às mesmas condições); em 1968 o direito ao voto foi novamente alargado, agora a todas as mulheres, estando sujeitas às mesmas limitações que os homens⁵⁵. Esta regra não era, no entanto, aplicável ao sufrágio administrativo (Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e Juntas Distritais), eleições nas quais só podiam participar os/as “chefes de família” (Souza, 2006). Mas é de salvaguardar o facto de que estes direitos foram concedidos num contexto de partido único.

O Estado Novo não só não proibiu os movimentos de mulheres como abriu muito ligeiramente a estas o campo político. Isto é visível não só na continuidade do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas até 1947, como também no alargamento do sufrágio feminino e na integração de três deputadas⁵⁶ na Assembleia Nacional (que se assumiam como católicas e apoiantes do Estado Novo, demarcando-se, assim, de qualquer movimento de carácter feminista).

Em todo o caso, o CNMP teve uma actividade muito restrita, que passou sobretudo pela apresentação de petições relativas à igualdade de direitos e à publicação do seu boletim, *Alma Feminina*⁵⁷. Só a partir de 1945, com a eleição de Maria Lamas para a presidência, as actividades do Conselho se revigoraram, com a retoma dos contactos internacionais, a criação de núcleos socioprofissionais e a organização da Exposição de Livros Escritos por Mulheres, em 1947. Foi na sequência desta última que o governo salazarista dissolveu a associação por ter sido considerada como oposicionista ao regime. Durante o Estado Novo surge ainda a Associação Feminina Portuguesa para a Paz, em 1936, que tentou dar continuidade

⁵⁴ Aos homens bastava serem maiores de idade e saberem ler e escrever. Para eleger os membros das Juntas de Freguesias era necessário cumprir o requisito de “chefe de família” que incluía também mulheres no caso de serem viúvas, divorciadas ou separadas e com família própria e ainda as casadas no caso dos maridos estarem nas colónias ou no estrangeiro.

⁵⁵ Ser maior de idade, saber ler e escrever e não estar abrangido por qualquer das incapacidades previstas na lei.

⁵⁶ Maria Guardiola, Domitila de Carvalho e Maria Cândida Parreira fizeram parte da 1ª Legislatura da Assembleia Nacional, órgão que nunca mais deixou de ter mulheres no seu elenco (Souza, 2006).

⁵⁷ A *Alma Feminina* passaria a chamar-se, em 1946, *A Mulher*, por captar melhor os princípios e actividade do CNMP.

às actividades do CNMP até à data da sua extinção, em 1952 (Esteves, 2006). Estas duas organizações podiam, de facto, ter (e tiveram) existência legal, o que pode parecer contraditório com o fechamento de caracterizava este regime. No entanto, este facto, pode ser explicado pela desvalorização das actividades das mulheres, desde que se mantivessem nas áreas “femininas” da educação e da assistência, sendo, nesse caso, vistas como inofensivas.

O Estado Novo promoveu a constituição de organizações oficiais de mulheres, que tinham como intuito o restabelecimento de uma certa ordem que teria sido abalada com a República, nomeadamente no que se ligava com a educação. Sendo a escola um dos principais veículos de socialização, entende-se a preocupação tida com esta área⁵⁸, sobretudo ao nível do ensino primário, como forma de transmissão dos valores tradicionais e conservadores defendido pelo regime. Estas organizações terão também procurado esvaziar a CNMP, única organização sobrevivente neste período, dos seus objectivos já que o Estado passaria a dispor de instrumentos oficiais para enquadrar as mulheres na sua missão de esposas e mães.

Assim, é criada, em 1936, a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), integrada por uma pequena elite de mulheres alinhadas com o regime e com uma forte componente católica. Tinha como objectivos, tal como definidos nos estatutos publicados no Decreto nº 26893 de 15 de Agosto, “orientar as mães portuguesas para bem criarem os filhos; a educação familiar; o embelezamento da vida rural e o conforto do lar como ambiente educativo; organizar a secção feminina da Mocidade Portuguesa; e a educação nacionalista da juventude”. Na sequência, foi então criada, no ano seguinte, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), cujo principal objectivo era o de formar mulheres cristãs e portuguesas nas áreas da economia doméstica, higiene e enfermagem e naquilo que era designado como a “ciência das mães”. Ao passo que a educação na sua congénere masculina estava virada para um tipo de educação político e social, a MPF pretendia valorizar o espaço

⁵⁸ Através de um controlo ideológico dos professores, dos manuais escolares e da decoração das salas de aula baseado na ordem, na submissão, no paternalismo e numa matriz católica.

doméstico como grande desígnio das mulheres portuguesas. Ambas as organizações tiveram uma penetração social muito reduzida.

Encontramos ainda o Movimento Nacional Feminino, criado em 1961, com o intuito de juntar as mulheres portuguesas em torno do apoio aos militares portugueses que combatiam na guerra colonial. Outras organizações católicas tiveram também algum protagonismo, parecendo complementar a acção do Estado na difusão de ideais profundamente conservadores. São disso exemplo a Liga de Acção Católica Feminina (enquadrada na Acção Católica Portuguesa) e a Juventude Católica Feminina (Cova & Pinto, 1997; Pimentel, 2000).

No contexto de oposição ao regime, as mulheres tiveram sempre um papel muito activo: a criação de comissões de mulheres no movimento oposicionista foi uma constante. Exemplo disso é a comissão de mulheres dentro do Movimento de Unidade Democrática (criado em 1945) e o Movimento Democrático Nacional Feminino (pertencente ao Movimento Democrático Nacional). Em todo o caso, “a Segunda Guerra Mundial marca o fim dos movimentos de mulheres de primeira vaga” (Cova, 2007, p. 36), fruto de um regime político e social opressivo em Portugal, que não possibilita a existência de espaços organizativos de mulheres, e de um contexto internacional de fragilização dos movimentos feministas.

Mesmo activas na oposição ao Estado Novo, a luta das mulheres parecia contribuir para a reprodução do seu papel social. Ainda que se continuasse a combater as desigualdades dos direitos sociais e políticos, os discursos acabavam por se centrar no papel das mulheres na família. À semelhança da I República, a luta das mulheres não tinha uma expressão específica, diluindo-se na questão democrática e na luta de classes: “A oposição democrática acabou por transmitir uma política de «naturalização» das mulheres no próprio funcionamento dos movimentos e grupos políticos e não teve capacidade para promover dinâmicas de maior igualdade entre mulheres e homens na política” (M. Tavares, 2011, p. 73).

A ideologia de género perpassou todo este longo período, resistiu aos ideais republicanos e ganhou fôlego com o salazarismo. Penetrou nos movimentos oposicionistas e, apesar das diferenças evidentes, foi transversal à hierarquia social estando patente não só nas classes médias e burguesas como também no

operariado – por um lado, as mulheres eram consideradas como rivais no mercado de trabalho (hostilizadas também pelos próprios sindicatos (Riley, 1990; Walby, 1997)) e, por outro, não tinham, na generalidade, acesso a profissões socialmente prestigiadas e prestigiantes (Samara, 2013).

Ao longo das décadas de 50 e 60 do séc. XX, apesar da forte participação feminina nos movimentos contestatários, não se regista uma presença significativa destas em lugares de destaque. As mulheres concentram-se sobretudo em colectivos femininos ou em grupos unitários, revelando uma “actuação decisiva nos bastidores” (Gorjão, 2002, p. 267).

Num contexto mais global de feminismo de segunda vaga (que apresentaremos mais adiante), em que se passa de uma luta pelos direitos das mulheres para uma luta pela libertação das mulheres, para usar a terminologia de Goldstein (1982), o papel daquelas continua a centrar-se na maternidade, portanto na sua função reprodutiva. Dizemos continua porque é, de facto, uma visão que não perdeu centralidade ao longo destas décadas e um dos padrões que exemplifica a continuidade da ideologia de género de que falámos. Mesmo para as feministas da República, o papel das mães era fundamental, tanto a nível social como político: seriam as mulheres as responsáveis pela educação dos seus filhos, “futuros cidadãos de uma Pátria que se queria regenerar, através da educação cívica” (Samara, 2007, p. 187).

As lutas que se iam travando nesta altura na Europa e nos EUA pelos direitos sexuais e reprodutivos não ecoaram fortemente em Portugal, onde a luta antifascista e de classes absorvia a atenção do activismo feminino. Para além das crises estudantis nos anos 60, onde as mulheres desempenharam um papel muito activo mas com pouca expressividade em posições de direcção, o associativismo feminino mantinha-se ligado a questões mais gerais como é disso exemplo o Movimento Democrático de Mulheres, criado em 1968. Este movimento, encetado num período de aridez associativa feminina, estava claramente orientado para a luta democrática que incluía, entre outros, o apoio a presos políticos. Ainda nesta época, encontramos a extensão portuguesa do Movimento Internacional de Mulheres Cristãs (GRAAL), em 1957, que procurou estimular o debate sobre os problemas

específicos das mulheres (ao nível do trabalho, do Código Civil, das imagens e dos papéis associados às mulheres). Reconhecia-se, nesta altura, que, ao nível da investigação nesta área, se partia praticamente do zero. A década de 1960 é ainda marcada pelo aparecimento da Associação para o Planeamento da Família (APF), em 1967, que, mesmo não sendo uma associação feminina ou feminista, representa um marco no debate e na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, questões tão penalizadoras das mulheres. O determinismo biológico que sanciona os comportamentos das mulheres em relação à sua sexualidade continuava a imperar numa sociedade de matriz altamente conservadora e católica, que associava a sexualidade para fins não reprodutivos à dimensão do pecado (M. Tavares, 2011). A questão da contraceção, característica das reivindicações do feminismo de segunda vaga, constituía-se como um elemento essencial à alteração do paradigma relativo à maternidade, que prendia as mulheres à ideia de lar e de família, à esfera doméstica e ao privado.

Segundo Cova e Pinto, o caso das Três Marias “marcou o renascimento do feminismo português, nos anos 70” (1997, p. 88). A publicação das *Novas Cartas Portuguesas*, em 1972, por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, constitui-se como um marco na denúncia da opressão patriarcal das mulheres, tanto no domínio público como privado. Ainda que não seja considerado pelas autoras como um manifesto feminista, afirmando-a uma obra literária, esta publicação de ruptura foi apreendida pela PIDE e as suas autoras processadas judicialmente por pornografia e ofensas à moral pública. A obra teve, ainda assim, um enorme impacto e solidariedade internacionais, de onde decorre também a constituição do Movimento de Libertação das Mulheres, em 1974. Esta associação, reclamando-se feminista radical, contestava a sociedade patriarcal e defendia a igualdade de direitos políticos, sociais, laborais e ainda liberdade de acesso à contraceção e ao aborto bem como à educação sexual (M. Tavares, 2011).

O advento da democracia, em 1974, e todas as movimentações sociais que se lhe seguiram, contaram com uma ampla participação das mulheres. Mas, à semelhança do que tinha acontecido com a implantação da República, a transição para a democracia trouxe às mulheres muito menos do que esperavam. Mais uma

vez, as reivindicações específicas das mulheres subsumiram-se na luta maior pela consolidação democrática. A mudança e abertura política e social não arrastaram consigo uma verdadeira igualdade de oportunidades, patente na fraca presença de mulheres na liderança política e sindical (apesar do seu enorme peso na base destas organizações).

A luta pelos direitos das mulheres pareceu sempre entrecruzar-se com outros combates que, mais ou menos circunstanciais mas de importância inegável, foram absorvendo a sua atenção e retirando centralidade às suas questões específicas. A oposição à monarquia, a oposição ao Estado Novo, os esforços de guerra (quer seja a Primeira Guerra Mundial ou a guerra colonial) ou a luta por melhores condições de trabalho operário foram subsumindo, e muitas vezes mesmo desvalorizando, a longa discussão pelos direitos iguais entre homens e mulheres. De facto, nunca foi claro, nem sob o espírito republicano nem sob as aspirações democráticas, que os princípios de igualdade de oportunidades e de não discriminação se constituíam como valores fundamentais para a construção de sociedades mais justas. E isto é bem patente no facto de nem mesmo os movimentos feministas, salvo raras excepções, terem evitado a sobreposição de outras lutas às suas. Numa observação incisiva de Annie Cohen, a propósito das reacções à criação do MLM, constata-se isso mesmo: “Há sempre opressões mais graves, vítimas mais mal tratadas, numa palavra, uma hierarquia das opressões e dos níveis de urgência [...]. Há lutas principais e lutas secundárias” (Cohen, 1974, como referida em Tavares, 2011, p. 190).

Ainda que a presente cronologia dos movimentos femininos e feministas em Portugal tenha sido apresentada de forma sumária, entendemos que cumpre o objectivo de fornecer uma panorâmica do percurso da luta pelos direitos das mulheres até à revolução democrática e que é indicativo do contexto social e político dos últimos dois séculos: uma matriz extremamente conservadora da sociedade portuguesa que, com muito dificuldade e muito lentamente, foi sendo desafiada. Enquadrada por esta moldura encontramos uma difícil mobilização das mulheres em torno da reivindicações dos seus direitos.

A história do papel da mulheres nos movimentos sociais, ainda que cada vez mais investigada e desvendada, sofre com o que Vaquinhas chama de uma opacidade das fontes, resultado da sua invisibilidade nas instituições oficiais (Vaquinhas, 2002). Sabe-se pouco sobre a participação das mulheres operárias na luta contra a ditadura e, simultaneamente, pelos seus direitos enquanto mulheres. Elas estão duplamente silenciadas: como mulheres e como pessoas pertencentes a um estatuto social em que a voz é menos audível em termos de movimentos sociais. Há vários casos identificados de acção colectiva organizada de maior proximidade com as mulheres operárias e camponesas, onde Maria Lamas (Lamas, 2002 [1948]), entre outras, tem um papel fundamental. Muita da sua acção é balizada pelas organizações partidárias de luta contra o regime, particularmente o Partido Comunista Português. Mais tarde, já na antecâmara do 25 de Abril de 1974, pela via das lutas armadas (Lindim, 2012) ou das movimentações camponesas (*e.g.*, Fonseca, 2007; Godinho, 1998), as mulheres ganham protagonismo social e político.

Como vimos, dos movimentos de mulheres em Portugal faziam parte elites urbanas ou, com menor visibilidade histórica, as mulheres do proletariado que estavam, também elas, circunscritas a contextos sociais muito específicos. E em qualquer um dos casos, as suas lutas foram sendo sempre interceptadas por outras retirando-lhes centralidade.

Entre avanços e retrocessos, foram sendo lançadas as bases para uma sociedade mais democrática e igualitária, processo que ainda hoje se encontra em construção. Numa primeira fase mais associado a uma elite feminina com objectivos muito específicos, como o sufrágio feminino, as transformações foram permeando o tecido social e foram sendo alargadas a uma multiplicidade de dimensões da vida social. Ainda que essas dimensões possam ser claramente identificadas de forma autónoma (relações familiares, sexualidade, trabalho e emprego, educação, propriedade, direitos civis), todas se interligam na composição de uma estrutura que, não sendo determinante, possibilita ou dificulta a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, assente em princípios de igualdade de oportunidades. Vejamos então como evoluíram os direitos das mulheres no plano legislativo português.

3.2. A evolução dos direitos públicos e privados

Ao longo dos últimos cerca de 150 anos, a sociedade portuguesa sofreu profundas transformações que foram, muito lentamente, reduzindo o fosso de direitos e oportunidades entre mulheres e homens. Muitas dessas transformações foram asseguradas por um lastro legislativo que ia garantindo às mulheres, pelo menos à luz da lei, uma melhoria da sua condição social, económica e pessoal. Assim, alguns marcos importantes podem ser encontrados na sucessão de etapas legais que foram cumpridas no sentido da criação de mecanismos de garantia de um quadro igualitário entre mulheres e homens.

O primeiro Código Civil português, datado de 1867, veio estabelecer a igualdade entre sexos à luz das leis civis. Contudo, a própria legislação encarregava-se de retirar direitos especificamente às mulheres. Na esfera privada, por exemplo, a mulher devia obediência ao marido e era este quem administrava os bens do casal; a mulher perdia a nacionalidade portuguesa se casasse com um estrangeiro; e o marido tinha o direito de abrir a correspondência da mulher. Foi, contudo, introduzida uma alteração importante no que diz respeito ao poder parental: apesar de não estar estabelecida a igualdade, já que é o homem o chefe de família, o Código estipula que as mulheres partilham o poder paternal e que devem ser ouvidas em tudo o que diga respeito ao interesse dos filhos (Guimarães, 1986).

Em 1891, foi promulgado o decreto regulamentador do trabalho de menores e mulheres nos estabelecimentos industriais (Decreto de 14 de Abril), uma das primeiras iniciativas legislativas de regulamentação do trabalho.

Em 1909 é criada a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, já referida anteriormente, um ano antes da Proclamação da República, a 5 de Outubro de 1910. O período que se segue representou, como vimos, uma época de abertura social e política, ainda que não tivesse trazido às mulheres todas as respostas que o regime republicano parecia inicialmente prometer. As novas leis do casamento e da filiação baseiam o casamento na igualdade. As Leis da Família (de 25 de Dezembro de 1910)

definem o casamento como um contrato puramente civil⁵⁹ e o crime de adultério passa a ter o mesmo tratamento quando cometido por mulheres ou homens (Guimarães, 1986; Vicente, Pinheiro, & Bastos, 2008). A secularização do casamento representa um marco importante na alteração dos valores sociais uma vez que, como referiam os defensores do casamento canónico, este “garante a imobilidade e o controlo social” (F. Ferreira, 1993, p. 19). O casamento passa a estar assente num princípio de igualdade (a mulher deixa de dever obediência ao marido, por exemplo). Ainda que as desigualdades persistissem, foram dados passos importantes no sentido de um quadro legal com menores discrepâncias ao nível dos direitos de mulheres e homens. Também em 1910 é aprovada a Lei do Divórcio, admitido pela primeira vez em Portugal, que concede ao marido e à mulher o mesmo tratamento, tanto em relação aos motivos de divórcio, como aos direitos sobre os filhos (F. Ferreira, 1993).

Em 1911 é publicada a Constituição Republicana que garante a igualdade de todos/as perante a lei. É também reforçada a separação entre a Igreja e o Estado (com inúmeros artigos que passam pela liberdade de crença, pelo culto religioso não poder privar os cidadãos de qualquer dos seus direitos civis ou pela secularização dos cemitérios públicos e estabelecimentos de ensino público), já instituída alguns meses antes através Lei de Separação da Igreja do Estado de 20 de Abril. É ainda em 1911 que as mulheres adquirem o direito de trabalhar na Função Pública.

Na sequência do voto histórico de Carolina Beatriz Ângelo, é promulgada, em 1913, a Lei n.º 3, de 3 de Julho, que atribui o direito de voto aos cidadãos maiores de idade (21 anos) do sexo masculino que saibam ler e escrever. A implantação da República, que prometia maior igualdade, vem, sem equívocos, fechar alguns campos sociais à participação das mulheres, nomeadamente o da participação política.

Em 1914 é criado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e em 1917 a Cruzada das Mulheres Portuguesas. No ano seguinte é extinta a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Até ao início Ditadura Militar não seriam dados mais

⁵⁹ Apesar do casamento enquanto contrato civil estar já previsto no Código Civil de 1867, na lei de 1910 a ideia de contrato perpétuo passa a presunção.

passos significativos nesta área, à excepção da autorização às mulheres do exercício da advocacia (pelo Decreto n.º 4676, de 17 de Julho de 1918) e da autorização das raparigas frequentarem liceus masculinos (em 1920).

O período que genericamente passaremos a designar de Estado Novo (1926-1974), de carácter totalitário, representou um “retorno ao sistema patriarcal” (Guimarães, 1986, p. 567), muito assente na superioridade do colectivo sobre o indivíduo⁶⁰. Aliás, a trilogia “Deus, Pátria, Família” é bastante representativa da ideologia que perpassava toda a sociedade, assente numa matriz católica e conservadora. Neste quadro, cujas implicações práticas foram referidas anteriormente, vejamos então que avanços (limitados, sobretudo tendo em conta que estamos a falar de um período de quase meia década) foram conseguidos no sentido de uma maior igualdade entre homens e mulheres.

Em 1931 é promulgada uma nova lei eleitoral, através do Decreto n.º 19694 de 5 de Maio, que reconhece, para a eleição dos membros do poder legislativo e dos vogais das câmaras municipais, o direito de voto às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundários. Relembremos que aos homens continuava a exigir-se apenas que soubessem ler e escrever (Souza, 2006).

A nova Constituição, publicada em 1933, vem estabelecer a igualdade dos cidadãos perante a lei, “salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (artigo 5º). Aliás, como referido anteriormente, este documento vem reforçar a matriz conservadora do Estado, cabendo-lhe, conforme o artigo 11º, “assegura[r] a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça” e, conforme o nº 5 do artigo 13º, “tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes” (Constituição Política da República Portuguesa, 1933).

Em 1934 surge um novo documento de regulamentação eleitoral (Decreto-Lei n.º 24:631) que define os requisitos de elegibilidade dos candidatos à Assembleia Nacional e de exercício do direito eleitoral. Tendo em conta que não é feita qualquer

⁶⁰ “Os princípios constitucionais hoje são outros. A Nação é um todo orgânico superior e diferente dos indivíduos que a compõem [...], uma unidade moral, política e económica, formando um todo uno com o Estado e com ele integrado” (DL n.º 24:631, 1934).

referência ao sexo nas condições de elegibilidade, as mulheres passam a poder ser eleitoras e elegíveis, aplicando-se-lhe as mesmas restrições que aos homens⁶¹. Neste contexto surgem então, em 1935, as primeiras deputadas na Assembleia (Domitila de Carvalho, Maria Guardiola e Maria Cândida Parreira), alinhadas, evidentemente, com o regime, e as primeiras procuradoras à Câmara Corporativa⁶² (Clemência Dupin de Seabra na área dos produtos florestais e Maria José Novais na dos interesses espirituais e morais).

A Concordata celebrada entre a Santa Sé e Portugal em 1940 vem definir, entre outros, que os portugueses casados catolicamente deixam de poder recorrer ao divórcio⁶³. Ainda que a laicização do Estado se mantenha expressamente garantida na Constituição, a celebração deste tratado vem claramente estreitar a relação entre a Igreja e o Estado.

Em 1946 entra em vigor uma nova lei eleitoral que, apesar de conceder o direito de voto (para a Presidência da República e a Assembleia Nacional) a um número mais alargado de mulheres, continua a exigir requisitos diferentes para homens e mulheres. Ao passo que aos homens se exige que saibam ler e escrever ou, não sabendo ler e escrever, paguem impostos, às mulheres as exigências são mais extensas: terem habilitações mínimas ao nível do curso geral dos liceus, curso do magistério primário, curso das escolas de belas-artes, cursos do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto ou cursos dos institutos industriais e comerciais; ou serem chefes de família (sendo-lhes feitas, neste caso, as mesmas exigências que aos homens) ou ainda, sendo casadas, sejam alfabetizadas e paguem uma contribuição predial (cujo valor mínimo é o dobro do exigido aos homens) (Lei n.º 2:015). A inclusão das mulheres casadas no corpo de eleitores não foi, contudo,

⁶¹ Conforme referido na Constituição de 1933, a eleição dos elementos das Juntas de Freguesia está reservada aos chefes de família.

⁶² Órgão composto, conforme o artigo 102º, por “representantes de autarquias locais e dos interesses sociais, considerados estes nos seus ramos fundamentais de ordem administrativa, moral, cultural e económica”, competindo-lhe, conforme o artigo 103º, “relatar e dar parecer por escrito sobre todas as propostas ou projectos de lei que forem presentes à Assembleia Nacional, antes de ser nesta iniciada a discussão (Constituição Política da República Portuguesa, 1933).

⁶³ Em 1975 foi celebrado um protocolo adicional que, não proibindo o divórcio, “recorda aos cônjuges que contraírem o matrimónio canónico o grave dever que lhes incumbe de se não valerem da faculdade civil de requerer o divórcio” (Decreto n.º 187/75). A Concordata assinada em 2004 vem substituir a anterior e passa a desaconselhar gravemente o divórcio aos casados pela igreja católica não o proibindo.

pacífica. A proposta inicial previa a inclusão das mulheres chefes de família mas excluía as casadas. Foi a deputada Maria Luísa van Zeller, católica convicta e membro da Mocidade Portuguesa Feminina e da OMEN, que se insurgiu contra a proposta, alegando não fazer sentido conceder este direito às solteiras excluindo as casadas até por serem estas quem mais contribui para o engrandecimento da Pátria através da constituição de família legítima. Faz, porém, questão de se demarcar do feminismo referindo que o que pretende é tão somente o alargamento dos direitos das mulheres para melhor possam contribuir para a defesa de si mesmas, do lar e dos membros da sua família (Souza, 2006). Também o CNMP, extinto compulsivamente dois anos depois, toma uma posição a este respeito, recusando que o casamento implique para as mulheres privação semelhante à da condenação por um crime. Também no que diz respeito ao diferencial cultural são apresentados protestos tanto por burguesas como por proletárias (Souza, 2006). Esta última pretensão não foi no entanto atendida na redacção final do diploma.

Mais algumas alterações importantes: a mulher portuguesa que se casa com um estrangeiro passa a poder conservar a sua nacionalidade, se assim o desejar (Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959); proibição do exercício da prostituição (Decreto-Lei n.º 44579, de 19 de Setembro de 1962); estabelecimento da idade da reforma em 62 anos para as mulheres e em 65 para os homens (Decreto-Lei n.º 45266, de 23 de Setembro de 1963); ratificação, em 1966, da Convenção da Organização Internacional do Trabalho relativa à igualdade de remuneração entre mão-de-obra feminina e masculina para trabalho de valor igual (Decreto-Lei n.º 47032, de 4 de Novembro). Em 1967 entra em vigor um novo Código Civil que define, no artigo 1674º relativo ao poder marital, que “O marido é o chefe da família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum” (Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de Novembro). Define ainda que a mulher casada não precisa da autorização do marido para exercer profissões liberais ou trabalhar na Função Pública, mas precisa do seu consentimento para exercer o comércio, e ainda que dispõe da sua propriedade intelectual. É ainda estipulado que ambos os cônjuges devem contribuir para as despesas domésticas proporcionalmente aos seu

rendimentos. Contudo, pertence à mulher o governo doméstico e não lhe cabe a administração dos bens, ainda que com variadas excepções.

Ainda relativamente aos direitos de propriedade, é nesta altura que se institui o regime legal de comunhão de adquiridos⁶⁴, mais equitativo em relação a ambos os membros do casal. Estas disposições, que contrariam o que havia sido estipulado nas Leis da Família (de 1910), que remetiam para uma igualdade no casamento, alargando os direitos das esposas, restabelecem o domínio do marido, o que se pode explicar “pela teimosia de manter um poder patriarcal obsoleto e oposto às correntes jurídicas internacionais e às realidades da moderna vida social” (Guimarães, 1986, p. 569). Exemplo disto é também a definição dos poderes parentais. Ao homem é dado todo o poder, mesmo sobre os filhos nascituros, alienando a mãe do poder sobre o seu próprio corpo. São definidos ainda os poderes da mãe que não fazem mais do que subalternizá-la em relação ao marido. Como tão bem resume Irene Pimentel:

“o regime salazarista mascarou [...] a diferenciação de valores em função do género com uma aparente valorização social da função feminina e reservou às mulheres uma esfera própria de actuação, privada e pública, sem atribuir, contudo, ao espaço feminino um valor igual ao do masculino” (Pimentel, 2000, p. 400)

O período seguinte, até ao 25 de Abril de 1974, já sob a governação de Marcello Caetano, viu surgirem mais algumas alterações que representaram ora avanços, ora retrocessos, nomeadamente ao nível do sufrágio e dos direitos laborais e sociais. Em 1968 entra em vigor a Lei n.º 2137, de 26 de Dezembro, que define a capacidade eleitoral para a Assembleia Nacional sem fazer distinção de sexos. Não existem, contudo, alterações à lei no que diz respeito aos eleitores para as juntas de freguesia: continuam a ser apenas os chefes de família a poderem votar. É introduzido na lei, a 1969, o princípio de salário igual para trabalho igual através do Decreto-Lei n.º 49408, de 24 de Novembro. No ano seguinte é criado o Grupo de

⁶⁴ “Por este, cada cônjuge conservava os seus bens próprios, os que levava para o casamento e os que viesse a receber por direito pessoal, como as heranças. Tudo o que fosse adquirido depois do casamento era considerado comum e partilhado no termo deste” (Guimarães, 1986, p. 571).

Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social. Presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo, este grupo levou a cabo o primeiro levantamento das discriminações no direito público e privado e propôs alterações ao direito de família e à legislação sobre o trabalho das mulheres. Nesse mesmo ano, 1970, é nomeada a primeira mulher para o governo, Maria Teresa Lobo, para a Subsecretaria de Estado da Saúde e Assistência. Em 1971, o artigo 5º da Constituição é alterado, tendo sido retirada a expressão “bem da família” mas mantendo que os cidadãos são iguais perante a lei à excepção, quanto à mulher, das diferenças resultantes da sua natureza. É ainda regulamentada, em 1973, a proibição do emprego das mulheres em determinadas actividades consideradas perigosas pela “necessidade de proteger a função genética da mulher de riscos efectivos ou potenciais” (Portaria n.º 186/73).

A revolução de 25 de Abril de 1974 representou, agora sim, um marco significativo na mudança social. Mesmo antes da entrada em vigor de uma nova Constituição, em 1976, mudanças significativas tiveram lugar ao nível dos direitos das mulheres. Estas passaram a ter acesso a todos os cargos da administração local (Decreto-Lei n.º 492/74, de 27 de Setembro), à carreira diplomática (Decreto-Lei n.º 308/74, de 6 de Julho) e à magistratura (Decreto-Lei n.º 251/74, de 12 de Junho). E, no mesmo ano ainda, atinge-se finalmente o sufrágio universal através do Decreto-Lei n.º 621-A/74, de 15 de Novembro). Nesse mesmo ano, Portugal teria a sua primeira ministra (na pasta dos Assuntos Sociais), Maria de Lourdes Pintasilgo, que viria a ser também a primeira, e até hoje única, primeira-ministra portuguesa (ainda que por apenas cinco meses, entre Agosto de 1979 e Janeiro de 1980).

Após as primeiras eleições livres e democráticas para a Assembleia Constituinte, em 1975, muitas foram as alterações legislativas, ainda que o regime democrático estivesse ainda em fase de consolidação. Mas mesmo num período politicamente conturbado, passos fundamentais foram dados no sentido de uma sociedade mais igualitária, nomeadamente no que diz respeito ao equilíbrio entre os sexos. De entre as alterações legislativas e a constituição de organismos governamentais com o objectivo de garantir a igualdade de direitos e oportunidades, seleccionaremos apenas algumas das vastas alterações que se foram sucedendo.

Ao nível das organizações e mecanismos governamentais transversais aos vários sectores da sociedade, encontramos: a Comissão da Condição Feminina (1973) que viria a tornar-se na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (1991) e mais tarde, em 2007, na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (1979); o Alto-Comissário para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família (1996); a criação do Ministério da Igualdade em 1999 (com Maria de Belém Roseira), que substituiu o anterior Alto-Comissariado, e que viria a ser extinto no ano seguinte. Passaria então a existir, em 2001 a Secretaria de Estado da Igualdade (liderada por Maria do Céu da Cunha Rêgo), que viria a ser extinta no ano seguinte sendo retomada esta figura apenas em 2009 com a designação de Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

Em termos constitucionais, a lei geral da República de 1976 vem estabelecer a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios e a revisão constitucional de 20 de Setembro de 1997 vai mais longe definindo a promoção da igualdade entre homens e mulheres como tarefa fundamental do Estado. São ainda de realçar os sucessivos planos nacionais para a igualdade de género, tendo sido o primeiro aprovado em 1997 e estando actualmente em vigor o quinto. Também em relação ao Código Civil foram feitas alterações importantes. A revisão de 1978 faz desaparecer a figura de chefe de família e a ideia de poder marital bem como define que cada um dos cônjuges pode exercer qualquer profissão ou actividade sem o consentimento do outro.

No que diz respeito às áreas da saúde sexual e reprodutiva e do planeamento familiar, foram criadas, em 1976, consultas de Planeamento Familiar nos Serviços de Saúde e definidas, em 1984, as áreas da educação sexual e planeamento familiar como competências estatais. Só no último quartel do séc. XX foram sendo dadas respostas às reivindicações das mulheres, que poderíamos enquadrar como fazendo parte de um feminismo de segunda vaga. Foram feitas alterações à lei da interrupção voluntária da gravidez (1984, 1997 e 2007); no âmbito mais genérico da igualdade de género, que não abrange apenas as mulheres mas é reveladora de uma maior abertura nestas áreas, é permitido, a partir de 2010, o casamento entre pessoas do

mesmo sexo; e é criado, em 2011, o procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil.

Muitos têm sido também os mecanismos de prevenção e combate à violência contra as mulheres, doméstica e de género e protecção das suas vítimas⁶⁵. Para além dos Planos Nacionais (encontra-se actualmente em vigor o quinto), a legislação nacional tem vindo a ser alterada quer ao nível do Código Penal (CP) quer através de legislação avulsa. Exemplo disso são a passagem para crime público dos maus tratos aos cônjuges ou a pessoas em condições análogas às dos cônjuges (alteração de 2000 ao CP) e a autonomização do crime violência doméstica (através da reforma do CP de 2007). Também no campo da protecção e apoio às vítimas foram aprovados vários diplomas (Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto, Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, Lei n.º 129/99, de 20 de Agosto ou Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro) que lhes foram garantindo um quadro de protecção e assistência cada vez mais completo.

As áreas da parentalidade e da conciliação da vida profissional e familiar foram igualmente objecto de importantes mudanças ao longo dos últimos 40 anos⁶⁶ nomeadamente no que diz respeito ao alargamento e benefícios das licenças de maternidade e, mais tarde, de paternidade (Decreto-Lei n.º 112/76, de 7 de Fevereiro; Lei n.º 4/84, de 5 de Abril; Lei n.º 17/95, de 9 de Junho; Lei n.º 18/98, de 28 de Abril). Também a nível constitucional ficou definido, desde 2004, que a promoção da conciliação da actividade profissional com a vida familiar é uma responsabilidade da qual o Estado está incumbido.

Na esfera do trabalho e do emprego muitas medidas⁶⁷ se sucederam ao longo dos anos, no sentido de garantir às mulheres a igualdade com os homens em

⁶⁵ Para uma análise mais pormenorizada da legislação nesta área, ver Lisboa, Barroso, Patrício, & Leandro (2009).

⁶⁶ Para uma análise mais pormenorizada deste tema, ver, *e.g.*, Torres (2004); Torres *et al.* (2005); Wall, Aboim, & Cunha (2010); Wall & Escobedo (2013); Wall, Samitca, & Correia (2013).

⁶⁷ Decreto-Lei n.º 392/79, de 20 de Setembro; Decreto-Lei n.º 426/88, de 18 de Novembro; Lei n.º 105/97, de 13 de Setembro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de Março; Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013, de 8 de Março; Resolução da Assembleia da República n.º 45/2013, de 8 de Março; Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 5 de Março; Lei n.º 67/2013, de 28 de Agosto, Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro; Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012 de 8 de Março.

oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego⁶⁸. Algumas destas medidas, mais do que constituírem novos instrumentos ou abordagens, representam um reforço de medidas anteriores – o princípio de salário igual para trabalho igual está, aliás, consagrado na lei desde 1966 – ou uma especificação de medidas em áreas particulares.

No que diz respeito a uma representação mais igualitária de ambos os sexos nos cargos de administração no sector empresarial (público ou privado), foi publicada recentemente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2015, de 6 de Março, que visa o reforço da participação das mulheres na tomada de decisão económica. Esta medida, não constituindo uma política de quotas, pretende encontrar mecanismos que, até 2018, garantam que os conselhos de administração (CA) das empresas portuguesas cotadas em bolsa sejam constituídos por um mínimo de 30% de mulheres. A política de quotas, seja nas empresas ou na política, constitui uma matéria sempre polémica, que será discutida mais adiante. Não obstante a posição que se tenha relativamente a este tipo específico de acção positiva, a sua implementação tem um impacto efectivo no número de mulheres nos CA. Os dados mais recentes da Comissão Europeia revelam que, no conjunto dos 34 países analisados, são a Islândia e a Noruega quem ocupa os dois primeiros lugares na proporção de mulheres nos CA das suas maiores empresas, com 44% e 36%, respectivamente (EC, 2015a). Ao nível dos países que compõem a União Europeia (UE), é a Letónia que ocupa a primeira posição (com 32%), seguida da França e da Finlândia (ambos com 29%) (EC, 2015a). Conforme o relatório da Comissão Europeia de 2015 sobre legislação de igualdade de género, a Finlândia, a França, a Islândia, a Holanda, a Noruega, a Alemanha e a Itália têm legislação com o objectivo de uma participação mais equilibrada de mulheres e homens nos CA das empresas (Burri & van Eijken, 2015), países que ocupam posições cimeiras no *ranking*. Países que tomaram outras medidas legislativas, ou que as consideraram tomar, ou ainda que levaram a cabo um intenso debate sobre o tema, como é o caso da Bélgica, do Reino Unido e da Eslovénia, registaram um aumento significativo da percentagem de mulheres nos seus CA entre 2010 e 2014 (EC, 2015b). Ainda de referir que estes

⁶⁸ Para uma análise mais aprofundada desta temática específica, ver, *e.g.*, R. Monteiro (2010) e Rêgo (2010).

países ocupam, actualmente, posições ao nível, ou acima, da média da UE-28 (21%). Caso excepcional é a Letónia que, não tendo qualquer política de representação mínima de mulheres nos CA das empresas, atinge o primeiro lugar no conjunto dos 28 países da UE (EC, 2015a). Apenas uma nota para referir que Portugal, com 11% de mulheres como membros dos CA das maiores empresas, ocupa a 26ª posição (a par do Luxemburgo, da Hungria e da Roménia) no conjunto dos 34 países analisados pela Comissão Europeia e o 21º lugar (novamente, a par do Luxemburgo, da Hungria e da Roménia) considerando apenas os países da UE-28 (EC, 2015a).

Nem mesmo no campo político, arena privilegiada para a discussão e mudança dos paradigmas vigentes, o panorama é substancialmente diferente. Como vimos anteriormente, a participação das mulheres em lugares políticos de destaque foi desde sempre reduzida, não obstante o princípio da não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos estar garantido constitucionalmente. A discussão de propostas de lei na Assembleia da República visando a garantia de uma maior igualdade de oportunidades na participação de cidadãos de cada sexo nas listas de candidatura a apresentar às eleições constitui-se como um processo longo e muito disputado⁶⁹. Em 2006 é finalmente aprovada a chamada Lei da Paridade (Lei Orgânica n.º 3/2006) que estabelece que as listas eleitorais devem assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos (faremos uma análise mais pormenorizada deste diploma mais adiante).

A entrada das mulheres nos quadros de maior visibilidade e tomada de decisão foi bastante lenta. Em 1990, Maria de Jesus Serra Lopes é eleita como a primeira bastonária da Ordem dos Advogados; em 2011 é a vez de Assunção Esteves ser eleita como a primeira Presidente da Assembleia da República; e em 2012 Joana Marques Vidal é nomeada para Procuradora-Geral da República, também a primeira vez que o cargo é ocupado por uma mulher. Em plena segunda década do séc. XXI continuamos a enumerar mulheres que ocupam pela primeira vez posições de destaque no panorama nacional.

A inevitavelmente incompleta cronologia que apresentámos pretende dar conta, de forma sistematizada, dos avanços e recuos que foram ocorrendo no plano

⁶⁹ Para uma análise mais pormenorizada deste ponto, ver Dias (2011b).

institucional e que tiveram, nalguns casos mais do que noutros, um impacto importante ao nível do tecido social.

Se, por um lado, as políticas públicas não garantem a igualdade na ausência de mudanças estruturais (Walby, 2009), por outro lado, a jurisprudência vai revelando a manutenção de práticas sociais mais conservadoras, “encarrega[ndo]-se de travar as mudanças mais significativas e mais profundas” (T. Beleza, 2004, p. 3).

Ainda que a igualdade entre homens e mulheres seja um direito fundamental consagrado na legislação nacional e comunitária, há ainda muito por fazer, tanto ao nível da esfera pública como da privada, nomeadamente nos domínios da família e relações pessoais, por um lado, e da esfera política e económica, por outro, na medida em que se constituem como áreas onde a distribuição e o desequilíbrio de poderes ganham um particular relevo, fazendo delas domínios onde a mudança se torna mais complexa (T.P. Beleza & Anjinho, 2013).

Numa nota conclusiva, a I República, ainda que não tenha concedido às mulheres o direito ao voto, representou um período de abertura e inovação legislativas, nomeadamente no que diz respeito ao divórcio, como vimos. Ficou, contudo, muito aquém das aspirações das mulheres que se associaram e se movimentaram em torno dos seus direitos, fossem eles educacionais, sociais, económicos ou políticos. Já no período da ditadura, o direito ao voto foi sendo concedido, revelando um regime e um chefe de governo “pragmáticos, pois, tal como a Igreja Católica, tinham a convicção de que o voto e a intervenção femininos lhes seriam favoráveis” (Pimentel, 2000, p. 400). Todavia, o quadro social e político geral repressivo e conservador apresentava-se demasiado pesado para que possamos olhá-lo numa perspectiva de abertura. Assim, a questão do direito ao voto, ainda que com inegável valor simbólico, acaba por significar pouco quando todo o contexto social é extremamente restritivo. Só mais tarde, com o advento democrático, foi possível o descerramento de um quadro institucional igualitário.

O 25 de Abril de 1974 não significou uma ruptura instantânea com os cânones tradicionais mas permitiu, porém, desencadear uma série de transformações políticas, económicas, sociais e culturais que já se vinham disseminando pela Europa. Formalmente, muitas liberdades e muitos direitos

passaram a estar garantidos. Mas, como sabemos, uma igualdade *de jure* não significa necessariamente uma igualdade *de facto*, o que fica claramente patente na necessidade de reforço sucessivo de medidas de promoção da igualdade. A consagração da igualdade entre homens e mulheres na Constituição Portuguesa não garante uma igualdade efectiva – inúmeros diplomas são produzidos e aprovados por forma a reforçar esta lei geral e nem mesmo assim a igualdade é conseguida. Veja-se, por exemplo, a questão da desigualdade salarial, já presente no final do séc. XIX e início do séc. XX (Samara, 2013), ainda que não fosse um foco de luta neste período. Esta disparidade mantém-se até aos dias de hoje (em 2014, os homens ganhavam, em média, mais 20% que as mulheres) apesar de todas as medidas governamentais que foram tomadas nos últimos 50 anos: “apesar da adopção do discurso da igualdade num plano formal/legislativo, as desigualdades de género continuam a verificar-se nas práticas” (Oliveira *et al.*, 2010, pp. 256-257).

Feito o enquadramento histórico da evolução dos movimentos de mulheres em Portugal e dos avanços e recuos que se foram operando em termos de direitos e de políticas de igualdade de género, passaremos de seguida, no sentido de começar a dar resposta à segunda questão colocada anteriormente (**Q2**. Quais são os elementos bloqueadores e potenciadores da participação das mulheres nas elites políticas, tanto centrais como locais?), à análise de indicadores que nos permitam perceber o enquadramento das desigualdades de género na política no contexto das de outras esferas, nomeadamente no mercado de trabalho, nas lideranças e tomada de decisão, da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar e ainda da educação.

4. As desigualdades de género na sociedade portuguesa

Apesar do longo percurso percorrido, tanto ao nível dos movimentos sociais como dos instrumentos institucionais de promoção da igualdade de oportunidades entre géneros, que agora apresentámos, as desigualdades estruturais persistem, espelhando-se, nomeadamente, numa posição mais frágil das mulheres face ao trabalho e ao emprego, como veremos mais adiante. A normatividade social que subjaz à divisão do trabalho assenta em papéis de género diferenciados e hierarquizados, construídos a partir das diferenças de sexo. Como refere Bourdieu (1999), a divisão sexual do trabalho assenta numa construção arbitrária sobre o biológico, sobre os corpos dos homens e das mulheres e das suas funções, sendo essa mesma construção que fornece a aparência de naturalidade à visão androcêntrica que se espalha a todos os domínios sociais.

São, desta forma, e ainda segundo o autor, impostas disposições que, através de um trabalho de socialização contínuo, naturalizam a ideia de que as diferenças sociais se fundamentam em diferenças biológicas. E é nessa perspectiva que analisaremos as dimensões seguintes⁷⁰. No que diz respeito ao mercado de trabalho, à conciliação entre as esferas pública e privada e à dimensão da escolaridade formal, a análise de alguns indicadores permite compreender o padrão de desigualdade entre homens e mulheres, não só do ponto de vista numérico como também funcional, que condiciona, como vimos, a participação das mulheres no domínio político.

⁷⁰ O âmbito temporal dos indicadores observados de seguida é definido a partir de critérios de disponibilidade dos dados. Em alguns casos, que exigiram uma maior desagregação da informação, analisamos dados seccionais e, noutros, faremos uma análise longitudinal, recuando o máximo possível no tempo (na maioria dos indicadores, analisaremos as últimas três décadas).

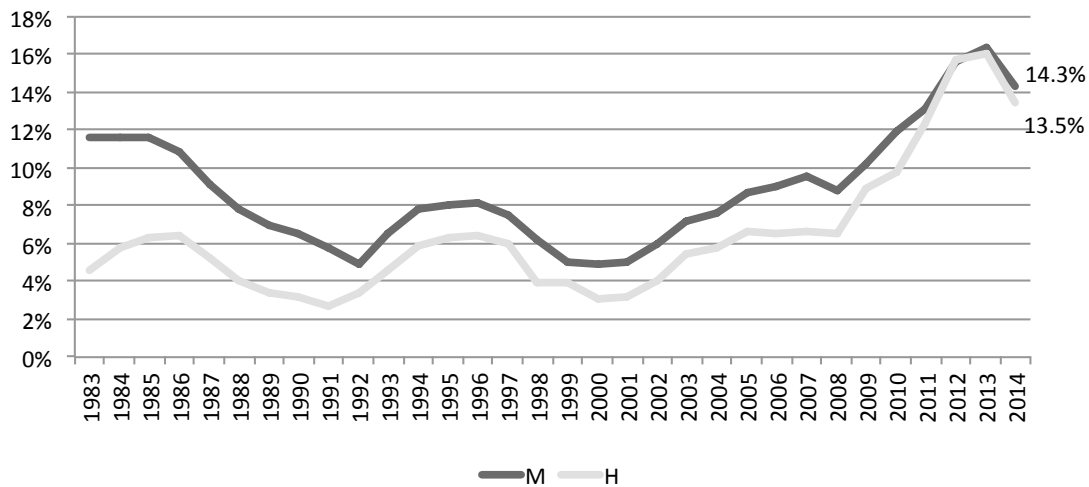
4.1. Trabalho e emprego

No início da década de 80 do século passado, a proporção de desempregadas era superior ao dos desempregados em sete pontos percentuais, sendo que a diferença se foi esbatendo até atingir, sensivelmente nas duas últimas décadas, diferenciais entre um e três pontos percentuais. Esta aproximação da taxa de desemprego dos homens em relação à das mulheres reflecte o impacto, sobretudo a partir de 2010 – num contexto de crise socioeconómica – do aumento do desemprego masculino (V. Ferreira & Monteiro, 2013), impulsionado em grande medida, pela contracção nos sectores da indústria, construção e alguns ramos do sector financeiro (Bettio *et al.*, 2013).

Globalmente, a taxa de desemprego⁷¹ tem vindo consistentemente a aumentar desde o início do séc. XXI, tendo-se amplificado a partir de 2008, num contexto de crise financeira internacional (Figura 3). A taxa de desemprego tem sido, no período analisado, sempre desfavorável às mulheres (à excepção do ano de 2012).

⁷¹ Taxa de emprego: (População desempregada no ano civil / População activa no ano civil) * 100; Desempregado: indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado activamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não (Metainformação, INE).

Figura 3. Taxa de desemprego por sexo, 1983-2014 (%)



Fonte dos dados: INE (2015k).

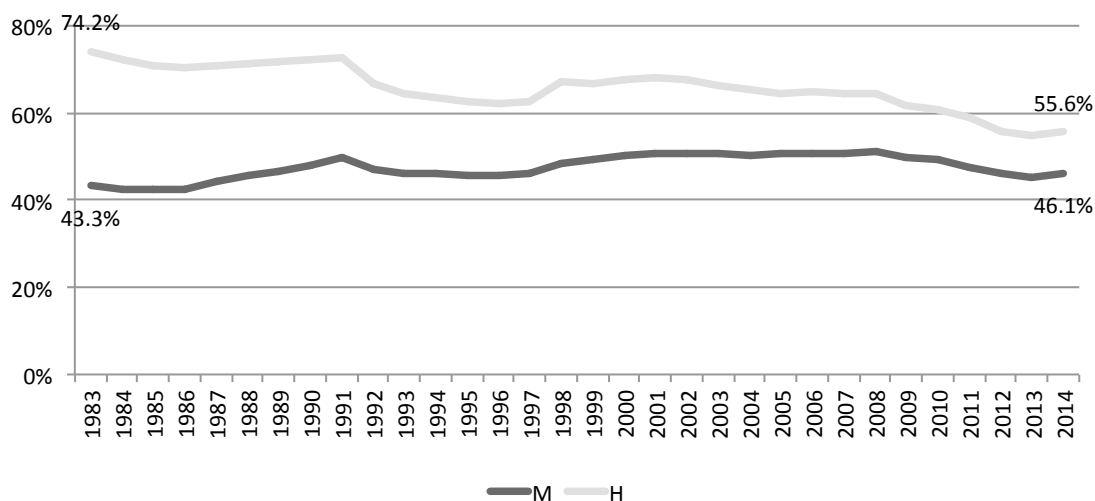
Numa leitura mais fina, podem, no entanto, observar-se diferenças importantes entre homens e mulheres. Em linha do que havia sido observado por Casaca (2010), numa análise até 2008, a população feminina mais jovem e mais qualificada está mais vulnerável ao desemprego que a masculina com as mesmas características. Em 2014, as mulheres nos escalões etários dos 25-34 anos e 35-44 anos apresentam uma taxa de desemprego superior à dos homens na ordem dos 4 pontos percentuais. Nos/as mais jovens (15-24 anos), a diferença é residual e no grupo dos 55 aos 64 anos, os homens destacam-se com uma diferença expressiva rondando os 6 pontos percentuais (INE, 2015c). Por outro lado, é nas camadas mais escolarizadas que a diferença entre homens e mulheres é mais importante: 29,8% das desempregadas tem ensino secundário ou pós-secundário (23,8% para os homens) e 22,5% tem o ensino superior, ao passo que nos homens é de 10,3%, o que corresponde, neste nível, a uma diferença de 12 pontos percentuais (INE, 2015c).

A taxa de emprego⁷² revela a herança histórica de uma matriz tradicional em que são os homens o ganha-pão do agregado familiar, sendo quem mais está

⁷² Taxa de emprego: (População empregada no ano civil / População média anual residente com 15 anos e mais anos) * 100; Empregado: indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por

representado no mercado de trabalho pago, ao mesmo tempo que associa as mulheres à esfera doméstica. À semelhança da taxa de desemprego, também a diferença entre as taxas de emprego de homens e de mulheres se tem vindo a reduzir desde 1983, ano em que 74,2% dos homens com 15 ou mais anos estava empregado, ao passo que, no caso das mulheres, o valor desce para os 43,3% (Figura 4). Actualmente, o diferencial é menor: se a taxa de emprego dos homens baixou bastante, para os 55,6% em 2014, já a das mulheres subiu, nas três últimas décadas, para os 46,1%.

Figura 4. Taxa de emprego por sexo, 1983-2014 (%)



Fonte dos dados: INE (2015I).

Fruto da invisibilidade das mulheres nos documentos e estatísticas oficiais, já referida anteriormente e avaliada por Vaquinhas (2002), não se conhece historicamente, de forma sistemática e aprofundada, a participação das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo daquelas pertencentes aos estratos sociais mais baixos. Como reconhece Maria Lamas, no seu retrato das mulheres portuguesas dos anos 40 do séc. XX, “no povo não há, praticamente, mulheres domésticas. Todas trabalham, mais ou menos, fora do lar. Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendedeiras, criadas de servir ou «mulheres a dias»” (Lamas, 2002 [1948], p.

uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência (Metainformação, INE).

458). De facto, elas sempre fizeram parte do mercado de trabalho, fosse ele remunerado ou não, com maior ou menor importância social (Samara, 2013). Encontramos algumas investigações sobre as profissões femininas urbanas (por exemplo, o trabalho de Brasão (2012) sobre as criadas de servir em Portugal) mas as estatísticas são limitadas. Recuando um pouco, observa-se que a taxa de actividade feminina, no início do Estado Novo, se situava nos 17%, subindo, em 1950, para os 22,7% (Cova & Pinto, 1997).

É na década de 60 que se dá um aumento significativo da taxa de actividade feminina, resultante da grande diminuição do contingente laboral masculino, produto da emigração e da guerra colonial, sobretudo no sector dos serviços (Cova & Pinto, 1997; A.B. Nunes, 1991). Na década de 70, sobretudo a partir de 1974, registou-se um rápido crescimento dos sectores público e terciário, impulsionado, como explicam Ferreira e Monteiro (2013), pelas nacionalizações de 1975 e pelo aumento do consumo privado sendo a taxa de actividade feminina, em 1980, de 40%. As mesmas autoras explicam este processo: por um lado, o crescimento dos serviços públicos, os resultados das políticas públicas e a informalização resultaram num grande crescimento do emprego feminino; por outro lado, a incorporação das mulheres num mercado de trabalho desregulamentado, nos anos 80 do século passado, fez-se à custa de uma precarização do trabalho das mulheres (mão-de-obra não sindicalizada, com salários mais baixos e com uma relação instável com o mercado de trabalho). Ainda, as elevadas taxas de inflação verificadas nesse período obrigaram à multiplicação das fontes de rendimento.

Desde então, a taxa de actividade feminina⁷³ tem continuado a aumentar, com um ligeiro decréscimo desde 2012, situando-se, em 2014, nos 53,8%, próxima da taxa de actividade dos homens, que se situa nos 64,3% (INE, 2015c).

Considerando que ter uma actividade profissional fora de casa gera um sentimento acrescido de confiança e de independência e que elevadas taxas de participação no mercado de trabalho podem gerar, por um lado, um maior número

⁷³ Taxa de actividade: Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade); equivale a $(\text{População ativa} / \text{População residente com 15 e mais anos de idade}) * 100$ (Metainformação, INE).

de potenciais candidatas mais motivadas e com melhores redes de conhecimentos e, por outro lado, a taxas de participação eleitoral mais elevadas entre as mulheres (Kenworthy & Malami, 1999; Matland, 1998; Rule, 1981, 1987), este parece ser um indicador positivo do contexto português no que diz respeito à potenciação da participação das mulheres nas elites políticas.

Mas o diferencial entre homens e mulheres, relativo à população empregada, não é somente numérico, é também funcional. Segundo os dados do Inquérito ao Emprego de 2014 (Quadro 7), os grandes grupos de profissões onde encontramos uma maior concentração de mulheres são “Especialistas das actividades intelectuais e científicas”, “Pessoal administrativo”, “Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores” e ainda “Trabalhadores não qualificados”. Os homens estão sobrerrepresentados nas restantes actividades profissionais, destacando-se as actividades que se enquadram no grupo “Representantes do poder legislativo e órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos” (onde os homens representam quase dois terços dos/as trabalhadores/as deste grupo), dos “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, das pescas e da floresta”, dos “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” e ainda dos “Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”.

Quadro 7. População empregada por profissão (classificação nacional de profissões) e por sexo, 2014 (milhares de pessoas; %)

Profissão	N (milhares de pessoas)			%	
	HM	H	M	H	M
População empregada	4 499,5	2 319,5	2 180,0	51,6%	48,4%
Rep. poder legislativo e de órgãos exec., dirigentes, diretores e gestores exec.	326,1	211,5	114,6	64,9%	35,1%
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	755,7	305,6	450,1	40,4%	59,6%
Técnicos e profissionais de nível intermédio	485,4	270,4	215,0	55,7%	44,3%
Pessoal administrativo	347,4	120,3	227,2	34,6%	65,4%
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	742,4	272,1	470,3	36,7%	63,3%
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	369,4	244,4	124,9	66,2%	33,8%
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	553,9	464,7	89,1	83,9%	16,1%
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	389,5	261,6	127,9	67,2%	32,8%
Trabalhadores não qualificados	505,5	146,8	358,7	29,0%	71,0%

Fonte dos dados: INE (2015b).

Se, por um lado, a elevada presença de mulheres nas profissões especializadas ligadas a actividades técnicas e científicas se constitui como um

indicador positivo para um aumento da participação das mulheres na esfera política, a sua relativa ausência na categoria profissional ligada a cargos de gestão e direcção constitui-se como um indicador no sentido contrário. Isto porque, tal como diversos estudos têm revelado, existe uma sobrerrepresentação nos cargos políticos de mulheres com actividades intelectuais e científicas e ao nível da administração e da gestão (Darcy *et al.*, 1994; Lovenduski & Norris, 1993; Norris, 1996).

Diversas teorias têm vindo a ser avançadas e testadas no sentido de perceber o que está na origem destes diferenciais funcionais. Kelly (1991) organiza as diferentes teorias em três grandes grupos: um primeiro que agrupa as teorias baseadas nas diferenças biológicas entre homens e mulheres e nos papéis associados à construção e reprodução social dos dois géneros, fazendo, portanto, assentar a diferença ocupacional em preferências individuais; um segundo grupo aponta para uma discriminação organizacional onde os empregadores contratam e promovem pessoas semelhantes aos trabalhadores já contratados e aos clientes, afectando desigualmente homens e mulheres; um terceiro conjunto de teorias remete para barreiras sistémicas no mercado de trabalho que estão fora do controlo individual, como a existência de um mercado de trabalho dual com actividades primárias e secundárias. Ainda que a segregação sectorial no mercado de trabalho possa e deva ser explicada por uma combinação de factores, a questão das preferências pessoais, que tem sido mobilizada para explicar não só as diferenças entre homens e mulheres na escolha das áreas profissionais mas também educativas e do percurso profissional, como veremos mais adiante, merecem-nos algumas considerações adicionais. Parece-nos inadequado chamar-lhes “escolhas” ou “preferências” individuais já que são, muitas vezes, decisões condicionadas. Os modelos de socialização que, desde muito cedo, “ensinam” às mulheres e aos homens quais os comportamentos e atitudes socialmente aceites e desejáveis para cada um/a deles/as, condicionam e moldam as suas opções. Como reconhece Ann Phillips, “when differences of outcome are explained retrospectively by reference to differences in personal preferences, [...] ideologically suspect stereotypes about particular social groups [are reproduced]: that ‘women’ for example, care more about children than men, or have less of a taste for political power” (2004, p. 9).

Ainda no que diz respeito à configuração do mercado de trabalho, tem-se assistido, globalmente, a uma relativa estabilidade do peso dos contratos de trabalho (por conta de outrem) sem termo na força laboral portuguesa. Ainda assim, se na primeira metade da década de 90 representavam quase 90% dos vínculos de trabalho, o novo milénio assistiu à sua diminuição para a ordem dos 80% (Figura 5). Até 2011, os contratos a termo⁷⁴ tiveram mais expressão na força laboral feminina, representando, em 2014, 17,4% dos vínculos laborais das mulheres, como se observa na figura seguinte. Já em relação aos homens, os contratos a termo representam 18,3% no total dos seus vínculos contratuais (à mesma data).

Figura 5. Contratos a termo por sexo (trabalho por conta de outrem), 1983-2014 (%)



Fonte dos dados: INE (2015m, 2015n).

Analisando agora apenas os contratos a termo, observa-se que são as mulheres que têm sido consistentemente o grupo com vínculos laborais mais precários (Casaca, 2010). Ainda que a diferença entre homens e mulheres se tenha

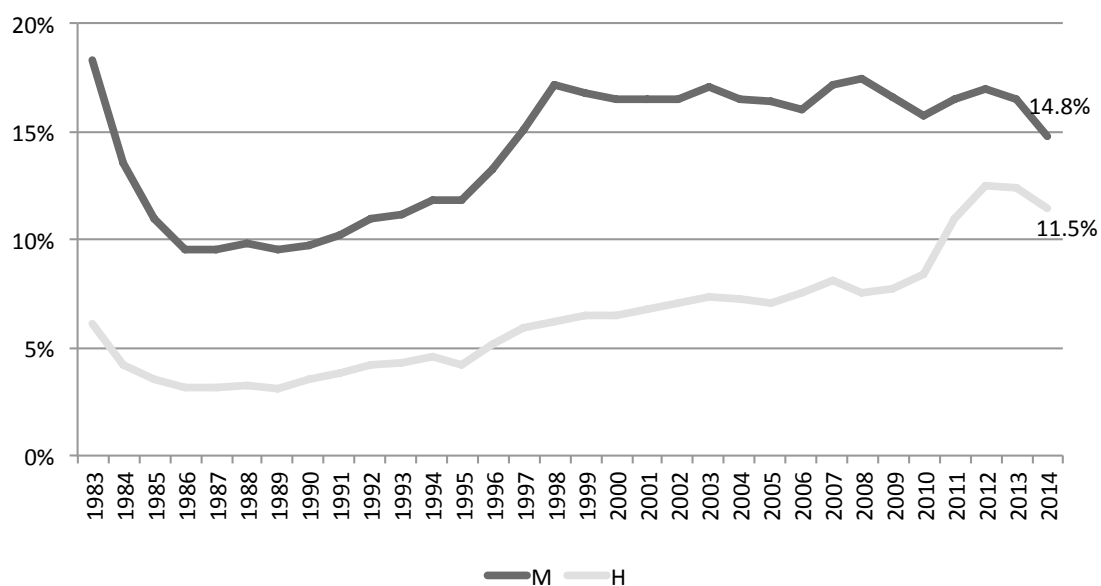
⁷⁴ Trabalhador com contrato a termo: indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração (Metainformação, INE).

esbatido um pouco nos últimos anos, as mulheres estão em maioria neste indicador: em 2014, a distribuição dos contratos a termo pesa mais sobre as mulheres: elas representam 54,8% dos contratos a termo enquanto que os homens preenchem os restantes 45,2%.

Por outro lado, no que diz respeito ao regime de duração do trabalho, as mulheres empregadas têm apresentado um maior peso no trabalho a tempo parcial⁷⁵ relativamente aos homens (em 2014, 14,8% contra 11,5%) (Figura 6). De facto, os valores de homens e mulheres aproximaram-se nos últimos anos, muito provavelmente na sequência da crise económica e financeira que o país atravessa e que teve como uma das suas principais consequências o aumento consistente da taxa global de desemprego desde 2008. Em todo o caso, o persistente predomínio das mulheres no trabalho em *part-time* resultará “da persistência de representações sociais tradicionais e da assimetria na partilha de responsabilidades e tarefas entre homens e mulheres” (Casaca, 2010, pp. 276-277). Ainda que a decisão pelo regime de trabalho a tempo parcial seja muitas vezes resultado de constrangimentos, continuam a ser produzidos discursos que a justificam com uma preferência por parte das mulheres. Um estudo realizado por Fortin (2005) revela que as preferências das mulheres (relativas ao grau de realização pessoal associado ao trabalho doméstico, ao tempo dedicado a actividades altruístas como voluntariado, entre outras) estão positivamente correlacionadas com a situação de trabalho a tempo parcial. O que a autora deixa por questionar e problematizar é a ideia de preferência enquanto característica individual e inata.

⁷⁵ Trabalhador a tempo parcial: trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão (Metainformação, INE).

Figura 6. Trabalho a tempo parcial por sexo, 1983-2014 (%)



Fonte dos dados: INE (2015d, 2015e).

Esta questão tem, aliás, sido discutida no sentido de desconstruir a ideia de que o trabalho a tempo parcial é uma questão de preferência. Alguns trabalhos, nomeadamente os de Gash (2008) e de Yerkes (2013), vêm revelar que, ainda que a preferência individual possa ter impacto no número de horas de trabalho, este é sobretudo condicionado não só por factores sociais estruturais como também pelo contexto institucional.

Casaca (2010) chama a atenção para as motivações de homens e mulheres em situação de trabalho a tempo parcial involuntário. Recorrendo a dados do Eurostat para 2008, a autora revela que quase um terço das trabalhadoras portuguesas a trabalhar em *part-time* se encontra nesse regime por não ter conseguido encontrar um trabalho a tempo inteiro. A segunda motivação mais expressiva relaciona-se com a necessidade de atender a responsabilidades familiares e pessoais. Já no que diz respeito aos homens, o motivo mais apontado para estarem enquadrados neste regime são razões de saúde ou deficiência.

Procedendo a uma actualização da informação com os dados mais recentes⁷⁶, o que acontece em 2014 parece reflectir a questão conjuntural actual do mercado de trabalho em Portugal, de crise económica e financeira. Para as mulheres, o principal motivo para o trabalho em *part-time* continua a ser a impossibilidade de encontrar um trabalho a tempo inteiro (44,8%), passando o segundo principal motivo a serem outras razões não especificadas (26,0%). A questão das responsabilidades familiares ou pessoais passa, em 2014, para quarto lugar (8,1%). Relativamente aos homens, o principal motivo apontado são outras razões não especificadas (46,7%), em segundo lugar a impossibilidade de encontrar um emprego a tempo inteiro (27,3%) e, em terceiro, questões de saúde ou incapacidade (15,2%) (Eurostat, 2015).

Não tendo acesso àquilo que a categoria “outras razões” inclui, não é possível uma análise mais aprofundada destes dados. Em todo o caso, é muito expressiva a proporção das mulheres que trabalham em *part-time* por não encontrarem um trabalho a tempo inteiro, valor que, para os homens, ganha expressão nos últimos anos mas que, ainda assim, fica muito aquém do das trabalhadoras. O trabalho a tempo parcial, mais comum nas mulheres, “afigura[-se] como mais um vector de segregação entre os sexos” (Casaca, 2010, p. 279), também porque a este tipo de regime está associada uma precariedade contratual. Adicionalmente, encontramos efeitos negativos a médio e longo prazo associados ao trabalho a tempo parcial: maior dificuldade na progressão na carreira, nas oportunidades de formação, nos direitos a pensões e a subsídios de desemprego (EC, 2014).

Daí que, como vimos, sejam as mulheres as mais afectadas também neste campo, e ainda mais em contexto de crise. Este facto foi, aliás, objecto de um recente relatório da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, do Parlamento Europeu, em que se chama a atenção para o facto da crise atingir particularmente as mulheres, que “são afetadas diretamente pela perda e pela precarização do seu emprego e, indiretamente, através dos cortes orçamentais nos serviços públicos e nas ajudas sociais” e que “embora [...] não tenham sido as

⁷⁶ Por forma a manter a comparabilidade entre os dados para 2008 analisados por Casaca (2010), foram aplicados os mesmos critérios de selecção que incluem todos/as os/as trabalhadores/as com 15 e mais anos.

primeiras vítimas da crise, encontram-se hoje mais grave e duradouramente afetadas pelas suas consequências” (Morin-Chartier, 2012, p. 5). Numa perspectiva mais geral, as medidas de austeridade parecem estar, em vários estados membros da União Europeia, a comprometer o funcionamento da infraestrutura de igualdade de género, observando-se um aumento das desigualdades visíveis em diferentes indicadores, como os custos com a saúde, a habitação ou as prestações sociais (Bettio *et al.*, 2013; EWL, 2012).

Um dos campos mais mediatizados das desigualdades entre mulheres e homens no mercado do trabalho é o das disparidades salariais. Este tem também sido um dos aspectos que mais tem merecido intervenção institucional, como vimos anteriormente. Em 2013 foi pela primeira vez assinalado em Portugal o Dia da Igualdade Salarial, a 6 de Março. Neste dia porque, na prática, as mulheres, para estarem em igualdade salarial relativamente aos homens, teriam de trabalhar mais 65 dias, o que corresponde ao período entre 1 de Janeiro e 6 Março.

Em 2014, os homens tinham um ganho médio mensal⁷⁷ superior em 240,20€ relativamente às mulheres, o que representa cerca de 20,0% a mais (cálculos próprios a partir de GEP/MTSSS e GEE/MEc, 2016a, 2016b). Se considerarmos apenas a remuneração média mensal⁷⁸, os homens ganhavam, em 2014, mais 16,7%, o que equivale a mais 164,70€ que as mulheres (cálculos próprios a partir de GEP/MTSSS e GEE/MEc (2016c, 2016d)).

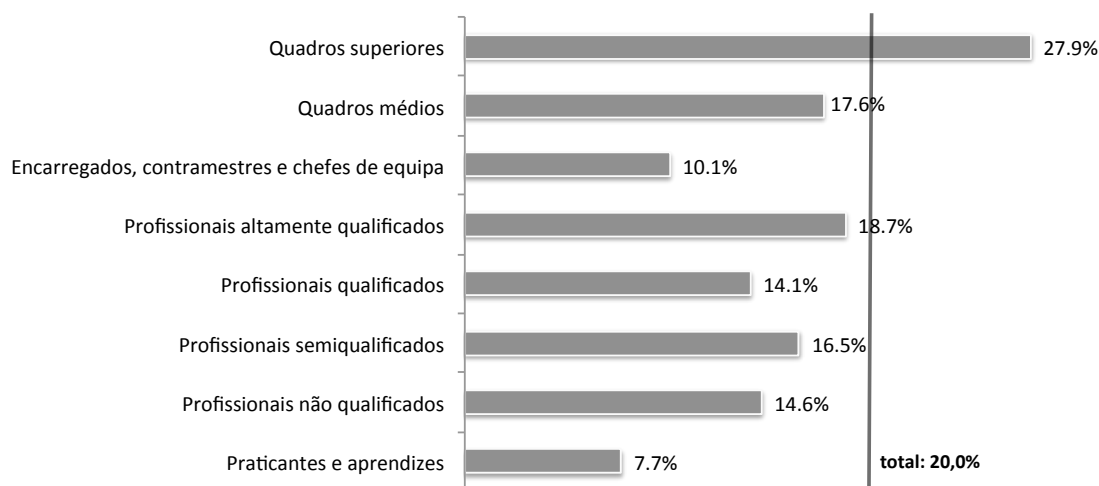
A mesma análise, no que diz respeito aos ganhos médios mensais, feita agora por nível de qualificação, revela que é nos quadros superiores, quadros médios e nos profissionais altamente qualificados onde as diferenças são mais expressivas, chegando aos 27,9% em desfavor das mulheres na categoria dos quadros superiores,

⁷⁷ Ganho mensal: montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas mas não efetuadas. Inclui para além da remuneração de base todos os prémios e subsídios regulares (diuturnidades, subsídios de função, de alimentação, de alojamento, de transporte, de antiguidade, de produtividade, de assiduidade, de turno, de isenção de horário, por trabalhos penosos, perigosos e sujos, etc.), bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias (Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (GEE/ME)).

⁷⁸ Remuneração de base mensal: montante líquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho (GEE/ME).

como se observa na figura seguinte (Figura 7). Cenário semelhante é encontrado na remuneração mensal média.

Figura 7. Disparidade dos ganhos médios mensais entre sexos por nível de qualificação (trabalho por conta de outrem), 2014 (%)

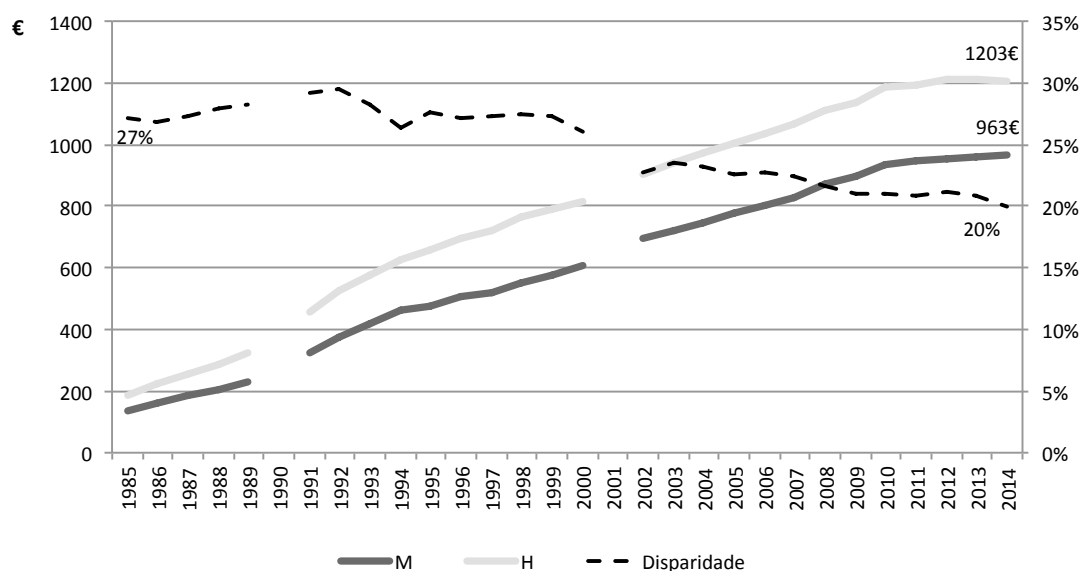


Fonte dos dados: cálculos próprios a partir de GEP/MTSSS e GEE/MEc (2016a, 2016b).

Numa análise longitudinal, percebe-se a tendência decrescente da disparidade nos ganhos (Figura 8). No entanto, não obstante todo o esforço legislativo e de sensibilização que ocorreu, como descrito anteriormente, desde a implantação do regime democrático, regista-se uma diminuição, nos últimos 30 anos, de pouco mais de 6 pontos percentuais na disparidade dos ganhos: em 1985 os homens ganhavam, globalmente e em média, mais 27,1% que as mulheres e em 2014 este valor baixou para os 20,0%. Mas as tendências não são uniformes se considerarmos os diferentes níveis de qualificação – tem todos acompanham este movimento decrescente global. Na última década, as maiores discrepâncias situam-se ao nível das categorias mais elevadas como é o caso dos quadros superiores (que se manteve mais ou menos constante neste período), nos quadros médios (que entre 2002 e 2008 aumentou quase 5 pontos percentuais) e nos profissionais altamente qualificados cuja discrepância aumentou 7 pontos percentuais. Estas observações estão em linha com a generalidade dos estudos nacionais sobre a

segregação salarial (e.g., V. Ferreira, 2010a; Governo de Portugal, 2014; Portugal, 2003).

Figura 8. Ganhos médios mensais por sexo (€) e disparidade entre sexos (trabalho por conta de outrem), 1985-2014 (%)



Fonte dos dados: cálculos próprios a partir de GEP/MTSSS e GEE/MEc (2016a, 2016b).

Mesmo que parte do diferencial possa ser justificado por diferenças na produtividade que decorrem de factores como a idade, os níveis de qualificação ou de experiência, há uma porção significativa, revelam diversos estudos sistematizados por V. Ferreira (2010a), que se deve efectivamente a uma discriminação das mulheres.

Os estudos referidos recorrem a diferentes metodologias de decomposição dos salários por forma a perceber o peso relativo de cada um dos factores influentes no diferencial salarial. Se o uso de diferentes metodologias leva a diferentes resultados, a maioria dos estudos que recorrem a modelos de decomposição dos salários é convergente nas suas conclusões: o diferencial nos salários, em desfavor das mulheres, é explicado, em porções sempre acima dos 50%, pela discriminação, sendo que os restantes atributos explicam também os diferenciais mas sempre em menor grau (e.g., V. Ferreira, 2010a; González, Santos, & Santos, 2005).

Ainda no que diz respeito às desigualdades salariais, os dados do Ministério da Economia, para Abril de 2014, revelam que 17,5% das trabalhadoras por conta de outrem (a tempo inteiro) auferem o salário mínimo nacional ao passo que, no caso dos homens, o valor desce para os 9,7% (GEE-ME, 2014).

Mas, como alerta V. Ferreira (2010a), a análise dos salários é pobre enquanto medida singular da segregação laboral, já que está em jogo um conjunto complexo de factores que se interrelacionam (como as diferenças ao nível do número de horas de trabalho, das carreiras que são elas próprias estrangidas por diferentes oportunidades de promoção e de aumento de salários, entre outras).

Para além do impacto imediato que esta desigualdade tem no quotidiano das mulheres, as consequências a médio e longo prazo são também importantes e resultam em pensões mais baixas e maior risco de pobreza na 3ª idade (EC, 2014): em Portugal, a taxa de risco de pobreza, após transferências sociais⁷⁹, é, em 2014 e para a população com 65 ou mais anos, de 14,2% para os homens e de 19,0% para as mulheres (INE, 2016b); as mulheres receberam, em 2014, um valor médio anual de 4.398€ relativo a pensões de velhice⁸⁰, ao passo que, para os homens, o montante anual médio é de 7445€ (ISS, 2015).

Em suma, a posição das mulheres no mercado de trabalho caracteriza-se globalmente por uma maior fragilidade face aos homens. E este constitui-se, como já observado por diversos/as autores/as (Reynolds, 1999; Rule, 1994a; Shvedova, 2005), como um factor de estrangimento da participação das mulheres nas elites políticas, ao limitarem as suas oportunidades.

⁷⁹ Taxa de risco de pobreza (após transferências sociais): Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente (Metainformação INE).

⁸⁰ Os montantes referidos incluem as pensões de velhice do regime geral, regime rural regulamentar, regime rural transitório e regime pensão social.

4.2. Lideranças e tomada de decisão

Neste ponto, que optámos por designar de “lideranças”, abordaremos as assimetrias da presença de mulheres e homens em lugares de topo. Para tal, recorreremos a uma selecção de indicadores, entre tantos outros possíveis, que revelam um padrão de segregação com diferentes configurações.

Por um lado, encontramos uma segregação horizontal (ou sectorial)⁸¹, que dá conta da sobrerrepresentação das mulheres em algumas actividades específicas, que representam uma extensão do seu papel social tradicional de género. Como vimos, a proporção de mulheres em actividades ligadas à educação, à saúde, ao apoio social e aos serviços pessoais associados ao cuidar é muito superior à dos homens. Como veremos mais adiante, também no campo político esta configuração se mantém, nomeadamente ao nível dos ministérios e pelouros municipais liderados por mulheres.

Por outro lado, a ideia de segregação vertical⁸² representa o facto das mulheres, apesar de mais qualificadas, ocuparem menos cargos de chefia que os homens, ou seja, de terem uma maior dificuldade de mobilidade ascendente nas hierarquias das organizações. Os números relativos à proporção de mulheres na direcção das empresas, na liderança política e em cargos de topo na justiça, diplomacia e forças armadas são o espelho desta realidade.

Por fim, uma segregação transversal que, tal como identificada por V. Ferreira (1993), é visível na sobrerrepresentação de mulheres em empresas de menor dimensão e de menor rentabilidade (que terão menor capacidade remuneratória) e

⁸¹ Também ilustrada pela metáfora das *glass walls* (e.g., Sneed, 2007).

⁸² A discriminação vertical pode ser analisada de duas perspectivas, consoante o nível hierárquico de referência: por um lado, o mecanismo do *sticky floor*, usado para caracterizar as desigualdades nos níveis hierárquicos mais baixos (e.g., Kee, 2006; Yap & Konrad, 2009); por outro lado, pode falar-se de *glass ceiling*, que simboliza barreira invisível (por não se constituir como um mecanismo formal de obstrução), bloqueadora do acesso das mulheres a lugares de topo ou de maior responsabilidade, pelo facto de serem mulheres (e.g., Morrison & von Glinow, 1990). A este propósito é ainda de referir a metáfora do *glass escalator* que representa o facto dos homens beneficiarem de vantagens (ao nível das oportunidades e rapidez de ascensão na carreira) em actividades onde predominam as mulheres, como na enfermagem, no ensino primário, etc. (e.g., Hultin, 2003; Maume, 1999; C. Williams, 1992).

em profissões com menor capacidade negocial, o que se reflecte em situações contratuais e profissionais mais precárias (como vimos aquando da análise dos indicadores relativos à taxa de desemprego, ao tipo de contrato, ao regime de duração do trabalho ou ao salário).

Uma outra metáfora usada para caracterizar os mecanismos de segregação tanto horizontal como vertical assenta no modelo do *pipeline*, que se baseia na ideia de que existe um “oleoduto” que transporta os alunos de um ciclo de ensino para outro e depois para o mercado de trabalho. Segundo este modelo, seria previsível que uma entrada significativa de mulheres em áreas de formação como a engenharia, as ciências ou a tecnologia levaria automaticamente a um aumento da sua representação nessas mesmas áreas profissionais (Etzkowitz & Ranga, 2011; S.M. Silva, 2010). Mas, tal como os oleodutos reais, também estes vertem, fazendo com que se vá perdendo, neste caso, pessoas durante todo o percurso (J. Ryan, Pollock, & Antonelli, 2009). De facto, o resultado não é automático nem linear, por diversas condicionantes, nomeadamente processos de auto-selecção (ver, *e.g.*, Blickenstaff, 2005; Van Anders, 2004), dando origem à imagem do *leaking pipeline*, que representa a perda cumulativa, neste caso, de mulheres ao longo do “oleoduto”.

Ainda um outro fenómeno que tem sido observado mais recentemente liga-se não à dificuldade de acesso das mulheres a determinadas áreas ou posições hierárquicas mas sim às condições em que as mulheres acedem a cargos de liderança. Esse fenómeno, designado por *glass cliff*, reflecte as situações em que as mulheres são muitas vezes seleccionadas para posições de liderança precárias ou para posições de liderança em tempo de crise, ou seja, que implicam um maior risco (Broadbent & Kirkham, 2008; M.K. Ryan & Haslam, 2005, 2007; Sabharwal, 2015; Wilson-Kovacs, Ryan, & Haslam, 2006). No caso da política, verificou-se no Reino Unido que as mulheres foram colocadas em lugares mais dificilmente elegíveis que os homens (sobretudo no partido conservador), mesmo controlando a experiência profissional e a instrução (Kulich, Ryan, & Haslam, 2014; M.K. Ryan, Haslam, & Kulich, 2010).

Os debates acerca da questão das mulheres nas lideranças têm oscilado entre duas grandes correntes: uma mais ligada a um essencialismo baseado no género e

outra que, negando esta perspectiva, aborda o tema como sendo uma questão de discriminação e preconceito (Nogueira, 2009; Oliveira *et al.*, 2010; G.G. Santos, 2010).

A primeira, de carácter mais individualista, postula que homens e mulheres, por características naturais ou construídas socialmente, têm formas de liderança distintas. A investigação empírica tem, todavia, refutado esta ideia mostrando que mulheres e homens não apresentam diferenças significativas ao nível do desempenho e das motivações⁸³ (G.G. Santos, 2010).

A perspectiva mais colectivista, ou de resistência, que aponta para as ideias de discriminação e preconceito, pode ser abordada pela via puramente organizacional, com barreiras estruturais, ou pela via da genderização da cultura organizacional. Na primeira assume-se que a organização e o/a trabalhador/a são entidades autónomas e é dada relevância a factores relativos à estrutura organizacional que incluem práticas como as redes informais ou o *mentoring* (Ecklund *et al.*, 2012; Ibarra, 1993; Memoli, 2004; Palgi & Moore, 2004; Ragins, 1989; Wirth, 2001) que tendem a excluir as mulheres, contribuindo para a sua dificuldade em acederem a posições hierarquicamente mais elevadas. Na segunda, é questionada a neutralidade de género das/nas organizações remetendo para a ideia da genderização das organizações (Acker, 1990). Nesta perspectiva, não se pode ignorar o facto de que, apesar de aparentemente baseadas na meritocracia e no/a trabalhador/a sem género, a cultura organizacional se constrói com base em representações de masculinidade e de feminilidade específicas, patentes não só na distribuição de tarefas como também nas imagens e nos processos de interacção social (Acker, 1990; Morrison & von Glinow, 1990; G.G. Santos, 2010).

Estas duas perspectivas, individualista e colectivista, foram encontradas também em estudos empíricos realizados em Portugal, nomeadamente no de Conceição Nogueira (2009), através da aplicação de entrevistas em profundidade a mulheres em posições de liderança em diferentes sectores e com características

⁸³ Alguns estudos revelaram diferenças significativas entre os estilos de gestão de mulheres e homens mas essas diferenças podem dever-se a opções metodológicas específicas, como o facto da observação ser feita em laboratório e não em contexto real de trabalho (G.G. Santos, 2010).

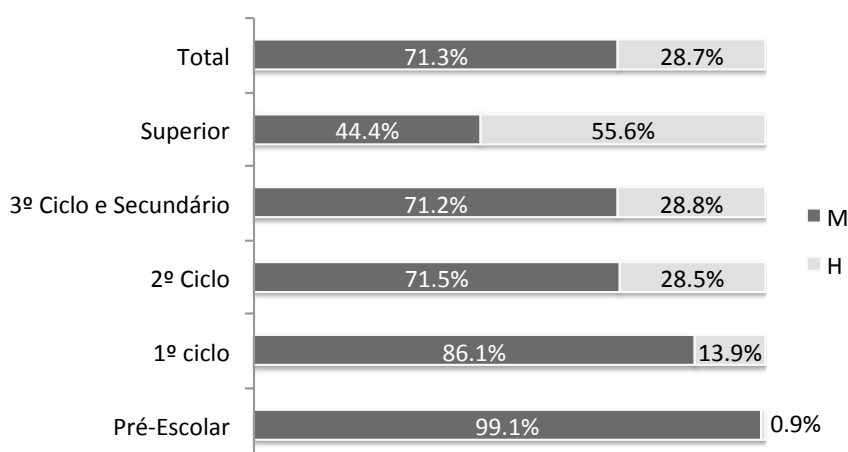
sociodemográficas diversas. As suas conclusões apontam para a presença de discursos essencialistas e, embora em muito menor grau, de discursos de resistência. Essencializar as diferenças entre mulheres e homens em posições de liderança (nos seus comportamentos e estilos de liderança) implica, neste caso, enfatizar as qualidades “próprias” das mulheres e, ao mesmo tempo, negar a existência de relações de poder assimétricas, numa lógica individual de meritocracia e alimentando o mito da mulher “especial” (Nogueira, 2009). Apoiando-se na ideia de meritocracia, estes discursos enquadram-se numa perspectiva individualista de mobilidade social (Oliveira *et al.*, 2010), ao passo que o discurso da resistência reconhece esse poder, assimétrico, e mobiliza características ou competências construídas pela experiência e não comuns às mulheres em geral (Nogueira, 2009).

As mulheres em posições de liderança representam, pois, aquilo que Léon designa de “elites discriminadas” (León, 1994), remetendo para a ideia paradoxal da pertença a um grupo com poder e ao mesmo tempo de submissão a lógicas discriminatórias. A isto junta-se que, pelo facto da perspectiva essencialista ser a dominante, onde as mulheres líderes são vistas como “super mulheres”, casos excepcionais, “capaz[es] de grande sucesso profissional e, ao mesmo tempo, mantendo uma função principal no seio da família” (Oliveira *et al.*, 2010, p. 251), são também “elites isoladas”: isoladas da elite masculina e isoladas das restantes mulheres que não detêm as tais características particulares (León, 1994).

Mesmo em actividades profissionais com uma elevada taxa de feminização, como é a do ensino, os lugares mais elevados são preenchidos sobretudo por homens, remetendo para a metáfora das *glass escalators*, que representa o facto dos homens beneficiarem da posição minoritária em profissões onde predominam mulheres, quer no que diz respeito às oportunidades de promoção quer da rapidez com que as conseguem (Budig, 2002; Hultin, 2003; Maume, 1999; Santos & Amâncio, 2014; C. Williams, 2013).

Numa análise dos docentes por nível de ensino, observa-se que, à medida que o nível aumenta, a proporção de professoras diminui, passando de 99,1% no pré-escolar para 44,4% no ensino superior (Figura 9).

Figura 9. Pessoal docente por sexo e nível de ensino, 2014 (%)



Fonte dos dados: DGEEC/MEd - MCTES (2015c, 2016a, 2016b).

Mas mesmo ao nível do ensino superior, as diferenças entre a proporção de homens e mulheres é reveladora de diferenças de género. O trabalho de Batel, Oliveira, Nogueira e Amâncio (2006) identifica essas assimetrias ao estudar as diferenças de género em profissões científicas. Partindo da premissa de que a progressão na carreira e o reconhecimento do mérito não parecem ser independentes do género (*e.g.*, Valian, 1999), as autoras observam uma estagnação das mulheres na carreira académica⁸⁴, com um período de permanência na mesma categoria (professor/a auxiliar e professor/a associado/a) muito superior relativamente aos homens. Um exemplo claro destas assimetrias é o facto das autoras não terem encontrado qualquer mulher nas categorias de professor/a associado/a e de catedrático/a na área da Química, ainda que, entre 1970 e 2004, o número de doutoradas na área (430) seja bastante superior ao de doutorados em Química (333) (Batel *et al.*, 2006). Também a nível internacional, os dados revelam uma forte assimetria entre mulheres e homens nas instituições de ensino superior (Klenke, 2011) e uma segregação nas carreiras de investigação científica, onde homens e mulheres a explicam recorrendo a motivos de ordem inata (características inerentes a cada um dos sexos) e a preferências pessoais (Ecklund *et al.*, 2012).

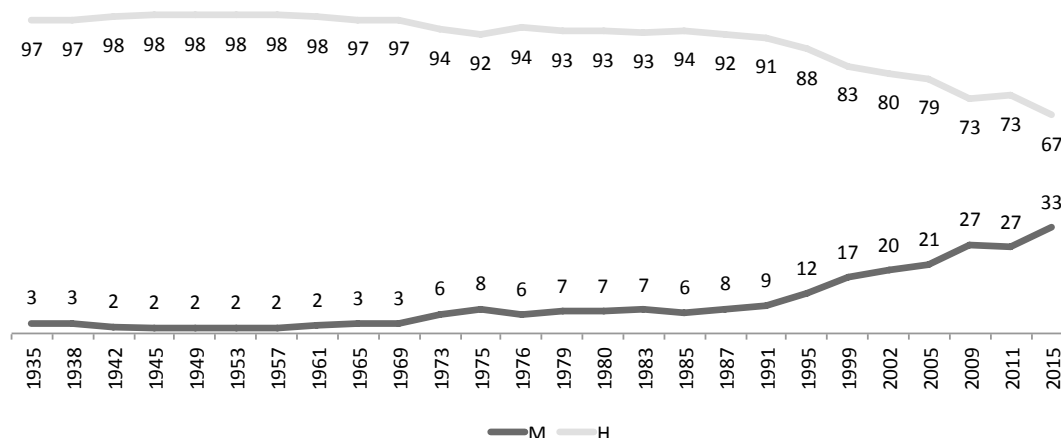
⁸⁴ Estudo com uma amostra não representativa da população docente, centrada nas áreas científicas de Economia, Química e Matemática.

Um estudo realizado em 2004 por Lisboa, Frias, Roque e Cerejo (2006) sobre as elites políticas (cargos de nomeação) e económicas no Portugal democrático veio revelar a crescente, mas fraca, participação das mulheres em posições de liderança. A principal conclusão retirada pelos/as autores/as é a de que às mulheres estão associados sobretudo lugares de apoio à decisão e que elas se posicionam em níveis hierárquicos inferiores aos dos homens.

Os dados relativamente à presença das mulheres em cargos políticos serão analisados em muito maior detalhe em capítulo autónomo. Contudo, neste momento, importa ter uma ideia global do cenário da participação das mulheres nas elites políticas.

No caso das eleições legislativas, observa-se um crescimento muito lento da proporção de mulheres no Parlamento (Figura 10). As primeiras mulheres acederam a este órgão de poder ainda durante o Estado Novo, como vimos anteriormente. Mas foi no final do regime ditatorial que os números começaram a aumentar, ainda que muito gradualmente. Só em meados dos anos 90 do séc. XX é que a proporção de mulheres no Parlamento passou os 10%, situando-se, nas últimas eleições de 2015, nos 32,6%.

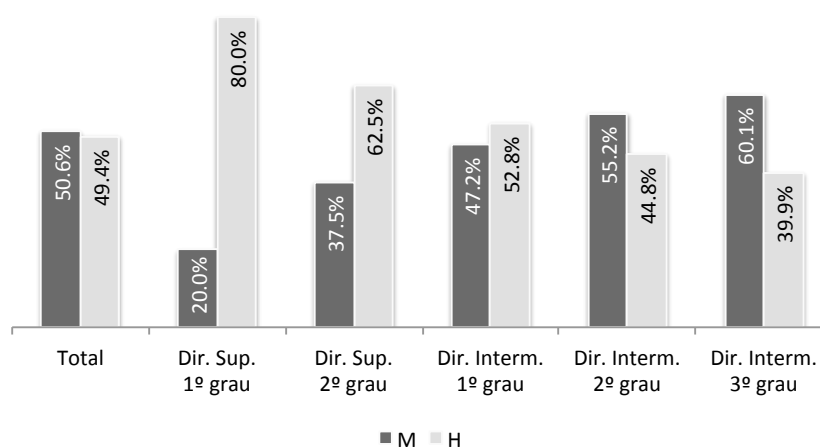
Figura 10. Mandatos na Assembleia Nacional/Assembleia da República por sexo, 1935-2015 (%)



Fonte dos dados: Assembleia da República (2015); Castilho (2007); SGMAI (2016a).

Também no caso das administrações públicas, as conclusões de Lisboa *et al.* (2006) se evidenciam. Apesar de, globalmente, o número de mulheres e homens ser muito semelhante, observa-se que, à medida que se sobe na hierarquia dentro da classe de dirigentes destas administrações, a proporção de mulheres desce, numa tendência linear (Figura 11). Se 60,1% dos/as dirigentes intermédios/as de 3º grau são mulheres, no topo desta hierarquia, dirigentes superiores de 1º grau, a proporção de mulheres desce para os 20,0%, como se observa na figura seguinte.

Figura 11. Dirigentes no sector das administrações públicas por cargo e por sexo, 2014 (%)



Fonte dos dados: INE (2016a).

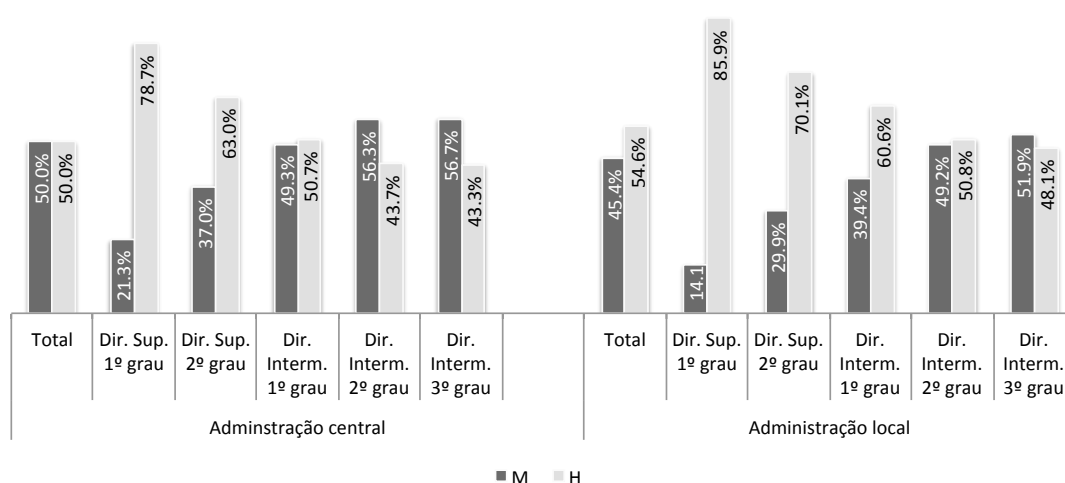
Numa análise mais fina, por subsector de administração (central e local), a tendência mantém-se, sendo que as assimetrias se agravam no caso da administração local, algo que também observaremos no caso das elites políticas⁸⁵.

Tal como está patente na figura seguinte (Figura 12), no subsector central das administrações públicas, encontramos, em termos globais, uma participação equilibrada de homens e de mulheres (50,0% para cada um dos sexos). Mas, novamente, a subida na hierarquia revela uma grande diminuição no número de mulheres: se no cargo hierarquicamente mais baixo (direcção intermédia de 3º grau) as mulheres representam 56,7%, já no mais elevado (direcção superior de 1º grau),

⁸⁵ Como veremos mais adiante, a participação das mulheres nas elites políticas locais tem sido sempre mais reduzida que no poder central.

elas representam apenas 21,3%. No subsector da administração local, a situação agrava-se um pouco. Não só os homens passam a representar mais de 50% do total do/as dirigentes da administração (54,6%) como a diferença na proporção entre homens e mulheres no cargo mais elevado atinge os 71,8 pontos percentuais: de entre os/as directores/as superiores/as de 1º grau, 14,1% são mulheres e 85,9% são homens.

Figura 12. Dirigentes no sector das administrações públicas por sexo, subsector de administração e cargo, 2014 (%)

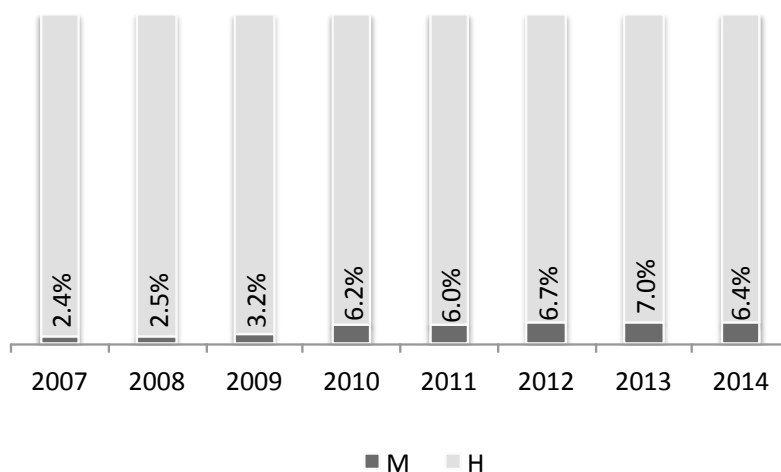


Fonte dos dados: INE (2016a).

Ao nível das empresas, a proporção de mulheres em cargos de topo é ainda menor. No conjunto das empresas pertencentes às vinte maiores empresas portuguesas cotadas em bolsa, encontramos apenas, em 2014, 6,4% de mulheres nos conselhos de administração (

Figura 13). Apesar de se notar algum aumento relativamente a anos anteriores (2007 a 2009), a representação de homens e de mulheres está longe de um equilíbrio.

Figura 13. Membros do conselho de administração das empresas do PSI-20 por sexo, 2014 (%)



Fonte dos dados: INE (2015i).

Lisboa *et al.* (2006), no seu estudo que incidiu sobre os quadros de topo de 50 empresas, encontram valores igualmente reduzidos e acrescentam que

“os dados apontam para uma diferenciação de esferas de poder e influência segundo o sexo: as mulheres ligadas a cargos de apoio à decisão (Direcção) e os homens associados ao exercício de poder (Administração), reproduzindo assim uma estrutura de papéis de género, que tende a associar o feminino ao suporte da decisão e o masculino ao estratégico, à iniciativa e à acção” (Lisboa *et al.*, 2006, pp. 174-175).

Ainda que sejam inegáveis os progressos na direcção da construção de um quadro igualitário, as esferas de topo parecem ser ainda círculos onde as assimetrias de género se manifestam de forma bastante vincada. De facto, e como fizemos notar no que diz respeito às elites ministeriais, o “topo do topo” constitui-se como uma esfera de ainda mais difícil acesso no contexto da hierarquia política. No mesmo sentido, podemos perceber que, nas diferentes hierarquias analisadas, a proporção de mulheres diminui à medida que se sobe para níveis superiores.

Passaremos de seguida à análise das dificuldades de conciliação da vida profissional e da vida pessoal e familiar que, como já apontámos anteriormente, se constitui como um factor relevante no conjunto dos condicionamentos da

participação das mulheres na vida política (Corrin, 1992; Moghadam, 2003; Norris & Lovenduski, 1995; Shvedova, 2005).

4.3. Conciliação entre a vida profissional e pessoal e familiar

As diferenças de género na articulação entre as esferas profissional e da vida pessoal e familiar tem sido teorizada por diferentes perspectivas, sendo a do conflito e a do *spillover* as que reúnem maior consenso. Se, na primeira, a questão é abordada pela via do conflito sentido entre os papéis desempenhados em cada um dos campos, na segunda assume-se a existência de uma reciprocidade entre ambas as esferas, influenciando-se mutuamente (G.G. Santos, 2010).

Greenhaus e Beutell (1985) propuseram um modelo para a análise da articulação das duas dimensões através da ideia do conflito emergente entre papéis sociais. São identificados pelos autores diferentes fontes de conflito que se relacionam com o tempo (sendo o tempo um recurso limitado, dedicar muito tempo a uma dimensão retira tempo à outra), com o esforço excessivo (demasiada tensão, ansiedade, fadiga, por exemplo, no desempenho de um dos papéis diminui a capacidade de desempenhar o outro papel) e com o comportamento (o que é exigido num dos campos pode ser incompatível com o que é solicitado no outro em termos de comportamento). A investigação desenvolvida pelos autores revela ainda que, por um lado, existe uma maior probabilidade de interferência do trabalho na família do que o contrário e, por outro lado, que as mulheres experienciam níveis mais elevados de conflito entre as duas esferas do que os homens.

Já o modelo de *spillover*, que remete para a ideia de reciprocidade, encara as duas esferas como um contínuo, sem a existência de fronteiras: a insatisfação numa alastra-se à outra (G.G. Santos, 2010).

Teorias mais recentes parecem integrar estas diferentes perspectivas, naquilo que se designa como a *boundary theory*, uma transição fluida entre os diversos papéis sociais assumidos (Ashforth, Kreiner, & Fugate, 2000). Aqui, a relação que

cada pessoa estabelece entre as duas esferas varia num contínuo que vai da completa separação à integração dos dois mundos (Nippert-Eng, 1996).

Independentemente das estratégias individuais encontradas para a conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, a questão deve passar também pelo que é tido como o/a trabalhador/a ideal, questionando o funcionamento das organizações, não assumindo que as estruturas organizacionais (no que respeita às funções, às imagens, às regras ou aos processos de interacção social) são neutros em termos de género (Acker, 1990; C.L. Williams, Muller, & Kilanski, 2012). O conceito abstracto de trabalhador/a ideal remete para um ser dessexualizado e sem emoções, sempre disponível em termos de tempo, de mobilidade, de dedicação e de envolvimento (G.G. Santos, 2010). O desequilibrado papel de homens e mulheres nas esferas pública e privada faz com que sejam os homens quem mais se aproxime daquela idealização. Isto porque “os/as empregadores/as continuam a acreditar nos estereótipos sexuais que pressupõem invariavelmente uma maior orientação das mulheres para a família e dos homens para o trabalho, o que influencia as suas decisões e escolhas e cria desigualdades de género” (G.G. Santos, 2010, p. 117).

Em linha com investigações anteriores (S.M. Bianchi, Milkie, Sayer, & Robinson, 2000; Lyonette & Crompton, 2015; Perista, 1999, 2002; M.C. Silva, Jorge, & Queiroz, 2012), os dados que apresentamos de seguida mostram a desigual distribuição do trabalho não pago entre homens e mulheres, não apenas no que diz respeito à quantidade mas também em termos funcionais: são as mulheres quem mais se encarrega do trabalho doméstico e as tarefas que elas e eles desempenham são de natureza diferente.

Os dados disponíveis para a divisão das diferentes formas de trabalho entre sexos evidenciam claras desigualdades. Ainda que as mulheres tenham, em média, menos tempo semanal de trabalho pago (cerca de quatro horas menos), elas têm

muitas mais horas semanais de trabalho não pago⁸⁶ que os homens, diferença que atinge as 11 horas semanais, como se observa nas figuras seguintes.

Figura 14. Duração média semanal das diferentes formas de trabalho – Mulheres, 2010

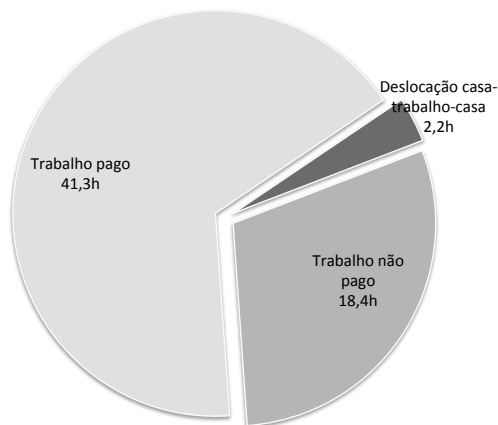
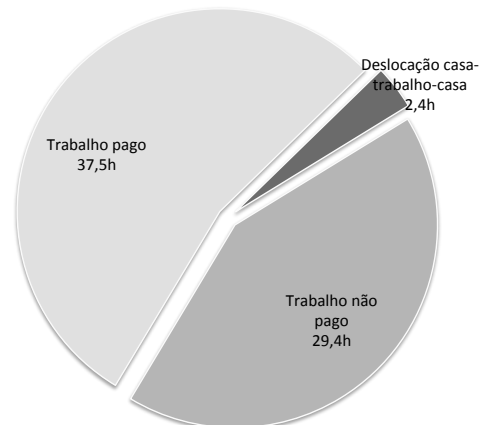


Figura 15. Duração média semanal das diferentes formas de trabalho – Homens, 2010



Fonte dos dados: Cálculos próprios com base em European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2012).

Apesar de não termos encontrado uma diferença estatisticamente significativa entre a duração das deslocações pendulares ($U = 94970,5$; $p = 0,821$)⁸⁷, vários estudos têm mostrado padrões de mobilidade diferenciados entre homens e mulheres, assentes na divisão sexual do trabalho, sobretudo no que diz respeito aos modos de deslocação e às distâncias percorridas. Têm revelado também que “mesmo em áreas urbanas, o custo e as características da oferta de transporte público, os percursos e os horários desajustados às necessidades das mulheres [...] na sua dupla qualidade de trabalhadoras e mães, que requerem destinos de viagens fora dos períodos de ponta” (Gaspar, Queirós, Costa, & Henriques, 2009, p. 29).

Assim, no conjunto destas actividades (trabalho pago, trabalho não pago e deslocações de e para o trabalho), os homens despendem semanalmente, em

⁸⁶ O trabalho não pago corresponde a uma agregação das variáveis relativas ao tempo despendido, em média, com cuidar dos filhos ou netos, com cozinhar ou fazer a lida da casa, com cuidar de familiares idosos ou incapacitados e com jardinagem ou reparações. Os dados para o número de horas em trabalho pago, de deslocações e de trabalho não pago dizem respeito apenas à população empregada.

⁸⁷ Recorreu-se à aplicação do teste de Mann-Whitney já que não estão cumpridos os pressupostos de normalidade do teste t . Ver Anexo I.

média, 62 horas. Já as mulheres gastam, em média, 69,3 horas, ou seja, mais 7 horas semanais que os homens, revelando também uma assimetria na disponibilidade de tempo de lazer de uns e de outras.

Fazendo uma análise mais desagregada, as mulheres despendem significativamente mais tempo que os homens no cuidado dos filhos ou netos ($U = 9040,0; p < 0,001$)⁸⁸ e a cozinhar ou a fazer a lida da casa ($U = 8722,5; p < 0,001$)⁸⁹.

Não é, contudo, apenas a quantidade de tempo que é um sintoma das desigualdades de género: o tipo de tarefas levadas a cabo por homens e mulheres revela uma distinção clara nos seus papéis sociais. Recorrendo a um conjunto de dados mais antigo, do Inquérito aos Usos do Tempo, de 1999 (

⁸⁸ Ver Anexo I.

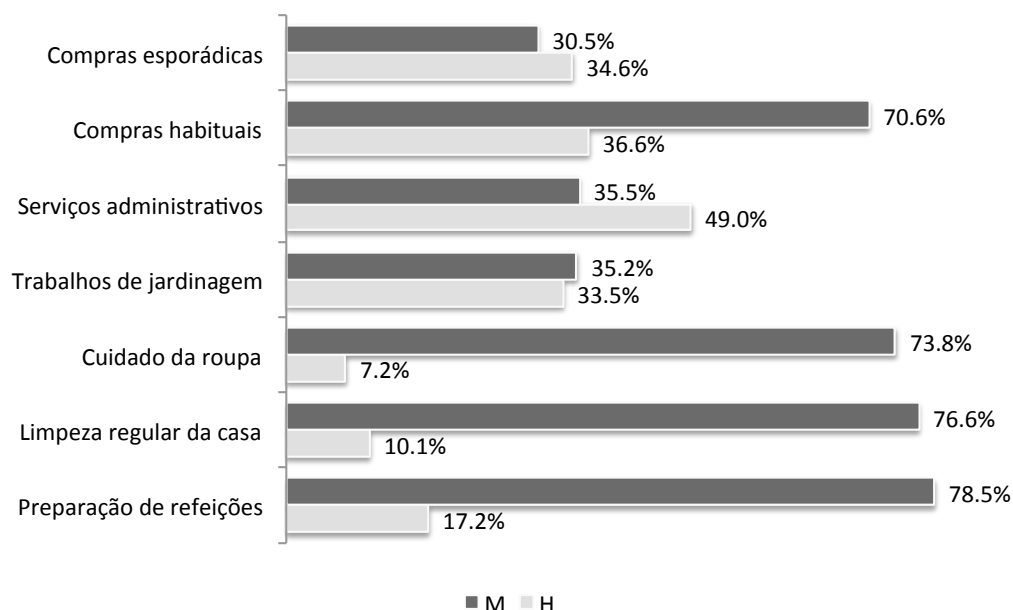
⁸⁹ Foi ainda possível aferir que os homens despendem significativamente mais tempo a cuidar de familiares idosos ou incapacitados ($U = 38,0; p = 0,019$). No entanto, consideramos que estes dados devem ser lidos com alguma reserva uma vez que se referem a apenas 28 casos. Em relação às tarefas de jardinagem e reparações o número de casos é extremamente reduzido pelo que não foi possível nenhuma análise estatística. Ver Anexo I.

Figura 16), percebe-se que, enquanto que as mulheres normalmente tratam das refeições, da roupa, da limpeza, e das compras habituais, os homens encarregam-se das tarefas ditas mais “racionais” relacionadas com a gestão doméstica, como pagar contas ou tratar dos impostos, bancos, seguros (CITE, s.d.).

Em todo o caso, os dados recolhidos mais recentemente no âmbito de um projecto de investigação acerca das desigualdades de género no trabalho e na vida privada (2007-2011), ainda que não representativos da população portuguesa, corroboram estas conclusões⁹⁰ (M.C. Silva *et al.*, 2012), revelando algum imobilismo nesta dimensão.

⁹⁰ Os resultados deste projecto (PTDC/SDE/72257/2006) revelam que as mulheres estão mais associadas a “tarefas relativas às lides domésticas, mais rotineiras e menos valorizadas” (M.C. Silva *et al.*, 2012, p. 145), estando os homens sobrerrepresentados nas reparações domésticas e, menos expressivamente, nas tarefas administrativas e de contactos com serviços.

Figura 16. Divisão das tarefas domésticas pelos agregados domésticos privados por sexo, frequência de realização das tarefas domésticas⁹¹ e tipo, 1999 (%)



Fonte dos dados: INE (1999).

Um outro estudo, enquadrado numa rede internacional sobre a divisão do trabalho (pago e não pago) entre homens e mulheres, chega a conclusões muito semelhantes: de entre casais em que ambos os membros exercem uma profissão, os homens encarregam-se sobretudo dos assuntos financeiros e administrativos do agregado e ainda de actividades como jardinagem, bricolage e manutenção do carro. Todas as restantes actividades são asseguradas principalmente pelas mulheres, como a preparação de refeições, lavar a loiça, limpar a casa e tudo o que se relaciona com o cuidado de crianças e idosos (Torres *et al.*, 2005). Também V. Ferreira (1999) retirou conclusões similares, através de um inquérito aplicado a homens e mulheres em relação de conjugalidade (ambos com trabalho fora de casa). A autora encontra uma divisão das tarefas domésticas que remete para uma clara divisão de género, com os homens a desempenhar tarefas sobretudo ligadas a espaços exteriores à casa (conduzir a família em viagem, lavar o carro, ir a repartições públicas, entre outras) e com as mulheres a realizar actividades dentro do espaço da casa (arrumar a casa, preparar refeições, tratar da roupa, entre outras).

⁹¹ As percentagens apresentadas dizem respeito à agregação das categorias “sempre” e “com frequência” relativamente à frequência da realização das tarefas domésticas.

Os dados do módulo *ad hoc* ao Inquérito ao Emprego⁹² de 2010 (INE, 2010), sobre as conciliação da vida profissional com a vida familiar, corroboram o que temos vindo a revelar, evidenciando uma clara diferenciação entre homens e mulheres no que diz respeito à partilha dos cuidados. É possível perceber a existência de uma relação clara e estatisticamente significativa ($\chi^2_{(3)} = 93488,68, p < 0,001$) entre as mulheres e o cuidado regular de crianças até aos 15 anos e/ou de outras pessoas dependentes com mais de 15 anos (a relação entre as categorias foi aferida através da análise dos resíduos estandardizados ajustados⁹³)⁹⁴. À necessidade de não trabalhar ou de trabalhar a tempo parcial por motivos de conciliação (mais concretamente devido à falta de serviços de acolhimento) aplica-se o mesmo padrão ($\chi^2_{(3)} = 4960,24, p < 0,001$): são as mulheres que maior probabilidade têm de assumir o papel de cuidadoras, em detrimento da sua actividade profissional⁹⁵. Também as mulheres já viram mais vezes, relativamente aos homens, o seu horário de trabalho reduzido para cuidar do filho mais novo⁹⁶ ($\chi^2_{(3)} = 34002,65, p < 0,001$) ou deixaram de trabalhar pelo mesmo motivo⁹⁷ ($\chi^2_{(5)} = 69635,80, p < 0,001$).

A questão do trabalho e do emprego e da conciliação da vida profissional e familiar não podem, no entanto, ser analisadas autonomamente. Estas desigualdades, que têm na sua base uma assimetria de poder entre homens e mulheres, correspondem, na prática, a um ciclo vicioso de reprodução: “there is a reciprocal relation between the labour market and the family, with women's economic disadvantage in the labour market influencing their domestic role in the

⁹² O Inquérito ao Emprego é aplicado trimestralmente pelo INE a uma amostra representativa da população portuguesa. Esta é uma amostra de grande dimensão (n superior a 22000 unidades de alojamento) da população portuguesa (em painel com um esquema de rotação). Ao módulo *ad hoc* responderam pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

⁹³ Para uma explicação acerca dos resíduos, ver Anexo I.

⁹⁴ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Cuida regularmente de outras crianças com menos de 15 anos de idade ou de pessoas dependentes”: $r_{M;crianças<15anos} = 174,4$; $r_{M;dependentes>15anos} = 194,0$; $r_{M;ambos} = 131,0$; $r_{H;não} = 299,0$.

⁹⁵ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Não trabalha ou trabalha a tempo parcial devido à falta de serviços de à falta de serviços de acolhimento [SdA]”: $r_{M;falta SdA crianças} = 58,4$; $r_{M;falta SdA dependentes} = 28,6$; $r_{M;falta SdA ambos} = 24,4$; $r_{H;não} = 69,5$.

⁹⁶ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Redução do horário de trabalho, durante pelo menos 1 mês, para cuidar do filho mais novo”: $r_{M;sim} = 184,4$.

⁹⁷ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Deixou de trabalhar, durante pelo menos 1 mês, para cuidar do filho mais novo”: $r_{M;1-3meses} = 127,7$; $r_{M;3-6meses} = 170,9$; $r_{M;6-12meses} = 59,8$; $r_{M;>1ano} = 74,9$; $r_{M;continua sem trabalhar} = 100,0$; $r_{H;não} = 258,6$.

family, which in turn reduces women's ability to participate to their full potential in the public sphere” (Arber & Ginn, 1995, p. 40). As mesmas autoras, que apresentam um modelo para esta relação entre um rendimento mais baixo das mulheres e a falta de poder destas na esfera privada, consideram que as desigualdades no mercado de trabalho mantêm a imagem do marido como o ganha-pão do agregado. Isto faz delas as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, o que, por sua vez, limita as suas possibilidades no mercado de trabalho na medida em que “because both their husbands and society generally place the responsibility for childcare and other domestic work upon women, their choices are heavily constrained in a way that men's are not” (Arber & Ginn, 1995, pp. 22-23).

Aliás, a teoria da preferência, ou seja, que o comportamento das mulheres relativamente às decisões que dizem respeito ao mercado de trabalho podem ser explicadas por preferências ou atitudes (Hakim, 1992), é muitas vezes usada para justificar a ausência, ou fraca presença, das mulheres em determinadas esferas. De facto, a preferência enquanto principal motor da escolha das mulheres entrarem ou não no mercado de trabalho e de investirem ou não na carreira profissional tem vindo a ser desmistificada. Diversos estudos têm mostrado que, apesar das preferências pessoais poderem ter algum impacto, elas têm de ser analisadas em ligação às estruturas sociais (papéis sociais de género, características sociodemográficas, entre outros) e aos contextos institucionais (*e.g.*, políticas públicas de conciliação) (Arber & Ginn, 1995; Carrilho, 2000; Gash, 2008; Yerkes, 2013).

Retomando a análise da participação das mulheres no mercado de trabalho, “[as mulheres] constituíam, como continuam a constituir hoje, a maioria nos empregos em tempo parcial, nos contratos a curto prazo, nos contratos de subcontratação, no trabalho familiar não remunerado, no trabalho doméstico não remunerado, no subemprego e no trabalho atípico, mesmo no setor público” (V. Ferreira & Monteiro, 2013, p. 41).

Todas as desigualdades anteriormente apresentadas, patentes nas disparidades salariais, na proporção de mulheres e homens por tipo de contrato e por regime de duração do trabalho, constituem-se como indicadores de uma posição

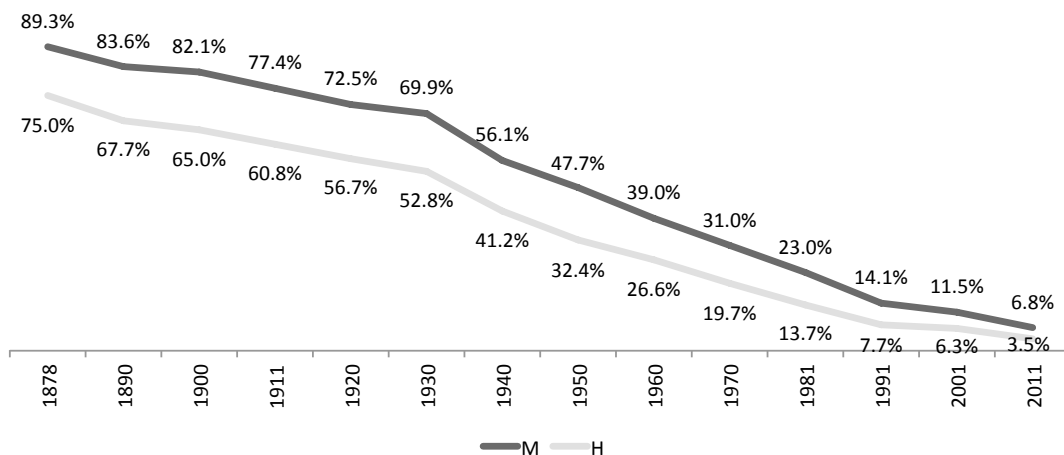
de maior fragilidade das mulheres no mercado laboral e, ao mesmo tempo, na esfera familiar: o valor mais baixo atribuído ao trabalho das mulheres faz com que sejam elas a abdicar do seu emprego quando isso é necessário em favor da gestão familiar.

4.4. Educação

Um dos principais motivos apontados para as dificuldades de mobilização das mulheres e da constituição de massa crítica feminina em torno das questões da desigualdade entre sexos tem sido os seus baixos níveis educacionais. Efectivamente, e como sublinha Samara, “é necessário ter as ferramentas críticas para repensar séculos de dominação e de imposições de modelos” (2007, p. 177).

De facto, Portugal caracteriza-se, até algumas décadas atrás, por elevadas taxas de analfabetismo que, nos últimos 133 anos, têm vindo a baixar consistentemente. Como se observa na figura seguinte (Figura 17), passámos de valores de analfabetismo, nas mulheres, na ordem dos 89% no final do séc. XIX para pouco menos de 7% em 2011. Esta foi uma tendência comum, em todo o caso, aos homens: se em 1878 a taxa de analfabetismo se situava nos 75%, actualmente não ultrapassa os 3,5%.

Figura 17. Taxa de analfabetismo⁹⁸ por sexo, 1878-2011 (%)



Fonte dos dados: INE (1881, 1913, 1923, 1945, 1952, 2015j).

Como sistematiza Helena Araújo (2010), a articulação entre a educação formal e o mercado de trabalho tem sido abordada sob diferentes perspectivas. Na visão funcionalista de Talcott Parsons, esta articulação “foi sustentada acentuando sobretudo a eficácia de uma igualdade de oportunidades de acesso a relações sociais que promoveriam e se sustentariam no mérito individual” (H.C. Araújo, 2010, p. 217). Perspectivas subsequentes olharam para a escola como reprodutora das desigualdades, assente numa lógica dicotómica de trabalho mental e trabalho manual, desigualmente valorizados, que teriam o seu equivalente no mercado de trabalho. Estas perspectivas, presentes nomeadamente na obra de Bourdieu e Passeron (1990), contestam a ideia da escola como um sistema neutro e ideologicamente autónomo. Situando-se estas abordagens sobretudo ao nível das desigualdades de classe, surgiram, na década de 90, outras que, seguindo a mesma perspectiva da escola enquanto mecanismo de reprodução das desigualdades, se

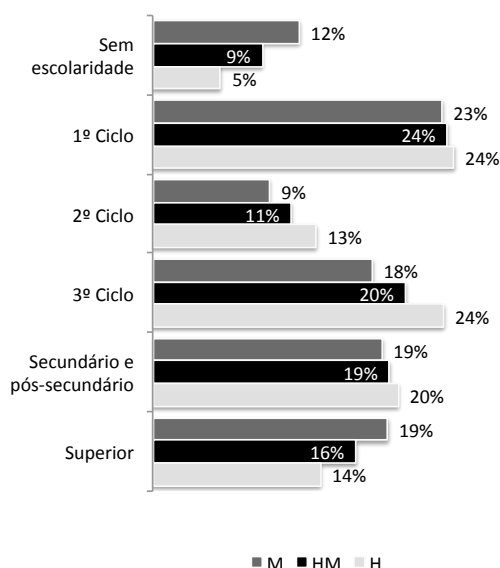
⁹⁸ Ao longo do período apresentado, a taxa de analfabetismo foi calculada de forma diferenciada, seja pelas diferentes formas de cálculo convencionadas ao longo do tempo, seja pela disponibilidade dos dados. Assim, as taxas de analfabetismo foram calculadas da seguinte forma: para 1878 corresponde a ((População de facto que não sabe ler nem escrever / População de facto) * 100); entre 1890 e 1911 corresponde a ((População residente com 7 e mais anos que não sabe ler nem escrever / População residente com 7 e mais anos) * 100); entre 1920 e 1940 corresponde a ((População residente com 7 e mais anos que não sabe ler / População residente com 7 e mais anos) * 100); para 1950 corresponde a ((População presente analfabeta com mais de 7 anos / População presente com mais de 7 anos) * 100); entre 1960 e 2011 corresponde a ((População residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever / População residente com 10 e mais anos) * 100).

focaram em grupos específicos (como os estudos sobre o sucesso escolar das raparigas). Como refere Sérgio Grácio, a ligação entre a educação e o mercado de trabalho centrou-se sobretudo nos “processos reprodutores da divisão sexual do trabalho, através da transmissão, tácita ou explícita, e presente em padrões de interacção na sala de aula e em conteúdos de ensino, de estereótipos sexuais que reforçam as características tradicionais das identidades sexuais” (Grácio, 1997, p. 50), ou seja, sobretudo nos padrões de reprodução não questionando a produção, desses mesmos padrões.

A abordagem pela via dos estudos feministas e de género começaram a integrar a questão da educação na estrutura de oportunidades das mulheres na medida em que, num contexto de alargamento da presença das mulheres nos vários ciclos de ensino, o acesso à educação, nomeadamente superior, lhes permitiu afastarem-se dos “confinamentos estreitos da domesticidade” (Arnot, David, & Weiner, 1999, p. VIII).

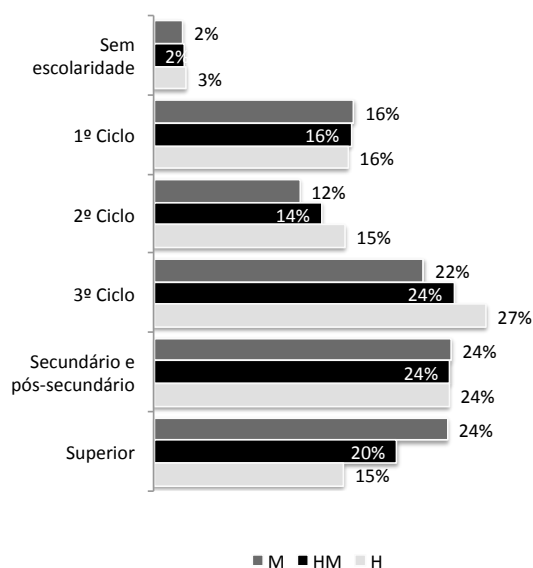
Os níveis de escolaridade da população portuguesa têm, portanto, vindo a aumentar, fruto também do aumento da escolaridade obrigatória. Facto que é também visível comparando os níveis da escolaridade da população com mais de 15 anos com a população em idade activa (15 a 64 anos). No primeiro caso (Figura 18), são 9% os/as portugueses/as sem escolaridade ao passo que, no segundo caso (Figura 19), o valor desce para os 2%.

Figura 18. Nível de escolaridade da população com 15 e mais anos por sexo, 2014 (%)



Fonte dos dados: INE (2015f).

Figura 19. Nível de escolaridade da população com 15 a 64 anos por sexo, 2014 (%)



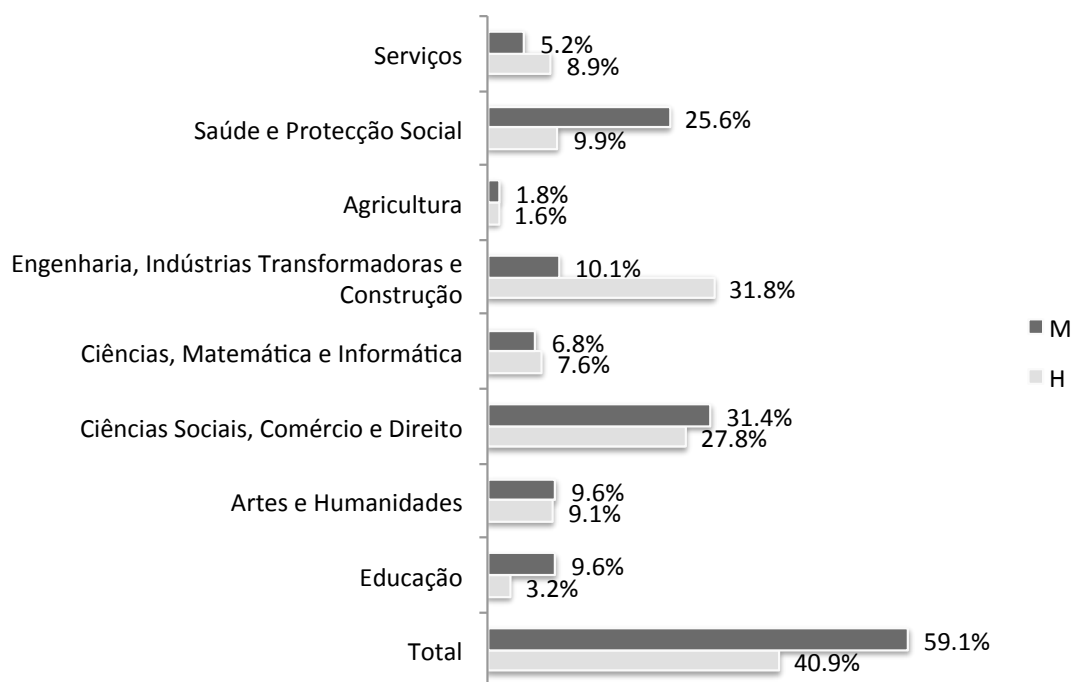
Fonte dos dados: INE (2015g, 2015h).

O aumento da escolaridade ao longo das gerações teve um impacto mais significativo nas mulheres, senão vejamos: ao considerar todas as mulheres com mais de 15 anos, são 12% as que não têm credenciais escolares; quando consideramos as mulheres em idade activa, o valor reduz-se para os 2%. Posto de outra forma, de entre as mulheres que não têm nenhum grau de escolaridade, 85,3% têm 65 ou mais anos (INE, 2015g). Ainda que uma tendência semelhante se verifique para os homens, ela é menos vincada: de entre os homens sem escolaridade, 61,8% têm 65 ou mais anos (INE, 2015h).

Considerando a população activa, que representa o segmento da população mais jovem e, portanto, que mais beneficiou do aumento generalizado da aquisição de credenciais educacionais, observa-se um equilíbrio entre os sexos ao nível do 1º ciclo e do ensino secundário e pós-secundário. Encontra-se ainda uma subrepresentação das mulheres ao nível dos 2º e 3º ciclos que é compensada por uma maior proporção no ensino superior, relativamente aos homens.

Centrando-nos agora no ensino superior, uma análise por área de educação e formação permite identificar diferenças que configuram desigualdades de género. Os dados de 2014 (Figura 20) revelam que é nas áreas das Ciências Sociais, Comércio e Direito e da Saúde e Protecção Social onde encontramos mais mulheres: 31,4% das mulheres e 27,8% dos homens diplomaram-se na primeira área; 25,6% das mulheres e apenas 9,9% dos homens terminaram o curso na segunda. Também a área da Educação se apresenta como uma opção mais expressiva para as mulheres: 9,6% das diplomadas optaram por esta área enquanto que esta opção foi escolhida apenas por 3,2% do total dos homens. Por outro lado, a desproporção na área da Engenharia, Indústrias transformadoras e Construção é também notória, com apenas 10,1% das diplomadas a terminarem o curso nesta área, ao passo que esta representa a opção de 31,8% dos homens.

Figura 20. Diplomados/as por áreas de educação e formação, por sexo, 2014 (%)

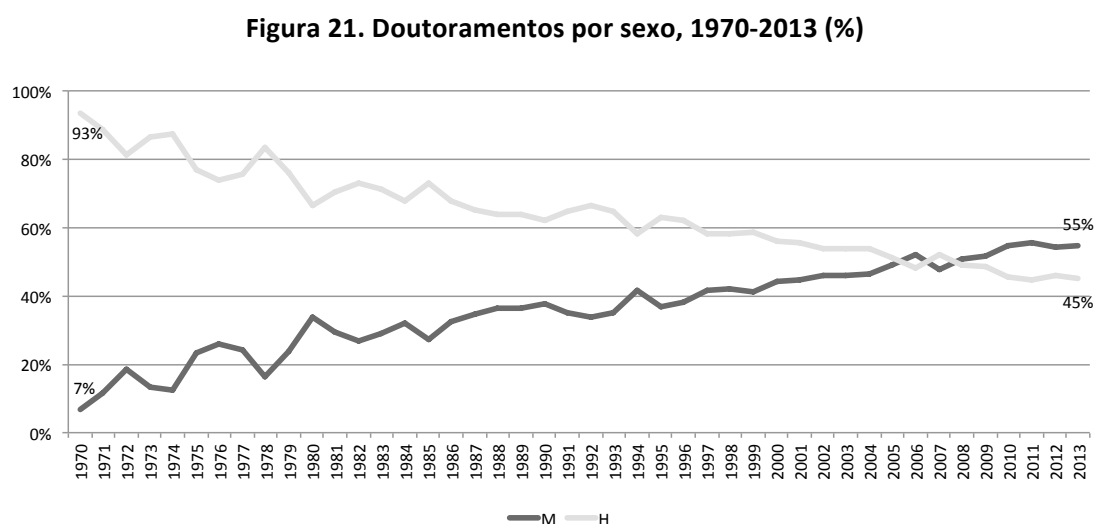


Fonte dos dados: DGEEC/MEd - MCTES (2015a, 2015b).

Esta é, ainda assim, uma análise demasiado ampla já que não são contempladas assimetrias mais específicas dentro de cada área de educação e

formação. Estudos realizados a nível nacional têm mostrado que não existe uma homogeneidade dentro das áreas, nomeadamente nas Engenharias (que, globalmente, apresentam uma sobrerepresentação masculina): se na engenharia civil existe um equilíbrio no número de homens e de mulheres, já a engenharia biomédica é sobretudo frequentada por mulheres (Saavedra *et al.*, 2011).

Concretamente no que diz respeito aos doutoramentos, encontramos uma maior proporção de mulheres: em 2013, 54,8% dos doutoramentos terminados em Portugal foram realizados por mulheres, valores bem distantes dos 6,7% em 1970 (Figura 21).



Fonte dos dados: DGEEC/MEd - MCTES (2015d).

Como se observa pelo conjunto de indicadores analisados, a posição mais desfavorável das mulheres, comparativamente aos homens, no mercado de trabalho não é secundada por factores de ordem educacional, nem os níveis de escolaridade podem “só por si justificar esta desvalorização a que o mercado de trabalho as [continua] a votar face aos homens” (Chagas Lopes & Perista, 2010, p. 198).

Para além das qualificações académicas não garantirem às mulheres oportunidades idênticas às dos homens em igualdade de circunstâncias⁹⁹, também face à probabilidade de situação de desemprego, “Um esforço equivalente em escolaridade [rende] muito menos para as mulheres do que para os homens em Portugal” (Chagas Lopes & Perista, 2010, p. 209): ao passo que ter o ensino superior (face ao secundário) diminui a probabilidade de desemprego nos homens em 0,8 pontos percentuais, no caso das mulheres, esta redução é de apenas 0,2 pontos percentuais.

Também nas expectativas, a obtenção de diplomas superiores não impacta de forma semelhante em mulheres e homens: “whereas most men considered themselves to be “fairly satisfied” with their postdoctoral situations in their academic careers, less than one third of the women surveyed expressed a similar opinion, a result that confirms other authors’ findings” (Casaca & Chagas Lopes, 2009, p. 29).

Como faz notar Helena Araújo, “as contribuições da escola parecem ser inegáveis para o desenvolvimento dessa igualdade, sem que no entanto se possa estabelecer uma relação mecânica de que o que se produz na escola tem consequências imediatas e directas no mundo de trabalho” (2010, p. 219). Mormente, a autora distingue ainda, remetendo para a corrente de investigação do final da década de 1990 que se debruçou sobre o sucesso escolar das raparigas, sucesso escolar de sucesso social, já que o melhor aproveitamento escolar das raparigas não se espelha num esbatimento generalizado das desigualdades entre sexos no mercado de trabalho (H.C. Araújo, 2010).

Assim, “as transformações visíveis que afectaram a condição feminina mascaram a permanência das estruturas invisíveis que só pode ser trazida à luz do dia por um pensamento relacional” que permita clarificar a “verdade das relações estruturais de dominação sexual” (Bourdieu, 1999, pp. 91-92). Apesar de não podermos concordar com a formulação de Bourdieu no que diz respeito à “condição

⁹⁹ Esta observação não secunda, assim, uma das conclusões do Instituto Europeu para a Igualdade de Género que afirma que um dos motivos pelos quais as mulheres não chegam a posições de liderança se deve a uma menor probabilidade, face aos homens, de deterem doutoramento (EIGE, 2015).

feminina”¹⁰⁰, o argumento remete para a ideia central deste trabalho: que a desproporção de homens e mulheres no poder político, nomeadamente o local, assenta em lógicas de dominação baseadas no sexo transversais a toda a sociedade e que não têm conseguido ser desmontadas, nem mesmo com os progressos evidentes que foram ocorrendo na sociedade e que procurámos descrever até agora.

Todos estes dados, lidos em conjunto com as sucessivas alterações legislativas favoráveis às mulheres, reforçam a ideia de que as barreiras a elas impostas já não são formais. A naturalização das rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais colectivos ou privados de que nos fala Bourdieu, reificadas e reproduzidas na e pela escola (Jordan & Cowan, 1995; Sadker, Sadker, Fox, & Salata, 1993/94), torna-se então de muito mais difícil desconstrução, dado que a visão androcêntrica tratou, de forma aparentemente neutra, de impor ao biológico uma divisão diferenciada do trabalho, que é hierarquizada, sendo então o corpo, onde se inscreve o capital cultural, a materialização da dominação, do exercício do poder (Bourdieu, 1999).

É na Educação que as mudanças se podem operar na sua forma mais estrutural. E não apenas no que diz respeito à democratização do acesso. Considerando que as elites políticas emergem sobretudo de segmentos da população com níveis de instrução elevados (Burns *et al.*, 2001; Kenworthy & Malami, 1999; Paxton, 1997; Rule, 1981, 1987), as credenciais escolares não podem servir como factor explicativo do afastamento das mulheres das esferas de tomada de decisão política em Portugal. Isto, porque, como vimos, as mulheres estão em vantagem neste domínio relativamente aos homens.

Assim, e considerando a persistência de estereótipos de género que associam as mulheres à esfera privada e a áreas menos privilegiadas socialmente (de menor poder e de capacidade de decisão), julgamos que a Escola se constitui como uma instituição fundamental na redefinição dos processos de socialização. Esta área, basilar na transmissão de saberes e valores, deve estabelecer-se como um domínio

¹⁰⁰ A ideia de uma “natureza feminina” não é a que guia este trabalho. Essencializar características biológicas das mulheres implica legitimar lógicas de discriminação e de dominação dos homens sobre as mulheres.

primordial para a mudança, não apenas enquanto instituição que permite às pessoas “expandir os seus horizontes e desenvolver análises e julgamentos mais informados”¹⁰¹ (Stromquist, 2006b, p. 151), mas também como local privilegiado para o questionamento da forma como as dinâmicas de género operam em todas as dimensões da sociedade (Stromquist, 2006a).

Ainda no contexto da exploração dos factores que condicionam a participação das mulheres na esfera política, e ainda no sentido e procurar dar resposta a duas das questões colocadas para o desenvolvimento deste trabalho (**Q2** e **Q5**, relativas ao condicionamentos da participação das mulheres na política e à eficácia dos mecanismo de promoção de uma participação paritária na política, respectivamente), analisaremos de seguida três diferentes dimensões que se nos afiguram como fundamentais.

Em primeiro lugar (secção 5.1.), exploraremos a questão das medidas de acção afirmativa, na medida em que se constituem, actualmente, como um dos mecanismos eficazes de correcção de desigualdades, nomeadamente as de género no domínio político, sobretudo pelo facto das barreiras que se colocam à participação das mulheres na esfera política não serem barreiras formais, como vimos anteriormente.

Em segundo lugar(secção 5.2.), e porque os partidos políticos se constituem como as instituições dominantes do recrutamento político, analisaremos a participação das mulheres nas estruturas partidárias e ainda o posicionamento de cada uma delas face à promoção interna da igualdade de género.

Por último (secção 5.3.), exploraremos as percepções e atitudes dos/as portugueses/as relativamente ao seu comportamento eleitoral e ao funcionamento da política, bem como a persistência de valores de género na sociedade portuguesa que penalizam as mulheres ao remetê-las para a esfera privada, moldando assim o seu interesse pelas actividades mais públicas e de maior exposição, como é o caso do domínio político.

¹⁰¹ Tradução da autora.

5. A subrepresentação das mulheres no campo político: do recrutamento à eleição

A participação das mulheres em cargos de liderança política tem sido, a nível mundial e ao longo do tempo, particularmente baixa, sobretudo quando comparada com a proporção de mulheres que encontramos em outros sectores da sociedade, nomeadamente no mercado de trabalho e na educação. E este é um padrão que não se verifica apenas em Portugal, revelando claramente que não se tratam de questões socioeconómicas, políticas ou culturais específicas do nosso país, mas antes que esta desigualdade assenta em estereótipos de género generalizados.

Os resultados do mais recente relatório do Fórum Económico Mundial revelam esse mesmo padrão. Nos seus relatórios anuais são calculados índices globais de desigualdade entre homens e mulheres e ainda sub-índices relativos à disparidade entre sexos em quatro áreas: participação económica e oportunidades¹⁰²; educação¹⁰³; saúde e longevidade¹⁰⁴; e empoderamento político¹⁰⁵. Os dados relativos a sensivelmente 200 países mostram que, em 2015, em nenhum onde deles se atingiu uma igualdade de género, ainda que se registem diferenças significativas tanto entre países como entre categorias (World Economic Forum, 2015).

Apesar dos índices agregados não representarem, por definição e na prática, uma imagem completa e exaustiva de cada uma das realidades estudadas, constituem-se como um instrumento útil de observação macro da situação dos diversos países.

De facto, se relativamente ao índice global nenhum país atingiu ainda a plena igualdade entre mulheres e homens, alguns deles estão bastante perto,

¹⁰² Composto a partir da participação no mercado de trabalho, das diferenças salariais e das qualificações (*e.g.*, gerentes, técnicos).

¹⁰³ Composto a partir dos rácios de mulheres e homens nos níveis primário, secundário e terciário e ainda de literacia.

¹⁰⁴ Composto a partir do rácio de nascimentos de mulheres e homens e da esperança de vida (anos saudáveis).

¹⁰⁵ Mede a participação de mulheres e homens nos mais elevados cargos de decisão política através do rácio em posições ministeriais e parlamentares. Contempla ainda o número de anos de mulheres e homens na liderança de executivos (primeiro/a-ministro/a ou presidente) nos últimos 50 anos.

nomeadamente a Islândia, a Noruega e a Finlândia, sendo que Portugal ocupa o 39º lugar.

Na dimensão relativa à educação, 25 países obtiveram o *score* máximo de 1, correspondendo à ausência de diferencial entre mulheres e homens¹⁰⁶, conjunto do qual Portugal não faz parte, encontrando-se em 60ª posição, com um *score* de 0,995. Ainda de referir que o desempenho ao nível da igualdade nesta categoria é bastante positivo: apenas em 21 países as mulheres têm menos de 90% dos resultados educacionais relativamente aos homens (ou seja, apresentam um *score* abaixo de 0,9).

Também na dimensão da saúde e da longevidade, o desempenho da generalidade dos países é bastante elevado, tendo, segundo o mesmo relatório, 40 países atingido a igualdade entre mulheres e homens. Mas, mais uma vez, Portugal não se posiciona nestes lugares cimeiros, ocupando o 79º lugar, com um *score* de 0,973. Esta questão regista o melhor desempenho em termos globais já que nenhum dos países analisados apresenta um índice de igualdade inferior a 0,9.

Já na categoria da participação económica e oportunidades, o desempenho da generalidade dos países analisados é bastante mais baixo, não havendo nenhum país com igualdade plena no que diz respeito à agregação dos indicadores considerados. Apesar de Portugal se encontrar numa posição relativa bem superior à das dimensões anteriores (encontra-se aqui em 46º lugar), o seu índice situa-se nos 0,712, ou seja, com um indicador compósito de desigualdade muito superior.

Deixámos para última a questão do empoderamento político já que este é, de longe, a dimensão com pior desempenho, tanto a nível global como no caso específico português, com um índice de igualdade expressivamente inferior ao registado nas restantes dimensões. Aqui, não só nenhum país apresenta uma igualdade plena, como apenas dois países apresentam um índice superior a 0,6 (Islândia – 0,719; Finlândia – 0,607). Perante um cenário global onde 30 países

¹⁰⁶ O *Global Gender Gap Report* mede diferenciais das mulheres relativamente aos homens, baseando-se no facto de que a desigualdade de género penaliza sobretudo as mulheres. Nesse sentido, o índice foi construído de tal forma que um país sem desigualdade terá o mesmo *score* que outro país onde a desigualdade favoreça as mulheres. Este índice varia, então, entre 0 (desigualdade) e 1 (igualdade).

apresentam um *score* inferior a 0,1, Portugal encontra-se numa posição relativamente elevada, o que representa, não obstante, um fraco desempenho neste sub-índice, correspondente a 0,244. Ainda uma nota final para destacar o facto desta ser a única dimensão em que se encontra um país (Brunei) com um índice igual a zero, ou seja, de plena desigualdade, onde não se encontra qualquer mulher nos indicadores considerados.

Recorremos, numa breve introdução aos números globais da desigualdade entre mulheres e homens, a alguns dados que indiciam desigualdades de género e que enquadram o tema que aqui nos ocupa. Como já vimos anteriormente, em relação ao contexto português, as assimetrias ao nível dos cargos de decisão, nomeadamente de decisão política, não podem ser explicadas por graus de escolaridade mais baixos das mulheres relativamente aos homens já que ele é, para as mulheres, superior ao dos homens.

Representando sensivelmente metade da população mundial – 49,6% em 2015 (USCB, 2015), as mulheres encontram-se subrepresentadas na área política em todo o mundo. Apenas no Ruanda e na Bolívia o número de mulheres no parlamento ultrapassa o dos homens (63,8% e 53,1%, respectivamente) (IPU, 2015). O caso do Ruanda é normalmente apresentado como um modelo de sucesso da aplicação de quotas de género (Burnet, 2011). De facto, um dos factores que mais contribuiu para o aumento do número de mulheres no seu parlamento foi a implementação de quotas, no modelo de lugares reservados, que estabelece um mínimo de 30% de mulheres no Senado e no parlamento (correspondendo, no último caso, a 24 lugares¹⁰⁷) (Powley, 2005). Se considerarmos os dados mais recentes deste país, observamos que a proporção de mulheres no parlamento suplantou em larga medida aquilo que está estabelecido por lei. O caso do Ruanda apresenta um contexto político, económico e social muito diferente do encontrado nos países nórdicos, pelo que os números de uns e outros não devem ser comparados sem demais explicações. Ao passo que nos países nórdicos o estabelecimento de quotas representa uma consolidação de um modelo de aumento gradual da representação

¹⁰⁷ Estes 24 lugares reservados são atribuídos através de um processo eleitoral específico onde apenas mulheres podem concorrer e onde apenas mulheres votam (Powley, 2005).

política das mulheres, no caso do Ruanda as quotas representam um modelo de consolidação dos progressos obtidos no acesso das mulheres a lugares de tomada de decisão (Dahlerup, 2005), naquilo que Dahlerup e Freidenvall (2005) designam de *incremental track*¹⁰⁸ no primeiro caso e de *fast track*¹⁰⁹ no segundo.

Mas não são apenas as quotas que explicam a proporção de mulheres na elite política do Ruanda. A situação demográfica do país após o genocídio de 1994 (70% da população eram mulheres), a mudança dos papéis de género (com um empoderamento das mulheres), e as políticas de promoção dos direitos das mulheres que impactaram na sua participação na esfera pública contribuíram também para um contexto favorável à participação das mulheres na vida política (Burnet, 2011; Powley, 2005).

Já a Bolívia enquadra-se num contexto comum a outros países da América Latina que beneficiaram das mudanças operadas através da implementação de leis de quotas que “demonstrate and reinforce a national political consensus on the importance of promoting more women to positions of power” (Htun, Piscopo, & Bergen, 2015, pp. 40-41). Apesar do país ter legislação, desde 1999, regulamentando uma percentagem mínima de candidatas (30%), em 2010 a lei eleitoral foi alargada, determinando que as listas eleitorais devem ser compostas por 50% de candidatos/as alternados/as de cada um dos sexos. O impacto desta lei foi evidente, passando a proporção de eleitas de 16,9% em 2005 (Roza, Llanos, & Roza, 2011) para 53,1% na eleição de 2014 (IPU, 2015). Ainda de referir que a mesma lei de quotas é também aplicável ao senado e às eleições regionais e locais (International IDEA, Stockholm University, & Inter-Parliamentary Union, 2015a).

A nível mundial, a proporção de mulheres nos parlamentos situa-se nos 22,9%, ao passo que na Europa este valor sobe para os 25,9% (24,4% se excluirmos

¹⁰⁸ O discurso associado à *incremental track* baseia-se na ideia de progressividade: mesmo que levando bastante tempo, a igualdade ao nível da representação é inevitável. Os problemas residem no acesso diferenciado de mulheres e homens aos diferentes recursos políticos e nas atitudes sociais que tendem a limitar as oportunidades das mulheres (Dahlerup & Freidenvall, 2005).

¹⁰⁹ No caso da *fast track*, este discurso baseia-se na ideia de que uma representação igualitária não será historicamente garantida e de é necessário agir de forma mais assertiva no que diz respeito às questões da exclusão e da discriminação (Dahlerup & Freidenvall, 2005).

os países nórdicos que, no seu conjunto, apresentam uma média de 41,1% de mulheres no parlamento) (IPU, 2015).

Várias explicações para uma maior ou menor participação das mulheres na vida política têm sido estudadas, nomeadamente no contexto parlamentar. De entre todos os que já referimos anteriormente, diferentes estudos têm mostrado uma relação entre a participação das mulheres na política, e em cargos de tomada de decisão, e o nível de democracia dos países. Por exemplo, o ano em que as mulheres tiveram acesso ao sufrágio (Kenworthy & Malami, 1999) ou o número de eleições multipartidárias e de anos que decorreram desde que as mulheres puderam concorrer (Reynolds, 1999). Apesar de não ser consensual que um regime democrático potencie, por si só, a participação das mulheres (Paxton, 1997), quando associado a outras dimensões, tem um efeito positivo como, por exemplo, a um Estado Social constitucionalmente consagrado (McDonagh, 2002; Rule, 1981).

Apesar dos níveis de modernização e de desenvolvimento económico serem importantes para o aumento da igualdade de género, estudos mais recentes revelam que, utilizando medidas mais bem especificadas (que integrem não só o nível de participação das mulheres, medido, entre outros, através do número de anos de sufrágio universal, como também o impacto a longo prazo do estabelecimento dos regimes democráticos), a democracia tem um elevado impacto na igualdade de género (Beer, 2009).

Como vimos anteriormente, o sistema político constitui-se como um dos três conjuntos de factores que constroem/potenciam a participação das mulheres nas elites políticas, nomeadamente nos seus órgãos de tomada de decisão (Matland, 1998).

Centrando-nos apenas nesta dimensão, considerada por alguns autores como o mais significativo preditor do recrutamento das mulheres para as elites políticas (Norris, 1985; Rule, 1994b), podemos observar que o sistema político português apresenta, na generalidade, condições favoráveis à participação das mulheres. Vejamos.

Portugal caracteriza-se por um regime político democrático que, como observámos, se constitui como um factor favorável à igualdade de género (Beer, 2009). O direito ao voto das mulheres, ainda que com restrições, está consagrado na legislação desde 1931¹¹⁰, tendo sofrido, ao longo do período do Estado Novo, alargamentos sucessivos, em 1933¹¹¹, em 1934¹¹², em 1935¹¹³, em 1946¹¹⁴ e em 1968¹¹⁵. Apenas em 1976, com a promulgação da Constituição da República Portuguesa, são reconhecidos a homens e mulheres os mesmos direitos políticos, muito mais tardiamente do que em países como a Nova Zelândia (que concedeu o direito de voto às mulheres em 1893, o primeiro país a nível mundial a fazê-lo) ou a Finlândia que, tendo concedido o direito de voto às mulheres em 1906, se constitui como o primeiro país europeu a fazê-lo.

Observa-se que o período ditatorial se constituiu como um bloqueio às liberdades e à igualdade, espelhado no curto número de anos do sufrágio universal e de eleições multipartidárias livres ou no recente Estado Social¹¹⁶. Esta talvez seja a

¹¹⁰ Podem eleger os vogais das juntas de freguesia todos os cidadãos portugueses (homens e mulheres), desde que chefes de família e domiciliados na freguesia há mais de seis meses; os membros do poder legislativo e os vogais das câmaras municipais são eleitos: pelos cidadãos portugueses – homens – maiores de 21 anos, que saibam ler e escrever, domiciliados no concelho há mais de seis meses e contribuintes; e pelos cidadãos portugueses – mulheres – maiores de 21 anos, com curso secundário ou superior (Decreto n.º 19:694, de 5 de Maio).

¹¹¹ Permitido o voto às mulheres maiores ou emancipadas, com curso especial, secundário ou superior, nas eleições legislativas, presidenciais e para as câmaras municipais (Decreto-Lei n.º 23:406, de 27 de Dezembro).

¹¹² As mulheres passam a ser elegíveis para a Assembleia Nacional, nas mesmas condições que os homens (Decreto-Lei n.º 24:631, de 6 de Novembro).

¹¹³ As mulheres passam a ser elegíveis para a presidência da República, quando maiores ou emancipadas, com curso especial, secundário ou superior; aos homens exigia-se apenas que fossem maiores ou emancipados e que soubessem ler e escrever ou que pagassem determinados impostos caso não cumprissem esta última condição (Decreto-Lei n.º 24:897, de 10 de Janeiro).

¹¹⁴ Alargamento do direito ao voto às mulheres casadas, para as eleições presidenciais e Assembleia Nacional (Lei n.º 2:015, de 28 de Maio).

¹¹⁵ Estabelece que são eleitores para da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português e não estejam abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na lei. Define ainda que, mesmo não sabendo ler e escrever, poderão ser eleitores se já alguma vez tiverem sido recenseados (Lei n.º 2137, de 26 de Dezembro).

¹¹⁶ O “Estado Social é aquele que, sem prejuízo do reconhecimento do papel essencial da economia de mercado, assume como tarefa garantir condições materiais para a existência humana condigna, afirmando um conjunto de prestações, produzidas ou não pelo Estado, com a marca da diversidade jurídica, hoje especialmente, mas não exclusivamente, na veste de direitos fundamentais, que respondem, a partir de mecanismos de solidariedade, fraca ou forte, a necessidades que se connexionam com bens básicos ou fundamentais (v.g., saúde, segurança social) cujo acesso não deve estar dependente da capacidade de poder pagar, ou não, um preço” (Loureiro, 2014, p. 100), sendo que, em Portugal, apenas após o 25 de Abril de 1974, ele “ganha outro corpo e densidade [com] a consagração de um princípio da universalidade do sistema” (Loureiro, 2014, p. 101).

dimensão na qual o nosso país encontra maior desvantagem, não obstante as rápidas transformações que se foram operando desde 1974 e que resultaram, entre outros, numa rápida recuperação do atraso relativamente ao número de mulheres no parlamento (Christmas-Best & Kjær, 2007).

No que diz respeito ao sistema eleitoral, e para as eleições aqui analisadas – legislativas e autárquicas –, vigora em Portugal um sistema de representação proporcional que é amplamente visto como favorável à participação das mulheres (Duverger, 1955; Kenworthy & Malami, 1999; Kunovich & Paxton, 2005; Matland, 2005; Norris, 1985, 2006; Reynolds, 1999; Siaroff, 2000). E isto acontece por diferentes motivos. Por um lado, os sistemas de representação proporcional, por oposição aos de pluralidade/maioria, tendem a ter círculos eleitorais de maior magnitude, o que afecta as estratégias de recrutamento dos partidos. No caso português, os círculos eleitorais são maioritariamente plurinominais, o que, por oposição a círculos uninominais, permite aos partidos equilibrarem as suas listas sem terem de optar por seleccionar apenas um/a candidato/a, o que penaliza, por norma, as mulheres. Assim, quando maior magnitude tiver o círculo eleitoral, maior a probabilidade de um partido eleger candidatos/as seus/uas podendo então compor as suas listas de forma mais equilibrada, respondendo a diferentes interesses, de forma a captar mais votos (Matland, 2005; Norris, 2006; Paxton *et al.*, 2006; Rule, 1981), o que não seria possível em círculos uninominais. Nesse sentido, círculos eleitorais de maior magnitude favorecem mais as mulheres do que círculos eleitorais uninominais ou de menor magnitude.

Apenas mais uma nota relativamente à composição dos círculos eleitorais, o facto destes serem, no caso português, de base geográfico-administrativa, impede uma eventual possibilidade de *gerrymandering*¹¹⁷).

Por outro lado, os sistemas de representação proporcional são mais favoráveis à participação das mulheres também porque facilitam o processo de contágio entre partidos políticos. Numa mecânica semelhante à descrita para os

¹¹⁷ “Gerrymandering is a technique used for partisan purpose in the creation of constituencies”; “Gerrymandering is a manipulation of districts for political purposes (partisan, bi-partisan, individual, etc.) that creates a distortion of election results” (Hardy, 1977, p. 247; 281).

círculos plurinominais, é mais fácil para os partidos, neste contexto, mimetizarem políticas de igualdade de género iniciadas por outras forças políticas. Isto porque, ao saberem que podem ou vão eleger vários/as candidatos/as, têm mais abertura à acomodação de vários interesses. Assim, e por comparação com sistemas de pluralidade/maioria, os custos de se deixarem contagiar por políticas iniciadas por outros partidos são mais baixos e os ganhos mais elevados. Havendo mais lugares, à partida, disponíveis (como acontece nos sistemas de representação proporcional), é mais fácil para os partidos encontrarem posições para integrarem mulheres; pelo contrário, nos sistemas de pluralidade/maioria, onde é eleito/a apenas um/a candidato/a, a nomeação de uma mulher pode ter implicações ao nível da negação da renomeação de um incumbente ou de um candidato (homem) que recebe tradicionalmente a nomeação. Quanto ao retorno, os sistemas de representação proporcional, ao integrarem mulheres nas suas listas, podem ganhar em termos de um aumento de votos que se podem traduzir num aumento do número de eleitos/as (Matland, 2005).

Um outro factor que pode condicionar a participação das mulheres na liderança política prende-se com o tipo de listas eleitorais, se abertas ou fechadas. No primeiro caso, são os/as eleitores/as a decidir quais os/as candidatos/as de um determinado partido que devem ser eleitos/as; no segundo, quem decide quem vai a sufrágio são os *gatekeepers*. Nesse sentido, a questão coloca-se ao nível de perceber se é mais fácil convencer o eleitorado a eleger mulheres ou os *gatekeepers* a recrutarem mulheres para as listas. Não havendo consenso na literatura sobre qual dos tipos de listas é, por si só, o mais favorável às mulheres, em contextos onde vigoram sistemas de quotas, as listas fechadas parecem beneficiar as mulheres (P.T. Almeida & Pinto, 2003; Matland, 2005; Siaroff, 2000). E é exactamente este o desenho adoptado em Portugal pelo que, também aqui, poderemos considerar que o nosso país beneficia de um contexto favorável à participação das mulheres na política.

Ainda no que diz respeito ao sistema eleitoral, Portugal usa, como método de conversão dos votos em mandatos, a fórmula da média mais alta de Hondt (CNE, 2015b), que favorece os partidos maiores, estimula a formação de coligações e

desencoraja fragmentação (Córdoba & Penadés, 2009). Se, por um lado, a magnitude dos partidos (número de assentos obtidos pelo partido em cada círculo eleitoral) tende a favorecer a participação das mulheres – quanto mais lugares disponíveis, maior a probabilidade de incluir e eleger mulheres (Matland, 2005), por outro lado, e como veremos mais adiante, não é necessariamente nos partidos de maior dimensão ou nos que elegem mais candidatos/as que, no caso português, mais mulheres são eleitas.

Por último, um outro factor que potencia a participação das mulheres nas elites políticas é a vigência de medidas de acção afirmativa. Ainda que analisemos estes mecanismo de forma mais detalhada na secção seguinte, podemos fazer, para já, uma breve avaliação do contexto português no que diz respeito a este indicador. Em Portugal vigora a Lei da Paridade, que define que as listas eleitorais devem ser compostas por 33,3% de candidatos/as de cada um dos sexos e ainda que não é permitida a colocação consecutiva de mais de dois/uas candidatos/as do mesmo sexo na ordenação da lista. Estão ainda previstas sanções para os casos de incumprimento da lei que passam pela exposição pública das listas não conformes e pela redução do montante de subvenções públicas para as campanhas eleitorais. A formulação desta lei apresenta diversas potencialidades relativamente aos problemas que acautela. Por um lado, as quotas são estabelecidas com uma neutralidade de género: apesar de, na prática, servirem para garantir uma presença mínima de mulheres nas listas, a legislação define um limiar mínimo para cada um dos sexos, contrariando os argumentos de discriminação dos homens (Dahlerup, 2005). Por outro lado, e apesar desta lei não estar entre as mais ambiciosas no contexto europeu relativamente ao limiar mínimo de representação de cada um dos sexos, como veremos, a sua formulação, por incluir um mecanismo de disposição dos/as candidatos/as nas listas eleitorais, contribui para que haja uma distribuição de homens e mulheres pelas mesmas, evitando a concentração de mulheres em lugares não elegíveis (Dahlerup, 2006). E, ao prever sanções para os casos de não cumprimento, impede uma visão meramente simbólica deste mecanismo (Dahlerup & Freidenvall, 2005).

Assim, podemos observar um contexto, no que diz respeito ao sistema político e eleitoral, relativamente favorável à participação das mulheres nos lugares de tomada de decisão política em Portugal¹¹⁸.

Exploraremos de seguida o processo legislativo que culminou na aprovação da Lei da Paridade e é revelador, no nosso entender, das resistências à implementação de políticas visando uma participação equilibrada de homens e mulheres na política. Mas, por forma a compreender melhor as suas potencialidades e limitações, faremos, em primeiro lugar, um enquadramento das políticas de acção afirmativa no contexto internacional.

5.1. Acção afirmativa

Reconhecida como um problema, a questão da subrepresentação das mulheres em cargos de decisão política tem sido abordada de diferentes perspectivas, seja pela via das suas causas ou elementos potenciadores, seja apela forma como se pode actuar no sentido de inverter esta tendência. Tendo já dado conta das dimensões associadas aos factores explicativos da fraca presença feminina na política, focar-nos-emos na dimensão a jusante, ou seja, nas possíveis estratégias visando a sua resolução.

Dependendo de como o problema é abordado, diferentes estratégias podem ser seguidas. Por exemplo, se a questão da fraca presença das mulheres for vista da perspectiva da falta de competências e qualificações, a aposta deve ser feita na área da educação e formação. Contudo, como vimos, este não é o caso português: no nosso país, as mulheres detêm uma elevada taxa de emprego e muito elevados níveis de escolaridade. Mas quando se reconhecem mecanismos institucionais de

¹¹⁸ O sistema eleitoral português vai ao encontro da generalidade das recomendações internacionais relativamente ao aumento da representação das mulheres através do sistema eleitoral. Exceptua-se a recomendação de uma representação mínima de 40% de cada um dos sexos e sanções não financeiras para penalizar os casos de incumprimento das quotas de género nas listas eleitorais (Committee of Ministers, 2003; Parliamentary Assembly, 2004; Parliamentary Assembly, 2010a; Parliamentary Assembly, 2010b).

bloqueio, muitas vezes não formais, o ónus passa das mulheres para as instituições e para os partidos políticos, principais responsáveis, então, pela práticas discriminatórias (Dahlerup, 2005). E é nesta posição que nos situamos e que faz sentido pensar as medidas de acção afirmativa¹¹⁹, nomeadamente as políticas de quotas de género.

A participação das mulheres na representação política é ainda baixa na maioria dos países europeus e não parece ter acompanhado, à semelhança da sua presença noutras esferas de topo, os avanços que se registaram na educação ou no mercado de trabalho. A paridade

“é um conceito e um objectivo, através do qual se pretende: reconhecer de modo igual o valor das pessoas de ambos os sexos; dar visibilidade à igual dignidade dos homens e das mulheres; renovar a organização social de modo a que Homens e Mulheres partilhem, *de facto*, direitos e responsabilidades, não reduzidos a espaços e funções pré-determinados por hábitos e preconceitos, mas usufruindo de plena igualdade e liberdade na participação a todos os níveis e em todas as esferas” (Aliança para a Democracia Paritária, 2003, p. 28).

Como vimos anteriormente através da análise de alguns indicadores relativos ao mercado de trabalho ou à conciliação da vida profissional e da vida pessoal e familiar, a paridade não foi ainda alcançada.

Removidas as barreiras formais, a igualdade de oportunidades não parece ter tido os resultados esperados, revelando então um padrão de discriminação onde as barreiras de acesso não são formais. Nesse sentido, alguns/umas autores/as introduzem o conceito de igualdade de resultados (Phillips, 2004). Existindo uma igualdade de oportunidades, e “if barriers exist [...], compensatory measures must be introduced as a means to reach equality of result” (Dahlerup, 2005, p. 145). Ou seja, não basta garantir que as oportunidades são iguais para todos/as à partida, é importante que essa igualdade seja reflectida na prática.

¹¹⁹ Para uma revisão do conceito de acção positiva ver, *e.g.*, Santos & Amâncio (2010b).

Vários trabalhos têm mostrado que existe um limiar – costuma pensar-nos nos 30% (UN-CSW, 1990; CoE, 2003; Larserud & Taphorn, 2007; UN Women, 2005) – a partir do qual a trajectória em direcção à paridade começa a acentuar-se. Esse motor inicial pode resultar de um efeito de contágio ao nível dos partidos mas também entre países (Christmas-Best & Kjær, 2007).

E é neste contexto que podemos pensar as medidas de acção afirmativa que, apesar de amplamente aplicadas, continuam a ser debatidas e polémicas (Dahlerup, 2006; Lovenduski, 1993; Teigen, 2000).

Podem considerar-se quatro grandes tipos de sistemas de quotas (mesmo que cada um deles possa assumir diferentes configurações e que em relação a alguns deles não haja consenso relativamente a designá-los de sistemas de quotas) (Krook, 2009; Krook, Lovenduski, & Squires, 2009).

Um dos mecanismos são os lugares reservados, onde se estabelece um número específico de lugares que serão ocupados por mulheres e aos quais os homens não se podem candidatar; outro são as quotas nos partidos que, adoptadas voluntariamente pelos partidos políticos, afectam as listas eleitorais e os/as candidatos/as elegíveis, sendo mais comuns em partidos de centro-esquerda¹²⁰ (Dahlerup, 2005); as quotas legislativas que, definidas na lei eleitoral ou na Constituição, exigem aos partidos políticos uma determinada configuração de género das listas eleitorais que apresentam e cujo incumprimento implica, por norma, sanções; e as chamadas quotas *soft* que se constituem como objectivos ou recomendações no sentido de um maior equilíbrio de género tanto no que diz respeito à selecção dos/as candidatos/as como da composição da estrutura dos partidos¹²¹.

As quotas (sendo as mais comuns os lugares reservados e as quotas legislativas) são, usualmente, definidas em termos de percentagem/lugares

¹²⁰ No caso português, as quotas ao nível dos partidos estão previstas nos estatutos do PS e do BE, como veremos mais adiante.

¹²¹ Este é o modelo (timidamente) adoptado no caso português para o sector empresarial, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2015. No final de 2015, 14 empresas portuguesas cotadas em bolsa tinham já assinado um compromisso (voluntário) no sentido de, até final de 2018, terem uma representação de 30% do sexo subrepresentado nos cargos de administração (Governo de Portugal, 2015).

mínima/os de/para mulheres, dado que o problema a abordar é a subrepresentação feminina (Dahlerup, 2005). Contudo, elas podem ser construídas de forma neutra, como é o caso português (veremos mais adiante em pormenor), ao estabelecer um mínimo para cada um dos sexos, procurando contornar o argumento de que estas são políticas discriminatórias para os homens. Aliás, no caso do Partido Social Democrata Sueco, está implementado um sistema de “*fecho éclair*”, com igual participação de homens e de mulheres: “in a 50:50 percent quota system like this, the women are no more ‘quota women’ than the men are ‘quota men’” (Dahlerup, 2005, p. 147).

Apesar de permanecer um tema polémico (Dahlerup, 2006; Teigen, 2000), muitos têm sido os países que adoptaram políticas de quotas de género (Quadro 8).

Quadro 8. Países europeus com e sem quotas de género, 2015

Posição ranking mundial	País	Eleições mais recentes	Assentos	M (nº)	M (%)	Quotas listas (% mínima)	Regras de ordenação	Quotas voluntárias partidos
5	Suécia	2014	349	152	43,6%	N	---	S
9	Finlândia	2015	200	83	41,5%	N	---	N
10	Islândia	2013	63	26	41,3%	N	---	S
11	Espanha	2011	350	144	41,1%	S (40%)	S	S
12	Noruega	2013	169	67	39,6%	N	---	S
13	Bélgica	2014	150	59	39,3%	S (50%)	S	N
16	Dinamarca	2015	179	67	37,4%	N	---	N
17	Holanda	2012	150	56	37,3%	N	---	S
19	Eslovénia	2014	90	33	36,7%	S (35%)	N	S
20	Alemanha	2013	631	230	36,5%	N	---	S
26	Sérvia	2014	250	85	34,0%	S (30%)	S	N
27	Macedónia	2014	123	41	33,3%	S (33,3%)	S	N
32	Portugal	2011	230	72	31,3%	S (33,3%)	S	N
34	Itália	2013	630	195	31,0%	N	---	S
35	Áustria	2013	183	56	30,6%	N	---	S
36	Suíça	2011	200	61	30,5%	N	---	S
38	Reino Unido	2015	650	191	29,4%	N	---	S
40	Luxemburgo	2013	60	17	28,3%	N	---	S
46	França	2012	577	151	26,2%	S (50%)	N	S
47	Croácia	2011	151	39	25,8%	S (40%)	S	S
54	Polónia	2011	460	111	24,1%	S (35%)	S	N
58	Lituânia	2012	141	33	23,4%	N	---	S
60	Grécia	2015	300	69	23,0%	S (33%)	N	S
64	Moldávia	2014	101	22	21,8%	N	---	N
65	Bósnia e Herzegovina	2014	42	9	21,4%	S (40%)	S	N
67	Albânia	2013	140	29	20,7%	S (30%)	S	N
72	República Checa	2013	200	40	20,0%	N	---	S
77	Eslováquia	2012	150	28	18,7%	N	---	S
84	Montenegro	2012	81	14	17,3%	S (30%)	N	N
88	Irlanda	2011	166	27	16,3%	S (30%)	N	N
97	Roménia	2012	401	55	13,7%	N	---	S
102	Malta	2013	70	9	12,9%	N	---	S
104	Chipre	2011	56	7	12,5%	N	---	S
115	Hungria	2014	198	20	10,1%	N	---	S

Nota: S – Sim; N – Não

* Ranking da participação das mulheres nos parlamentos nacionais: maior proporção de mulheres equivale a posição mais elevada no *ranking*.

Fontes: Freidenvall & Dahlerup (2013); Gruden & Gruden (2011); Inter-Parliamentary Union (IPU) (2015); International IDEA, Stockholm University, & Inter-Parliamentary Union (2015b).

A nível europeu, a maioria dos países com maior representação feminina no parlamento não tem uma política obrigatória de quotas nas listas eleitorais (nos primeiros 5, apenas 1 deles tem; nos primeiros 10, 3 países têm). Esta constatação não pode, contudo, servir para legitimar o argumento de que as quotas são ineficazes para a resolução do problema da fraca presença de mulheres na esfera política. Mesmo os defensores deste mecanismo admitem claramente que as quotas não se constituem como meio único e suficiente para o aumento significativo da participação das mulheres nas instâncias de decisão política (Dahlerup, 2005; Verge & Fuente, 2014). O que não significa, todavia, que os seus efeitos sejam despidiendos.

Como destacam Vianello e Moore (2004), as políticas de acção afirmativa têm um impacto positivo nas oportunidades das mulheres, particularmente em contextos democráticos. Diversos outros estudos (*e.g.*, Dahlerup & Freidenvall, 2005; Matland & Studlar, 1996; Tripp & Kang, 2008) revelam igualmente o efeito expressivo do estabelecimento de quotas obrigatórias de género no aumento do número de mulheres eleitas. Estes estudos mostram também que o limiar no qual as quotas são estabelecidas, ou seja, a proporção mínima de pessoas de cada sexo que as listas eleitorais terá de conter, influencia a magnitude do aumento do número de mulheres (Paxton *et al.*, 2010). Percebe-se assim que não é suficiente ter um sistema de quotas, tendo os limiares que são definidos uma importância significativa no impacto que se pretende que esta medida tenha.

O caso dos países nórdicos constitui-se, no entanto, como uma excepção a este padrão. Em nenhum deles – Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega – estão regulamentados sistemas de quotas legislativas de género. Nestes países, a forte presença de mulheres nos lugares políticos deve-se sobretudo à pressão exercida pelos movimentos de mulheres, tanto dentro dos partidos políticos como na sociedade em geral. Aliás, o grande aumento de mulheres na esfera política deu-se ainda na década de 1970, antes da introdução de qualquer tipo de sistema de quotas que viria a vigorar mais tarde, apenas em alguns deles e apenas enquanto quotas voluntárias nos partidos. Os movimentos de mulheres pressionaram então os partidos para que promovessem a inclusão de mulheres nas suas estruturas e listas

eleitorais e os que mais cedo reagiram foram os de pendor ideológico de (centro-)esquerda, acabando por se alastrar aos restantes partidos (Caul, 2001; Dahlerup, 2005), num movimento que podemos designar como efeito de contágio (Christmas-Best & Kjær, 2007; Duverger, 1954; Matland & Studlar, 1996).

Constituindo-se como um elemento importante para o aumento do número de mulheres na esfera política, as quotas não podem ser vistas, contudo, como a chave de ouro da resolução do problema, havendo uma série de outras estratégias de promoção da participação das mulheres na actividade política, como a sensibilização, as redes de angariação de fundos, os programas de formação/capacitação, a utilização de linguagem inclusiva, entre tantas outras (Krook & Norris, 2014). Nem todos os sistemas de quotas são adequados e eficazes a/em todos os contextos já que o recrutamento é condicionado por diferentes dimensões (sistémicas – características formais do sistema político¹²²; práticas – práticas formais e informais de recrutamento dentro dos partidos políticos¹²³; e normativas – princípios formais e informais de recrutamento¹²⁴) que se interligam e que representam diferentes tipos de constrangimentos: “attempts to reform one type of institution may be facilitated or hindered by the state of the other two institutions” (Krook, 2003, pp. 12-13).

E numa perspectiva mais específica, a própria formulação do programa de quotas pode não conseguir garantir aquilo a que se propõe, o aumento da presença das mulheres nas instâncias políticas. A não existência de sanções em caso de incumprimento ou a falta de regulamentação acerca da ordenação dos/as candidatos/as nas listas pode levar, por um lado, a uma desconsideração da legislação e, por outro lado, à colocação das mulheres em lugares não elegíveis nas listas, apenas cumprindo formalmente o disposto na lei (Dahlerup, 2006). Aliás, a regulamentação acerca do modo de distribuição das/os candidatas/os nas listas

¹²² Incluem o sistema eleitoral, a estrutura dos boletins de voto, a dimensão dos círculos eleitorais e o número de partidos políticos.

¹²³ Incluem os requisitos necessários à candidatura, como a idade, a recolha de assinaturas, os recursos financeiros, o nível de qualificação formal, a experiência política, as redes e a incumbência, entre outros.

¹²⁴ Reflectem a cultura social existente e incluem as definições de igualdade e de representação políticas consubstanciadas nas constituições, legislação (incluindo a eleitoral) e estatutos dos partidos e também nas ideologias políticas e opiniões e valores dos/as votantes.

eleitorais constitui-se como um factor potenciador do efeito positivo que as quotas têm no aumento do número de eleitas. Para além do efeito positivo da simples introdução de um limiar mínimo de mulheres nas listas, as regras de colocação nas mesmas melhoram a sua eficácia (Jones, 2004).

No caso português, a Lei da Paridade, como veremos mais adiante, acautela estas duas situações.

Diferentes factores desempenham um papel no bloqueio/facilitação da entrada das mulheres na arena política. Por um lado, factores que aumentam ou diminuem a reserva de candidatas com experiência e vontade para concorrer. As mulheres são menos encorajadas a concorrer e tendem a considerar-se menos qualificadas, mesmo no topo do seu percurso profissional (Fox & Lawless, 2004).

Uma outra explicação prende-se com o efeito globalizado dos modelos e padrões internacionais. Estudos sugerem que os países tendem a reagir, de forma positiva ou não, às pressões globais para a inclusão das mulheres na política internacional e para a alteração dos papéis e posição social das mulheres impulsionada pelos movimentos internacionais de mulheres (Paxton *et al.*, 2006; Ramirez *et al.*, 1997).

Outro tipo de explicações para a fraca presença de mulheres nas esferas políticas de topo liga-se, como vimos, à dimensão cultural: “theories of socialization have emphasized the importance of the division of sex roles within a country – especially egalitarian versus traditional attitudes toward women in the private and public spheres” (R. Inglehart & Norris, 2003, p. 133). E estas questões influenciam não só a avaliação de quais os/as candidatos/as adequados/as por parte dos *gatekeepers* como também a própria percepção das mulheres quanto à sua preparação para concorrer (Paxton & Kunovich, 2003).

Considerando ainda as questões que extravasam o plano político-institucional e que se situam no contexto social e cultural do país, não é suficiente garantir um quadro político e de recrutamento de acesso igualitário se as restantes dimensões da vida social não permitirem as pessoas usufruir dos seus direitos. Nesse sentido, e no que diz particularmente respeito às mulheres, as questões da conciliação da vida

profissional e da vida pessoal e familiar desempenham aqui um papel central. O papel social feminino continua a associar, em grande medida, a responsabilidade da educação dos filhos e da gestão doméstica às mulheres, retirando-lhes tempo e disponibilidade para outras actividades (Dahlerup, 2005; Jordão, 2000).

O Estado desempenha um papel central na redução das assimetrias e a legislação e as políticas nacionais são fundamentais, já que, ao constituir-se como “produtor de representações legitimadas” (Campos *et al.*, 2015)⁵⁷, consubstanciam o seu empenhamento na promoção de um equilíbrio de género na vida política (Shvedova, 2005). E essa acção pode abarcar diferentes vertentes como a introdução de legislação específica (relativa a políticas de salário igual e de protecção na maternidade, por exemplo), o favorecimento de uma cultura igualitária na esfera pública (quotas nos partidos, nas listas eleitorais) ou ainda o desenvolvimento de um modelo de Estado-Providência (Espada *et al.*, 2002) que inclua políticas sociais que promovam uma igualdade também na esfera privada, nomeadamente através da criação e sustentação de uma rede de cuidados infantis e de adultos dependentes. Como sublinham Inglehart e Norris, “where a culture of gender equality predominates, it provides a climate where de jure legal rights are more likely to be translated into de facto rights in practice” (2003, p. 8).

A entrada das mulheres nas elites pode não gerar uma mudança radical na cultura política mas contribui certamente para a introdução progressiva da questão nos manifestos dos partidos, nos debates políticos e, em última instância, na acção legislativa (Lovenduski & Norris, 2003).

Em Portugal, o estabelecimento de uma lei de acção afirmativa tendo em vista o aumento da participação das mulheres nas instâncias de decisão política não constituiu um processo simples e linear (para uma visão e discussão do percurso desta questão no Parlamento, ver (Dias, 2011b)).

Em 1998¹²⁵, uma proposta de Lei (Proposta de Lei 194/VII) visando uma maior igualdade de sexos nas listas apresentadas às eleições legislativas e europeias foi apresentada pelo governo e, em 1999, discutida e chumbada na Assembleia da

¹²⁵ Já em 1981, o Partido socialista tinha apresentado uma proposta de Lei para o estabelecimento de quotas legislativas (de 20%) para as eleições autárquicas que foi reprovada (R. Monteiro, 2011).

República. A argumentos como a paridade dever ser atingida por mérito e não por força da Lei, ou que a acção nesse campo esconde as desigualdades em outros, ou ainda que a lei seria insuficiente por deixar de fora as autarquias, a administração pública e os cargos de nomeação, são contrapostos os de que profundas alterações do estatuto das mulheres na esfera pública e na esfera privada foram efectivadas a partir de alterações legislativas (Dias, 2011b). Apenas o Partido Socialista, proponente do diploma, se apresentou como favorável. De facto, parece-nos redutor tentar bloquear mudanças específicas pelo facto de não conseguirem produzir alterações em campos adjacentes. Como vimos, as leis de quotas não são mecanismos suficientes para alteração da posição das mulheres na esfera pública, em particular nas elites políticas, o que não significa que não se constituam como um mecanismo necessário impulsionador de mudança. Em todo o caso, mesmo chumbada, esta proposta permitiu que a questão entrasse na agenda e no debate políticos, dando-lhe visibilidade e contribuindo para que a ausência das mulheres de determinados círculos passasse a ser reflectido enquanto problema institucional.

Em 2000, volta a ser apresentada à Assembleia da República uma nova proposta de Lei (Proposta de Lei 40/VIII), novamente, pelo governo socialista, através da ministra para a Igualdade, Maria de Belém Roseira. Discutida já em 2011, previa o estabelecimento de uma representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas apresentadas às eleições legislativas, europeias e autárquicas. Esta iniciativa não teve porém “seguimento por falta de acordo com o BE” (R. Monteiro, 2011, p. 243).

Seis anos depois, em 2006, o debate da paridade volta ao Parlamento com a apresentação de novas propostas de legislação, três apresentadas pelo Bloco de Esquerda e uma pelo PS, tendo esta última acabado por ser promulgada e sido consubstanciada na Lei Orgânica n.º 3/2006 de 21 de Agosto – Lei da paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

A Lei da Paridade estabelece então que as listas eleitorais apresentadas devem conter um mínimo de um terço de candidatos/as de cada um dos sexos.

Acautelando ainda a possibilidade de poder haver uma concentração de mulheres no final das listas, em lugares não elegíveis (Dahlerup, 2006), a lei estabelece ainda um mecanismo de composição das mesmas. Assim, conforme o disposto no artigo 2.º, n.º 2, “as listas plurinominais apresentadas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista”. Estão isentas desta obrigatoriedade as “listas para os órgãos das freguesias com 750 ou menos eleitores e para os órgãos dos municípios com 7500 ou menos eleitores” (artigo 2.º, n.º 4).

Mas, apesar deste resguardo posicional, não se tem conseguido evitar, para já, a concentração de mulheres nos lugares que, cumprindo a legislação, são os mais abaixo possível nas listas (3º, 6º, 9º, etc.) (Santos & Amâncio, 2012).

A lei portuguesa parece ter beneficiado da reflexão teórica e dos estudos empíricos realizados a propósito da participação das mulheres nos cargos de decisão política e do impacto das medidas de acção afirmativa a nível internacional. Porque a implementação de uma lei de quotas se pode tornar num instrumento meramente simbólico se não contar com mecanismos que verifiquem a sua implementação (Dahlerup & Freidenvall, 2005), a Lei da Paridade de 2006 contempla medidas de verificação do seu cumprimento e de sanção em caso daquele não se verificar. Assim, num primeiro momento, caso a lei não seja cumprida, o mandatário é notificado para a sua correcção; caso a lista não seja corrigida, prevê-se, conforme o disposto no artigo 4.º, “a) a afixação pública das listas com a identificação da sua desconformidade à presente lei; b) a sua divulgação através do sítio na Internet da Comissão Nacional de Eleições com a indicação referida na alínea anterior; c) a redução do montante de subvenções públicas para as campanhas eleitorais nos termos da presente lei”.

Alguns autores consideram que não se deve justificar a inacção neste domínio com o argumento de que não se muda a sociedade por decreto (Crozier, 1979). A implementação de um sistema de quotas, como medida de acção afirmativa transitória, tal como outras medidas que, ao longo da história, foram sendo introduzidas com o objectivo de promoção da igualdade de género no exercício da cidadania, reflectiu-se na realidade objectiva da situação das mulheres nos

parlamentos (Dahlerup & Freidenvall, 2005; Matland & Studlar, 1996; Tripp & Kang, 2008).

É certo que um sistema deste tipo não garante a paridade mas parece criar condições favoráveis ao derrube de barreiras difíceis de transpor por outras vias. As quotas rompem “com os padrões de recrutamento político, bem como com as «regras de sucessão» masculinas dentro dos partidos políticos” (Costa, 2010, p. 23).

Vários são os argumentos apresentados pelos/as opositores/as ao estabelecimento de políticas de quotas. Como elenca Dahlerup (2005), os diferentes argumentos passam por dizer que as quotas de género: violam o princípio democrático, ao ser dada preferência às mulheres e visto que os/as votantes deveriam ser livres de escolher quem elegem; privilegiam o género fazendo com que candidatos mais qualificados sejam preteridos; provocam conflitos dentro dos partidos; e darão origem à exigência de quotas para outros grupos resultando num sistema político de representação de interesses de grupo. Ainda, argumenta-se que as mulheres querem ser eleitas por princípios meritocráticos, não porque são mulheres, e ainda que os/as representantes políticos/as devem ser escolhidos/as com base em ideias e não em categorias sociais.

Todos estes argumentos seriam, do nosso ponto de vista, compreensíveis se, de facto, e não apenas *de jure*: se verificassem condições de partida igualitárias para homens e para mulheres; se fossem os/as cidadãos/ãs a determinar as listas eleitorais; e se para o recrutamento não fossem importantes as redes informais estabelecidas ou o tempo de permanência nos cargos, o que não se observa. Homens e mulheres têm papéis sociais diferenciados que moldam as suas expectativas e preferências (Christmas-Best & Kjær, 2007; R. Inglehart & Norris, 2003; Matland, 2005; Rao, 2005; Stromquist, 1995; Verba *et al.*, 1997) e que lhes conferem diferentes responsabilidades (Dahlerup, 2005; Jordão, 2000); os partidos políticos são os principais *gatekeepers* do sistema político e não são neutros em termos de género no recrutamento (Kunovich & Paxton, 2005; Matland, 2005; Norris & Lovenduski, 1995); as redes sociais, formais e informais, são determinantes e penalizam as mulheres no seu percurso de mobilidade ascendente (Bochel & Bochel, 2004; Ibarra, 1993; Memoli, 2004; Palgi & Moore, 2004); e o capital acumulado

pelos/as detentores/as de cargos autárquicos (maioritariamente homens) confere-lhe uma vantagem significativa (Christmas-Best & Kjær, 2007; Niven, 1998; Norris, 1993; Schwindt-Bayer, 2005; E. Silva, 2002; Welch & Studlar, 1996).

Ainda, podemos encontrar outros argumentos de oposição à implementação de quotas. Por um lado, aqueles que se apoiam na justificação de este ser por si só um factor de discriminação, no receio da diminuição do empenhamento na luta política (Viegas & Faria, 1999a); por outro lado, aqueles que apontam para a escassez de mulheres com experiência suficiente (Phillips, 1995). Diversos/as autores/as têm procurado desconstruir este argumentário na medida em que não tem em consideração o facto de que aquilo que se tenta alterar é uma discriminação latente e naturalizada (pelo que mais difícil de enfrentar) e, ainda, que parte do princípio de que a participação das mulheres irá desqualificar a política (Dahlerup, 2005; Maciel, 2008). A nossa posição alinha-se com esta crítica já que, como defendemos anteriormente, as competências de homens e de mulheres são socialmente construídas; ainda, considerar a falta de experiência política por parte das mulheres como um argumento de oposição às quotas parece-nos falacioso na medida em que não se pode pedir experiência política quando existem barreiras e constrangimentos fortes, transversais à sociedade (como vimos em capítulos anteriores), que impedem a acumulação desse mesmo capital.

Como destaca Calhoun, a participação democrática, ao constituir-se como uma questão de estratificação e de fronteira sociais, patente na sua abertura a segmentos da população que tradicionalmente não tinham acesso a ela, é representativa também da forma como “a esfera pública incorpora e reconhece a diversidade de identidades que os indivíduos, a partir de envolvimento múltiplos na sociedade civil, mobilizam para nela intervir” (2002, p. 465).

Resumindo todo um argumento, o discurso da meritocracia não poderá, do nosso ponto de vista, valer-se a si próprio, porque ela própria é genderizada (M.H. Santos, 2010; Santos & Amâncio, 2010a; Santos, Amâncio, & Alves, 2013; Son Hing *et al.*, 2011). Enquanto não se verificar uma verdadeira imparcialidade no sistema social e político, “Parties must not hide behind any anti-interventionist or “meritocratic” ideology to defend their lack of efforts to promote women’s success.

Clearly the current situation is not meritocratic: there are inequities which need to be levelled out so that women's opportunities are as open as men's" (Linsley *et al.*, 2006, p. 61).

Distanciamo-nos, pois, do argumento da primazia da meritocracia que pressupõe, numa perspectiva estrutural-funcionalista, uma ligação directa entre as recompensas sociais e o mérito individual no sentido em que "as desigualdades decorreriam das capacidades e das acções diferenciadas dos indivíduos para aproveitar ou não as oportunidades oferecidas e assim configurar a própria estrutura social" (M.C. Silva, 2015, p. 91).

Tendo abordado as principais limitações e forças de bloqueio à participação das mulheres nas elites políticas, bem como um dos mais comuns instrumentos para a sua rectificação, cabe-nos agora dar atenção a um outro elemento fundamental no processo de recrutamento, os partidos políticos.

5.2. As mulheres nos partidos políticos portugueses

Os partidos políticos constituem-se como as instituições dominantes do recrutamento político: são eles os principais *gatekeepers* da política (Freire, 2001; Kenny & Verge, 2013; Kunovich & Paxton, 2005; Lawless & Fox, 2010; Maestas *et al.*, 2005; M. Mendes, 1993; Norris, 1997; Norris & Lovenduski, 1995). E, como vários/as autores/as têm observado, a presença de mulheres nas elites dos partidos tende a fazer aumentar o número de candidatas, por diferentes motivos. Por um lado, um maior número de mulheres nas elites dos partidos pode chamar a atenção para a existência de uma *pool* de candidatas qualificadas (Kunovich & Paxton, 2005; Sanbonmatsu, 2002); e também podem advogar pela inclusão de mais mulheres nas listas eleitorais (Caul, 1999; Kunovich & Paxton, 2005), remetendo para a teoria da massa crítica, já abordada anteriormente, e que postula que o aumento quantitativo de um grupo minoritário permite uma mudança qualitativa na cultura, nas normas e nos valores (Norris & Lovenduski, 2001). Especificamente, a inclusão e aceitação

generalizada de mulheres na política será facilitada pelo aumento do número de mulheres em lugares de decisão (Christmas-Best & Kjær, 2007; Dahlerup, 1988; Lovenduski, 2005). Por outro lado, pelo facto da experiência política, nomeadamente dentro dos partidos, ser um importante factor de recrutamento, quanto mais mulheres integrarem os partidos, mais poderão ser candidatas e eleitas (Henig & Henig, 2001; Norris, 1993).

Contudo, uma elevada proporção de mulheres nos partidos não significa automaticamente um maior número de eleitas (Christmas-Best & Kjær, 2007), patente também no caso português (Martins & Teixeira, 2005). O estudo de Kunovich e Paxton (2005), com dados de 73 países de todo o mundo (recorrendo a informação recolhida pela União Interparlamentar), revela que a proporção de mulheres em posições de liderança nos partidos (10%) é inferior, em média, à de mulheres membros (17%) e, mais importante, que o impacto que a proporção de mulheres nos partidos tem na proporção de candidatas e eleitas varia consoante o sistema político. No caso dos sistemas de representação proporcional, como é o português, a existência de mais mulheres em cargos de liderança nos partidos promove o aumento de candidatas.

Nesse sentido, o impacto não é linear. Varia consoante dimensões estruturais (como o grau de participação das mulheres no mercado de trabalho ou os níveis educacionais), políticas (como o sistema eleitoral, o nível de democracia, a existência de quotas ou um efectivo multipartidarismo) e ideológicas (posição e papéis sociais das mulheres) (Kunovich & Paxton, 2005); e ainda consoante factores de ordem partidária, como sejam a estrutura organizacional dos partidos, a ideologia, a proporção de militantes mulheres e as regras de representação de género (Caul, 1999). Não se enquadrando um estudo mais aprofundado sobre o funcionamento dos partidos (mesmo que numa dimensão de género) nos objectivos do presente trabalho, parece-nos, contudo, importante perceber como se estruturam os partidos políticos portugueses em algumas dimensões que se nos afiguram como fundamentais, nomeadamente no que diz respeito à sua composição de género.

Os dados compilados por Martins e Teixeira (2005) acerca do funcionamento dos partidos e da participação das mulheres na vida político-partidária portuguesa,

relativos a 2002, revelam que a proporção de filiadas é baixa sendo ainda mais reduzida no que diz respeito à participação das mulheres nos órgãos nacionais dos partidos. O autor e a autora observaram que, no conjunto das diferentes estruturas, era o CDS-PP que apresentava menor proporção de mulheres (14,9%). De seguida, e com valores muito próximos, encontraram o PCP (com 16,7%) e o PPD/PSD (com 17,1%). Os partidos que mais mulheres incluíam nos seus órgãos nacionais eram o PS (25,6%) e o BE (33,6%).

Mas, volvida mais de uma década e passado um longo processo de discussão sobre a participação das mulheres na vida política e partidária, ter-se-ão registado mudanças expressivas? Terão os partidos, bastiões históricos de dominação masculina (Fowlkes, Perkins, & Rinehart, 1979; Freeman, 2000; Lawless & Fox, 2010), visto as suas estruturas alterarem-se na composição de género?

Para responder a esta questão compilámos a informação disponível nos *sites* dos cinco partidos considerados, relativamente à composição de cada um dos seus órgãos de abrangência nacional¹²⁶ (consulta realizada em Novembro de 2015). Porque os diferentes partidos adoptam diferentes designações para os seus órgãos nacionais, procedemos a uma análise comparativa das funções e responsabilidades de cada um deles de modo a estabelecer as correspondências (ver tabela descritiva dos vários órgãos nacionais de cada partido no Anexo II).

Observa-se então que a proporção de mulheres no conjunto dos órgãos nacionais dos partidos estudados é de 26,3%, ainda que se registem variações substanciais entre as diferentes organizações partidárias, que vão desde os 14,0% no PPD/PSD aos 48,1% no BE. Acima do valor médio encontramos ainda o PS, cujos órgãos nacionais são compostos por 31,7% de mulheres. Abaixo da média está, juntamente com o PPD/PSD, o CDS-PP (com 15,6%) e o PCP (com 24,5%).

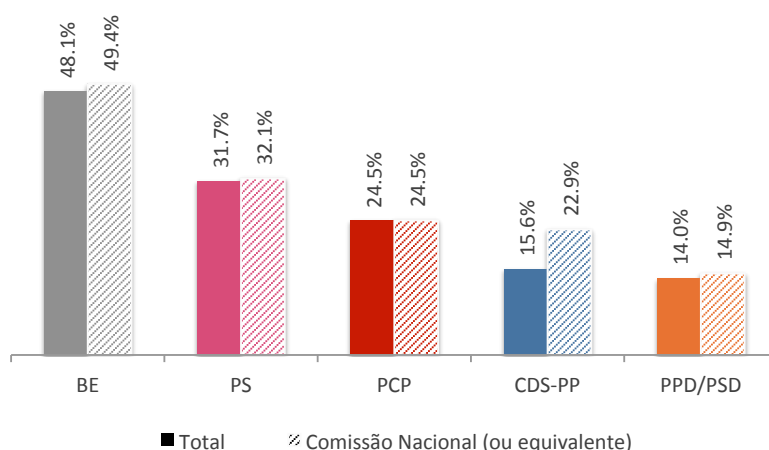
No que diz respeito ao órgão máximo dos partidos¹²⁷, a proporção de mulheres varia igualmente de forma expressiva, entre os 49,4% no BE e os 14,9% no

¹²⁶ As estruturas consideradas na análise são aquelas que cada partido define, nos estatutos, como órgão nacional.

¹²⁷ Os órgãos máximos dos partidos entre congressos/convenções assumem as seguintes designações: BE – Mesa Nacional; PS – Comissão Nacional; PCP – Comité Central; CDS-PP e PPD/PSD: Conselho Nacional.

PPD/PSD. De facto, é no BE que a paridade é praticamente atingida na Mesa Nacional, como aliás está previsto nos estatutos do partido, que veremos mais adiante. Também no PS a proporção de mulheres na Comissão Nacional (32,1%) vai ao encontro do estipulado nos seus estatutos, que prevêem um limiar mínimo de participação de cada um dos sexos similar ao estabelecido na Lei da Paridade. A terceira força partidária que mais mulheres apresenta, em termos relativos, no seu órgão máximo, é o PCP, com o Comité Central a ser composto por 24,5% de mulheres. Muito próximo dos valores do PCP encontramos o CDS-PP, com o seu Conselho Nacional a ser constituído por 22,9% de mulheres. Em último lugar, do Conselho Nacional do PPD/PSD fazem parte apenas 14,9% de mulheres, como se observa na figura seguinte (Figura 22).

Figura 22. Proporção de mulheres no conjunto dos órgãos nacionais e na Comissão Nacional (ou equivalente) dos partidos, 14/11/2015 (%)



Fonte dos dados: *Sites dos partidos.*

Observa-se ainda, na maior parte dos casos, que a proporção de mulheres na Comissão Nacional (ou órgão equivalente) é muito semelhante à da encontrada no conjunto dos órgãos nacionais de cada um dos partidos. De destacar ainda que em nenhum dos casos a proporção de mulheres presentes no órgão máximo do partido é inferior à registada no conjunto das estruturas nacionais. Aliás, em alguns casos é até superior. Se, no caso do PS, do PPD/PSD e do BE a diferença é residual (mais cinco décimas, nove décimas e 1,3 pontos percentuais, respectivamente), no CDS-PP

o diferencial é expressivo: a proporção de mulheres no Conselho Nacional é superior à da encontrada no conjunto dos órgãos nacionais em 7,2 pontos percentuais.

Em todo o caso, e não obstante as diferenças observadas, os dados compilados apontam na mesma direcção daquilo que já foi anteriormente observado por Caul (2001), que é nos partidos com valores de esquerda que encontramos maior número de mulheres nas suas hierarquias, neste caso, não apenas globalmente, como também no órgão máximo dos partidos.

Numa análise mais desagregada, por órgão, observam-se grandes assimetrias entre as várias estruturas nacionais na proporção de mulheres, que analisaremos partido a partido, tendo em conta que estes se organizam internamente de forma díspar.

Relativamente ao PPD/PSD, que, com uma proporção de 14,0% de mulheres nos seus órgãos nacionais, é o partido com menor participação feminina, vê os seus valores variarem bastante consoante o órgão. Como se observa no quadro seguinte (Quadro 9), há uma estrutura do PPD/PSD que não conta com a presença de qualquer mulher, sendo que é no Congresso Nacional que a proporção mais se eleva, aos 28,6%. Em todo o caso, nos organismos de continuidade, a participação das mulheres é bastante mais baixa atingindo, no máximo, 14,9% (no Conselho Nacional).

Quadro 9. Composição dos órgãos nacionais do PPD/PSD, 2015

Órgãos nacionais	HM (N)	M (N)	M (%)
Congresso Nacional	7	2	28,6%
Conselho Nacional	74	11	14,9%
Comissão Política Nacional	27	3	11,1%
Comissão Permanente Nacional	9	1	11,1%
Conselho de Jurisdição Nacional	9	1	11,1%
Comissão Nacional de Auditoria Financeira	3	0	0,0%
TOTAL	129	18	14,0%

Fonte dos dados: *Site do PPD/PSD.*

No caso do CDS-PP, encontramos dois órgãos nacionais que não contam com a participação de qualquer mulher: a Comissão de Organização e o Conselho Nacional de Fiscalização. Com uma participação global de mulheres na ordem dos 15,6%, algumas das suas estruturas internas nacionais contam com uma presença feminina superior, como é o caso do Congresso Nacional (22,2%), do Conselho Nacional (22,9%), da Comissão Executiva (17,6%) e do Conselho Nacional de Jurisdição (28,6%), como se observa no quadro seguinte (Quadro 10). Ainda assim, em nenhum deles a proporção de mulheres atinge um terço do total de membros.

Quadro 10. Composição dos órgãos nacionais do CDS-PP, 2015

Órgãos nacionais	HM (N)	M (N)	M (%)
Congresso Nacional	9	2	22,2%
Conselho Nacional	70	16	22,9%
Presidente do Partido	1	0	0,0%
Comissão Política Nacional	59	9	15,3%
Comissão Executiva	17	3	17,6%
Conselho Nacional de Jurisdição	7	2	28,6%
Conselho Nacional de Fiscalização	6	0	0,0%
Comissão de Organização	23	0	0,0%
Senado	19	1	5,3%
TOTAL	211	33	15,6%

Fonte dos dados: *Site* do CDS-PP.

Com uma participação feminina global de 24,5%, o PCP apresenta uma proporção de mulheres elevada na Comissão Central de Controlo (42,9%) e no Secretariado Nacional do Comité Central. Como se observa no quadro seguinte (Quadro 11), a estrutura que menos mulheres inclui, em termos relativos, é a Comissão Política do Comité Central (15,0%).

Quadro 11. Composição dos órgãos nacionais do PCP, 2015

Órgãos nacionais	HM (N)	M (N)	M (%)
Congresso	*	*	---
Comité Central	151	37	24,5%
Secretariado do Comité Central	10	3	30,0%
Comissão Política do Comité Central	20	3	15,0%
Comissão Central de Controlo	7	3	42,9%
TOTAL	188	46	24,5%

* Informação não disponível.

Fonte dos dados: *Site do PCP*.

O PS, o partido com a segunda mais elevada proporção de mulheres nas suas estruturas nacionais, revela variações entre órgãos com magnitudes inferiores às verificadas nos partidos analisados anteriormente (Quadro 12). Não entrando em consideração com os órgãos que contam apenas com um/a representante (critério igualmente aplicado na análise das estruturas do CDS-PP), observa-se que a representação feminina varia entre os 20,0% na Comissão Permanente e os 33,3% na Comissão Nacional de Jurisdição. Assim, nenhuma das estruturas nacionais se afasta significativamente da proporção global de mulheres no partido.

Quadro 12. Composição dos órgãos nacionais do PS, 2015

Órgãos nacionais	HM (N)	M (N)	M (%)
Congresso Nacional	*	*	---
Comissão Nacional ^a	252	81	32,1%
Comissão Política Nacional ^a	66	21	31,8%
Secretário-Geral	1	0	0,0%
Presidente do Partido	1	0	0,0%
Secretariado Nacional	16	5	31,3%
Secretário-Geral Adjunto	1	1	100,0%
Comissão Permanente	10	2	20,0%
Comissão Nacional de Jurisdição	9	3	33,3%
Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira	7	2	28,6%
TOTAL	363	115	31,7%

^a Excluindo os membros suplentes.

* Informação não disponível.

Fonte dos dados: *Site do PS*.

Por último, é o BE aquele que mais mulheres integra nas suas estruturas nacionais, quer a nível global (48,1%), como vimos, quer em cada um dos seus órgãos, atingindo os 49,4% na Mesa Nacional, como se observa no quadro seguinte (Quadro 13). De facto, mesmo a estrutura onde se regista um menor número de mulheres em termos relativos (42,9% na Comissão de Direitos) apresenta valores de participação feminina superiores a qualquer outra estrutura de qualquer outro partido.

Quadro 13. Composição dos órgãos nacionais do BE, 2015

Órgãos nacionais	HM (N)	M (N)	M (%)
Convenção Nacional	*	*	---
Mesa Nacional	79	39	49,4%
Comissão de Direitos	7	3	42,9%
Comissão Política	18	8	44,4%
TOTAL	104	50	48,1%

* Informação não disponível.

Fonte dos dados: *Site* do BE.

Num exercício comparativo¹²⁸ entre os dados agora recolhidos (2015) e os compilados por Martins e Teixeira (2005), relativos a 2002, podemos observar algumas diferenças interessantes, relativamente aos órgãos nacionais de cada um dos partidos, cuja comparação é passível de ser feita directamente.

A primeira observação prende-se com as alterações operadas entre os dois momentos ao nível da proporção global de mulheres nos partidos. No período de pouco mais de uma década verificou-se um aumento global de participação feminina nos diferentes partidos. A única excepção é o PPD/PSD onde se registou uma diminuição de 3,1 pontos percentuais (de 17,1% em 2002 para 14,0% em 2015).

Nos restantes partidos, observam-se aumentos diversos que vão desde as sete décimas (no caso do CDS-PP que passou dos 14,9% para os 15,6%) até aos 14,5 pontos percentuais (como é o caso do BE que aumentou a proporção de mulheres

¹²⁸ Considerando que os dados foram analisados por investigadores/as diferentes e com recurso a diferentes metodologias de recolha, os resultados devem ser lidos com as reservas decorrentes desse facto.

nas suas estruturas nacionais de 33,6% para 48,1%). No caso do PS, o aumento situou-se na casa dos 6,1 pontos percentuais e o PCP viu aumentar a proporção de mulheres nos seus órgãos nacionais na ordem dos sete pontos e meio.

Da análise comparada dos dados (Quadro 14) resulta ainda a observação de diferentes variações nos vários partidos relativamente a cada um dos órgãos nacionais. PPD/PSD e CDS-PP apresentam um comportamento relativamente semelhante: o primeiro viu a proporção de mulheres aumentar no Conselho Nacional e diminuir nos restantes órgãos; e no segundo registou-se um aumento da participação feminina no Conselho Nacional e na Comissão Política Nacional e uma diminuição nos Conselhos Nacionais de Jurisdição e Fiscalização. Já no PS, a proporção de mulheres ou se manteve (como na Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira) ou aumentou (nos restantes órgãos nacionais analisados) entre 2002 e 2015. Por último, BE e PCP viram a proporção de mulheres aumentar em todos os seus órgãos nacionais aqui observados.

Quadro 14. Proporção de mulheres nos órgãos nacionais dos partidos¹²⁹, 2002 e 2015 (%)

Partidos	Total		Comissão Nacional		Comissão Política Nacional		Comissão Fiscalizadora		Comissão Jurisdicional	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015
CDS-PP	14,9%	15,6%	16,0%	22,9%	6,5%	15,3%	14,3%	0,0%	42,9%	28,6%
PSD	17,1%	14,0%	7,3%	14,9%	22,2%	11,1%	*	0,0%	22,2%	11,1%
PS	25,6%	31,7%	25,1%	32,1%	23,8%	31,8%	28,6%	28,6%	26,7%	33,3%
PCP	17,0%	24,5%	20,3%	24,5%	14,3%	15,0%	33,3%	42,9%	33,3%	42,9%
BE	33,6%	48,1%	33,8%	49,4%	*	44,4%	33,3%	42,9%	33,3%	42,9%
Total	*	26,3%	*	29,4%	*	23,2%	*	26,7%	*	30,8%

* Informação não disponível.

Fontes dos dados: Martins & Teixeira (2005); *sites* dos partidos.

De facto, as diferenças observadas na proporção de mulheres presentes nos órgãos nacionais dos diversos partidos portugueses analisados parecem espelhar as diferentes normas estatutárias e, de forma mais ampla, a forma diversa como as questões de género e da paridade são abordadas naqueles textos.

¹²⁹ A designação de cada órgão varia consoante o partido. Para uma correspondência, ver o quadro descritivo no Anexo III.

Uma análise dos estatutos de cada um dos partidos permitiu encontrar diferenças expressivas nas abordagens à questão. Nos casos do PPD/PSD e do CDS-PP que, como vimos, são aqueles que apresentam uma menor proporção de mulheres nos seus órgãos nacionais, não são feitas quaisquer referências quer à paridade quer ao papel das mulheres dentro do partido e ambos os estatutos são redigidos no masculino. A título de exemplo, no número 1 do artigo 1º dos estatutos do PPD/PSD (2016) declara-se que “O Partido Social Democrata (PPD/PSD) tem por finalidade a promoção e defesa, de acordo com o Programa do Partido, da democracia política, social, económica e cultural, inspirada nos valores do Estado de Direito e nos princípios e na experiência da Social-Democracia, conducentes à libertação integral do homem”. De forma semelhante, também os estatutos do CDS-PP (2016) são escritos no masculino, como é patente, por exemplo, na alínea c) do artigo 2º: “Contribuir para o exercício dos direitos dos cidadãos [...]” ou no número 1 do artigo 5º: “Podem ser filiados no CDS - Partido Popular todos os cidadãos portugueses, maiores de 18 anos [...]”.

No caso do PCP, partido que apresenta a posição central no que diz respeito à proporção de mulheres nos seus órgãos nacionais, os seus estatutos (PCP, 2016) fazem referência às mulheres, tanto na composição do partido como nos seus objectivos, muito embora o documento esteja redigido no masculino e não faça qualquer referência específica a propósitos paritários ou de igualdade de género. Assim, e tal como consta do número 3 do artigo 1º, “O PCP organiza nas suas fileiras os operários, os empregados, os pequenos e médios agricultores, os intelectuais e quadros técnicos, pequenos e médios comerciantes e industriais, homens e mulheres, que lutam contra a exploração e a opressão capitalistas, pela democracia, pelo socialismo e o comunismo”. De forma semelhante, o número 3 do artigo 8º fixa que, “Na luta em defesa e pelo aprofundamento da democracia, o PCP empenha-se na criação de uma vasta frente social que abrange os operários, os empregados, os intelectuais e quadros técnicos, os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios empresários do comércio, indústria e serviços, bem como as mulheres, os jovens, os reformados e pensionistas, os deficientes, forças sociais que intervêm na vida nacional com aspirações e objectivos específicos”. Esta abordagem está, aliás,

patente no posicionamento do partido relativamente à luta das mulheres e, mais especificamente, à implementação de medidas de acção positiva, nomeadamente no que diz respeito à lei da paridade, como veremos mais adiante.

A proporção de mulheres nos órgãos nacionais do PS, a segunda mais elevada no conjunto dos partidos analisados, parece ser beneficiária das regras estatutárias definidas e aprovadas pelo partido. Apesar do documento (PS, 2016) estar globalmente redigido no masculino, o recurso a substantivos e adjectivos de dois géneros é recorrente (por exemplo, membros, militantes ou simpatizantes). Logo na definição do objecto do partido, no artigo 1º, afirma-se que “O Partido Socialista é uma organização política de homens e mulheres, empenhada na construção de uma sociedade livre, igualitária, solidária, económica e socialmente desenvolvida, ecologicamente sustentável, cuja acção está enquadrada na sua declaração de princípios e nas moções aprovadas nos Congressos Nacionais”. Mas a sua preocupação com a igualdade de género na própria estrutura do partido vai além dos seus princípios gerais. Conforme consta do número 12 do artigo 16º, referente às eleições internas, “Com vista a promover uma efetiva igualdade entre homens e mulheres na participação política, os órgãos partidários, bem como as listas de candidaturas plurinominais para e por eles propostas, devem garantir uma representação não inferior a um terço de militantes de qualquer dos sexos, devendo em cada sequência de três elementos constar pelo menos um de sexo diferente, salvo casos excepcionais de incumprimento como tal caracterizados pela Comissão Nacional”.

O PS conta ainda com uma secção feminina, designada por Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (e que integra diferentes estruturas do partido¹³⁰), que, conforme o exposto no número 1 do artigo 80º, “tem como objetivo promover uma efetiva igualdade de direitos entre as mulheres e os homens, bem como a participação paritária em todos os domínios da vida política, económica, cultural e social bem como a sua intervenção na atividade do Partido”.

¹³⁰ Nomeadamente, o Congresso Nacional, a Comissão Nacional, a Comissão Política Nacional e o Secretariado Nacional.

Já no caso do BE, que, como vimos, é o partido com uma maior representação de mulheres nos seus órgãos nacionais, os seus estatutos (BE, 2016) parecem ser aqueles que mais explicitamente destacam a questão da igualdade de género. É constante o recurso a substantivos de dois géneros (como membro, humanidade ou aderente) apesar do uso predominante do masculino (*e.g.*, eleitos). O partido define-se como “um movimento político de cidadãs e cidadãos que assume a forma legal de partido político” (número 1 do artigo 1º) e “São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos [...]” (número 1 do artigo 3º).

Mais concretamente, o BE define nos seus princípios o combate às “formas de exclusão baseadas em discriminações de carácter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião ou de classe social”, conforme consta do número 2 do artigo 1º dos seus estatutos. O partido estabelece ainda diversas regras com vista à paridade nas suas estruturas. Conforme o disposto no número 5 do artigo 21º, “As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior [Comissão de Direitos, Mesa Nacional, Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias] podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos”, sendo que “a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50” e que “b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de 1/3”. Ainda, como é referido no número 3 do artigo 10º, “A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género 50/50, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional”. Assim, em todos os órgãos deste partido devem ser observadas regras específicas que garantam uma equilibrada participação de mulheres e de homens o que acaba por resultar, como vimos, numa proporção de 48,1% de mulheres nos vários órgãos nacionais do BE.

Como vimos, os partidos são a instância central no recrutamento político e a presença de mulheres nas suas elites é um dos factores essenciais para o aumento da proporção de mulheres em cargos de tomada de decisão política: “Through the candidate selection process, political parties limit the choices available to voters. By differentially supporting candidates, parties also influence the election process” (Kunovich & Paxton, 2005, p. 541).

Mesmo que não bloqueiem activamente a sua participação, são os partidos os principais responsáveis pela promoção ou limitação do acesso das mulheres a esses cargos. Nesse sentido, o número de mulheres que incluem nas suas estruturas e a posição ideológica que assumem em relação à igualdade de género, patente também na redacção dos seus estatutos, como observámos, são elementos chave no número de mulheres que elegem.

Antes de passarmos à análise das elites políticas de eleição, tanto ao nível do poder central como do local, analisaremos ainda uma outra condicionante da participação das mulheres na esfera política e que se relaciona com o contexto social das atitudes políticas e valores de género da população.

5.3. Atitudes políticas e valores de género

Por forma a perceber o contexto social português no que diz respeito às atitudes da sua população face aos assuntos políticos, procederemos à análise do interesse e das percepções de homens e mulheres relativamente à política e ao seu funcionamento em Portugal. Esta afigura-se-nos como uma dimensão importante para aferir o potencial de mudança na sociedade civil. Num contexto de abertura das elites, às quais se observa um acesso (mesmo que apenas teoricamente) democratizado, pretendemos, com esta avaliação, perceber como é que a arena política é vista pela população (ou pelas massas, nas palavras dos teóricos clássicos das elites). Para tal, recorreremos a uma análise dos dados disponíveis mais recentes

do *European Social Survey* (ESS)¹³¹, relativos à ronda 6, de 2012 (ver nota metodológica no Anexo III).

Começando por uma breve descrição dos dados analisados, contamos com uma amostra global de 2151 pessoas, 60% mulheres e os restantes 40% homens¹³². Procurámos analisar, posteriormente numa leitura por sexo, todas as variáveis disponíveis neste inquérito que dissessem respeito às atitudes políticas e às percepções sobre o funcionamento das instituições e agentes políticos/as.

Globalmente, o interesse pela política é baixo na população bem como os níveis de participação política e cívica, excluindo a eleitoral. De facto, nesta amostra, 63,3% das pessoas dizem ter votado nas últimas eleições nacionais¹³³, em linha com os dados registados administrativamente, que reportam uma taxa de abstenção de 41,9% (SGMAI, 2015b). Contudo, para além deste dever, a participação cívica e política é, como se disse, muito reduzida entre os portugueses, nunca ultrapassando os 10%, revelando o identificado por Martins e Teixeira (2005) como uma participação política convencional. Nos 12 meses anteriores à entrevista, 6,2% contactou um político, um representante do governo central ou um representante do poder local; 1,4% trabalhou para um partido político ou movimento cívico; 4,2% trabalhou numa organização ou associação de outro tipo; 1,9% usou um emblema autocolante de campanha/movimento; 7,5% assinou uma petição; 6,9% participou numa manifestação; e 2,9% boicotou determinados produtos. Estas observações estão em linha com as de Robert Dahl, no seu trabalho sobre a igualdade política: “citizens who are deeply interested in politics constitute a minority. Except for voting, even fewer actively engage in politics, whether by [...] working for a political party, attending political meetings and rallies, or joining political organizations” (2006, p. 53).

¹³¹ O *European Social Survey* é um inquérito conduzido a cada dois anos com o objectivo de medir atitudes, valores e comportamentos da população de mais de 30 países europeus. A amostra é representativa a nível nacional das pessoas maiores de 15 anos residentes em agregados familiares privados. Em Portugal, a implementação deste inquérito é da responsabilidade do consórcio ICS-UL/ISCTE-IUL.

¹³² Todos os dados referenciados neste ponto estão disponíveis para consulta no Anexo III.

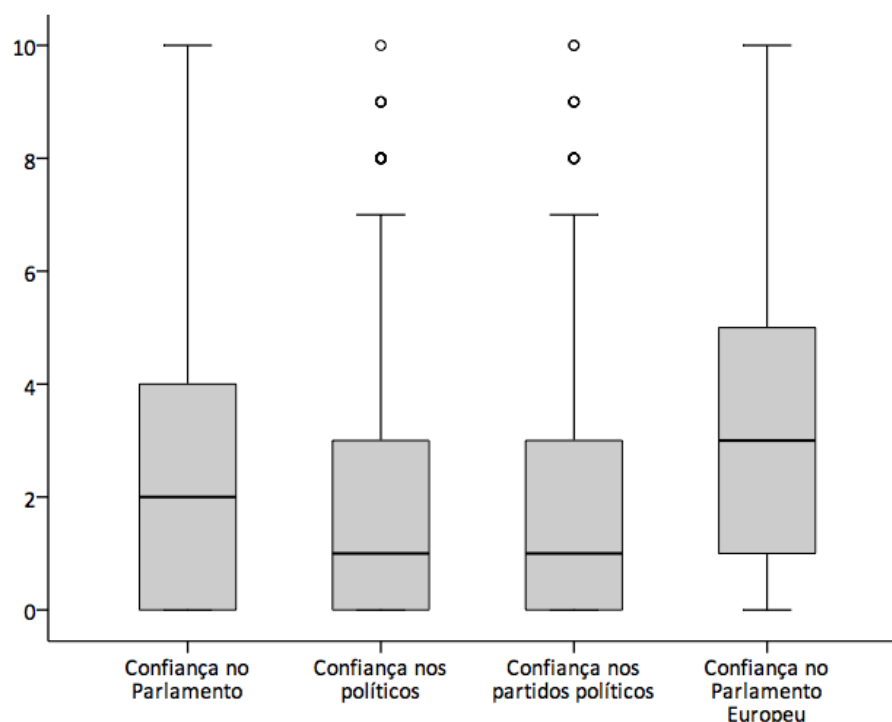
¹³³ No ano de 2012 não aconteceram actos eleitorais. Em 2011 tiveram lugar as eleições presidenciais a 23 de Janeiro e as legislativas a 5 de Junho. Tendo em conta que o trabalho de campo deste inquérito foi executado entre Outubro de 2012 e Janeiro de 2013, as “últimas eleições nacionais” dizem respeito às eleições legislativas de 2011 (ICS-UL / ISCTE-IUL, 2012).

Pouco mais de um terço dos/as inquiridos/as (37,5%) diz sentir simpatia por um partido em particular, simpatias essas que se distribuem, *grosso modo*, da mesma forma que os resultados eleitorais dos cinco partidos/coligações com representação parlamentar. Contudo, de entre os que dizem sentir mais simpatia por um partido, percebe-se que é uma simpatia relativa já que apenas 2,7% diz sentir-se muito próximo do partido referido e que dois terços dos/as respondentes diz sentir-se pouco ou nada próximo do partido pelo qual nutre mais simpatia.

No que diz respeito à confiança depositada nas pessoas e instituições, os níveis são bastantes baixos. O Parlamento nacional e o Parlamento Europeu são, em todo o caso, os que reúnem percepções mais favoráveis, com medianas na ordem dos 2 e dos 3 pontos, respectivamente (confiança medida numa escala ordinal de 11 pontos, onde 0 corresponde a nenhuma confiança e 10 a toda a confiança). Observa-se ainda que a maior parte das pessoas, mais concretamente 75%, se posiciona abaixo dos níveis 4 e 5, respectivamente.

No caso dos políticos e dos partidos, a confiança é ainda menor, sendo que metade dos/as inquiridos/as reporta níveis de confiança entre os 0 e 1 pontos. A maior parte das pessoas (75%, 3º quartil) não vai além dos 3 pontos em ambos os casos (Figura 23).

Figura 23. Diagrama de extremos e quartis para a confiança em instituições e agentes políticos/as, 2012



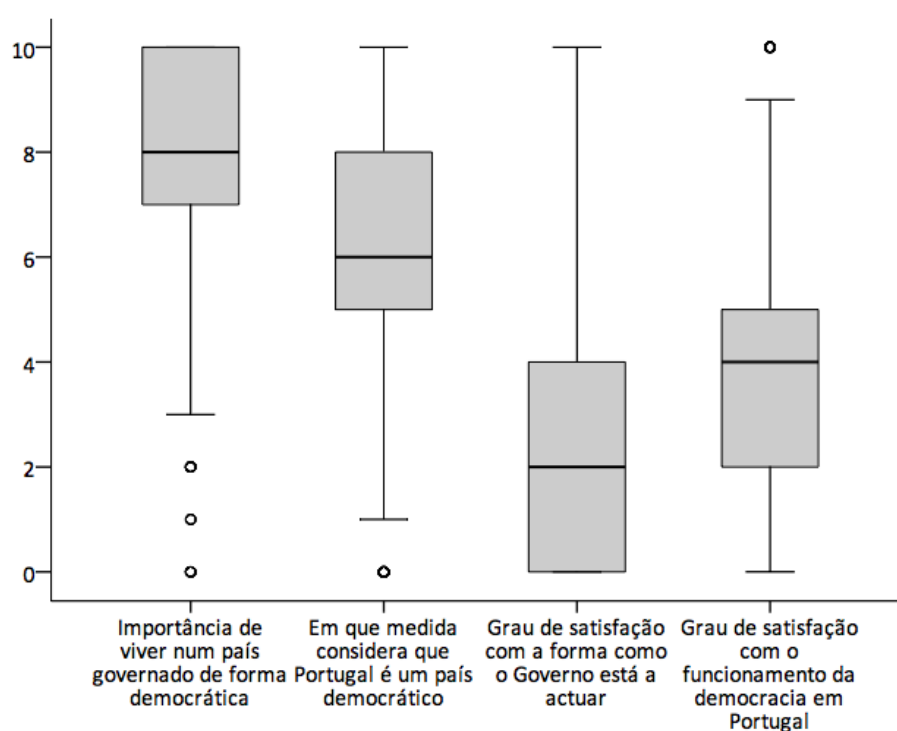
Fonte dos dados: ESS (2012).

Contextualizando com a confiança em outras instituições, observam-se níveis baixos no que diz respeito ao sistema jurídico (com níveis semelhantes aos da confiança no Parlamento Europeu), sendo que é relativamente à polícia que os indivíduos manifestam uma confiança mais elevada (com uma mediana na ordem dos 6 pontos, bastante acima dos valores registados para as anteriores instituições/agentes).

Se a confiança nos órgãos governativos é muito baixa, o mesmo se passa com a satisfação relativamente à acção do governo e à forma como a democracia funciona no nosso país. A grande maioria das pessoas (75%) revela-se insatisfeita com a forma como o governo está a actuar, facto que não é surpreendente dada a crise económica e social que Portugal atravessa desde o pedido de ajuda financeira externa. Talvez também este contexto ajude a explicar o facto de uma grande porção dos/as inquiridos/as revelar insatisfação com a funcionamento da democracia (3º quartil – 75% das respostas abaixo dos 5 pontos). As pessoas concordam ainda, na sua grande maioria, que é muito importante viver num país

governado de forma democrática, ainda que não se apresentam tão concordantes na afirmação de Portugal ser um país democrático (variável medida numa escala de 11 pontos, onde 0 representa nada democrático e 10 totalmente democrático), como se pode observar na figura seguinte (Figura 24).

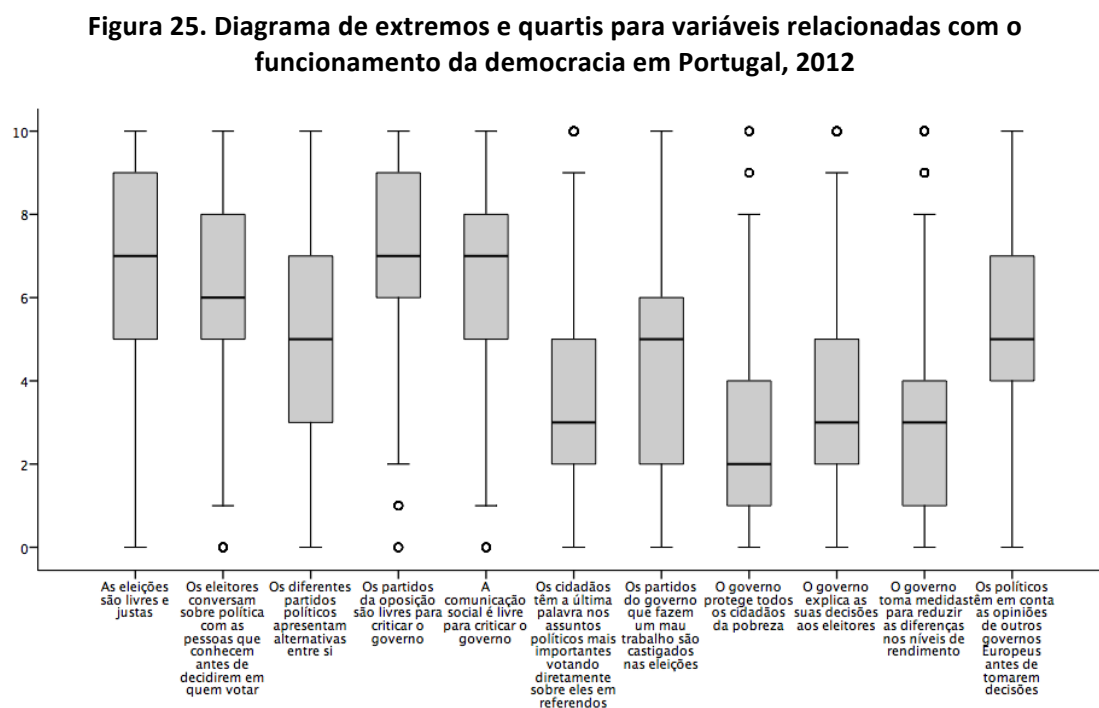
Figura 24. Diagrama de extremos e quartis para variáveis relacionadas com o governo e a democracia, 2012



Fonte dos dados: ESS (2012).

Relativamente aos vários aspectos questionados acerca do funcionamento da democracia em Portugal (variáveis medidas numa escala de 11 pontos, onde 0 corresponde a não se aplica nada e 10 a aplica-se totalmente), observa-se que para a população portuguesa inquirida é a acção governativa aquela que apresenta um pior funcionamento. Os/as respondentes consideram que o governo não cumpre adequadamente as suas funções no que diz respeito à protecção dos cidadãos relativamente à pobreza e às medidas para redução das diferenças nos níveis de rendimento e ainda que não explica suficientemente as suas decisões aos eleitores. Ainda, os/as respondentes não consideram, em grande medida, ter a última palavra

nos assuntos importantes votando directamente sobre eles através de referendos. Estas conclusões são visíveis nos quartis de distribuição das respostas, cuja mediana varia entre os dois e os três pontos (Figura 25).



Fonte dos dados: ESS (2012).

Por outro lado, as variáveis relacionadas com a liberdade de expressão política apresentam valores bastante elevados (com medianas ao nível dos 7 pontos). Em geral, os/as portugueses/as inquiridos/as consideram que as eleições são justas e livres e que tanto os partidos da oposição como a comunicação social têm liberdade para criticar o governo (ver figura anterior). Nota-se, portanto, um padrão: apesar dos/as portugueses/as reconhecerem estarem garantidas as condições para um bom funcionamento da democracia, na prática, a acção governativa não lhes parece a mais adequada.

Passando agora a uma análise dos mesmos indicadores por sexo, encontramos uma relação significativa entre o interesse pela política e o sexo ($\chi^2_{(3)} = 30,46$, $p < 0,001$), observando-se ainda que é mais provável que os homens tenham muito ou algum interesse na política e que as mulheres se digam nada

interessadas¹³⁴. Esta observação vai ao encontro de resultados anteriores sobre o interesse e conhecimento da política de mulheres e homens e o seu impacto no envolvimento político (Hayes & Bean, 1993; Verba *et al.*, 1997), desnível eventualmente subsidiário de uma matriz social católica e tradicional relativamente aos papéis de género e de participação democrática universal recente (Hayes & Bean, 1993; M.L. Inglehart, 1981). No sentido de procurar pistas que indiciem potenciais de mudança, tentámos ainda perceber se o interesse na política é diferenciado consoante a idade. De facto, nos homens não se observaram diferenças significativas ($H_{(3)} = 2,891$, $p = 0,409$) mas em relação às mulheres percebemos que as mais novas são as que se dizem mais interessadas e que o interesse diminui com o aumento da idade ($H_{(3)} = 18,549$, $p < 0,001$)¹³⁵. Estes dados sugerem uma mudança de atitude das mulheres face à política que pode ser benéfica na sua aproximação ao campo e que poderá eventualmente resultar da crescente proporção de mulheres nos partidos, no parlamento e nas autarquias: a presença de mulheres na política encoraja outras a interessarem-se e a participarem activamente nesta esfera (Burns *et al.*, 2001; Kittilson, 2005; Phillips, 1998a; Wolbrecht & Campbell, 2007).

Contudo, no que respeita ao exercício do direito de voto, não foram encontradas diferenças significativas entre os sexos ($\chi^2_{(1)} = 3,04$, $p = 0,081$), ainda que pareça existir um maior número de votantes mulheres, como aliás foi já verificado internacionalmente (Lowndes, 2004).

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre mulheres e homens no que diz respeito ao partido votado ($\chi^2_{(1)} = 3,04$, $p = 0,033$), muito embora se encontre apenas uma maior probabilidade dos homens terem votado na CDU. O mesmo não se passa relativamente ao posicionamento ideológico no eixo esquerda-direita: não há evidência estatística de que homens e mulheres tenham posicionamentos ideológicos médios significativamente diferentes ($U = 254198,5$, $p = 0,604$). Esta observação não confirma o verificado em outros países, como a Holanda, a Dinamarca ou os EUA (onde as mulheres tendem a posicionar-se mais à esquerda que os homens) ou a Espanha (onde se encontrou a relação contrária,

¹³⁴ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Interesse na política”: $r_{H; muito\ interessado} = 2,2$; $r_{H; algo\ interessado} = 4,7$; $r_{M; nada\ interessado} = 3,6$.

¹³⁵ Ver procedimentos e testes de comparações múltiplas no Anexo III.

mulheres posicionadas ideologicamente mais à direita) (Edlund & Pande, 2002; R. Inglehart & Norris, 2003). Esta observação alinha-se com o facto de não se verificarem diferenças significativas entre mulheres e homens no que diz respeito à simpatia por algum partido em particular ($\chi^2_{(1)} = 3,28, p = 0,070$).

No que concerne à participação cívica e política, encontrámos relações significativas entre o sexo e: contacto com um político, um representante do governo central ou um representante do poder local ($\chi^2_{(1)} = 6,94, p = 0,008$); trabalho numa organização ou associação de outro tipo ($\chi^2_{(1)} = 9,06, p = 0,003$); e participação em manifestação ($\chi^2_{(1)} = 24,45, p < 0,001$). E em todas elas existe uma maior probabilidade de serem os homens a levar a cabo estas actividades. Em todas as restantes actividades não foi encontrada uma diferença significativa entre mulheres e homens.

No que diz respeito à confiança nas instituições e nos/as agentes políticos/as, não encontrámos diferenças significativas entre mulheres e homens em nenhum dos indicadores considerados, seja a confiança no Parlamento ($U = 534911,0, p = 0,172$), no Parlamento Europeu ($U = 489545,0, p = 0,923$), nos políticos ($U = 540342,5, p = 0,123$) ou nos partidos políticos ($U = 542630,5, p = 0,229$). Estes dados parecem indicar que o afastamento diferenciado de homens e de mulheres em relação ao domínio político não terá origem em percepções distintas face ao campo, devendo estar outros factores em causa para o explicar.

Relativamente às variáveis atinentes ao governo e à democracia, não foram encontradas diferenças significativas entre os dois sexos, ou seja, mulheres e homens não revelaram percepções diferenciadas no que respeita: à importância de viver num país governado de forma democrática ($U = 534134,0, p = 0,577$); à consideração de que Portugal é um país democrático ($U = 517183,5, p = 0,221$); ao grau de satisfação com a forma como o governo está a actuar ($U = 542521,5, p = 0,196$); e ao grau de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal ($U = 518822,5, p = 0,150$).

Para avaliar as possíveis diferenças entre os sexos relacionadas com o funcionamento da democracia em Portugal, optámos por reduzir a multidimensionalidade dos dados através de uma Análise em Componentes

Principais (ACP). Cumpridos os pressupostos de aplicação¹³⁶, e segundo o critério de Kaiser, reduzimos as 12 variáveis iniciais a duas componentes, conforme o quadro que se apresenta no quadro seguinte (Quadro 15).

Quadro 15. Matriz das componentes da solução rodada (Varimax)

	Correcto funcionamneto do governo e governantes	Liberdade de expressão política	% variância explicada
Em Portugal, os cidadãos têm a última palavra nos assuntos políticos mais importantes votando directamente sobre eles em referendos	.767	.183	41.5
Em Portugal, os partidos do governo que fazem um mau trabalho são castigados nas eleições	.559	.450	
Em Portugal, o governo protege todos os cidadãos da pobreza	.808	-.060	
Em Portugal, o governo explica as suas decisões aos eleitores	.875	.173	
Em Portugal, o governo toma medidas para reduzir as diferenças nos níveis de rendimento	.889	.070	
Em Portugal, os políticos têm em conta as opiniões de outros governos europeus antes de tomarem decisões	.568	.371	18.4
Em Portugal, as eleições legislativas são livres e justas	.108	.746	
Em Portugal, os eleitores conversam sobre política com as pessoas que conhecem antes de decidirem em quem votar	.205	.738	
Em Portugal, os diferentes partidos políticos apresentam alternativas entre si	.412	.554	
Em Portugal, os partidos da oposição são livres para criticar o governo	-.039	.826	
Em Portugal, a comunicação social é livre para criticar o governo	.036	.802	
Em Portugal, a comunicação social dá aos cidadãos informação correcta para avaliar o governo	.278	.558	

Fonte dos dados: ESS (2012).

Encontrámos então duas dimensões subjacentes a estes dados que remetem, por um lado, para aspectos relativos ao funcionamento do governo e dos/as governantes e, por outro lado, para questões ligadas à liberdade de expressão política.

Se não existem diferenças entre os sexos no que diz respeito à última – liberdade de expressão política ($U = 269111,0$, $p = 0,221$), observámos diferenças significativas entre homens ($M = 0,018$, $DP = 0,975$) e mulheres ($M = -0,105$, $DP = 1,004$) relativamente à dimensão relacionada com a actuação do governo e dos/as governantes ($t_{(1495)} = 2,39$, $p = 0,017$), sendo as mulheres as que menos se revêem numa correta actuação do governo.

¹³⁶ As variáveis são de tipo métrico ou, neste caso, são passíveis de serem tratadas como tal; amostra de grande dimensão – o número de observações é cinco vezes superior ao número de variáveis em análise; medida de Kaiser-Meyer-Olkin = 0,888; teste de esfericidade de Batlett significativo ($\chi^2_{(66)} = 9170,73$, $p < 0,001$).

Ainda assim, e como vimos, as mulheres apresentam níveis de participação cívica e política inferiores aos dos homens (à excepção da participação eleitoral) e estão menos presentes em lugares de poder político. Como observa Nelly Stromquist,

“Politics, politicians, policies. These are concepts about which women are socialized into feeling distant and alien: distant because these terms belong to the public sphere and alien because they invoke masculinity and power. While the state has always been an object of attention in attempts to understand and advocate human welfare, most women have been socialized into avoiding it” (1995, p. 423).

Testámos ainda o nível de interesse na política de homens e mulheres num outro inquérito sobre valores, de modo a fazer uma validação cruzada da informação. Recorremos ao *European Values Survey* (EVS)¹³⁷ (ver nota metodológica no Anexo III), por forma a perceber se as conclusões retiradas anteriormente são estáveis. Mesmo sendo este inquérito de 2008, considerámos que seria um adequado termo de comparação, já que não são expectáveis grandes variações ao nível das percepções.

E, de facto, foi isso que encontrámos. Apesar do quadro geral de desinteresse na política (73,4% dos/as respondentes diz-se pouco ou nada interessados/as na política; 76,5% afirma que a política não é importante ou não é de todo importante nas suas vidas), verifica-se uma diferença estatisticamente significativa entre homens e mulheres a este nível.

Os homens estão significativamente mais interessados na política que as mulheres ($\chi^2_{(3)} = 110,56, p < 0,001$)¹³⁸ e é também para eles que a política parece ter

¹³⁷ O *European Values Survey* é um inquérito longitudinal e transnacional aos valores dos/as cidadãos/ãs europeus/eias sobre as suas crenças, preferências, atitudes, valores e opiniões, cuja primeira aplicação ocorreu em 1981, tendo-se realizado também em 1990, 1999 e 2008. Portugal participou nas três últimas vagas. A amostra é representativa (de sexo e idade; de nível de instrução; por grau de urbanização; e por sexo, idade e nível de instrução) a nível nacional e regional (NUTS II e apenas para o continente), das pessoas maiores de 18 anos residentes em agregados familiares privados. Em Portugal, a implementação deste inquérito é da responsabilidade do ICS-UL (EVS-GESIS, 2010).

¹³⁸ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Interesse na política”: $r_{H; muito\ interessado} = 3,3$; $r_{H; algo\ interessado} = 7,8$; $r_{M; nada\ interessado} = 9,3$.

mais importância na sua vida ($\chi^2_{(3)} = 39,85, p < 0,001$)¹³⁹. Assim, verifica-se uma consistência entre diferentes fontes de dados no que diz respeito a esta temática em particular.

Em suma, verifica-se um desinteresse generalizado na política a par de uma fraca participação cívica e política (à excepção da eleitoral), naquilo que Martins e Teixeira (2005) designam como uma participação política convencional. Encontrámos ainda uma fraca ligação ao sistema político, quer no que se relaciona com a ligação e identificação com os/as seus/uas agentes (políticos/as e partidos), quer no que diz respeito à confiança nas (e satisfação com) as instituições governativas, a par de uma elevada valorização do sistema democrático e de uma satisfação com o seu funcionamento, nomeadamente no que diz respeito à liberdade de expressão política. Homens e mulheres apresentam comportamentos e atitudes semelhantes no que diz respeito à participação eleitoral e ao posicionamento político-ideológico e revelam também percepções semelhantes relativamente à satisfação com a governação e com o funcionamento da democracia em Portugal. Encontrámos, contudo, algumas diferenças importantes: as mulheres revelam uma menor participação política e cívica, a par de um menor interesse pela política, relativamente aos homens; e as mulheres manifestam-se mais insatisfeitas com a actuação do governo e dos/as governantes.

O que poderá então explicar que, face a um maior descontentamento relativo à acção governativa, as mulheres se retraiam mais do que os homens no que diz respeito a uma participação política e cívica e se sintam mais afastadas dos assuntos políticos? Parece-nos que a tradicional socialização de género, que tem sido dominante, desempenha aqui um papel central na manutenção destes fenómenos e que tende a associar a esfera pública à masculinidade.

Para além das atitudes e das percepções face à política, também a assimétrica construção dos papéis sociais de género se constituem como obstáculos à participação das mulheres esfera pública e nos órgãos de tomada de decisão (Reynolds, 1999; Shvedova, 2005). A percepção de uma desigual distribuição das

¹³⁹ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Importância da política na vida”: $r_{H; muito importante} = 3,0$; $r_{H; algo importante} = 3,5$; $r_{M; nada interessado} = 5,7$.

tarefas e dos papéis no contexto familiar resultam não apenas numa limitação às escolhas, oportunidades e participação das mulheres (Moghadam, 2003; Norris & Lovenduski, 1995), como também processos de auto-exclusão onde as mulheres se consideram menos competentes, menos capazes e menos confiantes para a actividade política (Fox & Lawless, 2004; Rao, 2005; Shvedova, 2005).

Nesse sentido, procurámos perceber como se configuram as atitudes e os valores dos/as portugueses/as face aos papéis que uns e outros desempenham na sociedade, particularmente no que diz respeito às dimensões do trabalho e da vida familiar. Para tal, recorremos aos dados do EVS que incluem, para Portugal, uma amostra de 1553 indivíduos¹⁴⁰.

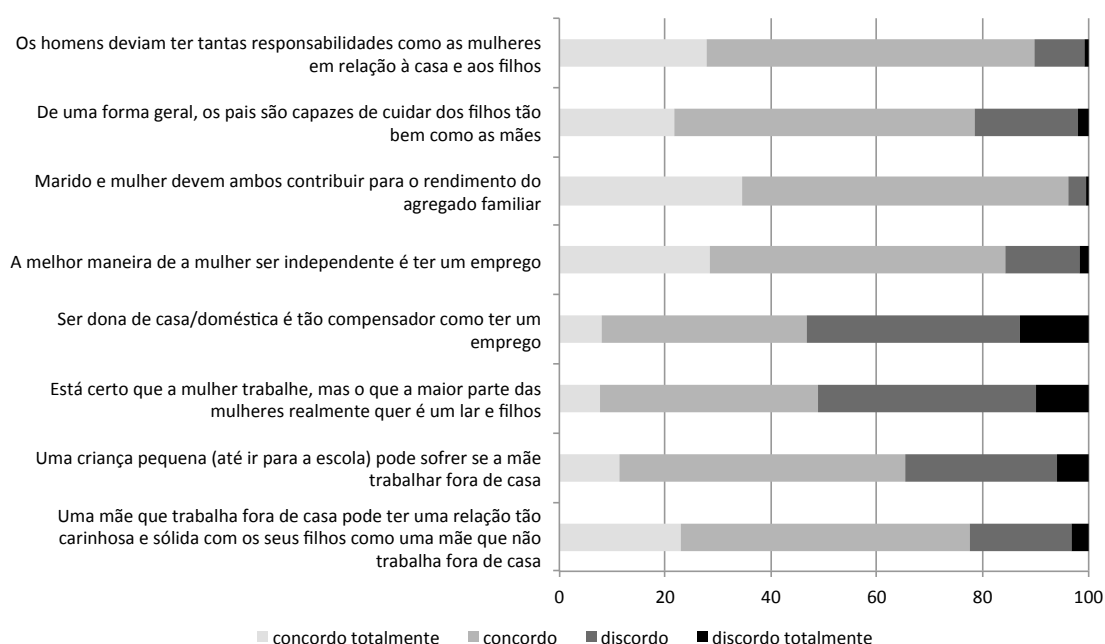
Um dos indicadores interessantes deste questionário prende-se com os valores associados ao mercado de trabalho, quando é pedido aos/às entrevistados/as que se posicionem relativamente à afirmação “Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres”. Ainda que a maioria das respostas sejam discordantes (65,8%), encontramos ainda uma proporção bastante expressiva de pessoas que concordam com a afirmação (20,7%) e ainda 13,5% dos/as inquiridos/as declara não concordar nem discordar. Assim, podemos perceber que mais de um terço da população (consideramos que não ter opinião perante esta afirmação é indicador de uma posição mais favorável perante a mesma) parece considerar justificável um desequilíbrio nos direitos laborais entre homens e mulheres, em contexto de escassez de empregos.

No que diz respeito à realização pessoal, observa-se que ter filhos se constitui como um meio importante para a atingir. E se 51,5% da população considera que uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada, 43,9% das pessoas pensa o mesmo relativamente aos homens. Apesar de, no caso dos homens, a percentagem de concordâncias ser um pouco mais baixa, não nos parece particularmente uma diferença reveladora de profundas clivagens. Parece-nos, sim, que a parentalidade desempenha um papel central para a maioria dos/as inquiridos/as enquanto projecto de realização pessoal que, em todo o caso, é mais expressivo no caso das mulheres.

¹⁴⁰ Ver resultados das análises estatísticas no Anexo III.

Como se observa na figura seguinte (Figura 26), os/as portugueses/as parecem aproximar-se de valores igualitários face à partilha de responsabilidades relativamente aos/às filhos/as (89,7% mostra-se concordante com a afirmação “Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos” e 78,5% com a afirmação “De uma forma geral, os pais são capazes de cuidar dos filhos tão bem como as mães”). Também no que diz respeito às responsabilidades financeira, uma ampla maioria (96,1%) considera que “marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar”. No mesmo sentido, verificamos que a maior parte das pessoas (84,2%) concorda com a afirmação “A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego”. Apesar do comportamento destas variáveis indiciar atitudes tendencialmente igualitárias face aos papéis sociais de género, encontramos outras que nos levam a assumir alguma resistência relativamente a este assunto. Por um lado, no que diz respeito ao papel das mulheres no mercado de trabalho e na esfera doméstica, encontramos um grande conjunto de pessoas que considera que “Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego” (46,6%) e que concorda com a afirmação “Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” (48,8%). Por outro lado, e no que diz respeito ao impacto nos/as filhos/as do trabalho das mulheres fora de casa, observa-se uma percentagem muito expressiva de concordâncias face às afirmações “Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa” (65,5%) e “Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa” (77,6%).

Figura 26. Posicionamento face aos papéis de homens e mulheres na sociedade, 2008 (%)



Fonte dos dados: European Values Survey (2008).

Estes dados levam-nos, então, a considerar que, apesar de alguns indícios de atitudes e valores de género igualitários, persistem ainda preconceitos face às mulheres, particularmente expressivos em relação ao domínio da casa e da família.

Fazendo agora uma desagregação destas mesmas percepções e atitudes pelo sexo dos/as respondentes, conseguimos perceber alguma ambivalência: se, por um lado, encontramos indícios de uma percepção de igualdade de género nos papéis sociais, observamos, por outro lado, uma persistência de valores que associam as responsabilidades familiares às mulheres. Vejamos.

Não foi encontrada uma relação significativa entre o sexo dos/as inquiridos/as e a concordância/discordância com a afirmação “Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada” ($\chi^2_{(1)} = 2,97, p = 0,085$). Contudo, relativamente à mesma afirmação feita a propósito dos homens, verifica-se uma relação significativa ($\chi^2_{(4)} = 26,41, p < 0,001$), sendo sobretudo os homens que consideram

que um homem só se sente realizado se tiver filhos, ao passo que as mulheres, tendencialmente, não concordam nem discordam desta afirmação¹⁴¹.

No que diz respeito direito ao emprego, em contexto de escassez, encontrámos uma relação significativa com o sexo dos/as respondentes ($\chi^2_{(2)} = 52,44$, $p < 0,001$), sendo que são as mulheres quem mais discorda da afirmação “Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres”, enquanto que os homens tendem a concordar ou a ter uma posição neutra¹⁴², o que, a haver relação, seria o esperado. Numa lógica semelhante, verificámos também uma relação significativa entre ter um emprego como a melhor maneira de uma mulher ser independente e o sexo dos/as inquiridos/as ($\chi^2_{(3)} = 26,30$, $p < 0,001$), sendo as mulheres quem mais concorda totalmente com a afirmação, enquanto se os homens se revelam relativamente ambivalentes, patente na sua associação com as categorias “concordo” e “discordo”¹⁴³.

Quanto à contribuição financeira dos membros do casal, inquiridos e inquiridas distinguem-se sobretudo quanto ao grau de concordância com a afirmação “Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar”, dizendo-se as mulheres totalmente concordantes e os homens concordantes¹⁴⁴.

Quanto a considerar que ser dona de casa ou doméstica ser tão compensador como ter um emprego, encontramos uma relação significativa com o sexo dos/as respondentes ($\chi^2_{(3)} = 12,26$, $p = 0,007$), ainda que a relação mais expressiva seja a

¹⁴¹ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Um homem só se sente realizado se tiver filhos”: $r_{H;concordo\ totalmente} = 2,2$; $r_{H;concordo} = 3,6$; $r_{M;não\ concordo\ nem\ discordo} = 3,5$.

¹⁴² Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres”: $r_{H;concordo} = 2,8$; $r_{H;não\ concordo\ nem\ discordo} = 6,0$; $r_{M;não\ concordo} = 6,7$.

¹⁴³ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego”: $r_{H;concordo} = 2,8$; $r_{H;discordo} = 2,5$; $r_{M;concordo\ totalmente} = 4,9$.

¹⁴⁴ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar”: $r_{H;concordo} = 3,6$; $r_{M;concordo\ totalmente} = 3,7$. Não podemos, neste caso, aferir a relação que, globalmente, se estabelece entre as duas variáveis uma vez que não estão cumpridos os pressupostos de aplicação do teste de χ^2 .

total discordância por parte das mulheres¹⁴⁵. Em sentido semelhante encontramos a relação que se estabelece entre o sexo e a afirmação “Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” ($\chi^2_{(3)} = 14,12, p = 0,003$), revelando que são os homens quem mais se mostra concordante, enquanto que as mulheres se afirmam discordantes ou totalmente discordantes¹⁴⁶. Ainda um outro resultado que indicia uma diferença nas percepções de mulheres e de homens prende-se com a partilha das responsabilidades domésticas ($\chi^2_{(3)} = 29,23, p < 0,001$): enquanto que se encontra uma associação entre as mulheres e a total concordância com a partilha de responsabilidades de mulheres e homens em relação à casa e aos filhos, já os homens manifestam-se mais discordantes¹⁴⁷.

Relativamente à afirmação “Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa” ($\chi^2_{(3)} = 10,00, p = 0,019$), observa-se que as mulheres afirmam concordar totalmente enquanto o homens se dizem concordantes¹⁴⁸. Estes resultados são particularmente interessantes na medida em que, de alguma forma, apontam numa direcção um pouco diferente comparativamente aos indicadores anteriores. Se em relação aos indicadores analisados até agora percebemos que as mulheres se aproximam mais de uma posição de igualdade de género nos papéis sociais do que os homens, a análise destas últimas variáveis revela claramente que os estereótipos estão enraizados tanto nos homens como nas mulheres, talvez até de forma mais profunda nas mulheres no que diz respeito à parentalidade, patente na exacerbação do seu papel de mães. A corroborar esta observação encontramos ainda uma relação significativa entre o sexo dos/as respondentes e a posição face à afirmação “De uma forma geral, os pais são capazes de cuidar dos filhos tão bem como as mães” ($\chi^2_{(3)} = 15,17, p =$

¹⁴⁵ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego”: $r_{M;discordo\ totalmente} = 3,0$.

¹⁴⁶ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos”: $r_{H;concordo} = 3,2$; $r_{M;discordo} = 2,4$; $r_{M;discordo\ totalmente} = 2,1$.

¹⁴⁷ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos”: $r_{H;discordo} = 4,5$; $r_{M;concordo\ totalmente} = 3,8$.

¹⁴⁸ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa”: $r_{H;concordo} = 3,0$; $r_{M;concordo\ totalmente} = 2,0$.

0,002). Se os homens tendem a concordar, já as mulheres revelam uma associação não apenas com a total concordância mas também com a total discordância¹⁴⁹. Em todo o caso, os resultados obtidos quanto à afirmação “Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa” ($\chi^2_{(3)} = 23,49$, $p < 0,001$), revelam alguma ambivalência por parte das mulheres já que elas tentem a dizer-se totalmente concordantes ao passo que os homens se revelam mais discordantes¹⁵⁰.

Em suma, observa-se que, globalmente, a população portuguesa demonstra valores de género tendencialmente igualitários, sobretudo quando a referência é feita em termos comparativos entre homens e mulheres. Mas quando as questões são colocadas especificamente ao nível dos papéis e responsabilidades das mulheres na esfera da casa e da família, os valores apontam para uma posição mais conservadora. Percebemos também que, ainda que se encontrem orientações diferenciadas nos valores de homens e mulheres (associando estas últimas a uma maior noção de igualdade de género), as mulheres parecem exacerbar o seu papel enquanto mães ao estarem associadas à discordância relativamente a iguais capacidades de homens e mulheres tratarem dos filhos e ainda ao efeito penalizador do trabalho fora de casa das mães nos filhos em idade pré-escolar. É, portanto, evidente que os estereótipos de género, que associam as mulheres a funções e responsabilidades específicas, ligadas à esfera doméstica, estão enraizadas nas pessoas, tanto homens como mulheres. Como referem Norris e Lovenduski, “Where traditional values prevail, women are not just limited by society in terms of the opportunities they seek; they also choose to limit themselves” (2005, p. 251). E uma alteração sustentada a este nível pode apenas ser operada através de uma socialização para a igualdade.

Assim, como defendem diversos/as autores/as, a mudança pode ser impulsionada a partir da área da educação, onde encontramos já algumas boas

¹⁴⁹ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “De uma forma geral, os pais são capazes de cuidar dos filhos tão bem como as mães”: $r_{H;concordo} = 2,1$; $r_{M;concordo\ totalmente} = 2,6$; $r_{M;discordo\ totalmente} = 2,7$.

¹⁵⁰ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa”: $r_{H;discordo} = 2,5$; $r_{M;concordo\ totalmente} = 4,6$.

práticas como é o caso da disseminação dos guias de educação “género e cidadania” para o pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos que incluem questões sobre a (des)igualdade de género na tomada de decisão e sugerem actividades práticas para as/os alunas/os possam pensar e discutir os estereótipos de género promovendo atitudes de igualdade de género (Cardona, Nogueira, Vieira, Piscalho, *et al.*, 2015; Cardona, Nogueira, Vieira, Uva, & Tavares, 2015; Pinto *et al.*, 2009; Pomar *et al.*, 2012).

A par desta abordagem, fundamental para uma intervenção sustentada e sustentável no sentido da igualdade de género, parece-nos também importante a implementação de outras estratégias que, num curto prazo, contribuam para a correcção das assimetrias verificadas, nomeadamente no acesso à tomada de decisão política, como é o caso das medidas de acção afirmativa, abordadas anteriormente.

6. Os números do poder central eleito em Portugal

Focando-nos agora especificamente na participação das mulheres nos órgãos de poder político, procuraremos dar resposta à terceira questão que definimos para o desenvolvimento do presente trabalho e que se relaciona com a configuração da participação das mulheres nas instâncias de poder político no Portugal democrático (Q3). Assim, nesta secção far-se-á a análise do número e da proporção de mulheres nos cargos políticos de maior relevância a nível nacional e cuja ocupação resulta de um escrutínio eleitoral.

Tendo em conta que, no período democrático em análise, Portugal nunca contou com nenhuma mulher na presidência da República, serão analisados apenas os momentos eleitorais relativos às votações para a Assembleia da República.

Por outro lado, e considerando que apenas em 1976 foi aprovada a Constituição e estabilizado o sistema político, optámos por analisar os dados relativos ao período compreendido entre 1976 e 2015, ano das últimas eleições legislativas.

Com esta análise pretende-se perceber a evolução quantitativa da presença feminina na Assembleia da República bem como, ao observar a sua distribuição por força política e a composição das listas eleitorais, encontrar pistas para que mecanismos operam na limitação ou promoção da participação das mulheres na política.

Assim, começaremos por estudar a presença das mulheres nas listas eleitorais apresentadas a escrutínio que, tendo em conta o período considerado, representam 14 momentos eleitorais (1976; 1979; 1980; 1983; 1985; 1987; 1991; 1995; 1999; 2002; 2005; 2009; 2011; 2015). Passaremos depois à análise dos resultados de cada um desses momentos eleitorais. Ainda de referir que, tanto caso num como noutro, se fará um estudo da informação com os níveis de desagregação que os dados permitirem, que deverá passar por uma desagregação territorial e por força política. Procurar-se-á igualmente perceber, a nível nacional, os efeitos da aplicação da Lei da Paridade, através da comparação do panorama relativo à

composição das listas e aos/às eleitos/as antes e depois da sua promulgação em 2006.

Antes de passar à análise dos dados, cumpre-nos apresentar algumas notas metodológicas relativamente às fontes utilizadas e aos dados analisados.

No que diz respeito aos dados relativos às eleições legislativas (listas e eleitos/as), recorreremos aos dados oficiais publicados tanto pela Administração Eleitoral (da Direcção-Geral da Administração Interna, actual Secretaria Geral da Administração Interna, do Ministério da Administração Interna – SGMAI) como pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Em alguns casos, recorreremos a esses mesmos dados já compilados por Nuno Dias e pela sua equipa no estudo realizado para a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género sobre a aplicação da Lei da Paridade (Dias, 2011a).

Analisaremos, por uma questão de uniformidade, os dados relativos aos partidos e às coligações com assento parlamentar – BE, CDU, PS, PPD/PSD e CDS-PP. Também com o intuito de uniformização da leitura e de simplificação da análise, optámos por utilizar as actuais siglas utilizadas pelos partidos/coligações. Para mais informações acerca das designações de cada partido/coligação em cada uma das eleições legislativas desde 1976, ver Anexo V.

Tendo sido analisadas apenas as forças partidárias referidas, foram deixadas de fora todas as listas eleitorais apresentadas por todos os outros partidos e coligações que, ao longo das últimas quatro décadas, se apresentaram a escrutínio. No que diz respeito aos/às eleitos/as, não foram considerados para a análise: em 1976, 1979 e 1980, um deputado da União Democrática Popular (UDP); em 1985, 42 deputados e duas deputadas do Partido Renovador Democrático (PRD); em 1987, seis deputados e uma deputada do Partido Renovador Democrático (PRD); em 1991, um deputado do Partido da Solidariedade Nacional (PSN); e, em 2015, um deputado do Pessoas-Animais-Natureza (PAN).

Os dados em estudo, pela sua quantidade e complexidade (note-se que estamos a falar de informação de mais de três décadas), foram alvo de uma cuidada

sistematização e verificação, sempre que possível, através do confronto entre diferentes suportes.

6.1. Composição das listas eleitorais concorrentes às eleições legislativas

Como vimos anteriormente, a eleição de mulheres depende em larga medida do número de candidatas. Como defendem diversos autores, quando as mulheres se candidatam, as mulheres ganham tão frequentemente como os homens, ou seja, o voto não sofre, por parte dos/as eleitores/as, influência do sexo dos/as candidatos/as (Fox & Lawless, 2004; Matland & King, 2002; NWPC, 1994; Rallings *et al.*, 2010; Seltzer *et al.*, 1997; Thompson & Steckentrider, 1997). A questão estará, naquilo que nos importa discutir neste momento¹⁵¹, no facto de, por um lado, as mulheres não se candidatarem em número semelhante ao dos homens e, por outro lado, de serem prejudicadas pela vantagem da incumbência de que beneficiam os homens (Darcy *et al.*, 1994).

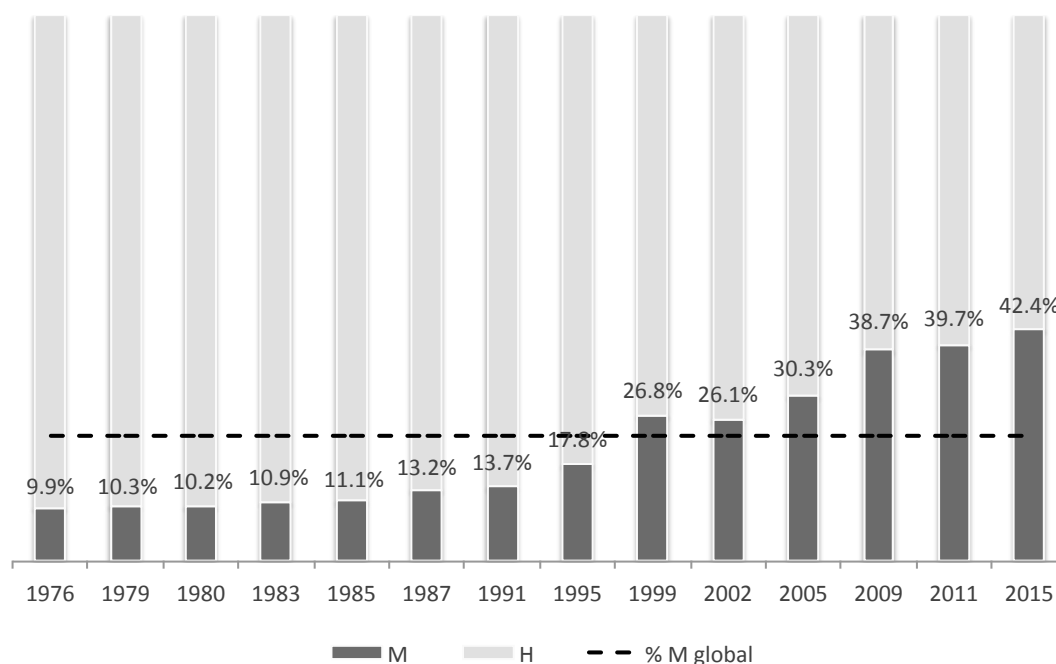
Começaremos então por olhar para a composição das listas eleitorais para as eleições legislativas no Portugal democrático desde 1976.

Em Portugal, o número de mulheres nas listas eleitorais para as eleições legislativas sofreu um aumento muito considerável nos últimos 40 anos (Figura 27). Se nas primeiras eleições após a implementação da Constituição da República Portuguesa (1976) as mulheres representavam pouco menos de 10% dos/as candidatos/as à Assembleia da República, nas mais recentes eleições legislativas (2015) a sua proporção sobe para os 42,4%. Ainda que ao longo dos 14 momentos eleitorais observados se verifique um aumento consistente, não é alheio aos números mais recentes (a rondar os 40% desde 2009) a implementação da Lei da Paridade. Apenas nos momentos em que é obrigatória uma proporção mínima de

¹⁵¹ Os constrangimentos de ordem socioeconómica e ainda os de carácter cultural e histórico foram já discutidos anteriormente e serão retomados mais adiante; diversas dimensões dos factores de ordem política limitadores da participação das mulheres foram discutidas anteriormente, importando agora focar a análise na questão que se situa a montante da eleição, ou seja, a possibilidade de eleição (concretamente, a apresentação de homens e mulheres a escrutínio).

um terço de candidatas/as de cada um dos sexos, a proporção de mulheres ultrapassa os 33,3%.

Figura 27. Composição das listas concorrentes às eleições legislativas por sexo, 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: CNE (2015a); Dias (2011a).

Ainda, e considerando as listas apresentadas por todas as forças políticas em todos os momentos eleitorais legislativos desde 1976, a proporção de candidatas situa-se nos 22,9%, valor ultrapassado a partir de 1999, ano em que entra definitivamente no debate político a questão da paridade nos cargos de liderança política, como vimos anteriormente a propósito da discussão sobre a acção afirmativa.

O aumento do número de mulheres nas listas não é alheio ao debate e aos movimentos internacionais:

“the constitution of women's position in society and economy, and of women's position in the home [...], owes much to changes and trends that are international and transnational. [...] At the cost of some exaggeration, it is possible to extend the slogan of the women's movement, that the 'personal

is the political', to assert that 'the personal is international'" (Halliday, 1988, pp. 421-422).

De facto, e como observaram diversos/as autores/as (e.g., Paxton *et al.*, 2006; Ramirez *et al.*, 1997), observa-se um fenómeno designado por efeito de contágio que dá conta da reacção dos países à globalização de modelos e padrões internacionais. Esta linha de argumentação defende então que os países tendem a reagir às pressões globais impulsionadas pelos movimentos internacionais de mulheres para as transformações dos papéis e posição das mulheres na sociedade, incluindo a sua participação na vida política.

O número de conferências internacionais onde a questão dos direitos das mulheres e da igualdade de género é debatida cresceu muitíssimo ao longo do século XX, sendo o *First International Congress of Women's Rights* (realizado em Paris em 1878) aquele que marca o início desta série.

Os movimentos internacionais de mulheres não são de todo recentes, mesmo que a sua dimensão e o seu alcance tenham vindo a aumentar ao longo do tempo (Berkovitch, 1999). De facto, na conferência de Paris de 1878, onde estiveram presentes 12 países (Rupp, 1997), a questão do sufrágio das mulheres foi deixada de fora da discussão, tendo sido redigidas resoluções no âmbito da igualdade na educação, no trabalho e na família (Clark, 2008). Desde então, tiveram lugar diversas outras conferências internacionais que, não só contaram com um número de participantes cada vez mais elevado, como conseguiram alargar e aprofundar os temas em discussão e as resoluções publicadas (Paxton *et al.*, 2006). Dez anos depois, em 1888, tem lugar, em Washington D.C., a *First International Women's Conference*¹⁵² que, apesar de ter sido organizada pela *U.S. National Woman Suffrage Association*, teve como principal marca o facto de congregar um largo espectro de activistas e membros de diferentes associações (para uma revisão da história dos movimentos transnacionais de mulheres até 1945, ver Rupp, 1994).

Definida como princípio na Carta das Nações Unidas (UN, 1945), a igualdade entre homens e mulheres tem sido mundialmente reiterada pelo mesmo organismo

¹⁵² Conferência onde nasceu o *International Council of Women* (ICW), a mais antiga organização transnacional de mulheres ainda existente (Rupp, s.d.).

nas sucessivas conferências que organizou. A primeira, realizada na Cidade do México em 1975, contou com a participação de 133 governos e 6000 representantes de organizações não governamentais e definiu os princípios e objectivos para o avanço das mulheres até 1985 (e que incluem a necessidade de criar condições para a sua participação na vida política) (UN, 1976).

A segunda juntou 145 estados membros em Copenhaga, em 1980, e, para além de saudar veementemente a adopção no ano anterior da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) (UNGA, 1979), avaliou os progressos relativamente aos objectivos definidos na conferência anterior e definiu medidas mais firmes no que diz respeito às questões da propriedade, das heranças, da nacionalidade e da custódia dos filhos (UN, 1980).

Cinco anos mais tarde, em 1985, tem lugar a terceira conferência das Nações Unidas sobre as mulheres, em Nairobi, que contou com a participação de 1900 delegados/as de 157 países e ainda de cerca de 12000 participantes no fórum das ONG. Desta conferência resultaram linhas estratégicas para o avanço das mulheres e que incluem, mais uma vez, a promoção da participação das mulheres na tomada de decisão política (UN, 1986).

Finalmente, a conferência de Pequim, em 1995¹⁵³, que, marcando um ponto de viragem na agenda global para a igualdade (fixando a igualdade de género, o empoderamento das mulheres e os direitos humanos de mulheres e meninas como tarefas centrais e urgentes dos Estados), “still remains today the most comprehensive global policy framework and blueprint for action, and is a current source of guidance and inspiration to realize gender equality and the human rights of women and girls, everywhere” (UN Women, 1995, p. 3).

De facto, como apontam diversos/as autores/as, a cultura mundial e os processos associativos internacionais e transnacionais constituem-se como vias fundamentais para a propagação de modelos sociais globais que enformam identidades, estruturas e comportamentos nacionais (Meyer, Boli, Thomas, & Ramirez, 1997; Rupp & Taylor, 1999). Para além dos movimentos de mulheres e

¹⁵³ Nesta conferência participaram representantes de 189 países e mais de 30.000 pessoas no fórum das ONG.

feministas, também a associação das Nações Unidas a estas movimentações e actividades lhes concede uma legitimidade e autoridade maiores. Fazer passar a mensagem com a chancela das Nações Unidas “imparts a greater dimension of political will and public significance necessary for more serious and effective delivery of the message” (UNDP, 2000, p. 68).

E foi justamente neste contexto que, como vimos anteriormente, teve lugar a primeira grande movimentação parlamentar no sentido de trazer para o debate político a necessidade de tomar medidas legislativas que pudessem corrigir as disparidades observadas na participação das mulheres em lugares de tomada de decisão política. No rescaldo da conferência de Pequim, é trazida para o Parlamento a questão da igualdade de género, apresentada como desígnio governativo pelo recém entrado em funções governo do PS (Dias, 2011b). Ainda que a subsequente proposta de implementação de uma lei de quotas (apresentada em 1998) não tenha sido aprovada, a questão da paridade nos órgãos políticos de eleição entrou definitivamente na agenda política (Viegas & Faria, 1999b), acabando por surtir os resultados pretendidos alguns anos mais tarde e de uma forma mais ambiciosa (ao ser aplicável não apenas às eleições legislativas e europeias como também às autárquicas).

Ainda que a proporção de mulheres nas listas eleitorais tenha, como vimos, vindo a aumentar nas últimas quatro décadas, aumento esse impulsionado pelos debates nacionais e internacionais e concomitantemente com a implementação da Lei da Paridade, não se observa uma distribuição uniforme no território português.

Fazendo uma análise por círculo eleitoral das mais recentes eleições (2015), percebe-se que em todos eles foi ultrapassado o limiar mínimo estipulado na lei. Em Bragança, a proporção de candidatas foi de 37,5% (o mais baixo de todos os círculos), com Braga a seguir-lhe de perto com 38,9%; os Açores apresentam-se como o círculo com maior proporção de mulheres (48,9%), logo seguido de Coimbra com 48,2%.

Tal como já referido anteriormente, a aplicação da Lei da Paridade representou um impulso importante à presença das mulheres nas listas eleitorais (veremos mais adiante se isso se traduziu ou não num aumento significativo no

número de mulheres efectivamente eleitas). Mas nem todos os círculos eleitorais experienciaram tal impacto da mesma forma. Em círculos que partiam de uma posição de maior desvantagem em relação ao número de candidatas, o crescimento foi, evidentemente, mais expressivo. Comparando os dados mais actuais, relativos a 2015, com os da última eleição antes da implementação da Lei da Paridade (as de 2005), encontramos uma grande disparidade entre os vários círculos eleitorais.

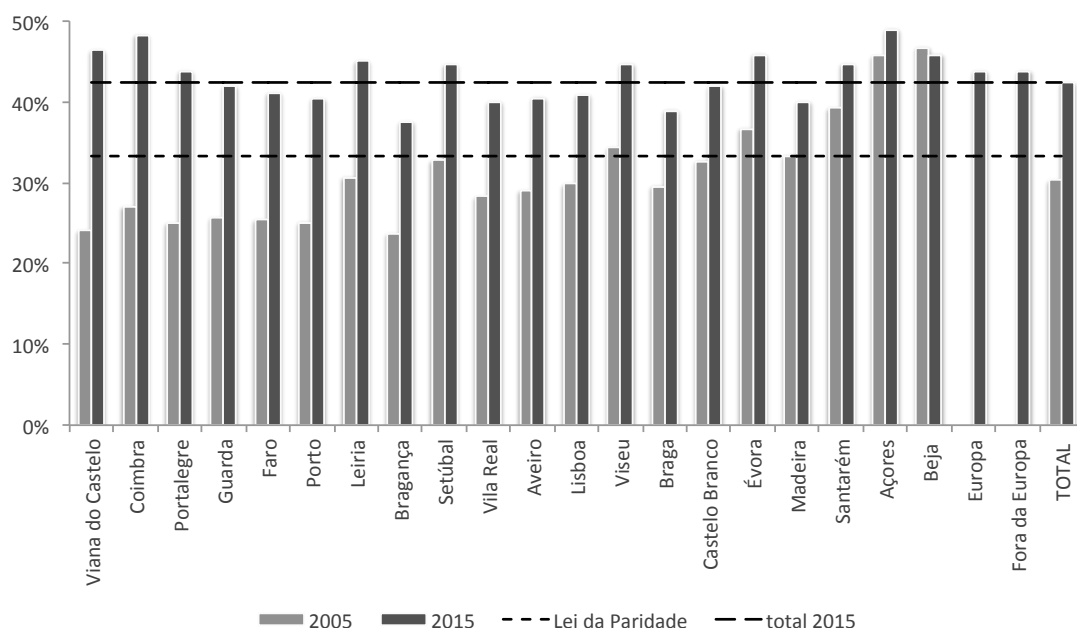
Por um lado, encontramos círculos onde o aumento da proporção de candidatas não foi além dos 10 pontos percentuais. Isto não significa que a evolução não deva ter lida como muito positiva; significa sobretudo que se tratam de círculos eleitorais que apresentavam já em 2005 uma proporção de mulheres nas listas relativamente alta. Exemplo disso são os Açores ou Santarém que apresentaram a escrutínio, em 2005, listas com 45,7% e 39,2% de candidatas, respectivamente. No caso de Beja, que apresentou, nesse mesmo ano e globalmente, a maior proporção de mulheres nas listas de entre todos os círculos eleitorais (46,7%), verificou-se mesmo uma ligeiríssima descida (menor que um ponto percentual) relativamente a 2015.

Por outro lado, e no extremo oposto desta linha de análise, encontramos distritos que viram subir, nos últimos 10 anos, a proporção de candidatas em mais de 20 pontos percentuais. São o caso de Coimbra, que em 2005 se situava nos 27,0% passando em 2015 para os 48,2% (registando assim um aumento de 21,2 pontos); e também de Viana do Castelo que foi, em 2005, o círculo com a segunda mais baixa proporção de mulheres nas listas¹⁵⁴ (24,1%) passando, em 2015, para 46,3%, representando um aumento de 22,3 pontos percentuais.

A figura seguinte mostra os dados relativos à proporção de candidatas nas listas de todos os partidos em cada um dos círculos eleitorais nas eleições de 2005 e de 2015 (Figura 28). A tracejado fino encontramos o limiar mínimo definido na Lei da Paridade, revelando que, previamente à implementação da lei, em apenas seis círculos se encontra uma proporção de mulheres nas listas igual ou superior a 33,3% (nomeadamente, Viseu, Évora, Madeira, Santarém, Açores e Beja).

¹⁵⁴ Nas legislativas de 2005 o círculo eleitoral com mais baixa proporção de candidatas foi Bragança com 23,7%.

Figura 28. Proporção de candidatas nas listas concorrentes às eleições legislativas por círculo eleitoral, 2005 e 2015 (%)



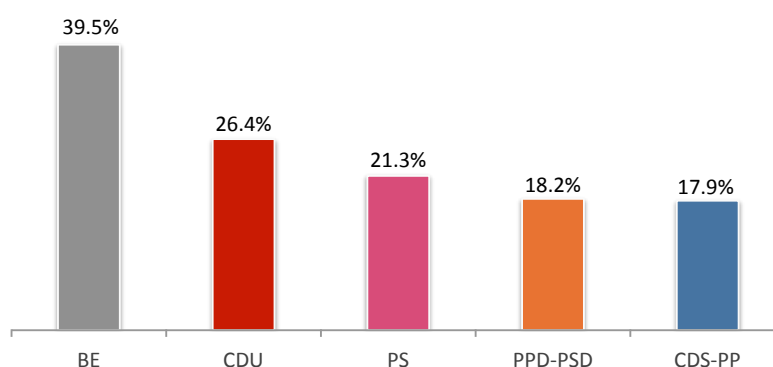
Fonte dos dados: CNE (2015a); Dias (2011a).

A tracejado largo está identificada a proporção de mulheres encontrada no conjunto de todas as listas e todos os círculos em 2015. Em cinco dos 22 círculos eleitorais observa-se um comportamento favorável nas duas dimensões analisadas: Viseu, Évora, Santarém, Açores e Beja não só tinham mais de 33,3% de candidatas antes da sua obrigatoriedade como também se situam acima da média nacional de 2015 (42,4%). Círculos eleitorais como Guarda, Faro, Porto, Bragança, Vila Real, Aveiro, Lisboa, Braga, Castelo Branco apresentam um comportamento contrário nestas duas dimensões: em 2005 apresentaram uma proporção de candidatas inferior a 33,3% e, em 2015, ficaram abaixo da média nacional.

Tal como os círculos eleitorais não apresentam um comportamento homogéneo no que diz respeito à proporção de candidatas, verificam-se também diferenças relevantes entre os diferentes partidos e forças políticas. Numa visão global das listas apresentadas pelos maiores partidos/coligações desde 1976 (e desde 1999 para o BE), observa-se uma clara relação entre a proporção de candidatas e o perfil ideológico das forças políticas (Figura 29). Em todas as listas

apresentadas, são os partidos mais à esquerda que, globalmente, apresentaram mais mulheres nas suas listas às eleições legislativas.

Figura 29. Proporção de mulheres nas listas concorrentes às eleições legislativas por partido/coligação (agregada), 1976-2015¹⁵⁵ (%)



Fonte dos dados: CNE (2015a); Dias (2011a).

De facto, os partidos de direita e centro-direita (CDS-PP e PPD/PSD) são aqueles que, no conjunto dos momentos eleitorais em análise, menor proporção de candidatas apresentaram (17,9% e 18,2%, respectivamente). Por outro lado, são os partidos mais à esquerda que têm apresentado mais mulheres nas suas listas, como o BE e a CDU (39,5% e 26,4%, respectivamente). Não nos podemos esquecer, em todo o caso, que os dados relativos ao BE devem ser comparados, neste aspecto, com alguma cautela tendo em conta que abrangem apenas listas apresentadas desde 1999.

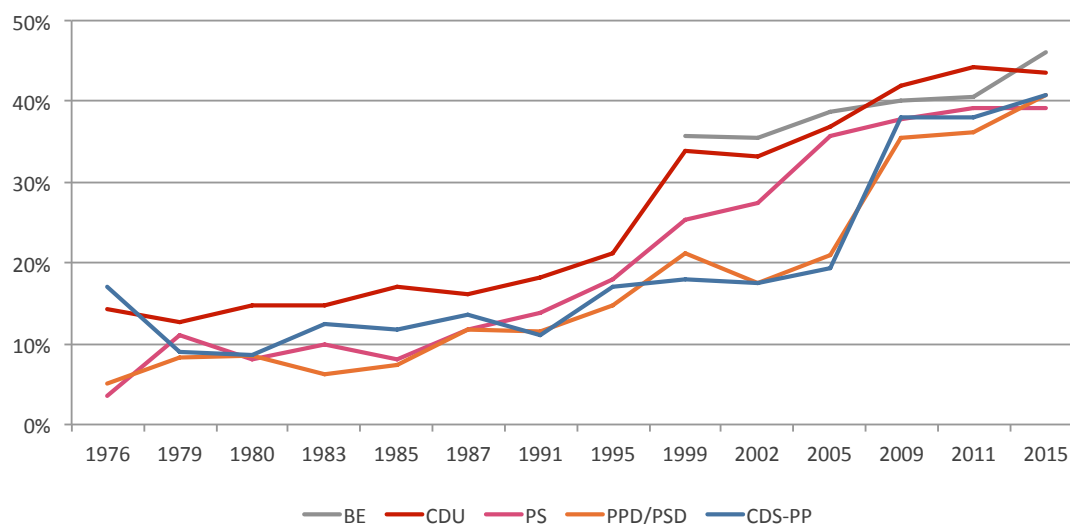
Estes resultados estão em linha com a literatura e as análise dos dados a nível internacional que revelam que são tradicionalmente os partidos mais à esquerda que tendem a recrutar mais mulheres (Caul, 2001; R. Inglehart & Norris, 2003; Siaroff, 2000), o que pode ser explicado por uma maior aproximação entre os valores defendidos por estes partidos e causas defendidas pelas mulheres (Christmas-Best & Kjær, 2007).

¹⁵⁵ Para o ano de 2015, tendo em conta que PPD-PSD e CDS-PP concorreram em coligação (Portugal à Frente), foi atribuída a cada um dos partidos a mesma proporção de mulheres.

Numa análise desagregada agora também por eleição, observa-se um aumento da proporção de candidatas em todos os partidos e coligações (Figura 30).

No caso do CDS-PP, apesar de ter representado, em 1976, o partido com maior proporção de candidatas (com 17,1%), é o partido que, globalmente (como vimos anteriormente), tem uma proporção de mulheres mais baixa nas suas listas. De facto, os números relativos baixam logo na eleição seguinte (para 9,0% em 1979), apenas voltando aos valores de 1976 vinte anos mais tarde (17,0% em 1995). Assiste-se então a um período de estagnação nessa ordem de valores apenas alterado em 2005 (com um aumento de cerca de dois pontos percentuais, para os 19,4%). Esta força partidária constitui-se como um claro exemplo do impacto positivo da acção afirmativa no número de mulheres nas listas. De facto, entre 2005 e 2009 (lembremo-nos que a Lei da Paridade foi promulgada em 2006), a proporção de candidatas neste partido sofre um aumento muitíssimo significativo: passa de 19,4% para 38,0%, o que representa uma subida de 18,5 pontos percentuais¹⁵⁶.

Figura 30. Proporção de mulheres nas listas concorrentes às eleições legislativas por partido/coligação e por eleição, 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: CNE (2015a); Dias (2011a).

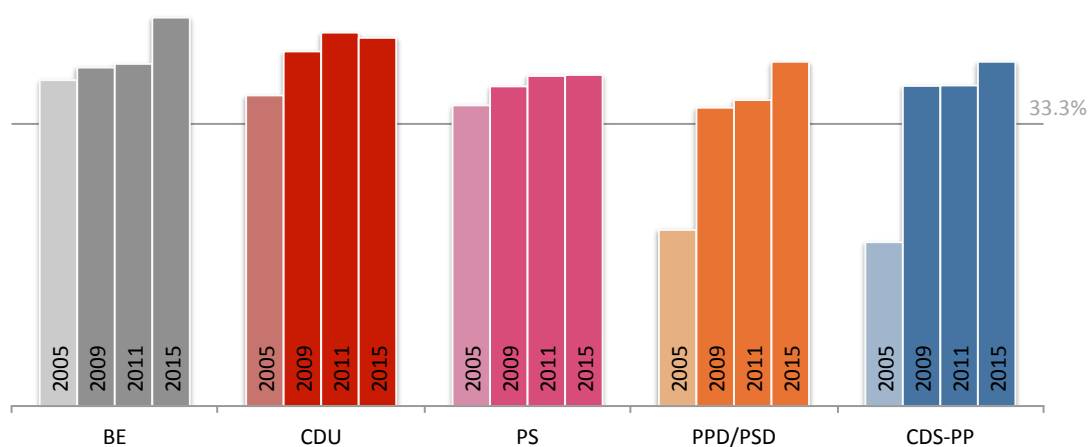
¹⁵⁶ A discrepância dos valores apresentados deve-se ao facto da utilização de arredondamentos às décimas.

No que diz respeito ao PPD/PSD, encontramos um percurso semelhante. Partido que, globalmente, representa a segunda mais baixa proporção de mulheres nas listas eleitorais, só em 1987 (sexto momento eleitoral analisado) ultrapassou o limiar dos 10% de candidatas (mais concretamente, 11,8%). Mantendo um aumento tímido até 2005, onde atingiu os 20,9% (com um pico de 21,2% em 1999, eventualmente explicável pelo efeito de contágio (Caul, 2001; Dahlerup, 2005; Jiménez, 2009; Matland & Studlar, 1996) a partir dos partidos à sua esquerda), apenas em 2009, após a promulgação da Lei da Paridade, vê a proporção de candidatas aumentar de forma significativa, para os 35,4% (à semelhança do que acontecia no caso do CDS-PP).

Como se observa, mais em pormenor, na figura seguinte (Figura 31), foi nos partidos mais à direita que o impacto da lei foi mais expressivo. Nos partidos mais à esquerda, ainda que se registre um aumento entre os momentos anterior e posterior à promulgação da lei, a diferença não é tão significativa já que partiam de valores já superiores ao limiar definido na lei. Em 2005, o BE apresentou 38,6%, a CDU, 36,8% e o PS, 35,6% de candidatas nas suas listas.

Ainda recorrendo aos dados apresentados na figura anterior (Figura 30), é de fazer algumas notas adicionais sobre o percurso do PS. Nos primeiros seis momentos eleitorais em análise (1976 a 1987) a proporção de candidatas do PS este sempre muito em linha com a do PPD/PSD. Aliás, em 1976, o PS foi o partido que menos mulheres integrou nas suas listas (3,5%). Contudo, a partir de 1991 dá-se um progressivo distanciamento do PS em relação ao PPD/PSD, com diferenças que começam por ser de pouco mais de dois pontos percentuais, chegando a um discrepância de quase 15 pontos em 2005.

Figura 31. Proporção de mulheres nas listas concorrentes às eleições legislativas por partido/coligação e por sexo (antes e após a Lei da Paridade), 2005-2015 (%)



Fonte dos dados: CNE (2015a); Dias (2011a).

A CDU caracteriza-se por ser a força política que mais candidatas apresentou na maioria dos momentos eleitorais analisados. Excepção à regra são as eleições de 1976 que, como vimos, foi “liderada” pelo CDS-PP; e as eleições de 1999, 2002, 2005 e 2015 onde foi ultrapassada pelo BE.

Já o BE esteve sempre nos lugares cimeiros desde que entrou, em 1999, na contenda por lugares no Parlamento. Só em 2009 e 2011 isso não aconteceu, com uma diferença de -1,9 e de -3,7 pontos percentuais relativamente à CDU.

Observa-se, portanto, um impacto diferenciado da Lei da Paridade nas diferentes forças políticas em escrutínio. Se nos partidos que se posicionam ideologicamente mais à esquerda o impacto, ainda que positivo, não constituiu um aumento considerável relativamente à proporção de mulheres que apresentaram nas suas listas em 2005, nos partidos mais à direita (PPD/PSD e CDS-PP), a aplicação da Lei da Paridade resultou num aumento expressivo das candidatas nas suas listas.

Como vimos anteriormente, é nos partidos mais à esquerda que encontramos tradicionalmente uma maior abertura e apoio à participação das mulheres (e mesmo maior probabilidade de as eleger), pelo facto da ideologia que lhes subjaz se reger por princípios mais igualitários (Caul, 2001) e também porque os movimentos feministas estiveram sempre mais ligados aos partidos de esquerda

(Jenson, 1995). Da mesma forma, os partidos mais à direita, apesar de poderem estimular a participação das mulheres, tendem a aplicar a esta questão uma visão mais liberal: “just as parties of the right tend to favour a minimal role for government in the free market economy, so they lean towards non-intervention or regulation of the candidate recruitment process” (Lovenduski & Norris, 1993, p. 320). Concomitantemente, os diferentes partidos tendem a perspectivar a questão de uma maior participação das mulheres na política de formas diversas que podem ir desde medidas de acção positiva, passando por acções de apoio e formação, até medidas mais genéricas ao nível da educação cívica e política (Linsley *et al.*, 2006).

A Lei da Paridade enquanto mecanismo de tentativa de equilíbrio entre sexos na representação política portuguesa surtiu, de facto, algum efeito. Como vimos anteriormente, a introdução de medidas de acção positiva não é condição suficiente para a alteração sustentada das assimetrias de género presentes na sociedade portuguesa e, em particular, nas elites políticas. De facto, os obstáculos a uma representação mais equilibrada têm diferentes naturezas, que vão desde a dimensão cultural e histórica (Christmas-Best & Kjær, 2007; *e.g.*, R. Inglehart & Norris, 2003; Matland, 2005; Paxton *et al.*, 2006) até à demográfica e socioeconómica (*e.g.*, Kunovich & Paxton, 2005; Viegas & Faria, 1999a; Welch & Studlar, 1996), passando pela incontornável dimensão política que inclui o sistema eleitoral, a dimensão dos círculos eleitorais, a configuração do sistema partidário e os mecanismos de recrutamento dos/as candidatos/as (*e.g.*, Caul, 2001; R. Inglehart & Norris, 2003; Norris, 2006; Schwindt-Bayer, 2005).

No caso português, o texto da Lei da Paridade salvaguarda alguns dos aspectos mais comumente apontados como limitadores da eficácia deste tipo particular de medidas (ver secção 5.1.). Por um lado, o facto da lei de 2006 prever que as listas eleitorais não contenham mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados consecutivamente permite evitar, até certo ponto, a concentração das mulheres no final das listas, em lugares não elegíveis (Dahlerup, 2006; Linsley *et al.*, 2006). Por outro lado, ao prever ainda a aplicação de sanções por não cumprimento da regulamentação, permite que esta não se torne num instrumento meramente simbólico, exigindo a sua implementação na prática (Dahlerup & Freidenvall, 2005).

Não obstante as virtudes desta lei e impacto positivo que ela teve no aumento do número de eleitas, como veremos mais adiante, continuam a registar-se algumas assimetrias que revelam que este tipo de mudanças não é passível de ser operado somente através de medidas regulamentares. Ainda que a lei seja cumprida, o que faz com que, a nível nacional e nas eleições legislativas de 2015, não haja uma relação significativa entre o sexo dos/as candidatos/as e o partido ou coligação concorrente ($\chi^2_{(3)} = 2,94, p = 0,401$), uma análise mais fina é reveladora de diferenças significativas ao nível das lógicas de recrutamento que estão subjacentes à composição das listas, no que diz respeito ao sexo dos/as candidatos/as.

Ao observar o posicionamento de mulheres e de homens nas listas, é evidente um padrão que tende a colocar os homens nos dois primeiros lugares e as mulheres em terceiro e em sexto lugares nas listas¹⁵⁷. De facto, encontramos globalmente uma relação significativa entre o sexo dos/as candidatos/as e a posição que ocupam nas listas eleitorais ($\chi^2_{(14)} = 45,54, p < 0,001$)¹⁵⁸.

Mas uma análise por partido/coligação¹⁵⁹ permite-nos encontrar comportamentos diferenciados face à distribuição de mulheres e de homens pelas listas, padrões esses que vão ao encontro dos resultados obtidos nas eleições e que veremos mais adiante.

Começando pela coligação Portugal à Frente (composta pelo PPD/PSD e pelo CDS/PP)¹⁶⁰, encontramos uma relação significativa entre o sexo dos/as candidatos e a posição que ocupam nas listas ($\chi^2_{(8)} = 23,61, p = 0,003$). Mais ainda, verifica-se uma maior probabilidade das candidatas serem colocadas nas terceira, sexta e nona

¹⁵⁷ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Posição na lista”: $r_{H;1^o\text{lugar}} = 2,1$; $r_{H;2^o\text{lugar}} = 2,1$; $r_{M;3^o\text{lugar}} = 3,9$; $r_{M;6^o\text{lugar}} = 3,3$; $r_{M;13^o\text{lugar}} = 2,0$.

¹⁵⁸ Para esta análise considerámos apenas as primeiras 15 posições nas listas eleitorais já que é aqui que se concentra a maioria dos/as candidatos/as (73%, correspondendo a 694 dos/as 950 candidatos/as apresentados/as nas listas a nível nacional).

¹⁵⁹ Nos círculos eleitorais dos Açores e da Madeira, PPD/PSD e CDS/PP não concorreram coligados. Para incluir todos/as os/as candidatos/as a nível nacional e para manter a coerência na análise, optámos por incluir os/as candidatos/as destes partidos destes círculos eleitorais na categoria PàF (coligação Portugal à Frente).

¹⁶⁰ Tendo em conta o maior nível de desagregação presente nesta análise, optámos por ter em conta as primeiras 9 posições nas listas, de forma a ter dimensões nos diferentes grupos (neste caso, partido/coligação) que permitissem o cumprimento dos pressupostos associados aos testes de χ^2 .

posições¹⁶¹. Esta observação indicia, portanto, que não se verifica um verdadeiro esforço em direcção à paridade mas, de modo geral, um estrito cumprimento da lei.

No caso do PS, a tendência aponta em sentido semelhante. Da mesma forma, encontramos uma relação significativa entre o sexo e a posição que os/as candidatos/as ocupam nas listas eleitorais ($\chi^2_{(8)} = 18,23$, $p = 0,020$). Mas, neste caso, encontramos uma maior probabilidade das mulheres se encontrarem nas terceira e sexta posição e dos homens serem colocados no segundo lugar das listas¹⁶². Ainda que a tendência de colocação das candidatas no “último lugar” permitido por lei não seja tão evidente, a questão coloca-se também de forma clara neste partido.

Relativamente à CDU, não encontramos uma relação significativa entre o sexo dos/as candidatos e o seu posicionamento nas listas eleitorais ($\chi^2_{(8)} = 13,92$, $p = 0,084$). De facto, apesar de, globalmente, não se poder afirmar a existência de um padrão, encontramos uma maior probabilidade das mulheres serem colocadas na terceira posição¹⁶³. Sendo esta a única relação particular significativa, não se pode dizer que, na generalidade, exista uma relação.

Por último, e no que diz respeito às eleições legislativas de 2015, encontramos uma relação significativa entre o sexo dos/as candidatos/as e o seu posicionamento nas listas do BE ($\chi^2_{(8)} = 20,11$, $p = 0,010$). Contudo, o padrão que aqui se observa tem características diferentes dos observados nos outros partidos/coligações. Apesar de encontrarmos mais homens que mulheres na primeira posição das listas (algo que é aliás comum a todas as outras forças políticas), não encontramos uma relação estatisticamente significativa entre as três primeiras posições nas listas e o sexo do/as candidatos/as¹⁶⁴. De facto, as relações específicas entre categorias que encontrámos significativas dizem-nos somente que

¹⁶¹ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Posição na lista” para a coligação PàF: $r_{M;3^o\text{lugar}} = 2,8$; $r_{M;6^o\text{lugar}} = 2,4$; $r_{M;9^o\text{lugar}} = 2,1$.

¹⁶² Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Posição na lista” para o PS: $r_{H;2^o\text{lugar}} = 2,1$; $r_{M;3^o\text{lugar}} = 2,4$; $r_{M;6^o\text{lugar}} = 2,1$.

¹⁶³ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Posição na lista” para a CDU: $r_{M;3^o\text{lugar}} = 2,5$.

¹⁶⁴ Resíduos estandardizados ajustados inferiores a 1,96.

existe uma maior probabilidade das mulheres estarem posicionadas em oitavo lugar e dos homens em nono lugar¹⁶⁵.

É então possível perceber, pelos dados analisados, que a implementação da Lei da Paridade provocou resultados positivos no aumento do número de mulheres nas listas eleitorais. Contudo, e apesar do cumprimento da lei por todas as listas apresentadas (falamos das listas eleitorais às legislativas de 2015), é notório que às mulheres estão tendencialmente reservadas as terceira e a sexta posições. Tal tendência havia já sido observada por Santos e Amâncio (2012) numa análise de artigos publicados na imprensa escrita nacional e regional.

Mas tal como estas autoras observam também, existem diferenças importantes entre as diferentes forças políticas. Os nossos dados revelam que, tendencialmente, às mulheres estão “reservados”: os 3º, 6º e 9º lugares na PàF; os 3º e 6º lugares no PS; o 3º lugar na CDU; e a 8ª posição no BE (e aos homens o 9º lugar). Podemos observar um esbatimento desta tendência de acantonamento das mulheres nas últimas posições permitidas por lei à medida que nos movemos no eixo ideológico da direita para a esquerda. De facto, são os partidos situados mais à esquerda aqueles que se têm sempre mostrado promotores da igualdade de género nas suas estruturas (Caul, 2001; Dahlerup, 2005). E se isto parece ser claro no Bloco de Esquerda, o facto é que, no caso da CDU encontramos ainda uma grande proporção de mulheres colocadas em terceiro lugar nas listas. Isto pode ser explicado pelo facto do PCP defender uma linha de argumentação que, ainda que defensora da igualdade entre homens e mulheres, situa a discussão fundamental nas desigualdades económicas e sociais (Dias, 2011b). No extremo oposto do eixo ideológico, o PPD/PSD, genericamente desfavorável à Lei da Paridade, insiste no discurso da meritocracia e da vontade pessoal como principais motores da participação das mulheres na vida política, defendendo que a igualdade ser alcançada naturalmente (Dias, 2011b; Santos & Amâncio, 2012).

De facto, e retomando uma ideia já encetada anteriormente, a própria estrutura partidária funciona como um factor constrangedor do recrutamento

¹⁶⁵ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Posição na lista” para o BE: $r_{M;8^o\text{lugar}} = 2,5$; $r_{H;9^o\text{lugar}} = 2,9$.

político. Isto porque, sendo os partidos políticos os *gatekeepers* na selecção dos/as candidatos/as (Freire, 2001; Kunovich & Paxton, 2005), cabe-lhes a eles a função de pré-seleccionar quem serão aqueles/as que estarão sujeitos/as a escrutínio por parte do eleitorado.

O recrutamento constitui-se, portanto, como a fase crucial na entrada das mulheres nas elites políticas (Christmas-Best & Kjær, 2007; Matland, 2005). Mais do que poderem ou não ser escolhidas pelos eleitores, as mulheres encontram as mais importantes barreiras a montante do momento eleitoral propriamente dito, porque “when women run, women win... as often as men do” (Seltzer *et al.*, 1997, p. 79).

Como vimos anteriormente, diversas teorias têm tentado identificar e explicar os entraves encontrados pelas mulheres no acesso a cargos políticos de maior relevo. Obstáculos relacionados com a questão da incumbência, que aponta para o facto do elevado número de reeleições dificultar a renovação das elites (Darcy *et al.*, 1994); ou relacionados com o reservatório de elegíveis não contemplar um número significativo de mulheres, já que elas não se encontravam em profissões tradicionalmente condutoras à entrada na vida política (Darcy *et al.*, 1994; Lovenduski & Norris, 1993; Norrander & Wilcox, 2005; Thomas, 2005), são algumas das principais explicações.

Mas todas estas explicações partem do pressuposto de que, ultrapassadas estas barreiras, homens e mulheres apresentam comportamentos e atitudes semelhantes quanto à decisão de se candidatarem a lugares políticos (Fox & Lawless, 2004). Como referem Darcy *et al.*, “it is difficult to detect any penalty levied against women candidates. Once party and incumbency are taken into account, women candidates do as well as men in both primary and general elections” (1994, p. 175). Aliás, como observado por Ferreira e Gyourko (2014), vencida a barreira da primeira eleição, as mulheres acabam por beneficiar mais do factor da incumbência que os homens.

É então importante olhar para o processo através do qual as mulheres potencialmente candidatas se tornam de facto candidatas. Fox e Lawless (2004) defendem que é este o momento decisivo: num contexto onde não se encontram diferenças entre homens e mulheres nas vias de acesso à política (instrução,

actividade profissional e nível socioeconómico) e onde o eleitorado não parece tomar a sua decisão com base no sexo (Matland & King, 2002; Seltzer *et al.*, 1997), algumas das explicações acerca dos obstáculos à participação das mulheres na vida política perdem peso.

Se, por um lado, “traditional family structures and historically socialized gender roles may continue to discourage women from seeking public office” (Fox & Lawless, 2003, p. 19), e, por outro lado, os próprios *gatekeepers* têm atitudes diferenciadas relativamente à proposta e apoio de candidatos e de candidatas, podemos dizer que a questão se coloca sobretudo ao nível dos estereótipos (e das desigualdades) de género. Estereótipos esses que são partilhados por homens e mulheres e também pelas instituições, das quais o Estado é o principal exemplo (Bourdieu, 1999).

Seria, portanto, parcial e redutor um olhar que se fixasse apenas numa das vertentes do problema. Daí que a mudança de leis no sentido de eliminar barreiras formais não seja suficiente. Daí que não seja suficiente pensar somente numa ressocialização de género dos homens ou dos *gatekeepers*.

Por um lado, no que concerne ao sistema político, faz sentido que as mudanças que se têm vindo a operar continuem a ser desenhovidas. Mesmo que não se encontre discriminação aparente (já vimos que não é essa a questão central), “since the percentage of female candidates largely determines the percentage of women elected, it is clear that parties must rise to the challenge by recruiting and supporting female candidates” (Kunovich & Paxton, 2005, p. 541). As alterações institucionais são fundamentais mas não suficientes.

Por outro lado, há a questão do *empowerment* e da mudança social para uma cultura para a igualdade. Como revelou o estudo de Fox e Lawless (2004), as mulheres tendem a julgar-se menos qualificadas que os homens quando consideram candidatar-se a um cargo político, ou seja, duvidam mais do que os homens da suficiência das suas qualificações (o que não é contrariado pelos padrões de recrutamento). Estes mecanismos operam, como se percebe, de forma muito subtil e enraizada, apenas passíveis de serem alterados por via de uma socialização para a igualdade. Ainda, esses novos processos de socialização necessários deverão

produzir efeitos em todas as pessoas, não apenas no *empowerment* das mulheres mas também nos próprios *gatekeepers*, já que “by differentially supporting candidates, parties also influence the election process” (Kunovich & Paxton, 2005, p. 541).

Como vimos, a aplicação de uma política de quotas não é, por si só, suficiente já que são necessários outros elementos para uma entrada consistente das mulheres na vida política (nomeadamente no momento fulcral que é o recrutamento e em tudo o que ele implica). Em todo o caso, mesmo que representando mais uma declaração de intenções do que ser a prova de um real apoio à entrada de mulheres na decisão política, “formal rules can turn into norms, reinforcing the changing attitudes toward women in politics” (Caul, 2001, p. 1226).

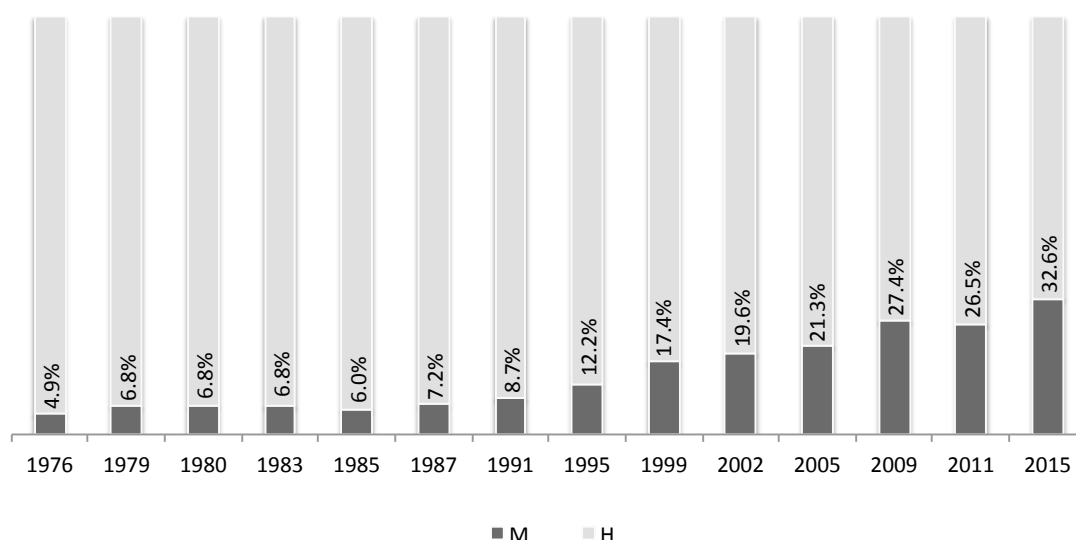
6.2. Deputados/as eleitos/as para a Assembleia da República

Os dados que agora se analisam dizem respeito, à semelhança da opção metodológica tomada para o estudo das listas eleitoriais, às forças políticas mais representadas na Assembleia da República, quer temporal quer numericamente, por forma a uniformizar as comparações. Nesse sentido, são considerados para os cálculos os/as eleitos/as, entre 1976 e 2015, pelo CDS-PP, PPD/PSD, PS, CDU e BE¹⁶⁶.

Numa perspectiva global, observa-se um aumento da proporção de deputadas ao longo do período considerado (Figura 32). Apesar desse aumento ser considerável, partindo de 4,9% em 1976 para 32,6% em 2015 (representando um incremento de quase 28 pontos percentuais), é necessário ter em conta que esta mudança demorou praticamente quatro décadas a operar-se.

¹⁶⁶ Ver secção 6.

Figura 32. Eleitos/as para a Assembleia da República por sexo, 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: Dias (2011a); SGMAI (2016a).

A este ritmo, e assumindo um aumento constante desde 1976, apenas em 2044 se alcançaria uma situação de 50% de deputados/as de cada um dos sexos¹⁶⁷. Conclusões análogas são retiradas por Linsley *et al.* (2006) para o parlamento inglês, onde a paridade, seguindo o ritmo actual, seria alcançada em 2037 pelo partido trabalhista, em 2046 pelos Liberais Democratas e em 2278 pelos conservadores. Na mesma linha, Norris (1999) chega a conclusões semelhantes acerca da composição do Parlamento Europeu: segundo os dados longitudinais que analisou, e mantendo o ritmo observado entre 1979 e 1994, apenas em 2044 se chegaria à paridade naquela assembleia. A autora faz ainda um paralelo com os parlamentos nacionais ao observar uma forte correlação da proporção de mulheres eleitas para o Parlamento Europeu e para os parlamentos nacionais dos vários países europeus analisados.

Os resultados obtidos nas eleições para a Assembleia da República que tiveram lugar após a entrada em vigor da Lei da Paridade revelam o efeito potenciador de mudança operado pela acção afirmativa, já observado a nível

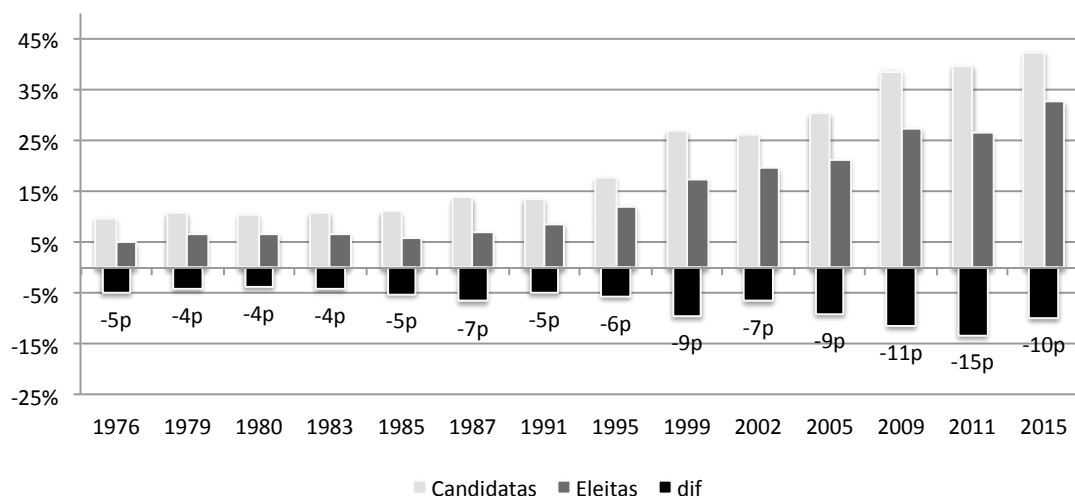
¹⁶⁷ Numa perspectiva puramente exploratória, assumimos uma evolução linear da proporção de mulheres no Parlamento ao longo do tempo. Para estimar os resultados apresentados, recorremos a uma regressão linear simples, que se revelou significativa ($F = 174,96$; $p < 0,001$) e onde a variação do tempo explica 93,6% da variação da evolução da proporção de deputadas (ver Anexo V). Para prever o ano em que se atingiria uma proporção de 50% de deputadas, usou-se a seguinte equação: $(Y - \alpha) / \beta = X$. Assim, $(50 - (-1391,32)) / 0,705 = 2044$.

internacional (Dahlerup & Freidenvall, 2005; Linsley *et al.*, 2006; Matland & Studlar, 1996; Tripp & Kang, 2008). Num estudo extensivo (Paxton *et al.*, 2010) onde se procurou, numa perspectiva longitudinal, isolar o efeito da introdução de legislação de quotas nas trajectórias, já de si crescentes, da presença de mulheres nos parlamentos, são retiradas conclusões importantes, nomeadamente que a existência de quotas faz com que a trajectória ascendente seja impulsionada, em média, em 2%. Estes dados permitem-nos perceber que, não obstante o (lento) crescimento que se vai registando ao longo do tempo, por diversas ordens de factores que vimos anteriormente, as medidas de acção afirmativa (neste caso, quotas nas listas eleitorais) permitem impulsionar a mudança.

Não obstante, e tal como notado anteriormente, a acção afirmativa não resolve, por si só, o problema da assimétrica participação de mulheres e homens nas esferas de decisão política.

Olhando simultaneamente para a proporção de candidatas e de eleitas para a Assembleia da República desde 1976, observa-se que a diferença absoluta entre a proporção de mulheres em cada um dos casos se vai mantendo relativamente estável. Como se percebe pela figura seguinte (Figura 33), o aumento do número de mulheres nas listas eleitorais é acompanhado, grosso modo, por um aumento no número de eleitas. Mas registam-se alguns desvios a esta observação global. As eleições de 1999 e de 2009 a 2015 viram a diferença entre candidatas e eleitas alargar-se um pouco.

Figura 33. Proporção de mulheres nas listas concorrentes às eleições legislativas, proporção de eleitas e diferença em pontos percentuais, 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: CNE (2015a); Dias (2011a); SGMAI (2016a).

Cabe-nos fazer duas observações relativamente a esta questão. A primeira relaciona-se com o facto de, como vimos, aquelas eleições corresponderem a momentos importantes do debate nacional sobre a questão da presença das mulheres na política: em 1999 com a introdução da questão nas discussões parlamentares (com a apresentação, discussão e rejeição na generalidade da Proposta de Lei 194/VII¹⁶⁸) e compromisso dos partidos em fazer eleger um conjunto de cidadãos de ambos os sexos para as eleições legislativas e europeias (Dias, 2011b); e entre 2009 e 2015 com o cumprimento da Lei da Paridade. Se, entre 2009 e 2015 podem estar em causa outros factores, como veremos adiante, em 1999 a discrepância observada afigura-se como o resultado de intenções de mudança ainda incipientes que não parecem constituir o primeiro passo para uma mudança sustentada, já que se observa, na eleição seguinte de 2002, um decréscimo da proporção de candidatas (não seguindo a tendência de aumento que se vinha observando).

Em segundo lugar, os dados sugerem que a Lei da Paridade está a impulsionar a mudança mas também que há outras dimensões a limitar a entrada

¹⁶⁸ “Garante uma maior igualdade de oportunidades na participação de cidadãos de cada sexo, nas listas de candidatura apresentadas nas eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu quanto aos deputados a eleger por Portugal”.

efectiva das mulheres nos órgãos de decisão. Para além de todos os factores referidos que condicionam a entrada das mulheres na política, e passada a barreira do recrutamento, o problema parece situar-se ao nível da posição que as candidatas ocupam nas listas eleitorais. De facto, se a um aumento de mulheres nas listas não equivale um proporcional aumento de eleitas, e se, correspondentemente, a proporção de homens eleitos é sempre superior à proporção de candidatos, significa que a taxa de sucesso das mulheres é sistematicamente inferior à dos homens. Como já referido atrás, a questão não parece genericamente colocar-se do lado dos/as eleitores: o género dos/as candidatos/as não influencia, ou influencia muito pouco, o sentido do voto – as mulheres que se candidatam ganham tantas vezes como os homens (Dolan, 2006; Matland & King, 2002; NWPC, 1994; Seltzer *et al.*, 1997). Desta feita, a ordenação dos/as candidatos/as nas listas parece desempenhar um papel central no seu sucesso eleitoral. Como vimos, verifica-se uma tendência de colocação de mulheres nas últimas posições permitidas por lei (que representam, em muitos casos, lugares não elegíveis (Dahlerup, 2006; Jones, 1996; Kunovich, 2003; Linsley *et al.*, 2006), também revelada no caso português (Santos & Amâncio, 2012) e, particularmente, na nossa análise das listas candidatas às últimas eleições legislativas (tendência que não é significativa apenas no BE). Este parece ser um factor determinante para os desníveis observados, ainda que não o único. Como observam Kunovich e Paxton num estudo transnacional, “clearly, the percentage of women that make it to parliament is heavily dependent on the percentage of women who run. It is also worth noting, however, the small return for female candidates [...]. A 10% increase in female candidates yields only a 4% increase in female legislators, once other variables are controlled” (Kunovich & Paxton, 2005, p. 535).

Apesar das tendências globais que apurámos, são assinaláveis as diferenças entre as várias forças políticas que se apresentam a escrutínio, no que diz respeito à proporção de mulheres que elegem, diferenças essas já verificadas na composição das listas eleitorais. Consideraremos para esta análise, e com o propósito de

comparabilidade, como já foi notado, a evolução do número de eleitas pelo CDS-PP¹⁶⁹, PPD/PSD¹⁷⁰, PS¹⁷¹, CDU e BE.

Começando pelo conjunto de forças políticas de esquerda e centro-esquerda que, tradicionalmente, são aqueles que mais mulheres elegem (Caul, 2001; Dahlerup, 2005), mesmo aqui não se observa um grupo homogéneo no que diz respeito à proporção de eleitas.

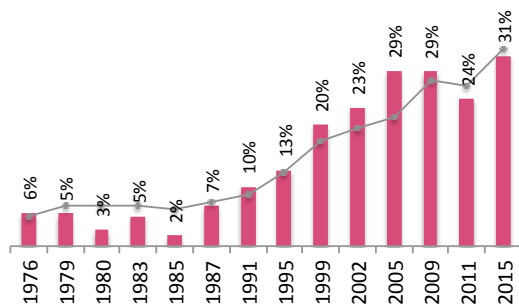
Relativamente ao PS, verifica-se um aumento relativamente constante da proporção de deputadas eleitas desde 1976 (Figura 34). São excepção a esta regra os anos de 1980 e 1985 em que este partido elegeu um número particularmente baixo de candidatas (2,7% e 1,8%, respectivamente). Ainda, nas eleições de 2011 verifica-se um decréscimo nas eleitas, que faz recuar o PS até aos níveis de uma década atrás (24,3% em 2011 e 22,9% em 2002). Considerando que a proporção de candidatas foi aproximadamente a mesma entre 2009 e 2015 (variando pouco entre os 37,9% e os 39,3%, respectivamente), esta quebra no sucesso de eleição de mulheres parece estar associada à questão do posicionamento das candidatas nas listas eleitorais. Em todo o caso, o PS acompanha sensivelmente a proporção global de deputadas eleitas em cada uma das eleições, como se observa na figura seguinte. Apenas em 2005 se regista um maior desvio em relação à média de todos os partidos, eventualmente impulsionado pelo crescente vigor do PS em relação à questão da paridade, partido que, no ano seguinte, apresentaria a proposta que viria a tornar-se na Lei da Paridade (Dias, 2011b).

¹⁶⁹ Em 1979 e em 1980, o CDS-PP (então CDS) concorreu às eleições coligado com o PSD e com o PPM na Aliança Democrática; em 2015 concorreu coligado com o PPD/PSD na coligação Portugal à Frente. Os dados apresentados para este partido nesses anos dizem respeito ao número de mulheres eleitas pelas coligações.

¹⁷⁰ Em 1979 e em 1980, o PPD/PSD (então PSD) concorreu às eleições coligado com o CDS e com o PPM na Aliança Democrática; em 2015 concorreu coligado com o CDS-PP na coligação Portugal à Frente. Os dados apresentados para este partido nesses anos dizem respeito ao número de mulheres eleitas pelas coligações.

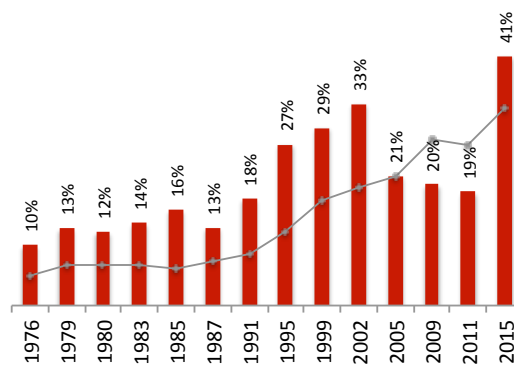
¹⁷¹ O PS concorreu, em 1980, coligado com a União de Esquerda Socialista Democrática (UEDS) e com a Acção Social Democrata Independente (ASDI) na Frente Republicana e Socialista (FRS). Os dados apresentados para o PS neste ano dizem respeito aos/às eleitas pela coligação.

Figura 34. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pelo PS (colunas), 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: Dias (2011a); SGMAI (2016a).

Figura 35. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pela CDU (colunas), 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: Dias (2011a); SGMAI (2016a).

Quanto à CDU, que inclui o PCP (em maioria) e o PEV, observa-se uma proporção de eleitas, desde 1976, sempre relativamente elevada, sobretudo tendo em conta a proporção de deputadas em cada legislatura (Figura 35). Em eleições onde os restantes partidos elegiam, na melhor das hipóteses, pouco mais de 5% de deputadas (como em 1976 e 1979), a CDU nunca elegeu menos de 10% de mulheres. Sempre acima dos outros partidos relativamente a este aspecto, e sempre acima da proporção de deputadas no Parlamento, a CDU vê, entre 2005 e 2011, os seus valores reduzirem substancialmente, particularmente porque correspondem não apenas a uma inversão expressiva da tendência que vinham revelando, como também pelo facto de passarem a estar abaixo da proporção de deputadas na Assembleia, como se observa na figura anterior (Figura 35). Já nas últimas eleições legislativas, de 2015, retoma a trajectória ascendente, elegendo 41,2% de deputadas (sendo que a bancada parlamentar do PCP é constituída por seis mulheres, 37,5%, e a do PEV por um/a deputado/a de cada sexo, 50% de mulheres), constituindo-se como a força política que maior proporção de mulheres elegeu em 2015.

Apesar dos resultados observados colocarem, genericamente, a CDU numa posição de destaque em relação às restantes forças políticas (com a excepção do BE, que veremos mais adiante), a questão da igualdade de género nunca parece ter sido

um ponto central da luta comunista. Como já tratado neste trabalho, a propósito do percurso dos movimentos de mulheres em Portugal, parecem haver lutas principais e lutas secundárias, e a luta das mulheres foi sendo sempre interceptada por outras, subsumindo-se-lhes. De facto, como destaca , a ideologia de Estado socialista teve sempre a tendência para reduzir todos os interesses aos interesses colectivos, nomeadamente aos de classe. As questões de género foram sendo, portanto, secundarizadas perante o objectivo maior que é o da luta de classes, legado que, de alguma forma, foi resistindo à passagem do tempo (Meurs, 1999).

Ainda que a questão das mulheres não seja o foco da ideologia socialista, ela não está, de todo, ausente. Já no Manifesto do Partido Comunista é chamada a atenção para a opressão das mulheres, uma opressão de classe, sendo a sua libertação enquanto meio de produção um dos objectivos do comunismo (Marx & Engels, 1997 [1848]). A questão é mais tarde desenvolvida por Friedrich Engels, já após a morte de Karl Marx, numa análise da opressão das mulheres em consequência do surgimento da sociedade de classes e da família nuclear (Engels, 2010 [1884]). Na realidade, a questão das desigualdades de género (bem como a homofobia ou o racismo) está bem presente na tradição teórica marxista, mas enquanto produto da sociedade de classes que, num sistema onde uma pequena minoria domina uma vasta maioria, promove a desigualdade numa lógica de “dividir para vencer”. Assim, a opressão sobre um grupo específico tem então como objectivo a opressão da classe trabalhadora. Exemplo disso são as desigualdades salariais. Como já tínhamos referido em relação à situação operária portuguesa do final do séc. XIX e início do séc. XX, “a presença no mercado de trabalho de mulheres e menores, mão-de-obra desqualificada e barata, acabou por ter efeitos negativos no trabalho masculino, fosse pelo espectro da perda do posto de trabalho, fosse pela sua desvalorização” (Samara, 2013, p. 1106). A luta das mulheres é fundamental mas é essencialmente uma luta de classes, pelo que a libertação das mulheres deve ser uma componente da emancipação da classe trabalhadora (October League (Marxist-Leninist), 1976). Surgem, contudo, mais recentemente, perspectivas que procuram conciliar as duas abordagens – marxista e feminista – e que olham para as questões

de classe e de género como sistemas complexos que se intersectam e interagem de forma não hierárquica (Arruzza, 2010; Walby, 2009).

O próprio PCP opôs-se à implementação de uma lei de quotas, já que, nas palavras da deputada Odete Santos, “exigir a paridade dentro do actual quadro, dentro das regras e códigos políticos e económicos que serviram e servem apenas uma minoria de homens em todo o mundo, e também de algumas mulheres, é dar o aval às diferenças sociais entre os dois sexos, é um convite à desistência da luta pela igualdade”, num contexto de um “modelo intocável do sistema patriarcal e neocapitalista” (DAR(I) 106, 2006, p. 4926).

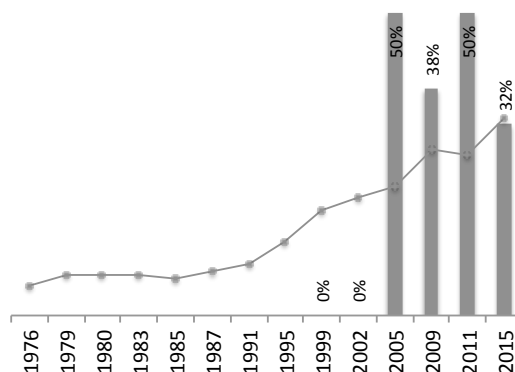
Mas este posicionamento não é consensual. A propósito das declarações do actual líder do PCP, Jerónimo de Sousa, no rescaldo das eleições presidenciais de 2016¹⁷² (ver, *e.g.*, Kusters, 2016; M. Lopes, 2016), a forma como a questão da participação das mulheres na política é encaixada pelo PCP volta a ser colocada. Como vimos anteriormente, a posição deste partido tem sido sempre a de secundarizar as desigualdades entre mulheres e homens perante a sua luta central – a luta de classes. Para Helena Neves, ex-militante do PCP e deputada independente pelo BE entre 1999 e 2002, o partido continua a ter um posicionamento muito conservador (Câncio, 2016).

Ainda no conjunto de partidos de (centro-)esquerda, olhamos para o Bloco de Esquerda que se apresentou a escrutínio pela primeira vez em 1999, como podemos observar na figura seguinte (Figura 36). Se nos seus dois primeiros momentos eleitorais o BE não elege qualquer mulher (elege dois deputados em 1999 e três em 2002), passa, a partir daí, a representar a força política que mais deputadas elege, à excepção da CDU em 2015. Em 2005 e em 2011, aliás, elege tantos homens como mulheres para o Parlamento (quatro representantes de cada um dos sexos). Nestes anos, a taxa de sucesso das mulheres é assinalável tendo em conta que a sua proporção nas listas foi inferior ao resultado obtido, ou seja, o BE apresentou listas

¹⁷² Apenas para contextualizar a referência, importa referir que Edgar Silva, o candidato apoiado pelo PCP, recolheu somente 3,95% dos votos (SGMAI, 2016b), o que foi considerada uma derrota do partido, face aos resultados obtidos nas eleições legislativas, onde a CDU obteve 8,25% dos votos (SGMAI, 2016a) tendo em conta que o seu eleitorado é considerado um eleitorado estável.

com 38,6% e 40,6% de candidatas, respectivamente, tendo resultado numa bancada parlamentar verdadeiramente paritária.

Figura 36. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pelo BE (colunas), 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: Dias (2011a); SGMAI (2016a).

Já outras forças políticas tinham conseguido eleger uma maior proporção de deputadas do que a de apresentadas nas listas, ainda que o diferencial não tivesse sido tão expressivo como no caso do BE. Em 1976, as listas do PS eram compostas por 3,5% de mulheres e a proporção de eleitas nesse ano situou-se nos 5,6% (correspondendo a uma diferença de 2 pontos percentuais¹⁷³). Também no PPD/PSD se observou situação semelhante, em 1983, com uma diferença positiva de 1,7 pontos percentuais (6,3% de candidatas e 8,0% de eleitas). Ainda, no CDS-PP, encontramos em 1995 um diferencial análogo, na ordem dos 3 pontos percentuais, correspondendo a 17,0% de candidatas para 20,0% de eleitas. Já com a CDU, o mesmo acontece em três momentos eleitorais. Se em 1979 e 2002 o diferencial é pouco expressivo (com diferenças positivas de 0,1 e 0,2 pontos percentuais, respectivamente), em 1995 o diferencial alarga-se para os 5,4 pontos (com 21,3% de candidatas e 26,7% de eleitas). Todos estes valores estão, portanto, longe dos conseguidos pelo BE que, com 50% de mulheres eleitas em 2005 e 2011, consegue

¹⁷³ A discrepância dos valores apresentados deve-se ao facto da utilização de arredondamentos às décimas.

um diferencial de 11,4 e 9,4 pontos percentuais relativamente à proporção de candidatas (38,6% e 40,6%, respectivamente).

De facto, o eixo ideológico esquerda-direita pode não ser suficiente para explicar o impacto da ideologia dominante dos partidos na proporção de mulheres que eles elegem. Porque este eixo remete para uma “velha política” assente numa clivagem de classe (de um lado a defesa da classe trabalhadora e, do outro, uma orientação para os interesses económicos) (Caul, 1999), pode não ser suficiente para enquadrar as diferenças que se vão observando (ou esbatendo) entre os diferentes partidos e até entre os partidos de esquerda. O surgimento de uma “nova política” acrescenta diferentes dimensões à paleta do conflito político, nomeadamente, não económicas, como as questões ambientais, direitos de minorias, estilos de vida alternativos, igualdade social, entre outras, naquilo que Inglehart e Flanagan (1987) designam como a passagem de uma polarização política baseada na classe para outra baseada em valores. Nesse sentido, os partidos na nova esquerda podem estar mais próximos dos valores associados aos movimentos das mulheres do que os partidos da esquerda tradicional (Jenson, 1995), o que parece revelar-se no caso português, como indiciam as análises aqui apresentadas.

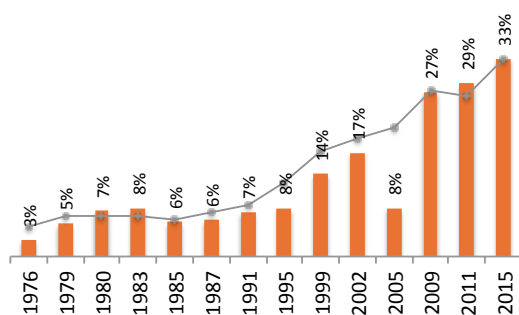
Aliás, para além dos valores defendidos, também o ano no qual um partido entrou no sistema político é indicador desta “nova política” naquilo que influencia a participação das mulheres (Caul, 1999). Como revelam diversos estudos, partidos mais recentes tendem a defender valores mais ligados à igualdade e democracia interna, a ter mais mulheres nas suas estruturas e a apoiar a candidatura de mulheres, também pelo facto de não terem de preterir incumbentes¹⁷⁴ (Dalton, 1991; Leijenaar, 1993; Norris, 1996), o que é consistente com os dados observados para o BE.

Em relação ao PPD/PSD, como se observa na figura seguinte (Figura 37), a proporção de eleitas por este partido situa-se consistentemente abaixo da proporção total de deputadas na Assembleia da República. De facto, apenas em 1980, 1983, 2011 e 2015 (portanto, em quatro dos 14 momentos eleitorais analisados) se situa acima do valor global, ainda que com diferenciais muito

¹⁷⁴ Ver discussão sobre a vantagem dos incumbentes e *incumbency bias* nas secções 1.3. e 1.3.1.

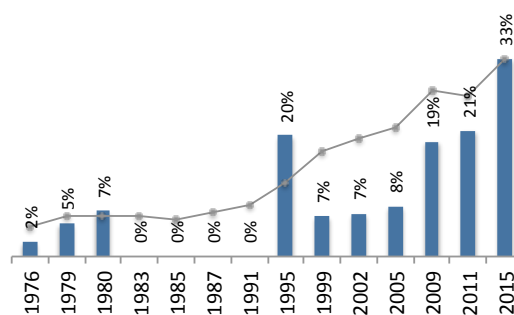
reduzidos: considerando a proporção de deputadas eleitas para a Assembleia em cada uma das legislaturas, o PPD/PSD vê a sua bancada parlamentar composta por 7,5%, 8,0%, 28,7% e 32,7% deputadas nos anos de 1980, 1983, 2011 e 2015, respectivamente¹⁷⁵ (correspondendo a diferenciais positivos entre os 0,7 e 2,2 pontos percentuais). Ainda de destacar, pela negativa, a eleição de 2005, onde este partido elegeu apenas 8,0% de deputadas, muito abaixo dos valores que vinha apresentando, e que não é justificado por uma diminuição da proporção de candidatas. De facto, nesse ano, as listas do PPD/PSD eram compostas por 20,9% de mulheres, em linha com os valores das duas eleições anteriores, pelo que este facto poderá remeter para a questão da distribuição dos/as candidatos/as nas listas eleitorais, penalizadora para as mulheres, que terão, tudo indica, sido colocadas sobretudo em lugares não elegíveis.

Figura 37. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pelo PPD/PSD (colunas), 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: Dias (2011a); SGMAI (2016a).

Figura 38. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pelo CDS-PP (colunas), 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: Dias (2011a); SGMAI (2016a).

Por último, e como se observa na figura anterior (Figura 38), o CDS-PP constitui-se como o único partido que, desde 1976, não elegeu qualquer deputada num momento eleitoral. É o caso das eleições de 1983, 1985, 1987 e 1991. Avaliando a composição das listas apresentadas nestes anos, percebe-se que este insucesso em

¹⁷⁵ Como já referido, o valor apurado para 2015 diz respeito à coligação PàF e não à proporção de deputadas eleitas pelo PPD/PSD.

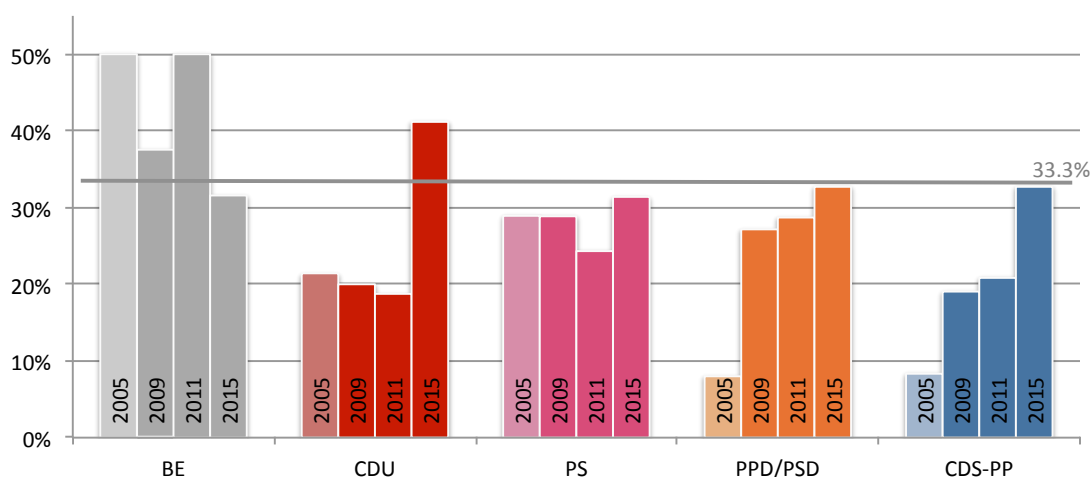
eleger mulheres se deverá à distribuição dos/as candidatos/as nas listas. E isto percebe-se com clareza tendo em conta que a proporção de mulheres nas listas não foi particularmente baixa; foi, aliás, semelhante ou até superior à das apresentadas pelo PPD/PSD que conseguiu, neste período, eleger entre 6% a 8% de deputadas. A destacar pela positiva, encontramos a eleição de 1995 que viu a bancada do CDS-PP ser composta por 20,0% de deputadas, longe da tendência que vinha apresentando e acima da proporção global de mulheres no Parlamento. Esta subida poderá ter sido o reflexo de um impulso de participação feminina que as suas listas observaram (17,0% contra 11,0% na eleição anterior) mas não parece explicar tudo já que, na eleição seguinte, 1999, para uma lista composta por uma proporção de candidatas semelhante (18,0%), este partido elege somente 6,7% de deputadas.

É ainda de ressaltar que, estando nós a considerar, em 2015, o PPD/PSD e o CDS-PP de forma autónoma quando na realidade apresentaram listas conjuntas (atribuímos a cada um dos partidos a proporção de mulheres da coligação), a leitura deve ser feita com alguma prudência. De facto, e mesmo olhando apenas para os últimos quatro momentos eleitorais, percebe-se que, não obstante o aumento gradual entre 2005 e 2015, se regista no CDS-PP um salto quantitativo importante relativamente aos anteriores. Sendo que em 2015 os dados não dizem respeito ao número de mulheres eleitas pelo partido mas pela coligação da qual fez parte (Portugal à Frente), é de considerar que este aumento poderá ter sido feito à custa do parceiro de coligação. Isto porque o PPD-PSD elegeu, nos momentos anteriores (posteriores à aplicação da Lei da Paridade) uma proporção de deputadas mais expressiva que o CDS-PP. Assim, não deveremos olhar para os valores do CDS-PP como um aumento da proporção de mulheres eleitas para a Assembleia da República automaticamente como o resultado de um esforço do partido na procura da paridade. Ainda que esse possa ser o caso, os dados apresentados não confirmam essa hipótese já que dizem respeito aos resultados da coligação e não do partido individualmente.

Focando-nos agora especificamente na última década, que abrange as eleições realizadas sob o signo da Lei da Paridade e ainda as últimas realizadas antes da implementação desta, observa-se que a referida lei impactou de forma

diferenciada nas diferentes forças políticas. Como se observa na figura seguinte (Figura 39), foi nos partidos mais à direita (PPD/PSD e CDS-PP) que a Lei mais parece ter impulsionado a presença de deputadas nas bancadas parlamentares. Como vimos anteriormente, a propósito na análise das listas eleitorais apresentadas por cada um dos partidos, foi no PPD/PSD e no CDS-PP que Lei da Paridade fez com que a proporção de candidatas ultrapassasse os 33%, acabando por se reflectir no número de eleitas; PS, CDU e BE apresentavam, já em 2005, uma proporção de candidatas superior a este limiar.

Figura 39. Proporção de mulheres eleitas para a Assembleia da República por partido/coligação e por sexo (antes e após a Lei da Paridade), 2005-2015 (%)



Fonte dos dados: Dias (2011a); SGMAI (2016a).

O caso da CDU foi já discutido no sentido das eleições de 2005 a 2011 não corresponderem à tendência observada pela coligação ao longo do tempo, pelo que não repetiremos aqui a análise.

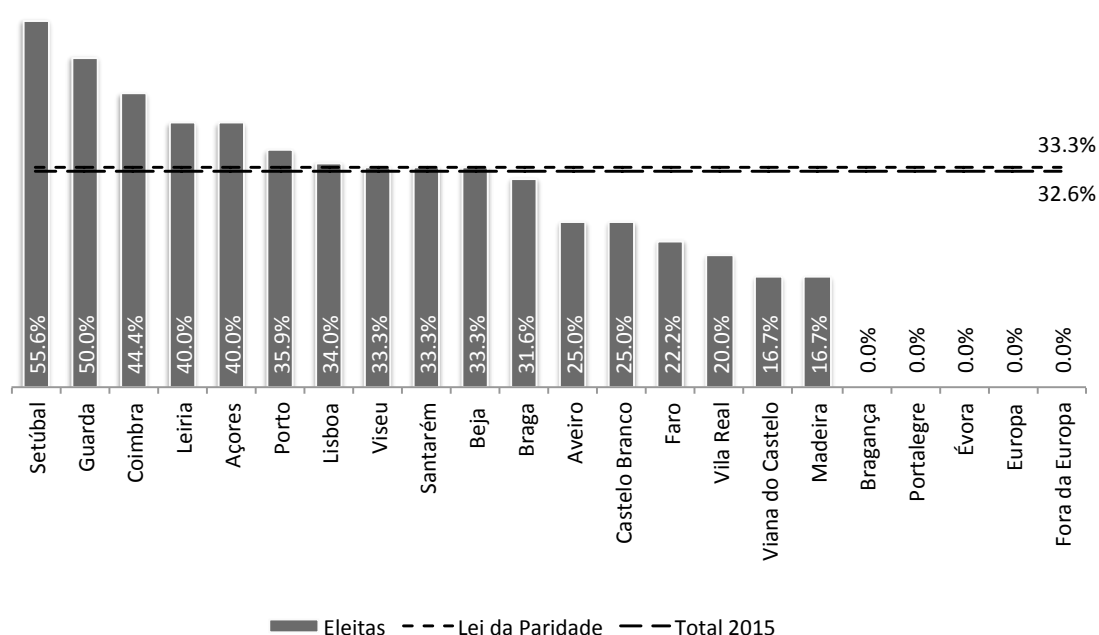
Nas últimas eleições (2015), todas as forças políticas contribuem de forma relativamente semelhante para a proporção global de 32,6% de deputadas, ainda que a CDU se destaque um pouco dos restantes partidos/coligações.

Passaremos agora a uma análise das deputadas eleitas por círculo eleitoral. Tendo em conta os 14 actos eleitorais legislativos do período democrático (1976-2015), em conjunto, observa-se que, globalmente, a proporção de mulheres eleitas é

de 14,3%. Acima desta média, encontramos, somados os resultados de todos os partidos e de todas as eleições, os seguintes círculos eleitorais, por ordem decrescente: Setúbal (23,3%), Guarda (20,6%), Lisboa (17,5%), Leiria (17,1%), Porto (15,4%), Faro (15,0%) e Fora da Europa (14,3%).

Se olharmos apenas para as últimas eleições legislativas (2015), observa-se que, globalmente, foram eleitas para a Assembleia da República 32,6% de deputadas, valor próximo da paridade, tal como definido na Lei. Mas, mais uma vez, registam-se grandes diferenças entre os vários círculos eleitorais. Como se observa na figura seguinte (Figura 40), a proporção de eleitas varia entre valores bastante elevados, acima dos 50%, como em Setúbal e na Guarda, e a não eleição de qualquer mulher, como nos casos dos círculos de Bragança, Portalegre, Évora, Europa e Fora da Europa.

Figura 40. Proporção de mulheres eleitas por círculo eleitoral, 2015 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (2016a).

Após a entrada em vigor da Lei da Paridade encontra-se uma correlação positiva forte entre a eleição de mulheres e a magnitude do círculo eleitoral: quanto maior o número de deputados/as eleitos/as no círculo, maior a proporção de

mulheres eleitas (à exceção de 1976, onde também se encontra uma correlação positiva)¹⁷⁶. Isto significa que, em círculos eleitorais de maior dimensão a probabilidade de eleição de mulheres é superior (Matland, 2005; Norris, 2006). No caso específico da aplicação de quotas nas listas eleitorais, o que acontece na maioria dos casos é o estrito cumprimento da Lei, que, na prática, tende a colocar a primeira mulher da lista em terceiro lugar, como vimos anteriormente. Em círculos mais pequenos que, portanto, elegem muito poucos/as deputados/as, acabam por ser eleitos/as apenas os/as cabeças de lista (e mais nenhum/a ou poucos/as outros/as candidatos/as). Por outras palavras, em círculos eleitorais mais pequenos, o terceiro lugar nas listas, que é o lugar, de entre os três primeiros, mais ocupado por mulheres, acaba por não representar, à partida e na prática, uma posição elegível.

Vejamos alguns exemplos relativos aos resultados eleitorais das eleições legislativas de 2015. Os círculos eleitorais de Bragança, Évora (que elegem três deputados/as cada) e Portalegre, Europa e Fora da Europa (que elegem dois/uas deputados/as cada) elegeram apenas homens. Existem ainda casos que se constituem como exceções a esta regra: são círculos eleitorais que, mesmo elegendo poucos/as deputados/as, conseguem eleger mulheres, mas só porque elas não estão colocadas em terceiro lugar nas listas. É o caso de Beja (que elege três deputados/as), onde CDU, PS e PàF elegeram apenas os/as cabeças de lista sendo um/a deles/as uma mulher. Semelhante situação observa-se na Guarda e em Castelo Branco, círculos que elegem quatro deputados/as cada. No caso da Guarda, as duas deputadas eleitas estavam ambas em segundo lugar na lista eleitoral: tendo em conta que foram eleitos/as dois/uas deputados/as do PS e da PàF, caso elas estivessem na terceira posição (como é tendencialmente a regra), não teriam sido eleitas. Em relação a Castelo Branco, também PS e PàF elegeram dois/uas deputados/as. Mas neste caso, a única mulher eleita era a cabeça de lista pelo seu partido (PS) neste círculo. Novamente, caso estivesse em terceiro lugar não teria

¹⁷⁶ Coeficientes de correlação de Pearson: $R_{(1976)} = 0,63$; $R_{(1979)} = 0,26$; $R_{(1980)} = 0,00$; $R_{(1983)} = 0,16$; $R_{(1985)} = -0,11$; $R_{(1987)} = 0,09$; $R_{(1991)} = 0,01$; $R_{(1995)} = 0,09$; $R_{(1999)} = 0,14$; $R_{(2002)} = 0,02$; $R_{(2005)} = 0,15$; $R_{(2009)} = 0,63$; $R_{(2011)} = 0,63$; $R_{(2015)} = 0,40$.

sido eleita, como aconteceu aqui com a PàF: elegeu dois deputados, o primeiro e segundo da lista sendo que a terceira não foi eleita.

Mais uma vez é notória a importância da existência de uma regra de colocação nas listas eleitorais, em adição ao estabelecimento de limiares mínimos de participação de pessoas de cada um dos sexos.

Estabelecido o quadro da participação das mulheres no poder central, importa agora perceber se dinâmicas semelhantes se operam ao nível do poder local. Pelas particularidades deste nível administrativo, já enumeradas anteriormente, admitimos que se verifiquem algumas diferenças nas dinâmicas associadas à eleição de mulheres, dimensões essas que exploraremos de seguida.

7. A desigualdade de género na política local portuguesa em discurso indirecto: que “histórias” contam os números

As elites políticas locais em Portugal constituem-se como um elo de ligação entre política e sociedade civil e mimetizam as desigualdades de género já amplamente estudadas noutros domínios, como: o trabalho e o emprego (*e.g.*, Casaca, 2010; V. Ferreira, 2010a; González *et al.*, 2005); a tomada de decisão, nomeadamente as elites económicas e empresariais (*e.g.*, Lisboa *et al.*, 2006; Nogueira, 2009; G.G. Santos, 2010); e a conciliação entre a vida profissional e familiar e pessoal (*e.g.*, Aboim, 2012; Casaca, 2013; Perista, 1999; Wall & Escobedo, 2013). Estes estudos revelam um fechamento às mulheres dos círculos de maior autoridade e poder (Viegas & Faria, 1999b), que condiciona o acesso de metade da população a um determinado campo, ponto em causa o princípio constitucional da igualdade e do acesso a cargos públicos, enfraquecendo os pilares democráticos nos quais a construção do Estado português assenta.

A desigualdade de género tem sido menos escrutinada na política local comparativamente aos órgãos políticos nacionais (Rao, 2005; Rodríguez-Garcia, 2015; Sundström, 2013) e Portugal não se constitui como uma excepção. Os estudos sobre as desigualdades de género nas elites políticas locais portuguesas têm sido escassos e têm tido um carácter eminentemente descritivo e de âmbitos institucional, geográfico e temporal parcelares. É o caso dos estudos de: Jordão (2000) onde, partindo da análise de sete municípios da Grande Lisboa, é feita uma inventariação dos obstáculos endógenos e exógenos à participação feminina nos órgãos autárquicos; de Maciel (2008) que destaca barreiras culturais associadas aos estereótipos de género através de entrevistas as 12 presidentes de câmara da Área Metropolitana de Lisboa; de P. Nunes (2008) que faz uma análise descritiva da participação das mulheres nos municípios e freguesias portuguesas entre 1982 e 2005; ou de A.M. Lopes (2009) que recorre a uma abordagem compreensiva dos/as eleitos/as para a câmara de dois municípios, ressaltando da sua análise os estereótipos de género associados aos papéis sociais de homens e mulheres, intimamente ligados às questões da conciliação entre a vida profissional e a vida

peçoal e familiar. Não obstante as publicações editadas pela Administração Eleitoral do Direcção-Geral do Ministério da Administração Interna (STAPE, 1986; G. Archer *et al.*, 1993; G. Archer *et al.*, 1997; G. Archer & Tavares, 2005, 2009; G. Archer *et al.*, 2001a; S. Tavares *et al.*, 2013) constituírem uma importante contribuição para a constituição de um corpo de conhecimento na área das assimetrias entre homens e mulheres no poder local, a informação disponibilizada é seccional e eminentemente descritiva.

Na presente secção serão analisados os dados relativos aos/as eleitos/as locais no Portugal democrático, período que inclui já os efeitos da Lei da Paridade. Este constitui-se como um desenvolvimento inovador na área dos estudos de género ligados à participação política e que vem preencher a lacuna que identificámos anteriormente. Os dados disponíveis permitir-nos-ão uma análise por sexo com desagregações a vários níveis. Para além da desagregação geográfica, será também feita uma análise por partido ou enquadramento político-partidário, por tipo de órgão (executivo/deliberativo), por nível administrativo (freguesia, município) e por nível hierárquico (presidência/outro cargo).

Após a análise global da informação disponível, focar-nos-emos nas eleições de 2009, uma vez que são os dados mais recentes disponíveis no momento da redacção deste trabalho, para tentar perceber se homens e mulheres autarcas apresentam características semelhantes ou se encontramos atributos que tendem a beneficiar ou constranger a participação das mulheres nestes órgãos. Este momento eleitoral, para além de ser o mais recente para o qual dispomos de dados completos, constitui-se, na nossa perspectiva, como um bom indicador da actual situação uma vez que reflecte já as mudanças legais que se operaram no sentido de promoção da igualdade de género na participação política, mais concretamente a implementação da Lei da Paridade.

Para além de uma caracterização longitudinal exaustiva que está ainda por fazer, pretendemos com este segundo momento de análise, focado nas características dos/as eleitos/as em 2009, avaliar de que forma as dimensões política e sociodemográfica se relacionam com o sexo dos/as eleitos/as. Centrando-nos depois apenas nas características sociodemográficas procuraremos compreender até

que ponto estas condicionam a probabilidade dos/as eleitos/as serem homens ou mulheres. Desta forma ser-nos-á possível verificar se, de facto, as mulheres precisam (ou beneficiam) de *backgrounds* sociais diferenciados para serem eleitas, como sugerem Aberbach, Putnam e Rockman (1981), Matthews (1984), Fernandes (1993), Norris e Lovenduski (1995), Best e Cotta (2000), ou Vianello (2004), algo que permanece por estudar no domínio do poder local.

Assim, procuraremos nesta secção final dar resposta às questões específicas acerca da configuração da participação das mulheres nos órgãos de poder político (Q3), agora no caso do poder local, e ainda dos atributos sociodemográficos que marcam as disparidades numéricas entre homens e mulheres nas elites políticas, potencialmente reveladoras de estruturas de oportunidades diferenciadas (Q4).

Antes de proceder à análise dos dados, impõem-se algumas notas metodológicas relativamente à fonte dos dados utilizados e às suas limitações.

No caso das eleições autárquicas, não será possível fazer uma análise com uma configuração idêntica à que realizámos relativamente às eleições legislativas, nomeadamente no que diz respeito ao estudo da composição das listas eleitorais (apresentada na secção 6.1.). Ainda que os objectivos sejam semelhantes, os de encontrar nas diferenças de sexo e disparidades de género, não será viável fazer uma análise exaustiva das listas apresentadas pelas forças políticas. Não estando essa informação centralizada, e considerando o universo em análise (mais de 300 municípios com mais de 4200 freguesias¹⁷⁷, multiplicados por 11 momentos eleitorais e por, pelo menos, quatro forças políticas), não foi exequível este tipo de análise por constrangimentos de tempo. Consideramos que essa seria uma avaliação importante mas muito dificilmente executável com os recursos humanos e o horizonte temporal disponíveis para o presente trabalho.

Relativamente às pessoas eleitas para as autarquias, recorreu-se não aos resultados efectivos publicados pela CNE, até porque é apenas apresentado o

¹⁷⁷ O número de municípios e de freguesias portuguesas foi variando ao longo do tempo. Se, no caso dos municípios, o número passou de 305 para 308 em 1998, no caso das freguesias registaram-se bastantes mais alterações. Actualmente, e após a implementação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, relativa à reorganização administrativa do território das freguesias, o território português é composto por um total de 3092 freguesias.

número de mandatos, não tendo, portanto, informação relativamente aos sexos/as eleitos/as. Os dados analisados e aqui apresentados são o resultado da compilação da informação relativa aos/às eleitos/as locais feita pela Administração Eleitoral da SGMAI (Quadro 16). Tendo em conta que este trabalho de recolha e sistematização está dependente do envio da informação por parte das Câmaras Municipais, e apesar desta comunicação ter um carácter obrigatório¹⁷⁸, os dados da SGMAI não correspondem à totalidade dos/as eleitos/as mas sim ao universo de respostas recebidas, conforme quadro seguinte. Os dados analisados correspondem, em todo o caso, a uma proporção muito significativa do universo dos/as eleitos/as (89,7%).

Quadro 16. Eleitos/as analisados/as nas eleições autárquicas e fontes da informação, 1976-2013

Ano da eleição	Nº de eleitos/as	Nº de respostas obtidas	Taxa de cobertura	Dados disponíveis em
1976	---	---	---	Microfichas
1979	---	---	---	Microfichas
1982	67036	54578	81,4%	STAPE (1986)
1985	---	---	---	Microfichas
1989	54869	53658	98,0%	G. Archer <i>et al.</i> (1993)
1993	55754	52804	94,7%	G. Archer <i>et al.</i> (1997)
1997	56384	48848	86,6%	G. Archer, Tavares, & Piteira (2001b)
2001	57159	52511	91,9%	G. Archer & Tavares (2005)
2005	57075	50849	89,1%	G. Archer & Tavares (2009)**
2009	57396	50637	88,2%	S. Tavares <i>et al.</i> (2013)**
2013	*	*	*	Página web da SGMAI
Total	405673	363885	89,7%	

* Não foram ainda publicados os resultados do inquérito aos/às eleitos/as em 2013.

** Tivemos ainda acesso às bases de dados disponibilizadas pela SGMAI no âmbito do protocolo estabelecido com a FCSH-UNL.

Existe, porém, alguma informação que não nos foi possível trabalhar. Nomeadamente no que diz respeito aos resultados eleitorais para as autarquias locais de 1976, 1979 e 1985, a informação, ainda que existente, não está informatizada e apenas disponível em microfichas. Em relação aos dados em falta,

¹⁷⁸ Conforme o disposto: no artigo 155º do Decreto-Lei 701-B/76, de 29 de Setembro; no artigo 234º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto, actualizada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro.

nomeadamente no que diz respeito a 1979 e 1985, tivemos apenas acesso a alguns dados relativos e parciais (nomeadamente a percentagem de mulheres eleitas por órgão e por cargo).

Por último, e ainda relativamente às eleições autárquicas, não dispomos ainda dos dados completos relativos a 2013. Esta situação decorre da SGMAI não ter ainda publicado esses resultados e, como tal, não estar autorizada a divulgar a base de dados com a informação recolhida. Em todo o caso, foi possível recolher, na página *web* da SGMAI¹⁷⁹, informação que nos permitiu sistematizar em base de dados a informação (nome, autarquia e força política) das pessoas eleitas para a presidência das câmaras municipais. Posteriormente, foram publicadas em formato PDF, também na página *web* da SGMAI¹⁸⁰, as listagens dos/as eleitos/as para a presidência das juntas de freguesia. Assim, e relativamente às últimas eleições autárquicas, dispomos apenas de dados parciais, que não incluem os/as eleitos/as para os restantes cargos das câmaras municipais e das juntas de freguesia nem para as assembleias municipal e de freguesia.

Uma última nota para referir que a análise por força política contemplará o CDS-PP, PPD/PSD, PS, CDU, BE e Outros. Considerando que não tivemos acesso às bases de dados originais na maior parte dos casos, tivemos de manter a estrutura de análise utilizada pela Administração Eleitoral da SGMAI. Assim, a categoria “Outros” contempla, segundo a informação metodológica da SGMAI apresentada nas suas publicações, todas as forças que não correspondem aos partidos e coligação referidos. Esta categoria inclui outros partidos, outras coligações e grupos de cidadãos eleitores. Apenas no que diz respeito aos dados de 2009 poderemos testar outros agrupamentos.

¹⁷⁹ Disponível em <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/candidatos.html>.

¹⁸⁰ Disponível em <http://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/Autarquias/Paginas/default.aspx>.

7.1. Os/as eleitos/as para os órgãos autárquicos: uma análise longitudinal

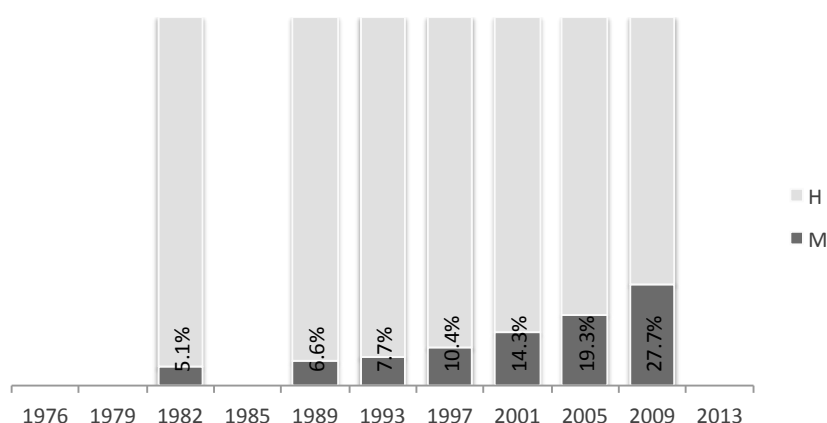
A política local é aquela que se parece constituir como o maior campo de oportunidades para a participação das mulheres na política dado o elevado número de cargos disponíveis (Jordão, 2000; Rodríguez-Garcia, 2015) que, no caso português, supera, como vimos, os 57 mil lugares. Contudo, essa expectativa não se concretiza, nem no caso português, como veremos, nem noutros contextos internacionais (F. Ferreira & Gyourko, 2014; Jones, 2004; Linsley *et al.*, 2006; Rallings *et al.*, 2010; Rao, 2005; Rodríguez-Garcia, 2015; Schmidt & Saunders, 2004). Ainda que em termos absolutos encontremos uma presença feminina muito mais forte nas autarquias relativamente ao poder central eleito, justamente pela disparidade numérica dos lugares disponíveis, em termos relativos observa-se genericamente uma presença de mulheres mais elevada ao nível da Assembleia da República. Mas retomaremos esta questão mais adiante.

Globalmente, e tendo em conta apenas as eleições para as quais dispomos de dados completos, encontramos uma média de 12,8% de mulheres no poder local. Mas, à semelhança do que acontecia com as eleições legislativas, este valor não espelha a situação actual, reflectindo as proporções muito baixas de mulheres nas eleições das décadas de 1980 e 1990 compensadas pelos valores mais elevados registados nos momentos eleitorais mais recentes.

Como se observa na figura seguinte¹⁸¹ (Figura 41), é notório um aumento consistente da proporção de mulheres nos órgãos autárquicos.

¹⁸¹ Como já foi referido, não dispomos de dados completos para todos os momentos eleitorais autárquicos. De modo a ser sempre claro que dados estão e não estão a ser analisados, optámos por, em todas as figuras, incluir todas as eleições. Desse modo, fica sempre patente quais os dados considerados.

Figura 41. Proporção de eleitos/as para órgãos autárquicos por sexo, 1976-2013 (%)



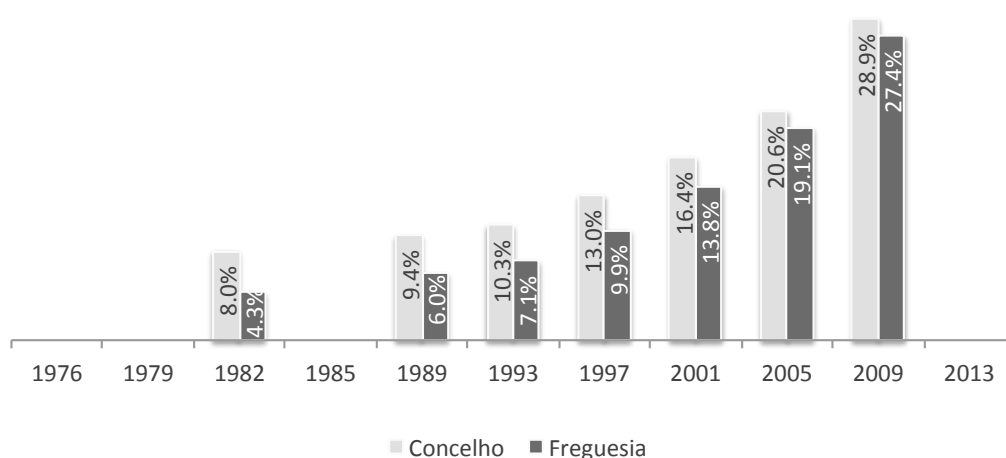
Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Apesar de não se atingir ainda um terço, a presença das mulheres nos órgãos do poder local tem vindo a aumentar consistentemente, tendo partido de uma proporção de 5,1% em 1982 para atingir os 27,7% em 2009. Observa-se ainda um aumento mais expressivo entre 2005 e 2009 que atinge os 8,3 pontos percentuais (ao passo que os acréscimos dos períodos anteriores variam entre os 1,1 e 5,1 pontos). A implementação da Lei da Paridade, aprovada em 2006, parece ter-se constituído também aqui como um mecanismo efectivamente potenciador da presença de mulheres nas elites políticas locais, numa combinação daquilo que Dahlerup e Freidenvall (2005) descrevem como trajectórias incremental e rápida de igual representação de homens e mulheres na política. Se, por um lado, observamos um aumento gradual da proporção de eleitas aos longo do tempo (remetendo para a ideia da *incremental track*), encontramos também um acréscimo mais expressivo, acima da tendência de crescimento verificada, na proporção de eleitas, indiciando o efeito de *fast track* reflectido neste impulso dos números. De facto, as medidas de acção positiva neste âmbito mostraram-se já eficazes no aumento da participação das mulheres nos órgãos do poder local, sobretudo se tomarem a forma de quotas obrigatórias nas listas eleitorais com mecanismos de posicionamento (Jones, 2004; Schmidt & Saunders, 2004).

Mas porque o poder local é uma realidade heterogénea, é ao decompô-lo que encontramos particularidades interessantes. Num primeiro nível de

desagregação, percebemos que é nos órgãos concelhios (câmara e assembleia municipais) que a proporção de mulheres é mais elevada, por comparação aos órgãos da freguesia¹⁸² (junta e assembleia de freguesia). Ainda que o diferencial se tenha vindo a esbater um pouco nas eleições mais recentes, tem sido sempre ao nível da freguesia que a presença feminina é mais reduzida, como se observa na figura seguinte (Figura 42). Em 1982 encontramos os órgãos concelhios compostos por 8,0% de mulheres, ao passo que os de freguesia contavam apenas com 4,3% de mulheres (com um diferencial expressivo de quase quatro pontos percentuais). Mais de duas décadas depois, em 2009, a proporção de mulheres nas câmaras e nas assembleias municipais sobe para os 28,9% e nas juntas e assembleias de freguesia para os 27,4%, representando agora uma diferencial muito inferior, na ordem de um ponto e meio.

Figura 42. Eleitas por nível administrativo, 1976-2013 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

De facto, não só a proporção de mulheres nos dois níveis administrativos tem vindo a aumentar como se regista uma diminuição continuada do diferencial entre os dois níveis. Ainda que os órgãos municipais apresentem sempre uma proporção

¹⁸² A composição dos executivos das juntas de freguesia é feita do seguinte modo: o/a presidente é eleito enquanto cabeça de lista da lista apresentada à assembleia de freguesia; os vogais são eleitos pela assembleia de freguesia na sua primeira sessão de trabalhos (M.F.A. Mendes & Miguéis, 2005).

superior de mulheres, em comparação com os de freguesia, a discrepância tem-se atenuado consistentemente: em 1982, os órgãos concelhios tinham uma proporção de mulheres superior em 3,7 pontos percentuais em relação aos de freguesia, em 1989 de 3,4 e em 1993 de 3,2 pontos. O diferencial continua a reduzir-se nas eleições seguintes, passando para os 3,1 pontos em 1997 e para os 2,6 pontos 2011, fixando-se nos 1,5 pontos percentuais em 2005 e 2009.

A presença de mais mulheres, em termos relativos nos órgãos municipais relativamente aos de freguesia pode ficar a dever-se a uma combinação de dois factores. Por um lado, os órgãos municipais beneficiam de uma maior exposição pública pelo que podem estar mais susceptíveis a um maior escrutínio, tanto público como político-partidário, reagindo de forma mais imediata à mudança das lógicas tradicionais de reprodução do poder. Por outro lado, a par de uma menor visibilidade, os órgãos de freguesia são compostos por cargos, na sua maioria, não remunerados, conforme o disposto na Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro¹⁸³. De facto, apenas os/as presidentes de junta são remunerados e apenas aqueles que desempenharem as suas funções a tempo inteiro. Mais, apenas nas freguesias com mais de 10 mil eleitores/as ou com mais de 7 mil eleitores/as e 100 km² de área os/as presidentes podem optar por esta modalidade. Segundo informação disponível no Portal Autárquico¹⁸⁴, apenas 224 das 3091 actualmente existentes se encontram nestas condições. Nesse sentido, a compensação financeira decorrente da participação política a este nível (definida pela Lei n.º 52-A/2005 para cargos que não são exercidos em permanência), pode não ser suficientemente atractiva para contrapesar os custos em termos de gastos de trabalho e de tempo (livre) despendido. Como referimos anteriormente, este trabalho faz-se, muitas vezes, nos tempos livres e à noite (Jordão, 2000; Linsley *et al.*, 2006; Martins & Teixeira, 2005). Num contexto em que homens e mulheres têm posições assimétricas no tecido social, nomeadamente ao nível dos usos do tempo (como vimos na secção 4.3.), a questão da remuneração, por não compensar os custos, pode constituir-se como um constrangimento adicional à participação nas estruturas políticas locais, com maior

¹⁸³ Esta lei foi posteriormente alterada encontrando-se agora na sua 4ª versão, actualizada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de Dezembro.

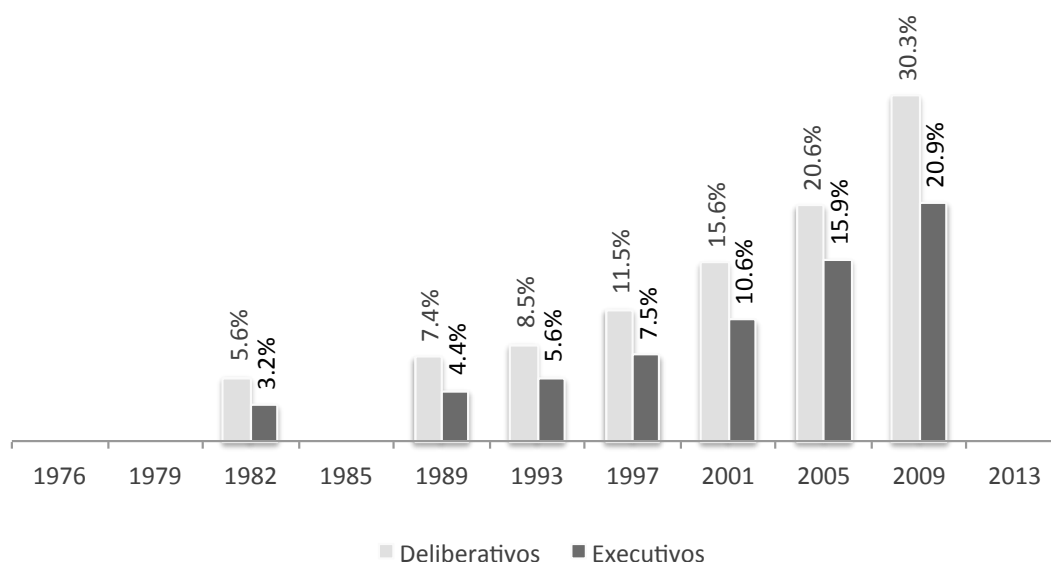
¹⁸⁴ Disponível em <http://www.portalautarquico.pt>.

impacto nas mulheres, já que as dificuldades de conciliação do trabalho autárquico com as responsabilidades familiares têm um grande impacto sobretudo para elas (Rao, 2005).

A redução do diferencial entre os dois níveis administrativos pode ser o reflexo de algumas mudanças não apenas nas lógicas de recrutamento como também nos papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres.

Fazemos agora uma análise por tipo de órgão, distinguindo entre deliberativos e executivos. Os primeiros compreendem as assembleias municipal e de freguesia; os segundos incluem as câmaras municipais e as juntas de freguesia. Como se observa através dos dados recolhidos, e apresentados na figura seguinte (Figura 43), a presença de mulheres nos órgãos executivos autárquicos é sempre inferior à dos deliberativos. Se, em 1982, os executivos eram compostos por 3,2% de mulheres e os deliberativos por 5,6%, em 2009 observa-se uma presença feminina de 20,9% nos primeiros e de 30,3% nos segundos.

Figura 43. Eleitas por tipo de órgão, 1976-2013 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Não obstante o consistente aumento da proporção de mulheres em ambos os tipos de órgãos autárquicos, o diferencial tem igualmente vindo a aumentar. Em

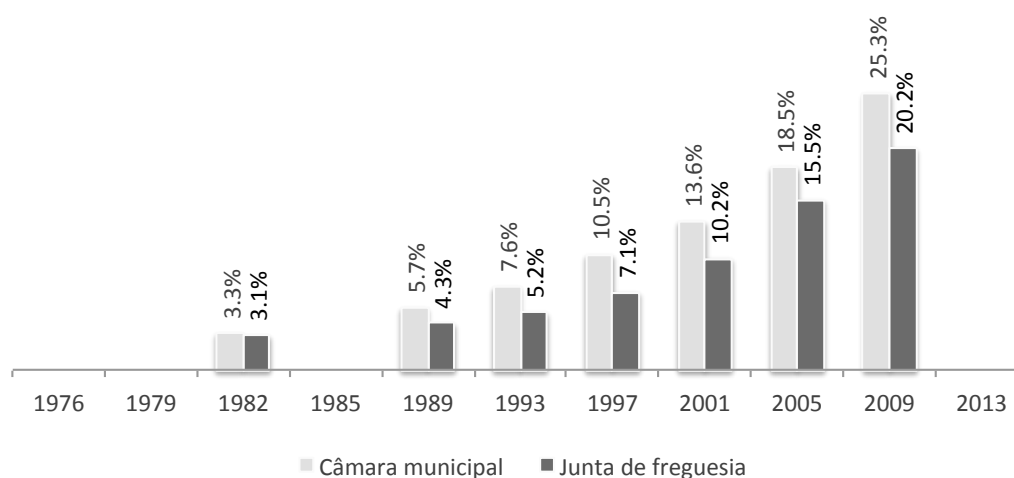
1982, a proporção de mulheres nos órgãos deliberativos superava a dos executivos em 2,4 pontos percentuais, diferencial que vai aumentando: 2,9 pontos em 1989 e em 1993, 4,0 pontos em 1997, 5,0 pontos em 2001, 4,8 em 2005 e, finalmente, 9,4 pontos percentuais em 2009. De facto, o que parece estar a acontecer a este nível é que o ritmo de aumento da proporção de mulheres nos executivos está a operar-se a um ritmo mais lento que o dos órgãos deliberativos.

Também aqui a implementação da Lei da Paridade parece ter tido um efeito impulsionador do crescimento incremental que se vinha verificando. Observa-se que, entre 2005 e 2009, o aumento da proporção de eleitas foi mais expressivo que em períodos anteriores, mas apenas nos órgãos deliberativos. Se, nestes órgãos e no que diz respeito à representação feminina, se assiste a um aumento de 5 pontos percentuais de 2001 para 2005, nas eleições seguintes, ou seja, de 2005 para 2009, o aumento atinge os 9,7 pontos. No caso dos órgãos executivos, o aumento entre estes períodos é semelhante indiciando que a Lei da Paridade terá um impacto diferenciado nos diferentes tipos de órgãos, o que poderá ser o reflexo de estratégias distintas na composição das listas eleitorais, havendo uma maior resistência de colocação de mulheres em lugares elegíveis quando se tratam de posições de maior relevo e exposição públicas. Este padrão é observado não apenas no poder central como também local, apontando para a persistência de papéis sociais assimétricos de género que associam as mulheres ao apoio à decisão (Linsley *et al.*, 2006; Lisboa *et al.*, 2006).

Desagregando agora cada um destes tipos de órgãos autárquicos encontramos igualmente diferenças importantes. Relativamente aos executivos, percebemos que é nas juntas de freguesia que encontramos, em termos relativos, menos mulheres. Apesar de no primeiro momento em análise (1982) não se observar praticamente diferença na proporção de mulheres nos dois executivos (3,3% nas câmaras municipais e 3,1% nas juntas de freguesia), o diferencial vai aumentando até às eleições de 2009 onde encontramos 25,3% de mulheres nos executivos municipais e 20,2% nas juntas de freguesia, como se observa na figura seguinte (Figura 44).

Assim, apesar de se registar um aumento constante, em termos relativos, das eleitas em ambos os executivos, verifica-se que o ritmo desse mesmo aumento é bastante mais lento no caso das juntas de freguesia. À semelhança do que vimos aquando da análise dos órgãos autárquicos por nível administrativo, podemos pensar em dois factores explicativos para este comportamento diferenciado. Por um lado, a maior visibilidade das câmaras municipais pode beneficiar a participação das mulheres na medida em que estão mais sujeitas a escrutínio público e político-partidário. Por outro lado, pode novamente estar em causa a questão da remuneração dos cargos associados a cada um destes organismos. Se, no caso das câmaras municipais, todo o executivo (em regime de permanência) é remunerado, no caso das juntas de freguesia, apenas o presidente de junta tem a possibilidade de auferir um salário a tempo inteiro (ver Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro) e, como vimos, poucas são as freguesias elegíveis para esta situação. De facto, estes podem constituir-se, novamente, como factores penalizadores da participação das mulheres sobretudo ao nível das juntas de freguesia, dado que é ainda sobre elas que pesa o cuidado do agregado familiar (como vimos anteriormente), fazendo com que a compensação financeira (que não é um salário) não seja suficiente para recompensar o esforço adicional de conciliação das duas esferas.

Figura 44. Eleitas para os executivos das câmaras municipais e juntas de freguesia, 1976-2013 (%)

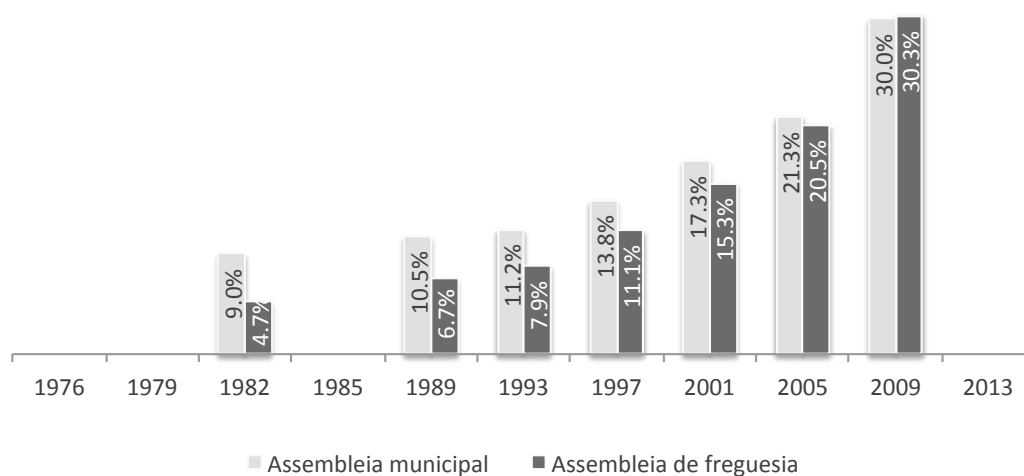


Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

No caso dos dois órgãos deliberativos em análise, as assembleias municipais e de freguesia, encontramos uma tendência em alguns aspectos diferente da observada nas desagregações anteriores. O que é comum é a tendência crescente da proporção de mulheres em ambas as assembleias. No caso das municipais, assiste-se a um crescimento que vai dos 9,0% em 1982 até aos 30,0% em 2009. Trajectória semelhante à das assembleias de freguesia compostas por 4,7% de mulheres em 1982 e 30,3% em 2009.

A destacar neste caso é o facto de serem estes os órgãos que mais mulheres incluem e ainda serem aqueles nos quais se verifica um menor diferencial. Ou seja, ao contrário daquilo que observámos nos órgãos executivos, observa-se uma tendência de convergência da proporção de mulheres nas assembleias municipais e de freguesia: se, em 1982, as assembleias municipais apresentavam uma proporção de mulheres superior à das assembleias de freguesia em 4,3 pontos percentuais, em 2009 o diferencial passa a ser de apenas três décimas, e em favor das assembleias de freguesia. Esta aproximação foi gradual e constante ao longo do tempo, como se observa na figura seguinte (Figura 45).

Figura 45. Eleitas para a assembleia municipal e assembleia de freguesia, 1976-2013 (%)

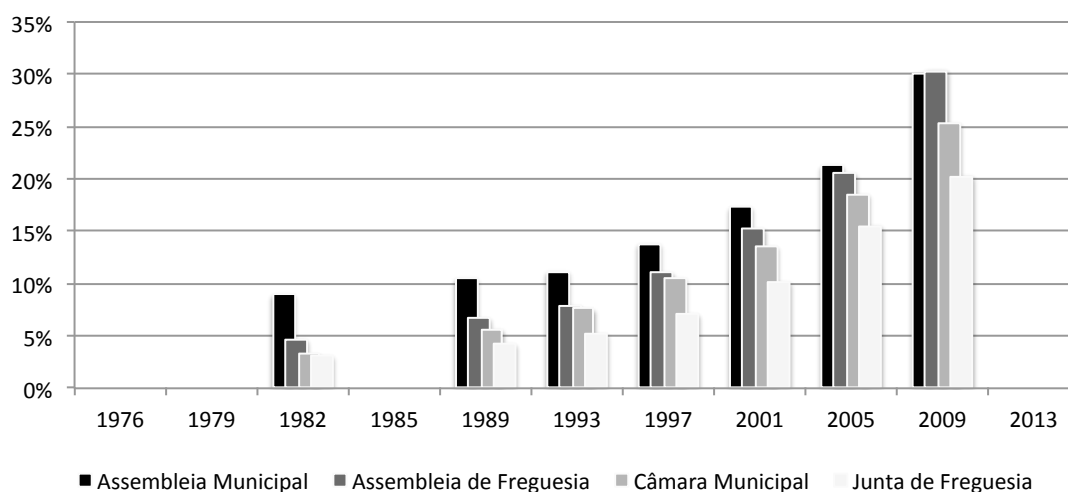


Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

De facto, em posições de deliberação, longe das funções executivas de maior visibilidade e poder imediato, não se verificam diferenciais tão vincados como os observados em outras desagregações. A concentração de mulheres em lugares não executivos e de menor visibilidade e exposição parece revelar-se mais uma vez aqui, à semelhança do que encontrámos noutras esferas públicas, como a carreira docente ou a administração pública (ver secções 4.1. e 4.2.).

Numa leitura paralela dos dados dos quatro órgãos autárquicos percebemos que, quanto mais próximo à população for o órgão, menos mulheres elege: os órgãos de freguesia (junta e assembleia de freguesia) têm menos mulheres que os seus correspondentes concelhios (câmara e assembleia municipal). Por outro lado, quanto maior a projecção e visibilidade, menor a proporção de mulheres: junta de freguesia e câmara municipal elegem menos mulheres que as assembleias. Numa visão de conjunto (Figura 46), encontramos, tendencialmente em todas as eleições, mais mulheres na assembleia municipal e depois, por ordem decrescente, na assembleia de freguesia, na câmara municipal e, por último, na junta de freguesia.

Figura 46. Eleitas por órgão autárquico, 1976-2013 (%)



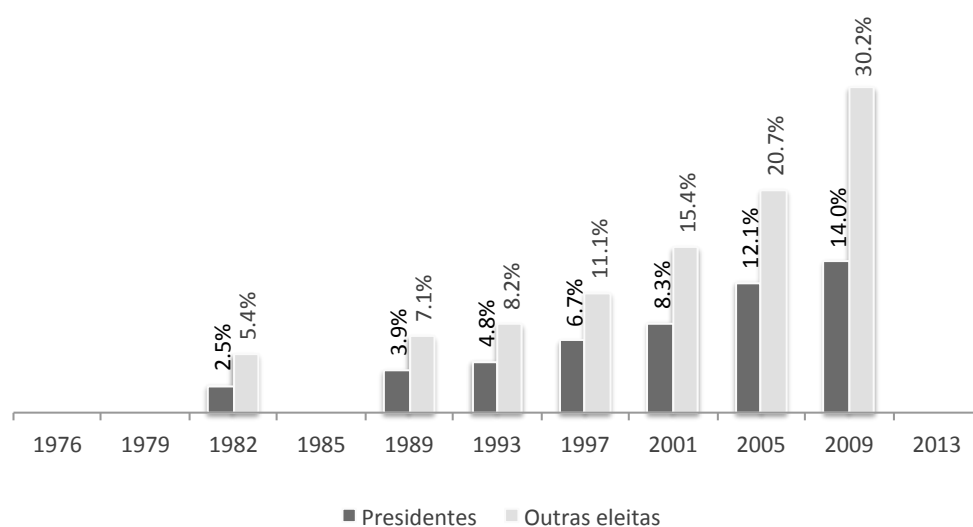
Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Diferentes factores parecem estar aqui em questão. Se considerámos que as dificuldades de conciliação do trabalho autárquico com as responsabilidades familiares como dimensão potencialmente explicativa da menor participação das

mulheres nos órgãos de freguesia comparativamente aos concelhios, apoiada na insuficiente recompensa financeira, esse não parece ser o factor decisivo na interpretação justaposta dos diferentes órgãos em causa. De facto, globalmente, encontramos mais mulheres em órgãos não remunerados (assembleias municipais e de freguesia). Este quadro parece apontar-nos na direcção da resistência à mudança dos papéis tradicionais de género que associam as mulheres ao apoio à decisão e os homens aos poderes executivos (Lisboa *et al.*, 2006). Apenas no contexto dos órgãos executivos poderemos mobilizar a explicação baseada nas dificuldades de conciliação, revelando que existirá não apenas uma multiplicidade de condicionamentos à participação das mulheres nas elites políticas locais como também que esses constrangimentos sejam hierarquizados.

Independentemente do órgão autárquico, analisámos ainda a proporção de eleitas por nível hierárquico, ou seja, ao nível da presidência e de outros cargos. Os resultados obtidos são bastante expressivos no que diz respeito à presença feminina nos mais elevados cargos de cada um dos quatro órgãos autárquicos (Figura 47). Globalmente, observa-se um crescimento na proporção das eleitas, quer para a presidência quer para outros cargos, ao longo das eleições decorridas. Contudo, o ritmo de aumento não é semelhante num e noutro caso. Não só a proporção de mulheres presidentes (de câmara, de junta ou de assembleia) foi sempre muito inferior à das restantes eleitas, como o aumento que se regista a cada eleição é bastante mais reduzido no caso das presidentes. Como se observa na figura seguinte (Figura 47), partimos de valores que rondam, em 1982, os 2,5% de presidentes mulheres e os 5,4% de outras eleitas. Valores esses que vão aumentando até às últimas eleições para as quais dispomos de dados completos, 2009, até aos 14,0% no caso das presidências e de 30,2% nos restantes cargos. Ou seja, se no primeiro momento de observação encontrávamos um diferencial de 2,9 pontos percentuais, esse diferencial vai aumentando para os 3,2 pontos em 1989, para os 3,5 em 1993 e para os 4,4 pontos em 1997. Nas eleições mais recentes, a distância agrava-se mais, para os 7,0 pontos em 2001, para os 8,6 em 2005, chegando aos 16,2 pontos percentuais em 2009.

Figura 47. Eleitas por nível hierárquico, 1976-2013 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Por um lado, os dados analisados apontam no sentido do já observado tanto no contexto português por Lisboa *et al.* (2006), de uma maior associação das mulheres a lugares de apoio e menos de tomada de decisão, como noutros contextos, nomeadamente na Escócia, onde se verificou uma menor probabilidade das mulheres chegarem a lugares de topo e de maior influência no poder local (Bochel & Bochel, 2000). Estas observações estão em linha, aliás, com os padrões patentes em outras esferas sociais, já discutidas na secção 4. deste trabalho.

Por outro lado, é ainda de atentar ao elevado diferencial verificado em 2009 entre presidentes e outras eleitas, por referência às eleições anteriores. Como vimos, ainda que a proporção de eleitas para as presidências seja sempre inferior à proporção das eleitas para outros cargos, em 2009 o desnível atinge uma magnitude muito superior aos momentos eleitorais anteriores. Ainda que retomemos esta questão mais adiante, parece-nos que a explicação para este facto possa residir na implementação da Lei da Paridade. De facto, aquelas foram as primeiras eleições a terem lugar sob o signo desta lei e, como vimos anteriormente, ela reflectiu-se num aumento expressivo da participação feminina nos órgãos autárquicos, superando a tendência de crescimento que já se vinha verificando. No caso do nível hierárquico, esse impacto parece ser mais significativo, mas sobretudo ao nível das eleitas para outros cargos já que o aumento das presidentes registado entre 2005 e 2009 não se

encontra fora da tendência observada até então. A que se deverá então o aumento de 20,7% de outras eleitas em 2005 para 30,2% em 2009, enquanto que a proporção de presidentes mulheres aumenta menos de 2 pontos percentuais (de 12,1% para 14,0%)? Retomando o já discutido anteriormente, verifica-se, no caso das eleições legislativas, uma tendência de colocação das candidatas em lugares não elegíveis ou em posições que não as de cabeça de lista. Os dados agora observados, para as eleições locais, parecem reflectir esse mesmo padrão: a obrigatoriedade de inclusão de mulheres nas listas eleitorais impulsiona o número de mulheres eleitas mas não necessariamente nos mais elevados cargos hierárquicos. No mesmo sentido, e apesar do grande crescimento da proporção de mulheres eleitas tanto para as presidências como para outros cargos, observa-se ainda que, em termos absolutos, a disparidade entre os dois níveis hierárquicos se manteve semelhante ao longo do tempo: em 1982, a proporção de outras eleitas (5,4%) ronda o dobro de presidentes (2,5%); em 2009 o padrão é semelhante, com a proporção das presidentes (14,0%) a representar cerca de metade da proporção de outras eleitas (30,2%). Esta observação parece apontar-nos no sentido de uma discriminação de género já que, mesmo num contexto de maior abertura e de maior participação das mulheres, elas continuam a ocupar os tradicionais lugares na estrutura, lugares de menor poder, responsabilidade e visibilidade. A questão das desigualdades de género não são apenas visíveis nas disparidades numéricas mas também nas assimetrias funcionais e hierárquicas. O poder local parece, assim, reproduzir as estruturas mais alargadas do mercado de trabalho (e que analisámos nas secções 4.1. e 4.2.).

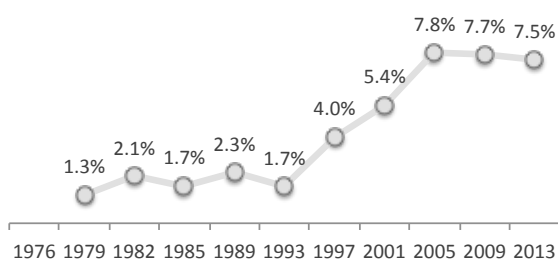
Como vimos, é nos órgãos executivos que encontramos menos eleitas. Focamo-nos agora especificamente na presidência dos executivos, ou seja, na presidência de câmaras municipais e de juntas de freguesia.

No caso das câmaras municipais – compostas, em 2009, por 25,3% de mulheres – observa-se uma minoria na presidência, sendo que as mulheres neste cargo representam apenas 7,7% do total de presidentes. Observa-se, em todo o caso, um aumento importante da proporção de presidentes mulheres nas câmaras

municipais desde 1979. Nesse ano apenas 1,3% dos executivos municipais eram liderados por mulheres, tendo este valor aumentado para os 7,5% em 2013¹⁸⁵.

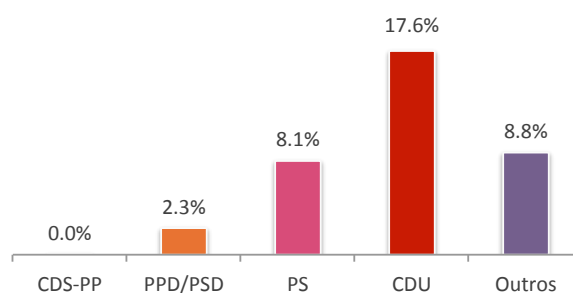
Tal como se observa na figura seguinte (Figura 48), o período de década e meia compreendido entre 1979 e 1993 corresponde a uma fase de relativa estabilidade na representação feminina na liderança das câmaras municipais portuguesas, com proporções a variarem entre os 1,3% e os 2,3%. As três eleições que se seguiram apresentam uma tendência de aumento destes valores para os 4,0% em 1997, os 5,4% em 2001 e para os 7,8% em 2005. A partir daí assiste-se a uma estagnação da proporção de presidentes mulheres, com variações pouco expressivas. É interessante observar que aqui a Lei da Paridade não parece ter tido qualquer efeito nem na sustentação nem no impulsionamento da proporção de mulheres. De facto, em 2009 e em 2013, a proporção de mulheres presidentes de câmara estagnou, não acompanhando as tendências globais que se verificaram e que analisámos anteriormente.

Figura 48. Eleitas para a presidência de câmaras municipais, 1976-2013 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Figura 49. Eleitas para a presidência de câmaras municipais por partido, 2013 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

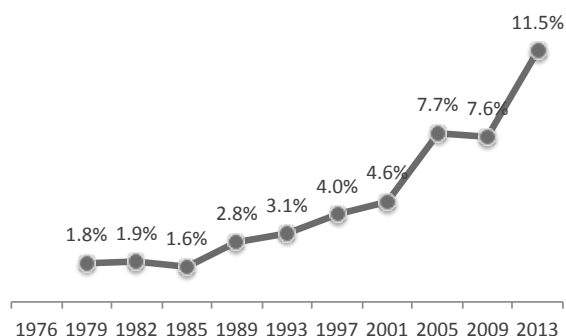
¹⁸⁵ Para o caso da presidência das câmaras municipais foi possível ter acesso aos resultados das eleições de 1979, 1985 e 2013, tal como descrito na nota metodológica da secção 7. É ainda importante fazer uma nota adicional relativamente a 2013 já que a metodologia de cálculo daquele valor é diferente da das eleições anteriores. Para as eleições de 1979 a 2009, os dados dizem respeito aos resultados do levantamento efectuado pela SGMAI (não correspondendo à totalidade do universo dos/as eleitos/as); nas eleições de 2013 os dados correspondem aos disponibilizados no *site* da SGMAI, podendo ser discrepantes relativamente aos que serão posteriormente difundidos por aquela entidade na sua publicação sobre os/as eleitos/as locais. Desta feita, os resultados observados para 2013 devem ser lidos com alguma reserva na sua dimensão comparativa com os anos anteriores.

No que diz respeito às presidentes de câmara eleitas em 2013, observa-se uma desigual contribuição das diferentes forças políticas para o valor total de 7,5% (Figura 49). De facto, CDS-PP e PPD/PSD elegem uma proporção muito reduzida de presidentes mulheres (nula no primeiro caso e 2,3% no segundo), ao passo que PS e Outras forças elegeram, respectivamente, 8,1% e 8,8% de mulheres para estes cargos. A CDU destaca-se destes valores já que 17,6% das presidências de junta que obteve são encabeçadas por mulheres. Não apresentamos os resultados do BE uma vez que este partido não elegeu qualquer presidente de câmara, independentemente do sexo.

Não obstante os diferentes interesses e poderes em jogo na arena local, a presidência da câmara municipal é aquela que, considerando apenas o poder político, goza de maior destaque, reconhecimento e poder (A. Fernandes, 1993; Mozzicafreddo *et al.*, 1989). E se, de facto, é assim, o afastamento das mulheres relativamente a este cargo, mais do que a todos os outros considerados, ajusta-se particularmente bem aos argumentos de uma discriminação vertical e horizontal (V. Ferreira, 2010a; Maume, 1999; Miller, Kerr, & Reid, 1999; Morrison & von Glinow, 1990; Shambaugh, 2007; Sneed, 2007; Vianello & Moore, 2004; Wirth, 2001; Yap & Konrad, 2009). Se, por um lado, encontramos menos mulheres em posições hierarquicamente mais elevadas, por outro, o acesso delas a áreas mais prestigiadas e que não representam uma extensão dos seus tradicionais de género e de posição na estrutura social está também dificultado.

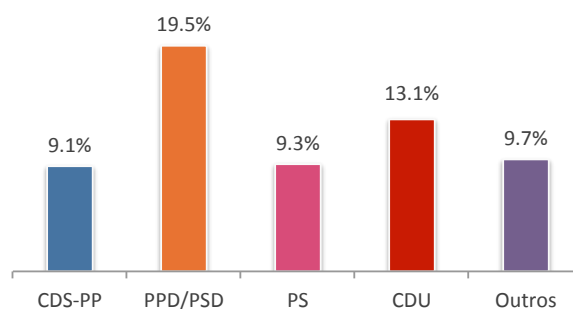
Relativamente à presidência das juntas de freguesia, encontramos uma situação um pouco diferente. Como se observa na figura seguinte (Figura 50), a proporção de eleitas para este órgão apresenta uma tendência crescente, ainda que tímida, até à eleição de 2001, com 4,6%, tendo partido de 1,8% em 1979. Em 2005 observa-se um aumento mais expressivo para os 7,7%, valor que se manteve semelhante na eleição seguinte (7,6% em 2009). Em 2013 volta a registar-se uma subida para os 11,5%.

Figura 50. Eleitas para a presidência de juntas de freguesia, 1976-2013 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Figura 51. Eleitas para a presidência de juntas de freguesia por partido, 2013 (%)

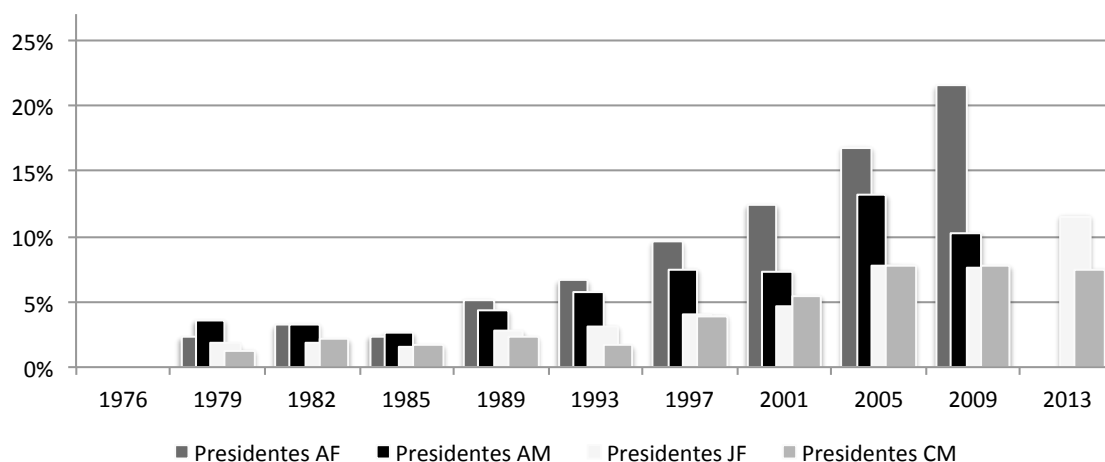


Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Também aqui, nas últimas eleições autárquicas, observamos diferenças entre as diferentes forças políticas (Figura 51), se bem que menos acentuadas que na presidência de câmaras municipais. Abaixo da proporção total de 11,5%, encontramos o CDS-PP, com 9,1%, o PS com 9,3% e os Outros com uma proporção de 9,7% de mulheres eleitas para a presidência das juntas de freguesia. Acima daquele valor estão a CDU, com 13,1%, e o PPD/PSD, onde 19,5% das juntas conquistadas são lideradas por mulheres. Mais uma vez, não apresentamos os resultados do BE uma vez que este partido não elegeu qualquer presidente de junta de freguesia, independentemente do sexo.

Ainda no que diz respeito aos cargos de presidência, observa-se uma hierarquização em termos de órgãos autárquicos (Figura 52). Com uma maior proporção de mulheres nas presidências, encontramos, em primeiro lugar, os órgãos deliberativos, ou seja, as assembleias municipais e de freguesia, acima das presidências de câmaras municipais e juntas de freguesia. Observa-se então que, mesmo de entre os cargos máximos dos órgãos autárquicos, há posições às quais as mulheres têm, sistematicamente, mais difícil acesso e esses cargos são os de nível executivo, remetendo para a persistência dos papéis sociais de género que associam as mulheres a actividades social e economicamente menos valorizadas, naquilo que podemos identificar como um fenómeno designado por Ferreira (2010a) de segregação horizontal.

Figura 52. Eleitas para a presidência dos órgãos autárquicos, por órgão, 1976-2013 (%)



Nota: AF: Assembleia de Freguesia; AM: Assembleia Municipal; JF: Junta de Freguesia; CM: Câmara Municipal.

Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Com os únicos dados disponíveis, para já, para 2013 foi ainda possível encontrar indícios relevantes de uma renovação das elites políticas locais. Dos/as 2627 presidentes de junta de freguesia analisados/as, 74,2% desempenham o seu primeiro mandato, 15,4% o segundo e 10,5% o terceiro mandato consecutivo. Como defendemos anteriormente, a renovação das elites é necessária à quebra das lógicas tradicionais de recrutamento que impactam, não só mas também, numa distribuição mais igualitária das posições de liderança política entre mulheres e homens (Schwindt-Bayer, 2005). A corroborar a eficácia desse impacto nas desigualdades entre sexos, encontrámos uma relação significativa entre o sexo dos/as eleitos/as e o número de mandatos acumulados ($\chi^2_{(2)} = 9,97$, $p = 0,007$), verificando-se uma maior probabilidade dos homens estarem no seu terceiro mandato consecutivo e as presidentes no seu primeiro¹⁸⁶. Estes dados revelam, assim, o efeito colateral positivo da Lei de Limitação de Mandatos, que parece estar a contribuir para contornar uma das desvantagens sentidas pelas mulheres no seu percurso político e que se prende com a desvantagem da incumbência, ou seja, não terem a vantagem

¹⁸⁶ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Número de mandatos consecutivos”: $r_{H;3mandatos} = 2,4$; $r_{M;1mandato} = 3,1$.

da qual os já detentores do cargo beneficiam na reeleição (*e.g.*, Cover, 1977; Cox & Morgenstern, 1995; Darcy *et al.*, 1994; Norris, 2006).

Numa análise por força política, percebemos que é no PPD/PSD e no CDS-PP que a limitação do número de mandatos consecutivos parece ter tido maior impacto na distribuição de género. Apesar de, em todas as forças políticas, se verificar uma elevada proporção de eleitos/as em primeiro mandato, sempre superior a dois terços, apenas nos casos do CDS-PP e do PPD/PSD os/as eleitos/as em primeiro mandato estão mais associados a um dos sexos: às mulheres no caso do PPD/PSD e aos homens no do CDS-PP¹⁸⁷. Teremos, contudo, de olhar para estes resultados com alguma precaução tendo em conta que estávamos a analisar apenas uma pequena proporção dos/as eleitos/as locais que, no caso do CDS-PP, corresponde a um total de 51 pessoas.

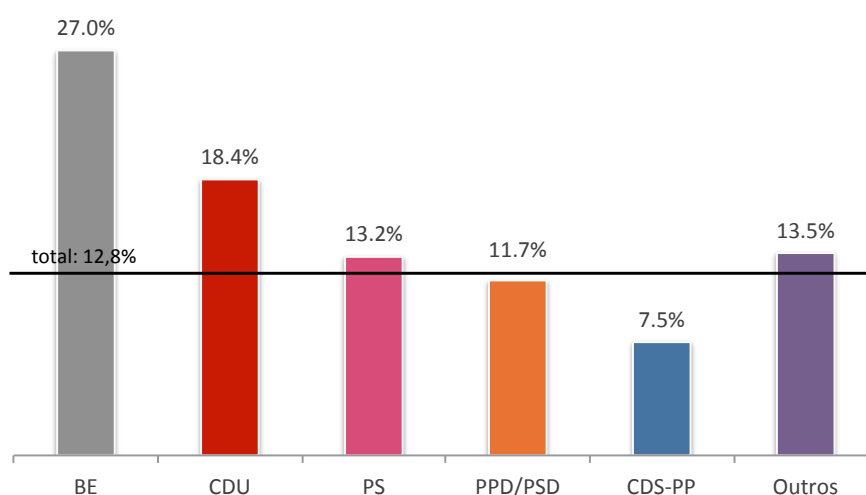
Em todo o caso, e apesar de apresentarem padrões ligeiramente diferentes em alguns momentos, observa-se um quadro global de uma fraca presença feminina na liderança dos executivos autárquicos. Esta leitura mostra que, para além de uma presença já de si relativamente reduzida das mulheres nas elites políticas locais, no topo das elites a sua presença é ainda menor. Nesse sentido, reafirma-se a ideia de que, quanto mais elevada a posição hierárquica, menor a proporção de mulheres, tal como já observado por Lisboa *et al.* (2006), a propósito dos cargos de nomeação da elite política no Portugal democrático.

Os padrões observados nos diferentes órgãos autárquicos não são, contudo, verificados da mesma forma em todas as forças políticas, como já sugerimos em relação à presidência dos executivos. A análise dos dados relativos aos/às eleitos/as autárquicos/as ao longo de todas as eleições permite encontrar desde logo algumas assimetrias expressivas (Figura 53). Globalmente, entre 1982 e 2009, observa-se que os órgãos autárquicos foram compostos, em média, por 12,8% de mulheres. Considerando todos/as os/as eleitos/as nesse mesmo período por cada um dos partidos (em 2005 e 2009 no caso do BE), o PS, o PPD-PSD e as Outras forças políticas apresentam valores relativos de participação feminina próximos da média

¹⁸⁷ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Número de mandatos consecutivos” para o PPD/PSD: $r_{M;1mandato} = 2,4$.

global (com diferenciais a ir dos 0,4 aos 1,2 pontos percentuais), como se observa na figura seguinte (Figura 53). Um pouco mais distante encontramos o CDS-PP, com 7,5% (5,3 pontos abaixo da média global) e, acima da média, a CDU com 18,4% de eleitas e o BE com 27,0%, com diferenciais de 5,5 e 14,1 pontos acima da média. É, contudo, necessário fazer notar novamente que, ao passo que as proporções aqui apresentadas tiveram em conta todos/as os/as eleitos/as em 1982 e entre 1989 e 2009, os dados do BE incluem apenas os resultados eleitorais de 2005 e 2009, o que, face à tendência crescente da participação das mulheres ao longo do tempo, inflaciona os valores deste partido face aos restantes.

Figura 53. Eleitas para os órgãos autárquicos em todas as eleições por partido, 1982 e 1989-2009 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Desagregando os resultados de cada uma das forças políticas pelos diversos anos de eleição, observa-se em todas elas uma evolução positiva na proporção eleitas¹⁸⁸.

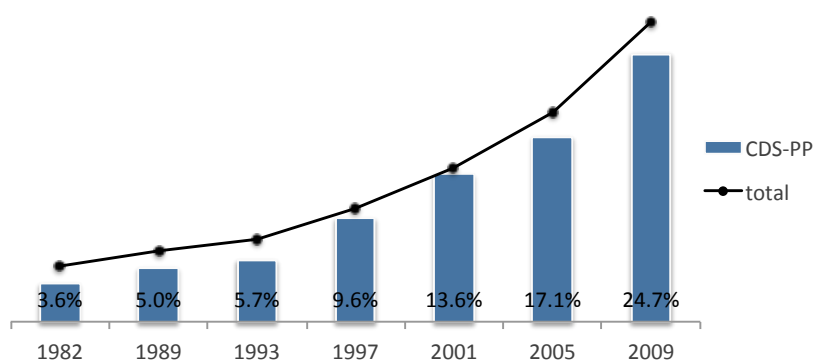
No caso do CDS-PP, que elegeu, em 1982, 3,6% de mulheres, consegue, em 2009, chegar aos 24,7%. Apesar da positiva e constante evolução, este partido elege

¹⁸⁸ Na análise da proporção de eleitas por força política, incluiremos nas representações gráficas apenas os momentos eleitorais para os quais dispomos de dados, por forma a dar maior visibilidade às tendências da evolução dos números relativos.

uma proporção de candidatas sempre inferior à proporção de eleitas por todas as forças políticas na respectiva eleição. Por exemplo, em 1993, 7,7% dos/as eleitos/as para todos os órgãos autárquicos eram mulheres; o conjunto dos/as eleitos/as apenas pelo CDS-PP integra somente 5,7% de mulheres. E, como se observa na figura seguinte (Figura 54), esta disparidade, ainda que com diferentes magnitudes, verifica-se ao longo de todos os momentos eleitorais, atingindo a distância máxima de quase três pontos percentuais em 2009.

À semelhança do que acontecia com a evolução da proporção de eleitas para a Assembleia da República, também nas autárquicas a Lei da Paridade parece ter impulsionado o aumento da proporção de eleitas que se vinha verificando no CDS-PP. Se, de eleição para eleição, e até 2005, o crescimento não ultrapassa os quatro pontos percentuais, de 2005 para 2009 o acréscimo atinge os 7,7 pontos, passando a representação feminina de 17,1% para 24,7%. O impacto desta medida de acção afirmativa será analisada em maior detalhe, em todas as forças políticas, mais adiante.

Figura 54. Eleitas para órgãos autárquicos pelo CDS-PP e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%)



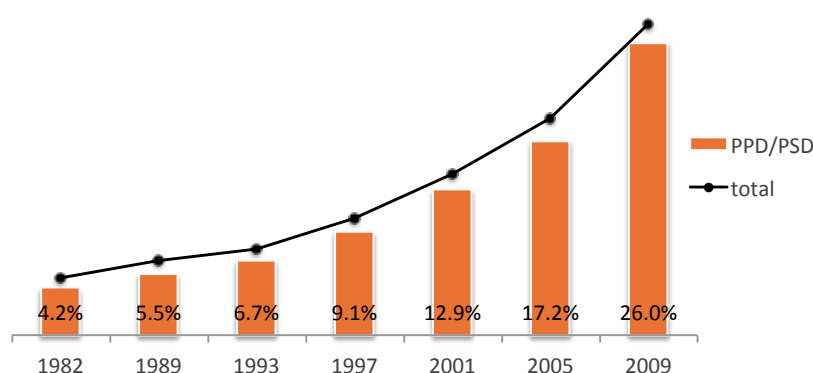
Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Quanto ao PPD/PSD, que apresenta uma representação feminina média de 11,8% no conjunto de todos os momentos eleitorais autárquicos, vê a proporção de eleitas aumentar de 4,2% em 1982 para 26,0% em 2009, como se observa na figura

seguinte (Figura 55). Mas, não obstante o crescimento constante, o número relativo das mulheres que elege fica, em todos os momentos eleitorais, aquém da média global em cada ano, à semelhança do que acontecia, como vimos, com o CDS-PP.

E também no PPD/PSD a Lei da Paridade parece ter facilitado o aumento da proporção de eleitas. Entre cada uma das eleições até à de 2005, o aumento da proporção de mulheres atingiu, no máximo, os 4,3 pontos percentuais (de 2001 para 2005). Já entre 2005 e 2009, os momentos imediatamente antes e depois da implementação da Lei da Paridade, observa-se um aumento de 8,8 pontos, de 17,2% para 26,0%.

Figura 55. Eleitas para órgãos autárquicos pelo PPD/PSD e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

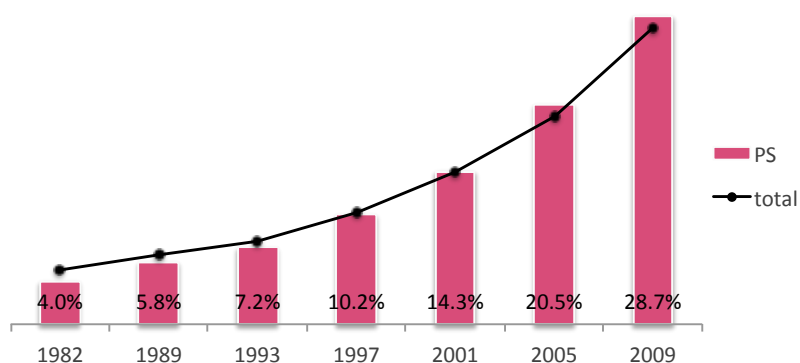
O caso do PS apresenta um padrão um pouco diferente do observado nas forças partidárias anteriores. Aproximando-se no que diz respeito a um aumento gradual e constante da proporção de eleitas, como aliás, se verifica na generalidade dos partidos, distancia-se dos anteriores na magnitude da participação feminina, na distância que apresenta à média das mulheres eleitas em cada momento eleitoral e ainda no impacto que a Lei da Paridade teve no número relativo das suas eleitas.

Partindo de uma proporção de eleitas de 4,0% em 1982, próxima dos valores observados para o PPD/PSD e para o CDS-PP, chega ao último momento de observação, 2009, a eleger 28,7% de mulheres. Ao longo do tempo, a proporção de

mulheres que o PS elege acompanha, de uma forma geral, apenas com desvios residuais, a média de eleitas em cada uma das eleições, tal como pode ser observado no figura seguinte (Figura 56).

Apresenta ainda, entre as diferentes eleições, um aumento consistente: de 3,1 pontos percentuais entre 1993 e 1997, de 4 pontos entre 1997 e 2001 e de 6,2 pontos percentuais entre 2001 e 2005. Com a implementação da Lei da Paridade, cujo efeito aferimos na passagem de 2005 para 2009, a proporção de eleitas pelo PS não sofre um aumento significativo, ou seja, sobe de 20,5% para 28,7% de eleitas, representando um acréscimo de 8,2 pontos percentuais, enquadrados na tendência do crescimento que se vinha observando.

Figura 56. Eleitas para órgãos autárquicos pelo PS e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%)



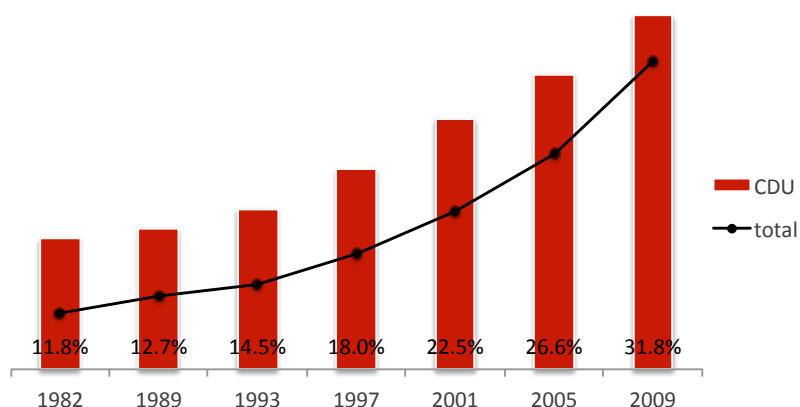
Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

A CDU, com uma participação feminina média de 18,4% em todos os momentos eleitorais autárquicos, é a força político-partidária, de entre as que se apresentaram a sufrágio em todos os momentos eleitorais observados, aquela que mais mulheres elegeu para estes órgãos. De facto, desde 1982 que apresenta uma participação feminina superior aos restantes partidos, patente, aliás, no facto de, sem excepção, eleger um número relativo de mulheres superior à média de cada eleição, como se observa na figura seguinte (Figura 57). Parte de 11,8% em 1982 chegando, em 2009, aos 31,8%, num crescimento consistente ao longo das quase

três décadas analisadas: entre 1997 e 2001, a proporção de eleitas aumenta 4,5 pontos percentuais, entre 2001 e 2005 cresce 4,1 pontos e entre 2005 e 2009 o acréscimo é de 5,2 pontos percentuais. Percebe-se, assim, que o cumprimento da Lei da Paridade não terá tido qualquer efeito na trajectória crescente da proporção de eleitas pela CDU.

Em suma, a CDU aproxima-se do CDS-PP e do PPD/PSD apenas no facto de se observar uma tendência crescente na proporção de eleitas para os órgãos autárquicos; aproxima-se do PS no que diz respeito à aparente ausência de um impacto impulsionador da Lei da Paridade no número relativo de eleitas; e distancia-se de todas as anteriores forças partidárias no que concerne à magnitude da participação feminina.

Figura 57. Eleitas para órgãos autárquicos pela CDU e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%)



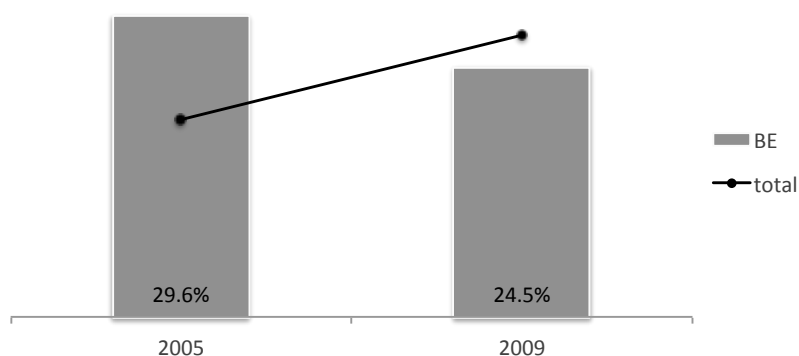
Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

O BE apresenta características um pouco diferentes dos restantes partidos até aqui observados. Criado em 1999, só em 2005 consegue eleger um número de candidatos/as que justificou a sua análise autónoma já que, até aí, os/as seus/uas eleitos/as foram incluídos na categoria “Outros”. Assim, no conjunto das eleições de 2005 e de 2009, o BE elegeu 27,0% de mulheres. No caso da eleição de 2005, a proporção de mulheres eleitas pelo BE (29,6%) situa-se bastante acima da média desse ano (19,3%), superior em mais de dez pontos percentuais. Na eleição seguinte,

de 2009, a proporção de eleitas autárquicas desce para os 24,5%, ficando assim cerca de três pontos percentuais abaixo da média da participação feminina desse ano (27,7%) (Figura 58).

Tendo ainda um percurso bastantes recente, sobretudo quando comparado com o percurso de outras forças partidárias, não é possível ainda desenhar uma tendência mais prolongada que nos permita dar conta de um comportamento do BE no que diz respeito aos resultados que obtém em termos de composição de género. Poderemos, em todo o caso, enquadrar este partido no conjunto dos que parecem não ter sido influenciados pela implementação da Lei da Paridade já que a proporção de eleitas decresce entre 2005 e 2009. Como não dispomos de dados que nos permitam uma análise longitudinal, não nos é possível apresentar possíveis explicações desta variação.

Figura 58. Eleitas para órgãos autárquicos pelo BE e total de mulheres eleitas, 2005-2009 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

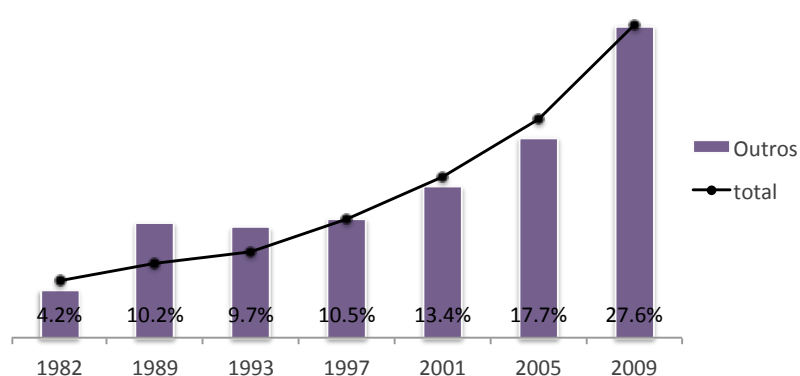
Finalmente, no que respeita às outras forças políticas, categoria que integra não apenas outras forças partidárias como também coligações e grupos de cidadãos/ãs eleitores/as, verifica-se uma tendência de aumento da proporção das eleitas, indiciando que esta possa resultar mais de factores contextuais, transversais à sociedade, do que de uma orientação político-partidária. O que não significa,

contudo, que não se verifiquem diferenças importantes, como vimos, entre os diferentes partidos.

Observa-se, nesta categoria, e patente na figura seguinte (Figura 59), um acompanhamento relativamente próximo das tendências globais ao longo dos períodos observados, ou seja, a proporção de eleitas por outras forças político-partidárias e coligações tem sido semelhante, na maioria das eleições, à média das eleitas em cada um dos anos.

Dada a heterogeneidade desta categoria em termos ideológico-partidários, não nos é possível retirar mais conclusões substantivas ainda que se observe um aumento, entre 2005 e 2009, bastante superior ao crescimento verificado entre os períodos anteriores (uma análise das forças que compõem a categoria “Outros” em 2009 será feita mais adiante).

Figura 59. Eleitas para órgãos autárquicos por outras forças políticas e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Com o objectivo de sumariar a informação apurada relativamente ao impacto da Lei da Paridade na proporção das eleitas por cada um dos partidos, faremos uma análise mais direccionada, contemplando apenas os momentos eleitorais mais recentes: 2009, o ano da primeira eleição realizada sob o signo daquela lei, e as três eleições anteriores, 1997 a 2005. Escolhemos este período para ser possível o

enquadramento do momento de transição na tendência descrita por cada um dos partidos.

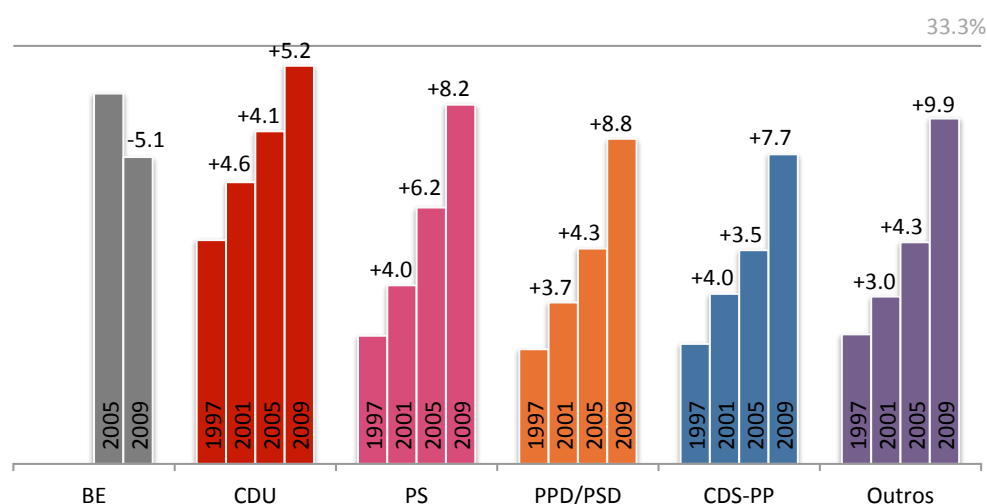
A primeira observação prende-se com o facto de nenhuma das forças político-partidárias ter conseguido, no conjunto de todos os órgãos autárquicos, que as mulheres representassem um terço dos/as seus/uas eleitos/as. Não obstante, algumas delas aproximaram-se desse limiar mais que do outras. Como vimos anteriormente, todas as forças políticas analisadas apresentam uma tendência de crescimento do número relativo de eleitas ao longo do tempo (à excepção do BE, partido para o qual não nos é possível encontrar uma tendência já que dispomos somente de dois momentos de observação).

Tal como se observa na figura seguinte (Figura 60), é a CDU que apresenta uma maior proporção de eleitas em todos os momentos eleitorais aqui considerados (com a excepção do ano de 2005 no qual é superada pelo BE). É ainda patente que o aumento, nesta coligação, desenha uma tendência relativamente constante em termos absolutos, de 4,6 pontos percentuais entre 1997 e 2001, de 4,1 pontos entre 2001 e 2005 e de 5,2 pontos entre 2005 e 2009. O caso do PS é semelhante, ainda que com uma magnitude de crescimento ligeiramente superior mas, ainda assim, regular: a proporção de eleitas por este partido cresce 4,0 pontos percentuais entre 1997 e 2001, 6,2 pontos entre 2001 e 2005 e 8,2 pontos entre 2005 e 2009. Nesse sentido, a implementação da Lei da Paridade não parece ter tido, para estas duas forças políticas, e tal como sugerido anteriormente na análise desagregada, um impacto significativo na tendência de aumento da proporção de eleitas que vinham apresentando, não obstante serem as forças que mais mulheres elegem, em termos relativos, para os órgãos autárquicos.

No caso do PPD/PSD e do CDS-PP, que revelam também trajectórias positivas na proporção de eleitas para os órgãos autárquicos, é notório o impacto impulsionador da Lei da Paridade nos números relativos de mulheres que elegem. No PPD/PSD encontrávamos um aumento de 3,7 pontos percentuais entre 1997, de 4,3 pontos entre 2001 e 2005 e de 8,8 pontos entre 2005 e 2009. A magnitude deste último aumento, bastante acima dos anteriores, é reveladora da “descolagem” de uma tímida trajectória de crescimento.

Semelhante quadro é observado no CDS-PP. Apesar da proporção de eleitas para os órgãos autárquicos apresentar uma tendência crescente nos últimos anos (cresce 4 pontos percentuais entre 1997 e 2001 e 3,5 pontos entre 2001 e 2005), é entre 2005 e 2009 que o diferencial aumenta de forma mais expressiva, atingindo os 7,7 pontos percentuais. Também aqui a implementação da Lei da Paridade parece ter-se constituído como um momento-chave na aceleração da sua trajectória de aumento.

Figura 60. Eleitas para os órgãos autárquicos antes e depois da Lei da Paridade por partido e diferença para a eleição anterior, 1997-2009 (%; pontos percentuais)



Nota: Na eleição de 2001, o BE está incluído na categoria “Outros”.

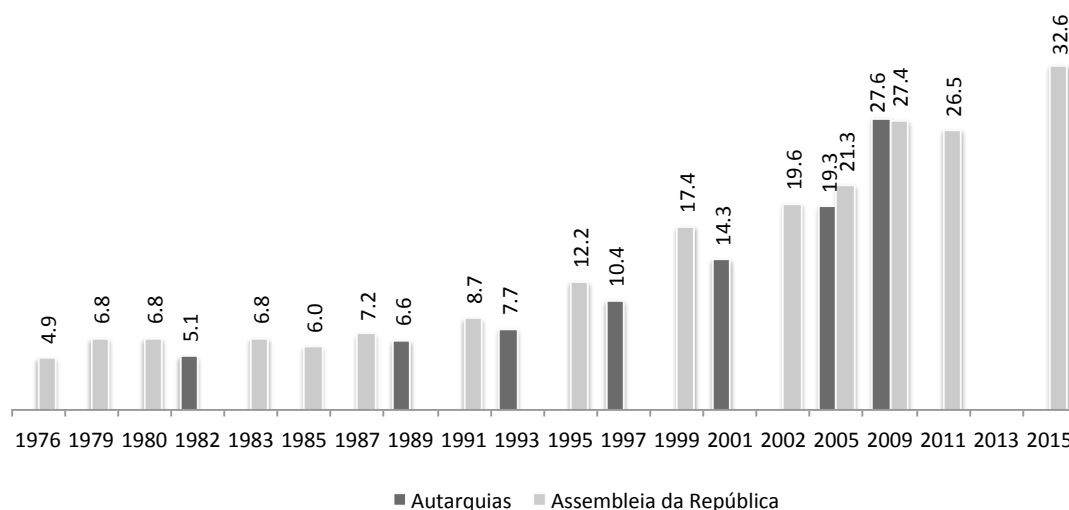
Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Não obstante a evolução positiva da participação das mulheres nos diversos órgãos de representação autárquica, elas continuam a estar numa posição numérica minoritária, independentemente do cargo ocupado, apontando para um quadro genérico de “tectos de vidro” (*e.g.*, Reynolds, 1999), ou seja, de dificuldade de acesso a cargos de maior capacidade decisional. Esta situação não é, em todo o caso, exclusiva do caso português. Também no Reino Unido, por exemplo, encontramos esta regularidade nos órgãos de administração local (Linsley *et al.*, 2006).

Numa nota final no que diz respeito à evolução do número relativo de mulheres nos órgãos do poder autárquico, procedemos à comparação da proporção

de eleitas a nível local e a nível nacional, que se apresenta na figura seguinte (Figura 61).

Figura 61. Proporção de eleitas para as autarquias e para a Assembleia da República, 1976-2015 (%)



Fonte dos dados: SGMAI (ver Quadro 16).

Observa-se, portanto, que, exceptuando o ano de 2009 (onde os valores são semelhantes nos dois níveis de poder, central e local), encontramos uma maior proporção de mulheres na Assembleia da República do que nas autarquias locais. Parece-nos que este padrão pode ser explicado pelo facto dos órgãos de poder central, ao gozarem de uma maior visibilidade e ao serem reconhecidos como os verdadeiros focos de poder (Dearlove, 1979; Espírito Santo, 2007), estarem mais expostos às pressões sociais e políticas de mudança.

Em suma, os padrões de distribuição de eleitos e de eleitas pelos diferentes tipos de órgão e níveis hierárquicos são reveladores de desigualdades de género que continuam a remeter as mulheres para cargos de menor poder executivo e de apoio à decisão. Atentando aos dados analisados até aqui, e em resultado das diferentes desagregações consideradas, é-nos possível perceber que um dos factores que mais influi na disparidade da participação de mulheres e homens no poder autárquico é o tipo de poder associado ao mandato, ou seja, poder deliberativo (assembleias municipais e de freguesia) ou executivo (câmaras municipais e juntas de freguesia),

estando as mulheres mais associadas ao primeiro e os homens ao segundo. Um outro factor central pretende-se igualmente com a questão do poder, mas, desta feita, com o nível hierárquico. Tanto numa visão de conjunto como desagregada por órgão autárquico, as mulheres estão sempre mais representadas, em termos relativos, nos cargos de apoio à decisão¹⁸⁹, por oposição aos de presidência. Mais concretamente, as presidências de câmara, cargos que gozam de maior destaque, reconhecimento e poder (A. Fernandes, 1993; Mozzicafreddo *et al.*, 1989), constituem-se como as instâncias que apresentam a mais baixa proporção de eleitas, de entre todos os órgãos e níveis de análise.

Encontramos, por outro lado, alguns indícios potenciadores de uma mudança no sentido de uma mais equilibrada representação de género na política. Em primeiro lugar, observamos, ao longo de todo o período democrático, uma maior proporção de mulheres em órgãos políticos de maior visibilidade, ou seja, mais mulheres, em termos relativos, no poder central por relação ao poder local. Em segundo lugar, e descendo ao nível das autarquias, observa-se, também aqui, uma proporção mais elevada de mulheres nos órgãos municipais relativamente aos de freguesia. Este padrão é similar se considerarmos apenas os órgãos executivos (mais mulheres, em termos relativos, nas câmaras municipais do que nas juntas de freguesia) ou só os órgãos deliberativos (mais mulheres, em termos relativos, nas assembleias municipais do que nas de freguesia). Este quadro não se verifica, contudo, ao nível das presidências, posições privilegiadas no contexto do poder (seja ele político ou de outra natureza), onde se verifica uma maior proporção de mulheres nas presidências de junta de freguesia em comparação com as de câmaras municipais e uma também maior proporção de eleitas para as presidências das assembleias de freguesia comparativamente às de assembleias municipais.

¹⁸⁹ Incluem os cargos de vice-presidente, vereador/a, secretário/a, membro, tesoureiro, vogal e deputado/a.

7.2. Caracterização dos/as eleitos/as locais: uma análise seccional das eleições autárquicas de 2009

Após uma visão longitudinal da participação das mulheres nos órgãos autárquicos, pretendemos agora perceber de que forma diferentes características, sejam elas relativas ao sistema político ou à dimensão sociodemográfica, condicionam a eleição de homens e de mulheres.

Para tal recorreremos agora a dados seccionais, relativos à eleição de 2009, e a métodos estatísticos bivariados e multivariados de modo a avaliar as relações estabelecidas entre as diferentes dimensões em análise (listagem das variáveis e respectivas categorias no Anexo VII). Ainda que, no momento da redacção deste trabalho, tenham já sido realizadas novas eleições, em 2013, não foi ainda disponibilizada pela SGMAI a base de dados relativa aos/às eleitos/as locais desse ano.

Como já referido anteriormente, fazem parte desta base de dados 50637 dos/as 57396 eleitos/as, correspondendo a uma taxa de cobertura de 88,2%.

Uma primeira análise dos dados permite-nos perceber como se distribuem, por sexo, órgão autárquico e nível hierárquico, os/as eleitos/as em 2009, distribuição essa apresentada no quadro seguinte (Quadro 17).

Quadro 17. Eleitos/as por órgão autárquico e cargo, 2009 (N)

	HM (N)	H (N) (%)	M (N) (%)
TOTAL	50637	36627 72,3%	14010 27,7%
Órgãos do Município	8417	5984 71,1%	2433 28,9%
<i>Câmara Municipal</i>	2002	1946 97,2%	506 25,3%
Presidente	299	276 92,3%	23 7,7%
Vereador/a	1703	1220 71,6%	483 28,4%
<i>Assembleia Municipal</i>	6415	4488 70,0%	1927 30,0%
Presidente	293	263 89,8%	30 10,2%
Membro	6122	4225 69,0%	1897 31,0%
Órgãos da Freguesia	42220	30643 72,6%	11577 27,4%
<i>Junta de Freguesia</i>	12119	9672 79,8%	2447 20,2%
Presidente	3783	3497 92,4%	286 7,6%
Vogal	8336	6175 74,1%	2161 25,9%
<i>Assembleia de Freguesia</i>	30101	20971 69,7%	9130 30,3%
Presidente	3686	2893 78,5%	793 21,5%
Membro	26415	18078 68,4%	8337 31,6%

Fonte dos dados: SGMAI (2013).

Tal como observado anteriormente, a proporção de mulheres é sempre mais baixa que a dos homens, seja qual for o órgão autárquico ou nível hierárquico. De facto, encontramos uma relação estatisticamente significativa ($\chi^2_{(7)} = 1185,03$, $p < 0,001$) entre o cargo ocupado e o sexo dos/as eleitos/as. Ainda, existe uma maior probabilidade de todas as presidências (câmara e assembleia municipal, junta e assembleia de freguesia) serem ocupadas por homens, o que também se verifica com o cargo de vogal de junta de freguesia¹⁹⁰. Já no que diz respeito às mulheres, verifica-se uma maior probabilidade destas ocuparem os cargos de membro das assembleias municipal e de freguesia¹⁹¹. Aliás, é neste último órgão que encontramos uma maior proporção de mulheres (31,6%).

Qualquer que seja o nível de agregação a que recorramos, esta relação de forças mantém-se de forma significativa. Se observarmos apenas o conjunto das presidências, por um lado, e o conjunto dos restantes cargos, por outro, encontramos uma relação clara ($\chi^2_{(1)} = 446,53$, $p < 0,001$) que associa os homens aos

¹⁹⁰ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Cargos (órgão e nível hierárquico)”: $r_{H;presidenteCM} = 7,7$; $r_{H;presidenteAM} = 6,7$; $r_{H;presidenteAF} = 8,7$; $r_{H;presidenteCM} = 7,7$; $r_{H;vogalJF} = 3,9$.

¹⁹¹ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Cargos (órgão e nível hierárquico)”: $r_{M;membroAM} = 7,7$; $r_{M;membroAF} = 20,5$.

cargos de presidente e as mulheres aos restantes cargos¹⁹². Mesmo considerando a desagregação por nível hierárquico e administrativo (ignorando o tipo de órgão, se executivo ou deliberativo), o quadro é semelhante (e significativo ($\chi^2_{(3)} = 468,94, p < 0,001$)): homens com maior probabilidade de desempenharem cargos de presidência dos órgãos do município e da freguesia e mulheres mais associadas aos cargos de membros/vogais de ambos os tipos de órgão¹⁹³. Mais uma vez, esta observação remete-nos para as conclusões anteriormente delineadas, e para as observadas a outro propósito por Lisboa *et al.* (2006), de que as mulheres estão associadas sobretudo a posições de menos poder e destaque.

Numa análise de conjunto, dos/as eleitos/as em 2009 para órgãos autárquicos, encontramos uma relação significativa entre o sexo das pessoas eleitas e a força político-partidária ($\chi^2_{(6)} = 83,52, p < 0,001$). Assim, observa-se uma maior probabilidade de serem o PS, a CDU e Outros partidos/coligações a elegerem mulheres; por outro lado, são o PPD/PSD, o CDS-PP e os Grupos de Cidadãos eleitores (GCE)¹⁹⁴ que apresentam uma maior probabilidade de elegerem homens¹⁹⁵. Verifica-se, portanto, aqui o observado em diversos contextos internacionais (*e.g.*, Caul, 2001; Dahlerup, 2005) de que são os partidos de (centro-)esquerda aqueles que mais tendem a eleger mulheres para cargos políticos. Em todo o caso, não encontramos uma relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis em todos os órgãos autárquicos, revelando diferentes níveis de participação feminina consoante a importância relativa dos órgãos, já que é sobretudo ao nível dos de freguesia que estas diferenças são mais expressivas. Não tendo sido encontrada uma relação significativa entre o sexo dos/as eleitos/as e a força política nem no caso das câmaras municipais ($\chi^2_{(6)} = 3,72, p = 0,715$) nem das assembleias

¹⁹² Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Cargos (nível hierárquico)”: $r_{H;presidentes} = 21,1$; $r_{M;membros} = 21,1$.

¹⁹³ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Cargos (nível administrativo e nível hierárquico)”: $r_{H;presidentes_município} = 2,4$; $r_{H;presidentes_freguesia} = 21,1$; $r_{M;membros_município} = 4,5$; $r_{M;vogais/membros_freguesia} = 16,2$.

¹⁹⁴ Os Grupos de Cidadãos Eleitores foram, para esta análise, considerados separadamente da categoria “Outros”. Esta opção foi apenas possível para a análise dos dados de 2009 uma vez que, relativamente às restantes eleições, apenas tivemos acesso à informação publicada pela SGMAI não sendo possível, nesses casos, fazer apuramentos com agregações ou desagregações diferentes das utilizadas por aquele organismo.

¹⁹⁵ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Partido”: $r_{M;PS} = 4,1$; $r_{M;CDU} = 5,8$; $r_{M;Outro/coligações} = 2,1$; $r_{H;PPD/PSD} = 6,2$; $r_{H;CDS-PP} = 2,2$; $r_{H;GCE} = 2,6$.

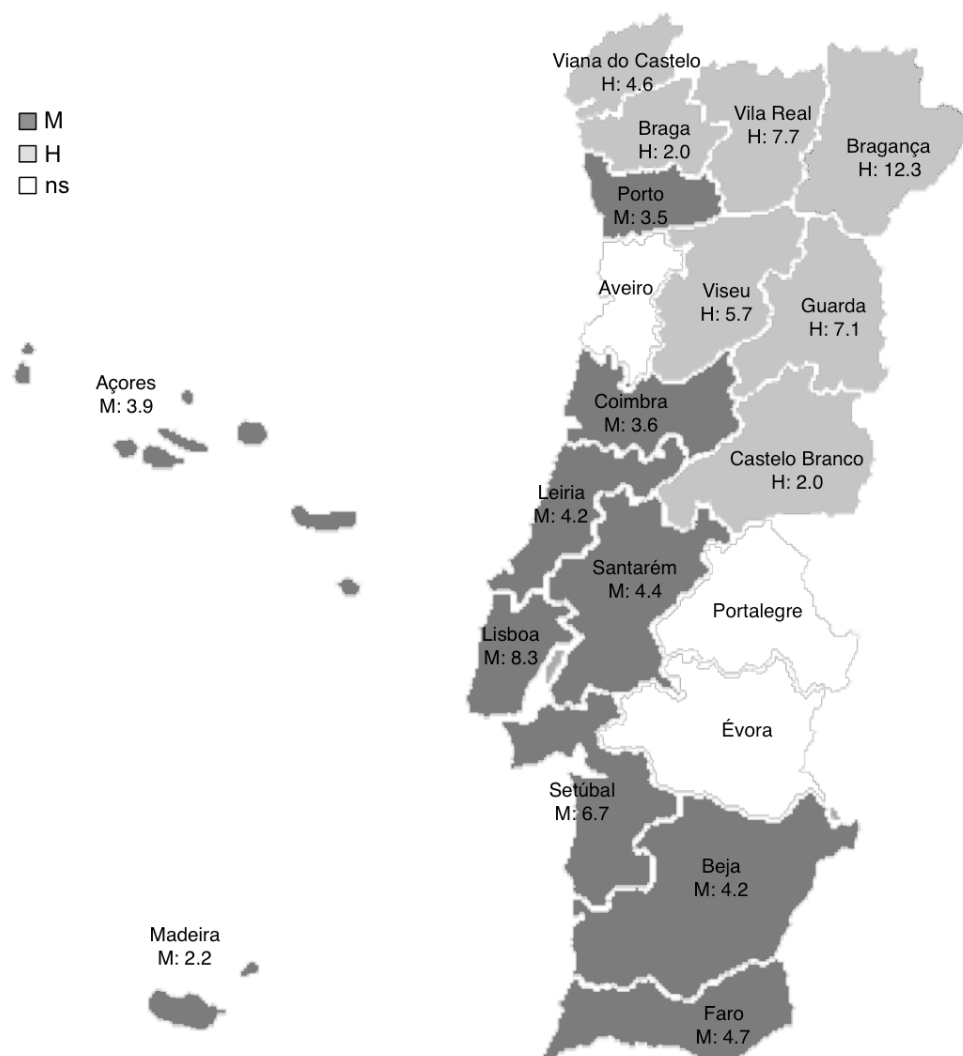
municipais ($\chi^2_{(6)} = 12,37, p = 0,054$), essa relação toma forma nas juntas de freguesia ($\chi^2_{(6)} = 67,84, p < 0,001$) e nas assembleias de freguesia ($\chi^2_{(6)} = 34,36, p < 0,001$). No caso das juntas de freguesia, verifica-se uma maior probabilidade das eleitas fazerem parte das listas do PS ou da CDU e dos homens serem eleitos pelo PPD/PSD¹⁹⁶. Em relação às assembleias de freguesia, encontramos uma maior probabilidade de serem o PS, a CDU e Outros partidos/coligações a elegerem mulheres ao passo que os homens tendem a ser eleitos pelo PPD/PSD, pelo CDS-PP e pelos GCE¹⁹⁷. Estas diferenças relativamente ao comportamento global podem ser explicadas pelo facto de, em órgãos com maior visibilidade e, por isso, sujeitos a um maior escrutínio social e mais permeáveis à mudança, como são os do município, os partidos procurarem um maior equilíbrio na representação de cada um dos sexos. Tínhamos, aliás, observado isso mesmo a propósito da comparação entre os órgãos de poder central e local e ainda, de entre os órgãos autárquicos, relativamente aos órgãos municipais e de freguesia.

Também em termos territoriais foram observadas diferenças na eleição de homens e de mulheres para o conjunto dos diferentes órgãos autárquicos. Considerando todos/as os/as eleitos/as em 2009, encontrámos uma relação significativa entre o distrito e o sexo dos/as ocupantes dos cargos ($\chi^2_{(19)} = 534,08, p < 0,001$). Como se observa na figura seguinte (Figura 62), onde identificamos, com o valor dos resíduos estandardizados e ajustados as relações significativas (positivas) entre o sexo e o distrito, é sobretudo nas regiões sul, litoral e ilhas que se verifica uma maior probabilidade de eleição de mulheres. Já nas regiões do interior norte do país a relação é inversa, passando a haver uma maior probabilidade de serem homens os eleitos, sendo este o caso dos distritos de Braga, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Nos de Aveiro, Évora e Portalegre não se observou uma relação significativa com nenhum dos sexos.

¹⁹⁶ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Partido” para as juntas de freguesia: $r_{M;PS} = 3,0$; $r_{M;CDU} = 6,3$; $r_{H;PPD/PSD} = 5,7$.

¹⁹⁷ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Partido” para as assembleias de freguesia: $r_{M;PS} = 2,1$; $r_{M;CDU} = 3,1$; $r_{M;Outro/coligações} = 2,1$; $r_{H;PPD/PSD} = 2,7$; $r_{H;CDS-PP} = 2,7$; $r_{H;GCE} = 2,4$.

Figura 62. Relação entre o sexo dos/as eleitos/as e o distrito, 2009 (resíduo estandardizado ajustado)



Nota: ns = não significativo.

Fonte dos dados: SGMAI (2013).

Procedemos ainda a uma análise semelhante para o nível concelhio, considerando, para tal, somente os/as eleitos/as para as câmaras e assembleias municipais, mas a relação global entre as duas variáveis não pode ser aferida uma vez que não estavam verificados os pressupostos de aplicação do teste de Qui².

Descendo ao nível da freguesia (eleitos/as para as juntas e assembleias de freguesia), quisemos ainda perceber se diferentes contextos locais influenciam as possibilidades de eleição de mulheres. Uma análise análoga às anteriores não se configurou, contudo, viável em termos interpretativos dado o elevado número de

freguesias em estudo. Nesse sentido, recorreremos a duas tipologias do INE: grau de urbanização¹⁹⁸ (baseado na densidade populacional e no tipo de ocupação do espaço, se rural ou urbano); e tipologia de áreas urbanas¹⁹⁹ (que tem em conta a proporção de população residente e o tipo de ocupação do território, se rural ou urbana). Conforme observaram Welch e Studlar (1990) e Moncrief e Thompson (1992), as áreas urbanas tendem a eleger mais mulheres.

Encontrámos, então, uma relação estatisticamente significativa entre o grau de urbanização e o sexo dos/as eleitos/as para os órgãos de freguesia ($\chi^2_{(2)} = 186,35$, $p < 0,001$), com uma maior probabilidade das mulheres serem eleitas em áreas densamente e medianamente povoadas e dos homens o serem em áreas pouco

¹⁹⁸ As categorias consideradas no grau de urbanização são as seguintes: **Áreas densamente povoadas:** Conjunto contínuo de unidades locais (freguesias), em que pelo menos 50% da população vive em agrupamentos de alta densidade. Entende-se por agrupamentos de alta densidade agrupamentos de quadrículas contíguas com 1 km², com uma densidade populacional igual ou superior a 1500 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 50000 habitantes; **Áreas medianamente povoadas:** Conjunto contínuo de unidades locais (freguesias) que, não fazendo parte de uma área densamente povoada, apresentem cada uma, menos de 50% da população a viver em agrupamentos de alta densidade e menos de 50% da população a viver em quadrículas (células com 1 km²) que representam o espaço rural, isto é, quadrículas fora dos agrupamentos urbanos. Entende-se por agrupamentos urbanos, agrupamentos que correspondem a um conjunto de quadrículas contíguas com 1 km², com uma densidade populacional igual ou superior a 300 habitantes por km² e possuindo, no seu conjunto, uma população total de, pelo menos, 5000 habitantes; **Áreas pouco povoadas:** Conjunto de unidades locais (freguesias), em que mais de 50% da população vive em quadrículas classificadas como espaço rural (Metainformação INE).

¹⁹⁹ As categorias consideradas na tipologia de áreas urbanas são as seguintes: **Área predominantemente urbana:** freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%; **Área medianamente urbana:** Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%; **Área predominantemente rural:** Freguesias não classificadas como “Área Predominantemente Urbana” nem “Área Medianamente Urbana” (Metainformação INE).

povoadas²⁰⁰. Desagregando ainda por tipo de órgão, encontramos igualmente uma relação significativa entre o sexo dos/as eleitos/as e o grau de urbanização, tanto para a junta de freguesia ($\chi^2_{(2)} = 58,65, p < 0,001$) como para a assembleia de freguesia ($\chi^2_{(2)} = 116,70, p < 0,001$). Também nestes casos mais específicos se verifica uma maior probabilidade das mulheres serem eleitas em áreas densamente e medianamente povoadas e dos homens o serem em áreas pouco povoadas, em ambos os órgãos²⁰¹.

Relativamente à tipologia de áreas urbanas, e para confirmar os resultados obtidos com o indicador anterior (já que, não sendo coincidentes, remetem para configurações similares do território), as observações são semelhantes, tendo-se verificado a existência de uma relação significativa entre o sexo dos/as eleitos/as e esta tipologia ($\chi^2_{(2)} = 254,44, p < 0,001$). Assim, encontramos uma maior probabilidade das mulheres serem eleitas em freguesias predominantemente e medianamente urbanas ao passo que áreas predominantemente rurais tendem a eleger mais homens²⁰². Também numa análise desagregada por órgão se encontra semelhante relação. No caso das assembleias de freguesia ($\chi^2_{(2)} = 150,24, p < 0,001$), o padrão é em tudo similar²⁰³; em relação às juntas de freguesia ($\chi^2_{(2)} = 90,60, p < 0,001$), verifica-se uma maior probabilidade das mulheres serem eleitas em áreas predominantemente urbanas e dos homens em freguesias predominantemente rurais, sem se ter verificado uma relação significativa das áreas medianamente urbanas com nenhum dos sexos²⁰⁴.

²⁰⁰ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Grau de urbanização”: $r_{M;\text{área densamente povoada}} = 9,8$; $r_{M;\text{área medianamente povoada}} = 7,1$; $r_{H;\text{área pouco povoada}} = 13,5$.

²⁰¹ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Grau de urbanização”, para as juntas de freguesia: $r_{M;\text{área densamente povoada}} = 6,0$; $r_{M;\text{área medianamente povoada}} = 3,4$; $r_{H;\text{área pouco povoada}} = 7,4$. Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Grau de urbanização”, para as assembleias de freguesia: $r_{M;\text{área densamente povoada}} = 7,7$; $r_{M;\text{área medianamente povoada}} = 5,6$; $r_{H;\text{área pouco povoada}} = 10,7$.

²⁰² Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Tipologia de áreas urbanas”: $r_{M;\text{área predominantemente urbana}} = 13,7$; $r_{M;\text{área medianamente urbana}} = 2,5$; $r_{H;\text{área predominantemente rural}} = 14,7$.

²⁰³ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Tipologia de áreas urbanas” para as assembleias de freguesia: $r_{M;\text{área predominantemente urbana}} = 10,3$; $r_{M;\text{área medianamente urbana}} = 2,1$; $r_{H;\text{área predominantemente rural}} = 11,4$.

²⁰⁴ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Tipologia de áreas urbanas” para as juntas de freguesia: $r_{M;\text{área predominantemente urbana}} = 8,7$; $r_{H;\text{área predominantemente rural}} = 8,3$.

Ainda no sentido de perceber que tipo de configuração sociogeográfica parece favorecer a participação das mulheres no poder autárquico, considerámos também a magnitude das autarquias, ou seja, o número de mandatos atribuídos para os órgãos municipais, por um lado, e para os órgãos de freguesia, por outro. Diversos estudos têm revelado um impacto expressivo positivo da magnitude do círculo eleitoral na eleição de mulheres (Jones, 2004; Matland, 2005; Norris, 1996; Rule, 1987), ainda que, noutros casos, não tenha sido observado o seu efeito (Schmidt & Saunders, 2004; Studlar & Welch, 1991; Welch & Studlar, 1990).

Por conseguinte, testámos a hipótese da magnitude dos órgãos municipais e de freguesia seriam, em média, diferentes entre eleitos e eleitas. No primeiro caso, observou-se uma diferença significativa entre os dois grupos ($U = 6874414,50$, $p < 0,001$)²⁰⁵, sendo que é nos concelhos de maior magnitude que as mulheres tendem a ser eleitas²⁰⁶. Ao nível da freguesia, o cenário é idêntico, com a magnitude média dos órgãos de freguesia a ser significativamente diferente entre homens e mulheres ($U = 155156527$, $p < 0,001$)²⁰⁷, também aqui se observando que a magnitude dos órgãos de freguesia para os quais as mulheres são eleitas é significativamente mais elevada do que no caso dos homens²⁰⁸.

Confirmamos, assim, as hipóteses²⁰⁹ levantadas em investigações anteriores relativas à realidade portuguesa (Espada *et al.*, 2002; Jordão, 2000), de que as freguesias mais pequenas, mais rurais e menos densamente populadas parecem ser

²⁰⁵ A variável “Magnitude do concelho” não segue uma distribuição normal em nenhum dos grupos considerados – homens ($D_{(5981)} = 0,245$, $p < 0,001$) e mulheres ($D_{(2430)} = 0,242$, $p < 0,001$), pelo que se recorreu ao teste de Mann-Whitney, alternativa não paramétrica ao teste t .

²⁰⁶ A média das ordenações (*mean rank*) para o grupo das mulheres é superior à da do grupo dos homens ($MRk_{(M)} = 4367,52$; $MRk_{(H)} = 4140,38$). O teste de Mann-Whitney opera sobre as ordenações das observações e não sobre os valores observados. Em todo o caso, o sentido das escalas mantém-se inalterado pelo que dizer que a média das ordenações é mais alta para as mulheres significa, na prática, que a magnitude dos concelhos é maior no caso das mulheres do que no dos homens.

²⁰⁷ A variável “Magnitude da freguesia” não segue uma distribuição normal em nenhum dos grupos considerados – homens ($D_{(30643)} = 0,329$, $p < 0,001$) e mulheres ($D_{(11577)} = 0,350$, $p < 0,001$), pelo que se recorreu ao teste de Mann-Whitney, alternativa não paramétrica ao teste t .

²⁰⁸ A média das ordenações (*mean rank*) para o grupo das mulheres é superior à da do grupo dos homens ($MRk_{(M)} = 23029,86$; $MRk_{(H)} = 20385,36$). O teste de Mann-Whitney opera sobre as ordenações das observações e não sobre os valores observados. Em todo o caso, o sentido das escalas mantém-se inalterado pelo que dizer que a média das ordenações é mais alta para as mulheres significa, na prática, que a magnitude das freguesias é maior no caso das mulheres do que no dos homens.

²⁰⁹ Consideramos as observações feitas pelas autoras como hipóteses já que as conclusões a que chegam não foram testadas sistematicamente com as totalidade dos dados disponíveis.

mais conservadoras e resistentes à incorporação de novos valores e atitudes sociais, como é o caso da igualdade de género e da paridade.

Passando agora a uma análise sociodemográfica dos/as eleitos/as no escrutínio autárquico de 2009, socorremo-nos das conclusões já retiradas por Tavares *et al.* (2013) que, numa avaliação estritamente descritiva, encontram perfis sociodemográficos do conjunto das pessoas eleitas, ainda que aqueles possam variar um pouco consoante o tipo de órgão, a dimensão geográfica ou a força partidária. Assim, são destacadas as categorias profissionais de “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” (esta predominante nos órgãos municipais), de “Pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores” e de “Operários, artífices e operadores de máquinas” (estas duas últimas predominantes nos órgãos de freguesia). Observam ainda que os/as presidentes são, em média, mais velhos/as que os restantes membros eleitos e que a média de idades nos órgãos municipais é superior à observada nos órgãos de freguesia. Analisando estritamente as eleitas, concluem que a maioria das eleitas para os órgãos municipais pertence à categoria profissional de “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”, sendo que, no caso dos órgãos de freguesia, a maioria faz parte da categoria do “Pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores”. As mulheres eleitas apresentaram ainda uma idade média de 38 anos, sendo mais baixa nos órgãos de freguesia.

A análise feita por Tavares *et al.* (2013) não faz, contudo, uma avaliação justaposta dos eleitos e das eleitas, não permitindo, assim, perceber se uns e outras apresentam perfis sociodemográficos significativamente diferentes entre si.

Nesse sentido, faremos uma análise comparativa de homens e mulheres relativamente às diferentes características sociodemográficas recolhidas pela SGMAI – idade, actividade profissional, nível de instrução, estado civil e residência e naturalidade coincidentes ou não com o local para o qual foram eleitos/as.

As eleitas para os órgãos autárquicos, com uma idade média de 39 anos são significativamente mais novas que os homens eleitos, com uma média de idades a rondar os 47 anos ($U = 156516798, p < 0,001$)²¹⁰ (Quadro 18).

Quadro 18. Média e desvio-padrão da idade dos/as eleitos/as, 2009

	Total		Homens		Mulheres	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Total	44,7	12,9	47,1	12,7	38,5	11,3
CM	46,4	9,5	47,4	9,5	43,4	9,1
AM	45,9	12,8	47,9	12,8	41,1	11,5
JF	46,9	12,4	48,7	12,0	39,5	11,3
AF	43,5	13,2	46,1	13,1	37,4	11,2

Nota: CM – Câmara Municipal; AM – Assembleia Municipal; JF – Junta de Freguesia; AF – Assembleia de Freguesia.

Fonte dos dados: SGMAI (2013).

Padrão semelhante é observado para cada um dos órgãos autárquicos individualmente: em todos eles, as eleitas são, em média, mais novas que os homens eleitos ($U_{(CM)} = 286110,50, p < 0,001$; $U_{(AM)} = 2986610,00, p < 0,001$; $U_{(JF)} = 6732270,50, p < 0,001$; $U_{(AF)} = 58468849,00, p < 0,001$)²¹¹.

A análise realizada aos/às eleitos em 2009 não corrobora as conclusões retiradas por Mendes (M. Mendes, 1993), no seu estudo de caso sobre o concelho de Gondomar, onde afirma que os órgãos autárquicos mais envelhecidos são as assembleia municipal e a junta de freguesia. Como se observa no quadro anterior, são a câmara municipal e a junta de freguesia onde os/as eleitos/as são, em média, mais velhos/as, remetendo para a ideia da necessidade de acumulação de diferentes capitais (A. Fernandes, 1993), importante para os cargos de maior poder executivo.

²¹⁰ A variável “Idade” não segue uma distribuição normal em nenhum dos grupos considerados – homens ($D_{(36575)} = 0,050, p < 0,001$) e mulheres ($D_{(13999)} = 0,093, p < 0,001$), pelo que se recorreu ao teste de Mann-Whitney, alternativa não paramétrica ao teste t .

²¹¹ A variável “Idade”, desagregada por órgão autárquico, não segue uma distribuição normal em nenhum dos grupos considerados (ver resultados dos testes de Kolmogorov-Smirnov à normalidade das distribuições), pelo que se recorreu ao teste de Mann-Whitney, alternativa não paramétrica ao teste t .

Relativamente à actividade profissional ²¹², observam-se igualmente diferenças significativas entre homens e mulheres ($\chi^2_{(11)} = 6599,48$, $p < 0,001$), verificando-se uma maior probabilidade das eleitas pertencerem às categorias de “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”, “Técnicos e profissionais de nível intermédio”, “Pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores”, de serem “Domésticas ou estudantes” ou de estarem “Desempregadas”. Já os homens eleitos apresentam uma maior probabilidade de pertencerem às categorias “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa”, “Pequenos empresários, proprietários e comerciantes”, “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”, “Operários, artífices e trabalhadores similares, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” ou de estarem “Aposentados” (consultar resíduos estandardizados e ajustados no Anexo VII).

Associação igualmente significativa encontramos em cada um dos órgãos autárquicos. No caso das câmaras municipais ($\chi^2_{(11)} = 89,77$, $p < 0,001$), encontramos as eleitas sobretudo associadas às categorias “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” e os homens a “Técnicos e profissionais de nível intermédio”, “Pequenos empresários, proprietários e comerciantes”, “Pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores”, “Operários, artífices e trabalhadores similares, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” e “Aposentados”²¹³. Nas assembleias municipais ($\chi^2_{(11)} = 315,94$, $p < 0,001$) observa-se, novamente, uma maior associação das mulheres a “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” a agora também a “Domésticas”; no caso dos eleitos, estão sobretudo associados às categorias “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa”, “Pequenos empresários, proprietários e comerciantes”, “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”, “Operários, artífices e trabalhadores similares, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” ou a estarem

²¹² A variável “Profissão” aqui analisada corresponde à agregação construída pela SGMAI e inclui não apenas actividades profissionais mas também situações perante o emprego (como, por exemplo, as categorias “Aposentado” ou “Desempregado”. Para uma consulta das actividades incluídas em cada categoria, ver Anexo VII.

²¹³ Consultar resíduos estandardizados ajustados no Anexo VII.

“Aposentados”²¹⁴. No que diz respeito às juntas de freguesia ($\chi^2_{(11)} = 1679,32$, $p < 0,001$), continuamos a encontrar uma maior probabilidade das mulheres pertencerem à categoria “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” mas também às de “Técnicos e profissionais de nível intermédio”, “Pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores”, “Domésticas” e “Estudantes”. No caso dos homens eleitos, estão sobretudo associados às categorias de “Pequenos empresários, proprietários e comerciantes”, “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas” e “Operários, artífices e trabalhadores similares, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem”²¹⁵. Por último, nas assembleias de freguesia ($\chi^2_{(11)} = 4891,85$, $p < 0,001$), encontramos uma associação entre as eleitas e as categorias de “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”, “Técnicos e profissionais de nível intermédio”, “Pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores”, “Domésticas”, “Estudantes” e “Desempregados”. Já no caso dos eleitos, surgem mais associados às categorias de “Pequenos empresários, proprietários e comerciantes”, “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas” e “Operários, artífices e trabalhadores similares, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem” e ainda “Aposentados”²¹⁶.

Enquanto que a generalidade das associações remete, *grosso modo*, para a estrutura do tecido laboral português e da condição perante o emprego (já analisados na secção 4.1.), no caso das câmaras e das assembleias municipais, é a pertença às categoria de “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” que parece marcar o perfil profissional das mulheres eleitas. Esta observação sugere, pois, que as mulheres estarão mais próximas da ideia de profissionalização da política (Szücs & Strömberg, 2009), no sentido de corresponderem a perfis profissionais mais técnicos, do que da de elites tradicionais, assente na dimensão da notabilidade (A. Fernandes, 1993), sugerindo que as mulheres precisam, para cargos de maior visibilidade, de apresentar mais credenciais profissionais que os homens.

²¹⁴ Consultar resíduos estandardizados ajustados no Anexo VII.

²¹⁵ Consultar resíduos estandardizados ajustados no Anexo VII.

²¹⁶ Consultar resíduos estandardizados ajustados no Anexo VII.

Também em relação ao nível de instrução encontramos diferenças significativas entre homens e mulheres. Num quadro global de capital escolar relativamente baixo (mais de um terço dos/as eleitos/as detém, no máximo, o 9º ano de escolaridade e sensivelmente 65% qualificações abaixo do nível de licenciatura) (Quadro 19), as mulheres apresentam credenciais escolares mais elevadas que os homens, como se observa no quadro seguinte, relação essa que se revelou estatisticamente significativa ($\chi^2_{(8)} = 4002,14$, $p < 0,001$). Observou-se então uma maior probabilidade das eleitas deterem níveis de instrução ao nível do 12º ano e níveis superiores, sendo que o grau de doutor não é significativamente mais preponderante em nenhum dos sexos. Já relativamente aos homens, encontramos uma associação com todos os níveis de instrução abaixo do 12º ano de escolaridade²¹⁷.

Quadro 19. Nível de instrução dos/as eleitos/as, 2009 (%)

	Total	Homens	Mulheres
1º Ciclo EB	16,3	21,7	2,9
2º Ciclo EB	6,8	8,6	2,4
3º Ciclo EB	15,4	18,1	8,8
Secundário (10º e 11º anos)	4,4	4,8	3,5
Secundário (12º ano)	17,9	16,3	21,7
Curso médio/bacharelato	4,0	3,6	4,9
Licenciatura	32,3	24,3	51,9
Mestrado/pós-graduação	2,0	1,6	2,8
Doutoramento	1,0	0,9	1,1

Fonte dos dados: SGMAI (2013).

Numa análise por órgão autárquico, verificam-se igualmente diferenças significativas nas credenciais escolares, tanto em termos de órgãos como do sexo dos/as eleitos/as em cada um deles.

Por um lado, os diferentes órgãos autárquicos apresentam diferentes níveis médios de escolaridade dos seus membros ($H = 3886,16$, $p < 0,001$). Os testes de comparações múltiplas revelam que são os/as eleitos/as para as câmaras municipais os detentores, em média, de capital escolar mais elevado; seguem-se os membros

²¹⁷ Consultar resíduos estandardizados ajustados no Anexo VII.

da assembleia municipal, as assembleias de freguesia e, por último, as juntas de freguesia como as instâncias cujos membros apresentam um nível de instrução médio mais baixo²¹⁸. Assiste-se, portanto, a uma maior profissionalização da política (Szücs & Strömberg, 2009), sobretudo nos órgãos municipais.

Por outro lado, e considerando eleitos e eleitas separadamente, as conclusões são semelhantes, encontrando-se apenas uma ligeira diferença, no caso das mulheres, já que, ao contrário do observado tanto nos dados agregados como nos homens, o nível médio de instrução das eleitas para as juntas de freguesia é superior ao do das assembleias de freguesia²¹⁹.

Observa-se, portanto, que o capital escolar se constitui como um factor importante na hierarquia autárquica já que é nos órgãos de maior importância política e de maior visibilidade (órgãos municipais) que encontramos os/as eleitos/as com níveis de instrução mais elevados. Apesar deste padrão ser observado tanto para homens como para mulheres, percebemos ainda que as eleitas se apresentam com um capital escolar mais elevado que os homens eleitos, sugerindo que as mulheres, para acederem a estes cargos, precisam de um capital educacional superior ao dos homens.

Uma outra dimensão do perfil sociodemográfico que vimos traçando remete para as incontornáveis questões da conciliação entre a vida profissional, neste caso, política, e a vida pessoal e familiar, consideradas como uma das mais constrangedoras da participação das mulheres na vida política activa (*e.g.*, Dahlerup, 2005; Jordão, 2000; Reynolds, 1999). Apesar da informação disponível não ser suficiente para fornecer um contexto pessoal e familiar mais completo (seria importante ter dados acerca da composição do agregado, nomeadamente existência e número de filhos e outros dependentes), recorreremos ao estado civil como a forma, parcelar mas, possível de abordar as possíveis limitações da conciliação.

²¹⁸ As relações encontradas e aqui explicitadas resultam da aplicação do teste *post-hoc* de Games-Howell, aplicado quando não se observa a homogeneidade de variâncias entre os diferentes grupos, o que se verifica no presente caso, conforme os resultados do teste de Levene ($F = 528,42$, $p < 0,001$). Ver resultados completos do teste de comparações múltiplas no Anexo VII.

²¹⁹ Consultar resultados das análises referidas no Anexo VII.

Como se observa no quadro seguinte (Quadro 20), a maior parte dos/as eleitos/as locais (mais de três quartos) é casada ou encontra-se em união de facto, seguindo-se os/as solteiros/as (18,7%), os/as divorciados/as ou separados/as (3,7%) e, por último, os/as viúvos/as (1,3%).

Quadro 20. Estado civil dos/as eleitos/as, 2009 (%)

	Total	Homens	Mulheres
Solteiro/a	18,7	14,1	30,8
Casado/a União de facto	76,2	82,1	60,5
Divorciado/a Separado/a	3,7	2,7	6,4
Viúvo/a	1,3	1,0	2,2

Fonte dos dados: SGMAI (2013).

Esta distribuição não é, contudo, semelhante entre homens e mulheres. Encontramos então uma relação significativa entre o estado civil e o sexo dos/as eleitos/as ($\chi^2_{(3)} = 1845,61$, $p < 0,001$): verifica-se uma maior probabilidade das mulheres eleitas serem solteiras, divorciadas (ou separadas) ou viúvas, ao passo que os homens autarcas são tendencialmente casados²²⁰, relação observada em todos os órgãos autárquicos individualmente²²¹. Considerando que o trabalho nas autarquias locais se desenvolve, muitas vezes, nos tempos livres (Linsley *et al.*, 2006; Martins & Teixeira, 2005), o facto de encontrarmos mais mulheres em estruturas familiares não tradicionais (até onde nos é possível observar) permite-nos entrever a persistência dos tradicionais, e assimétricos, papéis sociais de género que continuam a responsabilizar as mulheres pelas tarefas ligadas ao cuidar (*e.g.*, Aboim, 2010; Casaca, 2010; Torres *et al.*, 2005).

O grau de localismo dos/as candidatos/as autárquicos/as tem sido igualmente apontado como um dos factores determinantes do seu sucesso nas eleições (M. Mendes, 1993). Para aferir a importância nas eleições autárquicas de 2009, recorreremos à análise das variáveis que dão conta da correspondência, ou não,

²²⁰ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Estado civil”: $r_{M;\text{solteiro/a}} = 36,3$; $r_{M;\text{divorciado/a ou separado/a}} = 16,5$; $r_{M;\text{viúvo/a}} = 8,9$; $r_{H;\text{casado/a ou união de facto}} = 42,9$.

²²¹ Consultar resultados das análises no Anexo VII.

entre a naturalidade e residência dos/as eleitos/as e os municípios ou freguesias para os quais foram eleitos/as.

Em primeiro lugar, encontramos uma relação significativa entre a naturalidade e os órgãos autárquicos ($\chi^2_{(3)} = 837,34, p < 0,001$). Ainda que, em todos os órgãos, a maioria dos/as eleitos/as seja natural do concelho ou da freguesia onde desempenha o mandato, como se pode observar no quadro seguinte (Quadro 21), é para os órgãos de freguesia que a coincidência com a naturalidade ganha maior relevo²²².

Quadro 21. Naturalidade dos/as eleitos/as por órgão autárquico, 2009 (N e %)

	Natural do concelho/freguesia em que foi eleito/a		Não natural do concelho/freguesia em que foi eleito/		Total	
	N	%	N	%	N	%
Câmara Municipal	1199	59,9%	803	40,1%	2002	100%
Assembleia Municipal	3931	61,3%	2484	38,7%	6415	100%
Junta de Freguesia	9365	77,3%	2754	22,7%	12119	100%
Assembleia de Freguesia	22744	75,6%	13398	24,4%	30101	100%

Fonte dos dados: SGMAI (2013).

Considerando a importância do enraizamento local na eleição, dada a ainda relativa pessoalização da política autárquica (A. Fernandes, 1993) e a centralidade da pertença a associações locais enquanto vias de acesso ao poder (A. Fernandes, 1992; M. Mendes, 1993), as mulheres parecem estar aqui em desvantagem já que observámos uma relação significativa entre as duas variáveis – sexo e naturalidade ($\chi^2_{(1)} = 341,09, p < 0,001$), onde verificámos uma maior probabilidade das eleitas não serem naturais do concelho ou da freguesia nos quais desempenham o mandato²²³, sendo este padrão observado para todos os órgãos autárquicos quando considerados individualmente²²⁴.

²²² Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Naturalidade” e “Órgão autárquico”: $r_{\text{não natural;CM}} = 14,1$; $r_{\text{não natural;AM}} = 23,8$; $r_{\text{natural;JF}} = 10,7$; $r_{\text{natural;AF}} = 12,5$.

²²³ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Naturalidade”: $r_{M;\text{não natural}} = 18,5$.

²²⁴ Consultar resultados das análises no Anexo VII.

Também ao nível da residência encontrámos uma relação significativa com os órgãos autárquicos ($\chi^2_{(3)} = 1509,90$, $p < 0,001$) e, também aqui, à semelhança da naturalidade, a coincidência entre o local de residência e local de desempenho do mandato ganha maior relevo no caso dos órgãos de freguesia²²⁵, muito embora em todos eles a maior parte dos/as autarcas residirem no concelho ou na freguesia para o/a qual foram eleitos/as, como se pode observar no quadro seguinte (Quadro 22).

Quadro 22. Residência dos/as eleitos/as por órgão autárquico, 2009 (N e %)

	Reside no concelho/freguesia onde foi eleito/a	Não reside no concelho/freguesia onde foi eleito/	Total
Câmara Municipal	1814 (90,6%)	188 (9,4%)	2002 (100%)
Assembleia Municipal	5692 (88,7%)	723 (11,3%)	6415 (100%)
Junta de Freguesia	11871 (98,0%)	248 (2,0%)	12119 (100%)
Assembleia de Freguesia	29422 (97,7%)	679 (2,3%)	30101 (100%)

Fonte dos dados: SGMAI (2013).

Tal como se observou com a naturalidade, encontrámos diferenças significativas entre o sexo dos/as eleitos/as e o seu local de residência ($\chi^2_{(1)} = 3,76$, $p = 0,052$)²²⁶, sendo que são as eleitas quem apresenta uma maior probabilidade de residirem no concelho (ou na freguesia) para o qual foram eleitas²²⁷. Esta questão tem, aliás, enorme relevância tendo em conta os padrões de mobilidade desiguais entre homens e de mulheres. Retomando um tópico já abordado anteriormente, as mulheres, com rotinas diárias diferenciadas das dos homens, “fazem percursos mais curtos, mais frequentes e viagens dispersas ao longo do dia” (Gaspar *et al.*, 2009, p. 28), pelo que a distância ao local de trabalho se poderá constituir como um constrangimento.

A análise descritiva das características dos/as eleitos/as nas últimas eleições para as quais existem dados disponíveis agora apresentada permitiu-nos ter uma

²²⁵ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Residência” e “Órgão autárquico”: $r_{\text{não residente;CM}} = 14,1$; $r_{\text{não residente;AM}} = 35,0$; $r_{\text{residente;JF}} = 10,7$; $r_{\text{residente;AF}} = 20,0$.

²²⁶ Valor significativo para um nível de confiança de 90%. Ver Anexo I.

²²⁷ Resíduos estandardizados ajustados para os cruzamentos das categorias das variáveis “Sexo” e “Residência”: $r_{M;\text{residente}} = 1,9$; $r_{H;\text{não residente}} = 1,9$.

visão global sobre as características mais frequentes de uns e de outras e que atributos substantivos marcam as assimetrias numéricas da sua presença nas elites políticas locais. Para tal, tivemos em consideração as componentes relativas à dimensão biográfica dos/as eleitos/as mas também as que dizem respeito ao sistema político e à geografia das eleições. Tendo a dimensão mais institucional já sido explorada anteriormente (ver secção 6.), pretendemos agora focar-nos no quanto as características sociodemográficas impactam nas disparidades observadas ao nível da eleição de homens e mulheres. Com base no entendimento de que os/as eleitos/as apresentam *backgrounds* sociais diferenciados e de que as mulheres beneficiam na eleição se detiverem um contexto social de partida particular (Aberbach *et al.*, 1981; Best & Cotta, 2000; A. Fernandes, 1993; Matthews, 1984; Norris & Lovenduski, 1995; Vianello & Moore, 2004), exploraremos quais são as condicionantes e as características sociodemográficas que mais pesam na eleição de mulheres, por forma a apurar se e de que forma, para além dos constrangimentos políticos e geográficos, as desigualdades de género transversais à sociedade portuguesa se revelam também aqui.

7.3. Condicionantes da participação das mulheres no poder local: um modelo preditivo

No sentido de ter uma visão de conjunto dos indicadores trabalhados até agora e de perceber como se configura o campo da política autárquica relativamente às características dos/as seus/uas eleitos/as, recorreremos a uma metodologia de análise de dados multivariada. Com esta análise pretendemos perceber quais são os factores que mais influenciam a probabilidade de ser eleito/a um homem ou uma mulher. Sabendo que existem outras dimensões que não serão consideradas (como o posicionamento dos/as candidatos/as nas listas eleitorais, que não incluiremos no modelo por não estar disponível na base de dados fornecida pela SGMAI), pretendemos, com a informação disponível, contribuir para o aprofundamento do conhecimento das desigualdades de género no poder político, em particular no

poder local. Nesse sentido, tentamos compreender em que grau diferentes características do percurso biográfico dos/as autarcas mais parecem influenciar a probabilidade de se eleger um homem ou uma mulher.

Assim, considerámos como variável dependente o sexo dos/as eleitos/as e como variáveis independentes diferentes características sociodemográficas das pessoas eleitas que, sendo em número limitado, se constituem como a única informação extensiva e sistematizada existente.

Tratando-se de uma variável dependente dicotómica, recorreremos a uma regressão logística, onde estimamos a probabilidade de sucesso da variável dependente, neste caso, a pessoa eleita ser uma mulher²²⁸. Uma das grandes vantagens deste tipo de modelação é a de possibilitar a avaliação da magnitude da influência que as variáveis explicativas têm na variação da variável dependente. As regressões logísticas apresentam particularidades relativamente às regressões lineares que devem ser tidas em conta. Nesse sentido, e considerando a extensão da descrição dos procedimentos preparatórios, optámos por manter no corpo do texto apenas os resultados obtidos. Assim, nos Anexos VIII e IX expomos a descrição de todos os procedimentos, acompanhados da sua fundamentação e de todos os *outputs* comentados.

Os resultados obtidos revelam a existência de características sociodemográficas particulares que têm estado associadas à eleição de mulheres. Tal como se observa no quadro seguinte (Quadro 23), praticamente todas as variáveis consideradas na análise (correspondendo aqui às categorias das variáveis seleccionadas) são significativas para o modelo (observável através da significância associada à estatística de Wald). A forma mais comum e intuitiva de analisar os coeficientes de regressão é a de interpretar não os coeficientes propriamente ditos (betas), mas os exponenciais destes ($Exp(B)$), já que podem ser interpretados

²²⁸ A probabilidade de ocorrência da variável dependente (Y) é dada por $P(Y) = \frac{e^{(b_0 + b_1 X_{1i} + b_2 X_{2i} + \dots + b_k X_{ki})}}{1 + e^{(b_0 + b_1 X_{1i} + b_2 X_{2i} + \dots + b_k X_{ki})}}$, onde $P(Y)$ é a probabilidade de sucesso (no presente caso, o sucesso corresponde à pessoa eleita ser uma mulher), e corresponde ao logaritmo natural, b_0 representa a constante, X_1 a X_k corresponde às k variáveis explicativas e b_1 a b_k são os coeficientes associados às variáveis independentes. Em alternativa, a probabilidade de sucesso pode ser dada por $P(Y) = \frac{1}{1 + e^{-(b_0 + b_1 X_{1i} + b_2 X_{2i} + \dots + b_k X_{ki})}}$ (Field, 2013; Tabachnick & Fidell, 2013).

directamente sem ser necessária uma transformação logarítmica²²⁹. Designados por *odds ratios*, representam a alteração da chance²³⁰ de ocorrência de uma das categorias da variável dependente em resultado do aumento de uma unidade no preditor. Na prática, medem o aumento ou a diminuição da chance de ocorrência da categoria de interesse²³¹. *Odds ratios* superiores a 1 significam que o aumento de uma unidade no preditor provoca um aumento na chance de ocorrência da categoria de interesse (da variável dependente) e valores inferiores a 1 representam uma diminuição dessa mesma chance. Os *odds* são calculados pela divisão entre a probabilidade do evento acontecer sobre a probabilidade do evento não ocorrer e essa probabilidade é dada pela equação apresentada na nota de rodapé nº 228.

Passemos então à interpretação do modelo (Quadro 23). Em primeiro lugar, percebemos que o aumento da idade dos/as candidatos/as resulta numa diminuição nas chances da pessoa eleita ser uma mulher. Ainda, por cada ano de idade a mais, a chance do/a eleito/a ser uma mulher é 0,95 vezes menor, ou seja, a probabilidade de ser mulher reduz-se em 5,3%²³².

²²⁹ A transformação logarítmica seria necessária para a interpretação dos coeficientes uma vez que o modelo gerado pela regressão logística não é linear, mas antes uma função *logit* da melhor combinação linear entre as variáveis independentes (ver Tabachnick & Fidell, 2013 e equação de regressão logística apresentada na nota de rodapé nº 228).

²³⁰ É importante fazer a distinção entre *odds* e *probabilities* (que designamos por chances e probabilidades, respectivamente). Apesar de ambos os termos remeterem para a ideia de possibilidade de ocorrência, resultam de diferentes abordagens à possibilidade de um evento ocorrer e representam termos que não são, portanto, intermutáveis. A probabilidade é dada pela divisão entre o resultado esperado e a totalidade de resultados possíveis (ex.: numa situação de moeda ao ar, a probabilidade de sair “coroa” é dada por 1/2, ou seja, 1 resultado esperado sobre 2 resultados possíveis, resultando em 0,5, ou 50%). Os *odds* (ou chances) resultam da razão entre o número de resultados esperados e o número de resultados que não são os esperados; recorrendo ao mesmo exemplo da moeda ao ar, as chances de sair “coroa” são dadas por 1/1, ou seja, 1 resultado esperado (coroa) sobre 1 resultado contrário ao esperado (cara), resultando em 1:1. Diz-se, portanto que as chances de sucesso, neste caso, são de 1 para 1. Dito ainda de outra forma, se resolvermos a fracção (1/1), podemos dizer que as chances de sair “coroa” são de 1 (por cada “cara” que sair, deverá sair, em média, uma “coroa”). Ao passo que as probabilidades variam entre 0 e 1 (ou entre 0 e 100 se analisarmos em percentagem), as chances variam entre 0 e ∞ . O *odds ratio* (ou rácio das chances) representa a razão entre duas chances, ou seja, é a chance de um acontecimento ocorrer tendo em conta as chances de ocorrência da outra categoria. Matematicamente, $OR = O_1/O_2 = \frac{p_1}{1-p_1} / \frac{p_2}{1-p_2}$.

²³¹ A categoria “mulher” foi codificada com o valor 1 e a categoria “homem” com o valor 0, pelo que esta é a categoria de referência, sendo a categoria de interesse a primeira, para a qual se retirarão as conclusões.

²³² Ou seja, $5,3\% = 0,951-1 \times 100$.

Quadro 23. Modelo de regressão logística das características sociodemográficas como preditoras da probabilidade das pessoas eleitas serem mulheres

	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)	I.C. a 95% para EXP(B)	
							Lim. inf.	Lim. sup.
Idade	-,051	,002	760,537	1	,000	,951	,947	,954
Quad. sup.			1211,090	11	,000			
Esp. prof. intelect.	,741	,057	171,282	1	,000	2,098	1,878	2,345
Técnicos interm.	,131	,071	3,430	1	,064	1,140	,992	1,310
Peq. empres.	-,486	,105	21,212	1	,000	,615	,500	,757
Pess. serviços	,925	,064	211,823	1	,000	2,522	2,227	2,856
Agric. pescas	-,820	,168	23,742	1	,000	,440	,317	,613
Operários	-,422	,080	28,224	1	,000	,655	,561	,766
Aposentados	,840	,085	98,908	1	,000	2,317	1,964	2,735
Domésticas	6,259	,372	282,731	1	,000	522,525	251,928	1083,772
Estudantes	,101	,111	,833	1	,362	1,106	,890	1,375
Desempregados	1,111	,115	93,620	1	,000	3,036	2,425	3,802
Outras profissões	,831	,159	27,400	1	,000	2,295	1,681	3,131
1º Ciclo			692,974	5	,000			
2º Ciclo	,528	,117	20,308	1	,000	1,696	1,348	2,134
3º Ciclo	,960	,093	105,851	1	,000	2,611	2,175	3,135
Secundário	1,499	,090	277,523	1	,000	4,479	3,755	5,343
Licenciatura	2,042	,093	483,810	1	,000	7,702	6,421	9,239
Pós-licenciatura	1,847	,119	239,693	1	,000	6,338	5,017	8,007
Solteiro/a			458,312	3	,000			
Casado/a	-,146	,041	12,500	1	,000	,864	,797	,937
Divorciado/a	,896	,079	129,350	1	,000	2,451	2,100	2,860
Viúvo/a	1,844	,131	196,986	1	,000	6,320	4,886	8,177
Residente	,571	,075	57,331	1	,000	1,769	1,526	2,051
Natural	-,200	,033	35,958	1	,000	,818	,767	,874
Constante	-1,101	,153	51,835	1	,000	,332		

Nota: Os coeficientes significativos são apresentados a negrito de modo a facilitar a leitura.

Legenda: B – Coeficiente de regressão; E.P. – Erro padrão; Wald – Estatística de Wald; gl – graus de liberdade; Sig. – Significância; Exp(B) – Exponencial do coeficiente de regressão; I.C. – Intervalo de confiança; Lim. inf. – Limite inferior; Lim. sup. – Limite superior; Quad. sup. – Quadros superiores e dirigentes da administração pública e de empresas; Esp. prof. Intelect. – Especialistas das profissões intelectuais e científicas; Técnicos interm. – Técnicos e profissionais de nível intermédio; Peq. empres. – Pequenos empresários, proprietários e comerciantes; Pess. Serviços – Pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores; Agric. Pescas – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas.

As chances do/a eleito/a ser mulher são 2,10 vezes superiores para os/as especialistas de profissões técnicas e científicas relativamente aos quadros superiores. Situação semelhante se observa para o pessoal dos serviços e “outras profissões”, já que pertencer a estas categorias profissionais aumenta as chances

do/a eleito/a ser mulher em 2,52 vezes e em 2,30 vezes, respectivamente. Também em relação às pessoas aposentadas e desempregadas encontramos um impacto semelhante: as chances da pessoa eleita ser mulher são 2,32 vezes mais elevadas se o/a candidato/a for aposentado/a e 3,04 vezes maior se estiver desempregado/a. Por último, as chances do/a eleito/a ser uma mulher são 522,53 vezes superiores se for doméstico/a, por comparação a pertencer aos quadros superiores. Pelo contrário, ser-se pequeno empresário, operário/operador de máquinas ou trabalhador da agricultura e pescas diminui a probabilidade do/a eleito/a ser mulher.

No que diz respeito ao nível de instrução, observa-se que, quanto mais elevada for a qualificação académica, maior a probabilidade do/a eleito/a ser uma mulher (os rácios de chances relativos a todos os níveis de instrução, por relação ao 1º ciclo do ensino básico, são superiores a 1). Assim, por exemplo, as chances do/a eleito/a ser uma mulher são 7,70 vezes mais elevadas para uma pessoa licenciada.

Relativamente ao estado civil, as chances do/a eleito/a ser uma mulher são 2,45 vezes superiores para uma pessoa divorciada e 6,32 vezes superiores para uma viúva, relativamente a um/a solteiro/a. Ainda, a probabilidade de um/a eleito/a ser mulher é reduzida em 13,6% se a pessoa for casada.

Observa-se ainda que residir no concelho ou na freguesia aumenta a probabilidade do/a eleito/a ser uma mulher, ao passo que a faz diminuir se a pessoa for natural do concelho ou da freguesia.

Em suma, o modelo de regressão logística, estatisticamente significativo ($\chi^2_{(22)} = 7367,51$, $p < 0,001$), explica 33,2% da variância do sexo dos/as eleitos/as e classifica 76,0% dos casos²³³. A probabilidade do/a autarca ser mulher diminui com o aumento da idade dos indivíduos²³⁴ mas aumenta com o nível de instrução, sendo que quanto mais altas as qualificações, maior impacto se observa no aumento da probabilidade do/a eleito/a ser mulher. Quando comparado com a categoria profissional dos quadros superiores, a probabilidade do/a autarca ser mulher aumenta se o/a eleito/a for especialista de profissões técnicas ou científicas, se

²³³ Ver estatísticas no Anexo VIII.

²³⁴ É de notar que esta variável consubstancia-se num intervalo limitado, que varia entre 18 e 99 anos, com uma média de 44,7 e um desvio-padrão de 12,9 anos.

pertencer ao pessoal administrativo, dos serviços ou vendas ou se estiver em situação de inactividade profissional (reformados/as, desempregados/as e estudantes). Todos os estados civis, por relação a ser-se solteiro/a, impactam positivamente na probabilidade do/a eleito/a ser uma mulher; a única excepção é o ser-se casado/a, ou estar em união de facto, que faz com que a probabilidade do/a eleito/a ser mulher diminua em 13,6%. Por último, a probabilidade do/a eleito/a ser uma mulher aumenta com o facto de residir no concelho ou na freguesia para o qual foi eleito/a. Mas passa-se o contrário em relação à naturalidade já que a probabilidade do/a eleito/a ser mulher diminui se a pessoa for natural do mesmo concelho ou freguesia face a não ser natural desse local.

Juntando toda esta informação, e baseado no padrão sociodemográfico dos/as eleitos/as em 2009, podemos estimar a probabilidade de um/a autarca/a eleito/a ser mulher. Fazamos então dois exercícios distintos. Calculemos, em primeiro lugar, a probabilidade do/a eleito/a ser mulher se uma pessoa tiver as seguintes características: ter 50 anos, pertencer à categoria profissional de pessoal administrativo ou dos serviços ou vendedores, ter o 3º ciclo de escolaridade, ser casada e residir e ser natural do concelho ou da freguesia ao qual concorre.

Recorrendo à equação de regressão logística, e usando os coeficientes de regressão estimados, podemos dizer que probabilidade de uma pessoa eleita com estas características ser mulher é de apenas 17,9%²³⁵. O interessante nesta predição é o facto das características escolhidas para este exercício correspondem ao perfil médio das mulheres portuguesas (consultar estatísticas no Anexo VIII) no que diz respeito às variáveis seleccionadas²³⁶.

Testemos agora um segundo exemplo, com características sociodemográficas diferentes, onde iremos prever a probabilidade do/a eleito/a ser mulher tratando-se de uma pessoa mais jovem (33 anos), que não pertence a um agregado doméstico

²³⁵ A probabilidade da pessoa eleita, com estas características, ser uma mulher é dada por $P(M) = \frac{e^{(-1.101+(-0.051) \cdot 50+0.925+0.960+(-0.146)+0.571+(-0.200))}}{1+e^{(-1.101+(-0.051) \cdot 50+0.925+0.960+(-0.146)+0.571+(-0.200))}} = \frac{0.218}{1+0.218} = 0.179$.

²³⁶ Apenas as variáveis residência e naturalidade não podem ser consideradas neste perfil sociodemográfico como características típicas pois só fazem sentido no contexto das eleições e não no da população portuguesa em geral. Optou-se, por isso, por manter os coeficientes para residentes e naturais para testar o cenário mais comum, já que, como vimos anteriormente, a maior parte dos/as eleitos/as reside e é natural dos concelhos ou freguesias para os quais foram eleitos/as.

tradicional (divorciado/a), com um nível de instrução elevado (licenciatura), com uma actividade profissional socialmente mais valorizada (ver Machado *et al.*, 2003) e com um rendimento mais elevado (especialistas de profissões intelectuais e científicas). Estima-se que a probabilidade de um/a autarca com estas características ser mulher é de 78,2%²³⁷, revelando então que a eleição de uma mulher beneficia grandemente de um conjunto específico de características sociodemográficas que não são, no entanto, comuns à generalidade das mulheres portuguesas.

Fizemos um exercício semelhante para estimar a probabilidade de uma pessoa com as características médias dos homens portugueses (consultar estatísticas no Anexo VIII), com 18 ou mais anos, ser um eleito homem. Para tal, modelámos uma regressão logística onde definimos os homens eleitos como a categoria de sucesso²³⁸. Assim, de acordo com o modelo ajustado (que pode ser consultado no Anexo IX), a probabilidade de uma pessoa com 48 anos, casada, pertencente à categoria profissional de operários, artífices e operadores de máquinas, com o 2º ciclo de escolaridade e não residente e não natural do concelho ou da freguesia ao qual concorre ser um eleito homem é de 96,1%²³⁹. Ou seja, a probabilidade de uma pessoa com o perfil médio dos homens portugueses ser um autarca (homem) é muitíssimo elevada, ao contrário do que tínhamos observado no caso das mulheres, onde a probabilidade de uma pessoa com as características médias das mulheres portuguesas ser uma eleita é somente de 17,9%.

Para confirmar os resultados obtidos anteriormente para a probabilidade de uma pessoa com características sociodemográficas mais diferenciadas ser uma

²³⁷ A probabilidade da pessoa eleita, com estas características, ser uma mulher é dada por $P(M) = \frac{e^{(-1,101+(-0,051) \cdot 33+0,741+2,042+0,896+0,571+(-0,200))}}{1+e^{(-1,101+(-0,051) \cdot 33+0,741+2,042+0,896+0,571+(-0,200))}} = \frac{3,586}{1+3,586} = 0,782$.

²³⁸ Dispensaremos todos os procedimentos de selecção do modelo e de verificação dos pressupostos uma vez que a modelação é em tudo semelhante à anteriormente apresentada, tendo-se procedido somente a uma inversão das categorias da variável dependente. Nesse sentido, a estrutura global da relação entre as variáveis mantém-se inalterada tal como, e por conseguinte, as medidas de ajustamento.

²³⁹ A probabilidade da pessoa eleita, com estas características, ser um homem é dada por $P(H) = \frac{e^{(1,101+0,051 \cdot 48+0,442+(-0,528)+0,146+(-0,571)+0,200)}}{1+e^{(1,101+0,051 \cdot 48+0,442+(-0,528)+0,146+(-0,571)+0,200)}} = \frac{24,571}{1+24,571} = 0,961$.

mulher eleita (que, relembremos, é de 78,2%), estimámos a probabilidade de uma pessoas com esses mesmos atributos ser um eleito, que desce para 21,8%²⁴⁰.

Confirma-se, portanto, que um perfil deste tipo, que inclui pessoas mais jovens, em estruturas domésticas não tradicionais e com um elevado capital educativo e profissional, favorece a probabilidade de eleição das mulheres.

Estaremos então perante estruturas de oportunidades diferenciadas? Os dados aqui trabalhados indiciam que sim. De facto, as características sociodemográficas exercem uma influência significativa na probabilidade de eleger mulheres e homens, com efeitos diferenciados para cada um dos sexos. Ao passo que, para as mulheres, importa idades mais jovens, não serem casadas e terem qualificações académicas e profissionais elevadas, para os homens eleitos, não parece ser necessário um perfil particular ou, dito de outra forma, um perfil sociodemográfico médio parece ser suficiente para se verificarem elevadas probabilidades de eleição face às mulheres com as características médias da população feminina portuguesa.

Estes dados parecem apontar para um enviesamento dos processos de selecção e, ao mesmo tempo, parecem contrariar o argumento da meritocracia enquanto dimensão suficiente para uma participação equilibrada de homens e mulheres. Por um lado, e como vimos através dos indicadores da educação (ver secção 4.4.), as mulheres apresentam, actualmente, um nível de instrução superior ao dos homens; por outro lado, a taxa de emprego de mulheres e homens, ainda que diferente e mais elevada nos homens, não justifica a discrepância que se observa na presença de umas e outros em cargos de maior poder e visibilidade; e, por último, tendo em conta o impacto diferenciado do estado civil na probabilidade do/a eleito/a ser um homem ou uma mulher, podemos ainda pensar na questão das dificuldades de conciliação da vida profissional e da vida pessoal e familiar como um factor condicionar da participação das mulheres. Nesse sentido, num contexto de profissionalização da política e, em particular, da alteração do perfil dos autarcas

²⁴⁰ A probabilidade da pessoa eleita, com estas características, ser um homem é dada por $P(H) = \frac{e^{(1,101+0,051 \cdot 33+(-0,741)+(-2,042)+(-0,896)+(-0,571)+0,200)}}{1+e^{(1,101+0,051 \cdot 33+(-0,741)+(-2,042)+(-0,896)+(-0,571)+0,200)}} = \frac{0,279}{1+0,279} = 0,218$.

(que passam cada vez mais a ser agentes de gestão), seria expectável, numa lógica meritocrática (remetendo para a ideia das competências), que homens e mulheres tivessem semelhante acesso ao poder político, nomeadamente ao poder político local, e que pessoas com semelhantes níveis de instrução e competências profissionais tivessem semelhantes possibilidades de acesso a estes cargos, o que, de facto, não se verifica.

Face aos resultados obtidos, parece-nos seguro afirmar, portanto, que não se trata de uma questão de mérito. Conscientes de que não estamos a considerar uma variável importante, o do posicionamento dos/as candidatos/as nas listas eleitorais (determinante, como vimos anteriormente, na probabilidade de eleição), a análise agora realizada afigura-se muito relevante, já que os dados apontam para além da dimensão do sistema político, eleitoral e ideológico. Ao extravasar a dimensão do campo político, percebendo como determinantes as questões dos posicionamentos e valorizações diferenciados dos homens e das mulheres na sociedade, colocamos a questão das disparidades da presença de homens e mulheres no poder político ao nível das desigualdades de género, numa perspectiva das desigualdades sociais estruturais.

Procurámos ainda perceber se a implementação da Lei da Paridade teria tido algum impacto no perfil dos/as eleitos/as através da aplicação da mesma metodologia (regressão logística) aos dados referentes às eleições de 2005 (última eleição a ter lugar antes da entrada em vigor da lei). Contudo, esta avaliação não foi possível uma vez que alguns dos pressupostos não estavam cumpridos (ver Anexo X).

Terminada a análise dos dados relativos não apenas às pessoas eleitas para o poder local e central, mas também respeitantes ao enquadramento destas assimetrias nas desigualdades de género que perpassam a sociedade portuguesa, é agora altura de fazer uma leitura conjunta da informação. Ela permitir-nos-á, por um lado, estabelecer um quadro global de constrangimentos à participação das mulheres nas elites políticas e, por outro lado, encontrar os indícios de mudança de comportamentos e atitudes no sentido de uma igualdade de género ao nível da tomada de decisão política.

Nesse sentido, sistematizaremos de seguida as principais conclusões deste trabalho chamando ainda a atenção para as oportunidades de trabalho futuro.

Conclusão

O trabalho que agora terminamos pretendeu, por um lado, caracterizar aprofundadamente a participação das mulheres nas elites políticas portuguesas (em cargos de eleição a nível nacional e local) e, por outro lado, identificar bloqueios e o potencial de mudança neste domínio. Organizámos o trabalho a partir da problemática social das desigualdades de género, consubstanciadas na assimetria da presença de mulheres e de homens nos lugares de tomada de decisão política, e partimos daí para a sua problematização sociológica, por via dos estudos de género e da sociologia política, que constituem os dois principais pilares teóricos da dissertação.

Nesse sentido, definimos como questão orientadora da investigação a possível mimetização da hierarquia das relações sociais de género (onde a masculinidade goza de mais poder e valorização social relativamente à feminilidade) por parte do poder político. Concretamente, e considerando que existe também uma hierarquia nos poderes políticos, procurámos perceber se encontraríamos ou não uma maior proporção de homens em instâncias políticas mais valorizadas e com maior poder, nomeadamente executivo. Em torno desta interrogação inicial, colocámos cinco questões adicionais que nos ajudaram a desenhar o quadro das desigualdades de género no domínio político, cujas respostas procuraremos sistematizar de seguida.

Em primeiro lugar, questionámo-nos acerca de **quais processos de transformação política e social se operaram na sociedade portuguesa no último século, que condicionaram ou potenciaram a participação das mulheres na actividade política**. A análise do percurso histórico português, no que diz respeito à acção dos movimentos de mulheres na reivindicação de direitos civis e políticos permitiu-nos perceber que esses mesmos movimentos caracterizam-se pela fragmentação, patente na multiplicidade de organizações, na diversidade das abordagens (mais radicais ou mais conservadoras) e na segmentação social (diferentes estratos sociais com diferentes reivindicações). É ainda marcante, nestes movimentos, o facto de a sua luta ser recorrentemente interceptada por outros

desafios, como a oposição à monarquia, a oposição ao Estado Novo, o esforço de guerra ou as condições do trabalho operário. Com a I República, Portugal conhece um período de alguma abertura, rapidamente revertido, com o Estado Novo, no retrocesso a um conservadorismo católico altamente penalizador dos direitos das mulheres que, consagrado na lei constitucional, essencializava os papéis sociais das mulheres. No campo dos direitos políticos, sob uma capa de flexibilidade (patente na concessão, muito limitada, de direitos de sufrágio, que continuava a manter as mulheres em posições de inferioridade face aos homens), o Estado cimentou o papel político das mulheres como uma extensão dos seus papéis sociais de cuidadoras (tanto ligados à educação como ao assistencialismo). Ainda, e como defende Walby (1997), são tão significativos os movimentos no sentido da promoção da igualdade de género como os que se lhe opõem. Foram vários os exemplos de uma acção deliberadamente constritora dos direitos das mulheres, sendo um dos episódios mais paradigmáticos a alteração à lei eleitoral que, na sequência do voto de Carolina Beatriz Ângelo, passou a designar como eleitores específica e somente os homens.

Esta matriz social, reproduzida ao longo de quase meio século de regime ditatorial, ajuda a compreender as dificuldades de mudança das dinâmicas sociais. De facto, não se muda a sociedade por decreto; não é apenas através de mudanças jurídicas que se consegue pôr termo a uma opressão histórica e a desigualdades que se sedimentaram ao longo de décadas. Não obstante, é fundamental que o Estado tome uma posição e desenvolva um conjunto de acções que, através de mecanismos legais e jurídicos, procure mitigar as desigualdades sociais. Foi esse o caminho que começou a ser percorrido com o 25 de Abril de 1974 e com a promulgação da nova lei geral da República, que celebrou, em 2016, 40 anos da sua implementação. Desde então, deixando para trás um período em que a subalternidade das mulheres estava institucionalizada, inúmeros diplomas e estratégias têm vindo a ser criados e implementados (ver secção 3.2.), mas a sua multiplicidade, para além de indicar um esforço activo para a mudança, é reveladora da dificuldade em atingir estes objectivos, na prática. Efectivamente, uma igualdade *de jure* não se reflecte automática e necessariamente numa igualdade de facto e a profusão de diplomas é reveladora da persistência de desigualdades que são estruturais e não meramente

conjunturais (são disso exemplo as sucessivas medidas tomadas no sentido da promoção da igualdade salarial).

Desde cedo que o problema social das desigualdades entre homens e mulheres foi considerado como prioritário pelo regime democrático, um esforço patente na criação de organismos governamentais como a Comissão da Condição Feminina, a CITE ou o ministério (e secretaria de Estado) da igualdade. No entanto, de facto, estas desigualdades constituem-se como estruturas difíceis de mudar e nem mesmo no poder político, arena privilegiada para a discussão e transformação dos paradigmas vigentes, elas foram eliminadas. Apesar das alterações nos discursos, as práticas continuam a ser altamente reveladoras de uma forte assimetria entre os sexos. Isso mesmo está patente nos dados que analisámos, reveladores de que o aumento da proporção de mulheres nas elites políticas não tem sido feito ao mesmo ritmo observado noutras esferas, como a educação ou o mercado de trabalho.

A segunda questão que colocámos relaciona-se com **os elementos bloqueadores e potenciadores da participação das mulheres nas elites políticas, tanto centrais como locais.**

Num esforço de sumarização da informação recolhida, pretendemos sistematizar agora o posicionamento da actual sociedade portuguesa face a estes eventuais constrangimentos, no sentido de, ao identificar as potencialidades e os impedimentos a uma maior igualdade de género na participação política, fornecer novas pistas de investigação e de intervenção.

As barreiras de ordem cultural remetem para a ideia historicamente construída e reproduzida de que as mulheres “pertencem” à esfera privada e que não têm capacidade ou vontade de participar na vida política, uma noção que foi sendo veiculada também no pensamento político (Coole, 1988; Okin, 1979; Pateman, 1989). Como vimos, só muito tardiamente este esquema de pensamento foi desafiado no interior da teoria política (*e.g.*, Pateman, 1989; Phillips, 1995; Squires, 1999).

Neste conjunto de obstáculos encontramos a construção assimétrica dos papéis sociais de género. O uso do tempo continua a ter uma distribuição desigual entre homens e mulheres, penalizando-as no tempo de lazer que têm à disposição (em cerca de sete horas semanais) para outras actividades, nomeadamente político-partidárias. Por outro lado, estas assimetrias reflectem, em termos funcionais, os estereótipos de género associados aos papéis sociais de homens e de mulheres, já que a elas estão associadas actividades dentro do espaço doméstico (cuidado dos filhos, limpeza da casa, cuidado da roupa, preparação de refeições, etc.) e aos homens tarefas em espaços exteriores. Isto apresenta-se como um claro indicador da manutenção da associação das mulheres à esfera privada e dos homens ao espaço público. Ainda, é clara a limitação que as dificuldades de conciliação têm na vida profissional das mulheres, em termos de investimento na carreira, já que, como vimos, as mulheres têm maior probabilidade de assumir o papel de cuidadoras, em detrimento da sua actividade profissional (implicando a necessidade de não trabalhar, de trabalhar a tempo parcial ou de trabalhar com horário reduzido).

Como fizemos notar anteriormente (ver secção 5.3.), observa-se alguma ambivalência relativamente aos valores de género que oscilam entre uma tendência igualitária e os indícios da persistência de valores mais conservadores. Os estereótipos de género continuam a verificar-se também na política, como observámos a título exemplificativo ao discutir a atribuição dos pelouros dos/as autarcas dos quatro maiores municípios portugueses. Notámos algumas constantes, como a habitação e a educação e outras áreas sociais e de relações humanas, recursos humanos e relação com o munícipe (representando uma extensão dos tradicionais papéis sociais ligados às funções do cuidar), nunca encontrando pelouros ligados às obras, aos transportes, à protecção civil ou às finanças, sempre atribuídos a vereadores (homens).

Não obstante, encontramos também algumas boas práticas que procuram fomentar a mudança dos estereótipos que sustentam estes indicadores de imobilismo. Por um lado, a construção e disseminação dos guias de educação “género e cidadania” para o pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos (Cardona, Nogueira, Vieira, Piscalho, *et al.*, 2015; Cardona, Nogueira, Vieira, Uva, *et al.*, 2015; Pinto *et al.*, 2009;

Pomar *et al.*, 2012), que incluem questões sobre a (des)igualdade de género na tomada de decisão e sugerem actividades práticas para que as/os alunas/os possam pensar e discutir os estereótipos, promovendo atitudes de igualdade de género. Por outro lado, encontramos também o guia para a utilização de linguagem inclusiva (Abranches, 2009), enquadrado nas estratégias de *mainstreaming* de género em todos os domínios da actividade política e da realidade social, orientadoras dos últimos planos nacionais para a igualdade de género (RCM n.º 82/2007; RCM n.º 5/2011; RCM n.º 103/2013), que surge também no seguimento de recomendações internacionais (e.g., CoE, 2007; UNGA, 1979).

Um menor interesse das mulheres na política constitui-se como outra das dimensões associadas às barreiras culturais à participação das mulheres nas elites. Como observámos (ver secção 5.3.), as mulheres portuguesas dizem-se menos interessadas na política do que os homens, o que diminuirá a probabilidade de encetarem um percurso político. Seguindo ainda os/as autores/as que defendem que a presença de mulheres na política encoraja outras mulheres a interessarem-se e a participarem activamente nesta esfera (Burns *et al.*, 2001; Kittilson, 2005; Phillips, 1998a; Wolbrecht & Campbell, 2007), os indicadores analisados parecem ser favoráveis a Portugal: apesar de a proporção de mulheres em cargos de destaque (líderes partidárias, deputadas e autarcas) estar ainda bastante abaixo da paridade, tem-se assistido nas últimas décadas à presença cada vez maior das mulheres nestes lugares (ver secções 5.2., 6.2. e 7.1., respectivamente). Esta observação, em conjugação com o facto de termos encontrado um maior interesse na política junto das mulheres mais novas, constitui-se como um indicador de mudança positiva e potenciadora de uma maior participação das mulheres na política.

A existência de uma cultura de igualdade na sociedade e nas instituições de um país representa, como vimos, um dos factores que tem o potencial de promover uma participação paritária de mulheres e homens na política. Como defendemos anteriormente, o Estado desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades, e a legislação produzida e as políticas públicas implementadas constituem-se como um indicador do seu empenhamento nesta questão (Shvedova, 2005). Reconhecendo que não é simples encontrar uma medida para a cultura de

igualdade, que, na realidade, extravasa a dimensão das políticas, Kenworthy e Malami (1999) sugerem dois indicadores: a ratificação da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW); e a legalização do aborto (por motivos sociais ou económicos ou por vontade da mulher). Defendem as autoras que estes são indicadores do compromisso do Estado com a igualdade de género e as orientações face aos direitos e papéis sociais das mulheres. Portugal encontra-se bem posicionado no que diz respeito a estes dois pontos já que não só foram ratificados os mais importantes documentos internacionais de promoção da igualdade de género (onde se incluem a CEDAW, a Convenção de Istambul ou a Carta das Mulheres²⁴¹), como, desde 2007, a interrupção voluntária da gravidez é permitida também por vontade da mulher nas primeiras 10 semanas (Lei n.º 16/2007)²⁴².

No que diz respeito ao contexto religioso predominante, também ele considerado como um factor limitador (ou potenciador) da participação das mulheres nas elites políticas, podemos tecer as seguintes considerações. Portugal constitui-se como um país predominantemente católico – segundo os dados dos últimos censos, 81,0% da população assume-se católica (INE, 2012b) – colocando-o numa posição desfavorável neste aspecto. Em todo o caso, e dadas as conclusões contraditórias de diferentes estudos, não consideraremos determinante este factor.

A dimensão relativa ao papel das influências internacionais como potenciadoras dos direitos políticos e da participação das mulheres neste domínio não é de fácil mensuração. A assinatura de tratados internacionais relacionados com as mulheres (como a CEDAW) constitui-se como um dos instrumentos mais utilizados para o avaliar e tem revelado associações positivas²⁴³ (Gray *et al.*, 2006; Kenworthy &

²⁴¹ Para consulta dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português, ver www.cig.pt.

²⁴² A Lei n.º 6/84 despenalizou a interrupção voluntária de gravidez nos casos de perigo de vida para a mulher, de perigo de lesão grave e duradoura para a saúde física e psíquica da mulher, quando se verificava malformação fetal ou quando a gravidez tinha resultado de violação; a Lei n.º 90/97 veio alargar os prazos previstos para a realização do procedimento nos casos de malformação do feto e de violação.

²⁴³ Esta relação não foi considerada significativa por Paxton (1997). Alguns estudos propõem a utilização de medidas mais compreensivas, que incluem organizações não governamentais internacionais de mulheres; conferências internacionais e tratados das Nações Unidas relacionados com as mulheres; ratificação da convenção da Organização Internacional do Trabalho relativa à protecção da maternidade de 1919 (Paxton *et al.*, 2006).

Malami, 1999; Kunovich & Paxton, 2005). Ainda que se trate de uma proposta usada sobretudo em estudos transnacionais comparativos, podemos tomá-la como referência. Desde muito cedo, os movimentos de mulheres em Portugal estiveram ligados às instituições e aos movimentos internacionais (ver secção 2.1.), sendo que, como vimos, o país ratificou os documentos internacionais mais significativos de promoção da igualdade de género²⁴⁴. Nesse sentido, podemos dizer que Portugal parece beneficiar desta vantagem.

Por último, relativamente aos factores culturais, encontramos as atitudes acerca das mulheres na política. Procurámos seguir a sugestão de Paxton e Kunovich (2003) e de Norris e Lovenduski (2005), da integração de variáveis presentes no *World Values Survey* relativas a atitudes sobre o papel das mulheres no trabalho, na educação e na política. Não nos foi, contudo, possível aferir o posicionamento de Portugal relativamente a estas questões uma vez que este inquérito não apresenta dados para o nosso país. Não foi igualmente possível verificar, para Portugal, as conclusões retiradas por Kunovitch e Paxton (2005), no sentido de um sucesso diferenciado de homens e mulheres (da candidatura à eleição), já que este estudo transnacional não contempla o nosso país.

Passando para um outro conjunto de barreiras à participação das mulheres na tomada de decisão política, daremos agora conta das limitações de ordem socioeconómica.

Relativamente ao posicionamento da estrutura laboral portuguesa relativamente à participação das mulheres no mercado de trabalho, encontramos indicadores de mudança do paradigma tradicional, ainda que continuem a ser identificados alguns imobilismos no que diz respeito ao acesso a lugares de chefia (ver secções 4.1. e 4.2.). Por um lado, a taxa de actividade das mulheres aumentou consideravelmente ao longo do último século, situando-se nos 17%, nos anos 30, passando para os 22,7%, nos anos 50, e para os 40%, nos anos 80; em 2014 situava-se nos 53,8%, uma taxa bastante mais próxima da dos homens (64,3%). Por outro lado, a taxa de emprego das mulheres é também relativamente elevada, não se registando alterações consideráveis nos últimos 30 anos: cresceu de 43,3%, em

²⁴⁴ Para consulta dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado português, ver www.cig.pt.

1983, para 45,3%, em 2013. Contudo, pudemos ainda observar que, nestas últimas décadas (que, representando uma evolução no sentido do equilíbrio, revelam um padrão histórico de assimetrias de participação no mercado de trabalho entre mulheres e homens), a taxa de emprego das mulheres tem sido sempre inferior à dos homens (lembramos que esta era de 74,2%, em 1983, passando a ser de 54,6%, em 2013). Relativamente às actividades que se constituem como canais de acesso preferenciais à actividade política, encontramos duas situações diferentes. Por um lado, observa-se uma subrepresentação de mulheres na categoria dos “Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos”. Para além desta disparidade (a categoria reparte-se em 64,9% de homens e 35,1% de mulheres), deparamo-nos ainda com diferenças importantes se considerarmos o nível hierárquico: nas empresas do PSI-20 (em 2014) encontramos apenas 6,4% de mulheres nos conselhos de administração; ainda na administração pública, 64% dos/as dirigentes intermédios/as de 3º grau são mulheres, ao passo que, no topo da hierarquia, os/as dirigentes superiores de 1º grau, a proporção de mulheres desce para os 26%. Por outro lado, verifica-se uma elevada representação das mulheres na categoria dos “Especialistas das actividades intelectuais e científicas” (59,6% de mulheres), o que parece constituir um indicador positivo. Contudo, encontramos também aqui uma desigualdade de género já que, tomando como exemplo as carreiras docentes, é no ensino superior que a proporção de mulheres é mais baixa (44,9%) relativamente ao 2º ciclo e ao 3º ciclo e ensino secundário (71,0% em ambas as categorias). Ainda, como observaram Batel *et al.* (2006), observa-se um *glass ceiling* dentro do ensino superior, com uma menor representação das mulheres nas categorias de professor/a associado/a e catedrático/a.

Observa-se, portanto, um padrão misto no que diz respeito a este tópico, já que, apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e em actividades que são potenciadoras da sua participação no campo político, continuam a verificar-se barreiras tanto horizontais como verticais (*glass walls* e *glass ceilings*), limitadoras de um acesso igualitário ao mercado político.

Ainda no contexto do mercado de trabalho, as questões do desemprego e do emprego precário foram igualmente analisadas sob a perspectiva das desigualdades de género. De facto, como vimos nas secções 4.1. e 4.2., as mulheres têm, no mercado de trabalho português, uma posição mais fragilizada relativamente aos homens. Não só as taxas de desemprego têm sido, salvo raras excepções, sempre superiores para as mulheres como o desemprego tem sido também mais penalizador das mulheres nas camadas mais escolarizadas. No que diz respeito à precariedade, o trabalho com contrato a termo tem tido sempre maior expressão entre a força laboral feminina, ainda que nos últimos anos se esteja a assistir a uma ligeira inversão desta tendência. Também no que toca ao regime de duração do trabalho, o peso do trabalho a tempo parcial é superior para as mulheres trabalhadoras, o que resultará de uma partilha assimétrica das responsabilidades e tarefas domésticas e familiares que penaliza desproporcionalmente as mulheres relativamente aos homens (como vimos na secção 4.3.).

Tal como vimos anteriormente, a detenção de capital escolar constitui-se como um dos elementos facilitadores da participação das mulheres na esfera política.

Como observámos na secção 4.4., as taxas de analfabetismo em Portugal reduziram-se tremendamente no último século, ainda que se tenham sempre mantido desfavoráveis às mulheres. Em todo o caso, situam-se, actualmente, em níveis bastante baixos tanto para os homens (3,5%) como para as mulheres (6,8%). No que diz respeito aos níveis de escolaridade, também estes têm vindo a aumentar, mas é nas mulheres que se regista um crescimento mais significativo, observando-se uma maior proporção de mulheres detentoras de credenciais escolares ao nível do ensino superior, face aos homens. Também ao nível dos doutoramentos se verifica uma sobrerrepresentação de mulheres: desde 2008, a proporção de doutoramentos concluídos por mulheres é superior à dos homens. Apesar de não se poder estabelecer uma relação mecânica entre o aumento da escolaridade e o aumento da igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho (e na participação nas elites), não se pode desvalorizar a contribuição da escola para o desenvolvimento dessa mesma igualdade (H.C. Araújo, 2010), até porque, sendo na e pela escola que

se reificam e reproduzem rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais colectivos ou privados, esta constitui-se como uma instituição central na mudança dos paradigmas de género (Jordan & Cowan, 1995; Sadker *et al.*, 1993/94). Não obstante estes indicadores positivos de grande aumento do capital escolar das mulheres, continua a verificar-se uma desigualdade de género relativamente às áreas de educação e formação (ao nível do ensino superior), que se revela na sobrerrepresentação das mulheres nas áreas das Ciências Sociais, Comércio e Direito, da Saúde e Protecção Social e da Educação, Artes e Humanidades, e numa subrepresentação na área da Engenharia, Indústrias transformadoras e Construção, patenteando também aqui a persistência de *glass walls* também a este nível.

No mesmo sentido, o capital social, consubstanciado em redes sociais que permitem aos/às candidatos/as beneficiar de notoriedade e de redes formais e informais de conhecimentos e de apoios, constitui-se como um factor importante no acesso ao poder político.

Não existindo uma medida que permita aferir o capital social acumulado, podemos procurar avaliá-lo através da participação das mulheres em diferentes organizações. Como observámos anteriormente (ver secção 5.3.), a participação da população nos partidos políticos é muito baixa, uma realidade comum a homens e mulheres. Contudo, no que diz respeito às estruturas nacionais dos partidos, os dados são reveladores de uma participação relativamente baixa das mulheres, que varia bastante, como vimos (secção 5.2.), consoante o partido. Relativamente a outras organizações e associações, a participação da população é também genericamente baixa, verificando-se, contudo, uma subrepresentação das mulheres (ver secção 5.3.). Particularmente no que diz respeito aos sindicatos, e segundo os dados relativos a 2001, a proporção de mulheres dirigentes sindicais é de 38%, variando, contudo, consoante a actividade económica (Santana, 2009).

Assim, os indicadores recolhidos permitem admitir que a posição das mulheres quanto à acumulação de capital social não lhes é particularmente favorável.

Ainda ao nível das limitações de ordem socioeconómica à participação das mulheres na política, foi sugerido por diversos/as autores/as que a dimensão e força

dos movimentos de mulheres estão positivamente relacionadas com uma maior pressão para uma igualdade social, económica e política. Ramirez *et al.* (1997) usam o número organizações políticas de mulheres num país para medirem o impacto desta dimensão no número de mulheres eleitas (em análises transnacionais). Ainda que não se trate de uma medida óptima, já que um elevado número de organizações pode indicar fragmentação e menor força dos movimentos de mulheres, não foi ainda proposta uma medida alternativa (Kenworthy & Malami, 1999). Em todo o caso, não foi possível ter acesso a esta informação para Portugal, já que não se encontra sistematizada.

Por último, no que se relaciona com a dimensão socioeconómica, procurámos avaliar o nível de desenvolvimento económico de Portugal, recorrendo ao produto interno bruto (PIB) *per capita* e ao *Gender Development Index*²⁴⁵ (GDI), conforme sugerido por Kenworthy e Malami (1999) e por Reynolds (1999), respectivamente.

Segundo os dados para 2014 do Banco Mundial relativos ao PIB *per capita*, Portugal (pertencente à região da Europa e Ásia Central e ao grupo de elevado rendimento pertencente à OCDE) não parece estar numa posição particularmente elevada. Com um valor de 22124 dólares, situa-se abaixo da média: do seu grupo de rendimento (\$43697); da zona Euro (\$39640); da OCDE (\$38423); dos países de elevado rendimento (\$37793); da União Europeia (\$36448); e da Europa e Ásia Central (\$25703). O PIB *per capita* de Portugal em 2014 está acima, no que diz respeito a conjunto de países, da média: dos países de elevado rendimento não pertencentes à OCDE (\$18618); dos países da Europa Central e do Báltico (\$14082); mundial (\$10739); e dos países em desenvolvimento da Europa e Ásia Central (\$6896) (The World Bank, 2016).

²⁴⁵ O *Gender Development Index* mede as desigualdades de género relativamente a três dimensões: saúde, educação e recursos económicos e é calculado a partir da disparidade entre o *Human Development Index* (HDI) relativo aos homens e às mulheres. O valor do índice é dado por $GDI = HDI_f / HDI_m$, pelo que o valor de 1 corresponde a uma igualdade de género, valores inferiores a 1 correspondem a uma desigualdade que desfavorece as mulheres e valores acima de 1 dão conta de uma desigualdade em favor das mulheres. Encontramos 14 países onde o GDI é superior a 1. O valor do *Human Development Index* para Portugal é de 0,890 (sendo que para as mulheres é de 0,823 e para os homens de 0,836), o que o coloca em 43º lugar no conjunto dos 198 países analisados (UNDP, 2015).

Já no que diz respeito ao GDI, Portugal estava, em 2015, em 35º lugar do conjunto dos 198 países em análise, com um valor de 0,985. Portugal faz parte do conjunto dos países de desenvolvimento humano muito elevado e de elevada igualdade de género, sendo ambas as categorias as mais elevadas possível. É ainda de notar que o nosso país se encontra, relativamente ao GDI, acima da média: do conjunto dos países com desenvolvimento humano muito elevado (0,978); da OCDE (0,973); e mundial (0,924).

Assim, podemos observar que, apesar do desenvolvimento económico (aferido através do PIB) não se situar em níveis particularmente elevados, o índice de desenvolvimento de género revela valores muito favoráveis ao indiciar uma igualdade de género relativamente a alguns (ainda que poucos) indicadores centrais.

Finalmente, encontramos os factores de ordem política que influenciam a participação das mulheres nesta esfera.

No que diz respeito ao grau de democracia, procurámos avaliar se o contexto português se apresenta como potenciador ou limitador de uma participação política paritária de mulheres e homens. Conforme sugerido por Kenworthy e Malami (1999), o grau de democracia pode ser aferido através do *Freedom House Index*²⁴⁶, uma das medidas mais usadas em comparações transnacionais (e.g., Barro, 1996; Helliwell, 1994; Paxton, 1997; Reynolds, 1999).

Os dados do relatório, relativos a 2015, revelam que Portugal se encontra numa posição muito privilegiada relativamente ao seu grau de liberdade. Com um *score* agregado de 97 (que pode variar entre 0 – pior e 100 – melhor), está atrás apenas de 14 países; no conjunto dos estados que são considerados livres, situa-se à frente de 73. Ainda, no conjunto dos 28 países da União Europeia, Portugal tem apenas 5 países à sua frente (Finlândia, Suécia, Holanda, Dinamarca e Luxemburgo)

²⁴⁶ Partindo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, a *Freedom House*, observatório independente que tem como objectivo declarado a expansão da liberdade e da democracia no mundo, construiu um índice que vai de 1 (mais livre) a 7 (menos livre) e que inclui 25 indicadores relativos aos direitos políticos (10) e aos direitos civis (15). É ainda fornecido um *score* agregado que corresponde ao somatório das pontuações atribuídas (entre 0 e 4) a cada um dos 25 indicadores. As questões relativas aos direitos políticos são agrupadas em três subcategorias: processo eleitoral, pluralismo político e participação e funcionamento do Governo; os direitos civis incluem indicadores relativos à liberdade de expressão e de crença, direitos de organização e associação, normas jurídicas e autonomia pessoal e direitos individuais (Freedom House, 2016b).

(Freedom House, 2016a). Lembremos ainda que esta é também a percepção da população portuguesa (ver secção 5.3.).

Como observámos anteriormente, a existência de círculos eleitorais plurinominais (que elegem mais do que um/a candidato/a) tendem a favorecer as mulheres na composição das listas e também no número de eleitas (Arceneaux, 2001; Moncrief & Thompson, 1992; Sanbonmatsu, 2002), e no sistema eleitoral português a esmagadora maioria das eleições ocorre em círculos eleitorais deste tipo.

Relacionado com a possibilidade de eleição de um conjunto (que pode ser mais ou menos alargado) de candidatos/as, está a magnitude dos círculos eleitorais. Considerando que, em Portugal, a magnitude dos círculos é muito variável, não nos é possível retirar conclusões generalizadas sobre o contexto português no que lhes diz respeito. Não obstante, e como vimos anteriormente (ver secção 6.2.), encontrámos, para os resultados das eleições legislativas após a implementação da lei da paridade, uma correlação positiva significativa entre a magnitude do círculo e a proporção de eleitas, corroborando aquilo que tem sido observado a nível internacional. Em todo o caso, e como conclui Rule (1994a), com base numa revisão da literatura sobre a dimensão dos círculos eleitorais, para que o número de mulheres eleitas seja significativo, os círculos devem eleger pelo menos cinco representantes. A esta questão está ainda associada a magnitude do partido. No caso português, no que diz respeito às eleições legislativas, os dados não parecem corroborar esta ideia já que, relativamente a 2015, por um lado, partidos de menor magnitude elegeram as proporções mais elevadas de mulheres (o PCP elegeu 15 deputados/as, dos/as quais 7 são mulheres; o PEV elegeu 2 deputados/as, uma das quais mulher); e, por outro lado, o BE elegeu 6 mulheres em 13 deputados/as, numa proporção semelhante ao PS, que apresenta uma magnitude muito superior ao eleger, 86 deputados/as.

Outro aspecto que tem sido amplamente apontado como potenciador da eleição de mulheres é a existência de um sistema eleitoral de representação proporcional, por oposição aos sistemas de pluralidade/maioria, efeito potenciado na presença de um sistema de listas fechadas. De facto, como referem Norris (1993) e Matland (2005), um sistema eleitoral que use listas fechadas de representação

proporcional e círculos plurinominais apresenta-se como muito vantajoso para as mulheres candidatas. Isto sucede porque, ao elegerem vários/as candidatos/as, os partidos têm mais abertura à acomodação de interesses diversos e estão mais permeáveis ao efeito de contágio de que falámos anteriormente. Sendo este o desenho adoptado em Portugal, poderemos considerar que o nosso país beneficia, neste aspecto, de um contexto favorável à participação das mulheres na política.

Como vimos anteriormente, também a ideologia predominante se constitui como um factor de constrangimento (ou de potenciação) do número de mulheres em cargos de decisão política. Ainda que esta dimensão tenha vindo a perder alguma preponderância na literatura, consideramos que, dados os resultados das análises efectuadas (ver secções 6.2. e 7.1.), não pode ser ignorada. De facto, e tal como observámos, os partidos que se posicionam ideologicamente mais à esquerda são também aqueles que se têm revelado mais sensíveis e também mais activos na procura da igualdade efectiva entre homens e mulheres no contexto político. Relembremos as conclusões retiradas da análise dos estatutos dos vários partidos (ver secção 5.2.), assim como que foi durante a governação socialista que a Lei da Paridade foi aprovada (ver secção 5.1.).

O contexto histórico da democracia de um país tem também, como defendem diversos/as autores/as, já anteriormente referenciados/as, um efeito significativo nas possibilidades de maior participação feminina na política. Este contexto pode ser aferido através do tempo decorrido desde a extensão do sufrágio às mulheres e pelo número de eleições livres multipartidárias. A análise destes indicadores é sobretudo relevante no contexto de comparações transnacionais; em todo o caso, parece-nos que se trata de uma dimensão na qual Portugal apresenta alguma desvantagem, não obstante as rápidas transformações que se operaram desde 1974 e que resultaram, entre outros, na rápida recuperação do atraso relativamente ao número de mulheres no parlamento (Christmas-Best & Kjær, 2007).

Ao nível dos partidos políticos, que se constituem como os principais *gatekeepers* do sistema político, procurámos fazer uma actualização dos dados compilados e analisados por Martins e Teixeira (2005). Como vimos (secção 5.2.), a

proporção de mulheres nas estruturas nacionais dos partidos, ainda que tenha genericamente aumentado na última década, não atingiu ainda o nível da paridade, sendo que alguns partidos (nomeadamente os de esquerda) estão mais próximos do que outros. Ainda, observámos posicionamentos diferenciados das diferentes forças políticas quanto à abordagem das questões de género no interior das suas estruturas. Ao passo que os partidos posicionados ideologicamente mais à esquerda contemplam nos seus estatutos estas preocupações, nos mais à direita a questão não é considerada, o que se encontra patenteado, nomeadamente, no facto de PS e BE preverem limiares mínimos de participação de pessoas de cada um dos sexos.

Por último, no que diz respeito às barreiras de ordem política, resta-nos destacar a acção afirmativa como instrumento que potencia a participação das mulheres nos órgãos de decisão política.

Neste aspecto, Portugal parece encontrar-se, formalmente, bastante bem posicionado, por diversos motivos. Em primeiro lugar, está implementado um sistema de quotas aplicável a todas as eleições e que não apenas estabelece regras relativamente ao posicionamento dos/as candidatos/as como também prevê sanções em caso de incumprimento, o que evita, em certa medida, a concentração de mulheres em lugares não elegíveis (Dahlerup, 2006) e impede que este mecanismo seja visto como meramente simbólico (Dahlerup & Freidenvall, 2005). Em segundo lugar, parece-nos que os resultados esperados desta medida beneficiam ainda de outro instrumento legislativo, a Lei de Limitação de Mandatos, que, ao promover a circulação das elites políticas, impacta na sua renovação e actua na quebra de lógicas de recrutamento tradicionais masculinizadas (Charles, 2014; Costa, 2010; Linsley *et al.*, 2006). Este instrumento permite contrariar, assim, a desvantagem das mulheres no que diz respeito à acumulação de mandatos (Ansolabehere *et al.*, 2000; Cover, 1977; Cox & Morgenstern, 1995; Darcy *et al.*, 1994; de la Calle *et al.*, 2010; Gaines, 1998; Niven, 1998; Norris, 2006; Seltzer *et al.*, 1997).

Ainda, e como observámos anteriormente, duas das cinco principais forças políticas prevêm, nos seus estatutos, uma proporção mínima de cada sexo: um

terço, no caso do PS; e, para o BE, um terço ou 50%, consoante a estrutura (ver secção 5.2.).

O único elemento menos vantajoso no conjunto das especificidades das quotas referidas relaciona-se com o limiar mínimo definido para a participação de cada um dos sexos. Como sabemos, este situa-se nos 33,3%, sendo que, dos 14 países europeus que têm definidas quotas de género na composição das listas eleitorais, 7 estabeleceram limiares mínimos acima desse valor (ver secção 5.1.).

Procurando fazer agora uma leitura de conjunto, no que diz respeito aos diferentes factores que limitam ou potenciam a participação das mulheres na política, a dimensão cultural é a aquela que parece desfavorecer mais o contexto português, tendo em conta que observámos um bom posicionamento nos indicadores considerados para os factores de ordem política e socioeconómica. Concordamos, então, com Norris e Lovenduski (2005) quando dizem que a mudança na cultura não é suficiente mas é condição necessária para uma efectiva igualdade de género.

De facto, a nossa análise, apesar de ser bastante mais exaustiva, parece ir ao encontro do já observado por Wilma Rule há praticamente três décadas. Através do estudo de 23 países, Portugal encontrava-se colocado no grupo dos que apresentavam oportunidades políticas mistas relativamente à participação das mulheres nos parlamentos, com um contexto favorável no que se relaciona com as componentes do sistema político e desfavorável relativamente às componentes socioeconómicas (Rule, 1987).

Esta parece, então, ser uma das dimensões em que se verifica algum imobilismo do contexto português. Junta-se-lhe o observado nos papéis políticos de homens e mulheres, para os quais verificámos a actualidade do modelo proposto por Maurice Duverger em 1955, revelador de um afastamento das mulheres, em termos proporcionais, das várias instâncias de participação política, tanto maior quanto mais elevado o grau de poder de decisão.

Centrando-nos agora especificamente no domínio da política portuguesa, sistematizaremos a informação recolhida e analisada, no sentido de dar resposta à

questão de **como se configura a participação das mulheres nos órgãos de poder central e local de eleição no Portugal democrático.**

O sucesso das mulheres no que diz respeito à sua presença nos órgãos de poder político é determinado, em grande medida, na fase do recrutamento (Christmas-Best & Kjær, 2007; Matland, 2005). Os dados que analisámos vêm corroborar esta ideia.

Por um lado, no que diz respeito ao poder central eleito, encontrámos uma considerável evolução positiva na proporção de mulheres nas listas eleitorais dos últimos 40 anos, uma tendência verificada em todos os partidos (e coligações) avaliados. Contudo, verificámos, por outro lado, diferenças substanciais nas diferentes forças políticas, sendo os partidos posicionados mais à esquerda no espectro ideológico aqueles que propõem mais candidatas, em linha com o já observado em estudos transnacionais (Caul, 2001; R. Inglehart & Norris, 2003; Siaroff, 2000). Identificámos ainda, a este nível, um indicador de imobilismo e de alguma resistência à mudança. Nas eleições legislativas de 2015, ainda que as diferentes forças partidárias tenham apresentado proporções de candidatas relativamente semelhantes entre si, observámos globalmente uma relação significativa entre o sexo dos/as candidatos/as e a posição que ocupam nas listas eleitorais, verificando-se uma maior probabilidade de as mulheres ocuparem o 3º e o 6º lugares. No entanto, nem todos os partidos/coligações apresentam comportamentos semelhantes, observando-se um esbatimento desta tendência de acantonamento das mulheres nas últimas posições permitidas pela Lei da Paridade ao movermo-nos da direita para a esquerda no eixo ideológico (lembramos que às mulheres estão “reservados”: os 3º, 6º e 9º lugares na PàF; os 3º e 6º lugares no PS; o 3º lugar na CDU; e a 8ª posição no BE), uma questão que retomaremos mais adiante.

Relativamente aos/às deputados/as à Assembleia da República, observa-se igualmente um aumento considerável da proporção de eleitas durante o período democrático, sendo que, nas mais recentes eleições de 2015, todas as forças partidárias elegeram uma proporção semelhante de candidatas (em torno do resultado global de 32,6%), exceptuando a CDU, que se destacou um pouco deste

valor, tendo elegido 41,2% de mulheres. Ainda assim, é preciso ter em conta que o incremento da proporção de 4,9% de deputadas, em 1976, para 32,6%, em 2015, demorou quatro décadas a operar-se e que, a manter-se a um ritmo constante, seriam precisos mais 30 anos para se atingir uma situação de paridade no parlamento. No que diz respeito às várias forças partidárias, observa-se também que o CDS-PP e o PPD/PSD, em praticamente todos os momentos eleitorais, elegem uma proporção de candidatas inferior à da registada globalmente na eleição e que o PS se tem situado em torno da média. Já a CDU e o BE têm elegido uma proporção de mulheres acima da registada globalmente em cada momento eleitoral.

Ainda no que diz respeito às eleições legislativas, observámos que nos círculos eleitorais de Bragança, Portalegre, Évora, Europa e Fora da Europa não foram eleitas quaisquer mulheres em 2015, o que pode em parte ser explicado pela reduzida magnitude dos círculos. De facto, encontrámos uma correlação positiva forte entre a magnitude do círculo e a proporção de eleitas (desde 2009), o que, na prática, significa que em círculos eleitorais mais pequenos (que elegem menos deputados/as) o terceiro lugar nas listas, que é o lugar, de entre os três primeiros, mais ocupado por mulheres, acaba por não representar uma posição elegível, corroborando a ideia de que são os círculos eleitorais de maior magnitude a constituir-se como espaços de maior oportunidade para a participação política das mulheres (Jones, 2004; Matland, 2005; Norris, 1996; Rule, 1987).

O caso do poder local, que se constitui como *locus* de análise das desigualdades de género de particular singularidade, por representar uma forma de democracia mais próxima das populações, tem merecido menos atenção por parte da comunidade académica, quando comparado com os órgãos legislativos (Rao, 2005; Rodríguez-Garcia, 2015; Sundström, 2013) e, no caso português, permanecia por estudar de forma extensiva.

À semelhança do que acontece com o poder central, também aqui assistimos ao aumento consistente e continuado da presença de mulheres, independentemente do tipo de órgão, do patamar hierárquico, do nível administrativo ou do partido político.

Também ao nível local se observa um padrão partidário semelhante ao do poder central, verificando-se que são o CDS-PP e o PPD/PSD que, em praticamente todos os momentos eleitorais, elege uma proporção de candidatas inferior à da registada globalmente na eleição. Por outro lado, a proporção de eleitas pelo PS situa-se em torno da média e a CDU elege uma proporção de mulheres acima da registada globalmente em cada momento eleitoral. Ao nível geográfico, percebemos ainda que é sobretudo nas regiões sul, litoral e ilhas que se verifica uma maior probabilidade de eleição de mulheres. Já nas regiões do interior norte do país a relação é inversa, passando a haver uma maior probabilidade de serem homens os eleitos. Ainda, encontrámos maior probabilidade de as mulheres serem eleitas em áreas predominantemente ou mediantemente urbanas e densamente ou medianamente povoadas. Corroborando a ideia de que as freguesias mais pequenas, mais rurais e menos densamente populadas parecem ser mais conservadoras e resistentes à incorporação de novos valores e atitudes sociais (Espada *et al.*, 2002; Jordão, 2000), como no caso da igualdade de género e da paridade, observámos uma relação positiva entre a proporção de eleitas e a magnitude dos concelhos.

Ainda no que diz respeito aos/às eleitas para as autarquias locais, procurámos igualmente dar resposta às questões de **que atributos sociodemográficos marcam as disparidades numéricas da presença de homens e mulheres nas elites políticas? Estaremos perante estruturas de oportunidades diferenciadas?**

No que concerne às características sociodemográficas dos/as eleitos/as, percebemos a existência de estruturas de oportunidades diferenciadas: ao passo que, para as mulheres, importa ser-se mais jovem, não ser casada e deter qualificações académicas e profissionais elevadas, para os homens eleitos não parece ser necessário um perfil particular; por outras palavras, um perfil sociodemográfico médio parece ser suficiente para se conseguirem elevadas probabilidades de eleição face a mulheres com as características médias da população feminina portuguesa.

Encontrámos, porém, um sinal positivo de mudança no sentido da renovação das elites. Em 2013, dos/as 2627 presidentes de junta de freguesia analisados/as,

74,2% desempenham o seu primeiro mandato, 15,4% o segundo e 10,5% o terceiro mandato consecutivo, estando as mulheres mais associadas ao 1º mandato e os homens ao 3º. Este parece ser um efeito colateral positivo da Lei de Limitação de Mandatos, que atenua a desvantagem da incumbência que, como vimos anteriormente, beneficia os candidatos homens.

Esta observação, e algumas das conclusões retiradas anteriormente, vêm dar resposta à última questão específica que colocámos para a orientação deste trabalho e que se prende com a aferição da **eficácia dos actuais mecanismos de promoção de uma participação paritária na política**. De facto, e como vimos, o nosso país dispõe de um conjunto alargado de instrumentos de promoção da igualdade de género que vão desde os planos nacionais, mais generalistas, até medidas específicas, como a Lei da Paridade. Na promoção da participação das mulheres na esfera política, percebemos o impacto positivo na proporção de mulheres, não apenas nas listas eleitorais (no caso das eleições legislativas), como também na ocupação de cargos políticos, tanto ao nível central como local. Em todo o caso, foram igualmente encontradas algumas resistências à alteração do paradigma tradicional de ocupação do espaço político e que estão patenteadas, como vimos, num padrão particular de ordenação dos/as candidatos/as nas listas eleitorais, particularmente notório na análise por partido político.

De facto, é possível perceber que, apesar da crescente integração das mulheres em todo o espectro ideológico, conforme sugerido por Lovenduski (1993) e por Tripp e Kang (2008), subsistem atitudes diferenciadas no que diz respeito à participação das mulheres na política. A análise dos dados revela, por um lado, maior participação das mulheres em todas as forças partidárias, um aumento que é, em grande medida, tributário da implementação da Lei da Paridade. Contudo, por outro lado, observam-se estratégias de resistência, particularmente visíveis no posicionamento dos/as candidatos/as nas listas eleitorais. À medida que passamos, no eixo ideológico, da esquerda para a direita, é notória uma associação das mulheres às últimas posições permitidas pela Lei (3ª, 6ª e 9ª posições).

Tendo dado resposta às nossas questões específicas, resta-nos sistematizar os resultados obtidos a partir da análise dos dados relativos à participação das

mulheres nos diferentes domínios sociais, com particular destaque para o político, no sentido de esclarecer a questão central delineada inicialmente e que remete para a possível mimetização das relações assimétricas de género nas estruturas hierarquizadas do poder político.

Como já discutimos, as mulheres continuam a ocupar uma posição social mais desfavorecida do que os homens. Não obstante a sua elevada participação no mercado de trabalho e a detenção de elevado capital escolar, as mulheres permanecem em posições de menor poder e visibilidade, enfrentando tectos e paredes de vidro. Ainda, vêem uma parte significativa do seu trabalho ser desvalorizada; o trabalho não pago, que inclui as tarefas domésticas e cuidado de filhos e dependentes, continua a ser considerado como naturalmente seu.

Face a esta conjuntura, pretendíamos perceber se a hierarquia nas relações sociais de género se transporia para as hierarquias do poder político. Como vimos, é possível pensar no poder central como um campo político mais valorizado relativamente ao poder local. Mesmo no que diz respeito às autarquias locais, compostas por diferentes instâncias e cargos, podemos definir uma hierarquia de poderes, pelo que esperávamos encontrar uma maior proporção de mulheres (mais desvalorizadas socialmente e com maior dificuldade de acesso a cargos de poder e de tomada de decisão) em cargos e instâncias hierarquicamente mais baixos.

Os dados recolhidos e já analisados permitem-nos comprovar esta hipótese apenas parcialmente.

Por um lado, a nossa hipótese é corroborada, no poder local, pelas assimetrias encontradas ao nível do tipo de poder associado ao mandato (com as mulheres mais associadas aos órgãos deliberativos e os homens aos executivos); ao nível hierárquico, com a associação dos homens às presidências e das mulheres a outros cargos; e ao nível das posições de maior projecção e visibilidade, tendo observado uma maior proporção de eleitas nas assembleias municipais e de freguesia, em comparação com as câmaras municipais e juntas de freguesia. Particularmente no que diz respeito aos cargos de presidência, é aqui que encontramos os resultados mais negativos de todas as desagregações analisadas: em

2013, apenas 7,5% dos/as presidentes de câmara eram mulheres, um valor que sobe ligeiramente, para os 11,5%, no caso das juntas de freguesia.

Contudo, por outro lado, a nossa hipótese inicial é contrariada pela maior proporção de mulheres na Assembleia da República relativamente às autarquias locais, já que esperávamos encontrar uma proporção de mulheres mais elevada no poder local. Os órgãos de poder central, por gozarem de maior visibilidade e por serem reconhecidos como os verdadeiros focos de poder (Dearlove, 1979; Espírito Santo, 2007), parecem estar mais expostos às pressões sociais e políticas de mudança e isso constitui-se como factor explicativo desta relação. Ainda, a questão da remuneração dos diferentes cargos pode também contribuir para justificar a disparidade entre o poder central e o local. Num contexto em que, como vimos, homens e mulheres ocupam posições assimétricas no tecido social, a relação custo/benefício da incursão nas estruturas autárquicas parece condicionar mais as mulheres.

Ainda que a política local represente um maior campo de oportunidades para a participação das mulheres, tendo em conta o elevado número de cargos disponíveis (Jordão, 2000; Rodríguez-Garcia, 2015), encontrámos, ainda que com um diferencial cada vez mais reduzido, uma proporção de mulheres mais elevada no poder central, comparativamente ao local. De facto, como observou Charles (2014) num estudo sobre o País de Gales, os órgãos locais parecem ser mais resistentes, por oposição aos nacionais, à mudança das assimetrias de género, por exemplo, no que diz respeito à flexibilização de horários. Em todo o caso, este pode constituir-se como factor potenciador de mudança, através de uma espécie de efeito de contágio, já observado a outros níveis (como entre partidos ou entre países – ver secções 1.3. e 5.1.).

Sendo a política um campo altamente masculinizado (Broussine & Fox, 2002; Charles, 2014; Klenke, 2011; Sapiro, 1998; Shvedova, 2005), naquilo que Aberbach, Putnam e Rockman designam por *“iron law of andrarchy”* (1981, p. 47), foi-nos possível perceber como se configuram as assimetrias que, partindo de diferenças de sexo, configuram desigualdades de género.

No entanto, considerando os desenvolvimentos teóricos mais recentes na área dos estudos de género, fará sentido continuar a problematizar a questão das elites numa base dicotómica de género? Na nossa perspectiva, a resposta é afirmativa. Apesar da diversidade de identidades de género, o modelo dicotómico homens/mulheres, masculino/feminino continua a ser o que mais vincadamente marca a estrutura social e aquele que é, por ora, o único mensurável, ainda que não deva constituir-se como um fim em si mesmo. Antes, deve servir de ponto de partida para analisar as desigualdades sociais com base no género, assentes na discriminação da diferença, e para questionar aquilo que é valorizado, à luz do modo como as estruturas vão sendo reproduzidas e reconstruídas e do papel que a acção dos agentes tem nestes ciclos.

Considerando que é a partir das diferenças de sexo que se foram construindo, reproduzindo e naturalizando papéis de género diferenciados e hierarquizados, num processo contínuo de socialização, como afirma Bourdieu (1999), continua a ser relevante a interpretação das desigualdades de género a partir das assimetrias entre os sexos.

É também neste contexto que defendemos, à luz dos resultados da análise que desenvolvemos, que o verdadeiro potencial de mudança se encontra na alteração dos paradigmas que servem de base à socialização e à educação, já que, como diz Samara, “é necessário ter as ferramentas críticas para repensar séculos de dominação e de imposição de modelos” (2007, p. 177).

Partindo de algumas limitações sentidas no presente trabalho, abre-se agora um conjunto de possibilidades de investigação futura que constituirão um valor acrescido ao estudo que, por agora, terminamos.

No que diz respeito aos dados trabalhados, as falhas relativas a algumas eleições autárquicas específicas (nomeadamente nos anos de 1976, 1979 e 1985) poderão ser colmatadas com a informatização dos dados de que a SGMAI dispõe em formato de microfichas. No âmbito do protocolo estabelecido entre esta entidade e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, tivemos acesso a estes mesmos dados e demos, aliás, início ao trabalho de transposição da informação para uma base de dados. Contudo, dado o grande volume de dados, não o considerámos viável no

contexto dos prazos definidos e dos recursos disponíveis para a realização deste trabalho. Este esforço permitirá, por um lado, analisar em profundidade dados que, por não estarem sistematizados, nunca foram estudados em detalhe, como é o caso dos relativos às eleições de 1976 e 1979. Por outro lado, a constituição de uma base de dados completa relativa aos/às eleitos/as permitirá ainda fazer uma análise longitudinal exaustiva e comparativa, já que mesmo os dados que estão informatizados se encontram dispersos por diferentes bases de dados não uniformizadas.

Outra tarefa importante a considerar é a análise das listas eleitorais concorrentes às eleições autárquicas. Novamente por uma questão de tempo e recursos, não nos foi possível desenvolver este trabalho. Como vimos para as eleições legislativas, uma avaliação conjunta dos/as candidatos/as e dos/as eleitos/as permite perceber de forma mais clara as dinâmicas inerentes aos processos de recrutamento. Mesmo que se considere excessiva a recolha de todas as listas eleitorais concorrentes a todos os órgãos autárquicos, seria importante considerar estas possibilidades, mesmo que numa lógica de estudos de caso, que deveriam, contudo, abranger a maior diversidade possível quer em termos geográficos como de magnitude dos círculos.

Temos consciência, e assim o assumimos na estratégia de investigação, que esta abordagem é essencialmente quantitativa. Depois desta primeira etapa, é importante prosseguir a análise com uma abordagem mais qualitativa, através de estudos de caso e o recurso a entrevistas em profundidade a diferentes agentes sociais, como sejam candidatos/as e eleitos/as para o poder central e local ou detentores/as de posições de relevo nas estruturas partidárias. Esta abordagem permitir-nos-ia, por um lado, aprofundar o conhecimento sobre os percursos pessoais e profissionais das pessoas eleitas e, por outro lado, perceber quais as suas representações e atitudes relativamente aos factores de promoção ou de constrangimento da igualdade de género na esfera política e às dinâmicas sociais ligadas aos processos de recrutamento, construção da carreira, exercício dos cargos e tomada de decisão, numa perspectiva comparativa.

Por fim, e numa perspectiva mais abrangente, gostaríamos de começar a pensar a questão do acesso a lugares de tomada de decisão em termos que ultrapassem o binarismo homens/mulheres, considerando a discriminação da diferença e aquilo que não se enquadra na norma social vigente, como já é feito, pelo sistema legislativo, noutras dimensões, como os direitos civis.

Esperamos, assim, ter contribuído, para uma melhor compreensão dos mecanismos que subjazem à desigual participação de homens e mulheres em posições de decisão política, e que, feita a partir da mobilização de um conjunto extensivo de enfoques (dimensões socioeconómica, cultural e do sistema político), de dados (longitudinais e seccionais do poder central e local, com diversos níveis de desagregação) e de instrumentos de análise (estatísticas descritivas e inferenciais, uni, bi e multivariadas) estava ausente da investigação nacional sobre a temática. A nossa expectativa é que este trabalho possa contribuir para uma intervenção sustentada nas políticas públicas de promoção da igualdade de género, na construção de uma democracia plena.

Bibliografia

- Aberbach, J. D., Putnam, R. D., & Rockman, B. A. (1981). *Bureaucrats and politicians in western democracies*. Cambridge: Harvard University Press.
- Aboim, S. (2010). *Plural masculinities: the remaking of the self in private life*. Surrey: Ashgate.
- Aboim, S. (2012). Do público e do privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, 20(1), 95-117.
- Abranches, G. (2009). *Guia para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na Administração Pública*. Lisboa: CIG.
- Abranches, G. (2011). Como se fabricam as desigualdades na linguagem escrita. *Cadernos SACAUSEF*, 8, 33-37.
- Abreu, Z. (2002). Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *ARQUIPÉLAGO - Revista da Universidade dos Açores*, 6, 443-469.
- Acker, J. (1990). Hierarchies, jobs, bodies: A theory of gendered organizations. *Gender & Society*, 4(2), 139-158.
- Agacinski, S. (1999). *Política dos sexos*. Oeiras: Celta.
- Agresti, A. (2002). *Categorical data analysis*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Aldeia, A. (2013). Industrialização e Socialismo em Sesimbra no final do século XIX. In B. Monteiro & J. D. Pereira (Eds.), *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal* (pp. 805-813). Lisboa: Instituto de História Contemporânea e Universidade Popular Portuguesa.
- Aliança para a Democracia Paritária (2003). *Afinal, o que é a democracia paritária?* Lisboa: CIDM.
- Allison, P. D. (2012). *Logistic regression using SAS: theory and application*. Cary: SAS Institute.
- Almeida, M. A. P. (2007). *Party politics in Portugal: municipalities and central government*. Comunicação apresentada em ECPR Joint Sessions, Helsinki. <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/6f2d30d4-fd1c-4fd8-b0f5-4f35706ef0ec.pdf>
- Almeida, P. T., & Pinto, A. C. (2003). Portuguese ministers, 1851-1999: social background and paths to power. In P. T. Almeida, A. C. Pinto, & N. Bermeo (Eds.), *Who governs southern Europe?: Regime change and ministerial recruitment, 1850-2000* (pp. 4-37). London: Frank Cass.
- Amaral, A. L. (2001). Desconstruindo identidades: ler Novas Cartas Portuguesas à luz da teoria queer. *Cadernos de Literatura Comparada*, 3/4, 77-91.
- Ansolabehere, S., Snyder Jr, J., & Stewart III, C. (2000). Old voters, new voters, and the personal vote: Using redistricting to measure the incumbency advantage. *American Journal of Political Science*, 44(1), 17-34.

- Araújo, A. (2003). Michels revisitado: a propósito de dois livros recentes. *Análise Social*, XXXVII(165), 1261-1284.
- Araújo, H. C. (2010). Escola e construção da igualdade no trabalho e no emprego. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 217-245). Lisboa: CITE.
- Arber, S., & Ginn, J. (1995). The mirage of gender equality: occupational success in the labour market and within marriage. *The British Journal of Sociology*, 46(1), 21-43.
- Arceneaux, K. (2001). The "Gender Gap" in State Legislative Representation: New Data to Tackle an Old Question. *Political Research Quarterly*, 54(1), 143-160.
- Archer, G., Costa, S., & Rosário, E. (1993). *Caracterização dos eleitos para as autarquias locais - 1989*. Lisboa: STAPE.
- Archer, G., Costa, S., & Tavares, S. (1997). *Caracterização dos eleitos locais - Autárquicas 1993*. Lisboa: STAPE.
- Archer, G., & Tavares, S. (2005). *Perfil do autarca - Caracterização dos eleitos locais 2001*. Lisboa: STAPE.
- Archer, G., & Tavares, S. (2009). *Perfil do autarca - Caracterização dos eleitos locais 2005*. Lisboa: DGAI.
- Archer, G., Tavares, S., & Piteira, S. (2001a). *Caracterização das mulheres eleitas. Autarquias locais 1997*. Lisboa: STAPE.
- Archer, G., Tavares, S., & Piteira, S. (2001b). *Caracterização dos eleitos locais 1997*. Lisboa: STAPE.
- Archer, J., & Lloyd, B. (2002). *Sex and gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Arnot, M., David, M., & Weiner, G. (1999). *Closing the gender gap: postwar education and social change*. Cambridge: Polity.
- Arruzza, C. (2010). *Feminismo e Marxismo*. Lisboa: Edições Combate.
- Ashforth, B. E., Kreiner, G. E., & Fugate, M. (2000). All in a day's work: Boundaries and micro role transitions. *Academy of Management Review*, 25(3), 472-491.
- Assembleia da República (2015). Mandatos nas eleições para a Assembleia da República: total e por sexo. Acedido a 12/12/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- Barreno, M. I. (1985). *O falso neutro*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Barro, R. J. (1996). Democracy and growth. *Journal of Economic Growth*, 1(1), 1-27.
- Batel, S., Oliveira, J. M., Nogueira, C., & Amâncio, L. (2006). *So many and yet so few: a statistical illustration of women career progression in Science in Portugal*. Comunicação apresentada em 1st International AMONET meeting on Women and Science, Lisboa.
- Beasley, C. (1999). *What is feminism?: an introduction to feminist theory*. London: SAGE.

- Beasley, C. (2005). *Gender and sexuality: critical theories, critical thinkers*. London: SAGE.
- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe II - L'expérience vécue*. Paris: Gallimard.
- Beer, C. (2009). Democracy and gender equality. *Studies in Comparative International Development*, 44(3), 212-227.
- Beleza, T. (2004). Anjos e monstros: a construção das relações de gênero no direito penal. *Ex aequo*, 10, 29-40.
- Beleza, T. P., & Anjinho, T. M. (2013). Igualdade de gênero na Europa. *Ciências & Letras*, 53, 95-111.
- Berkovitch, N. (1999). The emergence and transformation of the international women's movement. In J. Boli & G. Thomas (Eds.), *Constructing world culture: international nongovernmental organizations since 1875* (pp. 100-126). Stanford: Stanford University Press.
- Bermeo, N. (2003). Ministerial elites in southern Europe: continuities, changes and comparisons. In P. T. Almeida, A. C. Pinto, & N. Bermeo (Eds.), *Who governs southern Europe?: Regime change and ministerial recruitment, 1850-2000* (pp. 191-212). London: Frank Cass.
- Bertolini, G., D'amico, R., Nardi, D., Tinazzi, A., & Apolone, G. (2000). One model, several results: the paradox of the Hosmer-Lemeshow goodness-of-fit test for the logistic regression model. *Journal of Epidemiology and Biostatistics*, 5(4), 251-253.
- Best, H., & Cotta, M. (2000). Elite transformation and modes of representation since the mid-nineteenth century: some theoretical considerations. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven european countries* (pp. 1-28). Oxford: Oxford University Press.
- Bettio, F., Corsi, M., D'Ippoliti, C., Lyberaki, A., Lodovici, M. S., & Verashchagina, A. (2013). *The impact of the economic crisis on the situation of women and men and on gender equality policies, Synthesis report*. Publications Office of the European Union.
- Bianchi, A., & Aliaga, L. (2012). Pareto e Gramsci: itinerários de uma ciência política italiana. *Análise Social*, XLVII(203), 322-342.
- Bianchi, S. M., Milkie, M. A., Sayer, L. C., & Robinson, J. P. (2000). Is anyone doing the housework? Trends in the gender division of household labor. *Social Forces*, 79(1), 191-228.
- Blickenstaff, J. C. (2005). Women and science careers: leaky pipeline or gender filter? *Gender and Education*, 17(4), 369-386.
- Bloco de Esquerda (BE) (2016). Estatutos do Bloco de Esquerda. Acedido a 08/02/2016 em <http://www.bloco.org>.
- Blondel, J. (1985). *Government ministers in the contemporary world*. London: SAGE.
- Bochel, C., & Bochel, H. M. (2000). *The careers of councillors*. Aldershot: Ashgate.

- Bochel, C., & Bochel, H. M. (2004). Modernisation or backward step? Women councillors and new decision-making structures in local government. *Local Government Studies*, 30(1), 36-50.
- Bodine, A. (1975). Androcentrism in prescriptive grammar: singular 'they', sex-indefinite 'he', and 'he or she'. *Language in Society*, 4(2), 129-146.
- Boles, J. K., & Hoeveler, D. L. (2004). *Historical dictionary of feminism*. Lanham: Scarecrow Press.
- Bottomore, T. (1993 [1964]). *Élites and society*. London: Routledge.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1993). From ruling class to field of power: An interview with Pierre Bourdieu on La Noblesse d'Etat. *Theory, Culture & Society*, 10(3), 19-44.
- Bourdieu, P. (1996). *The State nobility: elite schools in the field of power* (L. J. D. Wacquant, Trans.). Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (2006 [1979]). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1990). *Reproduction in education, society and culture*. London: SAGE.
- Braidotti, R. (2011). *Nomadic subjects: embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory*. West Sussex: Columbia University Press.
- Brasão, I. (2012). *O tempo das criadas. A condição servil em Portugal (1940-1970)*. Lisboa: Tinta da China.
- Broadbent, J., & Kirkham, L. (2008). Glass ceilings, glass cliffs or new worlds?: Revisiting gender and accounting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(4), 465-473.
- Broussine, M., & Fox, P. (2002). Rethinking leadership in local government: The place of 'feminine' styles in the modernised council. *Local Government Studies*, 28(4), 91-106.
- Budig, M. J. (2002). Male advantage and the gender composition of jobs: Who rides the glass escalator? *Social Problems*, 49(2), 258-277.
- Burnet, J. (2011). Women have found respect: gender quotas, symbolic representation, and female empowerment in Rwanda. *Politics & Gender*, 7(3), 303-334.
- Burns, N., Schlozman, K. L., & Verba, S. (2001). *The private roots of public action: gender, equality, and political participation*. Cambridge: Harvard University Press.
- Burri, S., & van Eijken, H. (2015). *Gender equality law in 33 European countries: How are EU rules transposed into national law in 2014?* Brussels: European Commission.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble*. New York: Routledge.

- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1997). Critically queer. In S. Phelan (Ed.), *Playing with fire: queer politics, queer theories* (pp. 11-29). New York: Routledge.
- Bystydzienski, J. M. (1995). *Women in electoral politics: lessons from Norway*. Westport: Praeger.
- Caine, B. (1978). John Stuart Mill and the English women's movement. *Historical Studies*, 18(70), 52-67.
- Calhoun, C. (2002). A teoria social e a esfera pública. In B. S. Turner (Ed.), *Teoria social* (pp. 437-479). Alges: Difel.
- Campos, A., Costa, J., Lopes, J. T., Louçã, F., & Moniz, N. (2015). Representantes e dominantes: Os governantes e as relações de classe em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 108, 55-74.
- Câncio, F. (2016, 31/01/2016). E o PCP, enfia a carapuça do machismo? *Diário de Notícias*. Disponível em <http://www.dn.pt/portugal/interior/e-o-pcp-enfia-a-carapuca-do-machismo-5007919.html>
- Cardona, M. J., Nogueira, C., Vieira, C., Piscalho, I., Uva, M., & Tavares, T.-C. (2015). *Guião de educação género e cidadania: 1º ciclo do ensino básico*. Lisboa: CIG.
- Cardona, M. J., Nogueira, C., Vieira, C., Uva, M., & Tavares, T.-C. (2015). *Guião de educação género e cidadania: pré-escolar*. Lisboa: CIG.
- Cardoso, A., & Silva, M. C. (2011). Entre o velho patrocínio e o clientelismo político-partidário: o caso de uma aldeia minhota no concelho de Barcelos (Portugal). *Sociologia Online*, 2, 199-219.
- Carrilho, M. (2000). Men and women in political leadership. In M. Vianello & G. Moore (Eds.), *Gendering elites. Economic and political leadership in 27 industrialised societies* (pp. 66-76). Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Casaca, S. F. (2010). A (des)igualdade de género e a precarização do emprego. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 261-291). Lisboa: CITE.
- Casaca, S. F. (2013). As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 73, 31-52.
- Casaca, S. F., & Chagas Lopes, M. (2009). Gender matters in scientific and technological fields: time as a biased resource. *Instituto Superior de Economia e Gestão – SOCIUS Working papers nº 6-2009*.
- Castilho, J. M. (2007). *A Assembleia Nacional (1934-1974)*. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, ISCTE. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/1159>.
- Caul, M. (1999). Women's representation in parliament: the role of political parties. *Party Politics*, 5(1), 79-98.
- Caul, M. (2001). Political parties and the adoption of candidate gender quotas: a cross-national analysis. *The Journal of Politics*, 63(4), 1214-1229.

- CDS - Partido Popular (CDS-PP) (2016). Estatutos do CDS - Partido Popular. Acedido a 08/02/2016 em <http://www.cds.pt>.
- Chagas Lopes, M., & Perista, H. (2010). Trinta anos de educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajectórias de mulheres e de homens. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 191-216). Lisboa: CITE.
- Charles, N. (2014). Doing gender, practising politics: workplace cultures in local and devolved government. *Gender, Work & Organization*, 21(4), 368-380.
- Christmas-Best, V., & Kjær, U. (2007). Why so few and why so slow? Women as parliamentary representatives in Europe from a longitudinal perspective. In M. Cotta & H. Best (Eds.), *Democratic representation in Europe. Diversity, change, and convergence* (pp. 77-105). Oxford: Oxford University Press.
- Clark, L. (2008). *Women and Achievement in Nineteenth-Century Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cohen, J., Cohen, P., West, S., & Aiken, L. (2003). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Coltheart, L. (1986). Desire, consent and liberal theory. In C. Pateman & E. Grosz (Eds.), *Feminist challenges: social and political theory* (pp. 112-122). Boston: Northeastern University Press.
- Comissão Nacional de Eleições (CNE) (2015a). Eleições para a Assembleia da República 2015. Acedido a 02/06/2016 em <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-2015>.
- Comissão Nacional de Eleições (CNE) (2015b). Método de Hondt. Acedido a 03.01.2015 em <http://www.cne.pt/content/metodo-de-hondt>.
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) (s.d.). Trabalho não Pago – Tarefas Domésticas e Parentalidade. *Mulheres e homens: trabalho, emprego e vida familiar*. Acedido a 01/03/2015 em <http://www.cite.gov.pt/pt/acite/mulheresehomens04.html>.
- Coole, D. H. (1988). *Women in political theory: from ancient misogyny to contemporary feminism*. Sussex: Wheatsheaf Books.
- Córdoba, G. F., & Penadés, A. (2009). Institutionalizing uncertainty: the choice of electoral formulas. *Public Choice*, 141(3-4), 391-403.
- Correia, R. (2013). *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século XX (1914-1947)*. Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. As Mulheres na Sociedade e na Cultura, FCSH-UNL, Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/12614>.
- Corrin, C. (1999). *Feminist perspectives on politics*. London: Longman.
- Corrin, C. (Ed.) (1992). *Superwomen and the double burden: women's experiences of change in East Central Europe and the former Soviet Union*. London: Scarlet.

- Costa, E. (2010). *Os caminhos do poder no feminino*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FCSH-UNL, Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5467>.
- Cott, N. F. (1987). *The grounding of modern feminism*. New Haven: Yale University Press.
- Cotta, M. (1991). Conclusion. In J. Blondel & J.-L. Thiébault (Eds.), *The profession of government minister in western Europe* (pp. 174-198). New York: Palgrave Macmillan.
- Council of Europe (CoE) (2007). *Recommendation Rec(2007)17 of the Committee of Ministers to member states on gender equality standards and mechanisms*.
- Cova, A. (2007). O primeiro Congresso Feminista e da Educação numa perspectiva comparada. In L. Amâncio, M. Tavares, T. Joaquim, & T. Almeida (Eds.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois* (pp. 27-43). Lisboa: Dom Quixote.
- Cova, A., & Pinto, A. C. (1997). O Salazarismo e as mulheres – uma abordagem comparativa. *Penélope*, 17, 71-94.
- Cover, A. (1977). One good term deserves another: The advantage of incumbency in congressional elections. *American Journal of Political Science*, 21(3), 523-541.
- Cox, G., & Morgenstern, S. (1995). The incumbency advantage in multimember districts: Evidence from the US States. *Legislative Studies Quarterly*, 20(3), 329-349.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.
- Crozier, M. (1979). *On ne change pas la société par décret*. Paris: Éditions Bernard Grasset.
- Cruz, I. (2010). Luta de classes e direitos das mulheres. *O Militante*. Disponível em <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/305/Mulheres/397/Luta-de-classes-e-direitos-das-mulheres.htm>
- Dahl, R. (1961). *Who governs? Democracy and power in an American city*. New Haven: Yale University Press.
- Dahl, R. (2006). *On political equality*. New Haven: Yale University Press.
- Dahlerup, D. (1988). From a small to a large minority: women in Scandinavian politics. *Scandinavian Political Studies*, 11(4), 275-298.
- Dahlerup, D. (2005). Increasing women's political representation: new trends in gender quotas. In J. Ballington & A. Karam (Eds.), *Women in parliament: Beyond numbers* (pp. 141-153). Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Dahlerup, D. (Ed.) (2006). *Women, quotas and politics*. New York: Routledge.
- Dahlerup, D., & Freidenvall, L. (2005). Quotas as a 'fast track' to equal representation for women: Why Scandinavia is no longer the model. *International Feminist Journal of Politics*, 7(1), 26-48.

- Dalton, R. J. (1991). Responsiveness of parties and party systems to the New Politics. In H. D. Klingemann, R. Stöss, & B. Weßels (Eds.), *Politische Klasse und politische Institutionen - Probleme und Perspektiven der Elitenforschung* (pp. 39-56). Opladen / Wiesbaden: Westdeutscher Verlag.
- Darcy, R., Welch, S., & Clark, J. (1994). *Women, elections, and representation*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Davis, F. (1999). *Moving the mountain: the women's movement in America since 1960*. Chicago: University of Illinois Press.
- Davis, R. H. (1997). *Women and power in parliamentary democracies: cabinet appointments in Western Europe, 1968-1992*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- de la Calle, L., Martínez, Á., & Orriols, L. (2010). Voting without ideology. Evidence from Spain (1979-2008). *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 129(1), 107-129.
- Dearlove, J. (1979). *The reorganisation of British local government: old orthodoxies and a political perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DGEEC/MEd - MCTES (2015a). Diplomados do sexo feminino no ensino superior: total e por área de educação e formação. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- DGEEC/MEd - MCTES (2015b). Diplomados do sexo masculino no ensino superior: total e por área de educação e formação. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- DGEEC/MEd - MCTES (2015c). Docentes do ensino superior: total e por sexo. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- DGEEC/MEd - MCTES (2015d). Doutoramentos: total e por sexo. Acedido a 16/02/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- DGEEC/MEd - MCTES (2016a). Docentes do sexo feminino em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- DGEEC/MEd - MCTES (2016b). Docentes do sexo maculino em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- Dias, N. (2011a). *Estudo sobre a aplicação da lei da paridade no projecto Promoção da Cidadania e da Igualdade de Género*. DINÂMIA'CET-IUL.
- Dias, N. (2011b). A paridade no Parlamento: itinerário de um paradigma. *Dinâmia Working Paper*, 2011/20.
- Dicker, R., & Piepmeyer, A. (2003). *Catching a wave: reclaiming feminism for the 21st century*. Lebanon: University Press of New England.
- Dolan, K. (2006). *Women candidates in American politics: what we know, what we want to know*. Paper presented at the 64h Annual National Conference of the Midwest Political Science Association, Chicago.

- Duman, F. (2012). The roots of modern feminism: Mary Wollstonecraft and the French revolution. *International Journal of Humanities and Social Science*, 2(9), 75-89.
- Duverger, M. (1954). *Political parties, their organisation and activity in the modern state*. London: Methuen.
- Duverger, M. (1955). *The political role of women*. [S.l.]: UNESCO.
- Ecklund, E. H., Lincoln, A. E., & Tansey, C. (2012). Gender segregation in elite academic science. *Gender & Society*, 26(5), 693-717.
- Edelman, L. (1994). *Homographesis: essays in gay literary and cultural theory*. New York: Routledge.
- Edlund, L., & Pande, R. (2002). Why have women become left-wing? The political gender gap and the decline in marriage. *The Quarterly Journal of Economics*, 117(3), 917-961.
- Egmond, M., De Graaf, N. D., & Eijk, C. (1998). Electoral participation in the Netherlands: Individual and contextual influences. *European Journal of Political Research*, 34(2), 281-300.
- Engels, F. (2010 [1884]). *The origin of the family, private property and the State*. London: Penguin.
- Espada, I., Vasconcellos, G., & Coucello, A. (2002). *Género e comportamento eleitoral. O eleitorado português e a actividade política das mulheres*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Espírito Santo, P. (2007). As eleições autárquicas e regionais em Portugal. *Eleições*, 11, 7-23.
- ESS Round 6: European Social Survey Round 6 Data (ESS). (2012). Data file edition 2.1. Norwegian Social Science Data Services. Norway – Data Archive and distributor of ESS data.
- Esteves, J. (2001). Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1.ª década do século XX. *Penélope*, 25, 87-112.
- Esteves, J. (2006). Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 16, 113-135.
- Esteves, J. (2011). Feminismo, feminismos e sufragismos na 1ª República. In Z. O. Castro, J. Esteves, & N. Monteiro (Eds.), *Mulheres na I República: percursos, conquistas e derrotas* (pp. 19-46). Lisboa: Colibri.
- Esteves, J., & Monteiro, N. (2011). Introdução. In Z. O. Castro, J. Esteves, & N. Monteiro (Eds.), *Mulheres na I República: percursos, conquistas e derrotas* (pp. 13-18). Lisboa: Colibri.
- Etzkowitz, H., & Ranga, M. (2011). Gender dynamics in science and technology: from the "leaky pipeline" to the "vanish box". *Brussels Economic Review*, 54(2/3), 131-148.
- European Commission (EC) (2014). *Tackling the gender pay gap in the European Union*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

- European Commission (EC) (2015a). Business (largest quoted companies) - Board members. *Women and men in decision-making*. Acedido a 29/11/2015 em http://ec.europa.eu/justice/index_en.htm.
- European Commission (EC) (2015b). *Factsheet January 2015: Gender balance on corporate boards - Europe is cracking the glass ceiling*.
- European Commission (EC) (2015c). National governments. *Women and men in decision-making*. Acedido a 20/11/2015 em http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/gender-decision-making/database/index_en.htm.
- European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2012). *European Working Conditions Survey, 2010*, [computer file]. Colchester, Essex: UK Data Archive [distributor], February 2012. SN: 6971.
- European Institute for Gender Equality (EIGE) (2015). *Gender equality in power and decision-making: review of the implementation of the Beijing platform for action in the EU member states*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Social Survey (ESS) (2014). *Weighting European Social Survey data*.
- European Values Survey-GEIS (EVS-GEIS) (2010). *EVS 2008 Method Report. Country Report - Portugal. GEIS-Technical Reports 2010/17*.
- European Women's Lobby (EWL) (2012). *The price of austerity – the impact on women's rights and gender equality in Europe (Web edition). October*.
- Eurostat (2015). Main reason for part-time employment - Distributions by sex and age (%). *Population and social conditions*. Acedido a 28/09/2015 em <http://ec.europa.eu/eurostat>.
- Fausto-Sterling, A. (1992). *Myths of gender: biological theories about women and men*. New York: Basic Books.
- Fausto-Sterling, A. (2000). *Sexing the body*. New York: Basic Books.
- Fausto-Sterling, A. (2003). The problem with sex/gender and nature/nurture. In S. Williams, L. Birke, & G. Bendelow (Eds.), *Debating biology: sociological reflections on health, medicine and society* (pp. 123-132). London: Routledge.
- Fernandes, A. (1992). Poder local e democracia. *Sociologia*, 2, 29-59.
- Fernandes, A. (1993). Poder autárquico e poderes difusos. *Sociologia*, 3, 7-34.
- Fernandes, P. (2006). Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao liberalismo. *Análise Social*, XLI(178), 55-73.
- Ferreira, F. (1993). *O casamento civil e o divórcio 1865-1910: debates e representações*. Dissertação de Mestrado em História das Populações, Universidade do Minho. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/23535>.
- Ferreira, F., & Gyourko, J. (2014). Does gender matter for political leadership? The case of US mayors. *Journal of Public Economics*, 112, 24-39.

- Ferreira, V. (1993). Padrões de segregação das mulheres no emprego – Uma análise do caso português no quadro europeu. In B. d. S. Santos (Ed.), *Portugal: um retrato singular* (pp. 233-260). Porto: Afrontamento.
- Ferreira, V. (1999). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 199-227.
- Ferreira, V. (2010a). A evolução das desigualdades entre salários masculinos e femininos: um percurso irregular. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 139-190). Lisboa: CITE.
- Ferreira, V. (Ed.) (2010b). *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias*. Lisboa: CITE.
- Ferreira, V., & Monteiro, R. (2013). *Trabalho, igualdade e diálogo social: estratégias e desafios de um percurso*. Lisboa: CITE.
- Field, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS Statistics*. Thousand Oaks: SAGE.
- Findlen, B. (2001). *Listen up: voices from the next feminist generation*. Emeryville: Seal Press.
- Firestone, S. (1970). *The dialectic of sex*. New York: Bantam Books.
- Fonseca, T. (2007). *A memória das mulheres: Montemor-o-Novo em tempo de ditadura*. Lisboa: Edições Colibri.
- Fortin, N. (2005). Gender role attitudes and the labour-market outcomes of women across OECD countries. *Oxford Review of Economic Policy*, 21(3), 416-438.
- Foucault, M. (1978). *The history of sexuality. Volume I: an introduction*. New York: Pantheon Books.
- Fowlkes, D. L., Perkins, J., & Rinehart, S. T. (1979). Gender Roles and Party Roles. *American Political Science Review*, 73(3), 772-780.
- Fox, R., & Lawless, J. (2003). Family structure, sex-role socialization, and the decision to run for office. *Women & Politics*, 24(4), 19-48.
- Fox, R., & Lawless, J. (2004). Entering the arena? Gender and the decision to run for office. *American Journal of Political Science*, 48(2), 264-280.
- Franklin, M. (2001). The dynamics of electoral participation. In L. Leduc, R. Niemi, & P. Norris (Eds.), *Comparing democracies 2: Elections and voting in global perspective* (pp. 148-168). Thousand Oaks: SAGE.
- Freedom House (2016a). Freedom in the world 2016. Acedido em https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FITW_Report_2016.pdf.
- Freedom House (2016b). Methodology: Freedom in the world 2016. Acedido a 08/05/2016 em <https://freedomhouse.org/report/freedom-world-2016/methodology>.
- Freeman, J. (2000). *A Room at a Time: How Women Entered Party Politics*. Lanham: Rowman & Littlefield.

- Freidenvall, L., & Dahlerup, D. (2013). *Electoral gender quotas systems and their implementation in Europe: update 2013*. Brussels: European Parliament.
- Freire, A. (2001). Sistema político, partidos e recrutamento parlamentar. In A. Freire (Ed.), *Recrutamento parlamentar - Os deputados portugueses da Constituinte à VIII Legislatura* (pp. 23-53). Lisboa: STAPE.
- Freire, A. (2014). *Austeridade, democracia e autoritarismo*. Lisboa: Nova Vega.
- Friedan, B. (1963). *The feminine mystique*. New York: W. W. Norton & Company.
- Furtado, T. V. (2014). *Videoarte de mulheres: nossos corpos, nós mesmas. Corpo, identidade e autodeterminação nas obras de videoartistas influenciadas pelos feminismos*. Tese de Doutoramento em Sociologia, FCSH-UNL. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/14507>.
- Gabinete de Estratégia e Estudos - Ministério da Economia (GEE-ME) (2014). *Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho, Abril de 2014*. Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia.
- Gaines, B. (1998). The impersonal vote? Constituency service and incumbency advantage in British elections, 1950-92. *Legislative Studies Quarterly*, 23(2), 167-195.
- Gallup Europe (2010). *5th European Working Conditions Survey, 2010: weighting report*.
- Gash, V. (2008). Preference or constraint? Part-time workers' transitions in Denmark, France and the United Kingdom. *Work, Employment & Society*, 22(4), 655-674.
- Gaspar, J., Queirós, M., Costa, N. M., & Henriques, E. B. (2009). *Género, território e ambiente. Estudo de diagnóstico e criação de indicadores de género na área do ambiente e território e elaboração de um guia para o mainstreaming de género*.
- GEP/MTSSS e GEE/MEc (2016a). Ganho médio mensal dos trabalhadores do sexo feminino por conta de outrem: total e por nível de qualificação. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- GEP/MTSSS e GEE/MEc (2016b). Ganho médio mensal dos trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem: total e por nível de qualificação. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- GEP/MTSSS e GEE/MEc (2016c). Remuneração base média mensal dos trabalhadores do sexo feminino por conta de outrem: total e por nível de qualificação. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- GEP/MTSSS e GEE/MEc (2016d). Remuneração base média mensal dos trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem: total e por nível de qualificação. Acedido a 28/06/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- Gillis, S., Howie, G., & Munford, R. (Eds.). (2007). *Third wave feminism: a critical exploration (expanded second edition)*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Godinho, P. (1998). *Memórias da resistência rural no sul - Couço (1958-1962)*. Tese de Doutoramento em Antropologia, FCSH-UNL. Disponível em <http://run.unl.pt/handle/10362/3600>.

- Goldstein, L. (1982). Early Feminist Themes in French Utopian Socialism: The St.-Simonians and Fourier. *Journal of the History of Ideas*, 43(1), 91-108.
- González, P., Santos, M. C., & Santos, L. D. (2005). The gender wage gap in Portugal: recent evolution and decomposition. *CETE Discussion Papers*(5).
- Gorjão, V. (2002). *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Governo de Portugal (2011). O Governo / Os Ministros. Acedido a 14/06/2015 em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/ministros.aspx>.
- Governo de Portugal (2014). I Relatório sobre diferenciações salariais por ramos de atividade. Acedido a 06/06/2015 em http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/I_Rel_Dif_Sal.pdf.
- Governo de Portugal (2015). Governo assina acordo com SONAE para promover a igualdade de género nos conselhos de administração. Acedido a 18/03/2016 em <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/mpap/mantenha-se-atualizado/20151016-seapi-igualdade-empresas.aspx>.
- Grácio, S. (1997). *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa.
- Gray, M. M., Kittilson, M. C., & Sandholtz, W. (2006). Women and globalization: A study of 180 countries, 1975–2000. *International Organization*, 60(2), 293-333.
- Greenhaus, J. H., & Beutell, N. J. (1985). Sources of conflict between work and family roles. *Academy of Management Review*, 10(1), 76-88.
- Gruden, M. P., & Gruden, A. (2011). *The policy of gender equality in Croatia*. Brussels: European Parliament.
- Guimarães, E. (1986). A mulher portuguesa na legislação civil. *Análise Social*, XXII(92-93), 557-577.
- Hackett, A. (1976). Feminism and liberalism in Wilhelmine Germany, 1890-1918. In B. Carroll (Ed.), *Liberating women's history: theoretical and critical essays* (pp. 127-136). Chicago: University of Illinois Press.
- Haig, D. (2004). The inexorable rise of gender and the decline of sex: social change in academic titles, 1945-2001. *Archives of Sexual Behavior*, 33(2), 87-96.
- Hakim, C. (1992). Explaining trends in occupational segregation: the measurement, causes, and consequences of the sexual division of labour. *European Sociological Review*, 8(2), 127-152.
- Hall, D. E. (2003). *Queer theories*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Halliday, F. (1988). Hidden from international relations: women and the international arena. *Millennium-Journal of International Studies*, 17(3), 419-428.
- Halperin, D. M. (2003). The normalization of queer theory. *Journal of Homosexuality*, 45(2-4), 339-343.

- Hancock, A.-M. (2007). When multiplication doesn't equal quick addition: Examining intersectionality as a research paradigm. *Perspectives on Politics*, 5(1), 63-79.
- Hanisch, C. (2006). The personal is political. Acedido a 09/04/2016 em <http://www.carolhanisch.org>.
- Hardy, L. (1977). Considering the gerrymander. *Pepperdine Law Review*, 4(2), 243-284.
- Hartmann, M. (2007). *The sociology of elites*. London: Routledge.
- Hayes, B., & Bean, C. (1993). Gender and local political interest: some international comparisons. *Political Studies*, 41(4), 672-682.
- Helliwell, J. (1994). Empirical linkages between democracy and economic growth. *British Journal of Political Science*, 24(2), 225-248.
- Henderson, M. (2007). Betty Friedan (1921-2006). *Australian Feminist Studies*, 22(53), 163-166.
- Henig, R. B., & Henig, S. (2001). *Women and political power: Europe since 1945*. London: Routledge.
- Heywood, L., & Drake, J. (1997). *Third wave agenda: being feminist, doing feminism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Higley, J., Hoffmann-Lange, U., Kadushin, C., & Moore, G. (1991). Elite integration in stable democracies: a reconsideration. *European Sociological Review*, 7(1), 35-53.
- Higley, J., & Moore, G. (2001). Political elite studies at the year 2000: introduction. *International Review of Sociology*, 11(2), 175-180.
- Hosmer, D. W., Lemeshow, S., & Sturdivant, R. X. (2013). *Applied logistic regression*. New Jersey: Wiley.
- Htun, M., Piscopo, J., & Bergen, S. v. (2015). Women in politics in Latin America. In W. Hofmeister, M. Sarmah, & D. Kaur (Eds.), *Women, policy and political leadership: regional perspectives in today's world* (pp. 35-43). Singapore: Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Hultin, M. (2003). Some take the glass escalator, some hit the glass ceiling? Career consequences of occupational sex segregation. *Work and Occupations*, 30(1), 30-61.
- Ibarra, H. (1993). Personal networks of women and minorities in management: A conceptual framework. *Academy of Management Review*, 18(1), 56-87.
- IBM (2014). Multicollinearity diagnostics for Logistic Regression, NOMREG, or PLUM. Acedido a 28/03/2016 em <http://www-01.ibm.com/support/docview.wss?uid=swg21476696>.
- ICS-UL / ISCTE-IUL (2012). *Inquérito Social Europeu - 6. Manual do entrevistador*.
- INE (1881). *População no 1º de Janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- INE (1913). *Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- INE (1923). *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1920: 6º Recenseamento Geral da População*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- INE (1945). *VIII Recenseamento geral da população no continente e ilhas adjacentes em 12 de dezembro de 1940*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- INE (1952). *IX Recenseamento Geral da População no continente e ilhas adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*. Lisboa: Tipografia Portuguesa.
- INE (1999). Divisão das tarefas domésticas (%) pelos agregados domésticos privados por Sexo, Frequência de realização das tarefas domésticas e Tipo (tarefas domésticas); Não Periódica. *Inquérito à ocupação do tempo*. Acedido a 01/03/2015 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2009). *Conciliação da vida profissional com a vida familiar - Módulo ad hoc 2010 ao Inquérito ao Emprego. Documento metodológico*.
- INE (2010). *Conciliação da vida profissional com a vida familiar - Módulo ad hoc 2010 ao Inquérito ao Emprego*.
- INE (2012a). População residente com 12 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Estado civil. Acedido a 02/04/2016 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2012b). População residente com 15 e mais anos de idade por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião. Acedido a 15/05/2016 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2012c). População residente por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Grupo socioeconómico. Acedido a 02/04/2016 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2012d). População residente por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Idade e Escalão de dimensão populacional. Acedido a 02/04/2016 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2012e). População residente, segundo o grupo etário, por nível de escolaridade e sexo (Censos 2011). Acedido a 02/04/2016 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2015a). Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (NUTS - 2013). Acedido a 25/04/2016 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2015b). Inquérito ao Emprego 2014. Acedido em.
- INE (2015c). População desempregada (Série 2011 - N.º) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo. *Inquérito ao Emprego*. Acedido a 28/03/2015 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2015d). População empregada do sexo feminino: total e a tempo completo e parcial. Acedido a 16/02/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2015e). População empregada do sexo masculino: total e a tempo completo e parcial. Acedido a 16/02/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2015f). População residente com 15 e mais anos de idade por nível de escolaridade completo mais elevado: total e por sexo. Acedido a 09/03/2015 em <http://www.pordata.pt>.

- INE (2015g). População residente do sexo feminino com 15 a 64 anos e 65 mais anos: por nível de escolaridade completo mais elevado. Acedido a 13/06/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2015h). População residente do sexo masculino com 15 a 64 anos e 65 mais anos: por nível de escolaridade completo mais elevado. Acedido a 13/06/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2015i). Proporção de membros do conselho de administração das empresas pertencentes ao Portuguese Stock Index - PSI20 (%) por Sexo. *Dossier de género*. Acedido a 06/06/2015 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2015j). Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo. Acedido a 13/06/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2015k). Taxa de desemprego: total e por sexo (%). Acedido a 16/02/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2015l). Taxa de emprego: total e por sexo (%). Acedido a 16/08/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2015m). Trabalhadores do sexo feminino por conta de outrem: total e por tipo de contrato. Acedido a 16/02/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2015n). Trabalhadores do sexo masculino por conta de outrem: total e por tipo de contrato. Acedido a 16/02/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- INE (2016a). Dirigentes no setor das administrações públicas (N.º) por Sexo, Cargo e Subsetor de administração. Acedido a 13/07/2016 em <http://www.ine.pt>.
- INE (2016b). Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %) por Sexo e Grupo etário. *INE, ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*. Acedido a 25/06/2016 em <http://www.ine.pt>.
- Inglehart, M. L. (1981). Political interest in west European women: an historical and empirical comparative analysis. *Comparative Political Studies*, 14(3), 299-326.
- Inglehart, R., & Flanagan, S. C. (1987). Value change in industrial societies. *American Political Science Review*, 81(4), 1289-1319.
- Inglehart, R., & Norris, P. (2003). *Rising tide: gender equality and cultural change around the world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Instituto da Segurança Social (ISS) (2015). *Valor médio das pensões de velhice, por regime e género*: Instituto da Segurança Social, I.P. / Gabinete de Planeamento e Estratégia.
- Inter-Parliamentary Union (IPU) (2015). Women in national parliaments. *Women in politics*. Acedido a 20/11/2015 em <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>.
- International IDEA, Stockholm University, & Inter-Parliamentary Union (2015a). Bolivia. *Quota Project*. Acedido a 31.12.2015 em <http://www.quotaproject.org/uid/countryview.cfm?CountryCode=BO>.
- International IDEA, Stockholm University, & Inter-Parliamentary Union (2015b). Quota Project - Global database of quotas for women. Acedido a 07/09/2015 em <http://www.quotaproject.org>.

- Jagose, A. (1996). *Queer theory: an introduction*. Melbourne: Melbourne University Press.
- Jenson, J. (1982). The modern women's movement in Italy, France, and Great Britain: differences in life cycles. *Comparative Social Research*, 5(82), 341-375.
- Jenson, J. (1995). Extending the boundaries of citizenship: women's movements of western Europe. In A. Basu (Ed.), *The challenge of local feminisms* (pp. 405-434). Boulder: Westview.
- Jiménez, A. (2009). Women and decision-making participation within rightist parties in Portugal and Spain. *Análise Social*, XLIV(191), 235-263.
- Johnson, C. L. (1995). *Equivocal beings: politics, gender, and sentimentality in the 1790s: Wollstonecraft, Radcliffe, Burney, Austen*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jones, M. P. (1996). Increasing women's representation via gender quotas: The Argentine Ley de Cupos. *Women & Politics*, 16(4), 75-98.
- Jones, M. P. (2004). Quota legislation and the election of women: learning from the Costa Rican experience. *Journal of Politics*, 66(4), 1203-1223.
- Jordan, E., & Cowan, A. (1995). Warrior narratives in the kindergarten classroom: renegotiating the Social Contract? *Gender & Society*, 9(6), 727-743.
- Jordão, A. (2000). Protagonistas do poder local: obstáculos e oportunidades. *Ex aequo*, 2/3, 117-123.
- Kee, H. J. (2006). Glass ceiling or sticky floor? Exploring the Australian gender pay gap. *Economic Record*, 82(259), 408-427.
- Keller, S. (1991 [1963]). *Beyond the ruling class: strategic elites in modern society*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Kelly, R. M. (1991). *The gendered economy: Work, careers, and success*. Newbury Park, CA: SAGE.
- Kenny, M., & Verge, T. (2013). Decentralization, political parties, and women's representation: evidence from Spain and Britain. *Publius: The Journal of Federalism*, 43(1), 109-128.
- Kent, S. K. (2004). Gender rules: law and politics. In T. A. Meade & M. E. Wiesner-Hanks (Eds.), *A companion to gender history* (pp. 86-109). Malden: Blackwell.
- Kenworthy, L., & Malami, M. (1999). Gender inequality in political representation: a worldwide comparative analysis. *Social Forces*, 78(1), 235-268.
- Kirkpatrick, J. (1974). *Political woman*. New York: Basic Books.
- Kittilson, M. C. (2005). In support of gender quotas: setting new standards, bringing visible gains. *Politics & Gender*, 1(4), 638-645.
- Klenke, K. (2011). *Women in leadership: contextual dynamics and boundaries*. Bingley: Emerald.
- Kosters, A. (2016, 25/01/2016). "Podíamos apresentar uma candidata assim mais engraçadinha". *Diário de Notícias*. Disponível em

<http://www.dn.pt/portugal/interior/nao-iamos-apresentar-uma-candidata-mais-engracadinha-para-aumentar-a-votacao-4997697.html>

- Kramer, A. A., & Zimmerman, J. E. (2007). Assessing the calibration of mortality benchmarks in critical care: the Hosmer-Lemeshow test revisited. *Critical Care Medicine*, 35(9), 2052-2056.
- Krook, M. L. (2003). *Not all quotas are created equal: trajectories of reform to increase women's political representation*. Comunicação apresentada em European Consortium for Political Research, Edinburgh.
- Krook, M. L. (2004). Gender quotas as a global phenomenon: actors and strategies in quota adoption. *European Political Science*, 3(3), 59-65.
- Krook, M. L. (2009). *Quotas for women in politics: gender and candidate selection reform worldwide*. New York: Oxford University Press.
- Krook, M. L. (2010). Beyond supply and demand: a feminist-institutionalist theory of candidate selection. *Political Research Quarterly*, 63(4), 707-720.
- Krook, M. L., Lovenduski, J., & Squires, J. (2009). Gender quotas and models of political citizenship. *British Journal of Political Science*, 39(4), 781-803.
- Krook, M. L., & Norris, P. (2014). Beyond quotas: strategies to promote gender equality in elected office. *Political Studies*, 62(1), 2-20.
- Kulich, C., Ryan, M. K., & Haslam, S. A. (2014). The political glass cliff: understanding how seat selection contributes to the underperformance of ethnic minority candidates. *Political Research Quarterly*, 67(1), 84-95.
- Kunovich, S. (2003). The Representation of Polish and Czech Women in National Politics: Predicting Electoral List Position. *Comparative Politics*, 35(3), 273-291.
- Kunovich, S., & Paxton, P. (2005). Pathways to power: the role of political parties in women's national political representation. *American Journal of Sociology*, 111(2), 505-552.
- Lamas, M. (2002 [1948]). *As mulheres do meu país*. Lisboa: Caminho.
- Larserud, S., & Taphorn, R. (2007). *Designing for equality. Best-fit, medium-fit and non-favourable combinations of electoral systems and gender quotas*. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Lawless, J., & Fox, R. (2010). *It still takes a candidate: why women don't run for office*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leal, M. I. (1992). *Um século de periódicos femininos: arrolamento de periódicos entre 1870 e 1926*. Lisboa: CIDM.
- Leighley, J., & Nagler, J. (1992). Individual and systemic influences on turnout: Who votes? 1984. *The Journal of Politics*, 54(3), 718-740.
- Leijenaar, M. (1993). A battle for power: selecting candidates in the Netherlands. In J. Lovenduski & P. Norris (Eds.), *Gender and party politics* (pp. 205-230). London: SAGE.

- León, M. A. (1994). *Élites discriminadas: sobre el poder de las mujeres*. Barcelona: Anthropos.
- Lindim, I. (2012). *Mulheres de armas*. Lisboa: Objectiva.
- Linsley, B., Marie, A., Martin, R., & Stacey, L. (2006). *Women in chamber. Barriers to female representation in local politics*. London: The New Politics Network.
- Lisboa, M. (2016). Do privado ao público: os caminhos da igualdade de género nas últimas quatro décadas em Portugal. In A. Borralho (Ed.), *Revolução e Democracia: 40 anos após Abril de 1974* (pp. 109-133). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). *Violência e género - Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Lisboa: CIG.
- Lisboa, M., Frias, G., Roque, A., & Cerejo, D. (2006). Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 163-187.
- Lopes, A. M. (2009). *Desigualdades de género no poder local: duas autarquias em estudo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/12293>.
- Lopes, M. (2016, 25/01/2016). O pior resultado de sempre para Edgar Silva mas Jerónimo não se dobra. *Público*. Disponível em <https://www.publico.pt/politica/noticia/o-pior-resultado-de-sempre-para-edgar-mas-jeronimo-nao-se-dobra-1721306?page=2 - /follow>
- Loureiro, J. C. (2014). Estado Social em Portugal: reforma(s) ou revolução? In F. R. Mendes & N. C. Cabral (Eds.), *Para onde vai o Estado Social em Portugal?* (pp. 97-132). Porto: Vida Económica.
- Lousada, I. (2011). Pela Pátria: «A Cruzada das Mulheres Portuguesas» (1916-1938) *100 anos de regime republicano: políticas, rupturas e continuidades* (pp. 667-688). Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional.
- Loutfi, M. F. (2001). *Women, gender and work: what is equality and how do we get there?* Geneva: International Labour Office.
- Lovell, T. (2002). Teoria social feminista. In B. S. Turner (Ed.), *Teoria social* (pp. 313-346). Lisboa: Difel.
- Lovenduski, J. (1992). Gender and politics. In M. Hawkesworth & M. Kogan (Eds.), *Encyclopedia of government and politics* (Vol. I, pp. 603-615). London: Routledge.
- Lovenduski, J. (1993). Introduction: the dynamics of gender and party. In J. Lovenduski & P. Norris (Eds.), *Gender and party politics* (pp. 1-15). London: SAGE.
- Lovenduski, J. (2005). *Feminizing politics*. Cambridge: Polity Press.
- Lovenduski, J., & Norris, P. (2003). Westminster women: the politics of presence. *Political Studies*, 51(1), 84-102.
- Lovenduski, J., & Norris, P. (Eds.). (1993). *Gender and party politics*. London: SAGE

- Lowndes, V. (2004). Getting on or getting by? Women, social capital and political participation. *The British Journal of Politics & International Relations*, 6(1), 45-64.
- Lyonette, C., & Crompton, R. (2015). Sharing the load? Partners' relative earnings and the division of domestic labour. *Work, Employment & Society*, 29(1), 23-40.
- Machado, F. L., Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Casanova, J. L., & Almeida, J. F. (2003). Classes sociais e estudantes universitários: Origem, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66(45-80).
- Maciel, D. (2008). *Género e poder local*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, ISCTE. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/998>.
- Maestas, C. D., Maisel, L. S., & Stone, W. J. (2005). National Party Efforts to Recruit State Legislators to Run for the U.S. House. *Legislative Studies Quarterly*, 30(2), 277-300.
- Magone, J. M. (2000). Political recruitment and elite transformation in modern Portugal, 1870-1999: the late arrival of mass representation. In H. Best & M. Cotta (Eds.), *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven european countries* (pp. 341-370). Oxford: Oxford University Press.
- Mannheim, K. (2013 [1936]). *Man and society in an age of reconstruction: studies in modern social structure (collected works volume two)* (E. Shils, Trans.). New York: Routledge.
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pero Pinheiro: ReportNumber.
- Martins, M., & Teixeira, C. P. (2005). *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: CIDM.
- Marx, K., & Engels, F. (1997 [1848]). *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Editorial Avante!
- Matland, R. (1993). Institutional variables affecting female representation in national legislatures: the case of Norway. *The Journal of Politics*, 55(3), 737-755.
- Matland, R. (1998). Women's representation in national legislatures: developed and developing countries. *Legislative Studies Quarterly*, 23(1), 109-125.
- Matland, R. (2005). Enhancing women's political participation: legislative recruitment and electoral systems. In J. Ballington & A. Karam (Eds.), *Women in parliament: Beyond numbers* (pp. 93-111). Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Matland, R., & King, D. (2002). Women as candidates in congressional elections. In C. S. Rosenthal (Ed.), *Women Transforming Congress* (pp. 119-145). Norman: University of Oklahoma Press.
- Matland, R., & Studlar, D. (1996). The contagion of women candidates in single-member district and proportional representation electoral systems: Canada and Norway. *The Journal of Politics*, 58(3), 707-733.

- Matland, R., & Studlar, D. (2004). Determinants of legislative turnover: a cross-national analysis. *British Journal of Political Science*, 34(1), 87-108.
- Matthews, D. R. (1984). Legislative Recruitment and Legislative Careers. *Legislative Studies Quarterly*, 9(4), 547-585.
- Maume, D. J. (1999). Glass ceilings and glass escalators occupational segregation and race and sex differences in managerial promotions. *Work and Occupations*, 26(4), 483-509.
- McAllister, I., & Studlar, D. (2002). Electoral systems and women's representation: a long - term perspective. *Representation*, 39(1), 3-14.
- McCall, L. (2005). The complexity of intersectionality. *Signs*, 30(3), 1771-1800.
- McDonagh, E. (2002). Political citizenship and democratization: the gender paradox. *American Political Science Review*, 96(3), 535-552.
- McLaren, M. A. (2012). *Feminism, Foucault, and embodied subjectivity*. Albany: State University of New York Press.
- McMillen, S. (2008). *Seneca Falls and the origins of the women's rights movement*. Oxford: Oxford University Press.
- Memoli, R. (2004). Networks: an application of multidimensional scaling analysis. In M. Vianello & G. Moore (Eds.), *Women and men in political and business elites: a comparative study in the industrialized world* (pp. 150-166). London: SAGE.
- Mendes, M. (1993). As elites políticas num concelho da Área Metropolitana do Porto. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 14, 177-198.
- Mendes, M. F. A., & Miguéis, J. (2005). *Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, Lei Orgânica n.º 1/2001, 14 de Agosto - 1ª reedição actualizada, anotada e comentada*. Torres Novas: Edição dos autores.
- Meurs, M. (1999). Economic history, eastern Europe. In J. Peterson & M. Lewis (Eds.), *The Elgar companion to feminist economics* (pp. 184-193). Cheltenham: Edward Elgar.
- Meyer, J. W., Boli, J., Thomas, G. M., & Ramirez, F. O. (1997). World society and the Nation-State. *American Journal of Sociology*, 103(1), 144-181.
- Michels, R. (1915). *Political parties. A sociological study of oligarchical tendencies of modern democracy*. New York: Hearst's International Librabry Co.
- Miliband, R. (1999). Análise de classes. In A. Giddens & J. Turner (Eds.), *Teoria social hoje* (pp. 470-502). São Paulo: UNESP.
- Miller, W., Kerr, B., & Reid, M. (1999). A national study of gender-based occupational segregation in municipal bureaucracies: persistence of glass walls? *Public Administration Review*, 59(3), 218-230.
- Millett, K. (1970). *Sexual politics*. New York: Doubleday.
- Moghadam, V. M. (2003). Engendering citizenship, feminizing civil society: The case of the Middle East and North Africa. *Women & Politics*, 25(1-2), 63-87.

- Moncrief, G. F., & Thompson, J. A. (1992). Electoral structure and state legislative representation: a research note. *The Journal of Politics*, 54(1), 246-256.
- Monroe, J. A. (1987). A feminist vindication of Mary Wollstonecraft. *Iowa Journal of Literary Studies*, 8(1), 143-152.
- Monteiro, N. (2013a). Maria Carolina Frederico Crispim. In J. Esteves & Z. O. Castro (Eds.), *Feminae: dicionário contemporâneo* (pp. 520-542). Lisboa: CIG.
- Monteiro, N. (2013b). *Maria Veleda (1871-1955)*. Lisboa: CIG.
- Monteiro, R. (2010). Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 31-56). Lisboa: CITE.
- Monteiro, R. (2011). *Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/16758>.
- Morin-Chartier, E. (2012). *Projecto de relatório sobre o impacto da crise económica na igualdade de géneros e nos direitos da mulher (2012/2301(INI))*. Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, Parlamento Europeu.
- Morrison, A. M., & von Glinow, M. A. (1990). Women and minorities in management. *American Psychologist*, 45(2), 200-208.
- Mosca, G. (trad. 1939 [1896]). *The ruling class*. New York: McGraw-Hill.
- Mottier, V. (2004). Feminism and gender theory: the return of the State. In G. Gaus & C. Kukathas (Eds.), *Handbook of political theory* (pp. 277-288). London: SAGE.
- Mozzicafreddo, J., Guerra, I., Fernandes, M., & Quintela, J. (1989). Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português. *Sociologia*, 6, 51-80.
- National Women's Political Caucus (NWPC) (1994). *Perception and reality: a study comparing the success of men and women candidates*. Washington, D.C.: National Women's Political Caucus.
- Nippert-Eng, C. (1996). Calendars and keys: The classification of "home" and "work". *Sociological Forum*, 11(3), 563-582.
- Niven, D. (1998). *The missing majority: the recruitment of women as State legislative candidates*. Westport: Praeger.
- Nogueira, M. C. (2009). Women in positions of power in Portugal: contradictory positions and discourses. *Journal of Women, Politics & Policy*, 30(1), 70-88.
- Norrander, B., & Wilcox, C. (2005). Change in continuity in the geography of women state legislators. In S. Thomas & C. Wilcox (Eds.), (pp. 176-196). Oxford: Oxford University Press.
- Norris, P. (1985). Women's legislative participation in Western Europe. *Western European Politics*, 8(4), 90-101.
- Norris, P. (1993). Conclusions: comparing legislative recruitment. In J. Lovenduski & P. Norris (Eds.), *Gender and party politics* (pp. 309-330). London: SAGE.

- Norris, P. (1996). Legislative recruitment. In L. LeDuc, R. Niemi, & P. Norris (Eds.), *Comparing democracies: elections and voting in global perspectives* (pp. 184-216). Thousand Oaks: Sage.
- Norris, P. (1997). *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P. (1999). Recruitment into the European Parliament. In R. S. Katz & B. Wessels (Eds.), *The European Parliament, the National Parliaments, and European Integration* (pp. 86-102). Oxford: Oxford University Press.
- Norris, P. (2006). The impact of electoral reform on women's representation. *Acta Politica*, 41(2), 197-213.
- Norris, P., & Lovenduski, J. (1995). *Political recruitment: gender, race and class in the British parliament*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P., & Lovenduski, J. (2001). Blair's babes: Critical mass theory, gender, and legislative life. *KSG Faculty Research Working Paper Series, RWP01-039*.
- Norris, P., & Lovenduski, J. (2005). Women as political leaders worldwide: cultural barriers and opportunities. In S. Thomas & C. Wilcox (Eds.), *Women and elective office: past, present, and future* (pp. 244-263). Oxford: Oxford University Press.
- Nunes, A. B. (1991). A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal - um indicador do crescimento económico (1890-1981). *Análise Social*, XXVI(112-113), 707-722.
- Nunes, P. (2008). Participação das mulheres na política autárquica em Portugal nos últimos 25 anos (1982 a 2005): especial relevo para as mulheres eleitas apuradas para a presidência dos órgãos. *Revista Enfoques, Ciencia Política Y Administración Pública*, VI(9), 11-34.
- O'Leary, V. E. (1974). Some attitudinal barriers to occupational aspirations in women. *Psychological Bulletin*, 81(11), 809-826.
- O'Leary, V. E., & Flanagan, E. H. (2001). Leadership. In J. Worell (Ed.), *Encyclopedia of women and gender: Sex similarities and differences and the impact of society on gender* (Vol. 2, pp. 645-656). New York: Academic Press.
- October League (Marxist-Leninist) (1976). *Women's liberation: a communist view*. Chicago: October League (Marxist-Leninist).
- Offen, K. (1988). Defining feminism: a comparative historical approach. *Signs*, 14(1), 119-157.
- Okin, S. M. (1979). *Women in western political thought*. Princeton: Princeton University Press.
- Okin, S. M. (1998). Gender, the public, and the private. In A. Phillips (Ed.), *Feminism and politics* (pp. 116-141). Oxford: Oxford University Press.
- Oliveira, J. M., Batel, S., & Amâncio, L. (2010). Uma igualdade contraditória? Género, trabalho e educação das "elites discriminadas". In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 247-260). Lisboa: CITE.

- Palgi, M., & Moore, G. (2004). Social capital: mentors and contacts. In M. Vianello & G. Moore (Eds.), *Women and men in political and business elites: a comparative study in the industrialized world* (pp. 129-148). London: SAGE.
- Pareto, V. (trad. 2008 [1901]). *The rise and fall of elites: application of theoretical sociology*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Parker, A. (1994). Foucault's tongues. *Mediations*, 18(2), 80-88.
- Partido Comunista Português (PCP) (2016). Estatutos do Partido Comunista Português. Acedido a 08/02/2016 em <http://www.pcp.pt>.
- Partido Social Democrata (PPD/PSD) (2016). Estatutos do Partido Social Democrata. Acedido a 08/02/2016 em <http://www.psd.pt>.
- Partido Socialista (PS) (2016). Estatutos do Partido Socialista. Acedido a 08/02/2016 em <http://www.ps.pt>.
- Pateman, C. (1989). *The disorder of women: democracy, feminism, and political theory*. Stanford: Stanford University Press.
- Pattie, C., & Johnston, R. (1998). Voter turnout at the British General Election of 1992: Rational choice, social standing or political efficacy? *European Journal of Political Research*, 33(2), 263-283.
- Paxton, P. (1997). Women in national legislatures: a cross-national analysis. *Social Science Research*, 26(4), 442-464.
- Paxton, P., & Hughes, M. (2007). *Women, politics, and power: a global perspective*. Thousand Oaks: Pine Forge.
- Paxton, P., Hughes, M., & Green, J. (2006). The international women's movement and women's political representation, 1893–2003. *American Sociological Review*, 71(6), 898-920.
- Paxton, P., Hughes, M., & Painter, M. (2010). Growth in women's political representation: A longitudinal exploration of democracy, electoral system and gender quotas. *European Journal of Political Research*, 49(1), 25-52.
- Paxton, P., & Kunovich, S. (2003). Women's political representation: The importance of ideology. *Social Forces*, 82(1), 87-113.
- Paxton, P., Kunovich, S., & Hughes, M. (2007). Gender in politics. *Annual Review of Sociology*, 33(1), 263-284.
- Peduzzi, P., Concato, J., Kemper, E., Holford, T. R., & Feinstein, A. R. (1996). A simulation study of the number of events per variable in logistic regression analysis. *Journal of Clinical Epidemiology*, 49(12), 1373-1379.
- Péningault-Duhet, P. (1980). Droits de l'homme et féminisme à la fin du XVIIIe siècle. *XVII-XVIII. Bulletin de la société d'études anglo-américaines des XVIIe et XVIIIe siècles*, 11(1), 95-103.
- Perea, E. A. (2002). Individual characteristics, institutional incentives and electoral abstention in Western Europe. *European Journal of Political Research*, 41(5), 643-673.

- Pereira, J. D. (2013). *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*. Tese de Doutoramento em História, FCSH-UNL. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/11800>.
- Perista, H. (1999). *Os usos do tempo e o valor do trabalho: uma questão de género*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, XXXVII(163), 447-474.
- Phillips, A. (1995). *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press.
- Phillips, A. (1998a). Democracy and representation: or, why should it matter who our representatives are? In A. Phillips (Ed.), *Feminism and politics* (pp. 224-240). Oxford: Oxford University Press.
- Phillips, A. (1998b). Introduction. In A. Phillips (Ed.), *Feminism and politics* (pp. 1-20). Oxford: Oxford University Press.
- Phillips, A. (2004). Defending equality of outcome. *Journal of Political Philosophy*, 12(1), 1-19.
- Pimentel, I. (2000). *História das organizações femininas no Estado Novo*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Pinto, T., Nogueira, C., Vieira, C., Silva, I., Saavedra, L., Silva, M. J., Silva, P., Tavares, T.-C., & Prazeres, V. (2009). *Guião de educação género e cidadania: 3º ciclo do ensino básico*. Lisboa: CIG.
- Pintor, R. L., & Gratschew, M. (2002). *Voter turnout since 1945: a global report*. Stockholm: International IDEA.
- Pomar, C., Balça, Â., Conde, A. F., García, A. M., Nogueira, C., Vieira, C., Saavedra, L., Silva, P., Magalhães, O., & Tavares, T.-C. (2012). *Guião de Educação Género e Cidadania. 2º ciclo do ensino básico*. Lisboa: CIG.
- Portugal, P. (2003). Emprego, salários e condições de trabalho. In INE (Ed.), *Portugal Social, 1991-2001* (pp. 91-112). Lisboa: INE.
- Powley, E. (2005). Rwanda: women hold up half of the parliament. In J. Ballington & A. Karam (Eds.), *Women in parliament: Beyond numbers* (pp. 154-163). Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Putnam, R. D. (1976). *The comparative study of political elites*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Ragins, B. R. (1989). Barriers to mentoring: The female manager's dilemma. *Human Relations*, 42(1), 1-22.
- Rallings, C., Thrasher, M., Borisyuk, G., & Shears, M. (2010). Parties, recruitment and modernisation: evidence from local election candidates. *Local Government Studies*, 36(3), 361-379.
- Ramirez, F., Soysal, Y., & Shanahan, S. (1997). The changing logic of political citizenship: Cross-national acquisition of women's suffrage rights, 1890 to 1990. *American Sociological Review*, 62, 735-745.

- Rao, N. (2005). The representation of women in local politics. *Policy & Politics*, 33(2), 323-339.
- Rêgo, M. C. C. (2010). A construção da igualdade de homens e mulheres no trabalho e no emprego na lei portuguesa. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 57-98). Lisboa: CITE.
- Reynolds, A. (1999). Women in the legislatures and executives of the world: knocking at the highest glass ceiling. *World Politics*, 51(4), 547-572.
- Reynolds, A., Reilly, B., & Ellis, A. (2005a). *Concepção de sistemas eleitorais: uma visão geral do Novo guia do Internacional IDEA - Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral*. Estocolmo: Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral.
- Reynolds, A., Reilly, B., & Ellis, A. (Eds.). (2005b). *Electoral system design: the new international IDEA handbook*. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Ridgeway, C. L. (2011). *Framed by gender: how gender inequality persists in the modern world*. Oxford: Oxford University Press.
- Riley, K. (1990). Equality for women - The role of local authorities. *Local Government Studies*, 16(1), 49-68.
- Rodríguez-García, M. J. (2015). Local women's coalitions: Critical actors and substantive representation in Spanish municipalities. *European Journal of Women's Studies*, 22(2), 223-240.
- Ropio, N. M. (2015, 27/07/2015). Bloco aposta em transexual para deputada. *Jornal de Notícias*. Disponível em <http://www.jn.pt/nacional/interior/bloco-aposta-em-transexual-para-deputada-4700680.html>
- Rowbotham, S. (1973). *Woman's consciousness, man's world*. Harmondsworth: Penguin.
- Roza, V., Llanos, B., & Roza, G. G. (2011). *Gender and political parties: far from parity*. International Institute for Democracy and Electoral Assistance & Inter-American Development Bank.
- Ruivo, F. (2000). *Poder local e exclusão social: dois estudos de caso de organização local da luta contra a pobreza*. Coimbra: Quarteto.
- Rule, W. (1981). Why women don't run: The critical contextual factors in women's legislative recruitment. *Political Research Quarterly*, 34(1), 60-77.
- Rule, W. (1987). Electoral systems, contextual factors and women's opportunity for election to parliament in twenty-three democracies. *Western Political Quarterly*, 40, 477-498.
- Rule, W. (1994a). Parliaments of, by, and for the people: except for women? In W. Rule & J. F. Zimmerman (Eds.), *Electoral systems in comparative perspective: their impact on women and minorities* (pp. 15-30). Westport: Greenwood Press.

- Rule, W. (1994b). Women's underrepresentation and electoral systems. *Political Science and Politics*, 27(4), 689-692.
- Rule, W. (2000). *Patterns of women's parliamentary representation*. Comunicação apresentada em XVIII World Congress of Political Science, Quebec.
- Rupp, L. (1994). Constructing internationalism: the case of transnational women's organizations, 1888-1945. *The American Historical Review*, 99(5), 1571-1600.
- Rupp, L. (1997). *Worlds of women: the making of an international women's movement*. Princeton: Princeton University Press.
- Rupp, L. (s.d.). The International Council of Women, 1888 to the present. *Women and Social Movements, International - 1840 to Present, Secondary essays*. Acedido a 16.01.2016 em http://wasi.alexanderstreet.com/help/view/the_international_council_of_women_1888_to_the_present.
- Rupp, L., & Taylor, V. (1999). Forging feminist identity in an international movement: a collective identity approach to twentieth-century feminism. *Signs*, 24(2), 363-386.
- Ryan, J., Pollock, K., & Antonelli, F. (2009). Teacher diversity in Canada: leaky pipelines, bottlenecks, and glass ceilings. *Canadian Journal of Education*, 32(3), 591-617.
- Ryan, M. K., & Haslam, S. A. (2005). The glass cliff: evidence that women are over-represented in precarious leadership positions. *British Journal of Management*, 16(2), 81-90.
- Ryan, M. K., & Haslam, S. A. (2007). The glass cliff: exploring the dynamics surrounding the appointment of women to precarious leadership positions. *Academy of Management Review*, 32(2), 549-572.
- Ryan, M. K., Haslam, S. A., & Kulich, C. (2010). Politics and the glass cliff: evidence that women are preferentially selected to contest hard-to-win seats. *Psychology of Women Quarterly*, 34(1), 56-64.
- Saavedra, L., Vieira, C. M., Araújo, A., Faria, L., Silva, A. D., Loureiro, T., Taveira, M. d. C., & Ferreira, S. (2011). (A) Simetrias de género no acesso às Engenharias e Ciências no Ensino Superior Público. *Ex aequo*, 23, 163-177.
- Sabharwal, M. (2015). From Glass Ceiling to Glass Cliff: Women in Senior Executive Service. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 25(2), 399-426.
- Sadker, M., Sadker, D., Fox, L., & Salata, M. (1993/94). Gender equity in the classroom: the unfinished agenda. *College Board Review*, 170, 14-21.
- Sainsbury, D. (1993). The politics of increased women's representation: the Swedish case. In J. Lovenduski & P. Norris (Eds.), *Gender and party politics* (pp. 263-290). London: SAGE.
- Samara, M. A. (2007). *Operárias e burguesas. As mulheres no tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

- Samara, M. A. (2013). Mulheres e trabalho. Entre a construção de uma imagem da mulher e a realidade. In B. Monteiro & J. D. Pereira (Eds.), *De pé sobre a terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal* (pp. 1095-1110). Lisboa: Instituto de História Contemporânea e Universidade Popular Portuguesa.
- Sanbonmatsu, K. (2002). Political Parties and the Recruitment of Women to State Legislatures. *Journal of Politics*, 64(3), 791-809.
- Sanders, V. (2006). First wave feminism. In S. Gamble (Ed.), *The Routledge companion to feminism and postfeminism* (pp. 15-24). London: Routledge.
- Santana, V. (2009). *Género nos sindicatos. Igualdades, desigualdades e diferenças*. Lisboa: Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.
- Santos, G. G. (2010). Gestão, trabalho e relações sociais de género. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 99-138). Lisboa: CITE.
- Santos, M. H. (2010). *Género e política: factores explicativos das resistências à igualdade*. tese de Doutoramento em Psicologia Social, ISCTE-IUL. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/4421>.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2010a). A competência política, a desigualdade de género e as medidas de acção positiva: Uma questão 'natural' ou de 'competência'? *Psicologia*, 24(1), 117-140.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2010b). A (in)justiça relativa da acção positiva - a influência do género na controvérsia sobre as quotas baseadas no sexo. *Análise Psicológica*, 28(1), 43-57.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2012). Género e política: análise sobre as resistências nos discursos e nas práticas sociais face à Lei da Paridade. *Sociologia, Problemas e Práticas*(68), 79-101.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014). Sobreminorias em profissões marcadas pelo género: consequências e reações. *Análise Social*, XLIX(212), 700-726.
- Santos, M. H., Amâncio, L., & Alves, H. (2013). *Gender and politics: The relevance of gender on judgements about the merit of candidates and the fairness of quotas* (Vol. 12).
- Sapiro, V. (1998). When are interests interesting? The problem of political representation of women. In A. Phillips (Ed.), *Feminism and politics* (pp. 161-192). Oxford: Oxford University Press.
- Schmidt, G. D., & Saunders, K. L. (2004). Effective quotas, relative party magnitude, and the success of female candidates: Peruvian municipal elections In comparative perspective. *Comparative Political Studies*, 37(6), 704-734.
- Schwindt-Bayer, L. (2005). The incumbency disadvantage and women's election to legislative office. *Electoral Studies*, 24(2), 227-244.
- Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) (1986). *Caracterização dos eleitos para as autarquias locais 1982*. Lisboa: STAPE - MAI.

- Sedgwick, E. K. (1985). *Between men: English literature and male homosocial desire*. New York: Columbia University Press.
- Sedgwick, E. K. (1993). *Tendencies*. Durham: Duke University Press.
- Seidman, S. (1993). Identity and politics in a "postmodern" gay culture: some historical and conceptual notes. In M. Warner (Ed.), *Fear of a queer planet* (pp. 105-142). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Seidman, S. (1997). *Difference troubles: queering social theory and sexual politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Seltzer, R., Newman, J., & Leighton, M. V. (1997). *Sex as a political variable: women as candidates and voters in US elections*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- SGMAI (2011). Eleições legislativas 2011. *Administração eleitoral*. Acedido a 14/06/2015 em <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2011>.
- SGMAI (2013). *Base de dados dos eleitos locais - Eleições autárquicas 2009*. CD-ROM.
- SGMAI (2015a). Recenseados: total e por sexo. Acedido a 16/03/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- SGMAI (2015b). Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro. Acedido a 28/05/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- SGMAI (2015c). Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais. Acedido a 17/02/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- SGMAI (2015d). Taxa de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro. Acedido a 17/02/2015 em <http://www.pordata.pt>.
- SGMAI (2016a). Eleições legislativas 2015. *Administração eleitoral*. Acedido a 31/01/2016 em <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/>.
- SGMAI (2016b). Eleições presidenciais 2016. *Administração eleitoral*. Acedido a 31/01/2016 em <http://www.presidenciais2016.mai.gov.pt/>.
- SGMAI (2016c). Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro. Acedido a 28/05/2016 em <http://www.pordata.pt>.
- Shambaugh, R. (2007). *It's not a glass ceiling, it's a sticky floor*. McGraw-Hill Education.
- Shanley, M. L., & Narayan, U. (1997). Introduction: contentious concepts. In M. L. Shanley & U. Narayan (Eds.), *Reconstructing political theory: feminist perspectives* (pp. xi-xxi). University Park: Pennsylvania University Press.
- Shvedova, N. (2005). Obstacles to women's participation in parliament. In J. Ballington & A. Karam (Eds.), *Women in parliament: Beyond numbers* (pp. 33-50). Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance.
- Siaroff, A. (2000). Women's representation in legislatures and cabinets in industrial democracies. *International Political Science Review*, 21(2), 197-215.

- Siegel, D. (2007). *Sisterhood, interrupted: from radical women to grrls gone wild*. New York: Palgrave Macmillan.
- Silva, E. (2002). Barreiras à entrada no mercado político - as eleições autárquicas portuguesas. *Sociologia*, 12, 145-154.
- Silva, M. C. (2015). Desigualdades de género no campo laboral. Entre uma síntese pró-teórica e uma pesquisa empírica em Portugal continental. In A. Torres, H. Sant'Ana, & D. Maciel (Eds.), *Estudos de género numa perspectiva interdisciplinar* (pp. 85-105). Lisboa: Mundos Sociais.
- Silva, M. C., Jorge, A. R., & Queiroz, A. (2012). Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas. *Configurações*, 9, 135-159.
- Silva, M. R. T. (2013). *Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911)*. Lisboa: CIG.
- Silva, S. M. (2010). Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina. In V. Ferreira (Ed.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: políticas e circunstâncias* (pp. 293-332). Lisboa: CITE.
- Smith, E., & Fox, R. (2001). The electoral fortunes of women candidates for Congress. *Political Research Quarterly*, 54(1), 205-221.
- Sneed, B. (2007). Glass walls in state bureaucracies: Examining the difference departmental function can make. *Public Administration Review*, 67(5), 880-891.
- Snyder, R. C. (2008). What is third - wave feminism? A new directions essay. *Signs*, 34(1), 175-196.
- Soares, C. (2015, 29/07/2015). Júlia Pereira, a transsexual candidata a deputada: 'É preciso batalhar pela nossa identidade'. *Visão*. Disponível em <http://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2015-07-29-Julia-Pereira-a-transsexual-candidata-a-deputada-E-preciso-batalhar-pela-nossa-identidade-1>
- Son Hing, L., Bobocel, D. R., Zanna, M., Garcia, D., Gee, S., & Oraziatti, K. (2011). The merit of meritocracy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 101(3), 433-450.
- Soper, K. (1995). *What is nature?* Oxford: Blackwell.
- Souza, M. R. (2006). *A concessão de voto às portuguesas*. Lisboa: CIDM.
- Spender, D. (1985). *Man made language*. London: Pandora Press.
- Spicer, J. (2005). *Making sense of multivariate data analysis: an intuitive approach*. Thousand Oaks: SAGE.
- Squires, J. (1999). *Gender in political theory*. Cambridge: Polity.
- Stetson, D., & Mazur, A. (1995). *Comparative state feminism*. Thousand Oaks: SAGE.
- Stromquist, N. P. (1995). Romancing the state: Gender and power in education. *Comparative Education Review*, 423-454.
- Stromquist, N. P. (2006a). Gender, education and the possibility of transformative knowledge. *Compare: A Journal of Comparative and International Education*, 36(2), 145-161.

- Stromquist, N. P. (2006b). Women's rights to adult education as a means to citizenship. *International Journal of Educational Development*, 26(2), 140-152.
- Studlar, D., & Welch, S. (1991). Does district magnitude matter? Women candidates in London local elections. *The Western Political Quarterly*, 44(2), 457-466.
- Sundström, A. (2013). Women's local political representation within 30 european countries: A comparative data set on regional figures. *QoG Working Paper Series*, 18, 1-41.
- Szücs, S., & Strömberg, L. (2009). The more things change, the more they stay the same: the Swedish local government elite between 1985 and 2005. *Local Government Studies*, 35(2), 251-270.
- Taagepera, R. (1994). Beating the law of minority attrition. In W. Rule & J. F. Zimmerman (Eds.), *Electoral systems in comparative perspective: their impact on women and minorities* (pp. 235-245). Westport: Greenwood Press.
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2013). *Using multivariate statistics*. Boston: Pearson.
- Tavares, M. (2011). *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto Editores.
- Tavares, S., Rodrigues, M. J., & Silva, J. F. (2013). *Perfil do autarca - Caracterização dos eleitos locais 2009*. Lisboa: DGAI.
- Teigen, M. (2000). The affirmative action controversy. *Nora: Nordic Journal of Women's Studies*, 8(2), 63-77.
- The World Bank (2016). GDP per capita (current US\$). Acedido a 21/05/2016 em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD>.
- Theakston, K. (1987). *Junior ministers in British government*. New York: Basil Blackwell.
- Thomas, S. (2005). Introduction. In S. Thomas & C. Wilcox (Eds.), *Women and elective office: past, present, and future* (pp. 3-25). Oxford: Oxford University Press.
- Thompson, S., & Steckenrider, J. (1997). The relative irrelevance of candidate sex. *Women & Politics*, 17(4), 71-92.
- Thornham, S. (2006). Second wave feminism. In S. Gamble (Ed.), *The Routledge companion to feminism and postfeminism* (pp. 25-35). London: Routledge.
- Torres, A. (2004). *Vida conjugal e trabalho*. Oeiras: Celta.
- Torres, A., Silva, F., Monteiro, T., & Cabrita, M. (2005). *Homens e mulheres entre família e trabalho*. Lisboa: DEEP. CID.
- Tripp, A. M., & Kang, A. (2008). The global impact of quotas on the fast track to increased female legislative representation. *Comparative Political Studies*, 41(3), 338-361.
- True, J., & Mintrom, M. (2001). Transnational networks and policy diffusion: The case of gender mainstreaming. *International Studies Quarterly*, 45(1), 27-57.
- UN Women (1995). *Beijing declaration and platform for action | Beijing+5 political declaration and outcome*. New York: United Nations.

- UN Women (2005). *Equal participation of women and men in decision-making processes, with particular emphasis on political participation and leadership (EGM/EPDM/2005/REPORT)*.
- United Nations (UN) (1945). *Charter of the United Nations*. San Francisco: United Nations.
- United Nations (UN) (1976). *Report on the world conference of the international women's year*. New York: United Nations.
- United Nations (UN) (1980). *Report on the world conference of the United Nations decade for women: quality, development and peace*. New York: United Nations.
- United Nations (UN) (1986). *Report of the world conference to review and appraise the achievements of the United Nations decade for women equality, development and peace*. New York: United Nations.
- United Nations Development Programme (UNDP) (2000). *Women's political participation and good governance: 21st century challenges*. New York: UNDP.
- United Nations Development Programme (UNDP) (2015). Human Development Report - Technical notes. Acedido a 10/05/2016 em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2015_technical_notes.pdf.
- United Nations General Assembly (UNGA) (1979). *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW)*. New York: United Nations.
- United States Census Bureau (USCB) (2015). World population by age and sex. *International database*. Acedido a 29/11/2015 em <https://www.census.gov>.
- Valente, V. P. (1981). Os conserveiros de Setúbal (1887-1901). *Análise Social*, XVII(67-69), 615-678.
- Valian, V. (1999). *Why so slow?: The advancement of women*. Cambridge: MIT Press.
- Van Anders, S. (2004). Why the academic pipeline leaks: Fewer men than women perceive barriers to becoming professors. *Sex Roles*, 51(9-10), 511-521.
- Vaquinhas, I. (2002). Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 3(3), 201-221.
- Verba, S., Burns, N., & Schlozman, K. L. (1997). Knowing and caring about politics: gender and political engagement. *The Journal of Politics*, 59(4), 1051-1072.
- Verge, T., & Fuente, M. d. I. (2014). Playing with different cards: Party politics, gender quotas and women's empowerment. *International Political Science Review*, 35(1), 67-79.
- Vianello, M. (2004). Gender differences in access to and exercise of power. *Current Sociology*, 52(3), 501-518.
- Vianello, M., & Moore, G. (Eds.). (2004). *Women and men in political and business elites: a comparative study in the industrialized world*. London: SAGE.
- Vicente, D. M., Pinheiro, D., & Bastos, L. (Eds.). (2008). *O Direito da família e das sucessões no Código Civil Português de 1867: uma perspectiva do século XXI*. Lisboa: AAFDL.

- Viegas, J. M. L., & Faria, S. (1999a). *As mulheres na política*. Lisboa: INCM.
- Viegas, J. M. L., & Faria, S. (1999b). Participação política feminina. *Sociologia, Problemas e Práticas*(30), 55-87.
- Walby, S. (1986). *Patriarchy at work: patriarchal and capitalist relations in employment, 1800-1984*. Cambridge: Polity Press.
- Walby, S. (1990). *Theorizing patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.
- Walby, S. (1997). *Gender transformations*. London: Routledge.
- Walby, S. (1999). Introduction. In S. Walby (Ed.), *New agendas for women* (pp. 1-16). Basingstoke: Macmillan Press.
- Walby, S. (2007). Complexity theory, systems theory, and multiple intersecting social inequalities. *Philosophy of the Social Sciences*, 37(4), 449-470.
- Walby, S. (2009). *Globalization & inequalities. Complexity and contested modernities*. London: SAGE.
- Walby, S. (2011). *The future of feminism*. London: Polity Press.
- Walby, S., Armstrong, J., & Strid, S. (2012). Intersectionality: multiple inequalities in social theory. *Sociology*, 46(2), 224-240.
- Walker, R. (1995). *To be real: telling the truth and changing the face of feminism*. New York: Anchor Books.
- Walker, R. (2001). Becoming the Third Wave. In B. Ryan (Ed.), *Identity politics in the women's movement* (pp. 78-80). New York: New York University Press.
- Wall, K., Aboim, S., & Cunha, V. (2010). *A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades*. Lisboa: CITE.
- Wall, K., & Escobedo, A. (2013). Parental leave policies, gender equity and family well-being in Europe: a comparative perspective. In A. M. Mínguez (Ed.), *Family well-being: european perspectives* (pp. 103-129): Springer.
- Wall, K., Samitca, S., & Correia, S. (2013). Negotiating work and care in a changing welfare regime: the case of Portugal. In B. Le Bihan, C. Martin, & T. Knijn (Eds.), *Work and care under pressure: care arrangements across Europe* (pp. 125-149). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Wangnerud, L. (2009). Women in parliaments: descriptive and substantive representation. *Annual Review of Political Science*, 12, 51-69.
- Warner, M. (1993). Introduction. In M. Warner (Ed.), *Fear of a queer planet: queer politics and social theory* (pp. vii-xxxi). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Welch, S., & Studlar, D. (1990). Multimember districts and the representation of women: evidence from Britain and the United States. *Journal of Politics*, 52(2), 391-412.
- Welch, S., & Studlar, D. (1996). The opportunity structure for women's candidacies and electability in Britain and the United States. *Political Research Quarterly*, 49(4), 861-874.

- Williams, C. (1992). The glass escalator: Hidden advantages for men in the "female" professions. *Social Problems*, 39(3), 253-267.
- Williams, C. (2013). The glass escalator, revisited: gender inequality in neoliberal times, SWS feminist lecturer. *Gender & Society*, 27(5), 609-629.
- Williams, C. L., Muller, C., & Kilanski, K. (2012). Gendered organizations in the new economy. *Gender & Society*, 26(4), 549-573.
- Wilson-Kovacs, D. M., Ryan, M., & Haslam, A. (2006). The glass-cliff: women's career paths in the UK private IT sector. *Equal Opportunities International*, 25(8), 674-687.
- Wirth, L. (2001). *Breaking through the glass ceiling: women in management*. Geneva: International Labour Office.
- Wolbrecht, C., & Campbell, D. E. (2007). Leading by example: female members of parliament as political role models. *American Journal of Political Science*, 51(4), 921-939.
- World Economic Forum (2015). *The global gender gap report*. World Economic Forum.
- Wright Mills, C. (2000 [1956]). *The power elite*. Oxford: Oxford University Press.
- Yap, M., & Konrad, A. M. (2009). Gender and racial differentials in promotions: is there a sticky floor, a mid-level bottleneck, or a glass ceiling? *Relations Industrielles/Industrial Relations*, 64(4), 593-619.
- Yerkes, M. (2013). Choice or constraint? Women's weekly working hours in comparative perspective. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 71, 9-30.
- Yuval-Davis, N., & Anthias, F. (1989). *Woman, nation, state*. New York: St. Martin's.
- Zerilli, L. (1993). The trojan horse of universalism: language as a "war machine" in the writings of Monique Wittig. In B. Robbins (Ed.), *The phantom public sphere* (pp. 142-172). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Zimmerman, J. F. (1994). Equity in representation for women and minorities. In W. Rule & J. F. Zimmerman (Eds.), *Electoral systems in comparative perspective: their impact on women and minorities* (pp. 3-13). Westport: Greenwood Press.

Legislação e documentos institucionais

(por ordem cronológica)

Constituição Política da República Portuguesa (1911).

Lei n.º 3 (1913). *Estabelece um novo código eleitoral*. Diário do Governo N.º 153, Série I (03/07/1913), 2445-2451.

Decreto n.º 4:676 (1918). *Permitindo à mulher portuguesa o desempenho de várias funções públicas*. Diário do Governo N.º 160, Série I (19/07/1918), 1425-1426.

Decreto n.º 16:694 (1931). *Organiza o recenseamento eleitoral*. Diário do Governo N.º 104, Série I (05/05/1931), 789-791.

Constituição Política da República Portuguesa (1933).

Decreto-lei n.º 23:406 (1933). *Regula o recenseamento eleitoral a que tem de se proceder antes da publicação do novo Código Eleitoral*. Diário do Governo N.º 295, Série I (27/12/1933), 2211-2213.

Decreto-lei n.º 24:631 (1934). *Define os requisitos de elegibilidade dos candidatos à Assembleia Nacional e regula o exercício do direito eleitoral*. Diário do Governo N.º 261, Série I (06/11/1934), 1963-1967.

Decreto-lei n.º 24:897 (1935). *Regula a eleição do Presidente da República, que é fixada para 17 de Fevereiro de 1935*. Diário do Governo N.º 8, Série I (10/01/1935), 69-71.

Decreto n.º 26:893 (1936). *São aprovados os estatutos da Obra Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N.)*. Diário do Governo N.º 191, Série I (15/08/1936), 981-984.

Lei n.º 2:015 (1946). *Promulga as normas a observar no recenseamento eleitoral para a eleição do Presidente da República e da Assembleia Nacional – Revoga os decretos-leis n.º 15:095 e 23:406, a portaria n.º 7:799, o decreto-lei n.º 24:897 e o artigo 2.º do decreto-lei n.º 34.938*. Diário do Governo N.º 116, Série I (28/05/1946), 405-408.

Lei n.º 2098 (1959). *Promulga as bases para a atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa*. Diário do Governo N.º 172, Série I (29/07/1959), 869-874.

Decreto-lei n.º 44579 (1962). *Proíbe o exercício da prostituição a partir de 1 de Janeiro de 1963*. Diário do Governo N.º 216, Série I (19/09/1962), 1245-1246.

Decreto n.º 45266 (1963). *Regulamenta a estrutura, funcionamento e esquemas de benefícios das caixas sindicais de previdência*. Diário do Governo N.º 224, Série I (23/09/1963), 1504-984.

- Decreto-lei n.º 47032 (1966). *Aprova, para ratificação, a Convenção (n.º 100) relativa à igualdade de remuneração entre a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina em trabalho de igual valor, adoptada em 29 de Junho de 1951 pela 34.ª sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho reunida em Genebra.* Diário do Governo N.º 256, Série I (04/11/1966), 1783-1786.
- Decreto-lei n.º 47344 (1966). *Aprova o Código Civil e regula a sua aplicação - Revoga, a partir da data da entrada em vigor do novo Código Civil, toda a legislação civil relativa às matérias que o mesmo abrange.* Diário do Governo N.º 274, Série I (25/11/1966), 1883-2086.
- Lei n.º 2137 (1968). *Considera eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português e não estejam abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na lei; e os que, embora não saibam ler nem escrever português, tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da Lei n.º 2015, desde que satisfaçam aos requisitos nela fixados.* Diário do Governo N.º 303, Série I (26/12/1968), 1914.
- Decreto-lei n.º 49408 (1969). *Aprova o novo regime jurídico do contrato individual de trabalho.* Diário do Governo N.º 275, Série I, 1º Suplemento (24/11/1969), 1670-1687.
- Portaria n.º 186/73 (1973). *Proíbe às mulheres os trabalhos que exijam a utilização e manipulação frequente e regular de diversas substâncias tóxicas.* Diário do Governo N.º 61, Série I (13/03/1973), 422-424.
- Decreto-lei n.º 251/74 (1974). *Faculta a todos os cidadãos portugueses, independentemente do seu sexo, o acesso aos cargos judiciais ou do Ministério Público e aos quadros dos funcionários de justiça.* Diário do Governo N.º 136, Série I (12/06/1974).
- Decreto-lei n.º 308/74 (1974). *Introduz alterações na redacção do Decreto Lei nº 47331, de 23 de Novembro de 1966, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Publica em anexo o mapa do serviço diplomático.* Diário do Governo N.º 156, Série I, 1º Suplemento (06/07/1974), 788-(3)-788-(4).
- Decreto-lei n.º 492/74 (1974). *Altera o Código Administrativo.* Diário do Governo N.º 226, Série I (27/09/1974), 1152.
- Decreto-lei n.º 621-A/74 (1974). *Aprova a Lei Eleitoral relativamente ao recenseamento.* Diário do Governo N.º 266, Série I, 2º Suplemento (15/11/1974), 1388-(3)-1388-(13).

Decreto n.º 187/75 (1975). *Protocolo adicional à Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa de 7 de Maio de 1940*. Diário do Governo N.º 79, Série I (04/04/1975), 517-518.

Decreto-lei n.º 112/76 (1976). *Concede a todas as trabalhadoras o direito à licença de noventa dias no período da maternidade*. Diário do Governo N.º 32, Série I (07/02/1976), 279-280.

Constituição da República Portuguesa (1976).

Decreto-lei n.º 701-B/76 (1976). *Estabelece o regime eleitoral para a eleição dos órgãos das autarquias locais, nomeadamente: capacidade eleitoral, organização do processo eleitoral, campanha eleitoral, eleição, ilícito eleitoral*. Diário da República N.º 229, Série I, 1º Suplemento (29/09/1976), 2238(8)-2238(34).

Decreto-lei n.º 392/79 (1979). *Garante às mulheres a igualdade com os homens em oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego. Institui, junto do Ministério do Trabalho a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, definindo a sua composição, competências e funcionamento. Comete a fiscalização do disposto neste diploma a Inspeção do Trabalho e, fixa multas punitivas das violações nele contido*. Diário da República N.º 218, Série I (20/09/1979), 2466-2469.

Lei n.º 4/84 (1984). *Disciplina o regime de protecção na maternidade, paternidade e adopção*. Diário da República N.º 81, Série I (05/04/1984), 1149-1153.

Lei n.º 6/84 (1984). *Altera o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro (exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez)*. Diário da República N.º 109, Série I (11/05/1984), 1518-1519.

Decreto-lei n.º 426/88 (1988). *Disciplina o regime de igualdade de tratamento no trabalho entre homens e mulheres no âmbito da Administração Pública*. Diário da República N.º 267, Série I (18/11/1988), 4625-4628.

Lei n.º 61/91 (1991). *Garante protecção adequada às mulheres vítimas de violência*. Diário da República N.º 185, Série I-A (13/08/1991), 4100-4102.

Lei n.º 17/95 (1995). *Altera a lei 4/84, de 5 de Abril (dispõe sobre a protecção na maternidade, paternidade e adopção), no que se refere as licenças por maternidade (que passa de 90 para 98 dias), paternidade, adopção, bem como a assistência e acompanhamento de deficientes. Altera igualmente algumas disposições da referida lei, no que respeita as condições especiais da prestação de trabalho, regime de licenças, faltas e dispensas (contemplando as situações de despedimento de trabalhadoras, por parte da entidade empregadora), bem como no que se refere aos subsídios de maternidade e paternidade. prevê a aprovação por parte do governo, no prazo de 90 dias, da*

regulamentação necessária a execução do presente diploma. Diário da República I N.º 134, Série I-A (09/06/1995), 3754-3756.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97 (1997). *Aprova o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades. Atribui ao Alto Comissariado para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família a competência para dinamizar a execução das medidas constantes do citado Plano, que preconiza medidas de carácter global e sectorial de defesa dos direitos das mulheres. Diário da República N.º 70, Série I-B (24/03/1997), 1323-1326.*

Lei n.º 90/97 (1997). *Altera os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez. Diário da República N.º 174, Série I (30/07/1997), 3930-3931.*

Lei n.º 105/97 (1997). *Aprova medidas tendentes a garantir a efectivação do direito dos indivíduos de ambos os sexos à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego. Diário da República N.º 212, Série I-A (13/09/1997), 4921-4922.*

Lei n.º 18/98 (1998). *Altera a lei da maternidade, aumentando designadamente para cento e vinte dias consecutivos a licença por maternidade. A execução deste diploma será faseada, de acordo com o artigo 3º. Diário da República N.º 98, Série I-A (28/04/1998), 1888.*

Proposta de Lei 194/VII (1999). *Garante uma maior igualdade de oportunidades na participação de cidadãos de cada sexo, nas listas de candidatura apresentadas nas eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu quanto aos deputados a eleger por Portugal.*

Lei n.º 107/99 (1999). *Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência. Diário da República N.º 179, Série I-A (03/08/1999), 4994.*

Lei n.º 129/99 (1999). *Aprova o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado da indemnização devida às vítimas de violência conjugal. Diário da República I N.º 194, Série I-A (20/08/1999), 5536-5537.*

Proposta de Lei 40/VIII (2000). *Aprova a Lei da Paridade, que estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.*

Lei Orgânica n.º 1/2001 (2001). *Lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e segunda alteração à Lei n.º 56/98, de 18 de Agosto, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto, que altera o regime do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. Diário da República N.º 188, Série I-A (14/08/2001), 5150-5180.*

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2003 (2003). *Aprova o II Plano Nacional para a Igualdade*. Diário da República N.º 273, Série I-B (25/11/2003), 8018-8032.
- Committee of Ministers (2003). *Recommendation Rec(2003)3 of the Committee of Ministers to member states on balanced participation of women and men in political and public decision making*. Council of Europe.
- Parliamentary Assembly (2004). *Recommendation 1676 (2004) on Women's participation in elections*. Council of Europe.
- Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (2005). *Relatório, conclusões e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o Projecto de Lei n.º34/X, o Projecto de Lei n.º35/X e a Proposta de Lei n.º4/X*. Diário da República N.º 11/X/1, Série II-A (05/05/2005).
- Proposta de Lei 4/X (2005). *Estabelece o regime da duração do exercício de funções do Primeiro Ministro, dos Presidentes dos Governos Regionais e do Mandato dos Presidentes dos Órgãos executivos das Autarquias Locais*.
- Lei n.º 46/2005 (2005). *Estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais*. Diário da República N.º 165, Série I-A (29/08/2005), 5068-5069.
- Lei n.º 52-A/2005 (2005). *Altera o regime relativo a pensões e subvenções dos titulares de cargos políticos e o regime remuneratório dos titulares de cargos executivos de autarquias locais. Introduce alterações às Leis n.ºs 4/85 de 9 de Abril, 29/87 de 30 de Junho, 9/91 de 9 de Abril, 7/93 de 1 de Março e 144/85 de 31 de Dezembro, bem como ao Decreto-Lei n.º 252/92 de 19 de Novembro. Republicadas na íntegra as leis n.ºs 4/85 de 09 de Abril e 29/87 de 30 de Junho*. Diário da República N.º 194, Série I-A, 1º Suplemento (10/10/2005), 5970-(2)-5970-(11).
- DAR(I)106 (2006), Diário da Assembleia da República I Série N.º 106, X Legislatura, 1ª sessão legislativa. Reunião plenária de 30 de Março (31/03/2006).
- Lei Orgânica n.º 3/2006 (2006). *Lei da paridade: estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos*. Diário da República N.º 160, Série I (21/08/2006), 5896-5897.
- Lei n.º 16/2007 (2007). *Exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez*. Diário da República N.º 75, Série I (17/04/2007), 2417-2418.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007 (2007). *Aprova o III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e género (2007-2010), publicado em anexo*. Diário da República N.º 119, Série I (22/06/2007), 3949-3987.
- Lei n.º 112/2009 (2009). *Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas*. Diário da República N.º 180, Série I (16/09/2009), 6550-6561.
- Parliamentary Assembly (2010a). *Recommendation 1899 (2010) on Increasing women's representation in politics through the electoral system*. Council of Europe.
- Parliamentary Assembly (2010b). *Resolution 1706 (2010) on Increasing women's representation in politics through the electoral system*. Council of Europe.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011 (2011). *Aprova o IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013, publicado em anexo*. Diário da República N.º 12, Série I (18/01/2011), 296-321.
- Lei Orgânica n.º 1/2011 (2011). *Lei que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais e segunda alteração à Lei n.º 56/98, de 18 de Agosto, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto, que altera o regime do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais*. Diário da República N.º 230, Série I (30/11/2011), 5117-5128.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012 (2012). *Determina a adoção de medidas de promoção da igualdade de género em cargos de administração e de fiscalização das empresas*. Diário da República N.º 49, Série I (08/02/2012), 979-981.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012 (2012). *Determina a adoção de medidas de promoção da igualdade de género em cargos de administração e de fiscalização das empresas*. Diário da República N.º 49, Série I (08/03/2012), 979-981.
- Lei n.º 11-A/2013 (2013). *Reorganização administrativa do território das freguesias*. Diário da República N.º 19, Série I (28/01/2013), 552(2)-552(147).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013 (2013). *Aprova um conjunto de medidas que visam garantir e promover a igualdade de oportunidades e de resultados entre mulheres e homens no mercado de trabalho*. Diário da República N.º 48, Série I (08/03/2013), 1280-1281.
- Resolução da Assembleia da República n.º 45/2013 (2013). *Combate às discriminações salariais, directas e indirectas*. Diário da República N.º 66, Série I (04/04/2013), 1972.

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 480/2013 (2013). *Nega provimento ao recurso e, em consequência, confirma a decisão recorrida, julgando elegível o primeiro candidato da lista de candidatos à Câmara Municipal do Porto apresentada pela coligação eleitoral «PORTO FORTE», constituída pelos partidos PPD/PSD.PPM.MPT, Luís Filipe Menezes Lopes.* Diário da República N.º 180, Série II (18/09/2013), 29029-29042.

Lei n.º 67/2013 (2013). *Aprova a Lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo.* Diário da República N.º 165, Série I (28/08/2013), 5184-5196.

Decreto-lei n.º 133/2013 (2013). *Aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.* Diário da República N.º 191, Série I (03/10/2013), 5988-6002.

Lei n.º 83-C/2013 (2013). *Aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2014.* Diário da República N.º 253, Série I, 1º Suplemento (31/12/2013), 7056-(58)-7056-(295).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2013 (2013). *Aprova o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014-2017 (V PNI).* Diário da República N.º 253, Série I (31/12/2013), 7036-7049.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014 (2014). *Adota medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens.* Diário da República N.º 47, Série I (07/04/2014), 1780-1782.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2015 (2015). *Promove um maior equilíbrio na representação de mulheres e homens nos órgãos de decisão das empresas e institui mecanismos de promoção da igualdade salarial.* Diário da República N.º 46, Série I, 1º Suplemento (06/03/2015), 1412-(2)-1412-(3).

Lista de figuras

Figura 1. Papéis políticos de homens e mulheres (modelo de 1955)	62
Figura 2. Papéis políticos de homens e mulheres em Portugal na actualidade.....	62
Figura 3. Taxa de desemprego por sexo, 1983-2014 (%).....	130
Figura 4. Taxa de emprego por sexo, 1983-2014 (%)	131
Figura 5. Contratos a termo por sexo (trabalho por conta de outrem), 1983-2014 (%)	135
Figura 6. Trabalho a tempo parcial por sexo, 1983-2014 (%).....	137
Figura 7. Disparidade dos ganhos médios mensais entre sexos por nível de qualificação (trabalho por conta de outrem), 2014 (%)	140
Figura 8. Ganhos médios mensais por sexo (€) e disparidade entre sexos (trabalho por conta de outrem), 1985-2014 (%)	141
Figura 9. Pessoal docente por sexo e nível de ensino, 2014 (%)	147
Figura 10. Mandatos na Assembleia Nacional/Assembleia da República por sexo, 1935-2015 (%)	148
Figura 11. Dirigentes no sector das administrações públicas por cargo e por sexo, 2014 (%).....	149
Figura 12. Dirigentes no sector das administrações públicas por sexo, subsector de administração e cargo, 2014 (%)	150
Figura 13. Membros do conselho de administração das empresas do PSI-20 por sexo, 2014 (%).....	151
Figura 14. Duração média semanal das diferentes formas de trabalho – Mulheres, 2010.....	154
Figura 15. Duração média semanal das diferentes formas de trabalho – Homens, 2010.....	154
Figura 16. Divisão das tarefas domésticas pelos agregados domésticos privados por sexo, frequência de realização das tarefas domésticas e tipo, 1999 (%).....	156
Figura 17. Taxa de analfabetismo por sexo, 1878-2011 (%).....	160
Figura 18. Nível de escolaridade da população com 15 e mais anos por sexo, 2014 (%)	162
Figura 19. Nível de escolaridade da população com 15 a 64 anos por sexo,.....	162
Figura 20. Diplomados/as por áreas de educação e formação, por sexo, 2014 (%)..	163
Figura 21. Doutoramentos por sexo, 1970-2013 (%).....	164
Figura 22. Proporção de mulheres no conjunto dos órgãos nacionais e na Comissão Nacional (ou equivalente) dos partidos, 14/11/2015 (%).....	193

Figura 23. Diagrama de extremos e quartis para a confiança em instituições e agentes políticos/as, 2012.....	205
Figura 24. Diagrama de extremos e quartis para variáveis relacionadas com o governo e a democracia, 2012	206
Figura 25. Diagrama de extremos e quartis para variáveis relacionadas com o funcionamento da democracia em Portugal, 2012	207
Figura 26. Posicionamento face aos papéis de homens e mulheres na sociedade, 2008 (%).....	215
Figura 27. Composição das listas concorrentes às eleições legislativas por sexo, 1976-2015 (%).....	223
Figura 28. Proporção de candidatas nas listas concorrentes às eleições legislativas por círculo eleitoral, 2005 e 2015 (%).....	228
Figura 29. Proporção de mulheres nas listas concorrentes às eleições legislativas por partido/coligação (agregada), 1976-2015 (%)	229
Figura 30. Proporção de mulheres nas listas concorrentes às eleições legislativas por partido/coligação e por eleição, 1976-2015 (%).....	230
Figura 31. Proporção de mulheres nas listas concorrentes às eleições legislativas por partido/coligação e por sexo (antes e após a Lei da Paridade), 2005-2015 (%)	232
Figura 32. Eleitos/as para a Assembleia da República por sexo, 1976-2015 (%)	240
Figura 33. Proporção de mulheres nas listas concorrentes às eleições legislativas, proporção de eleitas e diferença em pontos percentuais, 1976-2015 (%).....	242
Figura 34. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pelo PS (colunas), 1976-2015 (%).....	245
Figura 35. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pela CDU (colunas), 1976-2015 (%).....	245
Figura 36. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pelo BE (colunas), 1976-2015 (%).....	248
Figura 37. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pelo PPD/PSD (colunas), 1976-2015 (%).....	250
Figura 38. Total de deputadas à Assembleia da República (linha) e eleitas pelo CDS-PP (colunas), 1976-2015 (%).....	250
Figura 39. Proporção de mulheres eleitas para a Assembleia da República por partido/coligação e por sexo (antes e após a Lei da Paridade), 2005-2015 (%)	252
Figura 40. Proporção de mulheres eleitas por círculo eleitoral, 2015 (%).....	253
Figura 41. Proporção de eleitos/as para órgãos autárquicos por sexo, 1976-2013 (%)	262
Figura 42. Eleitas por nível administrativo, 1976-2013 (%)	263
Figura 43. Eleitas por tipo de órgão, 1976-2013 (%)	265

Figura 44. Eleitas para os executivos das câmaras municipais e juntas de freguesia, 1976-2013 (%)	267
Figura 45. Eleitas para a assembleia municipal e assembleia de freguesia, 1976-2013 (%).....	268
Figura 46. Eleitas por órgão autárquico, 1976-2013 (%)	269
Figura 47. Eleitas por nível hierárquico, 1976-2013 (%)	271
Figura 48. Eleitas para a presidência de câmaras municipais, 1976-2013 (%).....	273
Figura 49. Eleitas para a presidência de câmaras municipais por partido, 2013 (%)	273
Figura 50. Eleitas para a presidência de juntas de freguesia, 1976-2013 (%).....	275
Figura 51. Eleitas para a presidência de juntas de freguesia por partido, 2013 (%)..	275
Figura 52. Eleitas para a presidência dos órgãos autárquicos, por órgão, 1976-2013 (%).....	276
Figura 53. Eleitas para os órgãos autárquicos em todas as eleições por partido, 1982 e 1989-2009 (%).....	278
Figura 54. Eleitas para órgãos autárquicos pelo CDS-PP e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%)	279
Figura 55. Eleitas para órgãos autárquicos pelo PPD/PSD e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%)	280
Figura 56. Eleitas para órgãos autárquicos pelo PS e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%).....	281
Figura 57. Eleitas para órgãos autárquicos pela CDU e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%)	282
Figura 58. Eleitas para órgãos autárquicos pelo BE e total de mulheres eleitas, 2005-2009 (%).....	283
Figura 59. Eleitas para órgãos autárquicos por outras forças políticas e total de mulheres eleitas, 1982-2009 (%).....	284
Figura 60. Eleitas para os órgãos autárquicos antes e depois da Lei da Paridade por partido e diferença para a eleição anterior, 1997-2009 (%; pontos percentuais)....	286
Figura 61. Proporção de eleitas para as autarquias e para a Assembleia da República, 1976-2015 (%)	287
Figura 62. Relação entre o sexo dos/as eleitos/as e o distrito, 2009 (resíduo estandardizado ajustado)	293

Lista de quadros

Quadro 1. Deputadas ao Parlamento de 24 países, 1945-2004 (%)	57
Quadro 2. Pelouros atribuídos a mulheres nos quatro maiores municípios portugueses, 2015	67
Quadro 3. Taxa de abstenção nas eleições com participação de âmbito nacional, 1975-2016 (%)	74
Quadro 4. Condicionantes da participação das mulheres na política: dimensões de análise, variáveis a mobilizar e fontes dos dados	85
Quadro 5. Condicionantes da participação das mulheres na política (cont.): dimensões de análise, variáveis a mobilizar e fontes dos dados.....	88
Quadro 6. Participação das mulheres na esfera política: dimensões de análise, variáveis a mobilizar e fontes dos dados	95
Quadro 7. População empregada por profissão (classificação nacional de profissões) e por sexo, 2014 (milhares de pessoas; %)	133
Quadro 8. Países europeus com e sem quotas de género, 2015.....	181
Quadro 9. Composição dos órgãos nacionais do PPD/PSD, 2015.....	194
Quadro 10. Composição dos órgãos nacionais do CDS-PP, 2015	195
Quadro 11. Composição dos órgãos nacionais do PCP, 2015.....	196
Quadro 12. Composição dos órgãos nacionais do PS, 2015	196
Quadro 13. Composição dos órgãos nacionais do BE, 2015	197
Quadro 14. Proporção de mulheres nos órgãos nacionais dos partidos, 2002 e 2015 (%).....	198
Quadro 15. Matriz das componentes da solução rodada (Varimax)	210
Quadro 16. Eleitos/as analisados/as nas eleições autárquicas e fontes da informação, 1976-2013.....	259
Quadro 17. Eleitos/as por órgão autárquico e cargo, 2009 (N).....	290
Quadro 18. Média e desvio-padrão da idade dos/as eleitos/as, 2009	298
Quadro 19. Nível de instrução dos/as eleitos/as, 2009 (%).....	301
Quadro 20. Estado civil dos/as eleitos/as, 2009 (%).....	303
Quadro 21. Naturalidade dos/as eleitos/as por órgão autárquico, 2009 (N e %)	304
Quadro 22. Residência dos/as eleitos/as por órgão autárquico, 2009 (N e %)	305
Quadro 23. Modelo de regressão logística das características sociodemográficas como preditoras da probabilidade das pessoas eleitas serem mulheres.....	309

Anexo I. Conciliação entre a vida profissional e pessoal e familiar

Nota metodológica

No caso dos dados provenientes do *European Working Conditions Survey* (EWCS), todas as análises estatísticas foram efectuadas com a utilização dos ponderadores recomendados (Gallup Europe, 2010).

Também no caso dos dados provenientes do Módulo *Ad Hoc* de 2010 ao Inquérito ao Emprego (IE_INE_2010) todas as análises estatísticas foram efectuadas com a utilização dos ponderadores recomendados (INE, 2009).

Todas as conclusões foram retiradas para um nível de confiança de 95%.

Os testes de independência do Qui-quadrado (χ^2) foram feitos cumprindo os pressupostos da sua aplicação (não existir mais de 20% das células com valor esperado inferior a 5 e não existir nenhuma célula com valor esperado inferior a 1).

Para aferir a relação entre categorias das variáveis, recorremos à análise do resíduo estandardizado ajustado. Os resíduos estandardizados (e ajustados) permitem a decomposição do efeito do χ^2 ; ao normalizar os desvios entre as frequências observadas e as esperadas em caso de independência, ou seja, entre os dados observados e os preditos pelo modelo nulo, obtêm-se *z-scores* cuja significância pode ser aferida através dos valores tabelados da distribuição normal para um determinado nível de confiança. Para um nível de confiança de 95%, o *z-score* tabelado é de 1,96, pelo que resíduos com valores superiores a 1,96 (ou inferiores a -1,96) são considerados significativos, ou seja, revelam uma associação significativa entre as categorias das variáveis; para um nível de confiança de 90%, o valor é de 2,58. Para uma discussão mais aprofundada, ver, por exemplo, Agresti (2002) e Field (2013).

Quando não foi possível a aplicação de testes *t* à comparação de médias entre dois grupos independentes (na análise por sexo) por não estarem verificados os pressupostos de aplicação (normalidade das distribuições), foram aplicados testes não-paramétricos de Mann-Whitney (*U*).

RELAÇÃO ENTRE O TEMPO DESPENDIDO EM DESLOCAÇÕES PENDULARES E O SEXO (EWCS)

Tests of Normality				
		Kolmogorov-Smirnov ^a		
hh2a. Sex - Respondent		Statistic	df	Sig.
Horas por semana no trajecto casa-trabalho-casa	Male	,194	451	,000
	Female	,203	416	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
hh2a. Sex - Respondent		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Horas por semana no trajecto casa-trabalho-casa	Male	464	437,18	202850,50
	Female	413	441,05	182152,50
	Total	877		

Test Statistics ^a	
Horas por semana no trajecto casa-trabalho-casa	
Mann-Whitney U	94970,500
Wilcoxon W	202850,500
Z	-,227
Asymp. Sig. (2-tailed)	,821

a. Grouping Variable: hh2a. Sex - Respondent

RELAÇÃO ENTRE “TEMPO DESPENDIDO A TRATAR DE FILHOS/NETOS”, “A COZINHAR/FAZER LIDA DA CASA”, “A TRATAR DE FAMILIARES IDOSOS/INCAPACITADOS”, “EM JARDINAGEM/REPARAÇÕES” E “SEXO” (EWCS)

Tests of Normality								
hh2a. Sex - Respondent		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk			
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.	
Horas por semana a tratar de filhos/netos	Male	,328	23	,000	,824	23	.010	**
	Female	,204	179	,000				
Horas por semana a cozinhar/lida doméstica	Male	,293	23	,000	,798	23	.010	**
	Female	,272	179	,000				
Horas por semana a tratar de familiares idosos/incapacitados	Male	,252	8	,161	,860	8	,146	
	Female	,274	18	,001	,862	19	.010	**

** . This is an upper bound of the true significance.
a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
hh2a. Sex - Respondent		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Horas por semana a tratar de filhos/netos	Male	147	135,50	19918,00
	Female	190	194,92	37035,00
	Total	337		
Horas por semana a cozinhar/lida doméstica	Male	83	147,09	12208,50
	Female	331	222,65	73696,50
	Total	414		
Horas por semana a tratar de familiares idosos/incapacitados	Male	9	19,78	178,00
	Female	19	12,00	228,00
	Total	28		
Horas por semana em jardinagem/reparações	Male	2	2,00	4,00
	Female	1	2,00	2,00
	Total	3		

Test Statistics ^a			
	Horas por semana a tratar de filhos/netos	Horas por semana a cozinhar/lida doméstica	Horas por semana a tratar de familiares idosos/incapacitados
Mann-Whitney U	9040,000	8722,500	38,000
Wilcoxon W	19918,000	12208,500	228,000
Z	-5,757	-5,466	-2,465
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000	,000	,014
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]			.019 ^b

a. Grouping Variable: hh2a. Sex - Respondent
b. Not corrected for ties.

RELAÇÃO ENTRE O “CUIDADO REGULAR DE OUTRAS CRIANÇAS COM MENOS DE 15 ANOS DE IDADE OU DE PESSOAS DEPENDENTES” E “SEXO” (IE_INE_2010)

Cuida regularmente de outras crianças com menos de 15 anos de idade ou de pessoas dependentes * Sexo Crosstabulation

			Sexo		
			Masculino	Feminino	Total
Cuida regularmente de outras crianças com menos de 15 anos de idade ou de pessoas dependentes	Sim, de outras crianças com menos de 15 anos	Count	206263	342492	548755
		Adjusted Residual	-174,4	174,4	
	Sim, de pessoas dependentes com 15 ou mais anos	Count	122007	244492	366499
		Adjusted Residual	-194,0	194,0	
	Sim, ambas as situações	Count	24372	65359	89731
		Adjusted Residual	-131,0	131,0	
	Não	Count	3073636	2929942	6003578
		Adjusted Residual	299,0	-299,0	
Total	Count	3426278	3582285	7008563	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	93488.680 ^a	3	0,000
Likelihood Ratio	95309,238	3	0,000
N of Valid Cases	7008563		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 43866.82.

RELAÇÃO ENTRE “NÃO TRABALHAR OU TRABALHAR A TEMPO PARCIAL DEVIDO À FALTA DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO” E “SEXO” (IE_INE_2010)

Não trabalha ou trabalha a tempo parcial devido à falta de serviços de acolhimento * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Não trabalha ou trabalha a tempo parcial devido à falta de serviços de acolhimento	Sim, devido à falta de serviços de acolhimento para crianças	Count	1674	19714	21388
		Adjusted	-58,4	58,4	
		Residual			
	Sim, devido à falta de serviços de acolhimento para pessoas	Count	1110	8143	9253
		Adjusted	-28,6	28,6	
		Residual			
	Sim, devido à falta de serviços de acolhimento para ambas as situações	Count	0	1807	1807
		Adjusted	-24,4	24,4	
		Residual			
	Não	Count	126094	363673	489767
Adjusted		69,5	-69,5		
Residual					
Total	Count	128878	393337	522215	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4960.241 ^a	3	0,000
Likelihood Ratio	6370,324	3	0,000
N of Valid Cases	522215		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 445.95.

RELAÇÃO ENTRE “REDUÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO, DURANTE PELO MENOS 1 MÊS, PARA CUIDAR DO FILHO MAIS NOVO” E “SEXO” (IE_INE_2010)

Redução do horário de trabalho, durante pelo menos 1 mês, para cuidar do filho mais novo * Sexo

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Redução do horário de trabalho, durante pelo menos 1 mês, para cuidar do filho mais novo	Sim	Count	21964	81445	103409
		Adjusted	-184,4	184,4	
		Residual			
	Não	Count	557525	530727	1088252
		Adjusted	184,4	-184,4	
		Residual			
Total		Count	579489	612172	1191661

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	34002.649 ^a	1	0,000		
Continuity Correction ^b	34001,448	1	0,000		
Likelihood Ratio	36169,419	1	0,000		
Fisher's Exact Test				0,000	0,000
N of Valid Cases	1191661				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 50286.43.

RELAÇÃO ENTRE “DEIXAR DE TRABALHAR, DURANTE PELO MENOS 1 MÊS, PARA CUIDAR DO FILHO MAIS NOVO” E “SEXO” (IE_INE_2010)

Deixou de trabalhar, durante pelo menos 1 mês, para cuidar do filho mais novo * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Deixou de trabalhar, durante pelo menos 1 mês, para cuidar do filho mais novo	Não	Count	564048	506087	1070135
		Adjusted	258,6	-258,6	
		Residual			
	Sim, entre 1 e 3 meses	Count	11359	41346	52705
		Adjusted	-127,7	127,7	
		Residual			
	Sim, entre mais de 3 e 6 meses	Count	1734	34814	36548
		Adjusted	-170,9	170,9	
		Residual			
	Sim, entre mais de 6 e 12 meses	Count	108	4069	4177
		Adjusted	-59,8	59,8	
		Residual			
	Sim, durante mais de 1 ano	Count	759	7945	8704
		Adjusted	-74,9	74,9	
		Residual			
	Continua sem trabalhar	Count	2376	16462	18838
		Adjusted	-100,0	100,0	
		Residual			
Total		Count	580384	610723	1191107

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	69635.800 ^a	5	0,000
Likelihood Ratio	80744,314	5	0,000
N of Valid Cases	1191107		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2035.30.

Anexo II. As mulheres nos partidos políticos portugueses

ÓRGÃOS NACIONAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS PORTUGUESES (DESCRIPTIVO)

	CDS-PP	PPD-PSD	PS	PCP	BE
Comissão Nacional	Conselho nacional Órgão deliberativo do Partido entre Congressos Definir a estratégia do Partido, dentro da orientação geral fixada pelo Congresso, supervisionar a sua execução e aprovar os planos de acção política de carácter geral	Conselho Nacional Órgão responsável pelo desenvolvimento e execução da estratégia política do Partido definida em Congresso, bem como pela fiscalização política das atividades dos órgãos nacionais e regionais do Partido	Comissão Nacional Órgão deliberativo máximo do Partido entre Congressos, competindo-lhe estabelecer a linha da atuação do Partido, nomeadamente na esfera da sua acção política e velar pela sua aplicação	Comité Central Organismo que dirige a actividade do Partido no intervalo dos Congressos, assumindo a responsabilidade de traçar, de acordo com a orientação e resoluções dos Congressos, a orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do Partido	Mesa nacional Órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais Compete-lhe dirigir o movimento
Comissão Política	Comissão Política Nacional Órgão de direcção política do Partido	Comissão Política Nacional Órgão de direcção política permanente do Partido	Comissão Política Nacional Órgão deliberativo do Partido no intervalo das reuniões da Comissão Nacional	Comissão Política do Comité Central Responsável pela direcção política do Partido no intervalo das reuniões do Comité Central e assegura directamente o controlo de organizações regionais e de outros grandes sectores da organização e da actividade do Partido	Comissão política Órgão que assegura a direcção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva
Comissão Executiva	Comissão Executiva Órgão executivo permanente do Partido a) Executar as directrizes do Congresso, do Conselho Nacional e da Comissão Política Nacional; b) Executar a acção política corrente do Partido	---	Secretariado Nacional Assegurar a execução das deliberações e decisões dos órgãos nacionais do Partido, tomar as deliberações necessárias à sua direcção e assegurar o coeso e regular funcionamento da estrutura partidária	Secretariado do Comité Central Orienta e dirige o trabalho diário, é responsável pela distribuição dos quadros e assegura o controlo de execução das tarefas correntes indicadas pelo Comité Central	---
Comissão Permanente	Comissão de Organização Órgão executivo a quem compete discutir a acção política do Partido e o seu modelo de organização. a) Analisar e pronunciar-se sobre a situação política, atendendo às diferentes realidades do país; b) Acompanhar e analisar a implantação do Partido; c) Acompanhar as matérias relativas às Autarquias Locais; d) Definir e desenvolver as boas práticas do funcionamento do Partido, zelando pela sua permanente actualização	Comissão Permanente Nacional Órgão que assegura, sem solução de continuidade, a representação política do Partido no âmbito da competência da Comissão Política Nacional	Comissão Permanente Apoia o Secretário Geral Adjunto na gestão política quotidiana do PS	---	[Nota: o BE conta com uma Comissão Permanente; não foi integrada na análise uma vez que não está prevista nos seus estatutos]
Congresso	Congresso Nacional Órgão máximo do Partido (delegados)	Congresso Nacional Constitui o órgão supremo do Partido a) Definir a estratégia política do Partido, apreciar a atuação dos seus órgãos e deliberar sobre qualquer assunto de interesse para o Partido; b) Rever o Programa do Partido; c) Modificar os Estatutos do Partido; d) Eleger a Mesa do Congresso, o Conselho Nacional, a Comissão Política Nacional, com exceção do seu Presidente, eleito diretamente conforme o disposto no número 2 do artigo 22º, o Conselho de Jurisdição Nacional e a Comissão Nacional de Auditoria Financeira	Congresso Nacional Órgão de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido, competindo-lhe aprovar, no momento próprio, o programa de legislatura e, quando se trate de Congresso ordinário, eleger o Presidente do Partido, a Comissão Nacional, a Comissão Nacional de Jurisdição e a Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira	Congresso Órgão supremo do Partido Delegados eleitos	Convenção nacional 1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional. 3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos

	CDS-PP	PPD-PSD	PS	PCP	BE
Senado	Senado Órgão de natureza consultiva a) Projectos de Revisão do Programa do Partido; b) Decisão de filiação do Partido em Organizações Internacionais; c) Apreciação das questões de responsabilidade política que se coloquem a titulares de cargos públicos eleitos pelo Partido, em razão dos seus actos; d) Projectos de revisão constitucional apresentados pelo Partido	---	---	---	---
Conselho de Jurisdição	Conselho Nacional de Jurisdição Órgão jurisdicional máximo a) Apreciar a julgar os recursos das decisões dos Conselhos de Jurisdição Distritais; b) Apreciar e julgar os processos de impugnação das decisões dos órgãos nacionais e distritais, à luz dos Regulamentos dos Estatutos ou de disposições legais imperativas aplicáveis aos Partidos	Conselho de Jurisdição Nacional Órgão encarregado de velar, ao nível nacional, pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais, estatutárias e regulamentares por que se rege o Partido	Comissão Nacional de Jurisdição a) Julgar definitivamente os recursos das decisões das Comissões de Jurisdição das Federações; b) Instruir e julgar os processos de impugnação da validade das deliberações e decisões dos órgãos nacionais; c) Instruir e julgar conflitos de competência ou jurisdição entre órgãos nacionais do Partido; d) Instruir e julgar os processos disciplinares em que sejam arguidos membros dos órgãos nacionais ou das Federações do Partido;	Comissão Central de Controlo Tem como atribuições a fiscalização da legalidade estatutária das actividades do Partido, a intervenção como instância de recurso de qualquer organismo ou militante, a fiscalização das contas do Partido	Comissão de direitos a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento; b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento; c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária; d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º.
Conselho de Fiscalização	Conselho Nacional de Fiscalização Órgão de controlo ao qual compete fiscalizar a regularidade da actividade financeira do Partido e dar parecer sobre as contas anuais apresentadas pela Comissão Executiva	Comissão Nacional de Auditoria Financeira 2. A CNAF pronuncia-se sobre o mérito e a legalidade da execução financeira do Partido emitindo pareceres e formulando recomendações. 3. A CNAF aprova as contas anuais do partido e as contas das campanhas eleitorais que envia para ratificação pelo Conselho Nacional. 4. A CNAF pode realizar as auditorias que considere necessárias a todas as estruturas do Partido. 5. A CNAF participa ao Conselho de Jurisdição Nacional as irregularidades financeiras detetadas	Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira Defender o património do Partido e pugnar pela exatidão das suas contas		
Fonte	Estatutos http://www.cds.pt/assets/estatutos_ aprovados_no_xx_v_congresso_-_janeiro_2014.pdf	Estatutos http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1438341230.pdf	Estatutos http://www.ps.pt/partido/estatutos-do-partido-socialista.html?layout=artigoimagemlivre	Estatutos http://pcp.pt/sites/default/files/documentos/201212_programa_e_estatutos_ aprovados_xix_congresso.pdf	Estatutos http://www.bloco.org/media/estatutosviiiicov.pdf

Anexo III. Atitudes políticas e valores de género

Nota metodológica

No caso dos dados provenientes do *European Social Survey* (ESS) e do *European Values Survey* (EVS) todas as análises estatísticas foram efectuadas com a utilização dos ponderadores recomendados (ESS, 2014; EVS-GESIS, 2010).

Todas as conclusões foram retiradas para um nível de confiança de 95%.

Os testes de independência do Qui-quadrado (χ^2) foram feitos cumprindo os pressupostos da sua aplicação (não existir mais de 20% das células com valor esperado inferior a 5 e não existir nenhuma célula com valor esperado inferior a 1). Para aferir a relação entre categorias das variáveis, recorreremos à análise do resíduo estandardizado ajustado.

As variáveis medidas em escalas ordinais de 11 pontos foram tratadas como variáveis métricas (Ho, 2006; Carifio & Perla, 2008). Quando não foi possível a aplicação de testes *t* à comparação de médias entre dois grupos independentes (na análise por sexo) ou da ANOVA por não estarem verificados os pressupostos de aplicação, foram aplicados testes não-paramétricos de Mann-Whitney (*U*) e de Kruskal-Wallis (*H*).

INTERESSE NA POLÍTICA (ESS)

How interested in politics				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Very interested	77	3,6	3,6
	Quite interested	529	24,6	28,2
	Hardly interested	671	31,2	59,4
	Not at all interested	872	40,5	100,0
	Total	2149	99,9	100,0
Missing	Refusal	1	,0	
	Don't know	1	,0	
	Total	2	,1	
Total	2151	100,0		

VOTOU NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES (ESS)

Voted last national election					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	1362	63,3	69,7	69,7
	No	591	27,5	30,3	100,0
	Total	1952	90,8	100,0	
Missing	Not eligible to vote	175	8,2		
	Refusal	11	,5		
	Don't know	12	,5		
	Total	199	9,2		
Total		2151	100,0		

PARTIDO EM QUE VOTOU NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES (ESS)

Party voted _ new					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bloco de Esquerda (BE)	55	2,5	6,4	6,4
	Coligação Democrática Unitária (CDU)	71	3,3	8,4	14,9
	Partido Socialista (PS)	361	16,8	42,6	57,5
	Partido Social Democrata (PSD)	328	15,2	38,6	96,1
	Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP)	33	1,5	3,9	100,0
	Total	848	39,4	100,0	
Missing	System	1303	60,6		
Total		2151	100,0		

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, CONTACTOU UM POLÍTICO, UM REPRESENTANTE DO GOVERNO CENTRAL OU UM REPRESENTANTE DO PODER LOCAL (ESS)

Contacted politician or government official last 12 months					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	132	6,1	6,2	6,2
	No	2017	93,8	93,8	100,0
	Total	2149	99,9	100,0	
Missing	Refusal	2	,1		
	Don't know		,0		
	Total	2	,1		
Total		2151	100,0		

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, TRABALHOU PARA UM PARTIDO POLÍTICO OU MOVIMENTO CÍVICO (ESS)

Worked in political party or action group last 12 months					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	31	1,4	1,4	1,4
	No	2114	98,3	98,6	100,0
	Total	2145	99,7	100,0	
Missing	Refusal	6	,3		
Total		2151	100,0		

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, TRABALHOU NUMA ORGANIZAÇÃO OU ASSOCIAÇÃO DE OUTRO TIPO (ESS)

Worked in another organisation or association last 12 months					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	91	4,2	4,2	4,2
	No	2057	95,6	95,8	100,0
	Total	2148	99,9	100,0	
Missing	Refusal	1	,0		
	Don't know	2	,1		
	Total	3	,1		
Total		2151	100,0		

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, USOU UM EMBLEMA AUTOCOLANTE DE CAMPANHA/MOVIMENTO (ESS)

Worn or displayed campaign badge/sticker last 12 months					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	40	1,9	1,9	1,9
	No	2110	98,1	98,1	100,0
	Total	2150	99,9	100,0	
Missing	Don't know	1	,1		
Total		2151	100,0		

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, ASSINOU UMA PETIÇÃO (ESS)

Signed petition last 12 months					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	162	7,5	7,5	7,5
	No	1987	92,4	92,5	100,0
	Total	2149	99,9	100,0	
Missing	Refusal	1	,0		
	Don't know	1	,1		
	Total	2	,1		
Total		2151	100,0		

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, PARTICIPOU NUMA MANIFESTAÇÃO (ESS)

Taken part in lawful public demonstration last 12 months					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	147	6,8	6,9	6,9
	No	2003	93,1	93,1	100,0
	Total	2150	100,0	100,0	
Missing	Refusal	1	,0		
Total		2151	100,0		

NOS ÚLTIMOS 12 MESES, BOICOTOU DETERMINADOS PRODUTOS (ESS)

Boycotted certain products last 12 months					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	63	2,9	2,9	2,9
	No	2087	97,0	97,1	100,0
	Total	2150	99,9	100,0	
Missing	Refusal	1	,0		
	Don't know		,0		
	Total	1	,1		
Total		2151	100,0		

HÁ ALGUM PARTIDO PELO QUAL SENTE MAIS SIMPATIA DO QUE PELOS OUTROS (ESS)

Feel closer to a particular party than all other parties					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Yes	788	36,6	37,5	37,5
	No	1312	61,0	62,5	100,0
	Total	2100	97,6	100,0	
Missing	Refusal	39	1,8		
	Don't know	12	,6		
	Total	51	2,4		
Total		2151	100,0		

PARTIDO PELO QUAL SENTE MAIS SIMPATIA (ESS)

Which party feel closer to, Portugal					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bloco de Esquerda (BE)	54	2,5	8,5	8,5
	Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP)	25	1,2	3,9	12,4
	Coligação Democrática Unitária (CDU)	60	2,8	9,3	21,7
	Partido Social Democrata (PSD)	222	10,3	34,7	56,4
	Partido Socialista (PS)	279	13,0	43,6	100,0
	Total	641	29,8	100,0	
	Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP-MRPP)	1	,1		
Missing	Outro	4	,2		
	Not applicable	1363	63,4		
	Refusal	116	5,4		
	Don't know	2	,1		
	No answer	23	1,1		
	Total	1510	70,2		
Total		2151	100,0		

PROXIMIDADE QUE SENTE RELATIVAMENTE A ESSE PARTIDO (ESS)

How close to party					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Very close	17	,8	2,7	2,7
	Quite close	195	9,1	30,6	33,4
	Not close	332	15,4	52,0	85,4
	Not at all close	93	4,3	14,6	100,0
	Total	638	29,6	100,0	
Missing	Not applicable	1482	68,9		
	Refusal	2	,1		
	Don't know	6	,3		
	No answer	23	1,1		
	Total	1513	70,4		
Total		2151	100,0		

CONFIANÇA NO PARLAMENTO; CONFIANÇA NOS POLÍTICOS; CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS; CONFIANÇA NO PARLAMENTO EUROPEU; CONFIANÇA NO SISTEMA JURÍDICO; CONFIANÇA NA POLÍCIA (ESS)

		Statistics					
		Trust in country's parliament	Trust in politicians	Trust in political parties	Trust in the European Parliament	Trust in the legal system	Trust in the police
N	Valid	2122	2139	2135	1991	2099	2139
	Missing	29	12	16	160	52	12
	25	0,00	0,00	0,00	1,00	2,00	4,00
Percentiles	50	2,00	1,00	1,00	3,00	3,00	6,00
	75	4,00	3,00	3,00	5,00	5,00	7,00

IMPORTÂNCIA DE VIVER NUM PAÍS GOVERNADO DE FORMA DEMOCRÁTICA; EM QUE MEDIDA PORTUGAL É UM PAÍS DEMOCRÁTICO; GRAU DE SATISFAÇÃO COM A FORMA COMO O GOVERNO ESTÁ A ACTUAR; GRAU DE SATISFAÇÃO COM O FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL (ESS)

		Statistics			
		How important for you to live in democratically governed country	How democratic [country] is overall	How satisfied with the national government	How satisfied with the way democracy works in country
N	Valid	2100	2082	2137	2094
	Missing	51	69	14	57
	25	7,00	5,00	0,00	2,00
Percentiles	50	8,00	6,00	2,00	4,00
	75	10,00	8,00	4,00	5,00

EM PORTUGAL: AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS SÃO LIVRES E JUSTAS; OS ELEITORES CONVERSAM SOBRE POLÍTICA COM AS PESSOAS QUE CONHECEM ANTES DE DECIDIREM EM QUEM VOTAR; OS DIFERENTES PARTIDOS POLÍTICOS APRESENTAM ALTERNATIVAS ENTRE SI; OS PARTIDOS DA OPOSIÇÃO SÃO LIVRES PARA CRITICAR O GOVERNO; A COMUNICAÇÃO SOCIAL É LIVRE PARA CRITICAR O GOVERNO; OS CIDADÃOS TÊM A ÚLTIMA PALAVRA NOS ASSUNTOS POLÍTICOS MAIS IMPORTANTES VOTANDO DIRECTAMENTE SOBRE ELES EM REFERENDOS; OS PARTIDOS DO GOVERNO QUE FAZEM UM MAU TRABALHO SÃO CASTIGADOS NAS ELEIÇÕES; O GOVERNO PROTEGE TODOS OS CIDADÃOS DA POBREZA; O GOVERNO EXPLICA AS SUAS DECISÕES AOS ELEITORES; O GOVERNO TOMA MEDIDAS PARA REDUZIR AS DIFERENÇAS NOS NÍVEIS DE RENDIMENTO; OS POLÍTICOS TÊM EM CONTA AS OPINIÕES DE OUTROS GOVERNOS EUROPEUS ANTES DE TOMAREM DECISÕES (ESS)

		Statistics					
		In country national elections are free and fair	In country voters discuss politics with people they know before deciding how to vote	In country different political parties offer clear alternatives to one another	In country opposition parties are free to criticise the government	In country the media are free to criticise the government	In country citizens have the final say on political issues by voting directly in referendums
N	Valid	2010	1924	2002	2064	2069	1964
	Missing	141	227	149	87	82	187
	25	5,00	5,00	3,00	6,00	5,00	2,00
Percentiles	50	7,00	6,00	5,00	7,00	7,00	3,00
	75	9,00	8,00	7,00	9,00	8,00	5,00

Statistics						
		In country governing parties are punished in elections when they have done a bad job	In country the government protects all citizens against poverty	In country the government explains its decisions to voters	In country the government takes measures to reduce differences in income levels	In country politicians take into account the views of other European governments
N	Valid	2025	2126	2089	2105	1713
	Missing	126	25	62	46	438
	25	2,00	1,00	2,00	1,00	4,00
Percentiles	50	5,00	2,00	3,00	3,00	5,00
	75	6,00	4,00	5,00	4,00	7,00

RELAÇÃO ENTRE “INTERESSE NA POLÍTICA” E “SEXO” (ESS)

How interested in politics * Gender Crosstabulation					
			Gender		Total
			Male	Female	
How interested in politics	Very interested	Count	40	37	77
		% within Gender	4,7%	2,9%	3,6%
		Adjusted Residual	2,2	-2,2	
	Quite interested	Count	257	272	529
		% within Gender	30,0%	21,1%	24,6%
		Adjusted Residual	4,7	-4,7	
	Hardly interested	Count	252	419	671
		% within Gender	29,4%	32,4%	31,2%
		Adjusted Residual	-1,5	1,5	
	Not at all interested	Count	308	564	872
		% within Gender	35,9%	43,7%	40,6%
		Adjusted Residual	-3,6	3,6	
Total	Count	857	1292	2149	
	% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	30.457 ^a	3	,000
Likelihood Ratio	30,156	3	,000
Linear-by-Linear Association	26,834	1	,000
N of Valid Cases	2149		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 30.71.

RELAÇÃO ENTRE “INTERESSE NA POLÍTICA” E “IDADE”, HOMENS (ESS)

Tests of Normality							
		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
How interested in politics Age of respondent, calculated	Very interested	,096	42	,200	,943	42	,057
	Quite interested	,086	296	,000			
	Hardly interested	,082	295	,000			
	Not at all interested	,066	372	,001			

*. This is a lower bound of the true significance.

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks			
How interested in politics		N	Mean Rank
Age of respondent, calculated	Very interested	39	531,40
	Quite interested	293	512,58
	Hardly interested	293	476,73
	Not at all interested	369	498,44
	Total	994	

Test Statistics ^{a,b}	
Age of respondent, calculated	
Chi-Square	2,891
df	3
Asymp. Sig.	,409

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: How interested in politics

RELAÇÃO ENTRE “INTERESSE NA POLÍTICA” E “IDADE”, MULHERES (ESS)

Tests of Normality								
		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk			
How interested in politics		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.	
Age of respondent, calculated	Very interested	,153	33	,049	,967	32	,481	
	Quite interested	,074	244	,003				
	Hardly interested	,085	379	,000				
	Not at all interested	,076	488	,000				

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks			
How interested in politics		N	Mean Rank
Age of respondent, calculated	Very interested	34	543,10
	Quite interested	243	517,87
	Hardly interested	381	542,86
	Not at all interested	478	616,48
	Total	1136	

Test Statistics ^{a,b}	
Age of respondent, calculated	
Chi-Square	18,549
df	3
Asymp. Sig.	,000

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: How interested in politics

Test of Homogeneity of Variances			
Age of respondent, calculated			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
3,170	3	1140	,024

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Age of respondent, calculated
Games-Howell

		Mean			95% Confidence Interval	
(I) How interested in politics		Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	Lower Bound	Upper Bound
Very interested	Quite interested	1,189	3,214	,982	-7,40	9,78
	Hardly interested	-,471	3,134	,999	-8,89	7,94
	Not at all interested	-3,863	3,123	,608	-12,25	4,53
Quite interested	Very interested	-1,189	3,214	,982	-9,78	7,40
	Hardly interested	-1,660	1,505	,688	-5,54	2,22
	Not at all interested	-5,052*	1,482	,004	-8,87	-1,23
Hardly interested	Very interested	,471	3,134	,999	-7,94	8,89
	Quite interested	1,660	1,505	,688	-2,22	5,54
	Not at all interested	-3,392*	1,301	,046	-6,74	-,04
Not at all interested	Very interested	3,863	3,123	,608	-4,53	12,25
	Quite interested	5,052*	1,482	,004	1,23	8,87
	Hardly interested	3,392*	1,301	,046	,04	6,74

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

RELAÇÃO ENTRE “VOTOU NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES” E “SEXO” (ESS)

Voted last national election * Gender Crosstabulation

			Gender		Total
			Male	Female	
Voted last national election	Yes	Count	555	807	1362
		% within Gender	72,0%	68,3%	69,7%
		Adjusted Residual	1,7	-1,7	
	No	Count	216	375	591
		% within Gender	28,0%	31,7%	30,3%
		Adjusted Residual	-1,7	1,7	
Total	Count	771	1182	1953	
	% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,044 ^a	1	,081		
Continuity Correction ^b	2,871	1	,090		
Likelihood Ratio	3,060	1	,080		
Fisher's Exact Test				,087	,045
Linear-by-Linear Association	3,042	1	,081		
N of Valid Cases	1953				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 233.31.

b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “PARTIDO EM QUE VOTOU NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES” E “SEXO” (ESS)

Party voted _ new * Gender Crosstabulation					
		Gender		Total	
		Male	Female		
Party voted _ new	Bloco de Esquerda (BE)	Count	19	36	55
		% within Gender	5,8%	6,9%	6,5%
		Adjusted Residual	-,6	,6	
	Coligação Democrática Unitária (CDU)	Count	40	32	72
		% within Gender	12,3%	6,1%	8,5%
		Adjusted Residual	3,1	-3,1	
	Partido Socialista (PS)	Count	131	231	362
		% within Gender	40,2%	44,1%	42,6%
		Adjusted Residual	-1,1	1,1	
	Partido Social Democrata (PSD)	Count	122	206	328
		% within Gender	37,4%	39,3%	38,6%
		Adjusted Residual	-,6	,6	
Total	Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP)	Count	14	19	33
		% within Gender	4,3%	3,6%	3,9%
		Adjusted Residual	,5	-,5	
		Count	326	524	850
		% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	10.484 ^a	4	,033
Likelihood Ratio	10,185	4	,037
Linear-by-Linear Association	,524	1	,469
N of Valid Cases	850		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12.66.

RELAÇÃO ENTRE “POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO NO EIXO ESQUERDA-DIREITA” E “SEXO” (ESS)

Tests of Normality				
Gender		Kolmogorov-Smirnov ^a		
		Statistic	df	Sig.
Placement on left	Male	,162	592	,000
right scale	Female	,178	861	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
Gender		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Placement on left	Male	595	725,22	431508,50
right scale	Female	868	736,64	639407,50
	Total	1463		

Test Statistics ^a	
	Placement on left right scale
Mann-Whitney U	254198,500
Wilcoxon W	431508,500
Z	-,518
Asymp. Sig. (2-tailed)	,604
a. Grouping Variable: Gender	

RELAÇÃO ENTRE “HÁ ALGUM PARTIDO PELO QUAL SENTE MAIS SIMPATIA DO QUE PELOS OUTROS” E “SEXO” (ESS)

Crosstab					
			Gender		Total
			Male	Female	
Feel closer to a particular party than all other parties	Yes	Count	332	456	788
		% within Gender	39,9%	36,0%	37,5%
	No	Adjusted Residual	1,8	-1,8	
		Count	500	811	1311
		% within Gender	60,1%	64,0%	62,5%
		Adjusted Residual	-1,8	1,8	
		Count	832	1267	2099
		% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3.280 ^a	1	,070		
Continuity Correction ^b	3,115	1	,078		
Likelihood Ratio	3,272	1	,070		
Fisher's Exact Test				,072	,039
Linear-by-Linear Association	3,278	1	,070		
N of Valid Cases	2099				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 312.35.

b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “NOS ÚLTIMOS 12 MESES, CONTACTOU UM POLÍTICO, UM REPRESENTANTE DO GOVERNO CENTRAL OU UM REPRESENTANTE DO PODER LOCAL” E “SEXO” (ESS)

Crosstab					
		Gender			Total
		Male	Female		
Contacted politician or government official last 12 months	Yes	Count	67	65	132
		% within Gender	7,8%	5,0%	6,1%
		Adjusted Residual	2,6	-2,6	
	No	Count	790	1227	2017
		% within Gender	92,2%	95,0%	93,9%
		Adjusted Residual	-2,6	2,6	
	Total	Count	857	1292	2149
		% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	6.942 ^a	1	,008		
Continuity Correction ^b	6,467	1	,011		
Likelihood Ratio	6,801	1	,009		
Fisher's Exact Test				,010	,006
Linear-by-Linear Association	6,939	1	,008		
N of Valid Cases	2149				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 52.64.
b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “NOS ÚLTIMOS 12 MESES, TRABALHOU PARA UM PARTIDO POLÍTICO OU MOVIMENTO CÍVICO” E “SEXO” (ESS)

Crosstab					
			Gender		Total
			Male	Female	
Worked in political party or action group last 12 months	Yes	Count	13	18	31
		% within Gender	1,5%	1,4%	1,4%
		Adjusted Residual	,2	-,2	
	No	Count	843	1272	2115
		% within Gender	98,5%	98,6%	98,6%
		Adjusted Residual	-,2	,2	
Total	Count	856	1290	2146	
	% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,055 ^a	1	,815		
Continuity Correction ^b	,002	1	,960		
Likelihood Ratio	,055	1	,815		
Fisher's Exact Test				,854	,475
Linear-by-Linear Association	,055	1	,815		
N of Valid Cases	2146				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12.37.
b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “NOS ÚLTIMOS 12 MESES, TRABALHOU NUMA ORGANIZAÇÃO OU ASSOCIAÇÃO DE OUTRO TIPO” E “SEXO” (ESS)

Crosstab					
		Gender			Total
		Male	Female		
Worked in another organisation or association last 12 months	Yes	Count	50	41	91
		% within Gender	5,8%	3,2%	4,2%
		Adjusted Residual	3,0	-3,0	
	No	Count	806	1252	2058
		% within Gender	94,2%	96,8%	95,8%
		Adjusted Residual	-3,0	3,0	
Total	Count	856	1293	2149	
	% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	9,055 ^a	1	,003		
Continuity Correction ^b	8,409	1	,004		
Likelihood Ratio	8,831	1	,003		
Fisher's Exact Test				,003	,002
Linear-by-Linear Association	9,051	1	,003		
N of Valid Cases	2149				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 36.25.
b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “NOS ÚLTIMOS 12 MESES, USOU UM EMBLEMA AUTOCOLANTE DE CAMPANHA/MOVIMENTO” E “SEXO” (ESS)

Crosstab					
		Gender		Total	
		Male	Female		
Worn or displayed campaign badge/sticker last 12 months	Yes	Count	17	23	40
		% within Gender	2,0%	1,8%	1,9%
		Adjusted Residual	,3	-,3	
	No	Count	840	1269	2109
		% within Gender	98,0%	98,2%	98,1%
Total		Adjusted Residual	-,3	,3	
		Count	857	1292	2149
		% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	,117 ^a	1	,733		
Continuity Correction ^b	,032	1	,858		
Likelihood Ratio	,116	1	,733		
Fisher's Exact Test				,746	,425
Linear-by-Linear Association	,117	1	,733		
N of Valid Cases	2149				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 15.95.
b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “NOS ÚLTIMOS 12 MESES, ASSINOU UMA PETIÇÃO” E “SEXO” (ESS)

Crosstab					
		Gender		Total	
		Male	Female		
Signed petition last 12 months	Yes	Count	75	86	161
		% within Gender	8,8%	6,7%	7,5%
		Adjusted Residual	1,8	-1,8	
	No	Count	781	1206	1987
		% within Gender	91,2%	93,3%	92,5%
Total		Adjusted Residual	-1,8	1,8	
		Count	856	1292	2148
		% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	3,291 ^a	1	,070		
Continuity Correction ^b	2,995	1	,084		
Likelihood Ratio	3,245	1	,072		
Fisher's Exact Test				,079	,042
Linear-by-Linear Association	3,290	1	,070		
N of Valid Cases	2148				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 64.16.
b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “NOS ÚLTIMOS 12 MESES, PARTICIPOU NUMA MANIFESTAÇÃO” E “SEXO” (ESS)

Crosstab					
		Gender		Total	
		Male	Female		
Taken part in lawful public demonstration last 12 months	Yes	Count	87	60	147
		% within Gender	10,1%	4,6%	6,8%
		Adjusted Residual	4,9	-4,9	
	No	Count	771	1232	2003
		% within Gender	89,9%	95,4%	93,2%
Total		Adjusted Residual	-4,9	4,9	
		Count	858	1292	2150
		% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	24,449 ^a	1	,000		
Continuity Correction ^b	23,594	1	,000		
Likelihood Ratio	23,834	1	,000		
Fisher's Exact Test				,000	,000
Linear-by-Linear Association	24,438	1	,000		
N of Valid Cases	2150				

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 58.66.
b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “NOS ÚLTIMOS 12 MESES, BOICOTOU DETERMINADOS PRODUTOS” E “SEXO” (ESS)

Crosstab					
		Gender		Total	
		Male	Female		
Boycotted certain products last 12 months	Yes	Count	30	33	63
		% within Gender	3,5%	2,6%	2,9%
		Adjusted Residual	1,3	-1,3	
	No	Count	827	1259	2086
		% within Gender	96,5%	97,4%	97,1%
Total		Adjusted Residual	-1,3	1,3	
		Count	857	1292	2149
		% within Gender	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided) Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,622 ^a	1	,203	
Continuity Correction ^b	1,306	1	,253	
Likelihood Ratio	1,595	1	,207	
Fisher's Exact Test				,240 ,127
Linear-by-Linear Association	1,621	1	,203	
N of Valid Cases	2149			

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 25.12.

b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “CONFIANÇA NO PARLAMENTO”; “CONFIANÇA NOS POLÍTICOS”; “CONFIANÇA NOS PARTIDOS POLÍTICOS”; “CONFIANÇA NO PARLAMENTO EUROPEU” E “SEXO” (ESS)

Tests of Normality				
Gender		Kolmogorov-Smirnov ^a		
		Statistic	df	Sig.
Trust in country's parliament	Male	,162	820	,000
	Female	,132	1161	,000
Trust in politicians	Male	,202	820	,000
	Female	,179	1161	,000
Trust in political parties	Male	,189	820	,000
	Female	,174	1161	,000
Trust in the European Parliament	Male	,132	820	,000
	Female	,134	1161	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
Gender		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Trust in country's parliament	Male	864	1051,61	908591,00
	Female	1282	1088,25	1395140,00
	Total	2146		
Trust in politicians	Male	866	1057,45	915753,50
	Female	1297	1098,39	1424612,50
	Total	2163		
Trust in political parties	Male	863	1060,77	915446,50
	Female	1296	1092,80	1416273,50
	Total	2159		
Trust in the European Parliament	Male	829	1008,48	836026,00
	Female	1184	1005,97	1191065,00
	Total	2013		

Test Statistics ^a				
	Trust in country's parliament	Trust in politicians	Trust in political parties	Trust in the European Parliament
Mann-Whitney U	534911,000	540342,500	542630,500	489545,000
Wilcoxon W	908591,000	915753,500	915446,500	1191065,000
Z	-1,366	-1,542	-1,204	-,096
Asymp. Sig. (2-tailed)	,172	,123	,229	,923

a. Grouping Variable: Gender

RELAÇÃO ENTRE “IMPORTÂNCIA DE VIVER NUM PAÍS GOVERNADO DE FORMA DEMOCRÁTICA”; “EM QUE MEDIDA PORTUGAL É UM PAÍS DEMOCRÁTICO”; “GRAU DE SATISFAÇÃO COM A FORMA COMO O GOVERNO ESTÁ A ACTUAR”; “GRAU DE SATISFAÇÃO COM O FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL” E “SEXO” (ESS)

Tests of Normality

Gender		Kolmogorov-Smirnov ^a		
		Statistic	df	Sig.
How important for you to live in democratically	Male	,180	839	,000
	Female	,183	1260	,000
How democratic [country] is overall	Male	,121	841	,000
	Female	,110	1241	,000
How satisfied with the national government	Male	,175	852	,000
	Female	,156	1285	,000
How satisfied with the way democracy works in country	Male	,120	845	,000
	Female	,123	1249	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks

Gender		N	Mean Rank	Sum of Ranks
How important for you to live in democratically governed country	Male	851	1071,35	911715,00
	Female	1273	1056,59	1345035,00
	Total	2124		
How democratic [country] is overall	Male	852	1072,48	913750,50
	Female	1253	1039,76	1302814,50
	Total	2105		
How satisfied with the national government	Male	863	1060,65	915337,50
	Female	1299	1095,35	1422865,50
	Total	2162		
How satisfied with the way democracy works in country	Male	854	1080,98	923156,50
	Female	1261	1042,44	1314513,50
	Total	2115		

Test Statistics^a

	How important for you to live in democratically governed country	How democratic [country] is overall	How satisfied with the national government	How satisfied with the way democracy works in country
Mann-Whitney U	534134,000	517183,500	542521,500	518822,500
Wilcoxon W	1345035,000	1302814,500	915337,500	1314513,500
Z	-,558	-1,224	-1,294	-1,438
Asymp. Sig. (2-tailed)	,577	,221	,196	,150

a. Grouping Variable: Gender

ANÁLISE EM COMPONENTES PRINCIPAIS (ESS)

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,888
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	9170,725
	df	66
	Sig.	0,000

Communalities

	Initial	Extraction
In country national elections are free and fair	1,000	,568
In country voters discuss politics with people they know before deciding how to vote	1,000	,587
In country different political parties offer clear alternatives to one another	1,000	,477
In country opposition parties are free to criticise the government	1,000	,684
In country the media are free to criticise the government	1,000	,645
In country citizens have the final say on political issues by voting directly in referendums	1,000	,622
In country governing parties are punished in elections when they have done a bad job	1,000	,515
In country the government protects all citizens against poverty	1,000	,657
In country the government explains its decisions to voters	1,000	,796
In country the government takes measures to reduce differences in income levels	1,000	,795
In country politicians take into account the views of other European governments	1,000	,461
In country the media provide citizens with reliable information to judge the government	1,000	,389

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,986	41,546	41,546	4,986	41,546	41,546	3,738	31,151	31,151
2	2,210	18,413	59,959	2,210	18,413	59,959	3,457	28,808	59,959
3	,785	6,545	66,504						
4	,695	5,790	72,293						
5	,594	4,946	77,239						
6	,548	4,564	81,803						
7	,479	3,990	85,793						
8	,463	3,859	89,652						
9	,415	3,455	93,107						
10	,334	2,785	95,893						
11	,294	2,449	98,341						
12	,199	1,659	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Transformation Matrix

Component	1	2
1	,742	,670
2	-,670	,742

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

Tests of Normality

Gender		Kolmogorov-Smirnov ^a		
		Statistic	df	Sig.
Liberdade de expressão e participação políticas	Male	,050	663	,000
	Female	,044	834	,001
Correcto funcionamento do governo e governantes	Male	,025	663	,200 [*]
	Female	,026	834	,200 [*]

^{*}. This is a lower bound of the true significance.

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
Gender		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Liberdade de expressão e participação políticas	Male	662	768,99	509070,00
	Female	844	741,35	625701,00
	Total	1506		

Test Statistics ^a	
	Liberdade de expressão e participação políticas
Mann-Whitney U	269111,000
Wilcoxon W	625701,000
Z	-1,224
Asymp. Sig. (2-tailed)	,221

a. Grouping Variable: Gender

Group Statistics					
Gender		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
Correcto funcionamento do governo e governantes	Male	663	,0182824	,97466947	,03786075
	Female	834	-,1050554	1,00413474	,03476989

Independent Samples Test										
Levene's Test for Equality of Variances				t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	Interval of the Difference	
									Lower	Upper
Correcto funcionamento do governo e governantes	Equal variances assumed	,396	,530	2,391	1495	,017	,12333773	,05157967	,02216150	,22451396
	Equal variances not assumed			2,399	1436,775	,017	,12333773	,05140410	,02250260	,22417286

INTERESSE NA POLÍTICA (EVS)

how interested are you in politics (Q54)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	very interested	69	4,4	4,5	4,5
	somewhat	342	22,0	22,1	26,6
	not very interested	513	33,0	33,2	59,8
	not at all interested	622	40,1	40,2	100,0
	Total	1546	99,5	100,0	
Missing	na	2	,1		
	dk	5	,3		
	Total	7	,5		
Total		1553	100,0		

IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA NA VIDA (EVS)

how important in your life: politics (Q1E)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	very important	73	4,7	4,7	4,7
	quite important	290	18,7	18,8	23,5
	not important	567	36,5	36,7	60,2
	not at all important	616	39,7	39,8	100,0
	Total	1546	99,5	100,0	
Missing	na	4	,3		
	dk	3	,2		
	Total	7	,5		
Total		1553	100,0		

RELAÇÃO ENTRE “INTERESSE NA POLÍTICA” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			sex respondent (Q86)		
			male	female	Total
how interested are you in politics (Q54)	very interested	Count	41	28	69
		% within sex respondent (Q86)	6,5%	3,0%	4,5%
		Adjusted Residual	3,3	-3,3	
	somewhat interested	Count	201	141	342
		% within sex respondent (Q86)	32,1%	15,3%	22,1%
		Adjusted Residual	7,8	-7,8	
	not very interested	Count	221	292	513
		% within sex respondent (Q86)	35,2%	31,8%	33,2%
		Adjusted Residual	1,4	-1,4	
	not at all interested	Count	164	458	622
		% within sex respondent (Q86)	26,2%	49,8%	40,2%
		Adjusted Residual	-9,3	9,3	
	Total	Count	627	919	1546
		% within sex respondent (Q86)	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-	110,559 ^a	3	,000
Likelihood Ratio	112,085	3	,000
Linear-by-Linear Association	105,356	1	,000
N of Valid Cases	1546		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 27.98.

RELAÇÃO ENTRE “IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA NA VIDA” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			sex respondent (Q86)		
			male	female	Total
how important in your life: politics (Q1E)	very important	Count	42	31	73
		% within sex respondent (Q86)	6,7%	3,4%	4,7%
		Adjusted Residual	3,0	-3,0	
	quite important	Count	144	146	290
		% within sex respondent (Q86)	23,0%	15,9%	18,8%
		Adjusted Residual	3,5	-3,5	
	not important	Count	245	322	567
		% within sex respondent (Q86)	39,1%	35,0%	36,7%
		Adjusted Residual	1,6	-1,6	
	not at all important	Count	196	420	616
		% within sex respondent (Q86)	31,3%	45,7%	39,8%
		Adjusted Residual	-5,7	5,7	
Total	Count	627	919	1546	
	% within sex respondent (Q86)	100,0%	100,0%	100,0%	

Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	
Pearson Chi-Square	39.853 ^a	3	,000	
Likelihood Ratio	40,035	3	,000	
Linear-by-Linear Association	38,829	1	,000	
N of Valid Cases	1546			

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 29.61.

QUANDO OS EMPREGOS SÃO POUCOS OS HOMENS TÊM MAIS DIREITO AO TRABALHO DO QUE AS MULHERES (EVS)

Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo	318	20,5	20,7	20,7
	não concordo	1012	65,2	65,8	86,5
	nem concordo nem discordo	208	13,4	13,5	100,0
	Total	1539	99,1	100,0	
Missing	System	14	,9		
Total		1553	100,0		

UMA MULHER PRECISA DE TER FILHOS PARA SE SENTIR REALIZADA (EVS)

Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	precisa	731	47,1	51,5	51,5
	não precisa	687	44,3	48,5	100,0
	Total	1418	91,3	100,0	
Missing	System	135	8,7		
Total		1553	100,0		

UM HOMEM SÓ SE SENTE REALIZADO SE TIVER FILHOS (EVS)

Um homem só se sente realizado se tiver filhos					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	141	9,1	9,3	9,3
	concordo	524	33,7	34,6	43,9
	nem concordo nem discordo	354	22,8	23,4	67,3
	discordo	439	28,2	29,0	96,2
	discordo totalmente	57	3,7	3,8	100,0
	Total	1515	97,5	100,0	
Missing	System	38	2,5		
Total		1553	100,0		

UMA MÃE QUE TRABALHA FORA DE CASA PODE TER UMA RELAÇÃO TÃO CARINHOSA E SÓLIDA COM OS SEUS FILHOS COMO UMA MÃE QUE NÃO TRABALHA FORA DE CASA (EVS)

Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa

Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	348	22,4	22,8	22,8
	concordo	837	53,9	54,8	77,6
	discordo	290	18,7	19,0	96,6
	discordo totalmente	51	3,3	3,4	100,0
	Total	1526	98,3	100,0	
Missing	System	27	1,7		
Total		1553	100,0		

UMA CRIANÇA PEQUENA (ATÉ IR PARA A ESCOLA) PODE SOFRER SE A MÃE TRABALHAR FORA DE CASA (EVS)

Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	170	11,0	11,3	11,3
	concordo	819	52,7	54,2	65,5
	discordo	431	27,7	28,5	94,0
	discordo totalmente	90	5,8	6,0	100,0
	Total	1510	97,2	100,0	
Missing	System	43	2,8		
Total		1553	100,0		

ESTÁ CERTO QUE A MULHER TRABALHE, MAS O QUE A MAIOR PARTE DAS MULHERES REALMENTE QUER É UM LAR E FILHOS (EVS)

Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	111	7,1	7,6	7,6
	concordo	600	38,6	41,2	48,8
	discordo	599	38,6	41,2	90,0
	discordo totalmente	145	9,4	10,0	100,0
	Total	1454	93,6	100,0	
Missing	System	99	6,4		
Total		1553	100,0		

SER DONA DE CASA/DOMÉSTICA É TÃO COMPENSADOR COMO TER UM EMPREGO (EVS)

Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	115	7,4	7,9	7,9
	concordo	565	36,4	38,8	46,6
	discordo	586	37,8	40,2	86,9
	discordo totalmente	192	12,3	13,1	100,0
	Total	1458	93,9	100,0	
Missing	System	95	6,1		
Total		1553	100,0		

A MELHOR MANEIRA DE A MULHER SER INDEPENDENTE É TER UM EMPREGO (EVS)

A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	427	27,5	28,4	28,4
	concordo	840	54,1	55,9	84,2
	discordo	213	13,7	14,1	98,4
	discordo totalmente	24	1,6	1,6	100,0
	Total	1504	96,9	100,0	
Missing	System	49	3,1		
Total		1553	100,0		

MARIDO E MULHER DEVEM AMBOS CONTRIBUIR PARA O RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR (EVS)

Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	529	34,1	34,6	34,6
	concordo	940	60,5	61,5	96,1
	discordo	55	3,5	3,6	99,6
	discordo totalmente	5	,3	,4	100,0
	Total	1530	98,5	100,0	
Missing	System	23	1,5		
Total		1553	100,0		

DE UMA FORMA GERAL, OS PAIS SÃO CAPAZES DE CUIDAR DOS FILHOS TÃO BEM COMO AS MÃES (EVS)

De uma forma geral, os pais são capazes de cuidar dos filhos tão bem como as mães					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	327	21,1	21,6	21,6
	concordo	862	55,5	56,9	78,5
	discordo	293	18,9	19,4	97,9
	discordo totalmente	32	2,1	2,1	100,0
	Total	1514	97,5	100,0	
Missing	System	39	2,5		
Total		1553	100,0		

OS HOMENS DEVIAM TER TANTAS RESPONSABILIDADES COMO AS MULHERES EM RELAÇÃO À CASA E AOS FILHOS (EVS)

Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	430	27,7	27,9	27,9
	concordo	952	61,3	61,8	89,7
	discordo	148	9,5	9,6	99,3
	discordo totalmente	10	,7	,7	100,0
	Total	1540	99,1	100,0	
Missing	System	13	,9		
Total		1553	100,0		

RELAÇÃO ENTRE “QUANDO OS EMPREGOS SÃO POUCOS OS HOMENS TÊM MAIS DIREITO AO TRABALHO DO QUE AS MULHERES” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		Total
			H	M	
Quando os empregos são poucos os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres	concordo	Count	197	122	319
		Adjusted Residual	2,8	-2,8	
	não concordo	Count	493	519	1012
		Adjusted Residual	-6,7	6,7	
	nem concordo nem discordo	Count	154	54	208
		Adjusted Residual	6,0	-6,0	
Total		Count	844	695	1539

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	52.444 ^a	2	,000
Likelihood Ratio	54,144	2	,000
Linear-by-Linear Association	2,484	1	,115
N of Valid Cases	1539		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 93.93.

RELAÇÃO ENTRE “UMA MULHER PRECISA DE TER FILHOS PARA SE SENTIR REALIZADA” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		
			H	M	Total
Uma mulher precisa de ter filhos para se sentir realizada	precisa	Count	400	331	731
		Adjusted Residual	1,7	-1,7	
	não precisa	Count	345	343	688
		Adjusted Residual	-1,7	1,7	
Total		Count	745	674	1419

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	2,974 ^a	1	,085		
Continuity Correction ^b	2,793	1	,095		
Likelihood Ratio	2,975	1	,085		
Fisher's Exact Test				,089	,047
Linear-by-Linear Association	2,972	1	,085		
N of Valid Cases	1419				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 326.79.

b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE “UM HOMEM SÓ SE SENTE REALIZADO SE TIVER FILHOS” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		Total
			H	M	
Um homem só se sente realizado se tiver filhos	concordo totalmente	Count	90	50	140
		Adjusted Residual	2,2	-2,2	
	concordo	Count	324	200	524
		Adjusted Residual	3,6	-3,6	
	nem concordo nem discordo	Count	168	186	354
		Adjusted Residual	-3,5	3,5	
	discordo	Count	232	206	438
		Adjusted Residual	-1,2	1,2	
	discordo totalmente	Count	25	32	57
		Adjusted Residual	-1,8	1,8	
Total		Count	839	674	1513

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	26,410 ^a	4	,000
Likelihood Ratio	26,505	4	,000
Linear-by-Linear Association	16,027	1	,000
N of Valid Cases	1513		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 25.39.

RELAÇÃO ENTRE “UMA MÃE QUE TRABALHA FORA DE CASA PODE TER UMA RELAÇÃO TÃO CARINHOSA E SÓLIDA COM OS SEUS FILHOS COMO UMA MÃE QUE NÃO TRABALHA FORA DE CASA” E “SEXO” (EVS)

Crosstab			Sexo		Total
			H	M	
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa	concordo totalmente	Count	152	196	348
		Adjusted Residual	-4,6	4,6	
	concordo	Count	473	364	837
		Adjusted Residual	1,7	-1,7	
	discordo	Count	177	112	289
		Adjusted Residual	2,5	-2,5	
	discordo totalmente	Count	30	21	51
		Adjusted Residual	,6	-,6	
Total			832	693	1525

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	23.491 ^a	3	,000
Likelihood Ratio	23,468	3	,000
Linear-by-Linear Association	18,178	1	,000
N of Valid Cases	1525		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 23.18.

RELAÇÃO ENTRE “UMA CRIANÇA PEQUENA (ATÉ IR PARA A ESCOLA) PODE SOFRER SE A MÃE TRABALHAR FORA DE CASA” E “SEXO” (EVS)

Crosstab			Sexo		Total
			H	M	
Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa	concordo totalmente	Count	81	89	170
		Adjusted Residual	-2,0	2,0	
	concordo	Count	478	340	818
		Adjusted Residual	3,0	-3,0	
	discordo	Count	223	208	431
		Adjusted Residual	-1,5	1,5	
	discordo totalmente	Count	46	44	90
		Adjusted Residual	-,7	,7	
Total			828	681	1509

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9.999 ^a	3	,019
Likelihood Ratio	9,993	3	,019
Linear-by-Linear Association	,309	1	,578
N of Valid Cases	1509		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 40.62.

RELAÇÃO ENTRE “ESTÁ CERTO QUE A MULHER TRABALHE, MAS O QUE A MAIOR PARTE DAS MULHERES REALMENTE QUER É UM LAR E FILHOS” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		Total
			H	M	
Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos	concordo totalmente	Count	64	46	110
		Adjusted Residual	1,0	-1,0	
	concordo	Count	352	247	599
		Adjusted Residual	3,2	-3,2	
	discordo	Count	300	299	599
		Adjusted Residual	-2,4	2,4	
	discordo totalmente	Count	66	79	145
		Adjusted Residual	-2,1	2,1	
Total		Count	782	671	1453

Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	
Pearson Chi-Square	14,121 ^a	3	,003	
Likelihood Ratio	14,141	3	,003	
Linear-by-Linear Association	12,122	1	,000	
N of Valid Cases	1453			

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 50.80.

RELAÇÃO ENTRE “SER DONA DE CASA/DOMÉSTICA É TÃO COMPENSADOR COMO TER UM EMPREGO” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		Total
			H	M	
Ser dona de casa/doméstica é tão compensador como ter um emprego	concordo totalmente	Count	54	61	115
		Adjusted Residual	-1,4	1,4	
	concordo	Count	319	246	565
		Adjusted Residual	1,8	-1,8	
	discordo	Count	323	264	587
		Adjusted Residual	1,0	-1,0	
	discordo totalmente	Count	83	108	191
		Adjusted Residual	-3,0	3,0	
	Total	Count	779	679	1458

Chi-Square Tests				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	
Pearson Chi-Square	12,259 ^a	3	,007	
Likelihood Ratio	12,242	3	,007	
Linear-by-Linear Association	1,884	1	,170	
N of Valid Cases	1458			

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 53.56.

RELAÇÃO ENTRE “A MELHOR MANEIRA DE A MULHER SER INDEPENDENTE É TER UM EMPREGO” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		
			H	M	Total
A melhor maneira de a mulher ser independente é ter um emprego	concordo totalmente	Count	187	240	427
		Adjusted Residual	-4,9	4,9	
	concordo	Count	479	361	840
		Adjusted Residual	2,8	-2,8	
	discordo	Count	131	81	212
		Adjusted Residual	2,5	-2,5	
	discordo totalmente	Count	12	12	24
		Adjusted Residual	-,4	,4	
Total	Count	809	694	1503	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	26.302 ^a	3	,000
Likelihood Ratio	26,323	3	,000
Linear-by-Linear Association	18,807	1	,000
N of Valid Cases	1503		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11.08.

RELAÇÃO ENTRE “MARIDO E MULHER DEVEM AMBOS CONTRIBUIR PARA O RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		Total
			H	M	
Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar	concordo totalmente	Count	255	274	529
		Adjusted Residual	-3,7	3,7	
	concordo	Count	548	392	940
		Adjusted Residual	3,6	-3,6	
	discordo	Count	31	24	55
		Adjusted Residual	,3	-,3	
	discordo totalmente	Count	2	3	5
		Adjusted Residual	-,7	,7	
Total	Count	836	693	1529	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	14.415 ^a	3	,002
Likelihood Ratio	14,393	3	,002
Linear-by-Linear Association	9,886	1	,002
N of Valid Cases	1529		

a. 2 cells (25.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2.27.

RELAÇÃO ENTRE “DE UMA FORMA GERAL, OS PAIS SÃO CAPAZES DE CUIDAR DOS FILHOS TÃO BEM COMO AS MÃES” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		
			H	M	Total
De uma forma geral, os pais são capazes de cuidar dos filhos tão bem como as mães	concordo totalmente	Count	158	169	327
		Adjusted Residual	-2,6	2,6	
	concordo	Count	491	371	862
		Adjusted Residual	2,1	-2,1	
	discordo	Count	169	125	294
		Adjusted Residual	1,1	-1,1	
	discordo totalmente	Count	10	22	32
		Adjusted Residual	-2,7	2,7	
Total	Count	828	687	1515	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	15.169 ^a	3	,002
Likelihood Ratio	15,210	3	,002
Linear-by-Linear Association	1,065	1	,302
N of Valid Cases	1515		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 14.51.

RELAÇÃO ENTRE “OS HOMENS DEVIAM TER TANTAS RESPONSABILIDADES COMO AS MULHERES EM RELAÇÃO À CASA E AOS FILHOS” E “SEXO” (EVS)

Crosstab					
			Sexo		
			H	M	Total
Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos	concordo totalmente	Count	202	228	430
		Adjusted Residual	-3,8	3,8	
	concordo	Count	529	423	952
		Adjusted Residual	,8	-,8	
	discordo	Count	107	41	148
		Adjusted Residual	4,5	-4,5	
	discordo totalmente	Count	5	5	10
		Adjusted Residual	-,3	,3	
Total	Count	843	697	1540	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	29.228 ^a	3	,000
Likelihood Ratio	30,033	3	,000
Linear-by-Linear Association	24,007	1	,000
N of Valid Cases	1540		

a. 1 cells (12.5%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4.53.

Anexo IV. Composição das listas eleitorais concorrentes às eleições legislativas

COMPOSIÇÃO DAS LISTAS ELEITORAIS: PARTIDO/COLIGAÇÃO*SEXO DOS/AS CANDIDATOS/AS (2015)

Partido/coligação (rec) * Sexo Crosstabulation					
		Sexo			
			H	M	Total
Partido/coligação (rec)	BE	Count	129	106	235
		Adjusted Residual	-1.4	1.4	
	CDU	Count	135	100	235
		Adjusted Residual	-.5	.5	
	PAF	Count	149	97	246
		Adjusted Residual	.7	-.7	
	PS	Count	145	89	234
		Adjusted Residual	1.2	-1.2	
Total		Count	558	392	950

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2.941 ^a	3	.401
Likelihood Ratio	2.939	3	.401
N of Valid Cases	950		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 96.56.

COMPOSIÇÃO DAS LISTAS ELEITORAIS: POSIÇÃO DOS/AS CANDIDATOS/AS NA LISTA*SEXO DOS/AS CANDIDATOS/AS (2015)

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	45.538 ^a	14	.000
Likelihood Ratio	45.719	14	.000
N of Valid Cases	694		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8.24.

Posição na lista * Sexo Crosstabulation					
		Sexo		Total	
		H	M		
Posição na lista	1	Count	62	28	90
		Adjusted Residual	2.1	-2.1	
	2	Count	62	28	90
		Adjusted Residual	2.1	-2.1	
	3	Count	34	52	86
		Adjusted Residual	-3.9	3.9	
	4	Count	50	24	74
		Adjusted Residual	1.6	-1.6	
	5	Count	37	24	61
		Adjusted Residual	.3	-.3	
	6	Count	18	31	49
		Adjusted Residual	-3.3	3.3	
	7	Count	28	12	40
		Adjusted Residual	1.5	-1.5	
	8	Count	22	18	40
		Adjusted Residual	-.5	.5	
	9	Count	25	15	40
		Adjusted Residual	.5	-.5	
	10	Count	14	10	24
		Adjusted Residual	.0	.0	
	11	Count	13	7	20
		Adjusted Residual	.6	-.6	
	12	Count	8	12	20
		Adjusted Residual	-1.7	1.7	
	13	Count	16	4	20
		Adjusted Residual	2.0	-2.0	
	14	Count	11	9	20
		Adjusted Residual	-.3	.3	
	15	Count	8	12	20
		Adjusted Residual	-1.7	1.7	
Total		Count	408	286	694

COMPOSIÇÃO DAS LISTAS ELEITORAIS DA PAF: POSIÇÃO NA LISTA*SEXO DOS/AS CANDIDATOS/AS (2015)

Posição na lista * Sexo Crosstabulation ^a					
		Sexo		Total	
		H	M		
Posição na lista	1	Count	17	7	24
		Adjusted Residual	1.1	-1.1	
	2	Count	18	6	24
		Adjusted Residual	1.5	-1.5	
	3	Count	8	15	23
		Adjusted Residual	-2.8	2.8	
	4	Count	16	4	20
		Adjusted Residual	1.9	-1.9	
	5	Count	11	6	17
		Adjusted Residual	.3	-.3	
	6	Count	4	9	13
		Adjusted Residual	-2.3	2.3	
	7	Count	7	3	10
		Adjusted Residual	.6	-.6	
	8	Count	8	2	10
		Adjusted Residual	1.3	-1.3	
	9	Count	3	7	10
		Adjusted Residual	-2.1	2.1	
Total		Count	92	59	151

a. Partido/coligação (rec) = PAF

Chi-Square Tests^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	23.606 ^b	8	.003
Likelihood Ratio	23.792	8	.002
N of Valid Cases	151		

a. Partido/coligação (rec) = PAF

b. 3 cells (16.7%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 3.91.

COMPOSIÇÃO DAS LISTAS ELEITORAIS DO PS: POSIÇÃO NA LISTA*SEXO DOS/AS CANDIDATOS/AS (2015)

Chi-Square Tests^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18.232 ^b	8	.020
Likelihood Ratio	18.455	8	.018
N of Valid Cases	139		

a. Partido/coligação (rec) = PS

b. 4 cells (22.2%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 3.81.

Posição na lista * Sexo Crosstabulation^a

		Sexo		Total
		H	M	
Posição na lista 1	Count	16	6	22
	Adjusted Residual	1.1	-1.1	
2	Count	18	4	22
	Adjusted Residual	2.1	-2.1	
3	Count	8	13	21
	Adjusted Residual	-2.4	2.4	
4	Count	11	7	18
	Adjusted Residual	-.1	.1	
5	Count	11	3	14
	Adjusted Residual	1.4	-1.4	
6	Count	4	8	12
	Adjusted Residual	-2.1	2.1	
7	Count	7	3	10
	Adjusted Residual	.5	-.5	
8	Count	7	3	10
	Adjusted Residual	.5	-.5	
9	Count	4	6	10
	Adjusted Residual	-1.5	1.5	
Total	Count	86	53	139

a. Partido/coligação (rec) = PS

COMPOSIÇÃO DAS LISTAS ELEITORAIS DA CDU: POSIÇÃO NA LISTA*SEXO DOS/AS CANDIDATOS/AS (2015)

Chi-Square Tests^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	13.921 ^b	8	.084
Likelihood Ratio	14.287	8	.075
N of Valid Cases	140		

a. Partido/coligação (rec) = CDU

b. 3 cells (16.7%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 4.21.

Posição na lista * Sexo Crosstabulation^a

			Sexo		Total
			H	M	
Posição na lista	1	Count	14	8	22
		Adjusted Residual	.6	-.6	
	2	Count	15	7	22
		Adjusted Residual	1.1	-1.1	
	3	Count	7	14	21
		Adjusted Residual	-2.5	2.5	
	4	Count	14	4	18
		Adjusted Residual	1.8	-1.8	
	5	Count	6	9	15
		Adjusted Residual	-1.5	1.5	
	6	Count	6	6	12
		Adjusted Residual	-.6	.6	
	7	Count	6	4	10
		Adjusted Residual	.1	-.1	
	8	Count	5	5	10
		Adjusted Residual	-.5	.5	
	9	Count	8	2	10
		Adjusted Residual	1.5	-1.5	
Total		Count	81	59	140

a. Partido/coligação (rec) = CDU

COMPOSIÇÃO DAS LISTAS ELEITORAIS DO BE: POSIÇÃO NA LISTA*SEXO DOS/AS CANDIDATOS/AS (2015)

Chi-Square Tests^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	20.108 ^b	8	.010
Likelihood Ratio	24.240	8	.002
N of Valid Cases	140		

a. Partido/coligação (rec) = BE

b. 3 cells (16.7%) have expected count less than 5.
The minimum expected count is 4.36.

Posição na lista * Sexo Crosstabulation^a

			Sexo		Total
			H	M	
Posição na lista	1	Count	15	7	22
		Adjusted Residual	1.2	-1.2	
	2	Count	11	11	22
		Adjusted Residual	-.7	.7	
	3	Count	11	10	21
		Adjusted Residual	-.4	.4	
	4	Count	9	9	18
		Adjusted Residual	-.6	.6	
	5	Count	9	6	15
		Adjusted Residual	.3	-.3	
	6	Count	4	8	12
		Adjusted Residual	-1.7	1.7	
	7	Count	8	2	10
		Adjusted Residual	1.6	-1.6	
	8	Count	2	8	10
		Adjusted Residual	-2.4	2.4	
	9	Count	10	0	10
		Adjusted Residual	2.9	-2.9	
Total		Count	79	61	140

a. Partido/coligação (rec) = BE

Anexo V. Deputados/as eleitos/as para a Assembleia da República

CORRESPONDÊNCIA ENTRE A DESIGNAÇÃO DOS PARTIDOS/COLIGAÇÕES UTILIZADA NESTE TRABALHO E A DESIGNAÇÃO DE CADA PARTIDO/COLIGAÇÃO NA ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ENTRE 1976 E 2015

		Designação utilizada no presente trabalho				
		PS	PPD/PSD	CDS-PP	CDU	BE
Ano da eleição	1976	PS	PPD	CDS	PCP	
	1979	PS	AD		APU	
	1980	FRS	AD		APU	
	1983	PS	PPD/PSD	CDS	APU	
	1985	PS	PPD/PSD	CDS	APU	
	1987	PS	PPD/PSD	CDS	CDU	
	1991	PS	PPD/PSD	CDS	PCP/PEV-CDU	
	1995	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP/PEV-CDU	
	1999	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP/PEV-CDU	B.E.
	2002	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP/PEV-CDU	B.E.
	2005	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP/PEV-CDU	B.E.
	2009	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP/PEV-CDU	B.E.
	2011	PS	PPD/PSD	CDS-PP	PCP/PEV-CDU	B.E.
	2015	PS	PàF		PCP/PEV-CDU	B.E.

REGRESSÃO LINEAR SIMPLES: MODELO EXPLICATIVO DA EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE DEPUTADAS PELA PASSAGEM DO TEMPO

Variables Entered/Removed ^a			
Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	Ano da eleição ^b	.	Enter

a. Dependent Variable: Proporção de deputadas

b. All requested variables entered.

Model Summary				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.967 ^a	.936	.930	2.48345029

a. Predictors: (Constant), Ano da eleição

ANOVA ^a						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	1079.128	1	1079.128	174.969	.000 ^b
	Residual	74.010	12	6.168		
	Total	1153.139	13			

a. Dependent Variable: Proporção de deputadas

b. Predictors: (Constant), Ano da eleição

Coefficients ^a								
		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	95.0% Confidence Interval for B			
Model		B	Std. Error	Beta	t	Sig.	Lower Bound	Upper Bound
1	(Constant)	-1391.318	106.287		-13.090	.000	-1622.898	-1159.737
	Ano da eleição	.705	.053	.967	13.228	.000	.589	.821

a. Dependent Variable: Proporção de deputadas

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE A DIMENSÃO DO CÍRCULO ELEITORAL E A PROPORÇÃO DE DEPUTADAS ELEITAS, POR ANO DE ELEIÇÃO

Correlations				
Ano da eleição			Dimensão do círculo eleitoral	Proporção de deputadas eleitas
1976	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.449
		Sig. (2-tailed)		.036
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.449	1
		Sig. (2-tailed)	.036	
		N	22	22
1979	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.256
		Sig. (2-tailed)		.251
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.256	1
		Sig. (2-tailed)	.251	
		N	22	22
1980	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.002
		Sig. (2-tailed)		.992
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.002	1
		Sig. (2-tailed)	.992	
		N	22	22
1983	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.160
		Sig. (2-tailed)		.478
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.160	1
		Sig. (2-tailed)	.478	
		N	22	22
1985	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	-.111
		Sig. (2-tailed)		.622
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	-.111	1
		Sig. (2-tailed)	.622	
		N	22	22

Correlations

Ano da eleição			Dimensão do círculo eleitoral	Proporção de deputadas eleitas
1987	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.089
		Sig. (2-tailed)		.693
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.089	1
		Sig. (2-tailed)	.693	
		N	22	22
1991	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.006
		Sig. (2-tailed)		.979
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.006	1
		Sig. (2-tailed)	.979	
		N	22	22
1995	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.085
		Sig. (2-tailed)		.706
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.085	1
		Sig. (2-tailed)	.706	
		N	22	22
1999	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.143
		Sig. (2-tailed)		.526
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.143	1
		Sig. (2-tailed)	.526	
		N	22	22
2002	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.021
		Sig. (2-tailed)		.927
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.021	1
		Sig. (2-tailed)	.927	
		N	22	22

Correlations

Ano da eleição			Dimensão do círculo eleitoral	Proporção de deputadas eleitas
2005	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.152
		Sig. (2-tailed)		.500
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.152	1
		Sig. (2-tailed)	.500	
		N	22	22
2009	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.628
		Sig. (2-tailed)		.002
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.628	1
		Sig. (2-tailed)	.002	
		N	22	22
2011	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.630
		Sig. (2-tailed)		.002
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.630	1
		Sig. (2-tailed)	.002	
		N	22	22
2015	Dimensão do círculo eleitoral	Pearson Correlation	1	.399
		Sig. (2-tailed)		.066
		N	22	22
	Proporção de deputadas eleitas	Pearson Correlation	.399	1
		Sig. (2-tailed)	.066	
		N	22	22

Anexo VI. A desigualdade de género na política local portuguesa

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA A PRESIDÊNCIA DAS JUNTAS DE FREGUESIA E O NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS, 2013

Número de mandatos consecutivos * Sexo Crosstabulation					
			Sexo		Total
			H	M	
Número de mandatos consecutivos	1	Count	1709	239	1948
		% within Número de mandatos consecutivos	87.7%	12.3%	100.0%
		% within Sexo	73.2%	81.6%	74.2%
		Adjusted Residual	-3.1	3.1	
	2	Count	369	35	404
		% within Número de mandatos consecutivos	91.3%	8.7%	100.0%
		% within Sexo	15.8%	11.9%	15.4%
		Adjusted Residual	1.7	-1.7	
	3	Count	256	19	275
		% within Número de mandatos consecutivos	93.1%	6.9%	100.0%
		% within Sexo	11.0%	6.5%	10.5%
		Adjusted Residual	2.4	-2.4	
Total	Count	2334	293	2627	
	% within Número de mandatos consecutivos	88.8%	11.2%	100.0%	
	% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9.974 ^a	2	.007
Likelihood Ratio	10.787	2	.005
Linear-by-Linear Association	9.724	1	.002
N of Valid Cases	2627		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 30.67

NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS DOS/AS ELEITOS/AS PARA A PRESIDÊNCIA DAS JUNTAS DE FREGUESIA POR FORÇA POLÍTICA, 2013

Número de mandatos consecutivos					
Partidos			Frequency	Percent	Cumulative Percent
CDS-PP	Valid	1	39	70.9	76.5
		2	3	5.5	82.4
		3	9	16.4	100.0
		Total	51	92.7	100.0
	Missing	Info. não comunicada 2009	3	5.5	
		Info. não comunicada 2005	1	1.8	
		Total	4	7.3	
	Total		55	100.0	
PCP-PEV	Valid	1	107	67.3	69.5
		2	26	16.4	86.4
		3	21	13.2	100.0
		Total	154	96.9	100.0
	Missing	Info. não comunicada 2009	4	2.5	
		Info. não comunicada 2005	1	.6	
		Total	5	3.1	
	Total		159	100.0	
PPD/PSD	Valid	1	566	64.0	70.2
		2	134	15.1	86.8
		3	106	12.0	100.0
		Total	806	91.1	100.0
	Missing	Info. não comunicada 2009	64	7.2	
		Info. não comunicada 2005	12	1.4	
		Total	79	8.9	
	Total		885	100.0	
PS	Valid	1	827	68.7	76.1
		2	172	14.3	91.9
		3	88	7.3	100.0
		Total	1087	90.4	100.0
	Missing	Info. não comunicada 2009	99	8.2	
		Info. não comunicada 2005	12	1.0	
		Total	116	9.6	
	Total		1203	100.0	
Outros	Valid	1	409	69.4	77.3
		2	69	11.7	90.4
		3	51	8.7	100.0
		Total	529	89.8	100.0
	Missing	Info. não comunicada 2009	50	8.5	
		Info. não comunicada 2005	9	1.5	
		Total	60	10.2	
	Total		589	100.0	

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PELO CDS-PP PARA A PRESIDÊNCIA DAS JUNTAS DE FREGUESIA E O NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS, 2013

Número de mandatos consecutivos * Sexo Crosstabulation ^a					
			Sexo		
			H	M	Total
Número de mandatos consecutivos	1	Count	37	2	39
		Adjusted Residual	2.0	-2.0	
	2	Count	2	1	3
		Adjusted Residual	-1.4	1.4	
	3	Count	7	2	9
		Adjusted Residual	-1.4	1.4	
Total		Count	46	5	51

a. Partidos = CDS-PP

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4.412 ^b	2	.110
Likelihood Ratio	3.586	2	.166
Linear-by-Linear Association	3.160	1	.075
N of Valid Cases	51		

a. Partidos = CDS-PP

b. 4 cells (66.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .29.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PELO PPD/PSD PARA A PRESIDÊNCIA DAS JUNTAS DE FREGUESIA E O NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS, 2013

Número de mandatos consecutivos * Sexo Crosstabulation ^a					
			Sexo		
			H	M	Total
Número de mandatos consecutivos	1	Count	509	57	566
		Adjusted Residual	-2.4	2.4	
	2	Count	126	8	134
		Adjusted Residual	1.2	-1.2	
	3	Count	102	4	106
		Adjusted Residual	1.9	-1.9	
Total		Count	737	69	806

a. Partidos = PPD/PSD

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	5.901 ^b	2	.052
Likelihood Ratio	6.698	2	.035
Linear-by-Linear Association	5.781	1	.016
N of Valid Cases	806		

a. Partidos = PPD/PSD

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9.07.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PELO PS PARA A PRESIDÊNCIA DAS JUNTAS DE FREGUESIA E O NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS, 2013

Número de mandatos consecutivos * Sexo Crosstabulation ^a					
			Sexo		
			H	M	Total
Número de mandatos consecutivos	1	Count	713	114	827
		Adjusted Residual	-1.4	1.4	
	2	Count	153	19	172
		Adjusted Residual	.8	-.8	
	3	Count	80	8	88
		Adjusted Residual	1.1	-1.1	
Total		Count	946	141	1087

a. Partidos = PS

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2.223 ^b	2	.329
Likelihood Ratio	2.359	2	.307
Linear-by-Linear Association	2.206	1	.137
N of Valid Cases	1087		

a. Partidos = PS

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11.41.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PELA CDU PARA A PRESIDÊNCIA DAS JUNTAS DE FREGUESIA E O NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS, 2013

Número de mandatos consecutivos * Sexo Crosstabulation ^a					
			Sexo		
			H	M	Total
Número de mandatos consecutivos	1	Count	83	24	107
		Adjusted Residual	-1.4	1.4	
	2	Count	22	4	26
		Adjusted Residual	.6	-.6	
	3	Count	19	2	21
		Adjusted Residual	1.2	-1.2	
Total		Count	124	30	154

a. Partidos = PCP-PEV

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2.199 ^b	2	.333
Likelihood Ratio	2.435	2	.296
Linear-by-Linear Association	2.180	1	.140
N of Valid Cases	154		

a. Partidos = PCP-PEV

b. 1 cells (16.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4.09.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS POR OUTROS PARA A PRESIDÊNCIA DAS JUNTAS DE FREGUESIA E O NÚMERO DE MANDATOS CONSECUTIVOS, 2013

Número de mandatos consecutivos * Sexo Crosstabulation ^a					
			Sexo		
			H	M	Total
Número de mandatos consecutivos	1	Count	367	42	409
		Adjusted Residual	-1.8	1.8	
	2	Count	66	3	69
		Adjusted Residual	1.5	-1.5	
	3	Count	48	3	51
		Adjusted Residual	.8	-.8	
Total		Count	481	48	529

a. Partidos = Outros

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3.206 ^b	2	.201
Likelihood Ratio	3.667	2	.160
Linear-by-Linear Association	2.359	1	.125
N of Valid Cases	529		

a. Partidos = Outros

b. 1 cells (16.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4.63.

Anexo VII. Caracterização dos/as eleitos/as locais: uma análise seccional das eleições autárquicas de 2009

VARIÁVEIS E CATEGORIAS EM ANÁLISE RELATIVAS AOS/ÀS ELEITOS/AS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS (2009)

Variável	Categorias
Distrito	Aveiro [...] Madeira
Concelho	Águeda [...] São Vicente
Magnitude do concelho	---
Freguesia	Agadão [...] São Vicente
Magnitude da freguesia	---
Tipologia de áreas urbanas	Área predominantemente urbana
	Área medianamente urbana
	Área predominantemente rural
Grau de urbanização	Área densamente povoada
	Área medianamente povoada
	Área pouco povoada
Órgão autárquico	Câmara Municipal
	Assembleia Municipal
	Junta de Freguesia
	Assembleia de Freguesia
Órgão por nível administrativo	Órgãos do Município
	Órgãos de Freguesia
Cargo (órgão e nível hierárquico)	Presidente CM
	Vereador CM
	Presidente AM
	Membro AM
	Presidente JF
	Vogal JF
	Presidente AF
	Membro AF
Cargo (nível administrativo e nível hierárquico)	Presidentes município
	Membros município
	Presidentes freguesia
	Vogais/membros freguesia
Cargo (nível hierárquico)	Presidentes
	Membros
Partido (agregado com GCE)	PS
	PPD/PSD
	PCP-PEV
	CDS-PP
	BE
	GCE
	Outro/coligação
Sexo	Homem
	Mulher
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.
	Espec. das Prof. Intelect. e Científicas
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio
	Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes

	Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.
	Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas
	Oper., Artíf. e Operad. de Máquinas
	Aposentados
	Domésticas
	Estudantes
	Desempregados
	Outras
Idade	---
	1º Ciclo
	2º Ciclo
	3º Ciclo
Nível de instrução	Secundário
	Licenciatura
	Pós-Licenciatura
	Solteiro/a
Estado civil	Casado/a União de facto
	Divorciado/a Separado/a
	Viúvo/a
Residência	Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito
	Não reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito
Naturalidade	Natural do Conc/Freg em que foi eleito
	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O CARGO OCUPADO (POR ÓRGÃO E NÍVEL ADMINISTRATIVO E HIERÁRQUICO), 2009

Crosstab					
			Sexo		
			Homem	Mulher	Total
Cargos (órgão e nível hierárquico)	Presidente CM	Count	276	23	299
		% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	92.3%	7.7%	100.0%
		% within Sexo	0.8%	0.2%	0.6%
		Adjusted Residual	7.7	-7.7	
	Vereador CM	Count	1220	483	1703
		% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	71.6%	28.4%	100.0%
		% within Sexo	3.3%	3.4%	3.4%
		Adjusted Residual	-.7	.7	
	Presidente AM	Count	263	30	293
		% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	89.8%	10.2%	100.0%
		% within Sexo	0.7%	0.2%	0.6%
		Adjusted Residual	6.7	-6.7	
	Membro AM	Count	4225	1897	6122
		% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	69.0%	31.0%	100.0%
		% within Sexo	11.5%	13.5%	12.1%
		Adjusted Residual	-6.2	6.2	
	Presidente JF	Count	3497	286	3783
		% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	92.4%	7.6%	100.0%
		% within Sexo	9.5%	2.0%	7.5%
		Adjusted Residual	28.7	-28.7	
	Vogal JF	Count	6175	2161	8336
		% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	74.1%	25.9%	100.0%
		% within Sexo	16.9%	15.4%	16.5%
		Adjusted Residual	3.9	-3.9	
Presidente AF	Count	2893	793	3686	
	% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	78.5%	21.5%	100.0%	
	% within Sexo	7.9%	5.7%	7.3%	
	Adjusted Residual	8.7	-8.7		
Membro AF	Count	18078	8337	26415	
	% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	68.4%	31.6%	100.0%	
	% within Sexo	49.4%	59.5%	52.2%	
	Adjusted Residual	-20.5	20.5		
Total	Count	36627	14010	50637	
	% within Cargos (órgão e nível hierárquico)	72.3%	27.7%	100.0%	
	% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1185.026 ^a	7	.000
Likelihood Ratio	1417.498	7	.000
Linear-by-Linear Association	215.253	1	.000
N of Valid Cases	50637		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 81.07.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O CARGO OCUPADO (POR NÍVEL HIERÁRQUICO), 2009

Crosstab					
			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
Cargos (nível hierárquico)	Presidentes	Count	11168	2953	14121
		% within Cargos (nível hierárquico)	79.1%	20.9%	100.0%
		% within Sexo	30.5%	21.1%	27.9%
		Adjusted Residual	21.1	-21.1	
	Membros	Count	25459	11057	36516
		% within Cargos (nível hierárquico)	69.7%	30.3%	100.0%
		% within Sexo	69.5%	78.9%	72.1%
		Adjusted Residual	-21.1	21.1	
Total		Count	36627	14010	50637
		% within Cargos (nível hierárquico)	72.3%	27.7%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	446.528 ^a	1	.000		
Continuity Correction ^b	446.060	1	.000		
Likelihood Ratio	463.268	1	.000		
Fisher's Exact Test				.000	.000
Linear-by-Linear Association	446.519	1	.000		
N of Valid Cases	50637				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3906.93.

b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O CARGO OCUPADO (POR NÍVEL ADMINISTRATIVO E HIERÁRQUICO), 2009

Crosstab					
			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
Cargos (nível administrativo e nível hierárquico)	Presidentes município	Count	1496	506	2002
		% within Cargos (nível administrativo e nível hierárquico)	74.7%	25.3%	100.0%
		% within Sexo	4.1%	3.6%	4.0%
		Adjusted Residual	2.4	-2.4	
	Membros município	Count	4488	1927	6415
		% within Cargos (nível administrativo e nível hierárquico)	70.0%	30.0%	100.0%
		% within Sexo	12.3%	13.8%	12.7%
		Adjusted Residual	-4.5	4.5	
	Presidentes freguesia	Count	9672	2447	12119
		% within Cargos (nível administrativo e nível hierárquico)	79.8%	20.2%	100.0%
		% within Sexo	26.4%	17.5%	23.9%
		Adjusted Residual	21.1	-21.1	
	Vogais/Membros freguesia	Count	20971	9130	30101
		% within Cargos (nível administrativo e nível hierárquico)	69.7%	30.3%	100.0%
		% within Sexo	57.3%	65.2%	59.4%
		Adjusted Residual	-16.2	16.2	
Total		Count	36627	14010	50637
		% within Cargos (nível administrativo e nível hierárquico)	72.3%	27.7%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	468.938 ^a	3	.000
Likelihood Ratio	489.301	3	.000
Linear-by-Linear Association	75.308	1	.000
N of Valid Cases	50637		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 553.90.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A FORÇA POLÍTICA, 2009

Partido (agregado com GCE) * Sexo Crosstabulation					
			Sexo		
			1 Homem	2 Mulher	Total
Partido (agregado com GCE)	1 PS	Count	14087	5669	19756
		% within Partido (agregado com GCE)	71.3%	28.7%	100.0%
		% within Sexo	38.5%	40.5%	39.0%
		Adjusted Residual	-4.1	4.1	
	2 PPD/PSD	Count	13037	4573	17610
		% within Partido (agregado com GCE)	74.0%	26.0%	100.0%
		% within Sexo	35.6%	32.6%	34.8%
		Adjusted Residual	6.2	-6.2	
	3 PCP-PEV	Count	2423	1132	3555
		% within Partido (agregado com GCE)	68.2%	31.8%	100.0%
		% within Sexo	6.6%	8.1%	7.0%
		Adjusted Residual	-5.8	5.8	
	4 CDS-PP	Count	834	274	1108
		% within Partido (agregado com GCE)	75.3%	24.7%	100.0%
		% within Sexo	2.3%	2.0%	2.2%
		Adjusted Residual	2.2	-2.2	
	5 BE	Count	271	88	359
		% within Partido (agregado com GCE)	75.5%	24.5%	100.0%
		% within Sexo	0.7%	0.6%	0.7%
		Adjusted Residual	1.3	-1.3	
	7 GCE	Count	2700	939	3639
		% within Partido (agregado com GCE)	74.2%	25.8%	100.0%
		% within Sexo	7.4%	6.7%	7.2%
		Adjusted Residual	2.6	-2.6	
	8 Outro/coligações	Count	3275	1335	4610
		% within Partido (agregado com GCE)	71.0%	29.0%	100.0%
		% within Sexo	8.9%	9.5%	9.1%
		Adjusted Residual	-2.1	2.1	
Total	Count	36627	14010	50637	
	% within Partido (agregado com GCE)	72.3%	27.7%	100.0%	
	% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	83.519 ^a	6	.000
Likelihood Ratio	83.108	6	.000
Linear-by-Linear Association	.345	1	.557
N of Valid Cases	50637		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 99.33.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA A CÂMARA MUNICIPAL E A FORÇA POLÍTICA, 2009

Partido (agregado com GCE) * Sexo Crosstabulation ^a					
		Sexo			
		1 Homem	2 Mulher	Total	
Partido (agregado com GCE)	1 PS	Count	651	227	878
		% within Partido (agregado com GCE)	74.1%	25.9%	100.0%
		% within Sexo	43.5%	44.9%	43.9%
		Adjusted Residual	-.5	.5	
	2 PPD/PSD	Count	493	160	653
		% within Partido (agregado com GCE)	75.5%	24.5%	100.0%
		% within Sexo	33.0%	31.6%	32.6%
		Adjusted Residual	.6	-.6	
	3 PCP-PEV	Count	133	40	173
		% within Partido (agregado com GCE)	76.9%	23.1%	100.0%
		% within Sexo	8.9%	7.9%	8.6%
		Adjusted Residual	.7	-.7	
	4 CDS-PP	Count	24	4	28
		% within Partido (agregado com GCE)	85.7%	14.3%	100.0%
		% within Sexo	1.6%	0.8%	1.4%
		Adjusted Residual	1.3	-1.3	
	5 BE	Count	6	3	9
		% within Partido (agregado com GCE)	66.7%	33.3%	100.0%
		% within Sexo	0.4%	0.6%	0.4%
		Adjusted Residual	-.6	.6	
	7 GCE	Count	48	17	65
		% within Partido (agregado com GCE)	73.8%	26.2%	100.0%
		% within Sexo	3.2%	3.4%	3.2%
		Adjusted Residual	-.2	.2	
	8 Outro/coligações	Count	141	55	196
		% within Partido (agregado com GCE)	71.9%	28.1%	100.0%
		% within Sexo	9.4%	10.9%	9.8%
		Adjusted Residual	-.9	.9	
Total		Count	1496	506	2002
		% within Partido (agregado com GCE)	74.7%	25.3%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 1 Câmara Municipal

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	3.719 ^b	6	.715
Likelihood Ratio	3.922	6	.687
Linear-by-Linear Association	.289	1	.591
N of Valid Cases	2002		

a. Órgão autárquico = 1 Câmara Municipal

b. 1 cells (7.1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2.27.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL E A FORÇA POLÍTICA, 2009

Partido (agregado com GCE) * Sexo Crosstabulation ^a					
			Sexo		
			1 Homem	2 Mulher	Total
Partido (agregado com GCE)	1 PS	Count	1827	826	2653
		% within Partido (agregado com GCE)	68.9%	31.1%	100.0%
		% within Sexo	40.7%	42.9%	41.4%
		Adjusted Residual	-1.6	1.6	
	2 PPD/PSD	Count	1390	580	1970
		% within Partido (agregado com GCE)	70.6%	29.4%	100.0%
		% within Sexo	31.0%	30.1%	30.7%
		Adjusted Residual	.7	-.7	
	3 PCP-PEV	Count	397	191	588
		% within Partido (agregado com GCE)	67.5%	32.5%	100.0%
		% within Sexo	8.8%	9.9%	9.2%
		Adjusted Residual	-1.4	1.4	
	4 CDS-PP	Count	171	54	225
		% within Partido (agregado com GCE)	76.0%	24.0%	100.0%
		% within Sexo	3.8%	2.8%	3.5%
		Adjusted Residual	2.0	-2.0	
	5 BE	Count	97	26	123
		% within Partido (agregado com GCE)	78.9%	21.1%	100.0%
		% within Sexo	2.2%	1.3%	1.9%
		Adjusted Residual	2.2	-2.2	
	7 GCE	Count	156	63	219
		% within Partido (agregado com GCE)	71.2%	28.8%	100.0%
		% within Sexo	3.5%	3.3%	3.4%
		Adjusted Residual	.4	-.4	
	8 Outro/coligações	Count	450	187	637
		% within Partido (agregado com GCE)	70.6%	29.4%	100.0%
		% within Sexo	10.0%	9.7%	9.9%
		Adjusted Residual	.4	-.4	
Total	Count	4488	1927	6415	
	% within Partido (agregado com GCE)	70.0%	30.0%	100.0%	
	% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%	

a. Órgão autárquico = 2 Assembleia Municipal

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12.372 ^b	6	.054
Likelihood Ratio	12.835	6	.046
Linear-by-Linear Association	1.985	1	.159
N of Valid Cases	6415		

a. Órgão autárquico = 2 Assembleia Municipal

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 36.95.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA A JUNTA DE FREGUESIA E A FORÇA POLÍTICA, 2009

Partido (agregado com GCE) * Sexo Crosstabulation ^a					
			Sexo		
			1 Homem	2 Mulher	Total
Partido (agregado com GCE)	1 PS	Count	3481	962	4443
		% within Partido (agregado com GCE)	78.3%	21.7%	100.0%
		% within Sexo	36.0%	39.3%	36.7%
		Adjusted Residual	-3.0	3.0	
	2 PPD/PSD	Count	3954	845	4799
		% within Partido (agregado com GCE)	82.4%	17.6%	100.0%
		% within Sexo	40.9%	34.5%	39.6%
		Adjusted Residual	5.7	-5.7	
	3 PCP-PEV	Count	541	222	763
		% within Partido (agregado com GCE)	70.9%	29.1%	100.0%
		% within Sexo	5.6%	9.1%	6.3%
		Adjusted Residual	-6.3	6.3	
	4 CDS-PP	Count	177	58	235
		% within Partido (agregado com GCE)	75.3%	24.7%	100.0%
		% within Sexo	1.8%	2.4%	1.9%
		Adjusted Residual	-1.7	1.7	
	5 BE	Count	12	3	15
		% within Partido (agregado com GCE)	80.0%	20.0%	100.0%
		% within Sexo	0.1%	0.1%	0.1%
		Adjusted Residual	.0	.0	
	7 GCE	Count	805	197	1002
		% within Partido (agregado com GCE)	80.3%	19.7%	100.0%
		% within Sexo	8.3%	8.1%	8.3%
		Adjusted Residual	.4	-.4	
	8 Outro/coligações	Count	702	160	862
		% within Partido (agregado com GCE)	81.4%	18.6%	100.0%
		% within Sexo	7.3%	6.5%	7.1%
		Adjusted Residual	1.2	-1.2	
Total	Count	9672	2447	12119	
	% within Partido (agregado com GCE)	79.8%	20.2%	100.0%	
	% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%	

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	67.837 ^b	6	.000
Likelihood Ratio	64.968	6	.000
Linear-by-Linear Association	.803	1	.370
N of Valid Cases	12119		

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

b. 1 cells (7.1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3.03.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA A ASSEMBLEIA DE FREGUESIA E A FORÇA POLÍTICA, 2009

Partido (agregado com GCE) * Sexo Crosstabulation^a

			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
Partido (agregado com GCE)	1 PS	Count	8128	3654	11782
		% within Partido (agregado com GCE)	69.0%	31.0%	100.0%
		% within Sexo	38.8%	40.0%	39.1%
		Adjusted Residual	-2.1	2.1	
	2 PPD/PSD	Count	7200	2988	10188
		% within Partido (agregado com GCE)	70.7%	29.3%	100.0%
		% within Sexo	34.3%	32.7%	33.8%
		Adjusted Residual	2.7	-2.7	
	3 PCP-PEV	Count	1352	679	2031
		% within Partido (agregado com GCE)	66.6%	33.4%	100.0%
		% within Sexo	6.4%	7.4%	6.7%
		Adjusted Residual	-3.1	3.1	
	4 CDS-PP	Count	462	158	620
		% within Partido (agregado com GCE)	74.5%	25.5%	100.0%
		% within Sexo	2.2%	1.7%	2.1%
		Adjusted Residual	2.7	-2.7	
	5 BE	Count	156	56	212
		% within Partido (agregado com GCE)	73.6%	26.4%	100.0%
		% within Sexo	0.7%	0.6%	0.7%
		Adjusted Residual	1.2	-1.2	
	7 GCE	Count	1691	662	2353
		% within Partido (agregado com GCE)	71.9%	28.1%	100.0%
		% within Sexo	8.1%	7.3%	7.8%
		Adjusted Residual	2.4	-2.4	
	8 Outro/coligações	Count	1982	933	2915
		% within Partido (agregado com GCE)	68.0%	32.0%	100.0%
		% within Sexo	9.5%	10.2%	9.7%
		Adjusted Residual	-2.1	2.1	
Total	Count		20971	9130	30101
	% within Partido (agregado com GCE)		69.7%	30.3%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

Chi-Square Tests^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	34.361 ^b	6	.000
Likelihood Ratio	34.526	6	.000
Linear-by-Linear Association	.130	1	.718
N of Valid Cases	30101		

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 64.30.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O DISTRITO, 2009

Distrito * Sexo Crosstabulation

Distrito		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Aveiro	Count	2046	838	2884
	% within Distrito	70.9%	29.1%	100.0%
	% within Sexo	5.6%	6.0%	5.7%
	Adjusted Residual	-1.7	1.7	
Beja	Count	935	454	1389
	% within Distrito	67.3%	32.7%	100.0%
	% within Sexo	2.6%	3.2%	2.7%
	Adjusted Residual	-4.2	4.2	
Braga	Count	4159	1504	5663
	% within Distrito	73.4%	26.6%	100.0%
	% within Sexo	11.4%	10.7%	11.2%
	Adjusted Residual	2.0	-2.0	
Bragança	Count	2557	566	3123
	% within Distrito	81.9%	18.1%	100.0%
	% within Sexo	7.0%	4.0%	6.2%
	Adjusted Residual	12.3	-12.3	
Castelo Branco	Count	1020	345	1365
	% within Distrito	74.7%	25.3%	100.0%
	% within Sexo	2.8%	2.5%	2.7%
	Adjusted Residual	2.0	-2.0	
Coimbra	Count	1405	637	2042
	% within Distrito	68.8%	31.2%	100.0%
	% within Sexo	3.8%	4.5%	4.0%
	Adjusted Residual	-3.6	3.6	
Évora	Count	876	362	1238
	% within Distrito	70.8%	29.2%	100.0%
	% within Sexo	2.4%	2.6%	2.4%
	Adjusted Residual	-1.3	1.3	
Faro	Count	992	490	1482
	% within Distrito	66.9%	33.1%	100.0%
	% within Sexo	2.7%	3.5%	2.9%
	Adjusted Residual	-4.7	4.7	
Guarda	Count	2374	674	3048
	% within Distrito	77.9%	22.1%	100.0%
	% within Sexo	6.5%	4.8%	6.0%
	Adjusted Residual	7.1	-7.1	
Leiria	Count	1446	671	2117
	% within Distrito	68.3%	31.7%	100.0%
	% within Sexo	3.9%	4.8%	4.2%
	Adjusted Residual	-4.2	4.2	
Lisboa	Count	2342	1191	3533
	% within Distrito	66.3%	33.7%	100.0%
	% within Sexo	6.4%	8.5%	7.0%
	Adjusted Residual	-8.3	8.3	
Portalegre	Count	917	333	1250
	% within Distrito	73.4%	26.6%	100.0%
	% within Sexo	2.5%	2.4%	2.5%
	Adjusted Residual	.8	-.8	
Porto	Count	3539	1499	5038
	% within Distrito	70.2%	29.8%	100.0%

Distrito * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Santarém	% within Sexo	9.7%	10.7%	9.9%
	Adjusted Residual	-3.5	3.5	
	Count	1841	841	2682
	% within Distrito	68.6%	31.4%	100.0%
	% within Sexo	5.0%	6.0%	5.3%
Setúbal	Adjusted Residual	-4.4	4.4	
	Count	1064	573	1637
	% within Distrito	65.0%	35.0%	100.0%
	% within Sexo	2.9%	4.1%	3.2%
	Adjusted Residual	-6.7	6.7	
Viana do Castelo	Count	2177	686	2863
	% within Distrito	76.0%	24.0%	100.0%
	% within Sexo	5.9%	4.9%	5.7%
	Adjusted Residual	4.6	-4.6	
Vila Real	Count	2128	573	2701
	% within Distrito	78.8%	21.2%	100.0%
	% within Sexo	5.8%	4.1%	5.3%
	Adjusted Residual	7.7	-7.7	
Viseu	Count	2913	904	3817
	% within Distrito	76.3%	23.7%	100.0%
	% within Sexo	8.0%	6.5%	7.5%
	Adjusted Residual	5.7	-5.7	
Açores	Count	1208	563	1771
	% within Distrito	68.2%	31.8%	100.0%
	% within Sexo	3.3%	4.0%	3.5%
	Adjusted Residual	-3.9	3.9	
Madeira	Count	688	306	994
	% within Distrito	69.2%	30.8%	100.0%
	% within Sexo	1.9%	2.2%	2.0%
	Adjusted Residual	-2.2	2.2	
Total	Count	36627	14010	50637
	% within Distrito	72.3%	27.7%	100.0%
	% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	534.079 ^a	19	.000
Likelihood Ratio	545.973	19	.000
Linear-by-Linear Association	.844	1	.358
N of Valid Cases	50637		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 275.02.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E O CONCELHO, 2009

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	187.718 ^a	300	1.000
Likelihood Ratio	207.730	300	1.000
Linear-by-Linear Association	.006	1	.937
N of Valid Cases	8417		

a. 22 cells (3.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .29.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O GRAU DE URBANIZAÇÃO DAS FREGUESIAS, 2009

Grau de urbanização (INE) * Sexo Crosstabulation					
Grau de urbanização (INE)			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
Área densamente povoada	Count		4962	2343	7305
	% within Grau de urbanização (INE)		67.9%	32.1%	100.0%
	% within Sexo		16.2%	20.2%	17.3%
	Adjusted Residual		-9.8	9.8	
Área medianamente povoada	Count		5643	2484	8127
	% within Grau de urbanização (INE)		69.4%	30.6%	100.0%
	% within Sexo		18.4%	21.5%	19.2%
	Adjusted Residual		-7.1	7.1	
Área pouco povoada	Count		20038	6750	26788
	% within Grau de urbanização (INE)		74.8%	25.2%	100.0%
	% within Sexo		65.4%	58.3%	63.4%
	Adjusted Residual		13.5	-13.5	
Total	Count		30643	11577	42220
	% within Grau de urbanização (INE)		72.6%	27.4%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	186.351 ^a	2	.000
Likelihood Ratio	184.101	2	.000
Linear-by-Linear Association	175.125	1	.000
N of Valid Cases	42220		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2003.08.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA A JUNTA DE FREGUESIA E O GRAU DE URBANIZAÇÃO DAS FREGUESIAS, 2009

Grau de urbanização (INE) * Sexo Crosstabulation ^a					
Grau de urbanização (INE)			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
	Área densamente povoada	Count	1510	506	2016
		% within Grau de urbanização (INE)	74.9%	25.1%	100.0%
		% within Sexo	15.6%	20.7%	16.6%
		Adjusted Residual	-6.0	6.0	
	Área medianamente povoada	Count	1657	491	2148
		% within Grau de urbanização (INE)	77.1%	22.9%	100.0%
		% within Sexo	17.1%	20.1%	17.7%
		Adjusted Residual	-3.4	3.4	
	Área pouco povoada	Count	6505	1450	7955
		% within Grau de urbanização (INE)	81.8%	18.2%	100.0%
		% within Sexo	67.3%	59.3%	65.6%
		Adjusted Residual	7.4	-7.4	
Total		Count	9672	2447	12119
		% within Grau de urbanização (INE)	79.8%	20.2%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = Junta de Freguesia

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	58.654 ^b	2	.000
Likelihood Ratio	57.238	2	.000
Linear-by-Linear Association	57.222	1	.000
N of Valid Cases	12119		

a. Órgão autárquico = Junta de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 407.06.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA A ASSEMBLEIA DE FREGUESIA E O GRAU DE URBANIZAÇÃO DAS FREGUESIAS, 2009

Grau de urbanização (INE) * Sexo Crosstabulation ^a					
Grau de urbanização (INE)			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
	Área densamente povoada	Count	3452	1837	5289
		% within Grau de urbanização (INE)	65.3%	34.7%	100.0%
		% within Sexo	16.5%	20.1%	17.6%
		Adjusted Residual	-7.7	7.7	
	Área medianamente povoada	Count	3986	1993	5979
		% within Grau de urbanização (INE)	66.7%	33.3%	100.0%
		% within Sexo	19.0%	21.8%	19.9%
		Adjusted Residual	-5.6	5.6	
	Área pouco povoada	Count	13533	5300	18833
		% within Grau de urbanização (INE)	71.9%	28.1%	100.0%
		% within Sexo	64.5%	58.1%	62.6%
		Adjusted Residual	10.7	-10.7	
Total		Count	20971	9130	30101
		% within Grau de urbanização (INE)	69.7%	30.3%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = Assembleia de Freguesia

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	116.695 ^b	2	.000
Likelihood Ratio	115.654	2	.000
Linear-by-Linear Association	109.223	1	.000
N of Valid Cases	30101		

a. Órgão autárquico = Assembleia de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1604.22.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS (FREGUESIAS), 2009

Tipologia de áreas urbanas * Sexo Crosstabulation					
			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
Tipologia de áreas urbanas	Área predominantemente urbana	Count	8623	4048	12671
		% within Tipologia de áreas urbanas	68.1%	31.9%	100.0%
		% within Sexo	28.1%	35.0%	30.0%
		Adjusted Residual	-13.7	13.7	
	Área mediantemente urbana	Count	7592	3003	10595
		% within Tipologia de áreas urbanas	71.7%	28.3%	100.0%
		% within Sexo	24.8%	25.9%	25.1%
		Adjusted Residual	-2.5	2.5	
	Área predominantemente rural	Count	14428	4526	18954
		% within Tipologia de áreas urbanas	76.1%	23.9%	100.0%
		% within Sexo	47.1%	39.1%	44.9%
		Adjusted Residual	14.7	-14.7	
Total	Count	30643	11577	42220	
	% within Tipologia de áreas urbanas	72.6%	27.4%	100.0%	
	% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%	

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	254.443 ^a	2	.000
Likelihood Ratio	253.837	2	.000
Linear-by-Linear Association	253.705	1	.000
N of Valid Cases	42220		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2905.22.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA E A TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS (FREGUESIAS), 2009

Tipologia de áreas urbanas * Sexo Crosstabulation ^a					
Tipologia de áreas urbanas			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
Tipologia de áreas urbanas	1 Área predominantemente urbana	Count	2558	865	3423
		% within Tipologia de áreas urbanas	74.7%	25.3%	100.0%
		% within Sexo	26.4%	35.3%	28.2%
		Adjusted Residual	-8.7	8.7	
	2 Área mediamente urbana	Count	2305	594	2899
		% within Tipologia de áreas urbanas	79.5%	20.5%	100.0%
		% within Sexo	23.8%	24.3%	23.9%
		Adjusted Residual	-.5	.5	
	3 Área predominantemente rural	Count	4809	988	5797
		% within Tipologia de áreas urbanas	83.0%	17.0%	100.0%
		% within Sexo	49.7%	40.4%	47.8%
		Adjusted Residual	8.3	-8.3	
Total		Count	9672	2447	12119
		% within Tipologia de áreas urbanas	79.8%	20.2%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	90.604 ^b	2	.000
Likelihood Ratio	89.095	2	.000
Linear-by-Linear Association	89.998	1	.000
N of Valid Cases	12119		

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 585.35.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA AS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA E A TIPOLOGIA DE ÁREAS URBANAS (FREGUESIAS), 2009

Tipologia de áreas urbanas * Sexo Crosstabulation ^a					
Tipologia de áreas urbanas			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
Tipologia de áreas urbanas	1 Área predominantemente urbana	Count	6065	3183	9248
		% within Tipologia de áreas urbanas	65.6%	34.4%	100.0%
		% within Sexo	28.9%	34.9%	30.7%
		Adjusted Residual	-10.3	10.3	
	2 Área mediamente urbana	Count	5287	2409	7696
		% within Tipologia de áreas urbanas	68.7%	31.3%	100.0%
		% within Sexo	25.2%	26.4%	25.6%
		Adjusted Residual	-2.1	2.1	
	3 Área predominantemente rural	Count	9619	3538	13157
		% within Tipologia de áreas urbanas	73.1%	26.9%	100.0%
		% within Sexo	45.9%	38.8%	43.7%
		Adjusted Residual	11.4	-11.4	
Total		Count	20971	9130	30101
		% within Tipologia de áreas urbanas	69.7%	30.3%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	150.240 ^b	2	.000
Likelihood Ratio	150.222	2	.000
Linear-by-Linear Association	149.107	1	.000
N of Valid Cases	30101		

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2334.29.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E A MAGNITUDE DOS MUNICÍPIOS, 2009

Tests of Normality							
		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Sexo	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
dim_conc	1 Homem	.245	5981	.000			
	2 Mulher	.242	2430	.000	.793	2430	.000

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
	Sexo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
dim_conc	1 Homem	5981	4140.38	24763585.5
	2 Mulher	2430	4367.52	10613080.5
	Total	8411		

Test Statistics ^a	
	dim_conc
Mann-Whitney U	6874414.50
Wilcoxon W	24763585.5
Z	-3.970
Asymp. Sig. (2-tailed)	.000

a. Grouping Variable: Sexo

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS PARA OS ÓRGÃOS DE FREGUESIA E A MAGNITUDE DAS FREGUESIAS, 2009

Tests of Normality				
		Kolmogorov-Smirnov ^a		
	Sexo	Statistic	df	Sig.
Magnitude da freguesia	1 Homem	.329	30643	.000
	2 Mulher	.350	11577	.000

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
	Sexo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Magnitude da freguesia	1 Homem	30643	20385.36	624668573
	2 Mulher	11577	23029.86	266616738
	Total	42220		

Test Statistics ^a	
	Magnitude da freguesia
Mann-Whitney U	155156527
Wilcoxon W	624668573
Z	-21.070
Asymp. Sig. (2-tailed)	.000

a. Grouping Variable: Sexo

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A IDADE, 2009

	Sexo			
	1 Homem		2 Mulher	
	Mean	Standard Deviation	Mean	Standard Deviation
Idade	47.08	12.69	38.51	11.32

Tests of Normality				
	Sexo	Kolmogorov-Smirnov ^a		
		Statistic	df	Sig.
Idade	1 Homem	.050	36575	.000
	2 Mulher	.093	13999	.000

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
	Sexo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Idade	1 Homem	36575	28007.66	1.02E+9
	2 Mulher	13999	18180.57	254509798
	Total	50574		

Test Statistics ^a	
	Idade
Mann-Whitney U	156516798
Wilcoxon W	254509798
Z	-67.744
Asymp. Sig. (2-tailed)	.000

a. Grouping Variable: Sexo

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A IDADE POR ÓRGÃO AUTÁRQUICO, 2009

Tests of Normality								
Órgão autárquico	Sexo	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk			Sig.
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.	
1 Câmara Municipal	Idade	1 Homem	.062	1496	.000	.991	1496	.000
		2 Mulher	.077	506	.000	.984	506	.000
2 Assembleia Municipal	Idade	1 Homem	.058	4487	.000	.986	4487	.000
		2 Mulher	.084	1927	.000	.969	1927	.000
3 Junta de Freguesia	Idade	1 Homem	.042	9661	.000			
		2 Mulher	.099	2444	.000	.954	2444	.000
4 Assembleia de Freguesia	Idade	1 Homem	.055	20931	.000			
		2 Mulher	.099	9122	.000			

a. Lilliefors Significance Correction

Ranks				
Órgão autárquico	Sexo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
1 Câmara Municipal	Idade	1 Homem	1496	1063.25
		2 Mulher	506	818.94
		Total	2002	
2 Assembleia Municipal	Idade	1 Homem	4487	3505.39
		2 Mulher	1927	2513.88
		Total	6414	
3 Junta de Freguesia	Idade	1 Homem	9661	6578.15
		2 Mulher	2444	3977.11
		Total	12105	
4 Assembleia de Freguesia	Idade	1 Homem	20931	16794.59
		2 Mulher	9122	10971.15
		Total	30053	

Test Statistics ^a		
Órgão autárquico	Idade	
1 Câmara Municipal	Mann-Whitney U	286110.500
	Wilcoxon W	414381.500
	Z	-8.222
	Asymp. Sig. (2-tailed)	.000
2 Assembleia Municipal	Mann-Whitney U	2986610.00
	Wilcoxon W	4844238.00
	Z	-19.665
	Asymp. Sig. (2-tailed)	.000
3 Junta de Freguesia	Mann-Whitney U	6732270.50
	Wilcoxon W	9720060.50
	Z	-32.881
	Asymp. Sig. (2-tailed)	.000
4 Assembleia de Freguesia	Mann-Whitney U	58468849.0
	Wilcoxon W	100078852
	Z	-53.515
	Asymp. Sig. (2-tailed)	.000

a. Grouping Variable: Sexo

GRELHA DE CODIFICAÇÃO DA VARIÁVEL “PROFISSÃO” – AGREGAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DA SGMAI, 2009

“Profissão” agregada	Categorias profissionais recolhidas
1 Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	10 Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas Privadas
	11 Dirigentes e Quadros Superiores da Função Pública
	12 Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas Públicas
	13 Dirigentes de Pequenas Empresas
2 Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	20 Profissões Intelectuais e Científicas
	23 Docentes do Ensino Superior, Secundário e Profissões Similares
	33 Docentes do Ensino Primário, Pré Primário e Profissões Similares
3 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	30 Profissões Técnicas Intermédias
4 Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	22 Proprietários de Pequenas Empresas
5 Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	40 Empregados Administrativos
	41 Empregados de Escritório
	42 Empregados da Banca, Agências de viagens, Recepcionistas e similares
	50 Pessoal dos Serviços de Protecção
	51 Empregados dos Serviços Pessoais e Domésticos
	81 Vendedores e Trabalhadores Similares
	83 Comerciantes e empregados de Comércio
6 Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	91 Trabalhadores Não Qualificados do Comércio e Serviços
	60 Trabalhadores da Agricultura e da Pesca
	61 Trabalhadores da Criação de Animais

7 Oper., Artíf. e Operad. de Máquinas	21 Motoristas de veículos de carga e similares
	24 Trabalhadores da Produção Industrial, Artesãos, Artes Gráficas
	52 Trabalhadores da Indústria, Comércio e Serviços
	71 Trabalhadores Produção Extractiva e Construção Civil
	72 Trabalhadores Produção Metalomecânica, Metalúrgica, Eléctrica e Electrónica
	79 Encarregados, Capatazes e Profissões Similares da Produção Industrial, Comércio e Serviços
	80 Operadores de Instalações Industriais, Máquinas Fixas, Condutores e Montadores
	89 Motoristas
	93 Trabalhadores Não Qualificados da Indústria Extractiva e Transportes
8 Aposentados	95 Aposentados
9 Domésticas	96 Domésticas
10 Estudantes	97 Estudantes
11 Desempregados	98 Desempregados
12 Outras	99 Trabalhadores Não Qualificados em outra parte
0 Desconhecida	0 Profissão não definida

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A ACTIVIDADE PROFISSIONAL, 2009

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	6599.476 ^a	11	.000
Likelihood Ratio	7070.584	11	.000
Linear-by-Linear Association	1023.150	1	.000
N of Valid Cases	44042		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 126.97.

Profissão * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
Profissão	1 Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count	2613	885	3498
		% within Profissão	74,7%	25,3%	100,0%
		% within Sexo	8,2%	7,3%	7,9%
		Adjusted Residual	3,2	-3,2	
	2 Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count	4261	4063	8324
		% within Profissão	51,2%	48,8%	100,0%
		% within Sexo	13,4%	33,4%	18,9%
		Adjusted Residual	-48,1	48,1	
	3 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count	2214	1014	3228
		% within Profissão	68,6%	31,4%	100,0%
		% within Sexo	6,9%	8,3%	7,3%
		Adjusted Residual	-5,0	5,0	
	4 Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count	2444	252	2696
		% within Profissão	90,7%	9,3%	100,0%
		% within Sexo	7,7%	2,1%	6,1%
		Adjusted Residual	21,9	-21,9	
	5 Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count	5645	3290	8935
		% within Profissão	63,2%	36,8%	100,0%
		% within Sexo	17,7%	27,1%	20,3%
		Adjusted Residual	-21,8	21,8	
	6 Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count	1988	65	2053
		% within Profissão	96,8%	3,2%	100,0%
		% within Sexo	6,2%	,5%	4,7%
		Adjusted Residual	25,4	-25,4	
	7 Oper., Artíf. e Operad. de Máquinas	Count	6361	653	7014
		% within Profissão	90,7%	9,3%	100,0%
		% within Sexo	19,9%	5,4%	15,9%
		Adjusted Residual	37,4	-37,4	
	8 Aposentados	Count	4997	622	5619
		% within Profissão	88,9%	11,1%	100,0%
		% within Sexo	15,7%	5,1%	12,8%
		Adjusted Residual	29,7	-29,7	
	9 Domésticas	Count	17	448	465
		% within Profissão	3,7%	96,3%	100,0%
		% within Sexo	,1%	3,7%	1,1%
		Adjusted Residual	-33,3	33,3	
	10 Estudantes	Count	526	440	966
		% within Profissão	54,5%	45,5%	100,0%
		% within Sexo	1,6%	3,6%	2,2%
		Adjusted Residual	-12,6	12,6	
	11 Desempregados	Count	478	306	784
		% within Profissão	61,0%	39,0%	100,0%
		% within Sexo	1,5%	2,5%	1,8%
		Adjusted Residual	-7,2	7,2	
	12 Outras	Count	341	119	460
		% within Profissão	74,1%	25,9%	100,0%
		% within Sexo	1,1%	1,0%	1,0%
		Adjusted Residual	,8	-,8	
Total		Count	31885	12157	44042
		% within Profissão	72,4%	27,6%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A ACTIVIDADE PROFISSIONAL – CÂMARA MUNICIPAL, 2009

Profissão * Sexo Crosstabulation ^a					
Profissão			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count		281	89	370
	% within Profissão		75,9%	24,1%	100,0%
	% within Sexo		21,3%	19,6%	20,9%
	Adjusted Residual		,8	-,8	
	Count		562	295	857
	% within Profissão		65,6%	34,4%	100,0%
	% within Sexo		42,6%	65,0%	48,3%
	Adjusted Residual		-8,2	8,2	
	Count		127	21	148
	% within Profissão		85,8%	14,2%	100,0%
	% within Sexo		9,6%	4,6%	8,3%
	Adjusted Residual		3,3	-3,3	
4 Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count		49	5	54
	% within Profissão		90,7%	9,3%	100,0%
	% within Sexo		3,7%	1,1%	3,0%
	Adjusted Residual		2,8	-2,8	
5 Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count		155	25	180
	% within Profissão		86,1%	13,9%	100,0%
	% within Sexo		11,7%	5,5%	10,1%
	Adjusted Residual		3,8	-3,8	
6 Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count		3	0	3
	% within Profissão		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Sexo		,2%	0,0%	,2%
	Adjusted Residual		1,0	-1,0	
7 Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count		35	4	39
	% within Profissão		89,7%	10,3%	100,0%
	% within Sexo		2,7%	,9%	2,2%
	Adjusted Residual		2,2	-2,2	
8 Aposentados	Count		103	12	115
	% within Profissão		89,6%	10,4%	100,0%
	% within Sexo		7,8%	2,6%	6,5%
	Adjusted Residual		3,9	-3,9	
9 Domésticas	Count		0	1	1
	% within Profissão		0,0%	100,0%	100,0%
	% within Sexo		0,0%	,2%	,1%
	Adjusted Residual		-1,7	1,7	
10 Estudantes	Count		3	1	4
	% within Profissão		75,0%	25,0%	100,0%
	% within Sexo		,2%	,2%	,2%
	Adjusted Residual		,0	,0	
11 Desempregados	Count		1	0	1
	% within Profissão		100,0%	0,0%	100,0%
	% within Sexo		,1%	0,0%	,1%
	Adjusted Residual		,6	-,6	
12 Outras	Count		1	1	2
	% within Profissão		50,0%	50,0%	100,0%
	% within Sexo		,1%	,2%	,1%
	Adjusted Residual		-,8	,8	
Total	Count		1320	454	1774
	% within Profissão		74,4%	25,6%	100,0%
	% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%

a. Órgão autárquico = 1 Câmara Municipal

Chi-Square Tests ^a				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	
Pearson Chi-Square	89,770 ^b	11	,000	
Likelihood Ratio	96,913	11	,000	
Linear-by-Linear Association	36,882	1	,000	
N of Valid Cases	1774			

a. Órgão autárquico = 1 Câmara Municipal

b. 10 cells (41.7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is .26.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A ACTIVIDADE PROFISSIONAL – ASSEMBLEIA MUNICIPAL, 2009

Profissão * Sexo Crosstabulation ^a					
Profissão			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count		494	163	657
	% within Profissão		75,2%	24,8%	100,0%
	% within Sexo		12,6%	9,4%	11,6%
	Adjusted Residual		3,4	-3,4	
	Count		1450	984	2434
	% within Profissão		59,6%	40,4%	100,0%
	% within Sexo		36,9%	56,9%	43,0%
	Adjusted Residual		-14,0	14,0	
	Count		324	127	451
	% within Profissão		71,8%	28,2%	100,0%
	% within Sexo		8,2%	7,3%	8,0%
	Adjusted Residual		1,1	-1,1	
4 Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count		186	21	207
	% within Profissão		89,9%	10,1%	100,0%
	% within Sexo		4,7%	1,2%	3,7%
	Adjusted Residual		6,5	-6,5	
5 Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count		578	244	822
	% within Profissão		70,3%	29,7%	100,0%
	% within Sexo		14,7%	14,1%	14,5%
	Adjusted Residual		,6	-,6	
6 Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count		48	5	53
	% within Profissão		90,6%	9,4%	100,0%
	% within Sexo		1,2%	,3%	,9%
	Adjusted Residual		3,4	-3,4	
7 Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count		221	28	249
	% within Profissão		88,8%	11,2%	100,0%
	% within Sexo		5,6%	1,6%	4,4%
	Adjusted Residual		6,8	-6,8	
8 Aposentados	Count		511	91	602
	% within Profissão		84,9%	15,1%	100,0%
	% within Sexo		13,0%	5,3%	10,6%
	Adjusted Residual		8,7	-8,7	
9 Domésticas	Count		0	12	12
	% within Profissão		0,0%	100,0%	100,0%
	% within Sexo		0,0%	,7%	,2%
	Adjusted Residual		-5,2	5,2	
10 Estudantes	Count		91	35	126
	% within Profissão		72,2%	27,8%	100,0%
	% within Sexo		2,3%	2,0%	2,2%
	Adjusted Residual		,7	-,7	
11 Desempregados	Count		12	8	20
	% within Profissão		60,0%	40,0%	100,0%
	% within Sexo		,3%	,5%	,4%
	Adjusted Residual		-,9	,9	
12 Outras	Count		17	10	27
	% within Profissão		63,0%	37,0%	100,0%
	% within Sexo		,4%	,6%	,5%
	Adjusted Residual		-,7	,7	
Total	Count		3932	1728	5660
	% within Profissão		69,5%	30,5%	100,0%
	% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%

a. Órgão autárquico = 2 Assembleia Municipal

Chi-Square Tests ^a				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	
Pearson Chi-Square	315.942 ^b	11	,000	
Likelihood Ratio	341,544	11	,000	
Linear-by-Linear Association	96,144	1	,000	
N of Valid Cases	5660			

a. Órgão autárquico = 2 Assembleia Municipal

b. 1 cells (4.2%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3.66.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A ACTIVIDADE PROFISSIONAL – JUNTA DE FREGUESIA, 2009

Profissão * Sexo Crosstabulation ^a					
Profissão			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count		667	170	837
	% within Profissão		79,7%	20,3%	100,0%
	% within Sexo		7,8%	7,8%	7,8%
	Adjusted Residual		-,1	,1	
	Count		639	580	1219
	% within Profissão		52,4%	47,6%	100,0%
	% within Sexo		7,5%	26,7%	11,4%
	Adjusted Residual		-25,2	25,2	
	Count		587	203	790
	% within Profissão		74,3%	25,7%	100,0%
	% within Sexo		6,9%	9,4%	7,4%
	Adjusted Residual		-4,0	4,0	
4 Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count		795	48	843
	% within Profissão		94,3%	5,7%	100,0%
	% within Sexo		9,3%	2,2%	7,9%
	Adjusted Residual		11,0	-11,0	
5 Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count		1768	716	2484
	% within Profissão		71,2%	28,8%	100,0%
	% within Sexo		20,7%	33,0%	23,2%
	Adjusted Residual		-12,2	12,2	
6 Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count		595	10	605
	% within Profissão		98,3%	1,7%	100,0%
	% within Sexo		7,0%	,5%	5,6%
	Adjusted Residual		11,7	-11,7	
7 Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count		1591	78	1669
	% within Profissão		95,3%	4,7%	100,0%
	% within Sexo		18,6%	3,6%	15,6%
	Adjusted Residual		17,2	-17,2	
8 Aposentados	Count		1595	156	1751
	% within Profissão		91,1%	8,9%	100,0%
	% within Sexo		18,7%	7,2%	16,3%
	Adjusted Residual		12,9	-12,9	
9 Domésticas	Count		3	86	89
	% within Profissão		3,4%	96,6%	100,0%
	% within Sexo		,0%	4,0%	,8%
	Adjusted Residual		-18,0	18,0	
10 Estudantes	Count		53	41	94
	% within Profissão		56,4%	43,6%	100,0%
	% within Sexo		,6%	1,9%	,9%
	Adjusted Residual		-5,7	5,7	
11 Desempregados	Count		163	55	218
	% within Profissão		74,8%	25,2%	100,0%
	% within Sexo		1,9%	2,5%	2,0%
	Adjusted Residual		-1,9	1,9	
12 Outras	Count		92	26	118
	% within Profissão		78,0%	22,0%	100,0%
	% within Sexo		1,1%	1,2%	1,1%
	Adjusted Residual		-,5	,5	
Total	Count		8548	2169	10717
	% within Profissão		79,8%	20,2%	100,0%
	% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

Chi-Square Tests ^a				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	
Pearson Chi-Square	1679,320 ^b	11	0,000	
Likelihood Ratio	1702,110	11	0,000	
Linear-by-Linear Association	272,513	1	,000	
N of Valid Cases	10717			

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 18.01.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A ACTIVIDADE PROFISSIONAL – ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, 2009

Profissão * Sexo Crosstabulation ^a					
Profissão			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count		1171	463	1634
	% within Profissão		71,7%	28,3%	100,0%
	% within Sexo		6,5%	5,9%	6,3%
	Adjusted Residual		1,7	-1,7	
	Count		1610	2204	3814
	% within Profissão		42,2%	57,8%	100,0%
	% within Sexo		8,9%	28,2%	14,7%
	Adjusted Residual		-40,3	40,3	
	Count		1176	663	1839
	% within Profissão		63,9%	36,1%	100,0%
	% within Sexo		6,5%	8,5%	7,1%
	Adjusted Residual		-5,7	5,7	
2 Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count		1414	178	1592
	% within Profissão		88,8%	11,2%	100,0%
	% within Sexo		7,8%	2,3%	6,1%
	Adjusted Residual		17,0	-17,0	
3 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count		3144	2305	5449
	% within Profissão		57,7%	42,3%	100,0%
	% within Sexo		17,4%	29,5%	21,0%
	Adjusted Residual		-22,0	22,0	
4 Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count		1342	50	1392
	% within Profissão		96,4%	3,6%	100,0%
	% within Sexo		7,4%	,6%	5,4%
	Adjusted Residual		22,2	-22,2	
5 Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count		4514	543	5057
	% within Profissão		89,3%	10,7%	100,0%
	% within Sexo		25,0%	7,0%	19,5%
	Adjusted Residual		33,5	-33,5	
6 Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count		2788	363	3151
	% within Profissão		88,5%	11,5%	100,0%
	% within Sexo		15,4%	4,7%	12,2%
	Adjusted Residual		24,3	-24,3	
7 Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count		14	349	363
	% within Profissão		3,9%	96,1%	100,0%
	% within Sexo		,1%	4,5%	1,4%
	Adjusted Residual		-27,6	27,6	
8 Aposentados	Count		379	363	742
	% within Profissão		51,1%	48,9%	100,0%
	% within Sexo		2,1%	4,7%	2,9%
	Adjusted Residual		-11,3	11,3	
9 Domésticas	Count		302	243	545
	% within Profissão		55,4%	44,6%	100,0%
	% within Sexo		1,7%	3,1%	2,1%
	Adjusted Residual		-7,4	7,4	
10 Estudantes	Count		231	82	313
	% within Profissão		73,8%	26,2%	100,0%
	% within Sexo		1,3%	1,1%	1,2%
	Adjusted Residual		1,5	-1,5	
11 Desempregados	Count		18085	7806	25891
	% within Profissão		69,9%	30,1%	100,0%
	% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%
12 Outras	Count		18085	7806	25891
	% within Profissão		69,9%	30,1%	100,0%
	% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%
Total	Count		18085	7806	25891
	% within Profissão		69,9%	30,1%	100,0%
	% within Sexo		100,0%	100,0%	100,0%

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

Chi-Square Tests ^a				
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	
Pearson Chi-Square	4891,845 ^b	11	0,000	
Likelihood Ratio	5223,625	11	0,000	
Linear-by-Linear Association	677,774	1	,000	
N of Valid Cases	25891			

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 94.37.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O NÍVEL DE INSTRUÇÃO, 2009

Nível de Instrução * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
Nível de instrução	1 Básico 4º ano (ensino primário)	Count	5011	275	5286
		% within Nível de instrução	94,8%	5,2%	100,0%
		% within Sexo	21,7%	2,9%	16,3%
		Adjusted Residual	41,8	-41,8	
	2 Básico 6º ano(ciclo preparatório)	Count	1977	229	2206
		% within Nível de instrução	89,6%	10,4%	100,0%
		% within Sexo	8,6%	2,4%	6,8%
		Adjusted Residual	20,0	-20,0	
	3 Básico (9º ano ou equivalente)	Count	4174	827	5001
		% within Nível de instrução	83,5%	16,5%	100,0%
		% within Sexo	18,1%	8,8%	15,4%
		Adjusted Residual	21,2	-21,2	
	4 Secundário (10º/11º ou equivalente)	Count	1100	333	1433
		% within Nível de instrução	76,8%	23,2%	100,0%
		% within Sexo	4,8%	3,5%	4,4%
		Adjusted Residual	5,0	-5,0	
	5 Secundário 12º ano	Count	3760	2048	5808
		% within Nível de instrução	64,7%	35,3%	100,0%
		% within Sexo	16,3%	21,7%	17,9%
		Adjusted Residual	-11,4	11,4	
	6 Curso Médio/Bacharelato	Count	828	467	1295
		% within Nível de instrução	63,9%	36,1%	100,0%
		% within Sexo	3,6%	4,9%	4,0%
		Adjusted Residual	-5,6	5,6	
	7 Licenciatura	Count	5599	4901	10500
		% within Nível de instrução	53,3%	46,7%	100,0%
		% within Sexo	24,3%	51,9%	32,3%
		Adjusted Residual	-48,3	48,3	
	8 Mestrado/Pós-graduação	Count	380	265	645
		% within Nível de instrução	58,9%	41,1%	100,0%
		% within Sexo	1,6%	2,8%	2,0%
		Adjusted Residual	-6,8	6,8	
	9 Doutorado	Count	216	104	320
		% within Nível de instrução	67,5%	32,5%	100,0%
		% within Sexo	,9%	1,1%	1,0%
		Adjusted Residual	-1,4	1,4	
Total		Count	23045	9449	32494
		% within Nível de instrução	70,9%	29,1%	100,0%
		% within Sexo	100,0%	100,0%	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	4002.136 ^a	8	.000
Likelihood Ratio	4487.817	8	.000
Linear-by-Linear Association	3798.532	1	.000
N of Valid Cases	32494		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 93.05.

RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE INSTRUÇÃO E O ÓRGÃO AUTÁRQUICO, 2009

Ranks			
	Órgão autárquico	N	Mean Rank
Nível de instrução	1 Câmara Municipal	1600	24034.69
	2 Assembleia Municipal	4385	22400.65
	3 Junta de Freguesia	8051	14182.72
	4 Assembleia de Freguesia	18458	15011.31
	Total	32494	

Test Statistics ^{a,b}	
Nível de instrução	
Chi-Square	3886.155
df	3
Asymp. Sig.	.000

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Órgão autárquico

Test of Homogeneity of Variances

Rank of Ninst				
Levene Statistic	df1	df2	Sig.	
528.419	3	32490	.000	

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Ninst
Games-Howell

(I) Órgão autárquico	(J) Órgão autárquico	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
1 Câmara Municipal	2 Assembleia Municipal	1634.0401*	181.115627	.000	1168.52828	2099.55188
	3 Junta de Freguesia	9851.9738*	173.626755	.000	9405.68968	10298.2578
	4 Assembleia de Freguesia	9023.3761*	158.643934	.000	8615.52206	9431.23012
2 Assembleia Municipal	1 Câmara Municipal	-1634.040*	181.115627	.000	-2099.5519	-1168.5283
	3 Junta de Freguesia	8217.9337*	146.419460	.000	7841.71680	8594.15056
	4 Assembleia de Freguesia	7389.3360*	128.297724	.000	7059.66520	7719.00682
3 Junta de Freguesia	1 Câmara Municipal	-9851.974*	173.626755	.000	-10298.258	-9405.6897
	2 Assembleia Municipal	-8217.934*	146.419460	.000	-8594.1506	-7841.7168
	4 Assembleia de Freguesia	-828.5977*	117.489089	.000	-1130.4629	-526.73248
4 Assembleia de Freguesia	1 Câmara Municipal	-9023.376*	158.643934	.000	-9431.2301	-8615.5221
	2 Assembleia Municipal	-7389.336*	128.297724	.000	-7719.0068	-7059.6652
	3 Junta de Freguesia	828.59767*	117.489089	.000	526.73248	1130.46286

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE INSTRUÇÃO E O ÓRGÃO AUTÁRQUICO – HOMENS, 2009

Ranks ^a			
	Órgão autárquico	N	Mean Rank
Nível de instrução	1 Câmara Municipal	1190	17800.23
	2 Assembleia Municipal	3008	16510.22
	3 Junta de Freguesia	6328	10300.44
	4 Assembleia de Freguesia	12519	10345.98
	Total	23045	

a. Sexo = 1 Homem

Test Statistics^{a,b,c}

Nível de instrução	
Chi-Square	3479.740
df	3
Asymp. Sig.	.000

a. Sexo = 1 Homem

b. Kruskal Wallis Test

c. Grouping Variable: Órgão autárquico

Test of Homogeneity of Variances

Rank of Ninst			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
148.360	3	23041	.000

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of Ninst
Games-Howell

(I) Órgão autárquico	(J) Órgão autárquico	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
1 Câmara Municipal	2 Assembleia Municipal	1868.1383	230.194519	.000	1276.39776	2459.87883
	3 Junta de Freguesia	10933.833*	207.893393	.000	10399.3137	11468.3530
	4 Assembleia de Freguesia	10763.987*	196.330063	.000	10259.1010	11268.8727
2 Assembleia Municipal	1 Câmara Municipal	-1868.138*	230.194519	.000	-2459.8788	-1276.3978
	3 Junta de Freguesia	9065.6951*	176.912632	.000	8611.07720	9520.31292
	4 Assembleia de Freguesia	8895.8486*	163.168350	.000	8476.52152	9315.17565
3 Junta de Freguesia	1 Câmara Municipal	-10933.83*	207.893393	.000	-11468.353	-10399.314
	2 Assembleia Municipal	-9065.695*	176.912632	.000	-9520.3129	-8611.0772
	4 Assembleia de Freguesia	-169.84647	129.823175	.558	-503.40833	163.71539
4 Assembleia de Freguesia	1 Câmara Municipal	-10763.99*	196.330063	.000	-11268.873	-10259.101
	2 Assembleia Municipal	-8895.849*	163.168350	.000	-9315.1757	-8476.5215
	3 Junta de Freguesia	169.846472	129.823175	.558	-163.71539	503.40833

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL DE INSTRUÇÃO E O ÓRGÃO AUTÁRQUICO – MULHERES, 2009

Ranks^a

	Órgão autárquico	N	Mean Rank
Nível de instrução	1 Câmara Municipal	410	6566.85
	2 Assembleia Municipal	1377	5933.93
	3 Junta de Freguesia	1723	4538.86
	4 Assembleia de Freguesia	5939	4371.55
	Total	9449	

a. Sexo = 2 Mulher

Test Statistics^{a,b,c}

Nível de instrução	
Chi-Square	665.320
df	3
Asymp. Sig.	.000

a. Sexo = 2 Mulher

b. Kruskal Wallis Test

c. Grouping Variable: Órgão autárquico

Test of Homogeneity of Variances

Rank of NInst			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
427.009	3	9445	.000

Multiple Comparisons

Dependent Variable: Rank of NInst
Games-Howell

		Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
(I) Órgão autárquico	(J) Órgão autárquico				Lower Bound	Upper Bound
1 Câmara Municipal	2 Assembleia Municipal	1615.2358*	222.941308	.000	1041.53400	2188.93761
	3 Junta de Freguesia	5350.2505*	241.883820	.000	4728.03471	5972.46630
	4 Assembleia de Freguesia	5899.3656*	197.084597	.000	5391.81612	6406.91505
2 Assembleia Municipal	1 Câmara Municipal	-1615.236*	222.941308	.000	-2188.9376	-1041.5340
	3 Junta de Freguesia	3735.0147*	220.597438	.000	3167.98371	4302.04569
	4 Assembleia de Freguesia	4284.1298*	170.287363	.000	3846.39143	4721.86812
3 Junta de Freguesia	1 Câmara Municipal	-5350.251*	241.883820	.000	-5972.4663	-4728.0347
	2 Assembleia Municipal	-3735.015*	220.597438	.000	-4302.0457	-3167.9837
	4 Assembleia de Freguesia	549.11508*	194.429271	.025	49.33009	1048.90007
4 Assembleia de Freguesia	1 Câmara Municipal	-5899.366*	197.084597	.000	-6406.9150	-5391.8161
	2 Assembleia Municipal	-4284.130*	170.287363	.000	-4721.8681	-3846.3914
	3 Junta de Freguesia	-549.1151*	194.429271	.025	-1048.9001	-49.33009

*. The mean difference is significant at the 0.05 level.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O ESTADO CIVIL, 2009

Estado civil * Sexo Crosstabulation

			Sexo		
			1 Homem	2 Mulher	Total
Estado civil	1 Solteiro/a	Count	3670	3049	6719
		% within Estado civil	54.6%	45.4%	100.0%
		% within Sexo	14.1%	30.8%	18.7%
		Adjusted Residual	-36.3	36.3	
	2 Casado/a União de facto	Count	21355	5989	27344
		% within Estado civil	78.1%	21.9%	100.0%
		% within Sexo	82.1%	60.5%	76.2%
		Adjusted Residual	42.9	-42.9	
	3 Divorciado/a Separado/a	Count	707	634	1341
		% within Estado civil	52.7%	47.3%	100.0%
		% within Sexo	2.7%	6.4%	3.7%
		Adjusted Residual	-16.5	16.5	
	4 Viúvo/a	Count	264	220	484
		% within Estado civil	54.5%	45.5%	100.0%
		% within Sexo	1.0%	2.2%	1.3%
		Adjusted Residual	-8.9	8.9	
Total	Count	25996	9892	35888	
	% within Estado civil	72.4%	27.6%	100.0%	
	% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%	

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1845.605 ^a	3	.000
Likelihood Ratio	1733.639	3	.000
Linear-by-Linear Association	305.543	1	.000
N of Valid Cases	35888		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 133.41.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O ESTADO CIVIL – CÂMARA MUNICIPAL, 2009

Estado civil * Sexo Crosstabulation ^a					
Estado civil			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Solteiro/a	Count		99	66	165
	% within Estado civil		60.0%	40.0%	100.0%
	% within Sexo		7.9%	16.3%	10.0%
	Adjusted Residual		-4.9	4.9	
2 Casado/a União de facto	Count		1068	284	1352
	% within Estado civil		79.0%	21.0%	100.0%
	% within Sexo		85.2%	70.3%	81.6%
	Adjusted Residual		6.7	-6.7	
3 Divorciado/a Separado/a	Count		75	43	118
	% within Estado civil		63.6%	36.4%	100.0%
	% within Sexo		6.0%	10.6%	7.1%
	Adjusted Residual		-3.2	3.2	
4 Viúvo/a	Count		11	11	22
	% within Estado civil		50.0%	50.0%	100.0%
	% within Sexo		0.9%	2.7%	1.3%
	Adjusted Residual		-2.8	2.8	
Total	Count		1253	404	1657
	% within Estado civil		75.6%	24.4%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 1 Câmara Municipal

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	47.326 ^b	3	.000
Likelihood Ratio	43.379	3	.000
Linear-by-Linear Association	.001	1	.974
N of Valid Cases	1657		

a. Órgão autárquico = 1 Câmara Municipal

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5.36.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O ESTADO CIVIL – ASSEMBLEIA MUNICIPAL, 2009

Estado civil * Sexo Crosstabulation ^a					
Estado civil			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Solteiro/a	Count		478	378	856
	% within Estado civil		55.8%	44.2%	100.0%
	% within Sexo		14.4%	28.0%	18.3%
	Adjusted Residual		-10.9	10.9	
2 Casado/a União de facto	Count		2693	832	3525
	% within Estado civil		76.4%	23.6%	100.0%
	% within Sexo		80.8%	61.6%	75.3%
	Adjusted Residual		13.8	-13.8	
3 Divorciado/a Separado/a	Count		134	107	241
	% within Estado civil		55.6%	44.4%	100.0%
	% within Sexo		4.0%	7.9%	5.1%
	Adjusted Residual		-5.5	5.5	
4 Viúvo/a	Count		26	34	60
	% within Estado civil		43.3%	56.7%	100.0%
	% within Sexo		0.8%	2.5%	1.3%
	Adjusted Residual		-4.8	4.8	
Total	Count		3331	1351	4682
	% within Estado civil		71.1%	28.9%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 2 Assembleia Municipal

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	195.993 ^b	3	.000
Likelihood Ratio	185.694	3	.000
Linear-by-Linear Association	13.723	1	.000
N of Valid Cases	4682		

a. Órgão autárquico = 2 Assembleia Municipal

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 17.31.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O ESTADO CIVIL – JUNTA DE FREGUESIA, 2009

Estado civil * Sexo Crosstabulation ^a					
		Sexo			
		1 Homem	2 Mulher	Total	
Estado civil	1 Solteiro/a	Count	781	467	1248
		% within Estado civil	62.6%	37.4%	100.0%
		% within Sexo	10.9%	25.7%	13.9%
		Adjusted Residual	-16.4	16.4	
	2 Casado/a União de facto	Count	6165	1180	7345
		% within Estado civil	83.9%	16.1%	100.0%
		% within Sexo	85.7%	65.0%	81.5%
		Adjusted Residual	20.2	-20.2	
	3 Divorciado/a Separado/a	Count	166	116	282
		% within Estado civil	58.9%	41.1%	100.0%
		% within Sexo	2.3%	6.4%	3.1%
		Adjusted Residual	-8.9	8.9	
	4 Viúvo/a	Count	84	51	135
		% within Estado civil	62.2%	37.8%	100.0%
		% within Sexo	1.2%	2.8%	1.5%
		Adjusted Residual	-5.2	5.2	
Total		Count	7196	1814	9010
		% within Estado civil	79.9%	20.1%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

Chi-Square Tests ^a			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	411.008 ^b	3	.000
Likelihood Ratio	364.517	3	.000
Linear-by-Linear Association	36.557	1	.000
N of Valid Cases	9010		

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 27.18.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E O ESTADO CIVIL – ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, 2009

Estado civil * Sexo Crosstabulation^a

			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
Estado civil	1 Solteiro/a	Count	2312	2138	4450
		% within Estado civil	52.0%	48.0%	100.0%
		% within Sexo	16.3%	33.8%	21.7%
		Adjusted Residual	-28.2	28.2	
	2 Casado/a União de facto	Count	11429	3693	15122
		% within Estado civil	75.6%	24.4%	100.0%
		% within Sexo	80.4%	58.4%	73.6%
		Adjusted Residual	33.0	-33.0	
	3 Divorciado/a Separado/a	Count	332	368	700
		% within Estado civil	47.4%	52.6%	100.0%
		% within Sexo	2.3%	5.8%	3.4%
		Adjusted Residual	-12.7	12.7	
	4 Viúvo/a	Count	143	124	267
		% within Estado civil	53.6%	46.4%	100.0%
		% within Sexo	1.0%	2.0%	1.3%
		Adjusted Residual	-5.6	5.6	
Total		Count	14216	6323	20539
		% within Estado civil	69.2%	30.8%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

Chi-Square Tests^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1096.192 ^b	3	.000
Likelihood Ratio	1048.581	3	.000
Linear-by-Linear Association	232.378	1	.000
N of Valid Cases	20539		

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 82.20.

RELAÇÃO ENTRE A NATURALIDADE E OS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS, 2009

Órgão autárquico * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			1 Natural do Conc/Freg em que foi eleito	2 Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Órgão autárquico	1 Câmara Municipal	Count	1199	803	2002
		% within Órgão autárquico	59.9%	40.1%	100.0%
		% within Naturalidade	3.2%	6.0%	4.0%
		Adjusted Residual	-14.1	14.1	
	2 Assembleia Municipal	Count	3931	2484	6415
		% within Órgão autárquico	61.3%	38.7%	100.0%
		% within Naturalidade	10.6%	18.5%	12.7%
		Adjusted Residual	-23.8	23.8	
	3 Junta de Freguesia	Count	9365	2754	12119
		% within Órgão autárquico	77.3%	22.7%	100.0%
		% within Naturalidade	25.1%	20.6%	23.9%
		Adjusted Residual	10.7	-10.7	
	4 Assembleia de Freguesia	Count	22744	7357	30101
		% within Órgão autárquico	75.6%	24.4%	100.0%
		% within Naturalidade	61.1%	54.9%	59.4%
		Adjusted Residual	12.5	-12.5	
Total		Count	37239	13398	50637
		% within Órgão autárquico	73.5%	26.5%	100.0%
		% within Naturalidade	100.0%	100.0%	100.0%

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	837.335 ^a	3	.000
Likelihood Ratio	787.203	3	.000
Linear-by-Linear Association	524.883	1	.000
N of Valid Cases	50637		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 529.71.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A NATURALIDADE, 2009

Naturalidade * Sexo Crosstabulation					
Naturalidade			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count		27756	9483	37239
	% within Naturalidade		74.5%	25.5%	100.0%
	% within Sexo		75.8%	67.7%	73.5%
	Adjusted Residual		18.5	-18.5	
2 Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count		8871	4527	13398
	% within Naturalidade		66.2%	33.8%	100.0%
	% within Sexo		24.2%	32.3%	26.5%
	Adjusted Residual		-18.5	18.5	
Total	Count		36627	14010	50637
	% within Naturalidade		72.3%	27.7%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

Chi-Square Tests					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	341.088 ^a	1	.000		
Continuity Correction ^b	340.672	1	.000		
Likelihood Ratio	332.616	1	.000		
Fisher's Exact Test				.000	.000
Linear-by-Linear Association	341.081	1	.000		
N of Valid Cases	50637				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3706.89.

b. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A NATURALIDADE – CÂMARA MUNICIPAL, 2009

Naturalidade * Sexo Crosstabulation ^a					
Naturalidade			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count		921	278	1199
	% within Naturalidade		76.8%	23.2%	100.0%
	% within Sexo		61.6%	54.9%	59.9%
	Adjusted Residual		2.6	-2.6	
2 Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count		575	228	803
	% within Naturalidade		71.6%	28.4%	100.0%
	% within Sexo		38.4%	45.1%	40.1%
	Adjusted Residual		-2.6	2.6	
Total	Count		1496	506	2002
	% within Naturalidade		74.7%	25.3%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 1 Câmara Municipal

Chi-Square Tests^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	6.905 ^b	1	.009		
Continuity Correction ^c	6.632	1	.010		
Likelihood Ratio	6.853	1	.009		
Fisher's Exact Test				.010	.005
Linear-by-Linear Association	6.902	1	.009		
N of Valid Cases	2002				

a. Órgão autárquico = 1 Câmara Municipal

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 202.96.

c. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A NATURALIDADE – ASSEMBLEIA MUNICIPAL, 2009

Naturalidade * Sexo Crosstabulation^a

			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
Naturalidade	1 Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count	2816	1115	3931
		% within Naturalidade	71.6%	28.4%	100.0%
		% within Sexo	62.7%	57.9%	61.3%
		Adjusted Residual	3.7	-3.7	
	2 Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count	1672	812	2484
		% within Naturalidade	67.3%	32.7%	100.0%
		% within Sexo	37.3%	42.1%	38.7%
		Adjusted Residual	-3.7	3.7	
Total	Count		4488	1927	6415
	% within Naturalidade		70.0%	30.0%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 2 Assembleia Municipal

Chi-Square Tests^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	13.548 ^b	1	.000		
Continuity Correction ^c	13.343	1	.000		
Likelihood Ratio	13.474	1	.000		
Fisher's Exact Test				.000	.000
Linear-by-Linear Association	13.546	1	.000		
N of Valid Cases	6415				

a. Órgão autárquico = 2 Assembleia Municipal

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 746.17.

c. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A NATURALIDADE – JUNTA DE FREGUESIA, 2009

Naturalidade * Sexo Crosstabulation^a

			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
Naturalidade	1 Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count	7725	1640	9365
		% within Naturalidade	82.5%	17.5%	100.0%
		% within Sexo	79.9%	67.0%	77.3%
		Adjusted Residual	13.5	-13.5	
	2 Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count	1947	807	2754
		% within Naturalidade	70.7%	29.3%	100.0%
		% within Sexo	20.1%	33.0%	22.7%
		Adjusted Residual	-13.5	13.5	
Total	Count		9672	2447	12119
	% within Naturalidade		79.8%	20.2%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

Chi-Square Tests ^a					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	183.601 ^b	1	.000		
Continuity Correction ^c	182.871	1	.000		
Likelihood Ratio	172.253	1	.000		
Fisher's Exact Test				.000	.000
Linear-by-Linear Association	183.586	1	.000		
N of Valid Cases	12119				

a. Órgão autárquico = 3 Junta de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 556.07.

c. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A NATURALIDADE – ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, 2009

Naturalidade * Sexo Crosstabulation ^a					
Naturalidade			Sexo		Total
			1 Homem	2 Mulher	
1 Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count		16294	6450	22744
	% within Naturalidade		71.6%	28.4%	100.0%
	% within Sexo		77.7%	70.6%	75.6%
	Adjusted Residual		13.1	-13.1	
2 Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count		4677	2680	7357
	% within Naturalidade		63.6%	36.4%	100.0%
	% within Sexo		22.3%	29.4%	24.4%
	Adjusted Residual		-13.1	13.1	
Total	Count		20971	9130	30101
	% within Naturalidade		69.7%	30.3%	100.0%
	% within Sexo		100.0%	100.0%	100.0%

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

Chi-Square Tests ^a					
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	171.267 ^b	1	.000		
Continuity Correction ^c	170.885	1	.000		
Likelihood Ratio	167.502	1	.000		
Fisher's Exact Test				.000	.000
Linear-by-Linear Association	171.261	1	.000		
N of Valid Cases	30101				

a. Órgão autárquico = 4 Assembleia de Freguesia

b. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2231.47.

c. Computed only for a 2x2 table

RELAÇÃO ENTRE A RESIDÊNCIA E OS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS, 2009

Órgão autárquico * Residência Crosstabulation					
		Residência			
			1 Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	2 Não reside no Conc./Freg. em que foi eleito	Total
Órgão autárquico	1 Câmara Municipal	Count	1814	188	2002
		% within Órgão autárquico	90.6%	9.4%	100.0%
		% within Residência	3.7%	10.2%	4.0%
		Adjusted Residual	-14.1	14.1	
	2 Assembleia Municipal	Count	5692	723	6415
		% within Órgão autárquico	88.7%	11.3%	100.0%
		% within Residência	11.7%	39.3%	12.7%
		Adjusted Residual	-35.0	35.0	
	3 Junta de Freguesia	Count	11871	248	12119
		% within Órgão autárquico	98.0%	2.0%	100.0%
		% within Residência	24.3%	13.5%	23.9%
		Adjusted Residual	10.7	-10.7	
	4 Assembleia de Freguesia	Count	29422	679	30101
		% within Órgão autárquico	97.7%	2.3%	100.0%
		% within Residência	60.3%	36.9%	59.4%
		Adjusted Residual	20.0	-20.0	
	Total	Count	48799	1838	50637
		% within Órgão autárquico	96.4%	3.6%	100.0%
		% within Residência	100.0%	100.0%	100.0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1509.898 ^a	3	.000
Likelihood Ratio	1121.483	3	.000
Linear-by-Linear Association	997.681	1	.000
N of Valid Cases	50637		

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 72.67.

RELAÇÃO ENTRE O SEXO DOS/AS ELEITOS/AS E A RESIDÊNCIA, 2009

Residência * Sexo Crosstabulation					
		Sexo			
			1 Homem	2 Mulher	Total
Residência	1 Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Count	35261	13538	48799
		% within Residência	72.3%	27.7%	100.0%
		% within Sexo	96.3%	96.6%	96.4%
		Adjusted Residual	-1.9	1.9	
	2 Não reside no Conc./Freg. em que foi eleito	Count	1366	472	1838
		% within Residência	74.3%	25.7%	100.0%
		% within Sexo	3.7%	3.4%	3.6%
		Adjusted Residual	1.9	-1.9	
Total		Count	36627	14010	50637
		% within Residência	72.3%	27.7%	100.0%
		% within Sexo	100.0%	100.0%	100.0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2- sided)	Exact Sig. (1- sided)
Pearson Chi-Square	3.764 ^a	1	.052		
Continuity Correction ^b	3.662	1	.056		
Likelihood Ratio	3.820	1	.051		
Fisher's Exact Test				.053	.028
Linear-by-Linear Association	3.764	1	.052		
N of Valid Cases	50637				

a. 0 cells (0.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 508.53.

b. Computed only for a 2x2 table

Anexo VIII. Modelo de regressão logística das características sociodemográficas como preditoras da probabilidade das pessoas eleitas serem mulheres (eleição de 2009)

SELECÇÃO DO MODELO (ver Field, 2013)

Para seleccionar qual o melhor modelo de regressão, calculamos 6 modelos diferentes, especificados em blocos: o primeiro apenas com uma variável explicativa, o segundo com a variável explicativa anterior e uma nova e por aí em diante. Este procedimento permite-nos uma comparação directa entre os vários modelos já que, ao comparar os sucessivos ajustamentos, percebemos se a introdução de uma nova variável explicativa aumenta significativamente, ou não, a capacidade explicativa do modelo. Sabendo que a introdução de uma nova variável independente aumenta sempre a capacidade explicativa, queremos saber se esse aumento é significativo, ou seja, se aquilo que se ganha em explicação compensa a complexificação do modelo, tendo em vista a ideia da parcimónia: “The statistical implication of using a parsimony heuristic is that models be kept as simple as possible. In other words, do not include predictors unless they have explanatory benefit” (Field, 2013, p. 908). Apresentamos de seguida as variáveis em estudo.

Dependent Variable Encoding	
Original Value	Internal Value
Homem	0
Mulher	1

Categorical Variables Codings													
		Frequency	Parameter coding										
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	2507	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	5670	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	1985	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	1595	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	5616	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	1256	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Oper., Artíf. e Operad. de Máquinas	4320	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Aposentados	3467	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Domésticas	271	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000
	Estudantes	500	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000
	Desempregados	546	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000
	Outras	266	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000
	1º Ciclo	4791	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	2º Ciclo	1936	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Nível de instrução	3º Ciclo	4480	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Secundário	6326	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Licenciatura	9634	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Pós-Licenciatura	832	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Solteiro/a	5311	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Estado civil	Casado/a União de facto	21239	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Divorciado/a Separado/a	1070	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Viuvo/a	379	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Residência	Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	26868	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	1131	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Naturalidade	Natural do Conc/Freg em que foi eleito	20529	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	7470	0,000	1,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Apresentamos de seguida os resultados das regressões logísticas em blocos (6 modelos em teste).

Block 0: Beginning Block

Iteration History ^{a,b,c}					
Iteration			-2 Log likelihood	Coefficients Constant	
Step 0	1		33433,390	-,864	
	2		33412,215	-,924	
	3		33412,212	-,925	

a. Constant is included in the model.
b. Initial -2 Log Likelihood: 33412.212
c. Estimation terminated at iteration number 3 because parameter estimates changed by less

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 0 Constant	-,925	,013	4869,402	1	0,000	,397

Modelo inicial; aquele que é calculado antes da introdução de qualquer variável explicativa (apenas a constante entra no modelo) e que vai servir de base à comparação com o seguinte.

Block 1: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients					
		Chi-square	df	Sig.	
Step 1	Step	2655,942	1	0,000	
	Block	2655,942	1	0,000	
	Model	2655,942	1	0,000	

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a Idade	-,058	,001	2289,249	1	0,000	,944
	Constant	1,569	,052	918,566	1	,000

a. Variable(s) entered on step 1: Idade.

Modelo 1, com a introdução da “idade” como variável explicativa. Através do quadro *Omnibus tests of model coefficients*, percebemos que este modelo é significativo ($\chi^2_{(1)} = 2655,94$, $p < 0,001$).

Block 2: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients					
		Chi-square	df	Sig.	
Step 1	Step	634,273	3	,000	
	Block	634,273	3	,000	
	Model	3290,215	4	0,000	

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a Idade	-,058	,001	1671,341	1	0,000	,943
	Est_civil		671,745	3	,000	
	Est_civil(1)	-,260	,038	47,568	1	,000
	Est_civil(2)	1,016	,073	192,040	1	,000
	Est_civil(3)	1,653	,118	197,130	1	,000
	Constant	1,702	,053	1038,205	1	,000

a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Est_civil.

Modelo 2, com a introdução da “idade” e do “estado civil” como variáveis explicativas. O modelo é significativo ($\chi^2_{(4)} = 3290,22$, $p < 0,001$). Para além disto importa saber se a melhoria do ajustamento é significativa, dada pelo valor de χ^2 associado

ao bloco. Este valor é o resultado da diferença entre o χ^2 do modelo 2 e do modelo 1 (com os graus de liberdade a serem calculados da mesma forma). Assim, a mudança no χ^2 é significativa ($\chi^2_{(3)} = 634,27$, $p < 0,001$), pelo que a introdução da nova variável tem efeito significativo no modelo.

Block 3: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients						
		Chi-square	df	Sig.		
Step 1	Step	4,563	1	,033		
	Block	4,563	1	,033		
	Model	3294,778	5	0,000		

Variables in the Equation								
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. for EXP(B)	
							Lower	Upper
Step 1 ^a Idade	-,059	,001	1671,202	1	0,000	,943	,941	,946
Est_civil			673,132	3	,000			
Est_civil(1)	-,258	,038	46,994	1	,000	,773	,718	,832
Est_civil(2)	1,023	,073	194,201	1	,000	2,782	2,409	3,213
Est_civil(3)	1,652	,118	196,887	1	,000	5,218	4,143	6,572
Resid(1)	,155	,073	4,480	1	,034	1,168	1,012	1,348
Constant	1,552	,088	308,782	1	,000	4,721		

a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Est_civil, Resid.

Modelo 3, com a introdução da “idade”, do “estado civil” e da “residência” como variáveis explicativas. O modelo é significativo ($\chi^2_{(4)} = 3294,78$, $p < 0,001$). A melhoria do ajustamento é também significativa ($\chi^2_{(1)} = 4,56$, $p = 0,033$), pelo que a introdução da nova variável tem efeito significativo no modelo.

Block 4: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients						
		Chi-square	df	Sig.		
Step 1	Step	213,342	1	,000		
	Block	213,342	1	,000		
	Model	3508,120	6	0,000		

Variables in the Equation								
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. for EXP(B)	
							Lower	Upper
Step 1 ^a Idade	-,059	,001	1661,124	1	0,000	,943	,940	,946
Est_civil			653,855	3	,000			
Est_civil(1)	-,283	,038	55,791	1	,000	,754	,700	,812
Est_civil(2)	,961	,074	169,109	1	,000	2,613	2,261	3,021
Est_civil(3)	1,622	,118	188,923	1	,000	5,063	4,018	6,380
Resid(1)	,221	,074	8,936	1	,003	1,247	1,079	1,442
Natur(1)	-,456	,031	216,010	1	,000	,633	,596	,673
Constant	1,837	,091	407,739	1	,000	6,280		

a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Est_civil, Resid, Natur.

Modelo 4, com a introdução da “idade”, do “estado civil”, da “residência” e da “naturalidade” como variáveis explicativas. O modelo é significativo ($\chi^2_{(6)} = 3508,12$, $p < 0,001$). A melhoria do ajustamento é também significativa ($\chi^2_{(1)} = 213,34$, $p < 0,001$), pelo que a introdução da nova variável tem efeito significativo no modelo.

Block 5: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients									
		Chi-square		df		Sig.			
Step 1	Step	3087,295		11		0,000			
	Block	3087,295		11		0,000			
	Model	6595,415		17		0,000			

Variables in the Equation									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1 ^a	Idade	-,062	,002	1218,193	1	,000	,940	,937	,943
	Est_civil			538,691	3	,000			
	Est_civil(1)	-,211	,041	26,532	1	,000	,810	,747	,877
	Est_civil(2)	,928	,078	140,061	1	,000	2,529	2,169	2,949
	Est_civil(3)	1,763	,124	201,015	1	,000	5,832	4,570	7,441
	Resid(1)	-,452	,076	35,247	1	,000	,637	,548	,739
	Natur(1)	,315	,033	91,394	1	,000	1,371	1,285	1,462
	Profissão			2041,437	11	0,000			
	Profissão(1)	,956	,056	295,706	1	,000	2,601	2,332	2,900
	Profissão(2)	,107	,070	2,350	1	,125	1,113	,971	1,276
	Profissão(3)	-1,040	,101	106,658	1	,000	,353	,290	,430
	Profissão(4)	,521	,056	85,650	1	,000	1,684	1,508	1,880
	Profissão(5)	-1,836	,161	129,309	1	,000	,159	,116	,219
	Profissão(6)	-1,167	,071	266,677	1	,000	,311	,271	,358
	Profissão(7)	,343	,080	18,232	1	,000	1,410	1,204	1,651
	Profissão(8)	5,113	,365	195,991	1	,000	166,165	81,220	339,951
	Profissão(9)	-,264	,107	6,097	1	,014	,768	,623	,947
	Profissão(10)	,541	,106	25,947	1	,000	1,718	1,395	2,116
	Profissão(11)	,133	,150	,788	1	,375	1,142	,852	1,531
	Constant	1,515	,080	362,099	1	,000	4,551		

a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Est_civil, Resid, Natur, Profissão.

Modelo 5, com a introdução da “idade”, do “estado civil”, da “residência”, da “naturalidade” e da “profissão” como variáveis explicativas. O modelo é significativo ($\chi^2_{(17)} = 6595,42$, $p < 0,001$). A melhoria do ajustamento é também significativa ($\chi^2_{(11)} = 3087,30$, $p < 0,001$), pelo que a introdução da nova variável tem efeito significativo no modelo.

Block 6: Method = Enter

Omnibus Tests of Model Coefficients									
		Chi-square		df		Sig.			
Step 1	Step	772,098		5		,000			
	Block	772,098		5		,000			
	Model	7367,513		22		0,000			

Variables in the Equation									
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. for EXP(B)	
								Lower	Upper
Step 1 ^a	Idade	-,062	,002	1218,193	1	,000	,940	,937	,943
	Est_civil			538,691	3	,000			
	Est_civil(1)	-,211	,041	26,532	1	,000	,810	,747	,877
	Est_civil(2)	,928	,078	140,061	1	,000	2,529	2,169	2,949
	Est_civil(3)	1,763	,124	201,015	1	,000	5,832	4,570	7,441
	Resid(1)	-,452	,076	35,247	1	,000	1,571	1,353	1,823
	Natur(1)	-,315	,033	91,394	1	,000	,730	,684	,778
	Profissão			2041,437	11	0,000			
	Profissão(1)	,956	,056	295,706	1	,000	2,601	2,332	2,900
	Profissão(2)	,107	,070	2,350	1	,125	1,113	,971	1,276
	Profissão(3)	-1,040	,101	106,658	1	,000	,353	,290	,430
	Profissão(4)	,521	,056	85,650	1	,000	1,684	1,508	1,880
	Profissão(5)	-1,836	,161	129,309	1	,000	,159	,116	,219
	Profissão(6)	-1,167	,071	266,677	1	,000	,311	,271	,358
	Profissão(7)	,343	,080	18,232	1	,000	1,410	1,204	1,651
	Profissão(8)	5,113	,365	195,991	1	,000	166,165	81,220	339,951
	Profissão(9)	-,264	,107	6,097	1	,014	,768	,623	,947
	Profissão(10)	,541	,106	25,947	1	,000	1,718	1,395	2,116
	Profissão(11)	,133	,150	,788	1	,375	1,142	,852	1,531
	Constant	1,379	,109	159,535	1	,000	3,972		

a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Est_civil, Resid, Natur, Profissão.

Modelo 6, com a introdução da “idade”, do “estado civil”, da “residência”, da “naturalidade”, da “profissão” e do “nível de instrução” como variáveis explicativas. O modelo é significativo ($\chi^2_{(22)} = 7367,51$, $p < 0,001$). A melhoria do ajustamento é também significativa ($\chi^2_{(5)} = 772,10$, $p < 0,001$), pelo que a introdução da nova variável tem efeito significativo no modelo.

Por forma a confirmar os resultados obtidos através desta metodologia, calculámos ainda o mesmo modelo, com as variáveis “idade”, “estado civil”, “residência”, “naturalidade”, “profissão” e “nível de instrução”, através de um método *stepwise (forward LR)*²⁴⁷, cujos resultados apresentamos de seguida.

Variables in the Equation								
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. for EXP(B)	
							Lower	Upper
Step 1 ^a			2973,069	11	0,000			
Profissão								
Profissão(1)	1,007	,053	364,398	1	,000	2,738	2,469	3,037
Profissão(2)	,288	,066	18,881	1	,000	1,334	1,171	1,519
Profissão(3)	-1,228	,098	158,342	1	,000	,293	,242	,355
Profissão(4)	,517	,053	93,857	1	,000	1,676	1,510	1,861
Profissão(5)	-2,241	,159	199,817	1	,000	,106	,078	,145
Profissão(6)	-1,177	,069	293,553	1	,000	,308	,269	,353
Profissão(7)	-,903	,069	172,255	1	,000	,405	,354	,464
Profissão(8)	4,545	,362	157,798	1	,000	94,117	46,315	191,254
Profissão(9)	,883	,101	76,998	1	,000	2,419	1,986	2,947
Profissão(10)	,597	,099	36,438	1	,000	1,817	1,497	2,206
Profissão(11)	,172	,142	1,465	1	,226	1,188	,899	1,570
Constant	-1,052	,046	532,135	1	,000	,349		
Step 2 ^b			1515,562	1	0,000	,941	,939	,944
Idade	-,060	,002	2160,807	11	0,000			
Profissão								
Profissão(1)	,954	,055	302,998	1	,000	2,596	2,331	2,890
Profissão(2)	,104	,069	2,260	1	,133	1,109	,969	1,270
Profissão(3)	-1,082	,100	118,254	1	,000	,339	,279	,412
Profissão(4)	,495	,055	80,174	1	,000	1,641	1,472	1,829
Profissão(5)	-1,941	,160	146,380	1	,000	,144	,105	,197
Profissão(6)	-1,219	,070	299,793	1	,000	,296	,257	,339
Profissão(7)	,376	,078	23,348	1	,000	1,457	1,251	1,698
Profissão(8)	5,039	,365	190,946	1	,000	154,372	75,535	315,495
Profissão(9)	-,199	,105	3,590	1	,058	,819	,667	1,007
Profissão(10)	,518	,104	24,645	1	,000	1,679	1,369	2,061
Profissão(11)	,099	,148	,446	1	,504	1,104	,826	1,475
Constant	1,456	,078	349,028	1	,000	4,288		
[...]								
Profissão(9)	,101	,111	,833	1	,362	1,106	,890	1,375
Profissão(10)	1,111	,115	93,620	1	,000	3,036	2,425	3,802
Profissão(11)	,831	,159	27,400	1	,000	2,295	1,681	3,131
NInst_rec			692,974	5	,000			
NInst_rec(1)	,528	,117	20,308	1	,000	1,696	1,348	2,134
NInst_rec(2)	,960	,093	105,851	1	,000	2,611	2,175	3,135
NInst_rec(3)	1,499	,090	277,523	1	,000	4,479	3,755	5,343
NInst_rec(4)	2,042	,093	483,810	1	,000	7,702	6,421	9,239
NInst_rec(5)	1,847	,119	239,693	1	,000	6,338	5,017	8,007
Constant	-1,101	,153	51,835	1	,000	,332		

a. Variable(s) entered on step 1: Profissão.

b. Variable(s) entered on step 2: Idade.

c. Variable(s) entered on step 3: NInst_rec.

d. Variable(s) entered on step 4: Est_civil.

e. Variable(s) entered on step 5: Resid.

f. Variable(s) entered on step 6: Natur.

²⁴⁷ Nas regressões *stepwise* (sequenciais), a ordem da entrada dos preditores na equação é determinada estritamente por critérios matemáticos. Ao contrário do método *enter*, onde todas as variáveis independentes são modeladas simultaneamente, nos métodos *stepwise* são estimados, sequencialmente, tantos modelos quanto o número de variáveis independentes mais um, que é o modelo inicial, que inclui somente a constante (β_0). No método de selecção sequencial *forward*, vão sendo adicionadas as variáveis independentes com base na correlação que estabelecem com a variável dependente – a primeira variável a entrar no modelo é aquela que apresentar a correlação mais elevada com a VD. O método *forward LR (likelihood ratio)* usa como critério de inclusão das variáveis no modelo o *score* que cada uma delas tem com base no rácio de verosimilhança. Podem também ser usadas outras estatísticas, como a condicional ou a de Wald (Field, 2013; Marôco, 2014).

Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	4266,304	11	0,000
	Block	4266,304	11	0,000
	Model	4266,304	11	0,000
Step 2	Step	1687,980	1	0,000
	Block	5954,284	12	0,000
	Model	5954,284	12	0,000
Step 3	Step	872,782	5	,000
	Block	6827,066	17	0,000
	Model	6827,066	17	0,000
Step 4	Step	446,184	3	,000
	Block	7273,250	20	0,000
	Model	7273,250	20	0,000
Step 5	Step	58,451	1	,000
	Block	7331,701	21	0,000
	Model	7331,701	21	0,000
Step 6	Step	35,812	1	,000
	Block	7367,513	22	0,000
	Model	7367,513	22	0,000

Model Summary			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	29145,908 ^a	,141	,203
2	27457,928 ^a	,192	,275
3	26585,145 ^a	,216	,311
4	26138,962 ^a	,229	,328
5	26080,511 ^a	,230	,331
6	26044,699 ^a	,231	,332

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than .001.

Hosmer and Lemeshow Test			
Step	Chi-square	df	Sig.
1	,000	6	1,000
2	9,635	8	,292
3	10,444	8	,235
4	25,479	8	,001
5	24,923	8	,002
6	28,273	8	,000

À semelhança das análises anteriores (mas agora recorrendo aos valores de χ^2 do *step* e não do *block*, já que a introdução das variáveis no modelo está a ser feita por passos e não por blocos), observa-se que a introdução de cada uma das novas variáveis produz melhorias significativas no modelo.

A estatística -2 log-likelihood (-2LL) constitui-se como uma medida de desvio do modelo testado relativamente ao modelo de base (modelo onde apenas a constante é considerada) e quanto mais baixo o valor de -2LL, melhor o ajustamento do modelo. Neste caso, observa-se que a introdução sucessiva de variáveis explicativas provoca uma diminuição do valor de -2LL, podendo considerar-se, assim, que o modelo com as 6 variáveis é melhor que os anteriores.

Observa-se também, pelos R^2 de Cox e Snell e de Nagelkerke (versões do coeficiente de determinação para a regressão logística), que a capacidade explicativa do modelo vai aumentando com a introdução sucessiva de variáveis explicativa²⁴⁸.

Por último, o teste de Hosmer e Lemeshow (medida de bondade do ajustamento) leva-nos à rejeição dos modelos 4, 5 e 6. Contudo, o teste de Hosmer e Lemeshow tem sido considerado controverso (*e.g.*, Allison, 2012; Bertolini, D'amico, Nardi, Tinazzi, & Apolone, 2000; Kramer & Zimmerman, 2007), nomeadamente com amostras grandes, pelo que o seu resultado não deve ser lido como definitivo mas analisado em conjunto com outros indicadores.

Considerando os resultados obtidos, optámos pelo modelo 6, que inclui, como variáveis explicativas da probabilidade das pessoas eleitas serem homens ou mulheres, as variáveis “idade”, “estado civil”, “residência”, “naturalidade”, “profissão” e “nível de instrução”.

PRESSUPOSTOS (ver Field, 2013; Tabachnick & Fidell, 2013)

- **Dimensão da amostra (amostras de grande dimensão)**

A regressão logística implica a existência de uma amostra de grande dimensão. Apesar de não haver consenso relativamente à dimensão mínima da amostra, é comum considerar-se que deverá haver um mínimo de 10 casos por cada variável independente. Mesmo numa perspectiva mais conservadora, de um mínimo de 50

²⁴⁸ Esta observação era, aliás, expectável, na medida em que, uma vez que estes coeficientes não penalizam a complexidade do modelo (não aplicam o princípio da parcimónia), quantos mais factores explicativos forem incluídos, mais o modelo será capaz de explicar.

observações por variável independente (Spicer, 2005), a dimensão da nossa amostra (com 27999 observações, contabilizando apenas os casos considerados após a detecção *listwise*²⁴⁹) apresenta uma dimensão aceitável para cumprir este pressuposto, já que $27999 > 300$ ($50 \text{ casos} * 6 \text{ variáveis independentes} = 300$). Para confirmar esta condição de aplicação, recorreremos ainda a outro método de verificação, que sugere que o número mínimo de casos deverá corresponder a $N = 10 * k / p$, sendo k o número de variáveis independentes e p a proporção mais pequena de casos de sucesso ou insucesso (Peduzzi, Concato, Kemper, Holford, & Feinstein, 1996). No nosso caso, considerando apenas os 27999 casos acima referidos, temos a seguinte distribuição por sexo: 71,6% de homens e 28,4% de mulheres. Assim, o número mínimo de casos admissível seria de 211 ($10 * 6 / 0,284 = 211$).

- **Adequabilidade das frequências esperadas**

A adequabilidade das frequências esperadas consiste na verificação, para todos os pares de variáveis categóricas (incluindo a dependente), de todas as frequências esperadas com valor superior a 1 e simultaneamente não haver mais de 20% com valor inferior a 5. Como se observa nos quadros seguintes, este pressuposto está verificado.

Nota: Nas tabelas cruzadas que se encontram abaixo dos dois quadros relativos aos valores esperados, o total de casos de cada tabela corresponde ao número de casos válidos em cada par de variáveis. Como se poderá observar, esses totais não são coincidentes nas diferentes tabelas nem coincidem com o número de casos usado na regressão logística apresentada no corpo do trabalho. Na primeira destas situações, deve-se ao facto do cruzamento de variáveis diferentes apresentar números diferenciados de respostas válidas; no segundo caso, na regressão logística é utilizado um método *listwise* de tratamento dos casos omissos, o que vai, evidentemente, diminuir o número de casos em tratamento.

VE <1	Sexo	Profissão	Nível de instrução	Estado civil	Residência	Naturalidade
Sexo		0	0	0	0	0
Profissão			0	0	0	0
Nível de instrução				0	0	0
Estado civil					0	0
Residência						0
Naturalidade						

²⁴⁹ No método *listwise* constitui-se como uma técnica que elimina da análise todos os casos que não tenham informação em todas as variáveis em estudo. Por outras palavras, são apenas considerados os casos que apresentam respostas válidas em todas as variáveis do modelo.

VE <5	Sexo	Profissão	Nível de instrução	Estado civil	Residência	Naturalidade
Sexo		0	0	0	0	0
Profissão			0	2	0	0
Nível de instrução				0	0	0
Estado civil					0	0
Residência						0
Naturalidade						

Profissão * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count 2613	885	3498
		Expected Count 2532,4	965,6	3498,0
	Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count 4261	4063	8324
		Expected Count 6026,3	2297,7	8324,0
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	Count 2214	1014	3228
		Expected Count 2337,0	891,0	3228,0
	Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count 2444	252	2696
		Expected Count 1951,8	744,2	2696,0
	Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count 5645	3290	8935
		Expected Count 6468,7	2466,3	8935,0
	Agríc. e Trab. Qual. da Agríc. e Pescas	Count 1988	65	2053
		Expected Count 1486,3	566,7	2053,0
	Oper., Artíf. e Operad. de Máquinas	Count 6361	653	7014
		Expected Count 5077,9	1936,1	7014,0
	Aposentados	Count 4997	622	5619
		Expected Count 4068,0	1551,0	5619,0
	Domésticas	Count 17	448	465
		Expected Count 336,6	128,4	465,0
	Estudantes	Count 526	440	966
		Expected Count 699,4	266,6	966,0
	Desempregados	Count 478	306	784
		Expected Count 567,6	216,4	784,0
	Outras	Count 341	119	460
		Expected Count 333,0	127,0	460,0
Total		Count 31885	12157	44042
		Expected Count 31885,0	12157,0	44042,0

Nível de Instrução * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count 5011	275	5286
		Expected Count 3748,9	1537,1	5286,0
	2º Ciclo	Count 1977	229	2206
		Expected Count 1564,5	641,5	2206,0
	3º Ciclo	Count 4174	827	5001
		Expected Count 3546,7	1454,3	5001,0
	Secundário	Count 4860	2381	7241
		Expected Count 5135,4	2105,6	7241,0
	Licenciatura	Count 6427	5368	11795
		Expected Count 8365,1	3429,9	11795,0
	Pós-Licenciatura	Count 596	369	965
		Expected Count 684,4	280,6	965,0
Total		Count 23045	9449	32494
		Expected Count 23045,0	9449,0	32494,0

Estado civil * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Estado civil	Solteiro/a	Count	3670	3049
		Expected Count	4867,0	1852,0
	Casado/a União de facto	Count	21355	5989
		Expected Count	19807,0	7537,0
	Divorciado/a Separado/a	Count	707	634
		Expected Count	971,4	369,6
Total	Viúvo/a	Count	264	220
		Expected Count	350,6	133,4
		Count	25996	9892
		Expected Count	25996,0	9892,0

Residência * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Residência	Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Count	35261	13538
		Expected Count	35297,5	13501,5
	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	Count	1366	472
		Expected Count	1329,5	508,5
Total		Count	36627	14010
		Expected Count	36627,0	14010,0

Naturalidade * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Naturalidade	Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count	27756	9483
		Expected Count	26935,9	10303,1
	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	Count	8871	4527
		Expected Count	9691,1	3706,9
Total		Count	36627	14010
		Expected Count	36627,0	14010,0

Profissão * Nível de Instrução Crosstabulation

		Nível de instrução						Total
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Pós-Licenciatura	Pós-Licenciatura	
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm.	Count	165	111	202	393	1581	161
	Púb. e Empr.	Expected Count	438,2	176,7	403,8	573,8	942,2	78,3
	Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count	4	7	20	83	5766	559
		Expected Count	1079,9	435,5	995,1	1413,9	2321,7	192,9
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count	20	37	149	642	1223	47
		Expected Count	355,2	143,2	327,3	465,1	763,7	63,4
	Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count	402	225	436	376	169	21
		Expected Count	273,2	110,2	251,7	357,7	587,4	48,8
	Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count	501	314	1160	2918	839	25
		Expected Count	965,5	389,3	889,7	1264,2	2075,8	172,4
	Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count	817	154	242	83	19	4
		Expected Count	221,2	89,2	203,8	289,6	475,6	39,5
	Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count	1166	759	1399	923	199	9
		Expected Count	747,2	301,3	688,5	978,3	1606,4	133,4
	Aposentados	Count	1621	256	665	400	574	44
		Expected Count	597,1	240,8	550,2	781,7	1283,6	106,6
	Domésticas	Count	86	42	88	54	4	0
		Expected Count	46,0	18,5	42,3	60,2	98,8	8,2
	Estudantes	Count	0	2	15	354	144	9
		Expected Count	87,9	35,4	81,0	115,1	188,9	15,7
	Desempregados	Count	108	52	118	175	99	4
		Expected Count	93,3	37,6	85,9	122,1	200,5	16,7
	Outras	Count	60	37	67	80	25	1
		Expected Count	45,3	18,3	41,7	59,3	97,4	8,1
Total		Count	4950	1996	4561	6481	10642	884
		Expected Count	4950,0	1996,0	4561,0	6481,0	10642,0	884,0

Profissão * Estado civil Crosstabulation

			Estado civil				
			Casado/a	Divorciado/a			
			Solteiro/a	União de facto	Separado/a	Viúvo/a	Total
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Públ. e Empr.	Count	508	2074	135	29	2746,0
		Expected Count	498,8	2106,5	102,4	38,3	2746,0
	Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count	1568	4041	344	46	5999,0
		Expected Count	1089,7	4601,9	223,7	83,6	5999,0
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count	587	1535	85	15	2222,0
		Expected Count	403,6	1704,5	82,9	31,0	2222,0
	Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count	132	1736	49	23	1940,0
		Expected Count	352,4	1488,2	72,3	27,0	1940,0
	Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count	1206	5046	277	74	6603,0
		Expected Count	1199,5	5065,3	246,2	92,0	6603,0
	Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count	148	1252	14	12	1426,0
		Expected Count	259,0	1093,9	53,2	19,9	1426,0
	Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count	723	4133	108	36	5000,0
		Expected Count	908,3	3835,6	186,5	69,7	5000,0
	Aposentados	Count	103	3811	128	190	4232,0
		Expected Count	768,8	3246,4	157,8	59,0	4232,0
	Domésticas	Count	18	287	15	11	331,0
		Expected Count	60,1	253,9	12,3	4,6	331,0
	Estudantes	Count	590	32	3	1	626,0
		Expected Count	113,7	480,2	23,3	8,7	626,0
	Desempregados	Count	187	399	25	7	618,0
		Expected Count	112,3	474,1	23,0	8,6	618,0
	Outras	Count	56	257	13	3	329,0
		Expected Count	59,8	252,4	12,3	4,6	329,0
Total		Count	5826	24603	1196	447	32072,0
		Expected Count	5826,0	24603,0	1196,0	447,0	32072,0

Profissão * Residência Crosstabulation

		Residência		Total
		Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Não reside no Conc./Freg.em que foi eleito	
Profissão		Count		
Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Públ. e Empr.	Count	3241	257	3498
	Expected Count	3372,7	125,3	3498,0
Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count	7720	604	8324
	Expected Count	8025,9	298,1	8324,0
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count	3118	110	3228
	Expected Count	3112,4	115,6	3228,0
Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count	2647	49	2696
	Expected Count	2599,5	96,5	2696,0
Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count	8693	242	8935
	Expected Count	8615,1	319,9	8935,0
Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count	2046	7	2053
	Expected Count	1979,5	73,5	2053,0
Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count	6924	90	7014
	Expected Count	6762,9	251,1	7014,0
Aposentados	Count	5450	169	5619
	Expected Count	5417,8	201,2	5619,0
Domésticas	Count	457	8	465
	Expected Count	448,3	16,7	465,0
Estudantes	Count	937	29	966
	Expected Count	931,4	34,6	966,0
Desempregados	Count	776	8	784
	Expected Count	755,9	28,1	784,0
Outras	Count	456	4	460
	Expected Count	443,5	16,5	460,0
Total	Count	42465	1577	44042
	Expected Count	42465,0	1577,0	44042,0

Profissão * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count	2342	1156	3498
		Expected Count	2573,1	924,9	3498,0
Espec. das Prof. Intelect. e Científicas		Count	5213	3111	8324
		Expected Count	6123,1	2200,9	8324,0
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio		Count	2205	1023	3228
		Expected Count	2374,5	853,5	3228,0
Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes		Count	2132	564	2696
		Expected Count	1983,2	712,8	2696,0
Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.		Count	6594	2341	8935
		Expected Count	6572,5	2362,5	8935,0
Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas		Count	1890	163	2053
		Expected Count	1510,2	542,8	2053,0
Oper., Artíf. e Operad. de Máquinas		Count	5700	1314	7014
		Expected Count	5159,5	1854,5	7014,0
Aposentados		Count	4168	1451	5619
		Expected Count	4133,3	1485,7	5619,0
Domésticas		Count	369	96	465
		Expected Count	342,1	122,9	465,0
Estudantes		Count	771	195	966
		Expected Count	710,6	255,4	966,0
Desempregados		Count	641	143	784
		Expected Count	576,7	207,3	784,0
Outras		Count	372	88	460
		Expected Count	338,4	121,6	460,0
Total		Count	32397	11645	44042
		Expected Count	32397,0	11645,0	44042,0

Nível de Instrução * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	4563	723	5286
		Expected Count	3855,1	1430,9	5286,0
	2º Ciclo	Count	1823	383	2206
		Expected Count	1608,8	597,2	2206,0
	3º Ciclo	Count	4022	979	5001
		Expected Count	3647,2	1353,8	5001,0
	Secundário	Count	5189	2052	7241
		Expected Count	5280,9	1960,1	7241,0
	Licenciatura	Count	7552	4243	11795
		Expected Count	8602,1	3192,9	11795,0
	Pós-Licenciatura	Count	549	416	965
		Expected Count	703,8	261,2	965,0
Total		Count	23698	8796	32494
		Expected Count	23698,0	8796,0	32494,0

Estado civil * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Estado civil	Solteiro/a	Count	5134	1585	6719
		Expected Count	4928,6	1790,4	6719,0
	Casado/a União de facto	Count	20021	7323	27344
		Expected Count	20057,7	7286,3	27344,0
	Divorciado/a Separado/a	Count	831	510	1341
		Expected Count	983,7	357,3	1341,0
	Viúvo/a	Count	339	145	484
		Expected Count	355,0	129,0	484,0
Total		Count	26325	9563	35888
		Expected Count	26325,0	9563,0	35888,0

Residência * Naturalidade Crosstabulation					
		Naturalidade		Total	
		Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito		
Residência	Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Count	36170	12629	48799
		Expected Count	35887,3	12911,7	48799,0
	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	Count	1069	769	1838
		Expected Count	1351,7	486,3	1838,0
Total		Count	37239	13398	50637
		Expected Count	37239,0	13398,0	50637,0

Nível de Instrução * Residência Crosstabulation					
		Residência		Total	
		Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito		
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	5247	39	5286
		Expected Count	5066,9	219,1	5286,0
	2º Ciclo	Count	2186	20	2206
		Expected Count	2114,6	91,4	2206,0
	3º Ciclo	Count	4898	103	5001
		Expected Count	4793,7	207,3	5001,0
	Secundário	Count	7022	219	7241
		Expected Count	6940,8	300,2	7241,0
	Licenciatura	Count	10974	821	11795
		Expected Count	11306,1	488,9	11795,0
	Pós-Licenciatura	Count	820	145	965
		Expected Count	925,0	40,0	965,0
Total		Count	31147	1347	32494
		Expected Count	31147,0	1347,0	32494,0

Estado civil * Residência Crosstabulation					
		Residência		Total	
		Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito		
Estado civil	Solteiro/a	Count	6509	210	6719
		Expected Count	6455,2	263,8	6719,0
	Casado/a União de facto	Count	26260	1084	27344
		Expected Count	26270,4	1073,6	27344,0
	Divorciado/a Separado/a	Count	1238	103	1341
		Expected Count	1288,4	52,6	1341,0
	Viúvo/a	Count	472	12	484
		Expected Count	465,0	19,0	484,0
Total		Count	34479	1409	35888
		Expected Count	34479,0	1409,0	35888,0

Nível de Instrução * Estado civil Crosstabulation							
		Estado civil					
			Solteiro/a	Casado/a União de facto	Divorciado/a Separado/a	Viúvo/a	Total
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	181	4757	75	120	5133
		Expected Count	1000,1	3867,8	197,3	67,8	5133,0
	2º Ciclo	Count	157	1897	59	30	2143
		Expected Count	417,5	1614,8	82,4	28,3	2143,0
	3º Ciclo	Count	565	4138	151	62	4916
		Expected Count	957,8	3704,3	189,0	64,9	4916,0
	Secundário	Count	1736	4970	295	73	7074
		Expected Count	1378,3	5330,3	271,9	93,4	7074,0
	Licenciatura	Count	3159	6834	542	116	10651
		Expected Count	2075,3	8025,7	409,5	140,6	10651,0
	Pós-Licenciatura	Count	208	631	63	6	908
		Expected Count	176,9	684,2	34,9	12,0	908,0
Total	Count	6006	23227	1185	407	30825	
	Expected Count	6006,0	23227,0	1185,0	407,0	30825,0	

- **Relação linear entre os preditores métricos e a variável dependente (*logit* da variável dependente)**

Um dos pressupostos dos modelos de regressão linear consiste na linearidade da relação entre as variáveis dependente e independentes. No caso da regressão logística, uma vez que a variável dependente é categórica, logo, não métrica (a regressão é feita, portanto, sobre a transformação logística, ou *logit*, da variável dependente), este pressuposto é violado. Logaritmizar as variáveis métricas independentes é uma forma de contornar este problema, ao traduzir de forma não linear uma relação linear.

Este pressuposto é verificado através da análise da significância da interação entre a variável independente métrica e o seu logaritmo na variável dependente dicotômica; ele é violado se a interação for estatisticamente significativa no modelo.

Como se observa no quadro seguinte, a interação não é significativa, pelo que se verifica este pressuposto.

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a						
Idade	-,124	,050	6,145	1	,013	,883
Profissão			1208,626	11	,000	
Profissão(1)	,739	,057	170,232	1	,000	2,094
Profissão(2)	,128	,071	3,235	1	,072	1,136
Profissão(3)	-,484	,105	21,105	1	,000	,616
Profissão(4)	,924	,064	211,257	1	,000	2,519
Profissão(5)	-,822	,168	23,827	1	,000	,440
Profissão(6)	-,425	,080	28,562	1	,000	,654
Profissão(7)	,792	,091	76,600	1	,000	2,209
Profissão(8)	6,247	,372	282,003	1	,000	516,434
Profissão(9)	,051	,116	,189	1	,664	1,052
Profissão(10)	1,104	,115	92,153	1	,000	3,017
Profissão(11)	,827	,159	27,121	1	,000	2,287
NInst_rec			694,935	5	,000	
NInst_rec(1)	,544	,118	21,360	1	,000	1,723
NInst_rec(2)	,972	,094	107,605	1	,000	2,642
NInst_rec(3)	1,511	,090	279,477	1	,000	4,532
NInst_rec(4)	2,053	,093	485,663	1	,000	7,789
NInst_rec(5)	1,860	,120	241,792	1	,000	6,424
Est_civil			449,152	3	,000	
Est_civil(1)	-,127	,043	8,684	1	,003	,881
Est_civil(2)	,916	,080	131,417	1	,000	2,499
Est_civil(3)	1,843	,131	197,661	1	,000	6,315
Resid(1)	,571	,075	57,526	1	,000	1,771
Natur(1)	-,201	,033	36,353	1	,000	,818
Idade by LnIdade	,015	,011	2,158	1	,142	1,016
Constant	-,490	,444	1,218	1	,270	,613

a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Profissão, NInst_rec, Est_civil, Resid, Natur, Idade * LnIdade .

- **Ausência de multicolinearidade entre os preditores**

O SPSS não faz testes de multicolinearidade no contexto da regressão logística mas, é possível, em alternativa, fazê-los recorrendo a uma regressão linear múltipla (IBM, 2014), sendo necessário, no entanto, transformar todas as variáveis categóricas em

variáveis *dummy*. A multicolinearidade é aferida através de três medidas: tolerância (que deve assumir valores acima de 0,10); VIF (*variance inflation factor*, que deve ter valores inferiores a 10); e *condition index* (que deve assumir valores abaixo de 30). Nos quadros seguintes apresentam-se os resultados da regressão linear múltipla onde todas as variáveis anteriormente consideradas foram introduzidas como variáveis *dummy*. Pela leitura das tabelas, conclui-se que podemos validar o pressuposto da não existência de multicolinearidade, já que os limites anteriormente enunciados são respeitados.

Coefficients ^a							
Model	Unstandardized Coefficients			Standardized Coefficients		Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta	t	Sig.	Tolerance	VIF
1	(Constant)	1.160	.011	104.747	.000		
	EB1	-.088	.008	-.060	-11.385	.000	.581
	EB2	-.064	.010	-.029	-6.369	.000	.770
	EB3	-.028	.008	-.019	-3.645	.000	.618
	Secund	.061	.007	.048	8.702	.000	.541
	Lic	.147	.007	.138	21.750	.000	.404
	PosLic	.082	.014	.025	5.697	.000	.838
	Quadros	-.062	.009	-.035	-7.180	.000	.674
	Intelect	.123	.007	.102	16.678	.000	.439
	Tecnico	-.010	.009	-.006	-1.147	.251	.701
	PeqEmp	-.137	.009	-.069	-14.560	.000	.734
	Serviços	.096	.007	.082	14.256	.000	.494
	Agric	-.163	.011	-.072	-15.373	.000	.748
	Operario	-.133	.007	-.103	-18.557	.000	.532
	Aposent	-.114	.008	-.080	-14.991	.000	.571
	Domest	.742	.020	.158	37.825	.000	.935
	Estud	.101	.014	.031	7.058	.000	.852
	Desemp	.120	.015	.033	7.737	.000	.900
	Outro	.014	.020	.003	.700	.484	.939
	Solteiro	.072	.007	.054	9.638	.000	.513
	Casado	-.064	.006	-.071	-10.988	.000	.392
	Divor	.111	.012	.040	8.967	.000	.832
	Viuvo	.191	.019	.042	9.886	.000	.926
	Reside	.103	.010	.043	10.482	.000	.973
	NNatural	.037	.004	.036	8.773	.000	.959

a. Dependent Variable: Sexo

Collinearity Diagnostics ^a						
Model	Dimension	Eigenvalue	Condition Index	Variance		
				(Constant)	EB1	EB2
1	1	4.727	1.000	.00	.00	.01
	2	1.742	1.647	.00	.04	.0
	3	1.407	1.833	.00	.03	.01
	4	1.168	2.012	.00	.07	.0
	5	1.136	2.040	.00	.00	.0
	6	1.049	2.123	.00	.01	.01
	7	1.035	2.137	.00	.00	.01
	8	1.013	2.161	.00	.00	.1
	9	1.007	2.166	.00	.00	.0
	10	1.001	2.174	.00	.00	.01
	11	1.000	2.174	.00	.00	.01
	12	1.000	2.174	.00	.00	.01
	13	.989	2.187	.00	.00	.1
	14	.972	2.206	.00	.00	.0
	15	.965	2.214	.00	.00	.0
	16	.941	2.241	.00	.01	.01
	17	.854	2.352	.00	.07	.1
	18	.751	2.508	.00	.02	.0
	19	.671	2.654	.00	.09	.01
	20	.641	2.715	.00	.04	.01
	21	.402	3.429	.00	.23	.1
	22	.327	3.801	.01	.00	.01
	23	.101	6.827	.01	.13	.01
	24	.086	7.435	.01	.24	.1
	25	.016	17.099	.96	.00	.01

a. Dependent Variable: Sexo

- **Ausência de *outliers* e de observações influentes**

A detecção de valores extremos (*outliers*) é feita através da análise dos resíduos estandardizados. Não deverá haver mais de 5% de resíduos além de $\pm 1,96$ e não mais de 1% além de $\pm 2,58$.

Como se observa nas estatísticas descritivas seguintes, este pressuposto encontra-se verificado: apenas 1,9% da distribuição é composta por resíduos superiores a $\pm 1,96$ e apenas 1,0% dos resíduos estão acima de $\pm 2,58$.

Normalized residual (+ -1.96)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	< -1.96	25	.0	.0	.0
	-1.96; 1.96	49663	98.1	98.1	98.1
	> 1.96	949	1.9	1.9	100.0
	Total	50637	100.0	100.0	

Normalized residual (+ -2.58)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	< -2.58	11	.0	.0	.0
	-2,58; 2.58	50143	99.0	99.0	99.0
	> 2.58	483	1.0	1.0	100.0
	Total	50637	100.0	100.0	

As observações influentes correspondem a valores que exercem uma influência indevida sobre o modelo. As medidas disponíveis no SPSS para a avaliação da existência de observações influentes são: *Cook's distance* (medida de influência global de um caso no modelo; as distâncias deverão ter um valor inferior a 1); *leverage statistics* (que medem a influência do valor observado da variável dependente sobre os valores preditos; deverá ter um valor próximo de $(k+1)/n$, onde k = número de preditores e n = número de observações); e *DFBeta* (diferença nos β como resultado de deixar de fora o(s) caso(s) influente(s) da equação de regressão logística; deve assumir um valor inferior a 1).

Como se observa no quadro seguinte, o valor máximo observado para as distâncias de Cook é de aproximadamente 0,14, situando-se, desta forma, todas as distâncias abaixo de 1.

Statistics		
Analog of Cook's influence statistics		
N	Valid	27999
	Missing	22638
	Minimum	.00000
	Maximum	.13945

Quanto às *leverage statistics*, os valores devem rondar $(6+1)/27999 = 0,00025$. Como se observa no quadro seguinte, os valores rondam o valor esperado.

Leverage value		
N	Valid	27999
	Missing	22638
	Mean	.0008215
	Std. Deviation	.00089741
	Range	.01585
	Minimum	.00006
	Maximum	.01591
Percentiles	1	.0001390
	5	.0002084
	25	.0003607
	50	.0005222
	75	.0008846
	95	.0023579
	99	.0046955

Por último, e tal como se observa no quadro seguinte, todos os *DFBeta* apresentam valores abaixo de 1.

	Minimum	Maximum
DFBETA for constant	-.00541	.01051
DFBETA for Idade	-.00007	.00015
DFBETA for Profissão(1)	-.00232	.00177
DFBETA for Profissão(2)	-.00235	.00269
DFBETA for Profissão(3)	-.00474	.00836
DFBETA for Profissão(4)	-.00312	.00174
DFBETA for Profissão(5)	-.01195	.02422
DFBETA for Profissão(6)	-.00359	.00383
DFBETA for Profissão(7)	-.00502	.00338
DFBETA for Profissão(8)	-.13526	.01825
DFBETA for Profissão(9)	-.00579	.00868
DFBETA for Profissão (10)	-.00867	.00908
DFBETA for Profissão (11)	-.01678	.02096
DFBETA for NInst_rec(1)	-.00989	.00787
DFBETA for NInst_rec(2)	-.00685	.00333
DFBETA for NInst_rec(3)	-.00686	.00299
DFBETA for NInst_rec(4)	-.00762	.00309
DFBETA for NInst_rec(5)	-.00776	.00704
DFBETA for Est_civil(1)	-.00256	.00115
DFBETA for Est_civil(2)	-.00449	.00461
DFBETA for Est_civil(3)	-.01440	.01147
DFBETA for Resid(1)	-.00536	.00553
DFBETA for Natur(1)	-.00094	.00106

Assim, o pressuposto da não existência de observações influentes está cumprido.

- **Independência dos erros**

Na regressão logística assume-se que as observações são independentes, ou seja, que provêm de casos não relacionados. Considerando que não estamos a trabalhar com medidas repetidas, ou seja, os dados em estudo são constituídos por diferentes observações para cada caso (e as categorias da variável independente são exaustivas e mutuamente exclusivas), este pressuposto está verificado.

AJUSTAMENTO DO MODELO SELECCIONADO

Na regressão logística, a variância explicada pelo modelo é aferida através dos (pseudo) R^2 de Cox e Snell e de Nagelkerke (lidos de forma semelhante aos coeficientes de determinação na regressão linear). Neste caso, pode dizer-se que o modelo explica entre 23,1 e 33,2% da variância da variável dependente. A análise do R^2 de Nagelkerke é, no entanto, preferível, uma vez que varia entre 0 e 1, o que não acontece com o R^2 de Cox e Snell, cujo limite máximo não chega a 1. É ainda de referir que os R^2 na regressão logística tendem a ser menores que os da regressão linear. Assim, a sua interpretação deve ter em consideração que valores de R^2 baixos são a norma na regressão logística (Hosmer, Lemeshow, & Sturdivant, 2013).

Model Summary			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	26044.699 ^a	.231	.332

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than .001.

Também o teste de Hosmer e Lemeshow é comumente usado para aferir a qualidade do modelo, neste caso, no que diz respeito ao ajustamento do modelo aos dados, onde “a não significância indica a adequação das frequências observadas nas categorias às previstas pelo modelo” (Cohen, Cohen, West, & Aiken, 2003, p. 506). De acordo com a estatística calculada, decide-se pela rejeição da hipótese nula em teste, pelo que não há evidência estatística de que o modelo esteja bem ajustado aos dados. Contudo, o teste de Hosmer e Lemeshow tem sido considerado controverso (*e.g.*, Allison, 2012; Bertolini *et al.*, 2000; Kramer & Zimmerman, 2007), nomeadamente com amostras grandes, pelo que o seu resultado não deve ser lido como definitivo, mas analisado em conjunto com outros indicadores.

Hosmer and Lemeshow Test			
Step	Chi-square	df	Sig.
1	28,273	8	,000

Por último, a tabela de classificação fornece informação sobre o cruzamento entre as categorias da variável dependente observadas e as previstas pelo modelo. Como se observa, o modelo classifica correctamente 76% dos casos.

Classification Table ^a					
Observed		Predicted			Percentage Correct
		Sexo			
		Homem	Mulher		
Step 1	Sexo	Homem	17898	2150	89,3
		Mulher	4563	3388	42,6
Overall Percentage					76,0

a. The cut value is .500

Apresentamos de seguida os dados sociodemográficos recolhidos que serviram de base à construção dos perfis testados nos modelos de regressão apresentados no corpo do texto.

CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS COM 18 OU MAIS ANOS RESIDENTES EM PORTUGAL, POR SEXO

Estado civil	M (N)	M (%)	H (N)	H (%)
Solteiro/a	1139129	24,8%	1229188	30,2%
Casado/a*	2470033	53,9%	2454575	60,3%
Viúvo/a	627560	13,7%	143096	3,5%
Divorciado/a**	348396	7,6%	245263	6,0%

* Não inclui uniões de facto.

** Não inclui separados/as.

Fonte: INE (2012a).

Nível de instrução	M (N)	H (N)
1º Ciclo	1218068	1090336
2º Ciclo*	333943	393042
3º Ciclo	466317	499254
Secundário	543611	479429
Pós-Secundário	28438	31877
Bacharelato	83155	51318
Licenciatura	501044	299085
Mestrado	53560	42144
Doutoramento	11477	14764

* Mediana.

Fonte: INE (2012e).

Grupo socioeconómico/condição perante o trabalho	M (N)	M (%)	H (N)	H (%)
Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas	104852	4,3%	244917	9,4%
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	398979	16,5%	256956	9,9%
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	230338	9,5%	282951	10,9%
Pequenos Empresários, Proprietários e Comerciantes	11777	0,5%	14493	0,6%
Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores	1286817	53,2%	650950	25,0%
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	43164	1,8%	108353	4,2%
Operários, Artífices e Operadores de Máquinas	272366	11,3%	957144	36,8%
Outras	71500	3,0%	87810	3,4%

Nota: Não foram contabilizados/as nem os/as inativos/as nem os/as estudantes uma vez que não foi possível ter acesso aos dados agregados da profissão e condição perante o trabalho para maiores de 18 anos.

Fonte: (INE, 2012c).

	M (média)	H (média)
Idade	50,18	47,89

Fonte: (INE, 2012d).

Anexo IX. Modelo de regressão logística das características sociodemográficas como preditoras da probabilidade das pessoas eleitas serem homens

	B	E.P.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)	I.C. a 95% para EXP(B)	
							Lim. inf.	Upper
Idade	,051	,002	760,537	1	,000	1,052	1,048	1,056
Quad. sup.			1211,090	11	,000			
Esp. prof. intelect.	-,741	,057	171,282	1	,000	,477	,427	,533
Técnicos interm.	-,131	,071	3,430	1	,064	,877	,763	1,008
Peq. empres.	,486	,105	21,212	1	,000	1,625	1,322	1,999
Pess. serviços	-,925	,064	211,823	1	,000	,397	,350	,449
Agric. pescas	,820	,168	23,742	1	,000	2,270	1,632	3,157
Operários	,422	,080	28,224	1	,000	1,526	1,305	1,783
Aposentados	-,840	,085	98,908	1	,000	,432	,366	,509
Domésticas	-6,259	,372	282,731	1	,000	,002	,001	,004
Estudantes	-,101	,111	,833	1	,362	,904	,727	1,123
Desempregados	-1,111	,115	93,620	1	,000	,329	,263	,412
Outras profissões	-,831	,159	27,400	1	,000	,436	,319	,595
1º Ciclo			692,974	5	,000			
2º Ciclo	-,528	,117	20,308	1	,000	,590	,469	,742
3º Ciclo	-,960	,093	105,851	1	,000	,383	,319	,460
Secundário	-1,499	,090	277,523	1	,000	,223	,187	,266
Licenciatura	-2,042	,093	483,810	1	,000	,130	,108	,156
Pós-licenciatura	-1,847	,119	239,693	1	,000	,158	,125	,199
Solteiro/a			458,312	3	,000			
Casado/a	,146	,041	12,500	1	,000	1,157	1,067	1,254
Divorciado/a	-,896	,079	129,350	1	,000	,408	,350	,476
Viúvo/a	-1,844	,131	196,986	1	,000	,158	,122	,205
Reside	-,571	,075	57,331	1	,000	,565	,488	,655
Natural	,200	,033	35,958	1	,000	1,222	1,144	1,304
Constante	1,101	,153	51,835	1	,000	3,008		

Nota: Os coeficientes significativos são apresentados a negrito de modo a facilitar a leitura.

Legenda: B – Coeficiente de regressão; E.P. – Erro padrão; Wald – Estatística de Wald; gl – graus de liberdade; Sig. – Significância; Exp(B) – Exponencial do coeficiente de regressão; I.C. – Intervalo de confiança; Lim. inf. – Limite inferior; Lim. sup. – Limite superior; Quad. sup. – Quadros superiores e dirigentes da administração pública e de empresas; Esp. prof. Intelect. – Especialistas das profissões intelectuais e científicas; Técnicos interm. – Técnicos e profissionais de nível intermédio; Peq. empres. – Pequenos empresários, proprietários e comerciantes; Pess. Serviços – Pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores; Agric. Pescas – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas.

Anexo X. Modelo de regressão logística das características sociodemográficas como preditoras da probabilidade das pessoas eleitas serem mulheres (2005)

PRESSUPOSTOS (ver Field, 2013; Tabachnick & Fidell, 2013)

- **Dimensão da amostra (amostras de grande dimensão)**

Considerando uma perspectiva conservadora, de um mínimo de 50 observações por variável independente (Spicer, 2005), a dimensão da nossa amostra (com 17871 observações, contabilizando apenas os casos considerados após a detecção *listwise*) apresenta uma dimensão aceitável para cumprir este pressuposto, já que $17871 > 300$ ($50 \text{ casos} * 6 \text{ variáveis independentes} = 300$).

- **Adequabilidade das frequências esperadas e potência**

A adequabilidade das frequências esperadas consiste na verificação, para todos os pares de variáveis categóricas (incluindo a dependente), de todas as frequências esperadas serem maiores que 1 e de não haver mais de 20% com valor inferior e 5. Como se observa nos quadros seguintes, este pressuposto está verificado.

VE <1	Sexo	Profissão	Nível de instrução	Estado civil	Residência	Naturalidade
Sexo		0	0	0	0	0
Profissão			0	1	0	0
Nível de instrução				0	0	0
Estado civil					0	0
Residência						0
Naturalidade						

VE <5	Sexo	Profissão	Nível de instrução	Estado civil	Residência	Naturalidade
Sexo		0	0	0	0	0
Profissão			0	5	0	0
Nível de instrução				2	0	0
Estado civil					0	0
Residência						0
Naturalidade						

Profissão * Sexo Crosstabulation

		Sexo		Total
		Homem	Mulher	
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count 615	Count 155	Count 770
		Expected Count 621,5	Expected Count 148,5	Expected Count 770,0
	Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count 5907	Count 3041	Count 8948
		Expected Count 7222,2	Expected Count 1725,8	Expected Count 8948,0
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count 4925	Count 1288	Count 6213
		Expected Count 5014,7	Expected Count 1198,3	Expected Count 6213,0
	Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count 3919	Count 331	Count 4250
		Expected Count 3430,3	Expected Count 819,7	Expected Count 4250,0
	Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count 5353	Count 1962	Count 7315
		Expected Count 5904,2	Expected Count 1410,8	Expected Count 7315,0
	Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count 2573	Count 155	Count 2728
		Expected Count 2201,9	Expected Count 526,1	Expected Count 2728,0
	Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count 6049	Count 523	Count 6572
		Expected Count 5304,5	Expected Count 1267,5	Expected Count 6572,0
	Aposentados	Count 4552	Count 410	Count 4962
		Expected Count 4005,0	Expected Count 957,0	Expected Count 4962,0
	Domésticas	Count 22	Count 75	Count 97
		Expected Count 78,3	Expected Count 18,7	Expected Count 97,0
	Estudantes	Count 771	Count 438	Count 1209
		Expected Count 975,8	Expected Count 233,2	Expected Count 1209,0
	Desempregados	Count 291	Count 125	Count 416
		Expected Count 335,8	Expected Count 80,2	Expected Count 416,0
	Outras	Count 5450	Count 1157	Count 6607
		Expected Count 5332,7	Expected Count 1274,3	Expected Count 6607,0
Total		Count 40427	Count 9660	Count 50087
		Expected Count 40427,0	Expected Count 9660,0	Expected Count 50087,0

Profissão * Estado civil Crosstabulation

		Estado civil				Total
		Solteiro	Casado/União de facto	Divorciado/Separado	Viúvo	
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count 60	Count 238	Count 7	Count 3	Count 308
		Expected Count 52,8	Expected Count 244,2	Expected Count 7,3	Expected Count 3,6	Expected Count 308,0
	Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count 855	Count 2315	Count 123	Count 31	Count 3324
		Expected Count 570,2	Expected Count 2635,4	Expected Count 79,2	Expected Count 39,2	Expected Count 3324,0
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count 451	Count 1873	Count 76	Count 20	Count 2420
		Expected Count 415,1	Expected Count 1918,7	Expected Count 57,7	Expected Count 28,5	Expected Count 2420,0
	Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count 128	Count 1173	Count 34	Count 11	Count 1346
		Expected Count 230,9	Expected Count 1067,2	Expected Count 32,1	Expected Count 15,9	Expected Count 1346,0
	Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count 562	Count 2300	Count 79	Count 21	Count 2962
		Expected Count 508,1	Expected Count 2348,4	Expected Count 70,6	Expected Count 34,9	Expected Count 2962,0
	Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count 129	Count 1224	Count 11	Count 22	Count 1386
		Expected Count 237,8	Expected Count 1098,9	Expected Count 33,0	Expected Count 16,3	Expected Count 1386,0
	Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count 349	Count 2705	Count 44	Count 13	Count 3111
		Expected Count 533,7	Expected Count 2466,5	Expected Count 74,1	Expected Count 36,7	Expected Count 3111,0
	Aposentados	Count 58	Count 1832	Count 41	Count 73	Count 2004
		Expected Count 343,8	Expected Count 1588,8	Expected Count 47,8	Expected Count 23,6	Expected Count 2004,0
	Domésticas	Count 7	Count 48	Count 1	Count 5	Count 61
		Expected Count 10,5	Expected Count 48,4	Expected Count 1,5	Expected Count ,7	Expected Count 61,0
	Estudantes	Count 410	Count 30	Count 2	Count 0	Count 442
		Expected Count 75,8	Expected Count 350,4	Expected Count 10,5	Expected Count 5,2	Expected Count 442,0
	Desempregados	Count 58	Count 130	Count 7	Count 1	Count 196
		Expected Count 33,6	Expected Count 155,4	Expected Count 4,7	Expected Count 2,3	Expected Count 196,0
	Outras	Count 352	Count 1934	Count 50	Count 35	Count 2371
		Expected Count 406,7	Expected Count 1879,8	Expected Count 56,5	Expected Count 28,0	Expected Count 2371,0
Total		Count 3419	Count 15802	Count 475	Count 235	Count 19931
		Expected Count 3419,0	Expected Count 15802,0	Expected Count 475,0	Expected Count 235,0	Expected Count 19931,0

Profissão * Nível de instrução Crosstabulation

			Nível de instrução					
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Licenciatura	Pós-licenciatura
Profissão		Count						Total
Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Públ. e Empr.	Count	22	24	34	69	140	3	292
	Expected Count	80,8	40,0	33,8	59,6	75,0	2,7	292,0
Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count	56	40	46	139	2864	123	3268
	Expected Count	904,8	447,9	378,7	666,6	839,9	30,2	3268,0
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count	256	198	263	867	729	22	2335
	Expected Count	646,5	320,0	270,6	476,3	600,1	21,6	2335,0
Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count	384	255	184	264	168	4	1259
	Expected Count	348,6	172,5	145,9	256,8	323,6	11,7	1259,0
Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count	438	372	548	1167	298	6	2829
	Expected Count	783,2	387,7	327,8	577,0	727,0	26,2	2829,0
Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count	906	247	80	78	23	0	1334
	Expected Count	369,3	182,8	154,6	272,1	342,8	12,3	1334,0
Oper., Artíf. e Operad. de Máquinas	Count	1290	785	443	383	70	5	2976
	Expected Count	823,9	407,8	344,8	607,0	764,8	27,5	2976,0
Aposentados	Count	1044	192	254	213	181	5	1889
	Expected Count	523,0	258,9	218,9	385,3	485,5	17,5	1889,0
Domésticas	Count	22	17	10	7	2	0	58
	Expected Count	16,1	7,9	6,7	11,8	14,9	,5	58,0
Estudantes	Count	16	13	11	249	130	0	419
	Expected Count	116,0	57,4	48,5	85,5	107,7	3,9	419,0
Desempregados	Count	77	25	31	39	22	0	194
	Expected Count	53,7	26,6	22,5	39,6	49,9	1,8	194,0
Outras	Count	784	453	312	426	288	9	2272
	Expected Count	629,0	311,4	263,3	463,4	583,9	21,0	2272,0
Total	Count	5295	2621	2216	3901	4915	177	19125
	Expected Count	5295,0	2621,0	2216,0	3901,0	4915,0	177,0	19125,0

Profissão * Residência Crosstabulation

			Residência		Total
			Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	
Profissão		Count			
Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Públ. e Empr.	Count		591	174	765
	Expected Count		639,9	125,1	765,0
Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count		5651	3255	8906
	Expected Count		7449,2	1456,8	8906,0
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Count		4947	1244	6191
	Expected Count		5178,3	1012,7	6191,0
Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count		3465	778	4243
	Expected Count		3549,0	694,0	4243,0
Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count		6505	782	7287
	Expected Count		6095,1	1191,9	7287,0
Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count		2639	78	2717
	Expected Count		2272,6	444,4	2717,0
Oper., Artíf. e Operad. de Máquinas	Count		6196	349	6545
	Expected Count		5474,4	1070,6	6545,0
Aposentados	Count		4354	598	4952
	Expected Count		4142,0	810,0	4952,0
Domésticas	Count		95	1	96
	Expected Count		80,3	15,7	96,0
Estudantes	Count		1026	179	1205
	Expected Count		1007,9	197,1	1205,0
Desempregados	Count		395	18	413
	Expected Count		345,4	67,6	413,0
Outras	Count		5883	708	6591
	Expected Count		5512,9	1078,1	6591,0
Total	Count		41747	8164	49911
	Expected Count		41747,0	8164,0	49911,0

Profissão * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Profissão	Quad. Sup. e Dirig. da Adm. Púb. e Empr.	Count	443	284	727
		Expected Count	531,8	195,2	727,0
	Espec. das Prof. Intelect. e Científicas	Count	4315	4086	8401
		Expected Count	6145,7	2255,3	8401,0
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	Count	3883	1985	5868
		Expected Count	4292,7	1575,3	5868,0
	Peq. Empr., Propriet. e Comerciantes	Count	3111	1003	4114
		Expected Count	3009,6	1104,4	4114,0
	Pess. Admin. e Sim., Pess. dos Serv. e Vend.	Count	5351	1542	6893
		Expected Count	5042,6	1850,4	6893,0
	Agric. e Trab. Qual. da Agric. e Pescas	Count	2458	223	2681
		Expected Count	1961,3	719,7	2681,0
	Oper., Artif. e Operad. de Máquinas	Count	5326	1026	6352
		Expected Count	4646,8	1705,2	6352,0
	Aposentados	Count	3758	1105	4863
		Expected Count	3557,5	1305,5	4863,0
	Domésticas	Count	63	28	91
		Expected Count	66,6	24,4	91,0
	Estudantes	Count	856	293	1149
		Expected Count	840,5	308,5	1149,0
	Desempregados	Count	337	61	398
		Expected Count	291,2	106,8	398,0
	Outras	Count	5116	1214	6330
		Expected Count	4630,7	1699,3	6330,0
Total		Count	35017	12850	47867
		Expected Count	35017,0	12850,0	47867,0

Nível de instrução * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	5070	273	5343
		Expected Count	4302,6	1040,4	5343,0
	2º Ciclo	Count	2251	386	2637
		Expected Count	2123,5	513,5	2637,0
	3º Ciclo	Count	1932	313	2245
		Expected Count	1807,9	437,1	2245,0
	Secundário	Count	2987	956	3943
		Expected Count	3175,2	767,8	3943,0
	Licenciatura	Count	3191	1778	4969
		Expected Count	4001,4	967,6	4969,0
	Pós-licenciatura	Count	123	55	178
		Expected Count	143,3	34,7	178,0
Total		Count	15554	3761	19315
		Expected Count	15554,0	3761,0	19315,0

Nível de instrução * Estado civil Crosstabulation

			Estado civil				Total
			Solteiro	Casado/União de facto	Divorciado/Separado	Viúvo	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	186	4990	52	87	5315
		Expected Count	926,2	4193,5	132,5	62,8	5315,0
	2º Ciclo	Count	274	2270	55	27	2626
		Expected Count	457,6	2071,9	65,5	31,0	2626,0
	3º Ciclo	Count	296	1843	62	28	2229
		Expected Count	388,4	1758,6	55,6	26,3	2229,0
	Secundário	Count	1070	2714	118	23	3925
		Expected Count	684,0	3096,8	97,9	46,4	3925,0
	Licenciatura	Count	1489	3213	178	61	4941
		Expected Count	861,0	3898,4	123,2	58,4	4941,0
	Pós-licenciatura	Count	33	128	14	1	176
		Expected Count	30,7	138,9	4,4	2,1	176,0
	Total	Count	3348	15158	479	227	19212
		Expected Count	3348,0	15158,0	479,0	227,0	19212,0

Nível de instrução * Residência Crosstabulation

			Residência		Total
			Reside no Conc./Freguesia onde foi eleito	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	5162	160	5322
		Expected Count	4760,8	561,2	5322,0
	2º Ciclo	Count	2544	80	2624
		Expected Count	2347,3	276,7	2624,0
	3º Ciclo	Count	2075	156	2231
		Expected Count	1995,7	235,3	2231,0
	Secundário	Count	3536	370	3906
		Expected Count	3494,1	411,9	3906,0
	Licenciatura	Count	3719	1180	4899
		Expected Count	4382,4	516,6	4899,0
	Pós-licenciatura	Count	100	74	174
		Expected Count	155,7	18,3	174,0
	Total	Count	17136	2020	19156
		Expected Count	17136,0	2020,0	19156,0

Nível de instrução * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	4564	712	5276
		Expected Count	4076,8	1199,2	5276,0
	2º Ciclo	Count	2203	354	2557
		Expected Count	1975,8	581,2	2557,0
	3º Ciclo	Count	1723	422	2145
		Expected Count	1657,4	487,6	2145,0
	Secundário	Count	2795	872	3667
		Expected Count	2833,5	833,5	3667,0
	Licenciatura	Count	2838	1723	4561
		Expected Count	3524,3	1036,7	4561,0
	Pós-licenciatura	Count	73	93	166
		Expected Count	128,3	37,7	166,0
	Total	Count	14196	4176	18372
		Expected Count	14196,0	4176,0	18372,0

Nível de instrução * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	5070	273	5343
		Expected Count	4302,6	1040,4	5343,0
	2º Ciclo	Count	2251	386	2637
		Expected Count	2123,5	513,5	2637,0
	3º Ciclo	Count	1932	313	2245
		Expected Count	1807,9	437,1	2245,0
	Secundário	Count	2987	956	3943
		Expected Count	3175,2	767,8	3943,0
	Licenciatura	Count	3191	1778	4969
		Expected Count	4001,4	967,6	4969,0
	Pós-licenciatura	Count	123	55	178
		Expected Count	143,3	34,7	178,0
	Total	Count	15554	3761	19315
		Expected Count	15554,0	3761,0	19315,0

Nível de instrução * Estado civil Crosstabulation

			Estado civil				Total
			Solteiro	Casado/União de facto	Divorciado/Separado	Viúvo	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	186	4990	52	87	5315
		Expected Count	926,2	4193,5	132,5	62,8	5315,0
	2º Ciclo	Count	274	2270	55	27	2626
		Expected Count	457,6	2071,9	65,5	31,0	2626,0
	3º Ciclo	Count	296	1843	62	28	2229
		Expected Count	388,4	1758,6	55,6	26,3	2229,0
	Secundário	Count	1070	2714	118	23	3925
		Expected Count	684,0	3096,8	97,9	46,4	3925,0
	Licenciatura	Count	1489	3213	178	61	4941
		Expected Count	861,0	3898,4	123,2	58,4	4941,0
	Pós-licenciatura	Count	33	128	14	1	176
		Expected Count	30,7	138,9	4,4	2,1	176,0
	Total	Count	3348	15158	479	227	19212
		Expected Count	3348,0	15158,0	479,0	227,0	19212,0

Nível de instrução * Residência Crosstabulation

			Residência		Total
			Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	5162	160	5322
		Expected Count	4760,8	561,2	5322,0
	2º Ciclo	Count	2544	80	2624
		Expected Count	2347,3	276,7	2624,0
	3º Ciclo	Count	2075	156	2231
		Expected Count	1995,7	235,3	2231,0
	Secundário	Count	3536	370	3906
		Expected Count	3494,1	411,9	3906,0
	Licenciatura	Count	3719	1180	4899
		Expected Count	4382,4	516,6	4899,0
	Pós-licenciatura	Count	100	74	174
		Expected Count	155,7	18,3	174,0
	Total	Count	17136	2020	19156
		Expected Count	17136,0	2020,0	19156,0

Nível de instrução * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Nível de instrução	1º Ciclo	Count	4564	712	5276
		Expected Count	4076,8	1199,2	5276,0
	2º Ciclo	Count	2203	354	2557
		Expected Count	1975,8	581,2	2557,0
	3º Ciclo	Count	1723	422	2145
		Expected Count	1657,4	487,6	2145,0
	Secundário	Count	2795	872	3667
		Expected Count	2833,5	833,5	3667,0
	Licenciatura	Count	2838	1723	4561
		Expected Count	3524,3	1036,7	4561,0
	Pós-licenciatura	Count	73	93	166
		Expected Count	128,3	37,7	166,0
	Total	Count	14196	4176	18372
		Expected Count	14196,0	4176,0	18372,0

Estado civil * Sexo Crosstabulation

			Sexo		Total
			Homem	Mulher	
Estado civil	Solteiro	Count	2228	1233	3461
		Expected Count	2797,9	663,1	3461,0
	Casado/União de facto	Count	13589	2362	15951
		Expected Count	12894,9	3056,1	15951,0
	Divorciado/Separa do	Count	311	183	494
		Expected Count	399,4	94,6	494,0
	Viúvo	Count	159	82	241
		Expected Count	194,8	46,2	241,0
	Total	Count	16287	3860	20147
		Expected Count	16287,0	3860,0	20147,0

Estado civil * Residência Crosstabulation

			Residência		Total
			Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	
Estado civil	Solteiro	Count	3175	252	3427
		Expected Count	3067,4	359,6	3427,0
	Casado/União de facto	Count	14129	1709	15838
		Expected Count	14176,2	1661,8	15838,0
	Divorciado/Separa do	Count	374	109	483
		Expected Count	432,3	50,7	483,0
	Viúvo	Count	211	27	238
		Expected Count	213,0	25,0	238,0
	Total	Count	17889	2097	19986
		Expected Count	17889,0	2097,0	19986,0

Estado civil * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Estado civil	Solteiro	Count	2594	608	3202
		Expected Count	2479,2	722,8	3202,0
	Casado/União de facto	Count	11763	3509	15272
		Expected Count	11824,5	3447,5	15272,0
	Divorciado/Separado	Count	296	158	454
		Expected Count	351,5	102,5	454,0
	Viúvo	Count	181	50	231
		Expected Count	178,9	52,1	231,0
Total	Count		14834	4325	19159
	Expected Count		14834,0	4325,0	19159,0

Sexo * Residência Crosstabulation

			Residência		Total
			Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	
Sexo	Homem	Count	34279	6499	40778
		Expected Count	34143,4	6634,6	40778,0
	Mulher	Count	8039	1724	9763
		Expected Count	8174,6	1588,4	9763,0
Total	Count		42318	8223	50541
	Expected Count		42318,0	8223,0	50541,0

Sexo * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Sexo	Homem	Count	28989	10237	39226
		Expected Count	28705,5	10520,5	39226,0
	Mulher	Count	6419	2740	9159
		Expected Count	6702,5	2456,5	9159,0
Total	Count		35408	12977	48385
	Expected Count		35408,0	12977,0	48385,0

Residência * Naturalidade Crosstabulation

			Naturalidade		Total
			Natural do Conc/Freg em que foi eleito	Não natural do Conc/Freg em que foi eleito	
Residência	Reside no Conc./ Freguesia onde foi eleito	Count	34513	5698	40211
		Expected Count	29426,2	10784,8	40211,0
	Não reside no Conc/Freg.em que foi eleito	Count	832	7256	8088
		Expected Count	5918,8	2169,2	8088,0
Total	Count		35345	12954	48299
	Expected Count		35345,0	12954,0	48299,0

- **Relação linear entre os preditores métricos e a variável dependente (logit da variável dependente)**

Este pressuposto é verificado através da análise da significância da interacção entre a variável independente métrica e o seu logaritmo na variável dependente

dicotômica; ele é violado se a interação for estatisticamente significativa no modelo.

Como se observa no quadro seguinte, a interação é significativa pelo que este pressuposto não se verifica. Assim, e para contornar este problema, optámos por discretizar esta variável, passando a considerar os grupos etários e não a idade medida em anos.

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a						
Idade	-,164	,058	7,941	1	,005	,848
Profissão			231,727	11	,000	
Profissão(1)	,428	,165	6,751	1	,009	1,535
Profissão(2)	,241	,169	2,038	1	,153	1,272
Profissão(3)	-,179	,188	,907	1	,341	,836
Profissão(4)	,636	,168	14,312	1	,000	1,889
Profissão(5)	,295	,194	2,308	1	,129	1,343
Profissão(6)	-,170	,177	,922	1	,337	,843
Profissão(7)	,334	,191	3,064	1	,080	1,396
Profissão(8)	3,798	,390	94,892	1	,000	44,599
Profissão(9)	,247	,199	1,549	1	,213	1,281
Profissão(10)	,688	,253	7,378	1	,007	1,989
Profissão(11)	,424	,172	6,083	1	,014	1,528
NInst_rec			443,206	5	,000	
NInst_rec(1)	,982	,091	117,561	1	,000	2,670
NInst_rec(2)	,844	,096	77,865	1	,000	2,325
NInst_rec(3)	1,306	,086	230,569	1	,000	3,690
NInst_rec(4)	1,875	,091	420,571	1	,000	6,520
NInst_rec(5)	1,688	,201	70,737	1	,000	5,407
Est_civil			173,749	3	,000	
Est_civil(1)	-,356	,059	36,729	1	,000	,701
Est_civil(2)	,656	,119	30,222	1	,000	1,928
Est_civil(3)	,975	,172	32,034	1	,000	2,651
Resid(1)	,170	,074	5,263	1	,022	1,186
Natur(1)	,038	,056	,467	1	,495	1,039
Idade by LnIdade	,030	,012	5,823	1	,016	1,030
Constant	-,686	,536	1,640	1	,200	,504

a. Variable(s) entered on step 1: Idade, Profissão, NInst_rec, Est_civil, Resid, Natur, Idade * LnIdade .

- **Ausência de multicolinearidade entre os preditores**

O SPSS não faz testes de multicolinearidade no contexto da regressão logística mas é possível, em alternativa, fazê-los recorrendo a uma regressão linear múltipla (IBM, 2014), sendo necessário, no entanto, transformar todas as variáveis categóricas em variáveis *dummy*. A multicolinearidade é aferida através de três medidas: tolerância (que deve assumir valores acima de 0.10); VIF (*variance inflation factor*, que deve ter valores inferiores a 10); e *condition index* (que deve assumir valores abaixo de 30). Como se observa nos quadros seguintes, os limites das três medidas foram desrespeitados, pelo que o pressuposto da ausência de multicolinearidade foi violado.

Coefficients ^a								
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,417	,033		43,144	,000		
	Idade	-,005	,000	-,166	-30,721	,000	,625	1,601
	EB1	-,019	,013	-,015	-1,490	,136	,174	5,763
	EB2	,015	,014	,009	1,077	,282	,287	3,489
	EB3	-,011	,014	-,006	-,801	,423	,320	3,123
	Secund	,040	,013	,027	2,952	,003	,215	4,653
	Lic	,099	,013	,075	7,374	,000	,177	5,653
	PosLic	,068	,031	,010	2,208	,027	,842	1,187
	Quadros	-,040	,022	-,013	-1,851	,064	,397	2,522
	Intelect	,079	,018	,077	4,509	,000	,063	15,923
	Tecnico	-,033	,018	-,027	-1,839	,066	,084	11,868
	PeqEmp	-,133	,018	-,093	-7,394	,000	,114	8,770
	Serviços	,031	,018	,028	1,763	,078	,074	13,548
	Agric	-,110	,019	-,063	-5,945	,000	,160	6,233
	Operario	-,129	,018	-,111	-7,325	,000	,080	12,530
	Aposent	-,034	,018	-,025	-1,859	,063	,098	10,216
	Domest	,560	,042	,062	13,304	,000	,836	1,196
	Estud	,016	,021	,006	,790	,429	,291	3,440
	Desemp	,064	,025	,015	2,561	,010	,546	1,831
	Outro	-,041	,018	-,035	-2,328	,020	,080	12,470
	Solteiro	,015	,014	,010	1,072	,284	,229	4,371
	Casado	-,045	,012	-,053	-3,692	,000	,087	11,455
	Divor	,125	,021	,031	5,967	,000	,670	1,492
	Viuvo	,182	,027	,032	6,703	,000	,809	1,236
	Reside	,055	,028	,052	1,933	,053	,025	39,271
	NReside	,025	,029	,024	,883	,377	,025	39,956
	Natural	-,023	,008	-,026	-2,653	,008	,188	5,323
	NNatural	-,015	,009	-,017	-1,608	,108	,170	5,882

a. Dependent Variable: Sexo

Collinearity Diagnostics ^a			
Model		Eigenvalue	Condition Index
1	1	5,882	1,000
	2	2,002	1,714
	3	1,458	2,008
	4	1,226	2,190
	5	1,114	2,298
	6	1,072	2,343
	7	1,062	2,353
	8	1,034	2,385
	9	1,020	2,401
	10	1,009	2,414
	11	1,002	2,422
	12	1,000	2,425
	13	,996	2,430
	14	,991	2,436
	15	,964	2,470
	16	,955	2,482
	17	,949	2,489
	18	,906	2,549
	19	,892	2,568
	20	,780	2,746
	21	,703	2,892
	22	,515	3,378
	23	,361	4,035
	24	,042	11,832
	25	,030	14,023
	26	,025	15,472
	27	,007	29,385
	28	,002	59,807

Ainda de referir que testámos este pressuposto também considerando os escalões etários em vez da idade medida em anos e também aqui este pressuposto foi violado por não serem respeitados os limites das diferentes medidas de multicolinearidade, como se observa nos quadros seguintes.

Coefficients ^a								
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	1,211	,023		51,998	0,000		
	EB1	-,023	,013	-,018	-1,801	,072	,181	5,538
	EB2	,021	,014	,012	1,498	,134	,296	3,375
	EB3	-,008	,014	-,004	-,591	,555	,332	3,010
	Secund	,042	,013	,029	3,221	,001	,223	4,481
	Lic	,103	,013	,077	7,874	,000	,183	5,456
	PosLic	,075	,030	,011	2,476	,013	,848	1,179
	Quadros	-,019	,020	-,006	-,972	,331	,473	2,114
	Intelect	,097	,015	,094	6,474	,000	,084	11,975
	Tecnico	-,016	,015	-,014	-1,089	,276	,111	8,976
	PeqEmp	-,113	,015	-,079	-7,286	,000	,149	6,708
	Serviços	,050	,015	,044	3,311	,001	,098	10,164
	Agric	-,101	,016	-,058	-6,243	,000	,207	4,837
	Operario	-,111	,015	-,094	-7,324	,000	,106	9,424
	Aposent	-,051	,016	-,039	-3,277	,001	,127	7,863
	Domest	,585	,041	,065	14,417	,000	,874	1,144
	Estud	-,016	,019	-,006	-,864	,388	,330	3,029
	Desemp	,075	,023	,017	3,219	,001	,622	1,606
	Outro	-,024	,015	-,021	-1,600	,110	,106	9,397
	Solteiro	,001	,014	,000	,052	,958	,235	4,251
	Casado	-,044	,012	-,052	-3,737	,000	,091	10,998
	Divor	,128	,021	,032	6,236	,000	,677	1,477
	Viuvo	,168	,027	,029	6,314	,000	,816	1,226
	Reside	,039	,023	,037	1,717	,086	,038	26,507
	NReside	,010	,023	,009	,433	,665	,037	27,270
	Natural	-,025	,008	-,029	-3,090	,002	,194	5,142
	NNatural	-,016	,009	-,018	-1,811	,070	,177	5,641
	esc1	,171	,014	,084	12,535	,000	,389	2,572
	esc2	,094	,011	,072	8,515	,000	,247	4,041
	esc3	,019	,010	,020	1,865	,062	,153	6,518
	esc4	-,036	,010	-,040	-3,541	,000	,139	7,195
	esc5	-,072	,010	-,076	-7,049	,000	,150	6,654
	esc6	-,088	,011	-,075	-8,022	,000	,200	5,006

a. Dependent Variable: Sexo

Collinearity Diagnostics ^a			
Model		Eigenvalue	Condition Index
1	1	5,903	1,000
	2	2,075	1,687
	3	1,834	1,794
	4	1,533	1,962
	5	1,266	2,159
	6	1,201	2,217
	7	1,084	2,334
	8	1,064	2,355
	9	1,049	2,373
	10	1,030	2,395
	11	1,026	2,398
	12	1,023	2,402
	13	1,006	2,422
	14	,998	2,432
	15	,986	2,447
	16	,979	2,456
	17	,966	2,472
	18	,963	2,476
	19	,957	2,483
	20	,925	2,526
	21	,900	2,561
	22	,859	2,622
	23	,769	2,770
	24	,692	2,921
	25	,527	3,348
	26	,514	3,391
	27	,409	3,800
	28	,365	4,022
	29	,037	12,596
	30	,026	15,112
	31	,022	16,428
	32	,009	25,287
	33	,003	44,622

- **Ausência de *outliers* e de observações influentes**

A detecção de valores extremos (*outliers*) é feita através da análise dos resíduos estandardizados. Não deverá haver mais de 5% de resíduos além de $\pm 1,96$ e não mais de 1% além de $\pm 2,58$.

Como se observa nas estatísticas descritivas seguintes, este pressuposto é violado: 5,7% da distribuição é composta por resíduos superiores a 1,96 e 2,8% dos resíduos estão acima de 2,58.

Normalized residual (+/-1,96)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	< -1.96	9	,0	,1	,1
	-1.96; 1.96	16844	33,1	94,3	94,3
	> 1.96	1018	2,0	5,7	100,0
	Total	17871	35,1	100,0	
Missing	System	32978	64,9		
Total		50849	100,0		

Normalized residual (+-2,58)					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	< -2.58	4	,0	,0	,0
	-2,58; 2.58	17370	34,2	97,2	97,2
	> 2.58	497	1,0	2,8	100,0
	Total	17871	35,1	100,0	
Missing	System	32978	64,9		
Total		50849	100,0		

As observações influentes correspondem a valores que exercem uma influência indevida sobre o modelo. As medidas disponíveis no SPSS para a avaliação da existência de observações influentes são: *Cook's distance* (medida de influência global de um caso no modelo; as distâncias deverão ter um valor inferior a 1); *leverage statistics* (que medem a influência do valor observado da variável dependente sobre os valores preditos; deverá ter um valor próximo de $(k+1)/n$, onde k = número de preditores e n = número de observações); e *DFBeta* (diferença nos β como resultado de deixar de fora o caso influente na equação de regressão logística; deve assumir um valor inferior a 1).

Como se observa no quadro seguinte, o valor máximo observado para as distâncias de Cook é de aproximadamente 0,12, situando-se, portanto, todas as distâncias abaixo de 1.

Descriptive Statistics			
	N	Minimum	Maximum
Analog of Cook's influence statistics	17871	,00001	,11595
Valid N (listwise)	17871		

Quanto às *leverage statistics*, os valores devem rondar $(6+1)/17871 = 0,00039$. Como se observa no quadro seguinte, os valores não rondam o valor esperado (com uma média de 0,002).

Statistics		
Leverage value		
N	Valid	17871
	Missing	32978
Mean		,0015108
Std. Deviation		,00178215
Range		,03205
Minimum		,00028
Maximum		,03233
Percentiles	1	,0002823
	5	,0003784
	25	,0006755
	50	,0010480
	75	,0016505
	95	,0041001
	99	,0085715

Por último, e tal como se observa no quadro seguinte, todos os *DFBeta* apresentam valores abaixo de 1.

	Minimum	Maximum
DFBETA for constant	-,01523	,03082
DFBETA for Profissão(1)	-,02367	,01191
DFBETA for Profissão(2)	-,02442	,01166
DFBETA for Profissão(3)	-,02496	,01150
DFBETA for Profissão(4)	-,02489	,01148
DFBETA for Profissão(5)	-,02667	,01156
DFBETA for Profissão(6)	-,02586	,01153
DFBETA for Profissão(7)	-,02502	,01180
DFBETA for Profissão(8)	-,11706	,05351
DFBETA for Profissão(9)	-,02437	,01409
DFBETA for Profissão(10)	-,02543	,03453
DFBETA for Profissão(11)	-,02523	,01158
DFBETA for NInst_rec(1)	-,00510	,00485
DFBETA for NInst_rec(2)	-,00519	,00562
DFBETA for NInst_rec(3)	-,00596	,00349
DFBETA for NInst_rec(4)	-,00757	,00488
DFBETA for NInst_rec(5)	-,02079	,02955
DFBETA for Est_civil(1)	-,00328	,00262
DFBETA for Est_civil(2)	-,00866	,00992
DFBETA for Est_civil(3)	-,01767	,02136
DFBETA for Resid(1)	-,00548	,00285
DFBETA for Natur(1)	-,00295	,00256
DFBETA for Esc_etar(1)	-,00725	,00742
DFBETA for Esc_etar(2)	-,00843	,00882
DFBETA for Esc_etar(3)	-,00914	,00972
DFBETA for Esc_etar(4)	-,00961	,01003
DFBETA for Esc_etar(5)	-,01002	,01045

Assim, o pressuposto da não existência de observações influentes não está cumprido, tendo em conta os resultados das *leverage statistics*.

- **Independência dos erros**

Na regressão logística assume-se que as observações são independentes, ou seja, que provêm de casos não relacionados. Considerando que não estamos a trabalhar com medidas repetidas, ou seja, os dados em estudo são constituídos por diferentes observações para cada caso (e as categorias da variável independente são exaustivas e mutuamente exclusivas), este pressuposto está verificado.

Face ao exposto, estando violados diversos pressupostos de aplicação (relação linear entre os preditores métricos e a VD; ausência de multicolinearidade; ausência de *outliers*), não estamos em condições de aplicar uma regressão logística a estes dados.